

Contributos da Arquitetura Paisagista para o espaço público de Lisboa (1940-1970)

Maria Teresa Pinto de Mesquita Cabral
de Moncada Bettencourt da Camara

Tese de Doutoramento apresentada à
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana
2015

Contributos da Arquitetura Paisagista para o espaço público de Lisboa (1940-1970)

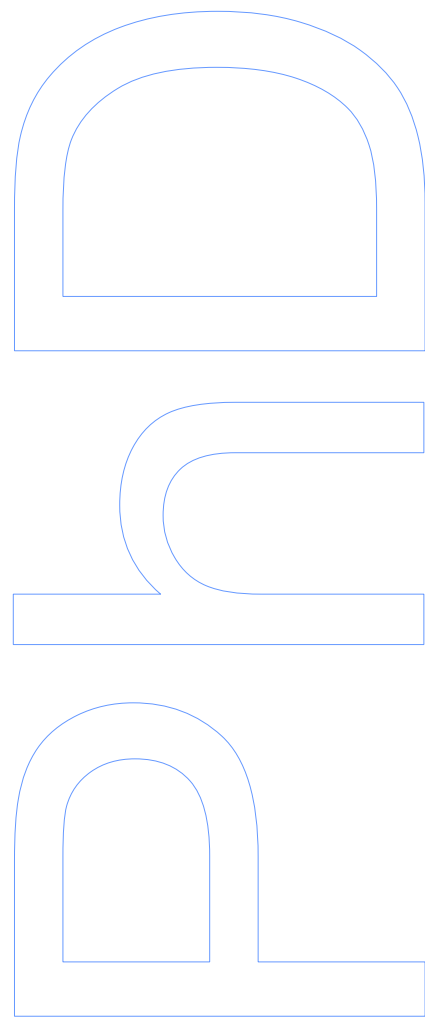
Maria Teresa Pinto de Mesquita Cabral de
Moncada Bettencourt da Camara

Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana

Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território
2015

Orientador

Teresa Dulce Portela Marques, Professora Auxiliar, FCUP



Agradecimentos

Esta dissertação é o reflexo de um longo período de investigação e reflexão. O processo desenvolvido contou com a colaboração de várias pessoas a quem gostaria de agradecer o seu contributo, sem o qual esta dissertação não teria sido levada a cabo.

Assim, quero agradecer a todas as pessoas que tornaram possível a realização deste caminho.

Agradeço muito particularmente às professoras minhas orientadoras desta dissertação, a Professora Doutora Teresa Andresen e a Professora Doutora Teresa Marques, pela partilha incansável do seu saber e experiência e pela crítica sempre oportuna e atenta dos seus conteúdos e sua exigência. Só a dedicação incondicional, empenho e tempo empregues na condução desta dissertação em simultâneo com o entusiasmo e incentivo, a tornaram possível.

Muito reconhecidamente, agradeço a um grupo de homens, protagonistas desta dissertação que, em meados do séc XX desbravaram em Portugal novos caminhos em prole dos jardins e da construção da paisagem. São eles os arquitetos paisagistas: Francisco Caldeira Cabral, Manuel Azevedo Coutinho, Gonçalo Ribeiro Telles, Edgar Sampaio Fontes, António Viana Barreto, António Roquete Campêlo e Manuel Sousa da Câmara. Agradeço também aos seus familiares, Sr^a D.^a Maria José Sampaio Fontes e arquiteto paisagista Francisco Salvação Barreto, pelas longas conversas e pelo material inédito que me confiaram com vista à sua incorporação nesta dissertação.

Agradeço também às pessoas que integraram o programa Link. Ao corpo docente, nos professores que o dirigiram: Cristina Castel-Branco, Helena Maria Freitas, Carl Steinitz e Teresa Andresen, mas também a todos os restantes professores que o integraram. A sua crítica, foi fundamental, não só no decorrer desta dissertação como na procura do seu caminho. Nesta fase inicial foi também especialmente importante o contributo dos meus colegas que, com a sua crítica, ânimo, solidariedade e alegria, levaram ao despoletar deste desafio. Também a todos eles um muito reconhecido agradecimento.

Agradeço também às instituições que contribuíram de algum modo no decorrer desta dissertação, para a sua realização. Gostaria de referir de um modo especial a minha entidade empregadora, o IHRU, que durante dois anos me proporcionou o estatuto de

equiparação a bolseira, determinante no início desta tese e neste âmbito não só ao seu Presidente de então D. António Mendes Baptista mas também ao Dr. João Vieira.

Os funcionários dos arquivos municipais foram também incansáveis na sua contribuição para esta dissertação, com destaque para a sua diretora, Dr^a Inês Viegas. Agradeço-lhe todas as facilidades concedidas, mas também à Dr^a. Estela Casanovas do Arquivo Fotográfico, à Dr^a Ana Teresa Brito do Arquivo no Bairro da Liberdade e ao Dr^o Vasco Brito.

Gostaria também de agradecer à Fundação Calouste Gulbenkian todas as facilidades proporcionadas, especialmente à Dr^a Paula Gordo, à Dr^a Ana Barata e à Dr^a Mafalda Aguiar. O seu apoio revelou-se fundamental na execução desta dissertação

Devo também uma palavra de agradecimento ao Instituto Geográfico do Exército, na facilidade da consulta, seleção e aquisição de fotografias aéreas, tão presentes e importantes nesta tese.

Ao Tiago Costa um grande muito obrigada pelo seu entusiasmo e dedicação empregues na montagem gráfica desta dissertação.

Um agradecimento reconhecido aos meus queridos amigos: a Cláudia Morgado, a Rita Vale, o Luís Marques, a Teresa Fernandes e a Helena Rodrigues, que tanto meu auxiliaram e incentivaram sempre e incondicionalmente.

Agradeço à minha querida amiga Teresa, pois sem o seu apoio constante e calorosas palavras de ânimo esta dissertação não tinha sido possível e ao Luís pedindo desculpa pelas ausências causadas. A ambos um muito reconhecido muito obrigada.

Devo toda a gratidão à minha Mãe e irmãos, especialmente o Francisco, que tanto se dedicou na sua ajuda a esta dissertação, e ao meu cunhado Vasco, pelo incentivo e auxílio no seu desfecho.

Ao Rodrigo e aos nossos filhos, o Martim, a Margarida, a Francisca e a Luisinha um enorme muito obrigado e uma palavra de desculpa por todo o tempo que lhe roubei na elaboração desta dissertação.

Agradeço por fim a meu Pai, meu exemplo maior de trabalho e honestidade, com um afinado sentido de humor sempre presente, a quem dedico esta tese.

Abstract

The input of Landscape Architecture in the public space of Lisbon (1940-1970)

The purpose of this dissertation was to study the extent and relevance of the work of landscape architects in the public space in Lisbon in the time period indicated above. After Francisco Caldeira Cabral founded Landscape Architecture education in Portugal, there was a first generation of landscape architects prepared to pursue a new career. They went to work in public institutions and a few have been involved in the design of public space. They were Manuel Azevedo Coutinho, Gonçalo Ribeiro Telles, Edgar Sampaio Fontes, Manuel Sousa da Câmara and Álvaro Dentinho, in the service of the Câmara Municipal de Lisboa and António Viana Barreto of the General Direction of Urbanization Services.

After conducting a thorough and systematic study on archives and compilation of projects executed by them, the data base was organized into three typologies ("Parks and gardens", "Streets" and "Boroughs"). In the face of a universe so vast we selected case studies that typified the three typologies that were thus developed supported by written documents and drawn plans

Other documents were analysed found in their personal archives which proved to be of extreme importance. We refer to reports on study trips abroad, carried out with the aim of participating in congresses of the International Federation of Landscape Architects. These reports are profusely illustrated with photographs and commented, establishing sometimes comparisons with parallel situations in Portugal, were another source of information about the training of these professionals.

It is considered that we have been able to prove the high technical and artistic competence of these landscape architects and their impact in the city of Lisbon. Pioneers, devoted and courageous workers, they developed an intense design activity, implementation of parks and gardens and maintenance of green spaces. Together with Caldeira Cabral, they are responsible for the foundation of a new disciplinary area and a new profession integrated with others.

Keywords

Landscape Architecture, public green space, Lisbon, projects, parks, gardens, streets, burroughs.

Resumo

Contributos da Arquitetura Paisagista para o espaço público de Lisboa (1940-1970)

Esta dissertação pretendeu estudar a extensão e a relevância da obra dos arquitetos paisagistas no espaço público de Lisboa no período acima referido. Após Francisco Caldeira Cabral ter fundado em Portugal o ensino da Arquitetura Paisagista, surgiu uma primeira geração de arquitetos paisagistas preparados para exercer uma nova profissão. Ocupando cargos em instituições públicas apenas alguns intervieram no projeto do espaço público. Foram eles Manuel Azevedo Coutinho, Gonçalo Ribeiro Telles, Edgar Sampaio Fontes, Manuel Sousa da Câmara e Álvaro Dentinho, ao serviço da Câmara Municipal de Lisboa e António Viana Barreto da Direção-Geral dos Serviços de Urbanização.

Após a realização de um estudo exaustivo e sistemático em arquivos e a compilação dos projetos por eles executados, organizou-se a informação por três tipologias (“Parques e jardins”, “Arruamentos” e “Bairros”). Face a um universo tão vasto de informação escolhemos em cada uma das tipologias alguns estudos de casos que foram desenvolvidos suportados pelas peças desenhadas e pelas peças escritas identificadas.

Estudaram-se outros documentos presentes nos seus espólios pessoais que se revelaram de extrema importância. Referimo-nos aos relatórios das suas viagens de estudo ao estrangeiro, realizadas com o intuito final de participar nos congressos da Federação Internacional dos Arquitetos Paisagistas. Estes relatórios profusamente ilustrados com fotografias e comentados, estabelecendo por vezes comparações com situações paralelas em Portugal, constituíram uma outra fonte de informação acerca da formação destes profissionais.

Pensa-se ter-se conseguido comprovar a elevada capacidade técnica e artística destes arquitetos paisagistas e o seu impacto na cidade de Lisboa. Pioneiros, trabalhadores e corajosos desenvolveram uma atividade intensa projetual, de execução de obra e de manutenção de espaços verdes. Conjuntamente com Caldeira Cabral são responsáveis pela fundação de uma nova área disciplinar e uma nova profissão que se entrosou com outras profissões.

Palavras-chave

Arquitetura Paisagista, espaço verde público, Lisboa, projetos, parques, jardins, arruamentos, bairros.

Índice

	<u>Página</u>
Lista de Figuras	13
Lista de Quadros	37
Lista de Abreviaturas	39
1. Introdução	43
1.1 Objetivos e temática	43
1.2 A metodologia e a base de dados	46
1.3 A estrutura da dissertação	48
2 As personagens, o tempo e o lugar	53
2.1 O fundador da Arquitetura Paisagista em Portugal e os seus discípulos	54
2.1.1 Francisco Caldeira Cabral	54
2.1.1.1 A formação académica	54
2.1.1.2 O ensino da Arquitectura Paisagista	58
2.1.1.3 A atividade profissional	61
2.1.2 Os discípulos	67
2.1.3 Conclusão	78
2.2 As viagens ao estrangeiro dos arquitetos paisagistas portugueses nas décadas de 1950 e 1960	79
2.2.1 O relatório de viagem de Azevedo Coutinho a Estocolmo em 1952	85
2.2.2 O relatório de viagem de Viana Barreto a França, Itália e Suíça. 1956	90
2.2.3 O relatório de viagem de Ilídio de Araújo à Alemanha e Holanda. 1960	94
2.2.4 Conclusão	96
2.3 O espaço público de Lisboa	97

2.3.1 A expansão e o planeamento da cidade de Lisboa e a reestruturação institucional	97
2.3.2 Os espaços verdes no planeamento urbano	103
2.3.2.1 A rede de parques e jardins nas décadas de 1930 e 1940	103
2.3.2.2 A inovação no planeamento da infraestrutura verde	111
2.3.3 As políticas de habitação e o seu impacto na rede de parques e jardins	121
2.3.3.1 Os novos bairros habitacionais	121
2.3.3.2 Breve síntese dos impactos na conceção e projeto dos logradouros dos bairros de Lisboa	140
2.3.4 Conclusão	143
2.4 Conclusão	144
 3 O contributo dos arquitetos paisagistas: “Parques e Jardins”	 149
3.1 A Mata de Alvalade	153
3.2 O Jardim da Torre de Belém	160
3.3 O Jardim da Capela de São Jerónimo	177
3.4 A Avenida da Liberdade	185
3.5 O Parque do Vale do Silêncio	202
3.6 O Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian	209
3.7 Conclusão	228
 4 O contributo dos arquitetos paisagistas: “Arruamentos”	 233
4.1 A Avenida da Igreja	246
4.2 A Avenida D. Rodrigo Cunha	248
4.3 A Avenida dos Estados Unidos da América	250
4.4 A Avenida Infante Santo	253
4.5 A Avenida Calouste Gulbenkian	256
4.6 Conclusão	259

5 O contributo dos arquitetos paisagistas:	
“Bairros”	265
5.1 Os espaços verdes do Bairro da Encarnação	270
5.2 Os espaços verdes do Bairro de Alvalade	279
5.3 A Encosta do Restelo	299
5.4 O Bairro dos Olivais	312
5.5 Conclusão	324
6 Conclusão	329
Bibliografia	337
Anexo 1:	
Inventário geral: Lugares e Projectos	362
Anexo 2:	
Inventário: “Parques e Jardins”	378
Anexo 3:	
Inventário: “Arruamentos”	388
Anexo 4:	
Inventário: “Bairros”	394
Anexo 5:	
Inventário: “Outros projetos”	401
Anexo 6:	
Projetos não documentados”	405

Lista de Figuras

1. Introdução

Fig. 1.1 - Distribuição dos projetos de Arquitetura Paisagista na cidade de Lisboa (1959-1970). Teresa Bettencourt da Camara, 2014.

2 As personagens, o tempo e o lugar

2.1 O fundador da Arquitetura Paisagista em Portugal e os seus discípulos

Fig. 2.1.1 - Francisco Caldeira Cabral, s.d. Autor desconhecido. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.

Fig. 2.1.2 - Francisco Caldeira Cabral e sua mulher, Sr.^a D.^a Alfreda, s.d. Autor desconhecido. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.

Fig. 2.1.3 - Plano geral do Estádio Nacional. Caldeira Cabral, s.d. IHRU/SIPA, Arquivo Francisco Caldeira Cabral. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte, Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 2.1.4 - O Estádio de Atletismo, integrado na paisagem e todo em pedra, c. 1950. Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico. Coleção António Passaporte, PT/AMLSB/PAS/001660.

Fig. 2.1.5 - Um estádio aberto sobre a paisagem do Vale do Jamor. Perspetiva a partir da tribuna de honra do Estádio de Atletismo, 1961. Arquivo Municipal de Lisboa - Fotográfico, Coleção Arnaldo Madureira, PT/AMLSB/ARM/I00900.

Fig. 2.1.6 - Folheto informativo do 12º Congresso organizado pela International Federation of Landscape Architects, que ocorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, 1970. In ANDRESEN, Teresa - Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração e arquitetos paisagistas.

Fig. 2.1.7 - Projeto do Parque Anexo à Piscina Municipal do Campo Grande. Plano geral. Azevedo Coutinho, 1949. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte, Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 2.1.8 - Almoço de celebração do 60º aniversário dos viveiros Jardim-Primavera. Da direita para a esquerda: Álvaro Ponce Dentinho, Viana Barreto, não identificado, Gonçalo Ribeiro Telles, Manuel Azevedo Coutinho e Edgar Sampaio Fontes, 1965. Fotografia Alves Pinto. In ANDRESEN, Teresa - Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração e arquitetos paisagistas. 2003. Arquivo pessoal dos herdeiros de Edgar Fontes.

Fig. 2.1.9 - Da direita para a esquerda: Viana Barreto, Francisco Caldeira Cabral, Julius Gy Fabos (Professor da Universidade de Massachusetts, EUA), Carlos Baeta Neves

(professor e na época o coordenador da Licenciatura de Arquitetura no ISA), Manuel Sousa da Câmara, Gonçalo Ribeiro Telles, Joaquim Elias Gonçalves e Ilídio Alves de Araújo, 1984. Fotografia Cristina Castelo Branco. In ANDRESEN, Teresa - Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração e arquitetos paisagistas. 2003.

2.2 As viagens ao estrangeiro dos arquitetos paisagistas portugueses nas décadas de 1950 e 1960

Fig. 2.2.1 - Aspeto do arquivo de fotografias do Curso Livre de Arquitetura Paisagista existente no ISA, s.d. Autor desconhecido. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.

Fig. 2.2.2 - Aspeto da Exposição Internacional da IFLA em Lisboa, Fotografia de António Campêlo, 1965. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.

Fig. 2.2.3 - Nota de António Campêlo sobre as fotografias da Exposição Internacional da IFLA em Lisboa, 1965. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.

Fig. 2.2.4 - Capa do relatório da viagem de Azevedo Coutinho a Estocolmo a fim de participar no 3º congresso na IFLA, 1952. Manuel Azevedo Coutinho. Arquivo pessoal dos herdeiros de Viana Barreto.

Fig. 2.2.5 - Capa do relatório da visita de Viana Barreto a França, Itália e Suíça, relativo à observação da paisagem urbana, aquando da sua participação no 5º congresso na IFLA em Zurique, realizado em 1956, s.d. Viana Barreto. Arquivo pessoal dos herdeiros de Viana Barreto.

Fig. 2.2.6 - Capa do relatório da visita de Viana Barreto a França, Itália e Suíça, relativo à observação da paisagem rural, aquando da sua participação no 5º congresso na IFLA em Zurique, realizado em 1956, s.d. Viana Barreto. Arquivo pessoal dos herdeiros de Viana Barreto.

Fig. 2.2.7 - Monografia que integra o relatório da visita realizada por Ilídio de Araújo à Alemanha e Holanda, onde se deslocou a fim de participar no 7º Congresso da IFLA, em Amesterdão, 1960. Publicado pela DGSU, 1961. Ilídio Alves de Araújo. IHRU/SIPA, Biblioteca.

Fig. 2.2.8 – Francisco Caldeira Cabral discursando, no 5º Congresso da IFLA, em Zurique, 1956. Autor desconhecido. Arquivo pessoal dos herdeiros de Viana Barreto.

Fig. 2.2.9 – 5º Congresso da IFLA, em Zurique. Na assistência, Viana Barreto e Gonçalo Ribeiro Telles na segunda fila, à Esquerda. Geoffrey Jellicoe e Sylvia Crowe à sua frente, 1956. Autor desconhecido. Arquivo pessoal dos herdeiros de Viana Barreto.

Fig. 2.2.10 - Capa do artigo de Holger Blom de 1952 - 'Parks' - sobre o sistema de parques de Estocolmo, anexado ao relatório de viagem de Azevedo Coutinho (1952). Holger Blom. Arquivo pessoal dos herdeiros de Viana Barreto.

Fig. 2.2.11 - Ilustração do referido texto representando, a negro, o sistema de parques de Estocolmo, 1952. Holger Blom. Arquivo pessoal dos herdeiros de Viana Barreto.

Fig. 2.2.12 - Primeira página do artigo. Holger Blom. Arquivo pessoal dos herdeiros de Viana Barreto.

Fig. 2.2.13 - Última página do artigo exibindo o plano e fotografias de um pequeno espaço dentro do Vasaparken. Holger Blom. Arquivo pessoal dos herdeiros de Viana Barreto.

Fig. 2.2.14 - Jardins do Hospital Karolinska, em Estocolmo, 1952. Manuel Azevedo Coutinho. Arquivo pessoal dos herdeiros de Viana Barreto.

Fig. 2.2.15 - Parque comum da zona residencial de Estocolmo, 1952. Manuel Azevedo Coutinho. Arquivo pessoal dos herdeiros de Viana Barreto.

Fig. 2.2.16 - Caminho no Parque Englisher, em Munique, 1956. Viana Barreto. Arquivo pessoal dos herdeiros de Viana Barreto.

2.3 O espaço público de Lisboa

Fig. 2.3.1 - “Planta geral da cidade com todos os estudos que dizem respeito a este anteprojecto”. Planta constante do ‘Plano Geral de Melhoramentos da Cidade de Lisboa’ de Ressano Garcia, 1903. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/393.

Fig. 2.3.2 - “Planta Parcial da Cidade entre a Praça do Comércio e o Campo Grande com todos os melhoramentos aprovados e em vias de execução a norte do Parque Eduardo VII para justificação dos estudos que se lhe seguem”. Planta integrante do Plano Geral de Melhoramentos da Cidade de Lisboa de Ressano Garcia, assinada por este e datada de Dezembro de 1903. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/UROB/PU/09/01254.

Fig. 2.3.3 - Planta da cidade de Lisboa de 1871, tendo sobrepostas a tinta encarnada as alterações feitas até 1911. Autor desconhecido, s.d. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/UROB/PU/11/456/09.

Fig. 2.3.4 - Plano Diretor de Urbanização e Expansão de Lisboa. Plano de Gröer, 1948. In MESQUITA, Jorge Carvalho – Plan Directeur de Lisbonne: XXe Congrè de la Federation International de L'habitation et de L'urbanisme. Gabinete de Estudos Olisiponenses.

Fig. 2.3.5 - Plano Diretor de Urbanização de Lisboa. Gabinete de Estudos de Urbanização, s.d. IHRU/SIPA. Arquivo pessoal Ribeiro Telles.

Fig. 2.3.6 - Plano Geral de Urbanização de Lisboa. Meyer-Heine, 1966. Retirado de <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>.

Fig. 2.3.7 - Planta topográfica de Lisboa onde se pode observar o Passeio Público pombalino e a Praça de Alegria de Baixo, 1780. In ROSA, Walter – Episódios da evolução urbana de Lisboa entre a Restauração e as Invasões francesas. Lisboa: Rassegna, 1994. Vol. 56.

Fig. 2.3.8 - Planta topográfica de Lisboa. Levantamento Filipe Folque, Cartas 27, 35 e 36, encontrando-se representado entre outros jardins, o Passeio Público romântico, 1859. Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego.

Fig. 2.3.9 - Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico, 1º Fase. Plano Geral. Ribeiro Telles, março de 1956. Incluído no Plano de Urbanização da Encosta do Restelo. Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego.

Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte, Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 2.3.10 - Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico, 1º Fase. Plano de plantação. Ribeiro Telles, março de 1956. Incluído no Plano de Urbanização da Encosta do Restelo. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte, Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 2.3.11.a - Valorização panorâmica. Divisão por setores do sistema de cortinas de defesa contra ventos. Plano de plantação. Álvaro Dentinho, 1957. Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego.

Fig. 2.3.11.b - Valorização panorâmica. Composição florística das cortinas de defesa contra ventos “ab” e “cd”. Álvaro Dentinho, 1957. Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego.

Fig. 2.3.11.c - Valorização panorâmica. Composição florística das cortinas de defesa contra ventos “cd” e “ef”. Álvaro Dentinho, 1957. Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego.

Fig. 2.3.11.d - Valorização panorâmica. Composição florística das cortinas de defesa contra ventos “ef” e “gh”. Álvaro Dentinho, 1957. Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego.

Fig. 2.3.11.e - Valorização panorâmica. Composição florística das cortinas de defesa contra ventos “gh” e pormenor. Álvaro Dentinho, 1957. Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego.

Fig. 2.3.12 - Urbanização do Vale Escuro. Zonamento. Bartolomeu Costa Cabral, França Ribeiro, Caldeira Cabral e Ribeiro Telles, 1957. In ANDRESEN, Teresa - Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração e arquitetos paisagistas. 2003.

Fig. 2.3.13.a - Plano de urbanização de Chelas. Zona J. Análise física. Declive das encostas, década de 60. In CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Revista GTH vol. 3, nº 19 (1970).

Fig. 2.3.13.b - Plano de urbanização de Chelas. Zona J. Análise física. Geologia do local, década de 60. In CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Revista GTH vol. 3, nº 19 (1970).

Fig. 2.3.13.c - Plano de urbanização de Chelas. Zona J. Análise paisagista. Ocupação cultural, década de 60. In CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Revista GTH vol. 3, nº 19 (1970).

Fig. 2.3.13.d - Plano de urbanização de Chelas. Zona J. Condicionamentos urbanos. Altitudes com vista ao planeamento do abastecimento de água. GTH, década de 60. In CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Revista GTH vol. 3, nº 19 (1970).

Fig. 2.3.14 - Bairro das Minhocas no Rego, 1938. Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico, Coleção Eduardo Portugal, PT/AMLSB/EDP/001514.

Fig. 2.3.15 - Bairro das Minhocas, junto ao apeadeiro do Rego, 1939. Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico, Coleção Eduardo Portugal, PT/AMLSB/POR/058756.

Fig. 2.3.16 - Plano geral do projeto do Bairro da Encarnação, s.d. In MONTEZ, Paulino – Lisboa. Extensão Nordeste da Cidade. Plano do Bairro da Encarnação, 1958.

Fig. 2.3.17 - Traçado da rede de circulação do Bairro da Encarnação, 1958. In MONTEZ,

Paulino. Lisboa. Extensão Nordeste da Cidade. Plano do Bairro da Encarnação. 1958.

Fig. 2.3.18 - Aspeto do Plano Geral de Urbanização de Lisboa – Encosta da Ajuda. Faria da Costa, 1938-1940. Estúdio Mário Novais. Fundação Calouste Gulbenkian. Biblioteca de Arte.

Fig. 2.3.19 - Aspeto do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda. Faria da Costa, 1938-1940. Estúdio Mário Novais. Fundação Calouste Gulbenkian. Biblioteca de Arte.

Fig. 2.3.20 - Fotografia aérea do Bairro de Alvalade Célula 1, 1950. Arquivo Municipal de Lisboa - Fotográfico, Autor desconhecido, AF\img43\A21486.jpg.

Fig. 2.3.21 - Plano de Urbanização da zona sul da Avenida Alferes Malheiro, anterior a 1945. Arquivo Municipal de Lisboa - Fotográfico, Coleção Fernando Martinez Pozal, AF\img14\A6512.jpg.

Fig. 2.3.22 - Bairro de Alvalade. Célula 1. Logradouros ocupados por hortas, 2014. Fotografia Rita Vale. Arquivo pessoal Rita Vale.

Fig. 2.3.23 - Bairro de Alvalade. Célula 1. Compartimentação do logradouro e ocupação por hortas, 2014. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 2.3.24 - Rede de caminhos principais em Olivais Norte, 1958. Instituto Geográfico do Exército.

Fig. 2.3.25 - Olivais Norte. Ajardinados a Sul da Rua General Silva Freire. Pormenores. Sousa da Câmara, 1967. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-73-06 - Folha 1.

Fig. 2.3.26 - Olivais Sul. Célula B. Z. Centro. Escolas Primárias. Plano de plantação. Arbustos e árvores. Sousa da Câmara, 1969. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-74-10 - Folha 1.

Fig. 2.3.27 - Olivais Sul, 1968. Instituto Geográfico do Exército.

3 O contributo dos arquitetos paisagistas:

“Parques e Jardins”

Fig. 3.1 - Distribuição da tipologia “Parques e Jardins” na cidade de Lisboa. Teresa Bettencourt da Camara, 2014. Arquivo pessoal Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 3.2 - Jardim da Praça de Londres. Plano geral, Azevedo Coutinho, 1950. Arquivo Municipal de Lisboa- Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.3 - Projeto do jardim da Igreja S. João de Deus. Plano Geral. Ribeiro Telles, 1953. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-68-01 - Folha 1

Fig. 3.4 - Projeto dos Espaços Verdes Públicos do Bairro de Santa Cruz (Benfica). Plano geral. Ribeiro Telles, 1958. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-23-04 - Folha 1.

Fig. 3.5 - Ajardinamento do Terreno situado entre a Calçada das Necessidades, Av. Infante Santo e Travessa do Possolo. Plano Geral. Sousa da Câmara, 1962. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-60-04 - Folha 1.

Fig. 3.6 - Estufa Fria. Ante-projeto de Remodelação (Zona Nascente). Azevedo Coutinho, 1954. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-37-05 - Folha 1.

Fig. 3.7 - Estufa Fria. Ante-projeto de Remodelação (Zona Nascente). Edgar Fontes, 1954.. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-37-04 - Folha 1.

Fig. 3.8 - Estufa Fria. Ante-projeto de Remodelação (Zona Nascente). Ribeiro Telles. 1954. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-37-03 - Folha 1.

3.1 A Mata de Alvalade

Fig. 3.1.1 - Arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto. Plano geral. Ribeiro Telles, 1951. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.1.2 - Arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto. Centro desportivo. Localização dos campos de futebol e patinagem. Ribeiro Telles, 1951. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.1.3 - Arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto. Centro desportivo. Localização dos campos de tennis , bask-ball e voley-ball, e recinto destinado a piscina. Plano de plantação. Ribeiro Telles, 1951. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-66-03 - Folha 1.

Fig. 3.1.4 - Projeto de arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto. Praceta da Av. de acesso ao centro desportivo. Plano de conjunto. Ribeiro Telles, 1951. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-66-04 - Folha 1.

Fig. 3.1.5 - Arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto. Praceta da Av. de Acesso ao centro desportivo. Perspetiva de conjunto. Ribeiro Telles, 1951. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.1.6 - Projeto da mata de Alvalade. Regularização do terreno. Perfis. Ribeiro Telles, 1955. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Arquivo Municipal de Lisboa- Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.1.7 - A futura Mata de Alvalade em fase inicial de instalação. Fotografia aérea, 1958. Instituto Geográfico do Exército.

Fig. 3.1.8 - Mata de Alvalade. Plano parcial de plantação. Sousa da Câmara, 1965. Arquivo

Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.1.9 - Sugestão para o arranjo paisagístico do Areeiro do Narigão. Sousa da Câmara, 1966. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.1.10 - A Mata de Alvalade, com o Areeiro do Narigão a Sul envolto por barracas. Fotografia aérea, 1968. 1968. Instituto Geográfico do Exército.

3.2 O Jardim da Torre de Belém

Fig. 3.2.1 - Vista aérea da Fábrica de Gás de Belém, 1938. Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico, Coleção Kurt Pinto. PT/AMLSB/KPI/000238.

Fig. 3.2.2 - Perspetiva da Torre de Belém a partir do Rio Tejo, 1927. Fotografia Estúdio Mário Novais. Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte – “Coleção Mário Novais”.

Fig. 3.2.3 - Demolição da Fábrica de Gaz, 1950. s.a. Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico. PT/AMLSB/PEL/005/S00216.

Fig. 3.2.4 - Demolição da Fábrica de Gaz, 1950. s.a. Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico. PT/AMLSB/PEL/005/S00220.

Fig. 3.2.5 - Demolição da Fábrica de Gaz, 1950. s.a. Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico. PT/AMLSB/PEL/005/S00222.

Fig. 3.2.6 - Terreno após a demolição da Fábrica de Gaz, 1950. Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico. Coleção Eduardo Portugal. PT/AMLSB/EDP/001004.

Fig. 3.2.7 - Divisão das zonas ocupadas por cada uma três instituições que tutelavam a área envolvente da Torre de Belém, s.d. sa. IHRU/SIPA. Arquivo pessoal de Viana Barreto.

Fig. 3.2.8 - Gravura representando a Torre de Belém e a entrada na barra, s.d. Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico. Coleção José Artur Leitão Bárcia. PT/AMLSB/BAR/000831

Fig. 3.2.9 - Perspetiva da Torre de Belém a partir do areal envolvente, s.d. Fotografia Estúdio Mário Novais. Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte – “Coleção Mário Novais”.

Fig. 3.2.10 - Estudo de ligação das zonas de enquadramento da Torre de Belém e da Capela do Restelo. Viana Barreto, s.d. IHRU/SIPA. Arquivo pessoal de Viana Barreto.

Fig. 3.2.11 - Aspeto da envolvente da torre onde se pode ver o muro que ocultava parte da sua fachada, s.d. sa. IHRU/SIPA.

Fig. 3.2.12 - Preparação do terreno após a conclusão da construção dos arruamentos. À direita, elemento arbóreo mantido, s.d. Fotografia Viana Barreto. Arquivo pessoal de Viana Barreto.

Fig. 3.2.13 - Zona situada entre o caminho mais periférico e o limite da área ajardinada que viria a ser ocupada por parte da cintura arbórea envolvente das clareiras, s.d. Fotografia Viana Barreto. Arquivo pessoal de Viana Barreto.

Fig. 3.2.14 - Zona de clareira observada a partir do arruamento que constituía o antigo acesso à Torre, s.d. Fotografia Viana Barreto. Arquivo pessoal de Viana Barreto.

Fig. 3.2.15 - Novo arruamento poente de acesso à torre, s.d. Fotografia Viana Barreto. Arquivo pessoal de Viana Barreto.

Fig. 3.2.16 - A clareira e a orla em fase de instalação, s.d. Fotografia Viana Barreto. Arquivo pessoal de Viana Barreto.

Fig. 3.2.17 - Vista da Torre a partir da cintura arbórea envolvente, recentemente plantada, s.d. Fotografia Viana Barreto. Arquivo pessoal de Viana Barreto.

Fig. 3.2.18 - Eixo visual a partir da estrada limítrofe a norte do jardim, s.d. Fotografia Viana Barreto. Arquivo pessoal de Viana Barreto.

Fig. 3.2.19 - Torre de Belém. Plano de plantação de herbáceas, s.d. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.2.20 - Maqueta da Torre de Belém presente na exposição itinerante da IFLA inaugurada em 1957. Fotografia António Campelo. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.

Fig. 3.2.21 - Tradução para a língua inglesa do estudo “Contribuição para o estudo do enquadramento da Torre de Belém”. Viana Barreto, 1957. Arquivo pessoal de Viana Barreto.

Fig. 3.2.22 - A Torre de Belém encontra-se no presente, inteiramente rodeada por água. s.d, s.a, IHRU/SIPA.

Fig. 3.2.23 - Vista do enquadramento da Torre de Belém, a partir da torre, 2009. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. IHRU/SIPA.

Fig. 3.2.24 - Projeto para o espaço envolvente da Torre de Belém. Cottinelli Telmo, 1943. Ministério da Obras Publicas Transportes e Comunicações In MARTINS, João Paulo – Cottinelli Telmo /1897-1948.

3.3 O Jardim da Capela de São Jerónimo

Fig. 3.3.1 - Capela de São Jerónimo. Planta da Zona de Proteção. s.a, s.d. IHRU/SIPA.

Fig. 3.3.2 - Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase). Plano de Plantação da Zona da Capela de São Jerónimo. Ribeiro Telles, 1956. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.3.3 - Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase). Zona da Capela de São Jerónimo. Estudo definitivo. Plano geral. Ribeiro Telles, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.3.4 - Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase). Zona da Capela de São Jerónimo. Estudo definitivo. Corte A-B. Ribeiro Telles, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.3.5 - Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase). Plano de Plantação da Zona da Capela de São Jerónimo. Estudo definitivo. Plano de plantação, Socalcos rochosos. Ribeiro Telles, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.3.6 - Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase). Zona da Capela de São Jerónimo. Estudo definitivo. Entrada da Mata. Ribeiro Telles, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.3.7 - Eixos visuais projetados a partir da Capela de S. Jerónimo. s.a, s.d. IHRU/ SIPA. Arquivo pessoal de Gonçalo Ribeiro Telles.

3.4 A Avenida da Liberdade

Fig. 3.4.1 - Remodelação da Avenida da Liberdade, Lisboa: projeto de arborização e ajardinamento. Perfis transversais. Ribeiro Teles, 1955. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.4.2 - Remodelação da Avenida da Liberdade, Lisboa. Projeto de arborização e ajardinamento. Plano Geral. Ribeiro Telles, 1955. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.4.3 - Remodelação da Avenida da Liberdade. Troço Rotunda – Alexandre Herculano. Perfil por AB. Ribeiro Telles, 1956. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.4.4 - Remodelação da Avenida da Liberdade. Projeto de arborização e ajardinamento. Plano de plantação, Rua Alexandre Herculano e Rotunda, 1a Fase. Ribeiro Telles, 1955. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.4.5 - Remodelação da Avenida da Liberdade. Projeto de arborização e ajardinamento. Praça Marquês de Pombal. Ribeiro Telles, 1955. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.4.6 - Remodelação da Avenida da Liberdade, Lisboa: projeto de arborização e ajardinamento. Perspetiva parcial Ribeiro Telles, 1955. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.4.7a - Estudo comparativo da Avenida da Liberdade. Solução Ressano Garcia. Teresa Bettencourt da Camara, 2014.

Fig. 3.4.7b - Avenida da Liberdade. Solução Ribeiro Telles, Caldeira Cabral. Teresa Bettencourt da Camara, 2014.

Fig. 3.4.8 - Comparação entre dois perfis transversais tipo da Avenida de duas diferentes propostas, o projeto de Ressano Garcia (1884) e o projeto de Caldeira Cabral e Ribeiro Telles (1956). Francisco Cabral de Moncada, 2014. Arquivo pessoal Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 3.4.9 - Ribeiro Telles na Avenida da Liberdade nos finais da década de 50. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.

Fig. 3.4.10 - Caldeira Cabral na Avenida da Liberdade nos finais da década de 50. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.

Fig. 3.4.11 - As faixas centrais apresentavam sobretudo árvores de copa mais estreita possibilitando uma perspetiva mais alargada. sd, s.a. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.

Fig. 3.4.12 - Cortina de arbustos em separando o passeio central de rua lateral da Avenida, s.d. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.

Fig. 3.4.13 - Mixed-border numa placa exterior da Avenida, s.d. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.

Fig. 3.4.14 - Bancos de jardim integrados na placa ajardinada exterior, s.d. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.

Fig. 3.4.15 - Passagem entre o passeio central e as ruas laterais, s.d. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.

Fig. 3.4.16 - Troncos limpos das árvores situadas junto à, ou na faixa ajardinada central. São também visíveis as árvores remanescentes do projeto de Ressano Garcia, s.d. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.

Fig. 3.4.17 - Topo de uma placa, s.d. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.

Fig. 3.4.18 - Os muretes de sustentação de terra como estruturas da composição assumindo a função de bancos, s.d. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.

Fig. 3.4.19 – Definição de planos horizontais e enquadramento de elemento escultórico. s.d. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.

Fig. 3.4.20 - Coexistência dos dois projetos de jardins da Avenida. Do lado nascente o projeto de Ressano Garcia, a poente o projeto de Ribeiro Telles e Caldeira Cabral, s.d. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte – Coleção “Mário Novais”.

Fig. 3.4.21 - Fotografia aérea da Avenida da Liberdade, 1938-1948. Instituto Geográfico do Exército

Fig. 3.4.22 - Fotografia aérea da Avenida da Liberdade, 1958. É visível a concretização

do projeto de Ribeiro Telles e Caldeira Cabral no lado poente da Avenida e, do lado nascente, apenas entre a Rotunda do Marquês e a Avenida Alexandre Herculano. Instituto Geográfico do Exército.

3.5 O Parque do Vale do Silêncio

Fig. 3.5.1 - Olivais Sul. Parque Poente. Estudo de arranjo. Planta de localização. s.a, 1966. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.5.2 - GTH. Plano dos Olivais Sul. José Rafael Botelho e Carlos Duarte, 1972. In Tostões, Ana - Lisboa. Arquitetura e Urbanismo: Do Passeio Público ao Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian.

Fig. 3.5.3 - Olivais Sul. Parque Poente. Estudo de arranjo. Terraplanagens, localização de perfis. s.a, 1966. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.5.4 - Célula C. Zona do Parque, levantamento. s.a, 1967. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.5.5 - Célula C. Zona do Parque. Plano de zonamento da plantação. s.a, 1967. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.5.6 - Célula C. Zona do Parque. Plano de plantação. Sousa da Câmara, 1968. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.5.7 - Fotografia aérea do Parque do Vale do Silêncio, 1968. Instituto Geográfico do Exército.

Fig. 3.5.8a - O Parque do Vale do Silêncio, 2014.

Fig. 3.5.8b - O Parque do Vale do Silêncio, 2014.

Fig. 3.5.8c - O Parque do Vale do Silêncio, 2014.

Fig. 3.5.8d - O Parque do Vale do Silêncio, 2014.

3.6 O Jardim da Fundação Calouse Gulbenkian

Fig. 3.6.1 - Foto aérea do Parque de Santa Gertrudes, s.d. Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian.

Fig. 3.6.2 - Maqueta do concurso para as “Instalações da Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian”. Equipa A, s.d. Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian.

Fig. 3.6.3 - Maqueta do concurso para as “Instalações da Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian”. Equipa B, s.d. Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian.

Fig. 3.6.4 - Maqueta do concurso para as “Instalações da Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian”. Equipa C, s.d. Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian.

Fig. 3.6.5 - Planta do zonamento do anteprojeto do jardim da Fundação Calouste

Gulbenkian, 1961. Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian.

Fig. 3.6.6 - Plano Geral do Projeto de Revisão do jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, s.d. [1966]. IHRU/SIPA. Arquivo pessoal de Gonçalo Ribeiro Telles. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.6.7 - Parque Calouste Gulbenkian. Plano Geral. Projeto de Revisão do jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, s.d. IHRU/SIPA. Arquivo pessoal de Gonçalo Ribeiro Telles. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian”.

Fig. 3.6.8 - Contracapa do anteprojeto do jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 3.6.9 - Rótulo do Plano de Conjunto da “Urbanização e arranjo do Parque”. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal Teresa Bettencourt da Camara.

4 O contributo dos arquitetos paisagistas:

“Arruamentos”

Fig. 4.1 - Distribuição da tipologia “Arruamentos” na cidade de Lisboa. Teresa Bettencourt da Camara, 2014. Arquivo pessoal Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 4.2 - Avenida da Igreja. Troço Largo Frei Heitor Pinto – Praça de Alvalade, 1958. Arquivo Municipal de Lisboa - Fotográfico, Coleção Salvador de Almeida Fernandes, PT/AMLSB/SAL/I00046.

Fig. 4.3 - Avenida da Igreja. Praça de Alvalade, 1960. Arquivo Municipal de Lisboa - Fotográfico, Coleção Augusto de Jesus Fernandes, PT/AMLSB/AJF/S01355.

Fig. 4.4 - Avenida da Igreja. Troço Praça de Alvalade – Jardim do Campo Grande, década de 50. Arquivo Municipal de Lisboa - Fotográfico, Coleção Salvador de Almeida Fernandes, PT/AMLSB/SAL/I00131.

Fig. 4.5 - Projeto de alteração do plano de plantação da Avenida Guerra Junqueiro. Azevedo Coutinho, 1950. Arquivo Municipal de Lisboa. Ref PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-52-01 - Folha 1.

Fig. 4.6 - Faixa ajardinada da Avenida Guerra Junqueiro, 1960. Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico, Coleção Arnaldo Madureira, PT/AMLSB/ARM/I00537.

Fig. 4.7 - Projeto de Arborização da Avenida do Rio de Janeiro. Plano Geral. Ribeiro Telles, 1951. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-24-01 - Folha 1.

Fig. 4.8 - Projeto de ajardinamento da Av. Columbano Bordalo Pinheiro. Ribeiro Telles, 1953. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-51-01 - Folha 1

Fig. 4.9 - Projeto dos espaços verdes da Av. Columbano Bordalo Pinheiro. Planta

Geral. Ribeiro Telles, s.d. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-51-02 - Folha 1.

Fig. 4.10 - Projeto de ajardinamento da 2ª Circular (Troço entre a rotunda do aeroporto e a Av. Infante D. Henrique). Plano Geral. Ribeiro Telles, 1953. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-77-01 - Folha 1.

Fig. 4.11 - Projeto de Remodelação da Praça da Rotunda do Aeroporto. Planta. Ribeiro Telles, 1953. Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-01-01 - Folha 1.

Fig. 4.12 - Projeto de Remodelação da Praça da Rotunda do Aeroporto. Perfil. Ribeiro Telles, 1953. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-01-02 - Folha 1.

Fig. 4.13 - Projeto de Remodelação da Praça da Rotunda do Aeroporto. 2ª Fase. Planta. Ribeiro Telles, 1956. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-01-03 - Folha 1.

Fig. 4.14 - Avenida Fontes Pereira de Melo. Projeto de Arborização. 1ª Fase. Ribeiro Telles, 1953. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-17-01 - Folha 1.

Fig. 4.15 - Ajardinamento da Praça de Sete Rios. Plano geral. Sousa da Câmara, 1963. Arquivo Municipal de Lisboa – PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-16-01 - Folha 1

Fig. 4.16 - Ajardinamento da Praça de Sete Rios. Cortes. Sousa da Câmara, 1963. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 4.17 - Sugestão para o arranjo dos passeios da Av. Gago Coutinho (entre a Praça do Areeiro e a Av. Estados Unidos da América). Sousa da Câmara, 1964. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-47-01 - Folha 1.

4.1 A Avenida da Igreja

Fig. 4.1.1 - Projeto de Arborização da Avenida da Igreja. Plano Geral. Azevedo Coutinho, 1950. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-30-01 - Folha 1,

Fig. 4.1.2 - Projeto de Arborização da Avenida da Igreja. Perfis tipo. Azevedo Coutinho, 1950. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-30-03 - Folha 1.

Fig. 4.1.3 - Avenida da Igreja, entre a Avenida de Roma e o Largo Frei Heitor Pinto, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico, Coleção António Passaporte. PT/AMLSB/PAS/001820.

Fig. 4.1.4 - Avenida da Igreja, entre a Avenida de Roma e o Campo Grande, década de 50. Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico, Coleção Claudino Madeira. PT/AMLSB/MAD/000080.

Fig. 4.1.5 - Projeto de Arborização da Avenida da Igreja. Pormenor do plano de plantação de arbustos e plantas herbáceas vivazes. Azevedo Coutinho, 1950. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-30-02 - Folha 1.

4.2 A Avenida D. Rodrigo Cunha

Fig. 4.2.1 - A arborização da Avenida Dom Rodrigo da Cunha, 2013. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 4.2.2 - Caminho pedonal, 2013. Fotografia Teresa Bettencourt da Câmara. Arquivo Pessoal Teresa Bettencourt da Câmara.

Fig. 4.2.3 - Ajardinado da Avenida D. Rodrigo da Cunha. Plano de plantação. Ribeiro Telles, 1953. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 4.2.4 - A avenida D. Rodrigo da Cunha, década de 50. Arquivo Municipal de Lisboa - Fotográfico, Coleção Salvador de Almeida Fernandes, PT/AMLSB/SAL/S00063.

Fig. 4.2.5 - A avenida D. Rodrigo da Cunha, década de 50. Arquivo Municipal de Lisboa - Fotográfico, Coleção Salvador de Almeida Fernandes, PT/AMLSB/SAL/I00096.

4.3 A Avenida dos Estados Unidos da América

Fig. 4.3.1 - Troço nascente da faixa central da Avenida dos Estados Unidos da América, parcialmente pavimentada, 2013. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 4.3.2 - Troço nascente da faixa central da Avenida dos Estados Unidos da América ajardinada e arborizada com choupos. 2013. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 4.3.3 - Avenida dos Estados Unidos da América. Arranjo verde da faixa central e cruzamentos. Ribeiro Telles, 1958. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 4.3.4 - Cruzamento da Avenida de Roma e Avenida dos Estados Unidos da América. 1963. Fotografia Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Armando Serôdio, PT/AMLSB/SER/S01809.

Fig. 4.3.5 - Avenida dos Estados Unidos da América. Troço nascente, década de 60. Arquivo Municipal de Lisboa. Coleção Artur Pastor, PT/AMLSB/ART/000137.

Fig. 4.3.6 - Avenida dos Estados Unidos da América. Troço poente, década de 60. Arquivo Municipal de Lisboa. Coleção Artur Pastor, PT/AMLSB/ART/000141.

4.4 A Avenida Infante Santo

Fig. 4.4.1 - Avenida Infante Santo, na proximidade da Basílica da Estrela, 2013. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 4.4.2 - Lado poente da Avenida Infante Santo. Transição da praça a poente da avenida para as faixas ajardinadas, 2013. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 4.4.3 - Avenida Infante Santo, 1970. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Artur Inácio Bastos, PT/AMLSB/AIB/S01975.

Fig. 4.4.4 - Avenida Infante Santo. Projecto dos espaços verdes. Plano de plantação de árvores. Ribeiro Telles, 1957. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção ‘Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 4.4.5 - Avenida Infante Santo. Jardim poente. Plano Geral. Ribeiro Telles, 1960. Arquivo Municipal de Lisboa - Bairro da Liberdade. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção ‘Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 4.4.6 - Aspeto da praça do jardim poente, década de 60. Autor desconhecido, ISA.

Fig. 4.4.7 - Praça ajardinada a poente da avenida, 2013. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

4.5 A Avenida Calouste Gulbenkian

Fig. 4.5.1 - Terraplanagens para a construção da Avenida Calouste Gulbenkian, 1967. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Armando Serôdio, PT/AMLSB/SER/S00144.

Fig. 4.5.2 - Avenida Calouste Gulbenkian, 2013. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 4.5.3 - Projeto de ajardinamento da Avenida Gulbenkian. Plano Geral. Sousa da Câmara, 1967. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-18-01 - Folha 1.

Fig. 4.5.4 - Ampliação de pormenor do Projeto de ajardinamento da Avenida Gulbenkian. Plano Geral, Sousa da Câmara, 1967. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-18-01 - Folha 1.

Fig. 4.5.5 - Projeto de ajardinamento da Avenida Gulbenkian. Plano de plantação, Sousa da Câmara, 1967. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-18-02 - Folha 1.

Fig. 4.5.6 - Perfil da encosta, 2013. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 4.5.7 - Caminho pedonal, separado do trânsito automóvel por sebe, 2013. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

5 O contributo dos arquitetos paisagistas:

“Bairros”

Fig. 5.1 - Distribuição da tipologia “Bairros” na cidade de Lisboa. Teresa Bettencourt da Camara, 2014. Arquivo pessoal Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.2 - Axonometria do Grupo Escolar do Bairro da Madre Deus. Anteprojeto para o seu ajardinamento. Sousa da Câmara, 1961. In Câmara, Sousa - Memória descritiva. Grupo Escolar do Bairro da Madre Deus. Anteprojeto para o seu ajardinamento, 1961. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa.

Fig. 5.3 - Ajardinamento dos terrenos do Grupo Escolar do Bairro da Madre Deus. Pavimentos e plano de plantação. Sousa da Câmara, 1963. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-27-02 - Folha 1

Fig. 5.4 - Recreio para crianças. Placa do Largo Ocidental Bairro da Caramão da Ajuda. Sousa da Câmara, 1963. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-03-01 - Folha 1

Fig. 5.5 - Recreio para crianças. Placa do Largo Ocidental Bairro da Caramão da Ajuda. Sousa da Câmara, 1963. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-03-02 - Folha 1

Fig. 5.6 - Urbanização do Casalinho da Ajuda. Marques Moreira, 1970. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-04-01 - Folha 1.

Fig. 5.7 - Plano geral. Ribeiro Telles, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

5.1 Os espaços verdes do Bairro da Encarnação

Fig. 5.1.1 - Projeto de arborização e ajardinamento da Praça de Santo Eugénio. Plano geral. Ribeiro Telles, 1951. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.1.2 - Placa ajardinada da Alameda de grevileas junto à Igreja de Santo Eugénio. Bairro da Encarnação, 2014. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.1.3 - Projeto de construção de um ajardinado para o Bairro da Encarnação, junto à rua nº 27. Ribeiro Telles, 1952. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.1.4 - Jardim da Rua 27, no Bairro da Encarnação, 2014. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.1.5 - Projeto de construção dos ajardinados da Alameda do Bairro da Encarnação. Ribeiro Telles, 1953. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.1.6 - Alameda da Encarnação e Igreja de Santo Eugénio, 1951. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Eduardo Portugal, PT-AMLSB-POR-057703.

Fig. 5.1.7 - Trecho terminal NE. da Alameda da Encarnação. Ao fundo a fachada principal da Igreja da Encarnação, 2004. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.1.8 - Alameda da Encarnação, 1964. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Artur João Goulart, PT/AMLSB/AJG/S01147.

Fig. 5.1.9 - Projeto de Arborização da Rua da Quinta de Santa Maria. Encarnação. Ribeiro

Telles, 1956. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.1.10 - Enquadramento paisagístico da cintura exterior do bairro da encarnação. (1ª fase). Edgar Fontes, 1955. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.1.11 - Enquadramento Paisagístico da Cintura Exterior do Bairro da Encarnação. 2ª fase. Arranjo da Mata Poente. Edgar Fontes, 1958. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.1.12 - Parque de recreio para crianças na mata poente do Bairro da Encarnação. S.a, s.d. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-45-02 - Folha 1.

Fig. 5.1.13 - Parque de recreio para crianças na mata poente do Bairro da Encarnação. Plano Geral. s.a, 1962. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-45-01 - Folha 1.

Fig. 5.1.14 - Recinto de recreio infantil. Bairro da Encarnação. (Clube atlético e recreativo da Encarnação). Plano geral. Sousa da Câmara, 1963. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-45-04 - Folha 1

5.2 Os espaços verdes do Bairro de Alvalade

Fig. 5.2.1 - Avenida da Igreja, entre a Avenida de Roma e o Campo Grande, década de 50. Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico. Coleção Judah Benoliel, PT/AMLSB/JBN/004676.

Fig. 5.2.2 - Largo Frei Heitor Pinto e Avenida da Igreja, 1974. Arquivo Municipal de Lisboa. Coleção Artur Pastor. PT-AMLSB-ART-027279 - Folha 1

Fig. 5.2.3 - Projeto do ajardinado do cruzamento da Av. do Brasil com a Av de Roma. Ribeiro Telles, 1954. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-66-02 - Folha 1.

Fig. 5.2.4 - Jardins da Escola Básica de Santo António, 2014. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.2.5 - Jardim envolvente da Escola Básica Fernando Pessoa, 2014 Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.2.6 - Projeto do Ajardinamento do Centro Escolar da célula 7. Plano geral. Edgar Fontes, 1954. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.2.7 - Escola primária nº 24, Bairro de São Miguel. Visita do Prefeito da Baía, 1957. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Armando Serôdio. PT-AMLSB-SER-S01207

Fig. 5.2.8 - Escola primária nº 24, Bairro de São Miguel, 1961. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Arnaldo Madureira, PT/AMLSB/ARM/I01036

Fig. 5.2.9 - Escola Preparatória Almirante Gago Coutinho, 1972. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Vasco Gouveia de Figueiredo. PT/AMLSB/VGF/S01786. .

Fig. 5.2.10 - Projeto de arborização e ajardinamento do Centro Escolar da Célula 6. Edgar Fontes, 1958. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.2.11- Igreja de São João de Brito, fachada lateral (Célula 6),1968. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção João Brito Geraldês, PT/AMLSB/JBG/S00995.

Fig. 5.2.12- Alvalade. Jardins públicos. Projecto do Jardim junto ao Centro Escolar – Célula nº 1 (entre as Ruas Eugénio de Castro e o Centro escolar). Plano geral. Azevedo Coutinho, 1950. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-69-01 - Folha 1.

Fig. 5.2.13 - Jardim envolvente da Escola Básica de Santo António. (Célula1), 2014. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.2.14 - Jardim envolvente da Escola Básica Fernando Pessoa. (Célula2), 2014. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.2.15 - Projeto do ajardinado para a praça da rua 50 da célula 7 do Sítio de Alvalade. Plano geral. Ribeiro Telles, 1951. In COSTA, João Pedro - Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português. 4ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

Fig. 5.2.16 - Jardim das Praça Francisco de Moraes, no Bairro de São Miguel, 1966. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Armando Serôdio, PT/AMLSB/FDM/001740.

Fig. 5.2.17 - Projeto de um ajardinado para a Praça da Rua nº 50 do Bairro de Alvalade (Praça Gonçalo Trancoso). Plano de plantação. Ribeiro Telles, 1952. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-31-01 - Folha 1.

Fig. 5.2.18 - Praça Andrade Caminha. Bairro de São Miguel, [194-]. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Amadeu Ferrari. PT/AMLSB/FER/000533.

Fig. 5.2.19 - Jardim do Largo frei Heitor Pinto, [c. 1959]. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção António Passaporte, PT/AMLSB/PAS/001824.

Fig. 5.2.20 - Largo Frei Heitor Pinto. Plano Geral. 1951. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.2.21 - Projecto do jardim miradouro da Rua Eduardo de Noronha. Ribeiro Telles, 1954. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-19-01 - Folha 1.

Fig. 5.2.22 - Projeto de Enquadramento da Igreja de São João de Brito. Plano geral. Ribeiro Telles, 1958. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.2.23 - Jardim junto à Igreja de São João de Brito, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Judah Benoliel. PT/AMLSB/JBN/005083.

Fig. 5.2.24 - Jardim junto à igreja de São João de Brito, 1960. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Arnaldo Madureira PT/AMLSB/ARM/I00861

Fig. 5.2.25 - Bairro de Alvalade. Célula 8, 2014. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.2.26 - Logradouros da Avenida Dom Rodrigo da Cunha, 2014. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.2.27 - Bairro de São João de Deus, também conhecido por “Bairro das Estacas”. Prémio Municipal de Arquitetura de 1954, 1958. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Salvador de Almeida Fernandes. PT/AMLSB/ARM/I01036 AML AF

Fig. 5.2.28 - Projeto de ajardinamento da zona comercial da célula 8 (Alvalade). Plano Geral. Localização dos bancos de modelo 17C. Ribeiro Telles, 1953. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção ‘Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.2.29 - Logradouro no Bairro de São João de Deus, também conhecido por “Bairro das Estacas”. Prémio Municipal de Arquitetura de 1954, 1958. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Armando Seródio. PT/AMLSB/SER/S01011

Fig. 5.2.30 - Logradouro no Bairro de São João de Deus. Parque Infantil, 2014. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.2.31 - Continuidade visual entre os jardins dos logradouros vizinhos, 2014. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.2.32 - Ajardinados da Avenida dos Estados Unidos da América. Troço Avenida Rio de Janeiro Avenida de Roma. Anteprojeto (sem efeito). Ribeiro Telles, 1957. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-55-05 - Folha 1.

Fig. 5.2.33 - Avenida dos Estados Unidos da América: Troço entre a Av. do Aeroporto a Av. Rio de Janeiro. Ribeiro Telles, 1958. Arquivo Municipal de Lisboa. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção ‘Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.2.34 - Avenida dos Estados Unidos da América. Projecto dos ajardinados. Pormenores. Ribeiro Telles, 1958. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-55-01 - Folha 1.

Fig. 5.2.35 - Avenida dos Estados Unidos da América. Plano geral. Sousa da Câmara, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção ‘Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.2.36 - Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinados no troço entre a Av. de Roma e a Av. Rio de Janeiro. Perfis. Sousa da Câmara. Sousa da Câmara, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-55-03 - Folha 1.

Fig. 5.2.37 - Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinado entre os lotes. Sousa da Câmara, 1962. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-55-04 - Folha 1

Fig. 5.2.38 - Logradouros da Avenida do Brasil. Sousa da Câmara, s.d. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.2.39 - Ante-projecto do ajardinamento dos logradouros da Av. do Brasil. Cortes Sousa da Câmara, 1963. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-11-01 - Folha 1

5.3 A Encosta do Restelo

Fig. 5.3.1 - Encosta do Restelo. Avenida Torre de Belém e Praça de Dio a nascente, 1947. Instituto Geográfico do Exército.

Fig. 5.3.2 - Jardim da Praça de Dio, 1966. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Armando Serôdio, PT/AMLSB/FDM/000958.

Fig. 5.3.3 - Jardim da Praça de Dio, 2013. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.3.4 - Projeto de construção do jardim da Praça de Goa. Plano de plantação (árvores). Ribeiro Telles, 1951. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-56-01 - Folha 1.

Fig. 5.3.5 - Projeto de construção do jardim da Praça de Goa. Plano de plantação (arbustos). Ribeiro Telles, 1951. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-56-02 - Folha 1.

Fig. 5.3.6 - Projeto de construção do jardim da Praça de Goa. Plano de plantação. Pormenores. Ribeiro Telles, 1951. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-56-03 - Folha 1.

Fig. 5.3.7 - Jardim da Praça de Goa, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Armando Serôdio, PT/AMLSB/SER/I00267.

Fig. 5.3.8 - Jardim da Praça de Goa, 1966. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Armando Serôdio, PT/AMLSB/FDM/000952.

Fig. 5.3.9 - Jardim da Praça de Goa, 2013. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.3.10 - Jardim da Praça de Goa, 2013 Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.3.11 - Projeto de construção do jardim da Praça de Damão. Plano geral. Ribeiro Telles, 1951. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.3.12 - Projeto de construção do jardim da Praça de Damão. Perfis. Ribeiro Telles, 1951. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.3.13 - Projeto de construção do jardim da Praça de Damão. Plano de plantação das árvores. Ribeiro Telles, 1951. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.3.14 - Projeto de construção do jardim da Praça de Damão. Arbustos e herbáceas anuais. Ribeiro Telles, 1951. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.3.15 - Jardim da Praça de Damão, 1966. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Armando Serôdio, PT/AMLSB/FDM/000951.

Fig. 5.3.16 - Jardim da Praça de Damão, 1966. Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Garcia Nunes, PT/AMLSB/NUN/S00959.

Fig. 5.3.17 - Jardim da Praça de Damão, 2013. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.3.18 - Jardim da Praça de Damão, 2013. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.3.19 - Praça de Malaca. Plano geral. Ribeiro Telles, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.3.20 - Jardim da Praça de Damão, 2013. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.3.21 - Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico, 1º Fase. Plano de plantação. Maciços perenifólios. Ribeiro Telles, 1956. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.3.22 - Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico, 1º Fase. Plano de plantação. Maciços caducifólios. Ribeiro Telles, 1956. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.3.23 - Projeto dos ajardinados da zona comercial do Restelo. Ajardinados Norte. Ribeiro Telles, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-29-01 - Folha 1

Fig. 5.3.24 - Projeto dos ajardinados da zona comercial do Restelo. Ajardinados Sul. Ribeiro Telles, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-29-02 - Folha 1.

Fig. 5.3.25 - Ajardinamento dos espaços entre os Blocos nº 854-859 a norte da Rua Bartolomeu Dias. Cortes. Sousa da Câmara, 1963. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-09-02 - Folha 1.

Fig. 5.3.26 - Ajardinamento dos espaços entre os Blocos nº 854-859 a norte da Rua

Bartolomeu Dias. Plano de plantação. Sousa da Câmara, 1963. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-09-01 - Folha 1.

Fig. 5.3.27 - Ajardinados junto à Rua D. Lourenço de Almeida. Pormenores. Sousa da Câmara, s.d. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-49 - Folha 1.

Fig. 5.3.28 - Estudo de revisão da zona limitada pelas ruas Gonçalves Zarco, Tristão Vaz, Mem Rodrigues e Avenida da Ilha da Madeira. Anteprojeto das zonas verdes. Edgar Fontes, 1967. Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do cego.

5.4 O Bairro dos Olivais

Fig. 5.4.1 - Olivais Sul. Plano geral. s.a, s.d. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.4.2 - Espaços verdes entre os blocos 62 e 63, 1963. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.4.3 - Olivais Norte. Jardim entre os blocos, 2014. 2013. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.4.4 - Olivais Norte. Lotes 88 a 104. Álvaro Dentinho, s.d. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-73-02 - Folha 1

Fig. 5.4.5 - Olivais Norte. Jardim entre os blocos, 2014. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.4.6 - Pormenor do desenho 13365, 1964. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.4.7 - Pormenor do desenho 13390, 1964. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.4.8 - Praça junto à Rua General Silva Freire. Tanque, 2014. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.4.9 - Praça junto à Rua General Silva Freire. Pormenor do pavimento, 2014. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.4.10 - Olivais Sul. Pavimentos, 2014. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.4.11 - Olivais Norte. Pormenor "O". Rede de rega. Sousa da Câmara, s.d. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-73-04 - Folha 1.

Fig. 5.4.12 - Olivais Norte. Aspeto do Pormenor "O", 2014. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.4.13 - Grupo escolar dos Olivais. Ajardinamento. Plano de plantação de árvores.

Sampaio Fontes, 1963. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-72-01 - Folha 1

Fig. 5.4.14 - Olivais Norte. Aspeto da envolvente Sul da escola, 2014. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.4.15 - Olivais Norte. Aspeto da envolvente poente da escola, 2014. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

Fig. 5.4.16 - Piscina dos Olivais. Enquadramento. Edgar Fontes, 1966. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-62-01 - Folha 1

Fig. 5.4.17 - Olivais Sul. Projeto em fase de obra do parque desportivo no extremo Sul do bairro, 1968. Instituto Geográfico do Exército.

Fig. 5.4.18 - Perfis dos caminhos. Implantação. Pormenores do auditório. 4, s.d. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.4.19 - Perfil geral do terreno na zona dos campos de jogos e teatro. 62, s.d. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.4.20 - Pormenores. 60, 1965. Arquivo Municipal de Lisboa. Reprodução da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte - Coleção 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

Fig. 5.4.21 - Olivais Sul. Célula D. Z. Mar. Sul. Projeto de ajardinamento do pormenor E. Plano de plantação. Sousa da Câmara, s.d. Arquivo Municipal de Lisboa. Ref PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-74-11 - Folha 1

Fig. 5.4.22 - Olivais Sul. Célula D. Z. Mar. Sul. Projeto de ajardinamento do pormenor F. Plano de plantação. Sousa da Câmara, s.d. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-74-07 - Folha 1.

Fig. 5.4.23 - Olivais Sul. Célula C. Z. Centro. Praça D. Pormenor A. Plano de plantação. Sousa da Câmara, 1966. Arquivo Municipal de Lisboa. PT-AMLSB-CMLSB-UROB-OM-19-74-01 - Folha 1.

Lista de Quadros

Quadro. 2.1 - Lista dos arquitetos paisagistas com o Curso Livre de Arquitetura Paisagista concluído até ao final da década de 60.

Fonte: Livro de Termos de Classificação de Relatórios Finais. Livro nº 2. Lisboa. Instituto Superior de Agronomia.

Quadro 2.2 – Caraterização dos relatórios de viagem.

Lista de Abreviaturas

Arquivos pessoais

GRT – Arquivo de Gonçalo Ribeiro Telles.
HAVB – Arquivo dos herdeiros de António Viana Barreto
HESF- Arquivo dos herdeiros de Edgar Sampaio Fontes
HMSC - Arquivo dos herdeiros de Manuel Sousa da Câmara
RV – Arquivo de Rita Vale
TBC – Arquivo de Teresa Bettencourt da Camara

Instituições

AISA - Arquivo do Instituto Superior de Agronomia
AML - Arquivo Municipal de Lisboa.
AML AF - Arquivo Municipal de Lisboa. Arquivo Fotográfico
ANTT - Arquivo Nacional Torre do Tombo
BN - Biblioteca Nacional
CEAP - Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista
CML - Câmara Municipal de Lisboa
DGEMN - Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGSU - Direção-Geral dos Serviços de Urbanização
DSTE - Direcção dos Serviços Técnicos Especiais
DSUO - Direção de Serviços de Urbanização e Obras
ESBAL - Escola Superior de Belas Artes de Lisboa
FCG - Fundação Calouste Gulbenkian
FCG BA - Fundação Calouste Gulbenkian. Biblioteca de Arte
GEO - Gabinete de Estudos Olisiponenses
GEU - Gabinete de Estudos de Urbanização
IGeoE - Instituto Geográfico do exército
ISA - Instituto Superior de Agronomia
MOP - Ministério da Obras Públicas
RAJ - Repartição de Arborização e Jardinagem da Câmara Municipal de Lisboa
SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.
UICN - União Internacional da Conservação da Natureza

1 Introdução

1 Introdução

1.1 Objetivos e temática

Esta dissertação trata o contributo dos arquitetos paisagistas para o espaço público de Lisboa no período compreendido entre 1950 e 1970. Este tema foi já tratado no âmbito de uma iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian intitulada “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a 1ª geração de arquitetos paisagistas (1940-1970)” e que decorreu entre 2001 e 2003. Esta investigação pretende levar mais longe esse trabalho, agora focalizado na cidade de Lisboa.

Caldeira Cabral (1908-1992) é considerado o pioneiro da Arquitetura Paisagista em Portugal. Já licenciado em Engenharia Agronómica pelo Instituto Superior de Agronomia (ISA), em 1935, foi adquirir esta formação profissional na Alemanha de onde regressou a Lisboa em 1939. Pouco tempo depois, ingressou como docente no ISA onde veio a criar o Curso Livre de Arquitetura Paisagista em 1941.¹ A presente investigação incide então sobre o trabalho dos primeiros arquitetos paisagistas formados pelo Curso Livre sendo que Manuel Sobral de Campos Albuquerque de Azevedo Coutinho (1921-1992), o primeiro arquiteto paisagista formado em Portugal, iniciou a sua atividade na Câmara Municipal de Lisboa (CML) em 1950. Logo a seguir, será a vez de Gonçalo Ribeiro Telles (n. 1922) e, em 1953, Edgar Sampaio Fontes (1922-2000) ingressarem na CML. Manuel Sousa da Câmara (1929-1992) iniciou o seu trabalho em 1957, tendo pouco depois saído Gonçalo Ribeiro Telles. Assim, o objeto desta dissertação embora contemple o trabalho de outros arquitetos paisagistas seus contemporâneos como: Francisco Caldeira Cabral, António Viana Barreto (1924-2012) e Álvaro Ponce Dentinho (1924-2014), privilegia o trabalho dos quatro nomes referidos em primeiro lugar. Efetivamente foram eles que, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, tiveram uma importância marcante na conceção do espaço verde moderno na cidade de Lisboa. Na década de 1970 emergiu uma geração mais nova também aqui pontualmente referida.

Trata-se de um período de grandes transformações na cidade de Lisboa, já depois da morte de Duarte Pacheco (1899-1943), o grande impulsionador da expansão da cidade. Em termos de projeto de espaço público, a “Exposição do Mundo Português” de 1940 teve uma importância enorme quer pelo lugar particularmente emblemático onde se veio a localizar - o então chamado Terreiro de Belém, hoje Praça do Império – quer pela imensa oportunidade projetual para os arquitetos de então. Nesse mesmo momento, em finais da década de 30, em Lisboa, o arquiteto Keil do Amaral (1910-

¹ ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral e AAVV - Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian.

1975) projetava o Parque Eduardo VII e o Parque de Monsanto e Caldeira Cabral o Estádio Nacional.

A presente investigação incide sobre um inventário e consulta alargados no Arquivo Municipal de Lisboa (Divisão de Arquivo Municipal / Direção Municipal de Cultura), nomeadamente os localizados no Bairro da Liberdade (BL), no Arco do Cego (AC) e o Fotográfico (AF) assim como nos arquivos pessoais dos arquitetos paisagistas cujo acesso os próprios ou os seus familiares o permitiram. Outro local importante de pesquisa foi o Forte de Sacavém - no designado Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) sob a tutela do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – onde se encontra depositado uma parte significativa dos espólios pessoais que os arquitetos paisagistas legaram aos arquivos nacionais. Foi objeto de estudo sobretudo documentação escrita, maioritariamente recolhida nos espólios pessoais e no Arquivo Municipal localizado no Arco do Cego, assim como as peças desenhadas dos projetos de Arquitetura Paisagista. Relativamente aos arquivos da CML nem todos os documentos presentes nesta dissertação têm associados uma cota recente, mesmo que presentemente a possuam, já que parte da investigação foi realizada em 2002, altura em que estas cotas ainda não tinham sido atribuídas.

O período em estudo corresponde ao pós-guerra em que a Modernidade e o seu Estilo Internacional na arquitetura atravessam o seu apogeu, marcados por movimentos como o expressionismo, o cubismo ou o abstracionismo nas artes visuais. Acontece que neste período, quer o Estado quer a CML, assumiram o papel de grandes promotores da habitação o que vai originar uma intensa atividade nos domínios do urbanismo e da construção que mobilizaram a intervenção técnica de arquitetos, engenheiros e artistas.

Os arquitetos paisagistas foram inicialmente chamados praticamente apenas para as designadas arborizações de ‘placas ajardinadas’ e ruas mas, à medida que se constituíram as equipas interdisciplinares de urbanismo, eles passaram a ser parte integrante delas e as suas competências a ser reclamadas em particular para a conceção dos logradouros, a forma comum de então se referirem ao espaço público nos bairros. Valorizam-se as suas tomadas de posição sobre o desenho e os novos modos de vida na cidade, a importância do lugar – as visibilidades, a orientação, o conforto climático - e a conceção do espaço verde público no respeitante à espacialidade e à distribuição de funções de ar livre assim como sobre as plantas e os critérios fitossociológicos reforçando a ideia do verde contínuo urbano e a sua importância na imagem da cidade e na qualidade de vida.

Na investigação valoriza-se a oportunidade dos arquitetos paisagistas, discípulos de um mestre culto, viajado, bem relacionado internacionalmente e poliglota, viajarem ao estrangeiro com o mestre ou em missões dos respetivos serviços, apresentando

relatórios cuidados e reveladores do seu contacto direto e opinião crítica sobre o que visitavam e o que ouviam. Estes relatórios de viagem, de um modo geral, estão bem documentados fotograficamente o que muito ajuda a compreender as tendências apropriadas e identificar potenciais referências para a elaboração dos seus projetos de arquitetura paisagista. Nesta dissertação, dois relatórios em particular revelaram-se uma fonte da maior importância: 1) o relatório da viagem ao Congresso da Federação Internacional dos Arquitetos Paisagistas (IFLA) de 1952 na Suécia e elaborado por Manuel de Azevedo Coutinho e em que, para além do autor do relatório, participaram Francisco Caldeira Cabral, Edgar Sampaio Fontes e Fernando Vaz Pinto e 2) o relatório da visita de estudo efetuada a França, Itália e Suíça por Viana Barreto em 1956.

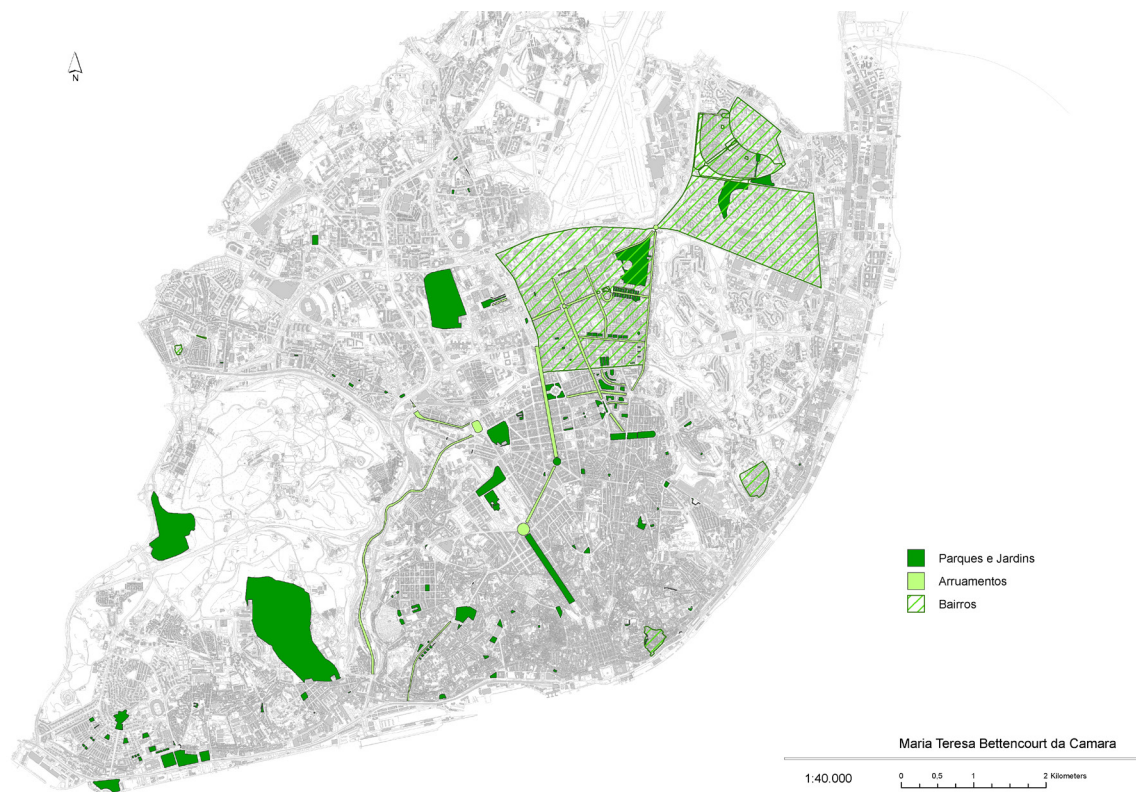


Fig. 1.1 - Distribuição dos projetos de arquitectura paisagista na cidade de Lisboa (1959-1970). Teresa Bettencourt da Camara, 2014.

1.2 A metodologia e a base de dados

O Anexo 1 apresenta o inventário de projetos de espaços verdes urbanos públicos realizado e que complementa o inventário feito por ocasião do projeto intitulado “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a 1ª geração de arquitetos paisagistas (1940-1970)” coordenado por Teresa Andresen que constou de uma exposição em 2003 na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, acompanhada do respetivo catálogo.² Como resultado deste projeto, na Biblioteca de Artes da Fundação Calouste Gulbenkian, encontra-se um arquivo de imagens associado, constituído por 929 diapositivos que resultaram da recolha fotográfica e documental de peças desenhadas dos diferentes arquivos, na altura identificadas, sendo que excede em muito o material reproduzido no catálogo do referido projeto assim como do material exposto e diz respeito a obras em Portugal e no estrangeiro.³ Na figura 1.1 apresenta-se a cobertura dos lugares na cidade de Lisboa que foram alvo de projetos de Arquitetura Paisagista sendo que muitos deles são elaborados conjuntamente com arquitetos ou urbanistas devidamente identificados. Mesmo não podendo ser considerado um levantamento exaustivo considera-se que ele é muito representativo do desempenho profissional dos arquitetos paisagistas deste período nesta cidade e que reflete uma intensa atividade competente e, de um modo geral, ao encontro dos parâmetros internacionais da altura.

A metodologia seguida para a apresentação do inventário levou à listagem por “Lugar” e posteriormente a cada lugar foram associados os respetivos projetos. Os projetos podem estar documentados por peças desenhadas e/ou peças escritas, embora essa distinção não seja feita nos anexos, uma vez que se tem consciência que a investigação de suporte a esta dissertação, embora extensa e morosa, não foi exaustiva. Assim um lugar pode ter vários projetos associados sendo que muitas vezes correspondem a momentos diferentes e projetistas diferentes. A cada projeto encontra-se associada a data do seu início.

Os projetos foram distribuídos por três tipologias: “Parques e jardins”, “Arruamentos” e “Bairros”. A cada tipologia corresponde um Anexo – Anexos 2, 3 e 4, havendo sido criada outra tipologia intitulada “Outros projetos” onde se integraram os projetos de cemitérios, viveiros, um parque de campismo, uma tapada, uma estufa, um plano de urbanização, mobiliário urbano e exposições de floricultura. A distribuição dos projetos

² AAVV “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a 1ª geração de arquitetos paisagistas (1940-1970)”. (Coord. Teresa Andresen). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003

³ <http://biblarte.gulbenkian.pt/Biblarte/pt/Coleccoes/ColeccoesEspeciais/ColeccoesFotograficas>

por tipologias não é rigorosa: por exemplo a tipologia “Bairros” integra diversos jardins e arruamentos, naturalmente. Mas ela tornou-se necessária por razões de sistematização da informação.

Com base nas tipologias, selecionou-se um conjunto de projetos - casos de estudo - obedecendo a critérios de representatividade em função da dimensão, do remanescente do projeto na atualidade, da relevância na paisagem de Lisboa, da qualidade do espaço ou da sua integração nos novos planos modernistas da cidade. Por outro lado, para esta seleção concorreu ainda a disponibilidade de informação sobre o lugar quanto a fontes de informação quer monográficas quer iconográficas.

1.3 A estrutura da dissertação

A presente dissertação está organizada em seis capítulos. Após a presente introdução, o capítulo 2 intitulado “As personagens, o tempo e o lugar” apresenta quatro subcapítulos: O fundador da Arquitetura Paisagista em Portugal e seus discípulos; As viagens ao estrangeiro dos arquitetos paisagistas portugueses nas décadas de 1950 e 1960 e por fim; O espaço público de Lisboa.

Este último subcapítulo - O espaço público de Lisboa - desenvolve os itens. A expansão e o planeamento de Lisboa e a reestruturação institucional; Os espaços verdes no planeamento urbano; As políticas de habitação e o seu impacto na rede de parques e jardins. Tem por objetivo contextualizar o desempenho profissional dos arquitetos paisagistas e a evolução urbanística da cidade de Lisboa. Trata-se efetivamente de um período muito intenso ainda muito marcado pelo impulso de Duarte Pacheco, caracterizado por todo um conjunto de nova legislação – inspirada pelas novas tendências de uma Europa pós-guerra, pela Carta de Atenas e pelos congressos estrangeiros e nacionais dos arquitetos - e por uma intensa atividade expropriativa de terrenos na Lisboa, “capital do Império.” A narrativa sobre as viagens ao estrangeiro dos arquitetos paisagistas permite, por sua vez, compreender e conhecer as tendências internacionais.

Os capítulos 3, 4 e 5 tratam respetivamente as três tipologias – “Parques e jardins”, “Arruamentos” e “Bairros” através de uma seleção de casos de estudo sobre os quais é feita uma análise e uma apreciação crítica. Estes casos de estudo, já referidos, são considerados como os mais representativos da obra dos arquitetos paisagistas no espaço público de Lisboa, apresentam uma sequência cronológica dentro de cada tipologia.

O capítulo 3 trata do contributo dos arquitetos paisagistas nos parques e jardins apresenta seis casos de estudo que são: Mata de Alvalade, o Jardim da Torre de Belém, o Jardim da Capela de São Jerónimo, A Avenida da Liberdade, o Parque do Vale do Silêncio e o Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian.

O capítulo 4 incide sobre o contributo dos arquitetos paisagistas nos arruamentos apresenta cinco casos de estudo que são: A Avenida da Igreja, a Avenida D. Rodrigo da Cunha, a Avenida dos Estados Unidos da América, a Avenida Infante Santo e a Avenida Calouste Gulbenkian.

No capítulo 5 são tratados os “Bairros”, sendo identificados: o Bairro da Encarnação, o Bairro de Alvalade, a Encosta do Restelo e os Olivais.

No capítulo 6 são apresentadas as conclusões desta dissertação.

No final dos seis capítulos constituintes da dissertação é apresentada uma compilação dos referidos anexos onde se encontram elencados os projetos dos arquitetos paisagistas com obra incluída no espaço verde público da Cidade de Lisboa realizada entre as décadas de 1940 e de 1970, acerca dos quais foi encontrado material relevante para a sua obra nesta cidade.

2 As personagens, o tempo e o lugar

2 As personagens, o tempo e o lugar

Este capítulo refere os arquitetos paisagistas que intervieram na cidade de Lisboa no período em estudo sendo que a década de 1940 é dominada pela figura de Caldeira Cabral, criador do Curso Livre de Arquitetura Paisagista no ISA, em Lisboa, frequentado por aqueles que virão a ser os introdutores de uma área disciplinar nova no planeamento e no desenho do espaço público. Para além de apresentar uma nota biográfica dos arquitetos paisagistas interventores no desenho e planeamento da cidade nas décadas de 50 e 60, dando destaque ao percurso do fundador, enfatiza uma faceta que se considera determinante para o desempenho que vieram a ter: os relatórios de viagem. Estes estão redigidos de forma cuidada e fotograficamente bem documentada e são reveladores das preocupações sobre a paisagem urbana assim como do conhecimento do estado da arte habilitando estes arquitetos paisagistas a um desempenho ao encontro das melhores práticas da modernidade internacional.

Por outro lado, neste capítulo exploram-se as circunstâncias do lugar – a cidade de Lisboa nas décadas de 1940 a 1970 – no que diz respeito ao espaço verde público, ao planeamento urbano e à habitação.

2.1 O fundador da Arquitetura Paisagista em Portugal e os seus discípulos

Conforme se acabou de referir, o percurso biográfico de Caldeira Cabral enquanto fundador da Arquitetura Paisagista merece destaque. Entendeu-se referir três facetas distintas: a formação académica e a escolha pela Arquitetura Paisagista, o ensino da Arquitetura Paisagista e a atividade profissional.

2.1.1 Francisco Caldeira Cabral

2.1.1.1 A formação académica

Francisco Caldeira Cabral ⁴ nasceu a 26 de Outubro de 1908, em Lisboa. Seus pais, Dr. António Caldeira Cabral, médico-cirurgião e sua mãe, D. Alice Monteiro Caldeira Cabral, proporcionaram-lhe uma infância rica do ponto de vista cultural, escutando e aprendendo música desde cedo e tendo frequentado o Colégio da Companhia de Jesus em La Guardia, na Galiza (Fig. 2.1.1).⁵ Foi um professor jesuíta belga-suíço, famoso botânico de seu nome Louisier, que despertou nele o interesse e o gosto pelas plantas.⁶

Terminando em agosto de 1925 o curso dos liceus, partiu em outubro desse mesmo ano para a Alemanha onde se matriculou no curso de eletrotecnia na “*Technische Hochschule Berlim-Charlottenburgo*” que frequentou durante 5 anos, após os quais teve de regressar a Portugal por razões de saúde.

Chegado a Portugal, matriculou-se no ISA no curso de Engenheiro Agrónomo o qual viria a concluir em 1936. Em março de 1935, estando então no 4º ano, Caldeira Cabral

⁴ A biografia de Caldeira Cabral foi publicada pela primeira vez por Teresa Andresen integrada num projeto editorial do Landscape Design Trust (UK) em 2001. Nessa série foram igualmente publicadas as monografias dos arquitetos paisagistas Geoffrey Jellicoe (1998), Sylvia Crowe (1999), Peter Shephard (2004). Mais tarde, o catálogo da Exposição da Fundação Gulbenkian também coordenado por Teresa Andresen e intitulado “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian” (2003) contem informação relevante para o conhecimento da vida de Caldeira Cabral.

Na Universidade de Évora, em 1998, foi apresentado um Trabalho de fim de curso de Arquitetura Paisagista intitulado Francisco Caldeira Cabral - 1º Arquiteto Paisagista Português da autoria de Gabriela Maria dos Santos Brás Lopes. Na Universidade do Porto, em 2014, foi apresentada uma Dissertação de Mestrado intitulada “O legado escrito de Francisco Caldeira Cabral. Construção de pensamento teórico em arquitetura paisagista” da autoria de Mariana Abranches Pinto. Manuela Raposo Magalhães produziu em 2009 um DVD contendo uma entrevista a Francisco Caldeira Cabral, divulgado pela Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas.

Em 2009, a Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas publicou a obra “Francisco Caldeira Cabral. Memórias do mestre no centenário do seu nascimento”, coordenada por João Reis Gomes. Por ocasião do centenário do nascimento também a Comissão Municipal de Toponímia da Câmara Municipal de Lisboa, na sequência da decisão da atribuição do nome de Caldeira Cabral a um jardim da cidade, publicou uma brochura intitulada “Prof. Francisco Caldeira Cabral. 1908-1922.”

⁵ ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral.

⁶ MAGALHÃES, Manuela Raposo - Transcrição de entrevista a Francisco Caldeira Cabral.



Fig. 2.1.1 - Francisco Caldeira Cabral, s.d.



Fig. 2.1.2 - Francisco Caldeira Cabral e sua mulher Alfreda Ferreira da Fonseca (1909-2001)

recebeu um convite da CML na pessoa do Vereador Luís Pastor de Macedo (1901-1971), para ir ocupar o lugar de chefe da Repartição dos Jardins e Cemitérios. Decorria então a reorganização interna dos serviços municipais.^{7 8}

Embora Caldeira Cabral não tivesse chegado a ingressar na CML, este convite despertou-lhe o interesse em ir estudar arquitetura paisagista para a Alemanha. Com uma boa relação com André Navarro (1904-1989), seu professor da disciplina de Arboricultura, Horticultura e Jardinagem, na sua ausência ficou incumbido, em Julho de 1935, da direção do Jardim Botânico da Ajuda, experiência que lhe valeu a realização o seu relatório de tirocínio.⁹ Este jardim teve um papel de destaque, quer na sua formação como, mais tarde, no ensino da arquitetura paisagista.

Mário de Azevedo Gomes (1885-1965), professor de Caldeira Cabral na disciplina de Silvicultura, emitiu em Junho de 1936 um documento onde justifica detalhadamente o papel do arquiteto paisagista nas zonas urbanas e a necessidade de instruir nessa matéria, diplomados de agronomia ou silvicultura confirmando por último que o plano de estudos apresentado por este aluno, referente ao curso de arquitetura paisagista de Berlim, satisfazia os requisitos da especialização complementar referida.¹⁰ O Instituto para a Alta Cultura concedeu uma bolsa a Caldeira Cabral e ele partiu para Berlim, aos 27 anos, acompanhado de sua mulher, aí permanecendo até ao início da Segunda Guerra Mundial (Fig. 2.1.2).¹¹ Em Berlim, Caldeira Cabral, já com sólidos conhecimentos na área da engenharia agrónómica, e conhecendo bem esta cidade,

⁷ ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral.

⁸ SANTOS, Aurora - A Câmara Municipal de Lisboa na transição da República para o Estado Novo.

⁹ ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ *Ibidem*.

estava especialmente apto para o desafio que o aguardava enquanto aluno do “*Institut für Gartengestaltung*.”¹²

O ensino da arquitetura paisagista tinha sido iniciado em 1929, em Berlim, por Erwin Barth (1880-1933), nomeado nesta data professor da primeira disciplina de arquitetura paisagista, embora anteriormente desse já aulas de projeto de jardins a alunos de arquitetura.¹³ Após a sua morte foi Heinrich Wiepking-Jürgensmann (1891-1973) quem lhe sucedeu, mantendo-se o responsável pelo ensino da arquitetura paisagista em Berlim até 1945, vindo a ser não só o grande mestre de Caldeira Cabral, como também amigo, a quem este visitou mais tarde na Alemanha e por quem foi visitado em Lisboa, mantendo o contacto até 1973, data da sua morte.¹⁴ Wiepking lecionou até 1957, ano em que se reformou, numa escola por si fundada, a Escola Superior de Cultura e Jardinagem Paisagista de Hannover.¹⁵ Durante a sua vida profissional, desenvolveu atividades como a de projetista, colaborando com vários arquitetos, entre os quais Werner March (1894-1976), autor do projeto do Estádio Olímpico de Berlim, onde decorreram os Jogos Olímpicos em 1936 e em que ele foi o autor dos arranjos exteriores da aldeia olímpica; com Alwin Seifert (1890-1972), Wiepking foi responsável pela abordagem da paisagem global pelos arquitetos paisagistas.¹⁶ Wiepking marcou de forma definitiva o desempenho da profissão por Caldeira Cabral e, consequentemente pelos seus discípulos, em Portugal.¹⁷ Está-se consciente deste ser um período de forte conotação ideológica com o nazismo então claramente emergente na Alemanha da década de 30. Teresa Andresen já referiu, logo em 2001 na monografia sobre Caldeira Cabral, esta questão. Quer Wiepking quer Seifert foram homens do regime assim como aqueles envolvidos na obra do Estádio de Berlim e que apoiaram Caldeira Cabral na obra do Estádio Nacional. Entende-se deixar apenas esta nota sobre esta matéria que careceria de uma investigação exaustiva mas que fica além do contexto desta dissertação.

O facto de Caldeira Cabral usufruir de uma bolsa de estudo obrigava-o à redação e envio de relatórios semestrais que auxiliam na compreensão das atividades desenvolvidas durante este período, tal como a correspondência trocada com os seus professores em Portugal.¹⁸ Um exemplo desta correspondência é uma carta dirigida a André Navarro, na primavera do seu primeiro ano letivo em que ele esclarece sobre o ensino da Arquitetura Paisagista em Berlim: “A primeira coisa a estudar é a paisagem debaixo de todos os seus aspetos. Estudam-se os seus elementos característicos: elementos botânicos - flora espontânea

¹² *Idem*, p. 26.

¹³ ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral.

¹⁴ ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral.

e cultivada – elementos agronómicos e silvícolas, elementos arquitectónicos – formas de construção rural e urbana, etc (...), elementos etnográficos e históricos, procurando a sua razão de ser e a sua função, não só estética como prática – desse estudo tiram-se conclusões para a resolução de problemas como os da habitação nos centros urbanos e suburbanos, estabelecimento de colónias de povoamento agrícola em regiões de fraca população – como é por exemplo para a Alemanha a Prússia Oriental – procurando que apesar de todas as inovações e modernizações a introduzir se mantenha a continuidade histórica e lógica entre a obra de hoje e a que nos legou o património nacional (...) foca-se por exemplo a importância das matas em regiões de cultura cerealífera, cuja destruição foi aconselhada ao começar-se a cultura mecânica e que hoje se verifica terem um papel de alta importância na defesa contra os ventos, fixação do solo, etc. Depois destes problemas de carácter eminentemente nacional, vêm as questões de parques e jardins, públicos e particulares, campos de desporto, etc. Como se vê o programa é vasto. Para o realizar começa-se por adquirir o conhecimento prático dos problemas de jardinagem, horticultura, arboricultura e viveiros (...). A par desse ensino começa agora propriamente a aprendizagem artística. Desenho, Aguarela, Perspectiva, Projectos de Jardins e Parques, urbanização com projectos de aglomerados populacionais, etc., História de Arte da Jardinagem e da Arquitectura. Além das aulas teóricas ou das práticas, estas últimas mais importantes, fazem-se excursões, ou na cidade ou fora estando mesmo projectada uma a Itália. E aqui está uma ideia do que é o curso.”¹⁹

A forma como foram administradas todas estas matérias inovadoras viria mais tarde a influenciar, de forma decisiva, a delineação do curso em Portugal, assim como o modo como eram realizadas as aulas práticas, os passeios ao exterior frequentemente realizados com os alunos, quer a Sintra ao fim-de-semana quer ao estrangeiro. Conforme Teresa Andresen refere, esta correspondência era muitas vezes complementada com o envio de sementes e informações relativas a novas práticas e novos conceitos, bibliografia, etc. e relatava novas temáticas então abordadas como a conservação da natureza ou o tratamento de árvores em espaço urbano.²⁰

No verão de 1939 rebentou a Segunda Grande Guerra, sendo a bolsa do Instituto para a Alta Cultura suspensa a partir do mês de outubro e, em finais de 1939, Caldeira Cabral regressou a Lisboa com o projeto final de curso por concluir.²¹ Este só veio a ser concluído em 1940 e o reconhecimento obtido no ano seguinte.²²

¹⁹ Carta de Caldeira Cabral para André Navarro, s.d. (1937?) cit. por ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970, p. 30.

²⁰ ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral e ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970.

²¹ ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral.

²² ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral e ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970.

2.1.1.2 O ensino da Arquitectura Paisagista

Contratado pelo ISA em 1940 como professor auxiliar para reger o curso de desenho organográfico, Caldeira Cabral começou a preparar um curso livre e gratuito de Arquitectura Paisagista. Este curso teve início em Outubro de 1940, com dez alunos inscritos. Facultativo, o curso funcionava às segundas e às sextas-feiras das 18 às 20 horas para não se sobrepor ao normal horário das aulas dos cursos de agronomia e silvicultura, e tinha uma duração prevista de quatro anos. Caldeira Cabral, numa carta ao Ministro da Educação Nacional, esclareceu: “Apesar do incómodo da hora e do aumento de trabalho que acarretava pude verificar que a frequência era sempre assídua e que no fim do ano lectivo quasi todos os alunos me pediram trabalhos para realizar nas férias. Fiquei assim convencido que havia interesse pela frequência do curso (...).”²³ Estes argumentos, acrescidos do facto de querer retribuir ao estado o ter gozado de uma bolsa no estrangeiro, serviram de argumento para propor ao ministro a criação de um curso de arquitetura paisagista no ISA, como curso independente e paralelo aos de agronomia e silvicultura.²⁴

Teresa Andresen refere que, em janeiro de 1941, Caldeira Cabral apresentou ao Conselho Escolar o “Esboço de Programa” do Curso Livre de Arquitectura Paisagista que, com apenas algumas alterações, era semelhante ao curso por si realizado na Alemanha: “O Curso Livre de Arquitectura Paisagista terá a duração de 4 anos. No fim do curso os alunos apresentarão o seu Relatório Final sobre um assunto relacionado com a Arquitectura Paisagista. Durante o Curso Livre haverá dois exames no fim do 2º e 4º anos do referido curso livre, e o aluno apresentará os trabalhos práticos até aí efectuados.”²⁵

O primeiro ano do curso correspondia ao segundo dos cursos de agronomia e silvicultura e as disciplinas estavam distribuídas da seguinte forma: 1º ano – Construção de Jardins, Desenho à Vista e Aguarela, Geometria Descritiva e Perspetiva; 2º ano – Plantas de Jardim, Elementos de Construção Civil e Arquitectura; 3º ano – Arquitectura paisagista I, História de Arte I e 4º ano – Arquitectura Paisagista II, História de Arte II, Urbanismo e Colonização sendo que Caldeira Cabral indicou ainda as disciplinas dos outros cursos do ISA que mais interessavam ao Curso Livre: Botânica, Matemáticas Gerais, Física Agrícola, Química Agrícola, Microbiologia, Topografia, Agricultura Geral, Arboricultura e Horticultura, Viticultura, Silvicultura, Construções Rurais e Hidráulica Agrícola.²⁶

²³ Documento de Caldeira Cabral dirigido ao Ministro da Educação Nacional, s.d. (1941?), cit. por Andresen *Três Décadas de Arquitectura Paisagista em Portugal: 1940-1970*, p. 43.

²⁴ ANDRESEN, Teresa - *Três Décadas de Arquitectura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.

²⁵ ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral, p. 102.

²⁶ ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral e ANDRESEN, Teresa - *Três Décadas de Arquitectura Paisagista em Portugal: 1940-1970*.

Caldeira Cabral rematava este documento afirmando “O que ficou exposto representa o nosso desideratum a atingir, que seguramente ficará muito aquém nos primeiros anos de funcionamento do Curso. Estamos porém convencidos de que é possível desde já atingir o mínimo necessário para lançar as bases de um Curso e de uma Profissão, cuja necessidade já hoje se faz sentir entre nós, e que a pouco e pouco se irá desenvolvendo de forma que daqui a dez ou quinze anos possamos ter percorrido um caminho semelhante ao que na Inglaterra ou na Alemanha percorreram aqueles que se lançaram em idêntica empresa, em condições parecidas, tendo servido A Bem da Nação.”²⁷

Mais tarde, em 1945, Caldeira Cabral fez um balanço de quatro anos de funcionamento do Curso Livre constatando que a maioria dos alunos inscritos, acabavam por abandonar o curso, sobretudo depois de iniciarem os exames de frequência. Eram assim poucos os alunos que persistiam, ultrapassando a sobrecarga de trabalho que o curso acarretava. Assim, Caldeira Cabral propôs “(...) simplificar por enquanto o curso, em relação ao programa primitivamente apresentado como esboço, e para o qual no entanto se há-de tender de futuro.”²⁸

A 13 de Dezembro de 1948, Azevedo Coutinho foi o primeiro dos alunos a concluir o Curso Livre e a ingressar como assistente de Caldeira Cabral no ISA. Manteve-se na docência entre 1950 e 1953. Seguiram-se então nesta tarefa outros arquitetos paisagistas como Fernando Vaz Pinto entre 1953 e 1957, Ribeiro Telles e Edgar Fontes, em 1957. Ribeiro Telles saiu em 1963 e foi substituído por Álvaro Dentinho que iniciou a sua docência em 1964 que manteve até 1967. Em 1969 José Ritto Rainha iniciou um período de docência que manteve até 1975.²⁹

Em 1953, Caldeira Cabral criou o Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista no ISA, argumentando: “É indubitável que não pode fazer-se ensino eficaz sem que a par da atividade pedagógica, se exerça investigação e estudo que constituem, afinal, a fonte vivificadora do próprio ensino.”³⁰ A sua criação foi autorizada por despacho ministerial de 23 de Outubro de 1953.³¹

Em 1968, num Memorial do Centro de Estudos, foram recapituladas as atividades, desde a sua criação.³² Enumera nove ações, desde uma coleção de cerca de 3000 diapositivos, sobre assuntos como paisagem, plantas ornamentais, urbanismo, etc..., passando pelos relatórios finais e de tirocínio realizados no centro, a organização de uma

²⁷ Curso Livre de Arquitetura Paisagista. Esboço de programa, 11 de janeiro de 1941, cit. por ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970, p. 43 - 44.

²⁸ Documento de Caldeira Cabral datado de 23 de outubro de 1945 cit. por ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral. p. 108.

²⁹ ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970.

³⁰ Documento do Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista, s.d., cit. por ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral. p. 48-49.

³¹ ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970.

³² Memorial do Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista, 1968.

exposição em 1953, a organização da participação portuguesa na primeira “Exposição Internacional de Arquitetura Paisagista” organizada em Zurique pela “*International Federation of Landscape Architects*” (IFLA) em 1957 e a sua apresentação ao público, no ano seguinte, em Lisboa, a organização de colóquios sobre os assuntos mais interessantes da profissão, colaborações com a Junta de Povoamento de Moçambique, com a Liga de Proteção da Natureza e com a Secção de Proteção da Natureza da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Com grande projeção internacional, fruto da sua participação na IFLA, Caldeira Cabral foi convidado para lecionar no estrangeiro, em diversas universidades como nas Universidades da Califórnia e da Georgia, em 1962, e na de Pennsylvania State, em 1972, nos Estados Unidos da América e entre 1969 e 1973 regeu no ISA, durante dez semanas, um curso para alunos da Universidade de Pennsylvania State. Foi ainda convidado para reger um curso na Faculdade de Arquitetura Paisagista em Hannover em 1951. Em 1968 esteve cerca de uma semana na Universidade de Newcastle Upon Tyne.³³ Dirigiu ainda cursos em outras universidades estrangeiras como as de Atenas, Michigan, Madrid, Zaragoza e Tóquio.³⁴ Em meados de 1960, Caldeira Cabral encontrava-se também envolvido no Conselho Nacional de Educação.³⁵

Com a revolução de Abril de 1974, Caldeira Cabral terminou a sua carreira docente no ISA tendo-se reformado. Em 1976, foi criada uma Licenciatura em Arquitetura Paisagista no ISA, cancelada cerca seis meses mais tarde, prosseguindo o ensino como Curso Livre. Nesse mesmo ano foi criada uma outra Licenciatura em Arquitetura Paisagista na Universidade de Évora, por Ribeiro Telles, na qual Francisco Caldeira Cabral lecionou entre 1979 e 1982. Esta universidade atribuiu-lhe em 1980, à semelhança da Universidade Técnica de Hannover em 1971, o grau de Doutor *Honoris Causa*.³⁶

³³ ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970.

³⁴ PESSOA, Fernando (2003) - Elegia a Francisco Caldeira Cabral.

³⁵ ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral.

³⁶ *Ibidem*.

2.1.1.3 A atividade profissional

A atividade profissional de Caldeira Cabral como arquiteto paisagista iniciou-se com o projeto do Estádio Nacional em colaboração com o arquiteto alemão Konrad Wiesner, assistente no Instituto que frequentava em Berlim. Caldeira Cabral, ainda estudante de Arquitetura Paisagista foi convidado, em setembro de 1937, a participar no projeto do Estádio Nacional. É uma temática já abordada em diferentes circunstâncias e da qual aqui apenas se faz um breve resumo com os principais aspetos que podem ser considerados diferenciadores do exercício da arquitetura paisagista.³⁷ Quando surgiu este convite o projeto já ia avançado, pois tinham já sido ultrapassados dois graus do concurso, o primeiro grau (anteprojeto) e também um segundo grau que correspondia já à fase de projeto, cuja data limite de entrega tinha sido 30 de Novembro do ano anterior. Tinham sido admitidos à segunda fase dois projetos, das empresas Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos (SETH) e Mecotra, apreciados por uma Comissão encarregue de gerir o processo – a Comissão do Estádio.³⁸ Os arquitetos envolvidos foram o arquiteto Carlos Ramos (1897-1969), em colaboração com o arquiteto holandês Jan Wils (1891-1972), autor do Estádio Olímpico de Amesterdão e o arquiteto Cristino da Silva (1896-1976), com a colaboração de Constantino Constantini, autor do “Forum Mussolini” de Roma. As propostas realizadas na escala 1:4000 traçaram as linhas gerais de estudo mais detalhado, realizado na escala 1:2000, que correspondia a uma solução de compromisso entre estas duas propostas denominada como “Planta de Conciliação” realizada pelo arquiteto Jorge Segurado (1898-1990).³⁹

Caldeira Cabral tomou conhecimento da proposta de Jorge Segurado e logo redigiu um parecer acerca do projeto e das condições do terreno considerando fatores como o relevo, os ventos e o solo, e criticando a proposta existente. Propôs a construção não de apenas um estádio, mas também de um parque envolvente do mesmo, como zona de proteção ao estádio, onde estariam implantados vários edifícios e campos de jogos, evitando assim uma desproporção entre este e a envolvente, e favorecendo o público de espaço para que este “se sinta em contacto com a vida da natureza através do parque”.⁴⁰

³⁷ Sobre o projeto do Estádio Nacional consultar: ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral. United Kingdom: LDT Monographs 2001; AA VV - Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas (1940-1970). Coord. Teresa Andresen. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003; CRUZ, Luís André Salgueiro Freire - O Estádio Nacional e os novos paradigmas do culto: Miguel Jacobetty Rosa e a sua época. Lisboa: Universidade Lusíada. Dissertação de Mestrado 2005; AA VV - O Estádio Nacional. Um paradigma da arquitetura do desporto e do lazer. Coord. Teresa Andresen. Câmara Municipal de Oeiras. 2007; e AA VV - Jamor. O palco maior do desporto nacional. Coord. Diogo Guia e Carlos Guardado da Silva. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2014.

³⁸ ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral, p. 72.

Caldeira Cabral logo criticou a localização do estádio e dos campos de ténis, a excessiva dimensão do parque de estacionamento e a grande avenida que liga a praça principal à praia e mais tarde de regresso a Berlim redigiu a “Análise crítica do atual projeto para o Estádio de Lisboa.” ⁴¹

Começou, então, a trabalhar no projeto, com a assistência de Wiepking que o aconselhou a procurar a colaboração de Carl Diem (1882-1962), o organizador das olimpíadas de 1936 e das que se iriam seguir, em Tóquio. ⁴² Caldeira Cabral e Konrad Wiesner foram notificados em 10 de setembro de 1938 de que ficavam encarregados do estudo preliminar do plano geral do Estádio de Lisboa e execução do anteprojeto e projeto definitivo (Figs. 2.1.3 a 2.1.5). ⁴³

O “Projeto Definitivo das Bancadas do Estádio de Atletismo” foi apresentado um ano mais tarde. Teresa Andresen transcreveu a memória descritiva deste, datada de 14 de Outubro de 1939: “Foi nossa preocupação construir um estádio integrado na paisagem e do qual se pudesse estar em contacto com ela. Concebemo-lo por isso aberto e localizamo-lo de modo a que de dentro se pudesse ver todo o vale do Jamor. O estádio fica situado na encosta poente, no ponto de inflexão do vale. Do lado sul vem-se para norte as aldeias de Linda-a-pastora, Linda-a-Velha e Carnaxide e os montes da Barcarena, e do lado norte (sic) vê-se o Tejo e a Trafaria. Não desejamos apenas integrar o estádio na paisagem afastada mas ligando-o aos montes e árvores próximas conseguimos alargar-lhe o âmbito estreitando o seu contacto com a natureza. Criamos assim um recinto natural formado pelas encostas e que nos permite apreciar verdadeiramente a grandeza do vale. Devia além disso ser possível a entrada de formações no campo do estádio. Nas festas da Mocidade Portuguesa e outras de carácter nacional será possível ver não só a entrada das formações como o desfile das mesmas no vale. Assim como na paisagem tudo se subordina às grandes linhas, também no estádio estas devem dominar todo o pormenor. (...) Resumindo o que dissemos podemos apontar como principais características do Estádio de Lisboa as seguintes: I – É o primeiro grande estádio moderno situado em plena natureza e que se abre sobre uma paisagem grandiosa; II – Pela primeira vez nos tempos modernos se constroeu um estádio segundo a concepção grega isto é edificação integrada na paisagem e todo em pedra; III – É o primeiro grande estádio completamente construído em escavação numa depressão natural do terreno; IV – Diremos ainda que é o único estádio moderno na Europa que só tem lugares sentados.” ⁴⁴

⁴¹ *Idem*, p. 80.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ CABRAL, Konrad, WIESNER, Konrad – Memória Descritiva do Projeto Definitivo das Bancadas do Estádio de Atletismo, cit. por ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral, p. 93 e cit. por ANDRESEN, Teresa; CAMARA, Teresa; CARVALHO, Luís - Lugares da Arquitetura Paisagista Portuguesa: 1940 – 1970, p. 148.

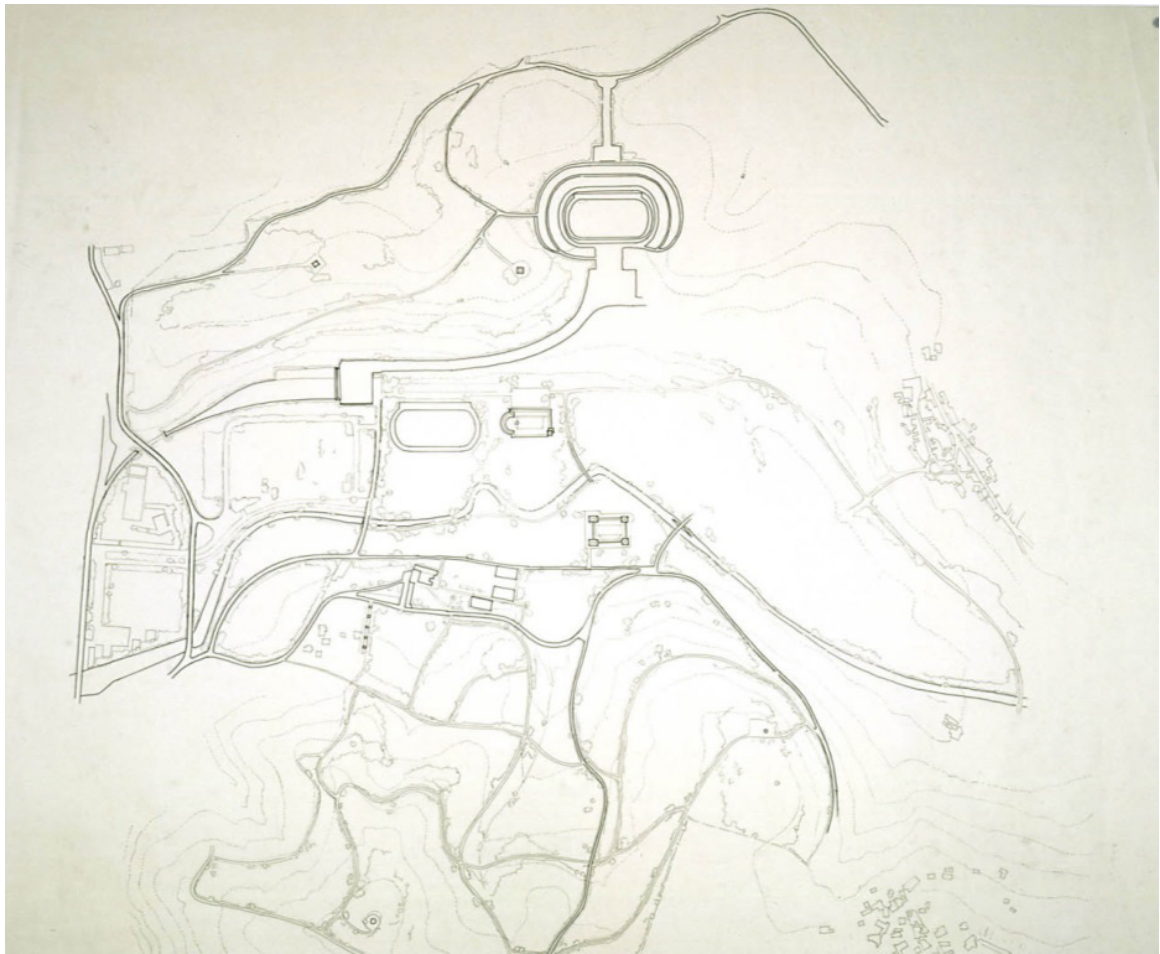


Fig. 2.1.3 - Plano geral do Estádio Nacional. Caldeira Cabral, s.d.



Fig. 2.1.4 - O Estádio de Atletismo. c. 1950.

Não é claro o que se passou depois mas o facto é que Caldeira Cabral e Konrad Wiesner acabaram por ser afastados do projeto tendo este passado a ter como coordenador o arquiteto Miguel Jacobetty Rosa (1901-1970) que foi já o autor da tribuna de honra construída sobre o estádio.

Teresa Andresen sintetizou o significado da obra de Caldeira Cabral no Jamor da seguinte forma: “Em traços muito gerais, podemos apontar como grandes gestos na paisagem do Jamor de Caldeira Cabral e Konrad Wiesner os seguintes: fazer do Jamor um verdadeiro parque urbano, libertar o vale, assegurar a possibilidade da futura extensão das infra-estruturas desportivas, encontrar sabiamente o lugar certo do edifício centralizador – o estádio de atletismo – e uma lição mestra de diálogo com a paisagem. (...) Aqui se iniciou a prática da Arquitetura Paisagista em Portugal. Embora o trabalho de Caldeira Cabral e de Konrad Wiesner não tenha sido levado até ao fim, a sua marca naquilo que é hoje o vale do Jamor é incontornável.”⁴⁵ É, sem dúvida, uma marca no vale do Jamor mas considera-se que é uma marca além do seu sítio pois pode ser entendida como uma lição de Arquitetura Paisagista onde se sintetizam e materializam os princípios da profissão.

Após a participação no projeto do estádio, Caldeira Cabral projetou intensamente durante as décadas de 1940 e 1950, e parte da de 1960, já que, a partir de meados desta década, o seu envolvimento na IFLA e no Conselho Nacional de Educação era já tão intenso que o ritmo da atividade projetual abrandou. Nesta sua atividade, trabalhou isolado até à data da licenciatura dos primeiros arquitetos paisagistas portugueses, isto é, inícios da década de 1950. A partir de então começou-se a verificar-se a cooperação com os seus discípulos, através do Centro de Estudos, tendo sido, no entanto, lamentavelmente disperso, o arquivo respeitante aos trabalhos desenvolvidos neste âmbito. Entre os seus projetos mais emblemáticos deste período indicam-se os seguintes: Parque de São Francisco e Praça do Município no Funchal (1941), Quinta da Agrela, em Santo Tirso (1941-1952), Auditório na Tapada da Ajuda, Lisboa (1943), o Plano de Ordenamento da Herdade da Motrena, em Setúbal (1946-1960), Herdade Cayola Basto, em Reguengos de Monsaraz (1950-59), Parque das Termas, nas Caldas da Rainha (1951-1954), Jardim Constantino Palha, em Vila Franca de Xira (1954), jardins do Hotel Palace do Estoril, com Edgar Fontes (1955), Avenida da Liberdade, em Lisboa, com Ribeiro Telles (1956-1960) e muitos jardins e quintas de recreio particulares.⁴⁶

Depois da aposentação, Caldeira Cabral reiniciou um novo período de trabalho com os seus discípulos Albano Castelo Branco e Joaquim Elias Gonçalves e sobretudo com João Caldeira Cabral, seu filho, engenheiro agrónomo, num atelier por eles fundado, localizado na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

⁴⁵ ANDRESEN, Teresa - O Estádio Nacional - a sua génese e a sua construção. In AA VV O Estádio Nacional, p. 24.

⁴⁶ ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral e APAP - Francisco Caldeira Cabral.



Fig. 2.1.5 - Um estádio aberto sobre a paisagem do Vale do Jamor. Perspetiva a partir da tribuna de honra do Estádio de Atletismo, 1961.



Fig. 2.1.6 - Folheto informativo do 12º Congresso organizado pela International Federation of Landscape Architects, que ocorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

Em 1951 Caldeira Cabral foi convidado pela IFLA para representar Portugal, como membro individual da federação, atividade que o levaria a viajar e internacionalizar a Arquitetura Paisagista realizada em Portugal.⁴⁷ Em 1956, o Centro de Estudos participou na “Exposição Internacional de Arquitetura Paisagista” em Zurique enviando vários trabalhos dos jovens arquitetos paisagistas portugueses. Esta exposição viria a Portugal no ano seguinte, com a colaboração do Secretariado Nacional de Informação, do Ministério das Obras Públicas e da CML.⁴⁸

Em 1957 o Grande Conselho da IFLA admitiu, por aclamação, o Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista como representante dos arquitetos paisagistas portugueses, passando assim Portugal a ter dois votos no Conselho. Em 1958, Caldeira Cabral foi eleito Vice-Presidente da Federação e, quatro anos mais tarde, eleito por unanimidade Presidente da mesma sendo, no Congresso Internacional realizado em Tóquio em 1964, reconduzido na presidência por mais dois anos.

Em 1970, Lisboa recebeu o 12º Congresso da IFLA, nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian (Fig. 2.1.6). A organização foi efetuada pelo secretariado da IFLA, sediada em Lisboa desde 1965, em colaboração com o Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista (CEAP), local onde este secretariado estava instalado.⁴⁹ A organização contava com uma comissão central, constituída por Francisco Caldeira Cabral, Edgar Sampaio Fontes e António Viana Barreto e José Marques Moreira. Realizou-se, também, uma exposição comissariada por Gonçalo Ribeiro Telles e José Manuel Vasconcelos. Acompanhavam o congresso várias visitas de estudo. Além de três visitas a diferentes zonas de Lisboa, visitaram-se as Serras da Arrábida e Sintra, o Estoril, partindo-se também para uma visita de quatro dias na Ilha da Madeira. A organização destas visitas teve como responsáveis Dinis Raposo, Ilídio de Araújo, Manuel Cerveira e João Reis Gomes. Leonel Fadigas foi o responsável pela imprensa. Entre os oradores estiveram presentes personalidades como o Presidente da Comissão Internacional dos Parques Nacionais da União Internacional da Conservação da Natureza (UICN), J. P. Harroy e o diretor geral da mesma, Gerardo Budowski (1925-2014).⁵⁰ Garrett Eckbo (1910-2000), professor da Universidade de Berkeley, na Califórnia, apresentou, conjuntamente com Caldeira Cabral, uma comunicação sobre o tema “A síntese do Arquiteto Paisagista.”⁵¹

⁴⁷ Documento redigido por Caldeira Cabral sobre o CLAP, 24 de Novembro de 1959. Cit. por ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral, p. 108.

⁴⁸ Memorial do Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista, 1968.

⁴⁹ ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970, e AGNASTOPOULOS, George, DORN, Hans, DOWNING, Michael e RODEL, Heiner - IFLA. Past, Present, Future. IFLA.

⁵⁰ ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970.

⁵¹ IFLA: 12º Congresso de Arquitetura Paisagista. Lisboa.

2.1.2 Os discípulos

Caldeira Cabral através do Curso Livre de Arquitetura Paisagista foi formando os seus discípulos. Considera-se ser um número reduzido mas, no entanto, teve certamente uma grande preocupação com a sua colocação profissional conforme se constata lendo os seus relatórios.⁵² A revista AGROS da Associação de Estudantes do ISA dedicou o número de Março-Abril de 1957 à Arquitetura Paisagista. Contém vários artigos, abrindo com um de Caldeira Cabral intitulado “A Missão do Arquitecto Paisagista” e que transcreve uma conferência realizada no ISA no ano anterior. Aqui diz: “ (...) A minha primeira preocupação no regresso [de Berlim] foi ensinar a outros o que tinha aprendido e ao mesmo tempo exercer aqui a profissão para poder aprofundar os meus conhecimentos e sobre tudo saber aplica-los ao caso português. (...) Graças a Deus passados 16 anos – voltei em fins de 1939 – já não estou só. Dez colegas exercem a profissão e trabalham no Continente e também no Ultramar. Todos estão ocupados par além das suas forças e todos têm conseguido, depois de vencidas as resistências iniciais motivadas quase sempre pela novidade das soluções, encontrar o melhor apoio e a melhor colaboração de todos os outros com que tem de trabalhar. (...) Além do ensino estamos hoje a trabalhar no Ministério das Obras Públicas na Direcção Geral de Urbanização. No Ministério da Economia na Direcção Geral dos Serviços Agrícolas e na Junta de Colonização Interna. No Ministério do Interior, na Câmara Municipal de Lisboa, quer na Repartição de Jardinagem e Arborização quer no Gabinete de Estudos de Urbanização. No Ministério do Ultramar na Província de Moçambique, no Grémio dos Produtores de Milho da Beira. Acresce a esta atividade toda a de profissão liberal no projeto e estudo de parques e jardins particulares e públicos, trabalhos de construção rural e, propriamente na paisagem, em explorações agrícolas e florestais.”⁵³

Ilídio de Araújo deixou o seguinte testemunho: “Surgiram, contudo no início da década de 1950, nas pessoas do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e do Director Geral dos Serviços de Urbanização (do Ministério das Obras Públicas), duas exceções que permitiram a germinação das primeiras ‘sementes’ produzidas por Caldeira Cabral no magro viveiro da tapada da Ajuda. Mais tarde, em 1957, a exibição (em Lisboa e depois no Porto) da Exposição Internacional de Projetos de Arquitectura Paisagista promovida pela IFLA constituiu, para um restrito sector da população do País, uma primeira revelação do papel que estava a ser atribuído aos Arquitectos Paisagistas nos países em que o ensino

⁵² ANDRESEN, Teresa - Três décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970.

⁵³ CABRAL, Francisco Caldeira - A Missão do Arquitecto-Paisagista. AGROS, p. 66.

superior da Arquitectura Paisagista já estava implantado e onde esses profissionais já estavam a ser responsabilizados em projectos de grande impacto económico e ambiental. Mas, fora do viveiro da tapada da Ajuda, em Portugal a paisagem continuava a ser algo que apenas despertava a atenção de alguns aluados pintores e fotógrafos.”⁵⁴

O Presidente da CML era o oficial Álvaro Salvação Barreto que presidiu à Câmara entre 1944 e 1959, pai de Viana Barreto, e o Diretor Geral era o engenheiro Manuel Sá e Melo.

Entre os discípulos arquitetos paisagistas de Caldeira Cabral são considerados instrumentais no exercício da profissão a favor da cidade de Lisboa: Azevedo Coutinho, Ribeiro Telles, Edgar Fontes, Sousa da Câmara, Álvaro Dentinho e Marques Moreira, todos integrados nos quadros da CML, e ainda Viana Barreto. O Quadro 2.1 elenca os arquitetos paisagistas que concluíram o Curso Livre de Arquitectura Paisagista até aos finais da década de 60, assim como indica o seu ingresso na CML e na docência no ISA.

Quando, em 1949, Azevedo Coutinho colaborou com a CML através da Direção dos Serviços Técnicos Especiais (DSTE), o projeto dos jardins municipais estaria entregue ao arquiteto Luís Mateus Júnior (1913-1994) que tinha ingressado na Direção de Serviços de Urbanização e Obras (DSUO) da CML em 1944 e colaborado com o arquiteto Francisco Keil do Amaral (1910-1975) que, entretanto, deixou a CML em 1947.^{55 56} Na CML, depois de Azevedo Coutinho, seguiu-se a colaboração de Ribeiro Telles, em 1950, e Edgar Fontes em 1953. Esta equipa manteve-se inalterada até finais da década de 1950, com a entrada de Sousa Câmara, em 1957, e de Álvaro Dentinho, em 1959. Ribeiro Telles deixou a CML em 1960. Mais tarde, após finais da década de 1960 juntaram-se outros colegas como Marques Moreira e Fernando Pessoa.

Os jovens arquitetos paisagistas começaram por integrar a DSTE mas, a partir de 1954, Azevedo Coutinho e Ribeiro Telles passaram a colaborar no Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU), com a equipa coordenada por Guimarães Lobato e, concretamente, na elaboração do “Plano de Urbanização da Encosta do Restelo, II Parte.” Este é um facto de relevo pois até aí tinham exercido atividade prioritariamente no âmbito das plantações - sobretudo praças, largos e arruamentos - apesar de o primeiro projeto de Azevedo Coutinho ter uma instrução completa sendo composto de diversas peças desenhadas e, portanto, não restrito às plantações. Referimo-nos ao “Projecto para uma Piscina no Campo Grande” que acabou por não ser executado (Fig. 2.1.7). Os arquitetos paisagistas começaram, então a colaborar no planeamento, nomeadamente nos planos de urbanização dos novos bairros e, mais tarde, também na revisão do Plano de De Groer, conduzida por Guimarães Lobato. Por sua vez, houve nova revisão em 1959 em

⁵⁴ ARAUJO, Ilídio - Ao Professor Francisco Caldeira Cabral, p 17-23.

⁵⁵ CINEMATECA PORTUGUESA – MUSEU DO CINEMA – Legado do Arquitecto Mateus Junior.

⁵⁶ ANDRESEN, Teresa - Três décadas de Arquitectura Paisagista em Portugal: 1940-1970.

Quadro. 2.1 - Lista dos arquitetos paisagistas com o Curso Livre de Arquitetura Paisagista concluído até ao final da década de 60.

Fonte: Livro de Termos de Classificação de Relatórios Finais. Livro nº 2. Lisboa. Instituto Superior de Agronomia

Nome	Ano de conclusão do Curso Livre de Arquitetura Paisagista	Cota e ano de tese de Arq. Pais. no ISA	Título de tese	Nº do ISA aluno/ docente	Docência no ISA	Ano de entrada na CML
Manuel Sobral de Campos de Albuquerque de Azevedo Coutinho (1921-1992)	1948	RB-1096	"O Jardim Botânico da Ajuda. História da sua evolução. Estado presente do jardim. Projeto de remodelação."	1471/287	1950 -1953	1950*
Gonçalo Pereira Ribeiro Telles (n.1922)	1950	RB-1213	"Um caso concreto de Ordenamento Paisagístico. Estudo de três herdades no concelho de Coruche."	1421/327	1957 - 1963 1988 a 1993	1950*
Edgar Sampaio Ferreira Fontes (1922-2000)	1951	RB-1264	"A vinha na paisagem do Minho."	1523/408	1954 - 1988	1953
António Luís Facco Viana Barreto (1921-2012)	1952	RB-1297	"O Parque de Monsanto e a Cidade de Lisboa."	1510/564	1985-1987	
Fernando Torres Carneiro Vaz Pinto (1921-2001)	1952	RB-1300	"Aspetos do assalariado da indústria no meio rural – Ante projeto de um bairro operário numa empresa fabril do Concelho de Vila Nova de Famalicão."	1415/303	1953 a 1957	
António José Seabra Roquete de Mello Campêlo (1924-2010)	1952	RB-1331	"A compartimentação na defesa dos ventos. Estudo de uma região localizada nos concelhos de Oeiras, Cascais e Sintra – Anteprojeto."	1905/----	-----	
Ilídio Alves de Araújo (1925-2015)	1953	RB-1378	"Ordenamento Paisagístico do lugar de Pedroso (precedido de um estudo sobre a região serrana da Lameira) ."	1963/ ----	-----	
Alberto de Caires Vila-Nova (1927-2002)	1954	RB-1467	"A mata na paisagem – O problema do Eucalyptus globulus, Labill"	2117/----	-----	
José Lobo de Vasconcellos Cabral Parreira (1923)	1957	RB-1604	"Estudo Climático e Ecológico da Herdade de Morgavel. Macroclima e Microclima"	1821		
Manuel Pereira da Nóbrega de Sousa da Câmara (1929-1992)	1957	RB-1629	"A Tapada Real de Vila Viçosa – Anteprojeto do seu ordenamento paisagístico."	2231/494	1976-1988	1957

Manuel Ferreira da Costa Cerveira (1928-1998)	1958	RB-1689	"Projeto de um jardim e parques particulares."	2317/----	-----	
Albano da Cunha Leão Frazão Castelo Branco (1927-?)	1958	RB-2153	"A Quinta da Caldeirinha. Anteprojecto de ordenamento paisagístico."	2076/562	1978 a 1988	
Álvaro Ponce Dentinho (1924-2014)	1959	RB-1740	"Modulação na composição das estradas"	1628/285	1964 - 1967	1959
Luís Filipe Castro dos Santos (1936...?)	1962	RB-1839	"Integração Paisagística em Estradas. Aplicação a um caso concreto num troço da E.N. nº 4 (Vimieiro-Estremoz) Km 130, 875- 139, 080.	2697	-----	
José da Câmara Marques Moreira (n. 1934)	1964	RB-1905	"Ordenamento Paisagístico do Centro de Estudos da Chianga."	2697 2638/570	1969-1988	
Artur Diniz Raposo (1921-1999)	1965	RB-1939	"Valorização da Estrada e da Paisagem."	3057	-----	
Francisco Augusto de Freitas Lopes de Melo (1923...)	1967	RB-1980	"Determinação da Zona de Influência de Évora."	2151	-----	
Fernando José dos Santos Pessoa (n.1937)	1968	RB-2021	"A Madeira – Um Parque Natural, bases para o seu estabelecimento."	2786	-----	

* Admitido ao serviço em 1 de junho de 1950 como Eng.º agrónomo em regime de tarefa, funções que desempenhou até 31 de dezembro deste ano. A 2 de janeiro de 1951, contratado como Eng.º agrónomo eventual. A 31 de dezembro de 1952 foi contratado além do quadro como Eng.º agrónomo (Processos pessoais. AML AC).

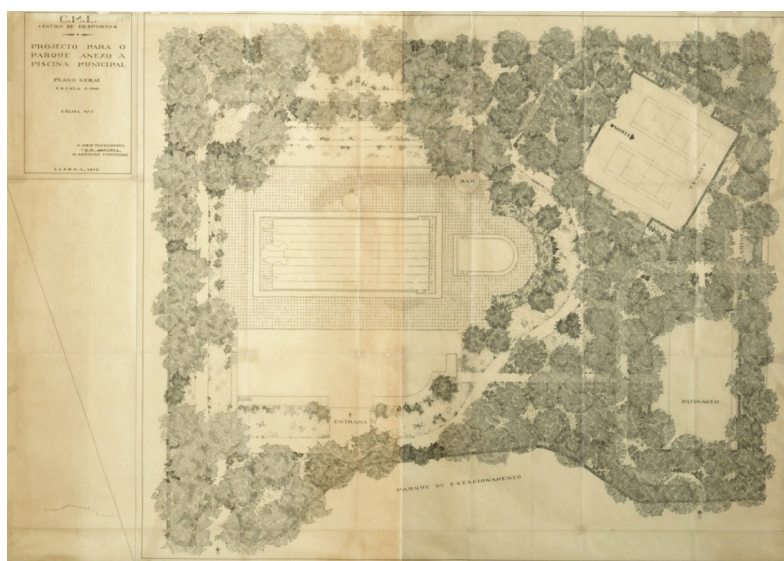


Fig. 2.1.7 - Projeto do Parque Anexo à Piscina Municipal do Campo Grande. Plano geral. Azevedo Coutinho, 1949.



Fig. 2.1.8 - Almoço de celebração do 60º aniversário dos viveiros Jardim-Primavera. Da direita para a esquerda: Álvaro Ponce Dentinho, António Viana Barreto, não identificado, Gonçalo Ribeiro Telles, Manuel Azevedo Coutinho e Edgar Sampaio Fontes, 1965.



Fig. 2.1.9 - Da direita para a esquerda: António Viana Barreto, Francisco Caldeira Cabral, Julius Gy Fabos (Professor da Universidade de Massachusetts, EUA), Carlos Baeta Neves (professor e na época o coordenador da Licenciatura de Arquitetura no ISA), Manuel Sousa da Câmara, Gonçalo Ribeiro Telles, Joaquim Elias Gonçalves e Ilídio Alves de Araújo, 1984.

que Ribeiro Telles, Caldeira Cabral e Álvaro Dentinho desenvolveram a proposta de estrutura verde de Lisboa e, em 1964, por António Campêlo que trabalhava na Junta de Colonização Interna e vogal do “Plano Director da Região de Lisboa” (1964) com um contributo importante e inovador à escala supramunicipal.⁵⁷

Na CML, na área do projeto, para além dos jardins, parques, praças, largos e arruamentos surgiram outros desafios complexos como os acessos da nova ponte sobre o Tejo liderado por Sousa da Câmara no respeitante à modelação e revestimento de taludes. A conservação dos espaços verdes passou também a ser outra área de atuação importante nomeadamente para Azevedo Coutinho ao nível dos viveiros e para Edgar Fontes e Sousa da Câmara no respeitante à rega automática e à mecanização e racionalização das operações de manutenção dos espaços verdes da cidade.

Fora da CML, é importante para esta dissertação destacar o trabalho de António Campêlo já referido e de Viana Barreto pelas suas intervenções de carácter pontual mas impactantes. Viana Barreto ingressou nos quadros da Direção-Geral de Serviços de Urbanização (DGSU) em 1953. O seu primeiro trabalho deve ter sido precisamente a envolvente da Torre de Belém que será detalhado mais à frente. Os trabalhos relacionados com a Torre de Belém não são - crê-se - o seu único trabalho para a cidade no entanto, considera-se que foi uma intervenção de importância significativa. Também Ilídio de Araújo ingressou na DGSU em 1957 e mais tarde Manuel Cerveira. Ilídio de Araújo colaborou em alguns trabalhos para a cidade antes da sua transferência para o Porto, nomeadamente na Comissão Administrativa dos Novos Edifícios da Universidade de Lisboa, juntamente com Viana Barreto e Álvaro Dentinho e Manuel Cerveira fez toda a sua vida profissional radicado em Coimbra trabalhando prioritariamente as paisagens do centro de Portugal.

De seguida apresenta-se uma breve biografia de cada um dos arquitetos paisagistas: Azevedo Coutinho, Ribeiro Telles, Edgar Fontes, Viana Barreto, António Campêlo, Sousa da Câmara e Álvaro Dentinho (Figs. 2.1.8 e 2.1.9).⁵⁸

Azevedo Coutinho nasceu em 29 de abril de 1921 em Portalegre. Formou-se em Engenharia Agronómica e concluiu o Curso Livre em 13 de dezembro de 1948 com a tese intitulada “O Jardim Botânico da Ajuda. História da sua evolução. Estado presente do jardim. Projeto de remodelação”. Lecionou no ISA entre 25 de fevereiro de 1950 e

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ As biografias que se apresentam foram feitas com base em currícula cedidos ou pelos próprios ou por seus familiares assim como estão suportadas pelo catálogo da exposição Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian (2003). A biografia de Ribeiro Telles resulta também da consulta das publicações: CARAPINHA, Aurora; TEIXEIRA, José – A Utopia e os pés na terra: Gonçalo Ribeiro Telles. Évora: Instituto Português de Museus, 2003 e PESSOA, Fernando - Gonçalo Ribeiro Telles. A fotobiografia. 1ª edição. Lisboa: Argumentum Edições, 2011.

Sobre Viana Barreto, no Instituto Superior de Agronomia, em 2011 foi apresentada uma dissertação de mestrado intitulada Contributo para a História da Arquitetura Paisagista em Portugal. Arquiteto Paisagista António Facco Vianna Barreto da autoria de Francisco Maria Marques de Aguiar Salvação Barreto.

14 de abril de 1953. Azevedo Coutinho iniciou a sua colaboração na CML em 1949 com o projeto “Parque Anexo à Piscina Municipal”, antes ainda de pertencer aos quadros desta instituição, conforme já referido.⁵⁹ Desempenhando funções na 3ª Repartição de Arborização e Jardinagem da DSTE que chefiou entre 1970 e 1972. Realizou os seguintes projetos: em 1950, Jardim junto ao centro escolar da célula nº 1 em Alvalade, Jardim junto ao centro escolar da Célula nº 2 em Alvalade, Arborização do centro escolar da Célula nº 3 em Alvalade, Placa lateral ao Norte do Campo Grande, Avenida Guerra Junqueiro, Avenida da Igreja, Praça Pasteur; em 1951, Jardim do Largo Frei Heitor Pinto, Jardim da Praça de Londres, Jardim da Célula nº 2 em Alvalade, Arborização da Avenida João XXI e placas centrais da Avenida do Aeroporto; em 1952 realizou algumas intervenções no Jardim da Estrela, com vista à celebração do seu centenário, em 1953 realizou o Jardim Gomes de Amorim e em 1954 projetou o Jardim do Campo Grande.⁶⁰ De 1954 em diante, Azevedo Coutinho deixou de projetar para se dedicar à remodelação dos vários viveiros municipais tendo trabalhado na CML até finais da década de 80.

Ribeiro Telles nasceu a 25 de maio de 1922 em Lisboa. Formou-se em Engenharia Agronómica e concluiu o Curso Livre em 4 de julho de 1950 com a tese intitulada “Um caso concreto de Ordenamento Paisagístico. Estudo de três herdades no concelho de Coruche”. Foi nomeado professor assistente no ISA a 9 de novembro de 1957, atividade que manteve até abril de 1963. Na Universidade de Évora fundou, em 1976, a Licenciatura em Arquitetura Paisagista. Em 1992 foi jubilado na mesma universidade e em 1994 foi agraciado por aquela instituição com o título de Doutor Honoris Causa. Iniciou a sua carreira na CML em 1950 projetando jardins e arruamentos sobretudo para os novos bairros de Lisboa: Encarnação, Alvalade e Encosta do Restelo. Desenvolveu funções até 1960 realizando mais de 60 projetos para o espaço público desta cidade e projetando espaços tão diversos como jardins, praças, arruamentos, escolas e cemitérios. Planeou ainda como técnico nesta instituição as “Estruturas Verdes” da Lapa (1958), de Alfama e Castelo (1959) e do Plano Diretor de Lisboa (1959). Como funcionário do estado, exerceu ainda atividades no Fundo de Fomento da Habitação, entre 1971 e 1974, onde dirigiu o setor de Planeamento Biofísico e Espaços Verdes. Como profissional liberal, a sua carreira obteve um forte incremento após a sua saída da CML, realizando cerca de três centenas e meia de projetos, em áreas como: jardins de uso privado; parques de uso público como o Parque da Moita (1971) e o Parque do Vale das Abadias na Figueira da Foz (1971); jardins de instituições como o do Museu de Marinha (1961), o da Fundação Calouste Gulbenkian⁶¹ (em coautoria com Viana Barreto) (1959 - finais da década

⁵⁹ ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ Prémio Valmor em 1975.

1960) do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1966), o da Estação Agronómica Nacional (1966), e o do Instituto Ricardo Jorge (1973); jardins históricos, como os jardins do Paço Episcopal de Portalegre (1965) e da Quinta dos Marquês de Pombal (finais de 1960); enquadramento paisagístico de unidades fabris como a Petroquímica (1960) e a Siderurgia Nacional (1961); recuperação de pedreiras como a Tijocal (1962). No Ordenamento do Território colaborou, entre outros, no Plano Diretor da Urbanização de Lisboa (1959), no Plano Diretor de Coimbra (1972), no Plano de Pormenor da Zona do Castelo (1972) e no Plano Diretor Municipal de Lisboa (componentes ambientais) (1994). É também o responsável por mais de 100 publicações sobre diversos temas, como sejam: o Ordenamento do Território, o Ambiente, o Urbanismo, a Análise Visual, a Paisagem, o Projeto, a Agricultura, a Gestão de Recursos, a Educação e a Política. Fundador e Dirigente do Partido Popular Monárquico, ocupou altos cargos públicos, nomeadamente os de Subsecretário e Secretário de Estado do Ambiente, do 1º ao 4º e 6º Governos Provisórios, de Ministro de Estado e da Qualidade de Vida do 8º Governo Constitucional, de Deputado do PPM, de Vereador da Câmara Municipal de Lisboa e Fundador e Dirigente do Partido da Terra. Da sua passagem pelos Governos destaca-se legislação proposta e aprovada no âmbito da defesa da paisagem e do ambiente, encontrando-se, entre outros decretos de lei: Os Planos Regionais de Ordenamento do Território (Dec. Lei 388/83), a Reserva Ecológica Nacional (Dec. Lei 321/83) e a Reserva Agrícola Nacional (Dec. Lei 451/83). Em abril de 2013, a IFLA atribuiu a Ribeiro Telles o prémio Sir Geoffrey Jellicoe.⁶²

Edgar Fontes nasceu a 25 de junho de 1922 em Lisboa. Formou-se em Engenharia Agronómica e concluiu o Curso Livre em 14 de junho de 1951 com a tese intitulada “A vinha na paisagem do Minho”. Foi nomeado professor assistente no ISA em 1964 atividade que manteve até 1974, voltando a lecionar como professor convidado a partir de 1978. Iniciou a sua colaboração na CML em 1953 desenvolvendo projetos nos bairros de Alvalade e Encarnação, na Parada dos Prazeres e na Avenida Fontes Pereira de Melo. Posteriormente, realizou outros projetos no Bairro do Grilo, no Alto do Parque Eduardo VII, na Estufa Fria. Projetou, ainda, os jardins de um elevado número de escolas. Na CML ocupou os cargos de Chefe da 6ª Repartição - Planeamento e Instalação de Espaços Verdes (1970-1976), Chefe da Divisão de Arborização e Jardinagem (1972 a 1982) e Diretor dos Serviços de Espaços Verdes (1982 a 1989). Foi Secretário-geral da IFLA entre 1973 e 1978. Escreveu uma série e publicações de artigos em revistas da especialidade.

Viana Barreto nasceu a 15 de fevereiro de 1924 em Lisboa. Formou-se em Engenharia Silvícola e concluiu o Curso Livre em 30 de abril de 1952 com a tese

⁶² É a maior distinção que a IFLA concede a um arquitecto paisagista, reconhecendo as suas conquistas ao longo da vida e contribuições de impacto único e duradouro no bem-estar da sociedade e do meio ambiente e na promoção da profissão.

intitulada “O Parque de Monsanto e a cidade de Lisboa”. Em 1953 entrou para a DGSU, onde projetou e realizou variadas obras, de entre as quais se destacam os jardins envolventes de monumentos nacionais como a Torre de Belém em Lisboa, o Mosteiro da Batalha ou o Paço Ducal e Castelo, em Guimarães. Iniciou a sua atividade como técnico da Junta Nacional da Cortiça e em 1953 integrou a Direção Geral dos Serviços de Urbanização tendo este sido o início de uma carreira profissional longa no planeamento urbano e no ordenamento do território em que foi Chefe de Divisão de Estudos e Ordenamento na Direção Geral do Planeamento Urbanístico (1973-1978), Chefe de Serviço de Ordenamento da Paisagem da Divisão de Estudos e Planeamento (1978), Diretor de Serviços de Estudos e Ordenamento Físico da Direção Geral do Planeamento Urbanístico (1979-1981) e Diretor Geral do Ordenamento, no Ministério da Qualidade de Vida (1981-1987). Nestas funções para além de estudos diversos concebeu instrumentos jurídicos essenciais nesta área e apenas se refere a coordenação do relatório de 1962 em coautoria com os arquitetos Manuel Laginha e J. A. Reis Pires intitulado “Defesa da Paisagem” por se considerar que este documento é um precursor de figuras de ordenamento do território como a Reserva Ecológica Nacional, a Reserva Agrícola Nacional e ainda o quadro das áreas protegidas ao identificar os valores da paisagem, conceber uma entidade de tutela (Gabinete de Estudos e Controle da Paisagem) e enunciar de forma genérica a respetiva transformação na forma de diploma legal.^{63 64} Como profissional liberal realizou no seu atelier parcerias com outros colegas de profissão e arquitetos e entre os vários projetos salienta-se os terraços do Hotel Ritz, com Álvaro Dentinho e Porfírio Pardal Monteiro, equipa que se viria a juntar de novo na realização da Biblioteca Nacional e dos edifícios da Universidade de Lisboa, instituição para a qual projetou ainda os arranjos exteriores envolventes do Estádio Universitário de Lisboa com os seus colegas, Álvaro Dentinho e Ilídio de Araújo. Realizou vários parques em todo o país nomeadamente em Rio Maior, Viseu (Parque Aquilino Ribeiro), Sines, Setúbal (Parque do Bonfim e Avenida Luísa Todi, com o colega Albano Castelo Branco). Em Lisboa projetou, juntamente com Ribeiro Telles, os jardins da Fundação Calouste Gulbenkian. Efetuou ainda, entre muitas outras obras, os Campus Universitários da Universidade do Algarve, em Faro (Gambelas e Pena). Destacou-se também na área do urbanismo e do ordenamento do território, com estudos como o Estudo de Ordenamento do Algarve (1967), em colaboração com os colegas Álvaro Dentinho e Albano Castelo Branco, o Bairro da Sacor, com Álvaro Dentinho e o arquiteto Jorge Segurado, o Plano de Expansão de Carnaxide, com Álvaro Dentinho,

⁶³ Um despacho do Ministro das Obras Públicas datado de 4 de abril de 60 criou uma Comissão destinada a “estudar as normas adequadas à protecção do nosso país dos seus valores paisagísticos, com o objectivo de se promover a publicação especial que eficientemente garanta a sua defesa.”

⁶⁴ BARRETO, António, LAGINHA, Manuel e PIRES, J. A. Reis - Relatório “Defesa da Paisagem.”

ou o Plano de Aptidão de Queijas com Álvaro Dentinho e Ruy D'Athouguia. Realizou atividade docente sobretudo no âmbito do ordenamento do território: em 1979 e 1980 no Instituto Superior Técnico, de 1981 a 1984 na Universidade de Évora e de 1984 a 1988 no ISA.

António Campêlo nasceu a 18 de julho de 1924 em Lisboa. Formou-se em Engenharia Agrónómica e concluiu o Curso Livre em 5 de dezembro de 1952 com a tese intitulada “A compartimentação na defesa dos ventos. Estudo de uma região localizada nos concelhos de Oeiras, Cascais e Sintra. Anteprojeto”. Em 1955 ingressou na Junta de Colonização Interna onde permaneceu durante 17 anos e ao serviço da qual realizou projetos de ordenamento da paisagem até 1962 nas herdades: da Colónia Agrícola da Gafanha, Pegões, Revilheira, Barraseiros e Lameirões. Em 1962, na qualidade de vogal da 5ª Secção da Comissão do Plano Diretor da Região de Lisboa, como representante da Junta de Colonização Interna, da Secretaria de Estado da Agricultura elaborou a componente do plano intitulada “Carta das grandes zonas de condicionamento urbanístico” (esc. 1/50 000) aplicando o método de sobreposições advogado por Ian McHarg (*Design with Nature*, 1969). Em 1969 partiu para Angola onde desempenhou funções como administrador da Companhia do Luso.

Sousa da Câmara nasceu a 17 de Outubro de 1929 em Lisboa. Licenciou-se em Engenharia Agrónómica e concluiu o Curso Livre em 5 de julho de 1957 com a tese intitulada “A Tapada Real de Vila Viçosa – Anteprojeto do seu ordenamento paisagístico”. Entre 1954 e 1961 trabalhou na Direção Geral dos Serviços Agrícolas – Repartição de Construções Agrícolas, Defesa e Conservação do Solo e, a partir desta data, na 3ª Repartição de Arborização e Jardinagem da CML, realizando projetos nas Avenidas dos Estados Unidos da América, e do Brasil, nos novos bairros de Lisboa, como o Bairro da Quinta do Charquinho e o Bairro Padre Cruz, e na Quinta do Casalinho, em parques como a Mata de Alvalade e o Vale do Silêncio, em jardins como a Praça das Flores e a remodelação do Jardim Guerra Junqueiro e em escolas como os grupos escolares das Furnas, do Bairro Madre Deus. A sua intervenção nos acessos da nova Ponte sobre o Tejo valeu-lhe um louvor da parte da CML. Entre 1966 e 1971 colaborou com o Gabinete Técnico da Habitação desenvolvendo trabalho nos bairros dos Olivais e em Chelas. Depois de 1971, exerceu a arquitetura paisagista em regime de profissão liberal tendo, mais tarde, constituído um atelier. Teve uma atividade diversificada desde os projetos de arranjos exteriores de hospitais (Santarém, Abrantes, Viseu) e hotéis (Seteais, Tivoli), do edifício da PT Picoas (incluindo os terraços), da central térmica da EDP, em Setúbal, a estudos de avaliação de impacto ambiental, etc. sendo um inovador em métodos de engenharia biológica, no projeto assistido por computador e em sistemas de informação geográfica aplicados à arquitetura paisagista. Simultaneamente lecionou no ISA na licenciatura de arquitetura paisagista entre 1976 e 1988.

Álvaro Dentinho nasceu a 15 de Setembro de 1924. Licenciou-se em Silvicultura e concluiu o Curso Livre em 10 de Julho de 1959 com a tese intitulada “Modulação na composição das estradas”. Iniciou a sua colaboração na CML em 1957 ingressando no GEU colaborando no Plano Diretor da Urbanização de Lisboa e no Estudo de Urbanização da Encosta do Restelo. A partir de 1961 passou a colaborar no Gabinete Técnico da Habitação, inserindo o seu trabalho nas zonas de Olivais, e Chelas. Em 1965, integrou a equipa do Plano de Ordenamento do Algarve com os arquitetos paisagistas Viana Barreto e Albano Castelo Branco, onde desenvolveram um trabalho pioneiro em Portugal no exercício do ordenamento do território e, em 1969, integrou a equipa coordenada pelo engenheiro e urbanista Mário de Azevedo, para a elaboração do Plano Diretor Municipal para Lourenço Marques, atual Maputo. Autor de diversos projetos e estudos foi também assistente no Curso Livre de Arquitetura Paisagista.

2.1.3 Conclusão

Francisco Caldeira Cabral foi o fundador da Arquitetura Paisagista em Portugal e, no seu tempo, alcançou notoriedade internacional. Uma vez formado em arquitetura paisagista em Berlim regressou a Portugal motivado para formar profissionais nessa área. Conseguiu fazê-lo mediante a criação de um Curso Livre. Simultaneamente exerceu atividade profissional realizando diversos projetos de arquitetura paisagista e de ordenamento paisagístico sendo que o projeto do Estádio Nacional, dos finais da década de 1930, é emblemático nomeadamente por pôr em prática os fundamentos da profissão.

Azevedo Coutinho, então já engenheiro agrónomo, foi o primeiro aluno que completou o Curso Livre. Foi um pioneiro na CML onde ingressou de imediato. Seguiram-se outros profissionais, nomeadamente Ribeiro Telles, Edgar Fontes, Sousa da Câmara e Marques Moreira. Neste capítulo destacamos o percurso destes profissionais assim como de António Campêlo colocado na Junta de Colonização Interna e Viana Barreto fazendo parte dos quadros da DGSU. Todos eles têm importância no projeto do espaço público de Lisboa – quer ao nível do planeamento da infraestrutura verde da cidade quer do projeto de arquitetura paisagista para as praças, largos, jardins, parques e arruamentos da cidade.

Podemos dizer que Lisboa ainda hoje espelha estes momentos fundacionais da profissão de arquiteto paisagista - na cidade e na vida dos lisboetas. O próximo subcapítulo procura precisamente contextualizar a sua atividade nesta cidade.

2.2 As viagens ao estrangeiro dos arquitetos paisagistas portugueses nas décadas de 1950 e 1960

Nos espólios pessoais dos discípulos de Caldeira Cabral encontraram-se relatórios de viagens ao estrangeiro efetuadas no âmbito das atividades da IFLA. Estes relatórios justificam uma análise individualizada na medida em que estão particularmente bem documentados quer sob o ponto de vista dos textos quer da fotografia. As fotografias são legendadas e comentadas, estabelecendo, por vezes, comparações com situações que ocorrem no nosso país. Também se teve acesso ao arquivo de fotografias do Curso Livre de Arquitetura Paisagista existente no ISA (Figs. 2.2.1 a 2.2.3).

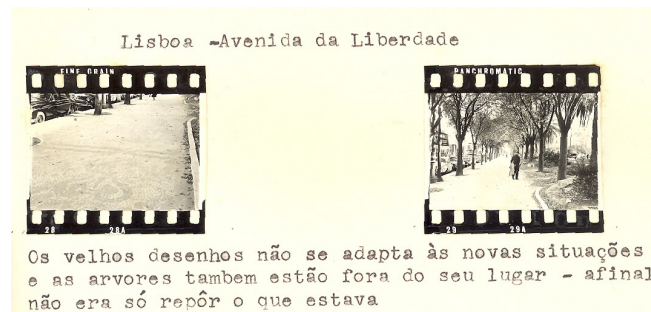


Fig. 2.2.1 - Aspeto do arquivo de fotografias do Curso Livre de Arquitetura Paisagista existente no ISA, s.d.



Fig. 2.2.2 - Aspeto da Exposição Internacional da IFLA em Lisboa, Fotografia de António Campêlo 1965.

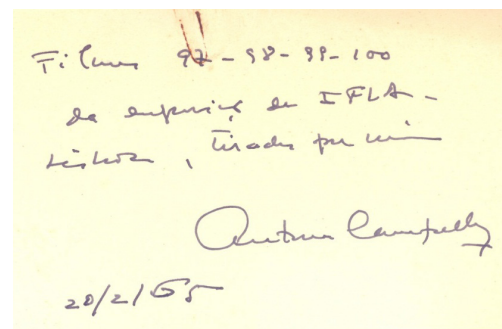


Fig. 2.2.3 - Nota de António Campêlo sobre as fotografias da Exposição Internacional da IFLA em Lisboa, 1965.

Por vezes, estes relatórios, além de integrarem as comunicações proferidas pelos vários congressistas, são acompanhados por folhetos informativos e mapas. Estes relatórios são testemunhos dos locais visitados. Foi encontrada documentação referente aos congressos que ocorreram em Espanha (1950), Suécia (1952), Suíça (1956), Holanda (1960), Israel (1962), Japão (1964) e Portugal (1970). A documentação encontrada apresenta um nível de informação muito diverso, variando de simples listagens de congressistas até descrições detalhadas sobre o que estes viram e ouviram nestes acontecimentos internacionais. Espanha recebeu na cidade de Madrid o II Congresso Internacional de Arquitetura

Quadro 2.2 – Caraterização dos relatórios de viagem

Autor	Título	IFLA*	Acompanhantes	Ano
Azevedo Coutinho	Relatório sobre a participação do Engº Agrónomo (Com o curso de Arqt. Paisagista) Manuel Sobral de Campos de Albuquerque de Azevedo Coutinho no IFLA Kongress 1952	3º Congresso Estocolmo “ <i>An idea and its realisation</i> ”.	Caldeira Cabral Edgar Fontes Fernando V. Pinto	1952
Viana Barreto	Relatório da visita de estudo a França Itália e Suíça. Paisagem urbana	5º Congresso Zurique “ <i>Landscape in contemporary life</i> ”. Reunião do Grand Council .Colónia	Caldeira Cabral Ribeiro Telles	1956
Viana Barreto	Relatório da visita de estudo a França Itália e Suíça. Paisagem rural	5º Congresso Zurique “ <i>Landscape in contemporary life</i> ”. Reunião do Grand Council .Colónia	Caldeira Cabral Ribeiro Telles	1956
Ilídio de Araújo	Problemas da paisagem urbana ** (Relatório da Visita de Estudo que à Alemanha e Holanda efectuou o Eng Agrº e Arq Paisagista da DGSU – Ilídio Alves de Araújo)	7º Congresso Amsterdam “ <i>Space for Living</i> ”.	Caldeira Cabral Viana Barreto	1961

* ANAGNOSTOPOULOS, G., DORN, H., DOWNING, M. e RODEL, H. - IFLA. Past, present and future.

** Publicado em 1961 pelo Centro de Estudos de Urbanismo. DGSU. MOP

Paisagista em Setembro de 1950. Deste evento apenas se obteve um excerto da relação dos congressistas, onde por Portugal vamos encontrar os nomes de Azevedo Coutinho, pela CML, de Caldeira Cabral, pelo ISA e de Ribeiro Telles.⁶⁵

É preciso sublinhar que estes relatórios, tão profusamente ilustrados por fotografias, mostram um modo de vida da Europa do pós-guerra. As fotografias não o mostram mas certamente que os sinais da guerra em todas estas cidades eram bem visíveis. O Quadro 2.2 carateriza os relatórios conhecidos, elaborados pelos discípulos de Caldeira Cabral, e que são analisados nesta dissertação (Figs. 2.2.4 a 2.2.7).

Acredita-se que este contacto próximo com o que se realizava então no estrangeiro terá contribuído como formação adicional da maior importância para o desempenho dos arquitetos paisagistas como projetistas do espaço público em Lisboa e para a compreensão de como o seu trabalho ia ao encontro das tendências contemporâneas relativamente ao espaço público urbano. Considera-se que a intensidade e a qualidade do trabalho dos arquitetos paisagistas discípulos de Caldeira Cabral é excecional e determinante para a imagem moderna dos parques e jardins de Lisboa. Caldeira Cabral e outros estavam cientes que o que se praticava nos anos 30 estava fora de tempo e não era expressivo nem qualificado assim como reclamaram a necessidade de abordar o espaço verde público não apenas numa escala local mas sim supramunicipal. Sob o

⁶⁵ RELACION DE LOS SEÑORES CONGRESSISTAS. Madrid: 1950.



Fig. 2.2.4 - Capa do relatório da viagem de Azevedo Coutinho a Estocolmo a fim de participar no 3º congresso na IFLA, 1952.

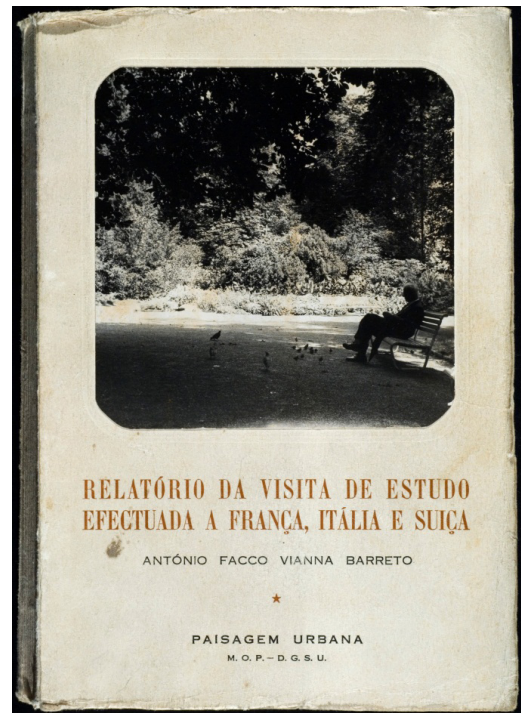


Fig. 2.2.5 - Capa do relatório da visita de Viana Barreto a França, Itália e Suíça, relativo à observação da paisagem urbana, aquando da sua participação no 5º congresso na IFLA em Zurique, realizado em 1956, s.d.



Fig. 2.2.6 - Capa do relatório da visita de Viana Barreto a França, Itália e Suíça, relativo à observação da paisagem rural, aquando da sua participação no 5º congresso na IFLA em Zurique, realizado em 1956, s.d.

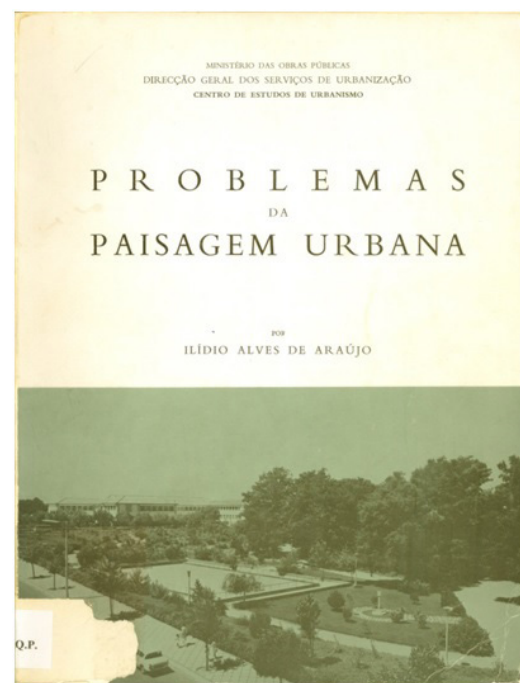


Fig. 2.2.7 - Monografia que integra o relatório da visita realizada por Ilídio de Araújo à Alemanha e Holanda, onde se deslocou a fim de participar no 7º Congresso da IFLA, em Amesterdão, 1960. Publicado pela DGSU, 1961.

impulso primeiro de Duarte Pacheco e depois do Presidente da CML Álvaro Salvação Barreto, em Lisboa assistiu-se a uma profunda renovação da imagem da cidade em que os espaços verdes tiveram uma importância maior.

Caldeira Cabral, homem conhecedor de muitas línguas incluindo latim, para além de pessoa culta foi muito viajado. Para isso contribuiu em muito o seu envolvimento com a IFLA, em particular quando assumiu a Presidência nos anos sessenta. Caldeira Cabral viajava com os alunos, nomeadamente em Portugal sendo que também foram em viagens a Angola e Moçambique. Teresa Andresen na monografia publicada pelo *Landscape Design Trust* dedicou em 2001 um capítulo às viagens de Caldeira Cabral. Na abertura do capítulo “*Cabral abroad*” retrata a dimensão das viagens na vida de Caldeira Cabral da seguinte forma: “Travelling was a fundamental aspect of Cabral’s life. In the reports he wrote for the institutions that funded his travels, he frequently uses the word ‘study’. Through travel he continued his studies, updated his work and kept alive an entire network of contacts on behalf of landscape architecture. He travelled constantly during the 1950s, 60s and 70s. The International Federation of Landscape Architects (IFLA) took up a great deal of his time and brought him international recognition. Universities providing landscape architecture courses invited him to lecture. Conference followed conference. His students in Portugal often felt his absence, and long trips abroad with their professor became the best way to have him all to themselves.”⁶⁶ (Figs.2.2.8 e 2.2.9)

Na opinião dos vários arquitetos paisagistas portugueses que se deslocavam aos congressos da IFLA, o conhecimento de colegas estrangeiros e a troca de ideias que daí advinham eram uma importante componente destas deslocações. Senão vejamos os seus testemunhos. Azevedo Coutinho (1952) afirmou: “É o que se pode aperceber da citação dos trabalhos presentes ao Congresso, da exibição de filmes e projetos e ainda do convívio durante alguns dias com os arquitetos paisagistas dos diversos países e, se por um lado há divergências flagrantes no critério que preside às diversas realizações é forçoso esclarecer que há, por outro lado, uma unidade vincada nos princípios e finalidades da profissão.”⁶⁷ Já Viana Barreto (1956) referiu no seu relatório: “A nossa presença no congresso permitiu-nos ainda o contacto com colegas suíços, italianos, franceses, alemães e belgas os quais nos proporcionaram algumas visitas de enorme interesse, aquelas especialmente em Zurique e as restantes nos seus países.”⁶⁸ Ilídio de Araújo (1961) afirmou por seu lado: “Terminado o Congresso, que, além do mais, teve o mérito de permitir e favorecer o estabelecimento de relações pessoais com colegas dos vários países (...)”.⁶⁹

⁶⁶ ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral, p. 115

⁶⁷ COUTINHO, Manuel Azevedo - Relatório sobre a participação do Engº no IFLA Kongress, p. 5.

⁶⁸ BARRETO, António. Vianna - Relatório da Visita de Estudo efectuada a Franca, Itália e Suíça - Paisagem rural.

⁶⁹ ARAÚJO, Ilídio. - Problemas da Paisagem Urbana, p. 12.



Fig. 2.2.8 - Francisco Caldeira Cabral discursando, no 5º Congresso da IFLA, em Zurique, 1956.



Fig. 2.2.9 - 5º Congresso da IFLA, em Zurique. Na assistência, António Viana Barreto e Gonçalo Ribeiro Telles na segunda fila, à esquerda. Geoffrey Jellicoe e Sylvia Crowe à sua frente, 1956.

Estes relatórios constituem preciosos auxiliares na procura do entendimento do que seria o intercâmbio de conhecimento entre os vários países membros da IFLA, os assuntos preferencialmente abordados nos congressos, sendo que cada um deles continha um tema de base e visitas de estudo. Normalmente na parte da manhã os congressistas assistiam a comunicações acompanhadas de visitas sobre esses mesmos temas da parte da tarde. Realizava-se, então, na parte final do congresso, uma viagem de estudo de 3-4 dias pelo país anfitrião.

2.2.1 O relatório de viagem de Azevedo Coutinho a Estocolmo em 1952

Foi na cidade de Estocolmo que a Suécia recebeu o III Congresso da IFLA. Este acontecimento ocorreu entre os dias 10 e 14 de Julho de 1952, sucedidos por uma viagem de 15 a 19 do mesmo mês, ao longo do país. A parte do congresso ocorrida em Estocolmo teve como ordem dos trabalhos a apresentação de comunicações durante o período da manhã, seguidas à tarde por visitas realizadas de acordo com os temas referidos na manhã desse mesmo dia. Na viagem através da Suécia foram visitados centros urbanos, monumentos e indústrias; parques urbanos; bairros residenciais modernos; áreas industriais; cemitérios; jardins de hospitais e de escolas; jardins particulares; etc. Azevedo Coutinho sobre a motivação de participar neste congresso escreveu: “Um dos principais assuntos que nos levou a manifestar à Presidência a vantagem na assistência do III Congresso Internacional da Federação dos Arquitetos Paisagistas, foi a necessidade de analisar alguns problemas de ordem administrativa ligados ao estabelecimento de logradouros e zonas verdes, na moderna urbanização.”⁷⁰

O relatório é acompanhado por sete anexos que vão desde o programa passando pela lista de congressistas, um folheto dos caminhos-de-ferro, uma revista e mapas vários. Envolve não só o congresso propriamente dito como a viagem de ida e volta a Portugal, o que nos leva a crer que este trajeto terá sido percorrido por estrada com várias paragens ao longo do percurso, tendo sido recolhidas, nessas ocasiões, várias imagens incluídas neste documento. Este relatório, cuja capa exhibe um curioso desenho do autor, é constituído por trinta e duas páginas, dividido em várias partes. Azevedo Coutinho agradece ao Presidente da CML, Álvaro Salvação Barreto, a possibilidade da execução da viagem e a importância dada à profissão, com as seguintes palavras: “Aproveitamos o ensejo para agradecer a Sua Excelência o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, não só todas as facilidades que nos proporcionou com o fim de permitir a nossa deslocação a Estocolmo, mas principalmente o apoio que sempre tem dado às iniciativas que têm por base problemas de Arquitetura Paisagista. É justamente este ultimo ponto o que nos tem sido mais grato registar e nos tem animado a continuar trabalhando e a vencer resistências que sempre se encontram quando aparece uma nova profissão e quando os problemas a estudar são complexos e exigem uma colaboração intensa com outros sectores profissionais.”⁷¹ Tece várias comparações entre o que lhe foi dado assistir durante esta viagem e como são resolvidas, situações semelhantes, na cidade de Lisboa.

⁷⁰ *Idem*, p. 12.

⁷¹ *Ibidem*, p. 2.

Foi possível colher ensinamentos sobre assuntos muito diversificados como a rega por aspersão, os parques infantis e recreios, o aproveitamento máximo da árvore nas urbanizações, a abolição do ‘logradouro comum’, a transplantação de árvores, os cemitérios, o enquadramento de centros industriais. Azevedo Coutinho relata o que viu e ouviu durante os trabalhos do congresso e vai fazendo uma análise comparativa concluindo sobre a divergência entre a Suécia e Portugal face a vários conceitos e atitudes. As fotografias estão numeradas e agrupadas por temáticas: parques infantis, proteção dos cantos dos relvados, urbanizações de Estocolmo, Cemitérios, enquadramento de edifícios públicos e Alamedas e jardins do Luxemburgo.

Deste relatório, extraem-se, sobretudo, os comentários relativos aos ‘bairros’ que Azevedo Coutinho refere como ‘urbanizações’ e ao sistema de parques de Estocolmo que pode ser considerado o primeiro sistema moderno de parques, inspirado nos princípios do arquiteto paisagista Frederick Law Olmsted (1822-1905) que, em 1857, iniciou o projeto do Central Park de Nova York e nas décadas finais do século XIX projetou o sistema de parques da cidade de Boston conhecido como “*Emerald Necklace*”.

Para contextualizar a importância que se dá aos conteúdos destes relatórios, citamos o arquiteto paisagista sueco Thorbjorn Andersson (2002): “All this despite the fact that for the first time a person had been appointed Director of Parks in Stockholm who knew almost nothing about making gardens. The man was Holger Blom (1906-1996), who served in office for over three decades, from 1938 to 1971. He was trained as an urban planner and had practiced with Lars Israel Wahlman in Stockholm, with Kruger & Toll in Amsterdam and with Le Corbusier in Paris. Blom’s contribution was twofold. The first was his park program; he displayed a strong strategic mind devoted to questions of park policy. The second was his success in realizing a system in which parks penetrated almost all areas of the inner city.” ⁷²

Holger Blom é um dos membros fundadores da IFLA participantes na reunião no Jesus College em Cambridge ⁷³ e foi amigo de Caldeira Cabral. Naturalmente foi dos organizadores do Congresso de Estocolmo sendo da sua autoria a brochura que se reproduz (Figs. 2.2.10 a Fig. 2.2.13). Entre outros profissionais, com Holger Blom trabalhou o arquiteto Erik Glemme (1905–1959), autor de vários parques e o arquiteto paisagista Sven Hermelin (1900-1984).

Azevedo Coutinho deixa-nos alguns relatos do que foram as visitas aos parques de Estocolmo: “ (...) No mesmo dia, pelas 18:30 h foram efetuadas visitas aos parques e jardins públicos de Estocolmo e Sundyberg sendo do máximo interesse a visita ao Vasa Park. Para nós foi da máxima importância esta visita pela oportunidade de contactar com

⁷² ANDERSSON, Thorbjorn - To erase the garden: modernity in the Sweden garden and landscape, p. 22.

⁷³ ANAGNOSTOPOULOS, G., DORN, H., DOWNING, M. e RODEL, H. - IFLA. Past, present and future.

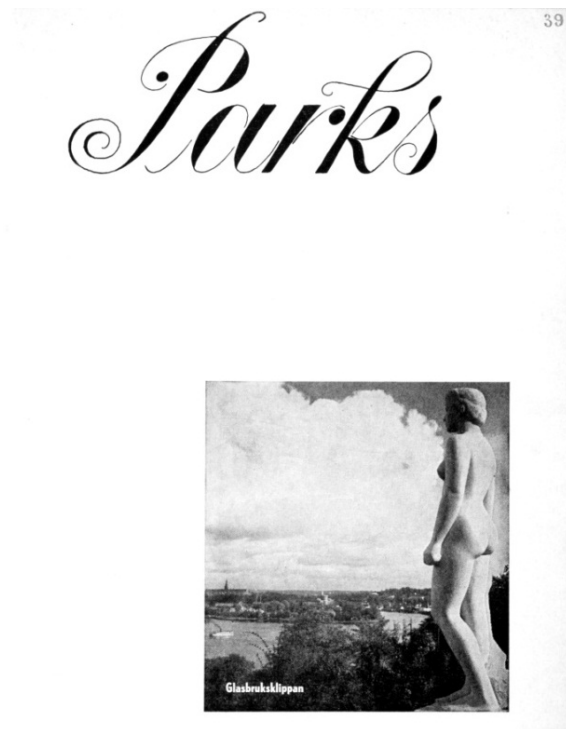


Fig. 2.2.10 - Capa do artigo de Holger Blom de 1952 - 'Parks' - sobre o sistema de parques de Estocolmo, anexado ao relatório de viagem de Azevedo Coutinho (1952).

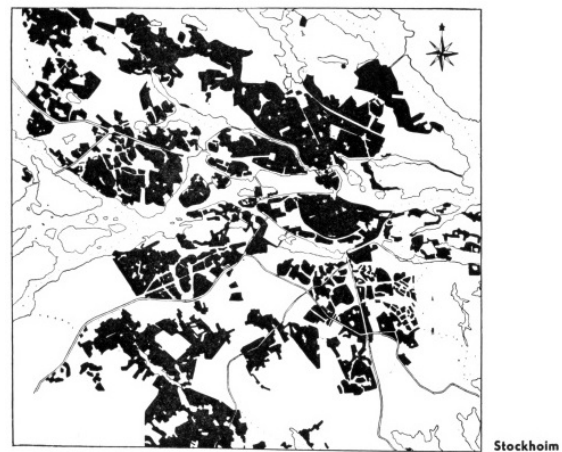


Fig. 2.2.11 - Ilustração do referido texto representando, a negro, o sistema de parques de Estocolmo.



Fig. 2.2.12 - Primeira página do artigo.



Fig. 2.2.13 - Última página do artigo exibindo o plano e fotografias de um pequeno espaço dentro do Vasaparken.

os arquitetos paisagistas da municipalidade de Estocolmo. Ainda foram visitados alguns parques privativos de diversas fábricas, parques esses com características especiais para satisfazer a um aspeto funcional dominante em tais logradouros. Terminaram-se os trabalhos do dia com a visita ao Hospital Karolinska, cujos parques e jardins são uma das melhores realizações dos arquitetos paisagistas suecos. Adiante apresentam-se algumas fotografias.” ⁷⁴ (Figs. 2.2.14 e 2.2.15). E refere ainda outros locais visitados: “(...) Após o almoço, organizaram-se excursões para visitas aos bairros habitacionais ao Sul de Estocolmo, de características modernas e aos jardins de Stigberget e Glasbruksklippan e ao parque de festa de Ralambshov. (...) No domingo, dia 13, último dia dos trabalhos do Congresso, organizou-se uma excursão que visitou, entre outros, os seguintes locais: Cemitério principal, Bairros excêntricos Regiões industriais.” ⁷⁵

Azevedo Coutinho deixa-nos a sua ideia geral sobre o projeto de parques urbanos e a inserção das zonas residenciais na passagem: “Duma maneira geral, excetuando os casos típicos e clássicos do jardim formal, hoje em dia abertos ao público mas anteriormente funcionando como jardins particulares – casos semelhantes aos nossos jardins clássicos de Queluz, da Ajuda e outros – os jardins que servem o grande público enquadram-se perfeitamente na paisagem porque dela são como que um prolongamento natural, num tipo de urbanização em que se mantém a diretriz dominante do aproveitamento máximo da árvore, do relvado e de todos os elementos que constituem a paisagem. A implantação dos bairros mais populosos e mais excêntricos molda-se às condições locais e tudo se constrói perfeitamente enquadrado na paisagem. Não existe a preocupação dominante da linha reta no traçado das linhas primárias de trânsito e ruas de serventia para os prédios. Não existe ainda, por outro lado, o gravíssimo problema dos grandes movimentos de terras para a construção.” ⁷⁶ Sobre a nova conceção dos logradouros, apresenta a sua admiração pelo modelo preconizado: “Ainda, como pormenor da máxima importância, verificámos não existirem tipos de urbanização com zonas verdes do tipo do nosso ‘logradouro comum’, encravados na construção, como pátios interiores. Aboliu-se assim a zona de inconvenientes dos espaços fechados que, embora comuns a particulares, resultam em uma soma de encargos de difícil resolução. (...) “De tudo o que vimos e conseguimos saber, apurámos que o logradouro comum e a zona verde são um encargo da habitação. À entidade que constrói a habitação, cabe o encargo de uma parte do logradouro ou zona verde. O Município nada despende e apenas lhe compete determinar as normas em que deve ser executado tal logradouro ou tal zona

⁷⁴ COUTINHO, Manuel Azevedo - Relatório sobre a participação do Engº Agrónomo (Com o curso de ARQ. Paisagista) Manuel Sobral de Campos de Albuquerque de Azevedo Coutinho no IFLA Kongress, p. 7.

⁷⁵ *Idem*, p. 10.

⁷⁶ *Idem*, p. 3-4.



Fig. 2.2.14 - Jardins do Hospital Karolinska, em Estocolmo, 1952



Fig. 2.2.15 - Parque comum da zona residencial de Estocolmo, 1952

verde.”⁷⁷ E considera tratar-se de uma possibilidade a estudar para aplicação na cidade de Lisboa: “Concordamos que o estabelecimento de processos administrativos como o que se apresenta não se pode fazer sem um aturado estudo. Todavia, julgamos que ele é necessário para as soluções a dar a alguns casos que já se fazem sentir no nosso Município e de que o Bairro de Alvalade é um caso típico.”⁷⁸ E, mais à frente, volta a valorizar a forma como as novas urbanizações são integradas na paisagem e a ela se moldam e a moderna noção de logradouro a elas associado: “Na urbanização e Estocolmo no que se refere á zona periférica da cidade, a construção amolda-se á paisagem e os problemas tem aspetos de nítida Arquitetura Paisagista. Não existem logradouros interiores nem se alterou a topografia do terreno.”⁷⁹ (...) “Urbanização de Estocolmo - (...) Os prédios de rendimentos dispostos em avenidas densamente enquadradas por vegetação, amoldaram-se às condições naturais do terreno. Desaparece o jardim público e apenas ficam zonas verdes na periferia, do tipo do futuro parque entre as Avenidas do Brasil e do Aeroporto, como grande logradouro comum.”⁸⁰

⁷⁷ *Idem*, p. 3-4.

⁷⁸ *Idem*, p. 13.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 19.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 21.

2.2.2 O relatório de viagem de Viana Barreto a França, Itália e Suíça. 1956

O relatório de Viana Barreto está organizado em dois volumes. O primeiro dedicado à paisagem urbana e o segundo à paisagem rural.⁸¹

O Relatório sobre a paisagem urbana está organizado em seis partes: 1) Jardins e parques de interesse histórico; 2) jardins e parques públicos de construção recente; 3) jardins botânicos; 4) parques infantis; 5) praças e largos, enquadramento de edifícios, arruamentos; e 6) panorâmicas. O Relatório sobre a paisagem rural está organizado também em seis partes: 1) compartimentação da paisagem; 2) paisagem alpina; 3) a estrada na paisagem; 4) na água na paisagem; 5) a casa na paisagem; e 6) outros aspetos.

Não nos deteremos nos jardins históricos visitados em Itália, França, Espanha, Suíça e Alemanha embora seja um testemunho do maior interesse. Olharemos, particularmente, para os espaços construídos ou modificados recentemente. Esta informação é obtida a partir do volume 1 deste relatório que aborda as paisagens urbanas e as citações apresentadas são retiradas deste volume não paginado.

No respeitante aos parques, jardins públicos, praças e parques infantis, o relato é de um modo geral revelador de quão a par estavam do que se estava a fazer, a renovar, a modernizar na Europa de então. É evidente que a presença de Caldeira Cabral era determinante na medida em que ele beneficiava não só da sua vivência no estrangeiro como também de uma rede de colegas amigos que, certamente, abriam portas e davam indicações sobre os locais a visitar.

Selecionamos apenas alguns exemplos e começemos pelo primeiro jardim público referido. O Parque Tête d'Or, em Lyon, é um dos maiores parques urbanos franceses com 105 ha, situado numa área de leito de cheio do rio Ródano, tem como elementos notáveis os seus extensos lagos, roseirais, o Jardim Botânico e o Jardim Zoológico. A ideia do Parque tem origens no princípio do século XIX tendo sido aberto ao público em 1857, de acordo com o projeto dos arquitetos paisagistas suíços Eugene e Denis Bulher. Viana Barreto diz-nos o seguinte: "Delineado em 1856, por Buller estende-se através de Lyon por uma área de 105 ha. O seu famoso lago formado a partir de uma derivação das águas do Ródano, ocupa uma superfície total de 16ha." Sob o ponto de vista da composição valoriza: "A largueza e a simplicidade do seu traçado fazem deste recinto

⁸¹ Este último, na parte final, relata o Congresso da IFLA e diz o seguinte: "O esquema da viagem foi o seguinte: Vilar Formoso, Salamanca, S. Sebastian, Pau, Lourdes, St. Gaudens, Toulouse, Narbonne, Montpellier, Nîmes, Avignon, Lyon, Geneve, Lausanne, Berna, Zurich, Andermatt, Brig, Sesto, Lugano, Como, Milão, Leco, Edolo, Bergamo, Brescia, Trento, Verona, Bolzano, Innsbruck, Munique, Stuttgart, Darmstadt, Mainz, Koblen, Bonn, Aschen, Colónia, Wuppertal, Dortmund, Hannover, Canabrick, Münster, Apeldornm, Arnhem, Utrecht, Haia, Roterdão, Antuérpia, Bruxelas, Mons, Soissons, Fontainebleaux, Orleans, Limoges, Orthez, Pamplona, Logroño, Guadalajara, Madrid, Elvas, Lisboa." (sem página) Um périplo impressionante, sobretudo à medida que vamos observando as fotografias que acompanham o relatório!



Fig. 2.2.16 - Caminho no Parque Engländer, em Munique, 1956.

um exemplar muito notável do parque paisagista do século XIX. (...) No eixo principal da entrada o lago imenso reflete, em planos sucessivos, as frondosas copas do arvoredo marginante onde a Tília harmoniosamente se combina com o Salgueiro e com o Carvalho. Ao longe, o porte erecto dos Choupos reforça o jogo de volumes e das formas. (...) Os caminhos sobretudo os principais, continuam a traçar-se quase sempre no interior das sombras, como (sic) um ou outro ponto de sol. Este reserva-se para as clareiras de relvado – aqui um autêntico prado naturalizado. Assim, árvores e relva constituem na verdade os elementos fundamentais de toda a composição. (...) Contrastes de luz e sombra, de textura e estrutura dos arvoredos só se consegue com muito estudo, muita experiência e muita arte.” Sob o ponto de vista dos pormenores de construção sublinha alguns aspetos como: “O pavimento recentemente impermeabilizado transtorna todavia a serenidade do conjunto, quer pela cor do betuminoso escolhido, o vermelho (...) quer pela rigidez das inestéticas valetas. (...) Observa-se ainda a ondulação tão suave do terreno e a colocação aos pares do arvoredo isolado. O peão no centro da fotografia que se desloca, percorre um caminho que atravessa o prado a cota sensivelmente mais baixa, de forma a não cortar a profundidade do relvado cuja ondulação o aumenta.”⁸²

Deste relatório entende-se, ainda, destacar o comentário de uma fotografia (Fig. 2.2.16): “Talvez mais notavelmente ainda do que na fotografia anterior documenta-se aqui a perfeição do traçado dos caminhos desta feita marginando um canal. Repare-se

⁸² BARRETO, António Facco Vianna - Relatório da Visita de Estudo efectuada a Franca, Itália e Suíça: Paisagem urbana, (sem página).

na distribuição dos grupos de arvoredos junto ao caminho reforçando a sua profundidade pelos três diferentes planos marcando e conduzindo à curva que, ao longe, o sol assinala. Aqui, e muito bem, os bancos dispõem-se de frente para o canal, ponto de interesse mais importante do sítio.”⁸³

Na Suíça, o Jardim Botânico de Zurique foi um dos locais visitados: “O antigo parque botânico da Universidade após 120 anos transformado em parque público dá-nos o exemplo de quanto pode o aproveitamento e valorização das zonas verdes antigas. Situado nas margens do lago famoso, as enormes superfícies relvadas deste magnífico parque dão ao local uma sensação de calma e sossego permitindo a observação dos volumes por inteiro e dos panoramas distantes sem o movimento de pessoas no primeiro plano. É sobre esta superfície dos relvados que se torna assim notório o jogo dos contrastes da luz e da sombra.”⁸⁴ E sobre o Parque Municipal de Zurique, observa: “Esta fotografia demonstra bem todo o calmo ambiente que se pode gozar num parque excelentemente resolvido. Enquanto que um banco se colocou a pleno sol, colocou-se outro num recanto à sombra, lugar ideal para o repouso dos mais velhos e deleite de todos. (...) Observa-se a simplicidade de tratamento dos muretes e dos candeeiros, estes colocados indistintamente em pontos escolhidos independentemente de preocupações simétricas despropositadas.” E, sobre o Jardim Botânico de Genebra enaltece as suas qualidades modernas: “Recentemente construído, este é um dos mais belos parques que nos foi dado apreciar. Traçado dentro das mais recentes normas da arte paisagística o jardim botânico de Genebra, tal como o de Lausanne agora em construção, consegue manter a sua unidade embora se trate de facto de um jardim botânico, onde a profusão das espécies dificulta sobremaneira aquele atributo essencial a toda a obra d’arte. Manobrando a pedra, a água e a vegetação com mão de mestre, o arquiteto-paisagista atinge aqui um dos pontos mais altos da sua arte e da sua técnica. E não sabemos que mais apreciar, se a beleza do relvado delimitando as zonas plantadas a diversas profundidades, se o grande lago artificial onde o Nenúfar se esconde acompanhando até ao longe as suas margens, se a arte com que se distribuem os contrastes, e as zonas de passagem da cor e da forma, se o rock garden dos alpinos perto dos cactus do Colorado, se enfim o veio de água que dá origem à plantação das espécies marginantes dos ribeiros.”⁸⁵

A composição, a disposição da vegetação (árvores, relvados, prados, maciços de arbustos, etc.), o traçado dos caminhos, a modelação do terreno, a luz e a sombra, as panorâmicas são uma constante nas análises dos sítios feitas por Viana Barreto e

⁸³ *Ibidem.*

⁸⁴ *Ibidem.*

⁸⁵ *Ibidem.*

registadas fotograficamente. Pela importância que teve nos projetos dos discípulos de Caldeira Cabral na cidade de Lisboa registam-se, também, alguns dos seus comentários sobre o comportamento dos utilizadores do espaço em particular no que diz respeito aos espaços de recreio infantil, aliás ao encontro dos comentários de Azevedo Coutinho no seu relatório de 1952. A propósito de um parque anexo às piscinas de Wetzigraben: “Belíssimo parque destinado a ser utilizado por 4000 pessoas. Aqui vemos um dos extensos relvados de enquadramento e repouso dos banhistas, solução para onde devemos caminhar na edificação das piscinas.”⁸⁶ E, a propósito de um pormenor de um parque infantil num bairro de Zurique: “A característica essencial de todo o recinto infantil moderno é a existência de elementos destinados ao livre desenvolvimento da personalidade da criança. Aboliram-se os baloiços comandados por um adulto, como toda interferência deste no local destinado à brincadeira. A criança escolhe livremente o seu brinquedo para cuja utilização sempre se obriga pela sua própria natureza, a um certo esforço físico. Sejam os tubos de cimentos, as traves de madeira, os troncos, os degraus, tudo é livre e disposto num amplo espaço aberto, isento de poeiras e acompanhado por núcleos de vegetação.”⁸⁷

Retém-se ainda uma apreciação relativamente às hortas em espaço urbano que Viana Barreto registou em Zurique: “Junto aos blocos Y recentemente construídos no interior de um belíssimo parque, destinou-se um local junto à mata, que permanece para o cultivo dos produtos hortícolas. Cada um dos inquilinos possui assim o seu quintal privativo donde extrai os produtos frescos que mais lhe interessa. Uma equipa de técnicos do município aconselha e orienta os inquilinos ao mesmo tempo que mantém o parque envolvente dos blocos. A mata abriga por certo a zona hortícola dos ventos dominantes ao mesmo tempo que lhe regulariza um pouco a temperatura. (...) Repare-se no diferente tratamento do relvado da fotografia de cima e da área de prado, mais distante dos blocos.”⁸⁸

⁸⁶ *Ibidem.*

⁸⁷ *Ibidem.*

⁸⁸ *Ibidem.*

2.2.3 O relatório de viagem de Ilídio de Araújo à Alemanha e Holanda. 1960

Este foi o único relatório publicado, o que veio a suceder em 1961. Ilídio de Araújo tinha já transitado para a DGSU e com o pretexto de participar no VII Congresso da IFLA, visitou a Holanda e a Alemanha e ainda a Suíça. Neste congresso estiveram cerca de 200 participantes entre os quais oito eram portugueses, de acordo com o próprio Ilídio de Araújo. O autor considera o seu relatório um “estudo crítico”: “Esse estudo crítico torna-se indispensável em virtude de as condições sociológicas e mesológicas do nosso país serem por vezes, profundamente diferentes das daqueles países, obrigando-nos sempre a uma transposição melindrosa de preconceitos e soluções.”⁸⁹

O relatório do Congresso propriamente dito consta nas primeiras 15 páginas da publicação. Dá-nos nota que: “Terminado o Congresso (...) dirigi-me para a Alemanha a fim de visitar as cidades de Hannover, Dusseldorf, Colónia, Franqueforte e Estugarda. Mas já antes na viagem para a Holanda tinha tido ocasião de efectuar curtas demoras em Paris, Bruges e Gand, onde pude visitar algumas das realizações que mais me poderiam interessar. Pude assim, numa visita muito ligeira, observar em Paris o sempre actual jardim do Luxemburgo, dar um passeio pelo desvirtuado ‘bosque de Bolonha’, percorrer alguns pequenos jardins junto da catedral de Notre Dame e do museu de Cluny, o romântico parqué Monceau, o magestoso enquadramento das Tulherias e o retalhado parque dos Príncipes com suas instalações desportivas.”⁹⁰

O relatório é acompanhado de um conjunto muito rico de fotografias dos países visitados e de Portugal e é motivado pela paisagem urbana e muito em particular pelo papel da vegetação. A parte de “estudo crítico” está organizada em seis partes: 1) A formação a paisagem urbana portuguesa; 2) Deficiências tradicionais da paisagem urbana; 3) As virtudes da vegetação; 4) A vegetação nos centros administrativos e comerciais; a vegetação nas zonas residenciais; 5) A vegetação nas grandes vias de penetração e circulação interior; 6) A vegetação nos grandes espaços recreativos. Possui uma extensa bibliografia em diferentes línguas.

Ilídio de Araújo privilegia a vegetação como o elemento condutor do seu estudo crítico: “A vegetação, devido a um conjunto de aptidões e propriedades características, pode, e deve ter, larga aplicação no ordenamento e composição dos espaços urbano, onde é capaz de corrigir e preencher muitas das deficiências.”⁹¹ Vai, igualmente, recorrendo sobre as várias escalas da paisagem – da paisagem como um todo, ao parque, ao

⁸⁹ ARAÚJO, Ilídio - Problemas da Paisagem Urbana, p. 8.

⁹⁰ *Idem*, p. 12.

⁹¹ *Idem*, p. 57.

arruamento, à faixa separadora, à planta – o elemento vegetal - (árvore, arbusto, *mixed border* ...). Exemplifica-se com as seguintes citações: “Integração do aglomerado urbano no conjunto da paisagem. Nos grandes aglomerados urbanos, a sua integração na paisagem envolvente torna-se difícil ou até impossível sem o concurso do elemento vegetal. Além disso, uma cidade sem vegetação na qual os espaços abertos sejam constituídos apenas por pavimentos e objectos inertes depressa se torna monótona, sentindo-se a necessidade de elementos verdes, que, como elementos adicionais da composição urbana, ‘amoleçam’ a dureza das construções. (...) Também ficou assinalada a vantagem do emprego da vegetação na compartimentação dos vários recintos recreativos de um parque com o objectivo de os isolar uns dos outros, e de os subtrair aos efeitos das correntes atmosféricas que se deslocam à superfície do relevo; e bem assim o interesse que há, pelo menos nas regiões com período de intensa insolação, em criar espaço ensombrados para regalo das populações.”⁹²

⁹² *Idem*, p. 96.

2.2.4 Conclusão

A documentação sobre as viagens dos arquitetos paisagistas é expressiva e possui conteúdos e documentação fotográfica relevantes para a compreensão do seu pensamento. A documentação, conforme referido, não se restringe aos três relatórios que se apresentaram com maior detalhe pois no âmbito desta dissertação juntou-se um conjunto de documentação relativa quer aos locais visitados - desdobráveis - quer fotografias ou correspondência. As viagens estão associadas aos congressos bianuais da IFLA e isso torna-os também muito informativos sobre a teia de relações internacionais que os arquitetos paisagistas iam construindo e sobre as conferências a que assistiam. Muitos dos conferencistas foram grandes referências mundiais do século XX não só da arquitetura paisagista mas também da conservação da natureza ou da história e da sociologia.

Já as viagens de Caldeira Cabral revelavam a preocupação de registar o que se ia vendo e o desenvolvimento de um olhar e um discurso crítico sobre a paisagem que é referida de forma multiescalar. As viagens levaram-nos ao encontro do que de mais moderno se fez na Europa de então – desde o impactante sistema de parques de Estocolmo às novas áreas residenciais ou às áreas industriais. Tanto procuravam as paisagens do passado – as visitas incluíam lugares de referência no âmbito dos parques e jardins históricos – como as mais contemporâneas.

Os relatórios também revelam uma compreensão clara e rigorosa dos problemas da cidade de Lisboa. É possível ir estabelecendo relações entre os conteúdos destes relatórios e os projetos de que os discípulos de Caldeira Cabral foram autores – quer ao nível das peças desenhadas e das fotografias da época dos lugares depois de construídos quer ao nível das memórias descritivas e justificativas que acompanham alguns dos projetos que foram objeto de investigação nesta dissertação.

2.3 O espaço público de Lisboa

Para a contextualização e interpretação do desempenho dos arquitetos paisagistas nas décadas de 1950 e 1960 em Lisboa, é importante referir alguns aspetos determinantes sobre as dinâmicas em curso na cidade e que antecederam e acompanharam o seu desempenho profissional. Destacam-se, sobretudo, os aspetos relacionados com o planeamento urbano, os espaços verdes públicos e a habitação em Lisboa. O presente subcapítulo está assim organizado em três temáticas: o planeamento da cidade, os espaços verdes – os existentes e a sua planificação – e a habitação, focalizando a temática dos novos bairros de Lisboa e a respetiva evolução das tipologias de espaços verdes.

2.3.1 A expansão e o planeamento da cidade de Lisboa e a reestruturação institucional

Para a compreensão da Lisboa moderna, entende-se começar por referir a figura de Frederico Ressano Garcia (1847-1911), o engenheiro que chefiou a Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa a partir de 1874. Formado pela “*École Impériale des Ponts et Chaussées*” em 1869, a ele se deve o primeiro plano de expansão de Lisboa tendo a sua liderança técnica ficado associada, entre outras marcas, à Avenida da Liberdade, aos bairros de Campo de Ourique e da Estefânia assim como às chamadas “Avenidas Novas”. O Município de Lisboa decidiu elaborar um plano de melhoramentos e, em 1903, Ressano Garcia apresentou então o “Plano Geral de Melhoramentos da Cidade de Lisboa” onde, entre outros aspetos relevantes para a presente dissertação, se destaca a já referida expansão da cidade (Figs. 2.3.1. a 2.3.3.).⁹³

Lisboa só foi objeto de um novo exercício de planeamento urbanístico em 1938 quando era Presidente da CML Duarte Pacheco (1900-1943). Foi um dos homens mais marcantes da política portuguesa e com expressivo impacto na cidade de Lisboa. Aos 27 anos de idade tinha sido Diretor do Instituto Superior Técnico e aos 29 anos iniciou a sua carreira política. Entre 1932 e 1936 exerceu o cargo de Ministro das Obras Públicas. Em 1 de Janeiro de 1938 foi nomeado presidente da CML e, meses depois, tomou posse em

⁹³ SILVA, Raquel Henriques da - Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1847-1909, p. 17-36.

acumulação como Ministro das Obras Públicas e Comunicações.⁹⁴ Eduardo Rodrigues Carvalho exerceu então como Presidente-substituto da CML.

Até à morte de Duarte Pacheco em 1943, fruto da sua circunstância de governar e da sua capacidade de liderança, a CML sofreu uma profunda remodelação. Logo em 1938, os serviços foram reestruturados sendo criada a Direção de Serviços de Urbanização e Obras com a missão principal de elaborar o “Plano de Urbanização e Expansão da Cidade”. Este foi coordenado pelo arquiteto-urbanista Étienne de Gröer (n. 1882) professor do “*Institut d’Urbanisme de l’Université de Paris*”, a convite de Duarte Pacheco. A DSUO foi organizada em seis repartições: 1ª Urbanização e Expropriações; 2ª Arquitetura; 3ª Arruamentos; 4ª Edificações Urbanas, 5ª Obras Municipais e 6ª Arborização e Jardinagem.⁹⁵

A par da reestruturação dos serviços, há também a referir a política de expropriações em Lisboa e a mobilização por Duarte Pacheco de um corpo técnico novo para a CML em que destacamos a entrada, entre outros, dos arquitetos João Guilherme Faria da Costa (1906-1971) e Keil do Amaral. Faria da Costa, vencedor do concurso lançado por Duarte Pacheco, em 1933, para a obtenção de uma bolsa de estudo no “*Institut d’Urbanisme de l’Université de Paris*”, formou-se, em 1937, em Urbanismo neste instituto, apresentando como trabalho final o “Plano de Arranjo, Embelezamento e Extensão da Cidade da Figueira da Foz e sua Região”, orientado por George Florentin Sébille.⁹⁶ Entre 1934 e 1938 trabalhou em Paris ao lado de urbanistas como Alfred Agache (1875-1959) e Étienne de Gröer. Em 1938, apresentou a Duarte Pacheco o nome de Étienne de Gröer que, em nome da CML, convidou o mesmo a realizar o Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (1938-1948).⁹⁷ Neste mesmo ano, Faria da Costa foi integrado nos quadros da CML, na DSUO.⁹⁸

Faria da Costa e Keil do Amaral foram dois arquitetos determinantes na evolução da paisagem urbana de Lisboa. J. Antunes da Silva procurou sintetizar a forma diferenciada do impacto respetivo da seguinte forma: “Podemos pôr a hipótese de que o futuro ministro das Obras Públicas, pesando as diferentes índoles e formações culturais, orientasse para Faria da Costa os trabalhos de carácter mais ‘formal’, mais ligados às massas de construção (...) e para Keil do Amaral as de carácter menos ‘formal’ e mais ligados à paisagem e aos espaços livres. O certo é que, no quadro de intervenções definido por Duarte Pacheco, coube a Keil do Amaral a conceção do Parque de Monsanto – o grande pulmão da capital, com os seus miradouros, de larga vistas sobre a cidade e o Tejo,

⁹⁴ Gabinete de Estudos Olissiponenses. Evocar Duarte Pacheco no cinquentenário da sua morte.

⁹⁵ SALGADO, Manuel (coord) – Atlas Urbanístico de Lisboa.

⁹⁶ D’ALMEIDA, Patrícia Bento - Bairro(s) do Restelo.

⁹⁷ TEREÑO, Paula – João Guilherme Faria da Costa.

⁹⁸ D’ALMEIDA, Patrícia Bento - Bairro(s) do Restelo.

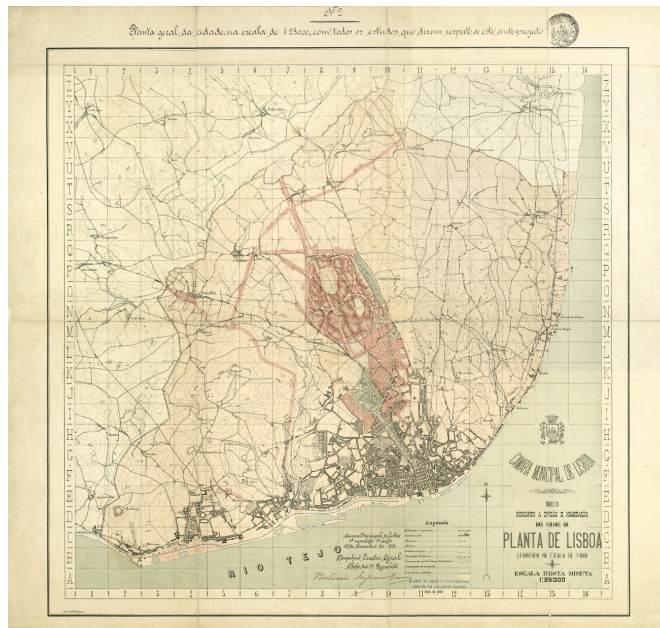


Fig. 2.3.1 - "Planta geral da cidade com todos os estudos que dizem respeito a este anteprojecto". Planta constante do 'Plano Geral de Melhoramentos da Cidade de Lisboa' de Ressano Garcia, 1903.



Fig. 2.3.2 - "Planta Parcial da Cidade entre a Praça do Comércio e o Campo Grande com todos os melhoramentos aprovados e em vias de execução a norte do Parque Eduardo VII para justificação dos estudos que se lhe seguem". Planta integrante do Plano Geral de Melhoramentos da Cidade de Lisboa de Ressano Garcia, assinada por este e datada de Dezembro de 1903.



Fig. 2.3.3 - Planta da cidade de Lisboa de 1871, tendo sobrepostas a tinta encarnada as alterações feitas até 1911, s.d.

restaurantes, parques de merendas, equipamentos desportivos e para a infância (...)”.⁹⁹

O Plano de De Gröer, iniciado em 1938, foi elaborado com os serviços técnicos municipais e aprovado em 1948. Este plano propôs um zonamento para a cidade, e deixou também marcas determinantes na cidade como a definição de grandes eixos viários, a construção de uma zona industrial no lado oriental de Lisboa ou a criação do Parque de Monsanto.

Neste plano, De Gröer preconizou uma cintura verde para contenção da expansão urbana e segundo Brito e Camarinhas¹⁰⁰, pela primeira vez, no planeamento de Lisboa surgiu a preocupação da escala regional/supramunicipal (Fig. 2.3.4). Os espaços verdes públicos foram classificados em 4 categorias: parques (áreas com mais de 10ha), jardins (mais de 1ha), “squares” (menos de 1ha) e terrenos de desporto. O Parque de Monsanto aparece ligado ao Parque Periférico que, juntamente com o aeroporto e o Parque Oriental, constituem um “greenbelt”.¹⁰¹

Este plano foi revisto onze anos mais tarde na sequência da criação, em 1954, do Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU). O GEU sob a coordenação do engenheiro Luís Guimarães Lobato (f. 2009) elaborou o “Plano Diretor da Urbanização de Lisboa” (PDUL) aprovado em 1959. Guimarães Lobato manteve-se à frente do GEU entre janeiro de 1954 e abril de 1958 tendo reunido diversas especialidades. Os arquitetos paisagistas envolvidos no plano foram Caldeira Cabral (entre 1956 e 1959) e Álvaro Dentinho (entre 1957 e 1959). Edgar Fontes e Ribeiro Telles também colaboraram enquanto técnicos da DSTE (Fig. 2.3.5). Na Introdução Geral do PDUL pode-se ler: “Manteve-se a continuidade da orientação geral definida para a estruturação urbanística da cidade que está a ser processada desde 1938 (...). Foram (...) elaborados diversos planos parcelares e arranjos locais, bem como vários estudos-base de urbanização, suficientemente desenvolvidos para orientarem as urbanizações locais, em aplicação imediata ou no seu desenvolvimento em planos definitivos de urbanização, tudo num total de cerca de 200 trabalhos.”¹⁰²

A travessia sobre o Tejo, o aumento do tráfego automóvel na cidade, a expansão urbana e suburbana de Lisboa rapidamente tornaram este plano desatualizado e foi então que a CML presidida por António Vitorino da França Borges desde 1959 convidou o arquiteto-urbanista francês Georges Meyer-Heine (1905-1984) para coordenar a revisão do PDUL que decorreu entre 1963 e 1967, embora só fosse aprovado em 1977 (Portaria nº 274/77 de 19 de maio) (Fig. 2.3.6).¹⁰³

⁹⁹ SILVA, J. Antunes da - Keil do Amaral. O Urbanista, p.72.

¹⁰⁰ BRITO, Vasco e CAMARINHAS, Catarina Teles Ferreira - Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade.

¹⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰² CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - Plano Director da Urbanização de Lisboa.

¹⁰³ LÔBO, Margarida – Planos de Urbanização.

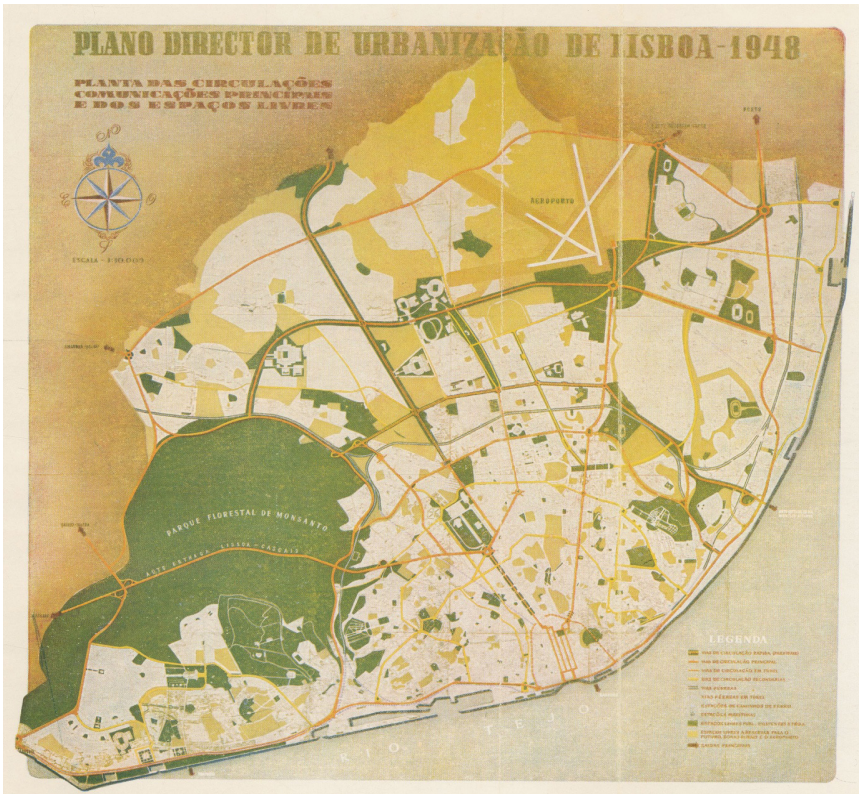


Fig. 2.3.4- Plano Diretor de Urbanização e Expansão de Lisboa, Plano de Gröer, 1948.



Fig. 2.3.5 - Plano Diretor de Urbanização de Lisboa, 1959. Plano de Estrutura Verde para a cidade que se presume que faça parte dos trabalhos de Ribeiro Telles com Caldeira Cabral, Álvaro Dentinho e Edgar Fontes no âmbito do plano.

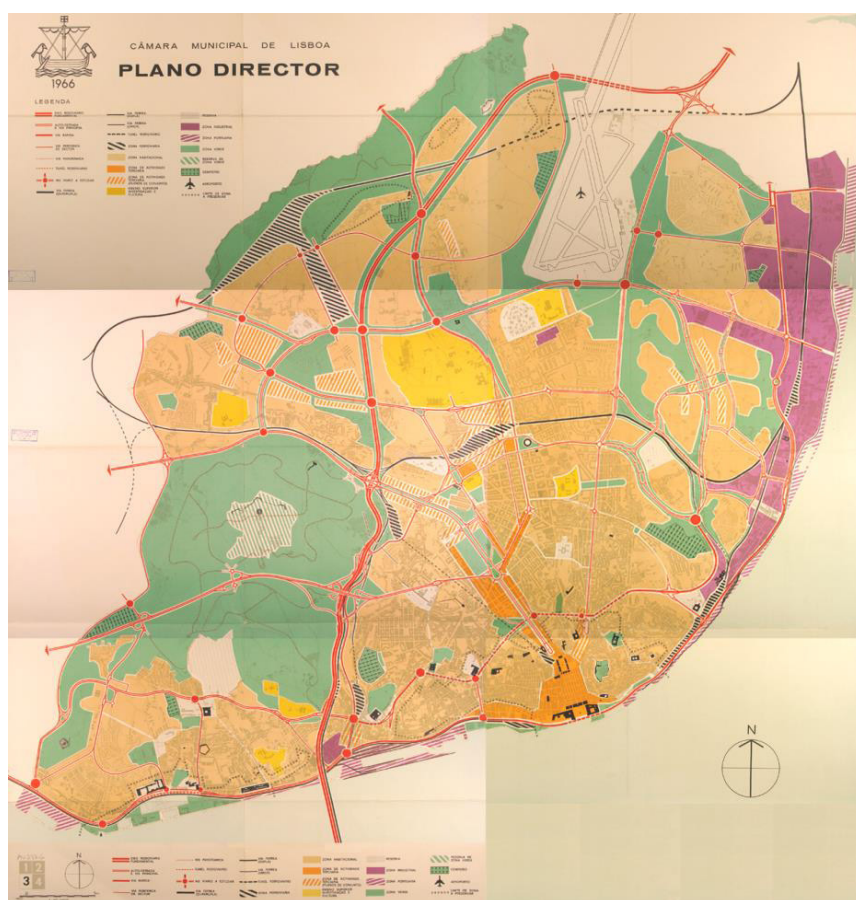


Fig. 2.3.6- Plano Geral de Urbanização de Lisboa, Meyer-Heine, 1967.

2.3.2 Os espaços verdes no planeamento urbano

2.3.2.1 A rede de parques e jardins nas décadas de 1930 e 1940

Assumindo Caldeira Cabral como o inspirador dos arquitetos paisagistas, neste capítulo valorizamos o seu pensamento sobre esta matéria, tendo Lisboa como “paisagem de fundo” e a rede de parque e jardins existentes à altura como ponto de partida. Já se referiu o seu trabalho como coautor do projeto do Estádio Nacional, obra a que esteve ligado entre 1936 e 1940, período que coincidiu com a preparação das comemorações dos Centenários em 1940 - da Independência Nacional e da Restauração - que em Lisboa se concentrou em Belém onde decorreu a Exposição do Mundo Português. As comemorações na capital levaram a uma grande intervenção no espaço público. No então chamado Terreiro de Belém, instalaram-se vários pavilhões expositivos e foi construída a Praça do Império tendo o Mosteiro dos Jerónimos como cenário de fundo. O projeto foi coordenado pelo arquiteto Cottinelli Telmo (1897-1948). Este contou com a colaboração de Joaquim Rodrigo (1912-1997) no projeto do jardim da Praça do Império.¹⁰⁴

Até esta data, a rede de jardins públicos assentava sobretudo na Avenida da Liberdade, no Jardim da Estrela e no Campo Grande para além de outros equipamentos sem dependência camarária, como o Jardim Botânico da Escola Politécnica, a Tapada e Jardim Botânico da Ajuda e o Jardim Zoológico de Lisboa.

A Avenida da Liberdade teve a sua origem no Passeio Público mandado construir pelo Marquês de Pombal (1699-1782). Executado em 1764, segundo projeto do arquiteto Reinaldo Manuel dos Santos (1731-1791), tinha início na atual Praça dos Restauradores ocupou uma área com trezentos metros de comprimento e oitenta de largura, tendo sido plantadas mil e cem árvores (Fig. 2.3.7).¹⁰⁵ Constituído por vários alinhamentos de árvores, maioritariamente freixos mas também outras árvores de grande porte, constituindo ruas sombrias apresentava também banquetas de buxo dispostas de modo simétrico, que enquadravam uma alameda central.¹⁰⁶ Ao contrário do que o Marquês de Pombal ambicionou, este Passeio, até ao séc. XIX, foi frequentado apenas pela burguesia, já que a nobreza se restringiu aos jardins dos seus palácios.^{107 108}

Este Passeio foi alterado quando em 1834, por decisão da primeira vereação liberal de Lisboa, o arquiteto Malaquias Ferreira Leal (1787-1859), ao serviço do Senado da Câmara,

¹⁰⁴ CANDEIAS, Ana Filipa – Joaquim Rodrigo.

¹⁰⁵ FRANÇA, José-Augusto - De Pombal ao Fontismo.

¹⁰⁶ SEQUEIRA - Gustavo Matos. Lisboa.1947. Oito séculos de história.

¹⁰⁷ SILVA, Raquel - O Passeio Público e a Avenida da Liberdade.

¹⁰⁸ ARAÚJO, Norberto - 1993. Peregrinações em Lisboa.

projetou a sua remodelação (Fig. 2.3.8).¹⁰⁹ Nesta renovação, o Passeio aumentou a sua área em mais de vinte metros na largura e em trinta metros no comprimento. Os altos muros deram lugar a um gradeamento e as entradas a grandes portões ornamentados.

¹¹⁰ O Passeio Público, a partir desta remodelação, iniciou um novo ciclo no qual se aproximou dos parâmetros do jardim público.

A influência francófona neoclássica, herdada do império napoleónico, da implantação na paisagem de grandes eixos, fez-se sentir, não só em Paris com a criação dos Campos Elísios, como no resto da Europa. Paris constituía assim o exemplo mais marcante de neoclassicismo em todo o mundo e a sua Escola de Belas Artes o maior polo do seu ensino. Ressano Garcia durante a sua formatura em Paris viveu a renovação urbanística desta cidade, levada a cabo por Haussmann (1809 -1891). Com o decreto de 31 de dezembro de 1864, iniciou-se a revolução urbanística de Lisboa tendo-se dado início ao Plano Geral de Melhoramentos da Capital, por ele conduzido, conforme já referido. O Passeio Público deu assim lugar, à Avenida da Liberdade que assumiu a tipologia de “boulevard”, expandindo-se até à atual Praça do Marquês de Pombal, com uma expressão semelhante à que hoje apresenta.

O Passeio da Estrela, situado em terrenos da antiga cerca do Convento Beneditino da Estrela, foi construído por volta de 1850 sob a orientação do engenheiro Pedro José Pezerat¹¹¹ (1801-1872), Repartição Técnica da CML (1852-1872) - antecessor de Ressano Garcia - e com a colaboração dos jardineiros Jean Bonard e João Francisco.

¹¹² O Passeio da Estrela foi aberto ao público em 1852 ocupando cerca de 5ha fazendo dele o segundo maior jardim de Lisboa depois do Passeio Público. Ao longo dos anos, o Jardim da Estrela foi recebendo diferentes equipamentos tendo sofrido uma remodelação por altura do seu centenário. O Jardim do Campo Grande, mais fora de portas, tinha sido inicialmente uma alameda e um campo de feira. O Passeio Público no Campo Grande, cercado por um gradeamento, foi construído também em meados do século XIX.¹¹³ Entre os pequenos espaços verdes pode-se dar como exemplo o Miradouro de São Pedro de Alcântara, o Largo da Luz, o Jardim do Príncipe Real, o Jardim Constantino ou o Jardim de Campo de Ourique.

O convite não aceite por Caldeira Cabral para ingressar na CML referido em 2.1 embora possa ser considerado um detalhe da sua vida não deixa de assumir relevância quer para compreender o que depois foi o seu percurso profissional e o impacto que

¹⁰⁹ VIEGAS, Inês (coord) - Do Passeio à Avenida. Os originais do Arquivo Municipal de Lisboa.

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ PAIXÃO, Rui Gamboa - Vida e obra do engenheiro Pedro José Pezerat e sua actividade na liderança da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa (1852-1872).

¹¹² CALÇADA, Marta; JACOME, Mafalda - O Jardim da Estrela.

¹¹³ LIMA, Pereira – Jardim do Campo Grande.



Fig. 2.3.7 - Planta topográfica de Lisboa onde se pode observar o Passeio Público pombalino e a Praça de Alegria de Baixo, 1780.



Fig. 2.3.8 - Planta topográfica de Lisboa. Levantamento Filipe Folque, Cartas 27, 35 e 36, encontrando-se representado entre outros jardins, o Passeio Público romântico, 1859.

teve na cidade de Lisboa quer pela informação que sustenta este acontecimento que nomeadamente permite conhecer o pensamento de Caldeira Cabral sobre o estado dos jardins da capital. Primeiro refere-se a circunstância do convite que recebeu e depois citam-se alguns excertos da sua autoria que traduzem a sua perspetiva sobre os jardins e o estado da arte do projeto de jardins em Portugal à época.¹¹⁴

Era Chefe da Repartição de Jardins e Cemitérios o engenheiro Vieira da Silva que, tendo atingido o limite de idade em Janeiro de 1935, tinha deixado o lugar vago.¹¹⁵ Em Março desse ano, estava Caldeira Cabral no 4º ano do seu curso de Engenharia Agronómica quando foi convidado, na pessoa do vereador Pastor de Macedo por recomendação do arquiteto Raul Lino (1879-1974), para ir ocupar este lugar vago, resolução esta aprovada por unanimidade em secção particular da Comissão Administrativa da CML que considerava não existir nesta instituição, ninguém especializado nesta matéria.¹¹⁶

A CML pretendia que Caldeira Cabral iniciasse a atividade desde logo, visto já ter frequentado no ISA as disciplinas que a isso o habilitavam. Este propunha-se realizar, logo após a conclusão da licenciatura, um estágio no estrangeiro pago pela CML mas verificou-se que esta, segundo os seus estatutos, não podia conceder estágios no estrangeiro.¹¹⁷ Caldeira Cabral num documento que preparou em 1935 com a sua proposta de trabalho à CML deixa-nos o seu sentido sobre o que se passava e a sua ideia da necessidade de

¹¹⁴ ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral e ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970.

¹¹⁵ *Ibidem*.

¹¹⁶ ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970.

¹¹⁷ *Ibidem*.

se especializar no estrangeiro: “Exige este cargo para o seu bom desempenho variadas habilitações para que seja possível encarar o problema da jardinagem citadina debaixo dos seus múltiplos aspectos. Não se pode tratar somente de resolver determinados problemas de técnica cultural nem mesmo de estética circunscrita no âmbito do jardim, torna-se necessário integrá-lo num plano geral de urbanização tanto sob o ponto de vista estético como da sua função social. Existiu entre nós uma escola de jardinagem que como é notório se perdeu de todo. Deu-se depois a costumada invasão das formas estranhas mal compreendidas por inadeptáveis ao nosso modo de ser psicológico e à nossa ecologia. Os jardins da cidade de Lisboa são a prova palpável desta minha afirmação, e foi certamente por isso que a atual vereação sentiu a necessidade de modificar estes serviços elevando-os àquele nível que tem procurado imprimir a todas as suas atividades. Anda de resto o nosso público tão divorciado de jardins e flores que merece o maior louvor a iniciativa camarária, única possibilidade de um renascimento de há muito desejado. Necessita-se para dirigir estes serviços, aqui mais do que em qualquer outro país, uma preparação agronómica que só os engenheiros agrónomos possuem, porquanto se não trata de ir estudar técnicas culturais e uma flora já bem determinada mas de criar de novo o jardim moderno português, adaptado ao nosso país, às nossas condições económicas e até um pouco ao nosso gosto. A par destes conhecimentos exige-se evidentemente a necessária sensibilidade artística convenientemente educada. Estava por isso indicado que se fizesse uma especialização num país em que este ensino esteja organizado.”¹¹⁸

Conforme referido, Caldeira Cabral não assumiu o cargo mas, certamente, ficou motivado para ir para o estrangeiro estudar as matérias relacionadas com os jardins. A sua ida para Berlim estudar arquitetura paisagista coincidiu com o arranque da renovação dos jardins públicos da cidade.

Não se conseguiu esclarecer quem efetivamente foi o sucessor de Vieira da Silva que deixou a CML em 1935. O engenheiro silvicultor Jorge Gomes de Amorim (1900-1943) foi admitido como chefe da 6ª Repartição – Arborização e Jardinagem (RAJ) em 17 de fevereiro de 1938, segundo o Processo individual nº 1566 existente no Arquivo Municipal do Arco do Cego. Nessa qualidade pode-se dizer que foi o principal responsável pela ‘obra de renovação dos jardins’ de Lisboa. A RAJ, integrada na DSUO, era uma consequência da reestruturação de Duarte Pacheco, conforme referido. Aurora Santos, referindo-se a esta reestruturação afirma que ela foi bastante duradoura tendo-se mantido entre 1938 e 1989 - mais de 50 anos – e caracteriza-a da seguinte forma: “A confrontação entre a reorganização de 1925 e a de 1938, que é o mesmo que dizer entre a visão da República e a do Estado Novo sobre como deveria ser organizados os Serviços Municipais, indica

¹¹⁸ Francisco Caldeira Cabral, cit por ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970, p. 23.

claramente que os princípios organizadores eram muito diferentes. Assim, verifica-se que a diferença fundamental reside no facto de que em 1925 os serviços dependiam directamente dos vereadores, que exerciam as funções de fiscalização, sendo que a execução das tarefas ficava a cargo dos Chefes das Repartições. Pelo contrário, em 1938 não se fazia referência aos pelouros, sendo que os vereadores não tinham competência deliberatória e nem estavam ligados às Direções de Serviços.”¹¹⁹

Conforme se pode ler nos Anais da CML de 1938, a criação da RAJ justificava-se “(...) pela existência de quási sessenta jardins espalhados na cidade, e pela criação do parque florestal de Monsanto, onde serão plantadas cerca de um milhão de árvores, com a respectiva organização de viveiros. Etc.”¹²⁰ Num breve parágrafo nos Anais, mais precisamente no “Relatório da Gerência Municipal” assinado pelo presidente substituto de Duarte Pacheco, Rodrigues de Carvalho, ficamos com o entendimento genérico da situação dos espaços verdes públicos: “Em matéria de jardins municipais a Câmara, em 1938, alguma coisa fez, além de preparar intensivamente ulteriores realizações. Merecem destaque os seguintes trabalhos: melhor arranjo da Estufa Fria, exposições de begónias e gloxínias, trabalhos de mosaico-cultura junto de edifícios e monumentos em festas comemorativas, ornamentações de pavilhões e edifícios públicos para cerimónias oficiais, transplantações de árvores, instalação de viveiros na Quinta da Pimenteira e melhorias no aspeto dos diferentes jardins.”¹²¹ Em 1947, a RAJ transitou para a DSTE, por motivos que não foi possível apurar sendo que coincide com o ano final do mandato do engenheiro Eduardo de Arantes e Oliveira que presidia à DSUO desde a sua criação em 1938.

Gomes de Amorim teve morte imediata no acidente que também vitimou Duarte Pacheco, em novembro de 1943. Também ele deixou uma nota sobre o que eram os jardins públicos de Lisboa: “Eu sei que era tradição de Lisboa serem os seus jardins cheios de canteiros de variadas formas e feitios, em que, os jardineiros, a seu belo prazer, davam largas à fantasia, enchendo-os de flôres na sua maioria de floração quási instantânea. Mas não será mais racional procurar equilibrar essas formas, emoldurá-las em grandes superfícies verdes, e assegurar por meio de uma escolha cuidadosa, uma floração permanente, pelo menos o mais longa possível?”¹²² No processo individual de Gomes de Amorim, acima referido, fica-se a saber que também ele, já depois de ter assumido o cargo, formalizou um pedido a Eduardo de Arantes e Oliveira, para a realização de uma viagem ao estrangeiro: “À Alemanha para estudar a aquisição de máquinas transplantadoras de árvores e também a França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo a fim de estudar os seguintes serviços: arborização de parques e jardins

¹¹⁹ SANTOS, Aurora - A Câmara Municipal de Lisboa na transição da República para o Estado Novo, p. 161.

¹²⁰ ANAIS DO MUNICÍPIO DE LISBOA: ano de 1938, p. 14.

¹²¹ *Idem*, p. 19.

¹²² AMORIM, J. Gomes- Jardins Municipais, p. 10.

- novos jardins, arborização de estradas e ruas, parques de recreio - divertimento ao ar livre, adubações nos jardins, com estrumes e adubos dos lixos das cidades de Paris e Berlim, escolha e compra na Bélgica, Holanda e Luxemburgo de bolbos, sementes e plantas para os jardins de Lisboa e Estufa Fria, obtenção da participação das casas de sementes e bolbos destes países nas exposições de flores a realizar em 1939/1940, visita a Paris dos novos sistemas de irrigação de árvores pelo método Bouhana, usados nesta cidade e visita no Sul de França, dos campos de flores para corte que fornecem Paris.”¹²³ Regressou dessa viagem a 17 de outubro de 1938 e no ano seguinte deslocou-se a Haia para visitar a Exposição de Hofstandbloem.

Uma vez regressado de Berlim e já afastado da obra do Estádio Nacional, Caldeira Cabral proferiu uma conferência intitulada “Jardins”, no ISA, em 8 de junho de 1940 durante a I Exposição Nacional de Floricultura.¹²⁴ A conferência dividia-se em três partes: a evolução histórica do jardim; o jardim moderno, e a renovação do jardim português. Antes de avançar para o tema do jardim moderno, detém-se nos jardins na entrada do século XX: “Ao entrarmos no século XX encontramos o jardim em franca decadência que vinha a manifestar-se desde 1870 e que acompanha nitidamente a arquitetura. O jardineiro desenvolvera uma admirável competência técnica, mas com ela perdera a noção indispensável da forma. O jardim reflectia aliás com os seus piores defeitos as tendências falsamente naturalistas da época a que haviam de vir juntar-se no princípio do século as do nefelibatismo, movimento a que ligo o chamado da «Arte Nova» de 1900. Dá-se então a inevitável reacção: os architectos vendo a desordem de formas em que se debate o jardim resolvem lançar-se nesse campo e começa uma luta, hoje felizmente quase terminada, em que o jardineiro se ri da ignorância técnica do architecto e este despreza a incapacidade architectónica do jardineiro. Mas logo aparecem num e noutro campo indivíduos com qualidades reais que estudando o que lhes faltava – a architectura para os jardineiros, a jardinagem para os architectos - criam uma nova profissão, a architectura paisagista, e com ela o jardim entra numa nova fase pelo estudo dos elementos formais de sempre adaptados às novas possibilidades técnicas e às novas condições do meio social.”¹²⁵

Sobre então o que seria o jardim moderno – ressalve-se que embora não explícito, o texto proferido terá em mente mais o jardim privado do que o público - diz: “No jardim moderno, embora a flor continue a ter um papel primacial com as suas variadas cores, deixou de ter a função quase exclusiva que lhe era atribuída nas composições do princípio do século e voltou a subordinar-se à ideia de forma e proporção architectónica que caracterizava os jardins do Renascimento. Pode dizer-se que o sentido geral da evolução

¹²³ Processo individual nº 1566.

¹²⁴ CABRAL. Francisco Caldeira - Jardins.

¹²⁵ *Idem*, p. 78.

é procurar um novo equilíbrio entre as normas clássicas da arquitectura de jardins e o vasto material de plantas que reunimos desde o século XVIII para cá, adaptando-se às novas condições económicas e sociais.” ¹²⁶

No ano seguinte, Caldeira Cabral fez nova palestra na II Exposição Nacional de Floricultura, desta vez sobre “As Flores e o Jardim.” ¹²⁷ Na conclusão – a procura de um estilo para o nosso tempo - pode-se ler: “ (...) Não nos interessa porém a cópia desta ou daquela forma que serviu no passado mas sim conhecer os princípios permanentes que elas exprimem, para com estes concebermos as novas formas do nosso tempo, que não serão a expressão de uma moda qualquer, mas a contribuição que a nossa geração dará à obra permanente da grei.” ¹²⁸

Gomes de Amorim, na qualidade de Chefe da RAJ, nessa mesma ocasião fez também uma conferência onde explanou as suas ideias: ¹²⁹ “Se a Revolução se fez sentir em todos os factores da vida nacional, como poderiam os Jardins da Capital ficar insensíveis? A transformação profunda e benéfica que se produziu tinha de ter influência sobre os nossos jardins públicos, marcando bem o arrumo da casa, a clareza das ideias em marcha, o pensamento de Salazar. (...) Ao jardim municipal e aos parques da cidade está reservada a missão, de acolher o público, proporcionando-lhe conforto, bem estar e prazer visual. Dentro dessa orientação, tem de se cuidar de todos os seus frequentadores. Aos mais velhos, dar-lhes possibilidades de repouso e recreio de espírito, em lugares aprazíveis, recantos sossegados, com bibliotecas escolhidas. Aos mais novos, continuar a obra dos jardins para crianças, isolando-as e proporcionando-lhes jogos e divertimentos próprios da sua idade. (...) Assim se junto dos edifícios e praças monumentais, eles podem conservar formas arquitecturais, com os seus canteiros regulares, nos jardins recatados, a necessidade de nos aproximarmos da natureza é mais imperiosa. (...) devemos criar-lhes nos jardins da cidade aspectos mais naturais. As flores, devem nascer da relva como nascem nos campos, o jardim, deve aproximar-se o mais possível da paisagem que desejaríamos todos, poder gozar, rústica, simples, sem grandes arrebrques. ... Repito, os jardins municipais têm de ser simples e floridos com largos arrelvados aonde se destaquem arbustos de florações desencontradas, com boas árvores de sombra, bem copadas e formadas naturalmente, com ruas bem areadas, bancos pintados e cómodos, bibliotecas bem orientadas e bons parques reservados aos pequeninos.” ¹³⁰

Detemo-nos para referir os trabalhos de projeto e construção do Parque de Monsanto. A questão do Parque de Monsanto há muito que se arrastava e Duarte Pacheco deu-

¹²⁶ *Idem*, p. 81.

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ CABRAL. Francisco Caldeira - As flores e o jardim, p 114.

¹²⁹ AMORIM, Jorge Gomes - Jardins Municipais.

¹³⁰ *Idem*, p. 6-10.

Ihe um impulso definitivo nos finais da década de 1930. A sua construção implicou uma empreitada de expropriações imensa de terrenos acidentados e na sua maioria incultos. O grande protagonista enquanto autor do projeto é o arquiteto Keil do Amaral.¹³¹ No entanto, deve ser destacado o papel neste projeto do engenheiro agrónomo e silvicultor Joaquim Rodrigo que, em março de 1938, ingressou na CML para trabalhar sob a direção de Keil do Amaral e que dedicou mais de 30 anos à arborização de Monsanto em paralelo com a sua atividade artista como pintor.¹³²

É conhecido o Relatório da Viagem de agosto de 1939 que Keil do Amaral apresentou à CML e onde relata os ensinamentos colhidos na visita a parques em Londres, Paris, Estugarda, Nuremberga e Holanda onde se encontrava em construção o “Amsterdamse Bos” (A floresta de Amsterdão), um parque com 900ha, a área aproximada de Monsanto, e que muito lhe chamou a atenção.¹³³ Keil do Amaral, na sequência desta viagem, elaborou o plano geral e os projetos dos equipamentos durante a década de 40.¹³⁴ Ainda hoje é um elemento de importância estratégica na estrutura verde de Lisboa embora sofrendo as mais variadas vicissitudes.

Outro espaço de importância maior para a renovação dos espaços verdes de Lisboa nesta época, embora um pouco mais tarde, e cujo projeto foi também atribuído a Keil do Amaral trata-se do Parque Eduardo VII. Já o Plano de Ressano Garcia incluía este parque relativamente ao qual o concurso de 1889 tinha tido como vencedora a proposta de Henri Lousseau nunca executada. Espaço central da cidade, prolongamento da Avenida da Liberdade, o parque estava definido no Plano de De Gröer. A solução concretizada resultou da decisão do Presidente da Câmara Álvaro Salvação Barreto que entregou o projeto a Keil do Amaral em 1945. Ana Tostões refere a solução encontrada como uma conciliação entre um prolongamento rasgado e franco da Avenida e um Parque Central: “Solução de conciliação, prolongava visualmente a Avenida, para lá da Rotunda do Marquês, num desenho rigidamente simétrico, coroando-a teatralmente, no alto da cumeada, por um imponente edifício de carácter cívico, como uma Acrópole dominando a cidade.”¹³⁵ O edifício – o Palácio da Cidade - nunca chegou a ser construído e foi elemento de intensa polémica em diferentes momentos. Por fim, há a referir ainda a intervenção de Keil do Amaral no jardim do Campo Grande também a partir de 1945 e que Ana Tostões refere como “uma operação discreta” mantendo o carácter oitocentista do lugar e renovando e introduzindo pequenos equipamentos.¹³⁶

¹³¹ TOSTÕES, Ana - Monsanto, Parque Eduardo VII , Campo Grande; TOSTÕES, Ana - Keil. Arquitecto dos Jardins e Parques de Lisboa e TOSTÕES, Ana - Keil do Amaral. O Arquitecto e o Urbanista.

¹³² CANDEIAS, Ana. – Joaquim Rodrigo.

¹³³ TOSTÕES, Ana - Keil. Arquitecto dos Jardins e Parques de Lisboa e TOSTÕES, Ana - Keil do Amaral. O Arquitecto e o Urbanista.

¹³⁴ TOSTÕES, Ana - Keil do Amaral. O Arquitecto e o Urbanista.

¹³⁵ *Idem*, p. 84.

¹³⁶ *Ibidem*.

2.3.2.2 A inovação no planeamento da infraestrutura verde

“Não se pode tratar somente de resolver determinados problemas de técnica cultural nem mesmo de estética circunscrita no âmbito do jardim, torna-se necessário integrá-lo num plano geral de urbanização tanto sob o ponto de vista estético como da sua função social.”

Caldeira Cabral. 1935 ¹³⁷

Os Planos de Ressano Garcia (1903) e de De Gröer (1948) são anteriores à entrada dos arquitetos paisagistas na CML e Caldeira Cabral não teve qualquer relação com o plano de De Gröer. Já foi referido como Ribeiro Telles e Edgar Fontes passaram a colaborar no GEU fazendo parte da equipa do PDUL. Este Plano é o resultado de uma série de estudos e entre eles destaca-se o “Plano de Urbanização da Encosta do Restelo” (1954) e o “Plano de Urbanização dos Olivais” (1955) pela oportunidade que eles revelam enquanto instrumentos/laboratório dos arquitetos paisagistas a trabalhar nas equipas multidisciplinares de Guimarães Lobato.

O “Plano de Urbanização da Encosta do Restelo” (1954) decorre do “Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda” (1938-1940), encomendado por Duarte Pacheco a Faria da Costa e que foi inaugurado em 1952. O Presidente da CML encomendou a Faria da Costa um novo plano designado “Bairro Residencial da Encosta da Ajuda-Segunda fase”. Este plano não foi implementado pois, com a criação do GEU em 1954, foi promovido um novo plano designado como “Urbanização da Encosta do Restelo - Segunda fase” tendo tido como colaboradores os engenheiros civis: Vasco Marques Leite, José Miguel Pinto de Faria, António Manuel de Vasconcelos e Mário Fernandes de Azevedo, o arquiteto Pedro Falcão e Cunha e os arquitetos paisagistas Manuel Azevedo Coutinho e Gonçalo Ribeiro Telles. ¹³⁸ A área abrangida por esta fase do plano foi dividida em cinco células estruturantes e, ainda no âmbito deste, procedeu-se à revisão da zona de proteção à Capela de São Jerónimo: “De acordo com os arquitetos paisagistas, previu-se uma arborização adequada para melhorar todas as suas perspectivas sobre o rio, isolando-a convenientemente da presença das construções vizinhas.” ¹³⁹ O capítulo 5 da Memória Descritiva e Justificativa é dedicado aos Espaços Livres e tem uma

¹³⁷ In ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral, p.28.

¹³⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - Urbanização da Encosta do Restelo – II fase.

¹³⁹ *Idem*, p 16-17.

motivação muito clara em torno de um novo conceito para o logradouro e a necessidade dos arquitetos paisagistas: “Como vimos, pretende-se no presente plano abolir a tradição do logradouro privado, murado, em geral insalubre e sempre inútil como espaço livre utilizável para recreio e amenidade da população. Também se tentou em Alvalade a solução do logradouro comum pertencente a vários proprietários, sem qualquer resultado satisfatório, prevalecendo em maior escala os inconvenientes dos logradouros privativos dos lotes. Tenta-se agora introduzir o conceito de espaço livre comum, de propriedade municipal e utilizável por toda a população em condições salutareas para a sua vida diária. No estudo apresentado mais adiante, verifica-se a viabilidade financeira da solução, de vantagens tão óbvias e resultantes de uma experiência já largamente adquirida em Lisboa nos últimos anos. Todavia, por ainda se poderem levantar obstáculos inamovíveis à sua realização, todo o estudo do plano foi conduzido no sentido de, em caso extremo, poder-se regressar à concepção totalmente desaconselhável do logradouro privativo. Os espaços livres, assim conseguidos, carecem de arranjo vegetal adequado. Neste caso ainda com maior desenvolvimento por se tratar da zona privilegiada da cidade e imediatamente confinante com o Parque Florestal de Monsanto de que poderá vir a constituir um prolongamento urbano. Solicitou-se por isso, estreita colaboração dos arquitectos paisagistas.” ¹⁴⁰

Perante uma nova filosofia sobre os espaços verdes, o GEU entendeu chamar os jovens arquitetos paisagistas. Em 1956, Ribeiro Telles apresentou o “Projecto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase) da Encosta do Restelo (II Fase)” (Fig. 2.3.9.) e na Nota Justificativa explica os objetivos de faseamento do ordenamento: “ Pretende-se na 1ª fase de plantações agora prevista, em boas condições de desenvolvimento, os maciços fundamentais que mais tarde e após construção dos edifícios servirão de base para a elaboração em pormenor do projecto de ordenamento paisagístico definitivo, incluindo então ajardinados, estadias, recreios, parques infantis, enriquecimento com espécies vegetais menos rústicas, a implantação de ‘mixed borders’ de herbáceas vivazes, etc ... Os maciços previstos neste projecto distribuem-se de forma a constituir panorâmicas de interesse paisagístico, enquadramento de blocos e outros edifícios e cortinas de proteção contra o vento. A sua distribuição faz-se de harmonia com a estruturação ecológica da formação clímax.” ¹⁴¹ (Fig. 2.3.10)

Quando Álvaro Dentinho ingressou na CML em 1957, um dos seus primeiros trabalhos terá sido precisamente na 2ª fase da “Urbanização da Encosta do Restelo” no projeto duma variante para a Célula B. Logo no início da Memória Descritiva do projeto fica-se a saber a razão de ser de uma solução ‘variante’: “ (...) em seguimento da recomendação

¹⁴⁰ *Idem*, p. 26.

¹⁴¹ TELLES, Gonçalo Ribeiro - Projecto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase) da Encosta do Restelo (II Fase), p.1.



Fig. 2.3.9 - Plano Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico, 1º Fase. Plano Geral. Ribeiro Telles, 1956. Incluído no Plano de Urbanização da Encosta do Restelo.

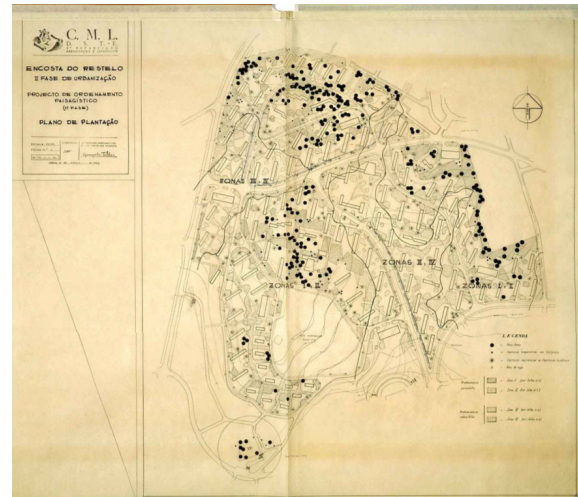


Fig. 2.3.10 - Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico, 1º Fase. Plano de plantação. Ribeiro Telles, 1956. Incluído no Plano de Urbanização da Encosta do Restelo.

feita no parecer do Ministério das Obras Públicas e da determinação superior para o efeito, procedeu-se ao estudo da variante da célula B para substituição na sua área sul de um grupo de blocos habitacionais por um grupo de moradias unifamiliares, anulando-se assim os possíveis inconvenientes de ordem panorâmica então apontados e oferecendo-se uma oportunidade imediata para a resolução de problemas inerentes às representações diplomáticas.”¹⁴² (Figs. 2.3.11a a 2.3.11e) Subjacente à variante está um problema de qualidade da paisagem urbana em resultado da construção de edificações em altura e o impacto visual daí resultante. A proposta de Álvaro Dentinho tem com o objetivo a valorização panorâmica, conforme as suas palavras, o que implicava estudar de novo a compartimentação verde. É precisamente disso que o trabalho trata e Álvaro Dentinho concebe um sistema de cortinas de vento com o objetivo de “assegurar a desejável unidade em relação ao terreno”. Podendo parecer menor, há que contextualizar a situação e valorizar a autonomia e o respeito ganhos pelos jovens arquitetos paisagistas.

Na pesquisa realizada no Arquivo Municipal do Arco do Cego encontrou-se documentação vária sobre outros trabalhos desta natureza realizados com a colaboração dos arquitetos paisagistas. O ano de 1957 parece ter concentrado esforços em estudos paisagísticos quer no GEU quer também na DSTE. Destacamos o “Enquadramento paisagístico do Bairro do Grilo” da autoria de Edgar Fontes no âmbito da DSTE sendo seu chefe o engenheiro silvicultor José Pulido Garcia e com um detalhado programa de

¹⁴² CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - Urbanização da Encosta do Restelo – II fase. Variante da Célula B, p. 1.

hortas para os moradores.¹⁴³ Evidenciamos, também, o “Estudo-Base da Urbanização do Vale Escuro” desenvolvido no GEU em 1957 sob coordenação de Guimarães Lobato e da autoria dos arquitetos Bartolomeu Costa Cabral, França Ribeiro e do arquiteto paisagista Caldeira Cabral com a colaboração de Ribeiro Telles.¹⁴⁴ A utilização do Vale Escuro foi encarada como “espaço livre arborizado, logradouro local de recreio e desporto. Previu-se a criação de aprazíveis passeios de peões devidamente isolados do tráfego, instalações desportivas, etc. As novas zonas habitacionais serão tratadas como um todo, no seu aspecto paisagístico, embora cada qual pertença à sua unidade urbana.”¹⁴⁵ “(...)A paisagem humanizada que vamos criar deverá tirar o maior partido das condições naturais – relevo, solo, clima - e assentar em sólida base fitossociológica, garantia de bom desenvolvimento nas melhores condições económicas de realização e conservação.”¹⁴⁶ (Fig. 2.3.12) Por último, podemos ainda referir o “Estudo Base da Urbanização das Laranjeiras” (1957), elaborado no GEU sob a coordenação de Guimarães Lobato e da autoria dos arquitetos José Vitorino da Costa Bastos e Graco Wandschneider e do engenheiro civil José Miguel Pinto de Faria com a colaboração de Caldeira Cabral e Ribeiro Telles. Embora apenas se tenha acedido à memória descritiva e justificativa, ela permite-nos perceber a abrangência da abordagem dos espaços verdes: “No estudo-base da urbanização das Laranjeiras previu-se além da conservação e portanto valorização dos espaços verdes existentes (Jardim Zoológico e campo desportivo do Sport Lisboa e Benfica) a criação de zonas verdes envolvendo a igreja e miradouro do Alto dos Moinhos previstos, enquadrando as grandes vias de trânsito e pretendendo dar unidade e integrando todo o conjunto.”¹⁴⁷

Mais tarde, houve um intenso envolvimento dos arquitetos paisagistas nos Bairros dos Olivais (Norte e Sul) e Chelas já no âmbito do Gabinete Técnico de Habitação (GTH) criado na sequência da publicação do DL nº 42454, de 18 de agosto de 1959 e que marcou uma nova etapa – sucedendo ao GEU - não só na continuação da expansão da cidade e do espaço habitacional como na estrutura de gestão municipal.

Não houve possibilidade de se fazer um levantamento exaustivo deste imenso arquivo do GTH e assim apenas foi possível recolher alguns elementos e de forma um pouco aleatória. O Boletim do GTH (V3 Nº 19, 1970) publicou o plano de urbanização de Chelas (Zona J) em que colaborou Álvaro Dentinho. Assume-se que o seu contributo se concentrou no que neste artigo respeita à análise física e análise paisagística e ao regulamento das normas a que devem obedecer os projetos de arranjo dos espaços livres. Transcreve-se o ponto 1.3 do normativo apenas para traduzir a nova orientação geral da abordagem dos espaços verdes – do estudo de base para o projeto de execução: “1.3 Os espaços

¹⁴³ FONTES, Edgar Sampaio - Enquadramento Paisagístico do Bairro do Grilo.

¹⁴⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - Urbanização do Vale Escuro. O Estudo Base.

¹⁴⁵ *Idem*, p. 1-2.

¹⁴⁶ *Idem*, p. 19.

¹⁴⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - Urbanização das Laranjeiras, p. 17.

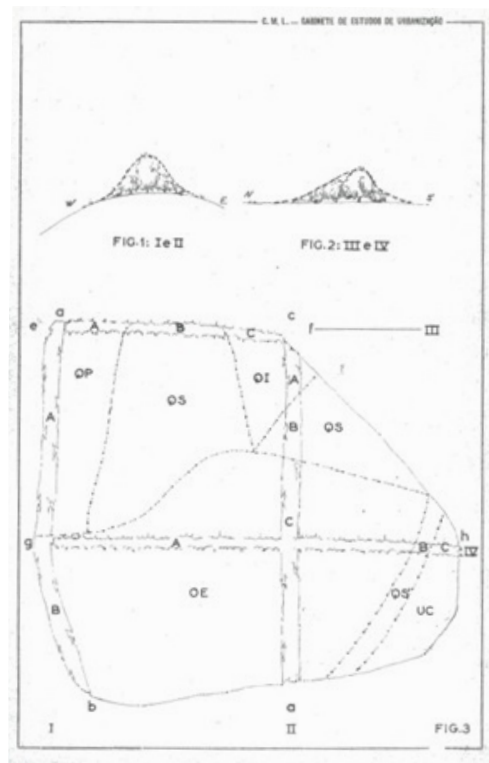


Fig. 2.3.11a - Valorização panorâmica. Divisão por setores do sistema de cortinas de defesa contra ventos. Plano de plantação. Álvaro Dentinho, 1957.

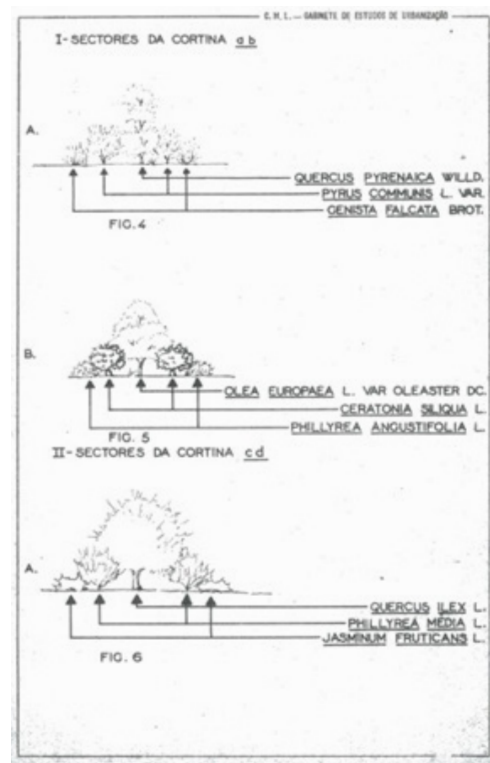


Fig. 2.3.11b - Valorização panorâmica. Composição florística das cortinas de defesa contra ventos ab e cd. Álvaro Dentinho, 1957.

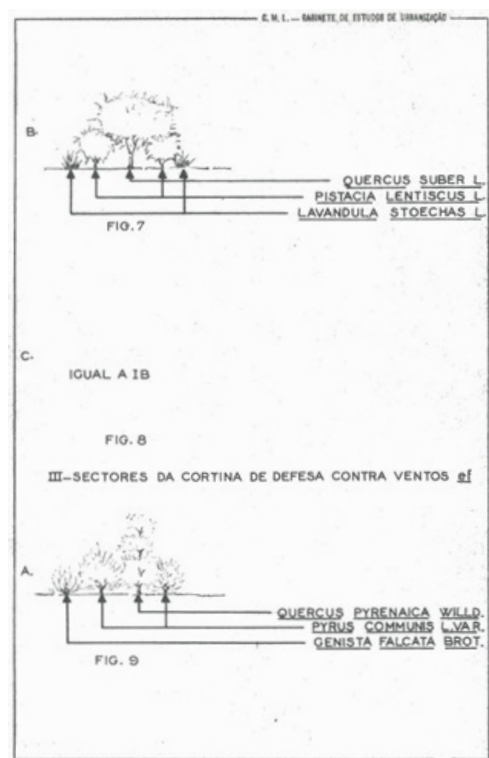


Fig. 2.3.11c - Valorização panorâmica. Composição florística das cortinas de defesa contra ventos cd e ef. Álvaro Dentinho, 1957.

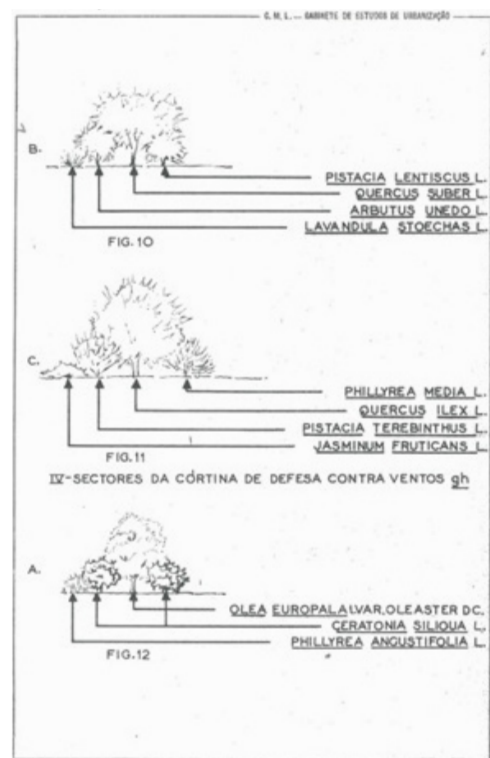


Fig. 2.3.11d - Valorização panorâmica. Composição florística das cortinas de defesa contra ventos ef e gh. Álvaro Dentinho, 1957.

livres inter-edifícios estão sujeitos a um plano geral de ocupação a elaborar segundo directrizes do GTH que inclui o estudo de arborização e ajardinamentos, modelação do solo, sistema viários de peões e equipamento recreativo de ar livre ligado à habitação. “¹⁴⁸

Reproduzem-se alguns dos diagramas que por si falam para ilustrar quão longe estava o restrito contributo dos arquitetos paisagistas remetido nos inícios da década de 50 basicamente para as arborizações (Figs. 2.3.13a a 2.3.13d).

Mas retome-se a escala do plano diretor da cidade e os finais da década de 1950. Conforme já referido, o GEU tinha sido criado com o objetivo maior de rever o Plano de De Gröer. A revisão – o PDUL – ficou pronta em 1959. O volume 4.4 do PDUL é dedicado ao “Zonamento Verde da Cidade” e é acompanhado de uma “Planta de síntese dos espaços verdes de Lisboa” e o volume 4.5 ao “Equipamento de espaços verdes especiais.” O Zonamento Verde da Cidade consta de três partes: 1) Distribuição geral dos espaços verdes; 2) Caracterização dos espaços verdes; e 3) Zonamento Verde. A distribuição geral dos espaços verdes trata das três grandes penetrações radiais que asseguram a comunicação da zona verde envolvente a norte e a poente com o estuário do Tejo. Penetrações, manchas verdes, reconhecimento de valores paisagísticos são instrumentos fundamentais da estratégia global para a cidade. Os textos refletem claramente os ensinamentos e comentários registados nos relatórios de viagem: “Mas hoje, como sucede em toda a Europa, já não é somente o espaço verde mais ou menos longínquo, tipo Parque de Monsanto, que interessa ao habitante da Cidade é também aquele junto à sua habitação para onde a mãe pode mandar os filhos ou frequentar sem qualquer necessidade de grandes percursos. É aquele que se espera ver ao abrir da janela de casa.”¹⁴⁹ A caracterização do espaço verde identifica três tipos tendo em vista o modelo de gestão a implementar: Verde sem habitação (69,1%); verde com habitação (31,2%) e zona ruralizada (8,4%), chegando à conclusão de um valor médio de 27,8 m²/hab.

O volume 4.5 sobre “Equipamento de espaços verdes especiais” é, efetivamente, um estado da arte do pensamento de finais de 50 sobre o brincar em espaço verde: “(...) segundo a diferenciação em idades e raios de ação podemos considerar quatro grupos: 1º grupo – idade pré-escolar – dos 3 aos 7; 2º grupo – idade escolar – dos 7 aos 12-14; 3º grupo – idade adolescente -12-14 aos 18 e 4º grupo – idade adulta. (...) O raio de ação de cada grupo de idades depende na vida moderna, dos meios de transporte mas a sua utilização varia com o período de recreio que se considera. Podemos então distinguir os períodos de recreio diário, semanal e anual (...)”¹⁵⁰.

Em 1959, o Presidente da CML, Álvaro Salvação Barreto demitiu-se juntamente com os vice-presidentes – Guimarães Lobato e Pastor de Macedo. A mudança naturalmente

¹⁴⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA GTH. Divisão de Planeamento - Plano de Arborização de Chelas, Zona J, p. 65-84.

¹⁴⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - Plano Director de Urbanização de Lisboa. V4.4, p. 16.

¹⁵⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - Plano Director de Urbanização de Lisboa, p. 1-3.

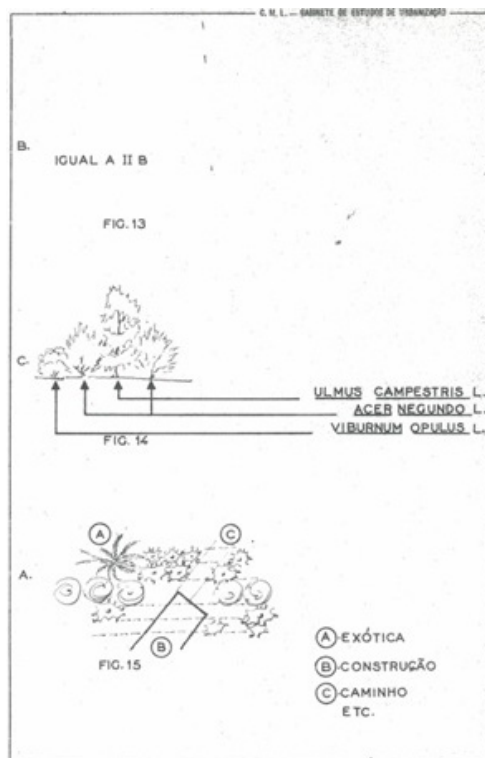


Fig. 2.3.11e - Valorização panorâmica. Composição florística das cortinas de defesa contra ventos gh e pormenor. Álvaro Dentinho, 1957.

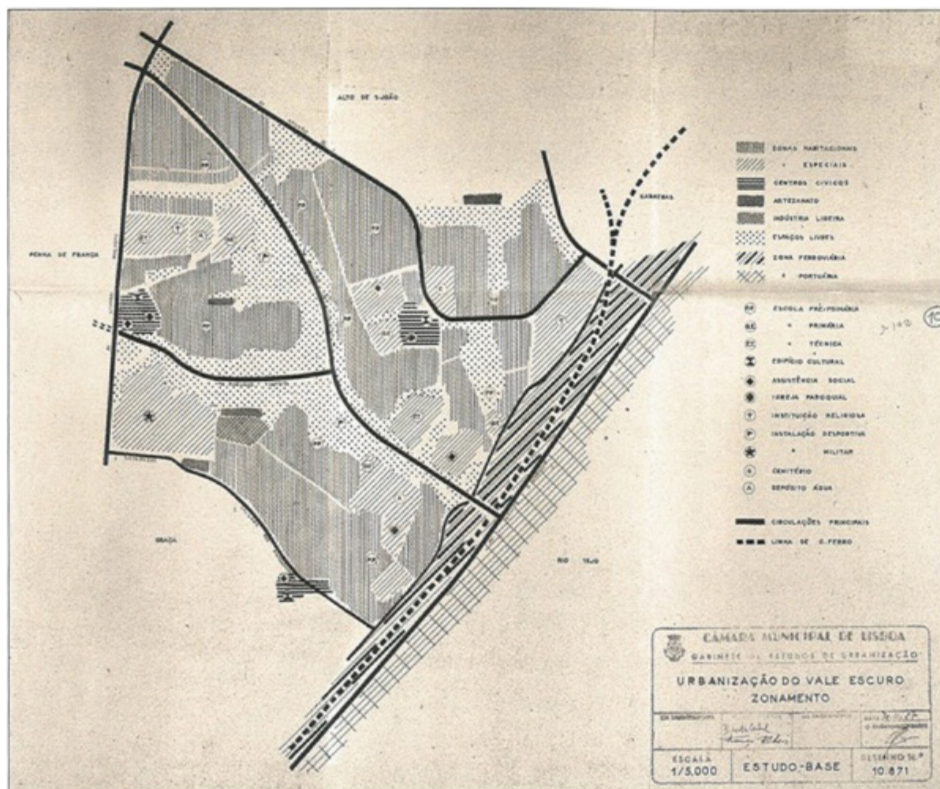


Fig. 2.3.12 - Urbanização do Vale Escuro. Zonamento. Bartolomeu Costa Cabral, França Ribeiro, Caldeira Cabral e Ribeiro Telles, 1957

trouxe transformações de prioridades e de motivações. Seguramente os arquitetos paisagistas perderam um apoio ao nível do lugar de decisão chave para a sua atividade.

A nova revisão do Plano Diretor de Lisboa foi enquadrada pelo “Plano Regional de Lisboa” (1964). Neste plano, o arquiteto paisagista “de serviço” foi António Campêlo na qualidade de Vogal da 5ª Secção da Comissão do Plano Diretor Regional de Lisboa, como representante da Junta de Colonização Interna, da Secretaria de Estado da Agricultura. Preparou um estudo intitulado “A Paisagem da Região de Lisboa como Infraestrutura do seu Desenvolvimento Regional” em que recorreu, de forma pioneira, ao método de sobreposição de cartas tendo como objetivo a elaboração de uma “Carta de Grandes Zonas de Condicionamento Urbanístico (esc 1/50 000)”. O trabalho elaborado teve por fim: “ (...) definir, em escala de antepiano, a estrutura paisagística da zona considerada e – sugerindo a forma como se deve operar na sua melhor protecção e valorização – estabelecer as zonas de condicionamento urbanístico, com a finalidade de contribuir para um desenvolvimento regional equilibrado. (...) A aceitação do princípio e da necessidade de se respeitarem as características intrínsecas de uma paisagem, em todo o planeamento e valorização regional, determinou que se elaborasse um trabalho que constituísse elemento de reconhecimento a considerar nas bases de planeamento do Plano Diretor de Lisboa.” ¹⁵¹

A seleção dos fatores para a elaboração da carta teve a preocupação de que fossem susceptíveis de se traduzirem em base cartográfica na escala em estudo. Foram eles: as características topográficas e hidrológicas; a utilização agrícola e florestal atual; as reservas florestais e de fauna, sujeitas ou não a regime legal de protecção; e as características agrológicas e potencialidades produtivas. ¹⁵² Da sobreposição das Cartas Agrológicas (4 classes/grupos) e das Cartas de Utilização Atual do Solo resultou a “Carta de Apuramento do Grau de Potencialidade Produtiva dos Solos.” Numa fase seguinte, outros elementos foram tomados em consideração “condições fisiográficas e outros mais ligados ao conceito de paisagem - às leis próprias da paisagem (...)” ¹⁵³ a saber: redes hidrológicas, protecção cultural (de zonas intensivamente exploradas e de alta potencialidade agrícola), protecção da costa marítima, protecção paisagística (áreas necessitadas de regime especial de protecção tendo em conta a correção climática), e enquadramento paisagístico (alargamento das zonas de mata e de compartimentação) levando à delimitação de: áreas de elevada potencialidade agrícola; áreas de potencialidade agrícola e florestal a preservar, áreas de cultura arvense e pastagem natural, zonas de protecção de infraestruturas paisagísticas, áreas de sujeição a regime especial tendo em vista a correção climática. Por fim a “Carta de Grandes Zonas de Condicionamento

¹⁵¹ CAMPELLO, António Roquete – A Paisagem da Região de Lisboa como infra-estrutura do seu desenvolvimento regional, p. 5.

¹⁵² *Ibidem*, p. 6.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 13



Fig. 2.3.13a - Plano de urbanização de Chelas. Zona J. Análise física. Declive das encostas, década de 60.

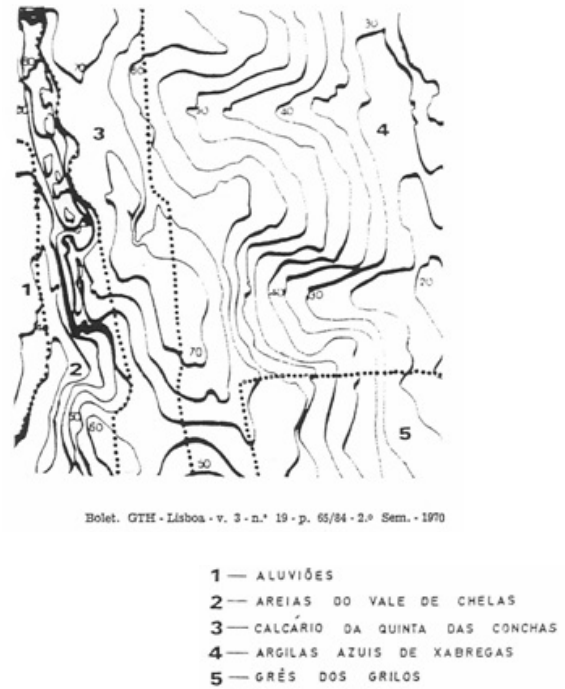


Fig. 2.3.13b - Plano de urbanização de Chelas. Zona J. Análise física. Geologia do local, década de 60.



Fig. 2.3.13c - Plano de urbanização de Chelas. Zona J. Análise paisagista. Ocupação cultural, década de 60.



Fig. 2.3.13d - Plano de urbanização de Chelas. Zona J. Condicionamentos urbanos. Altitudes com vista ao planeamento do abastecimento de água, década de 60.

Urbanístico” resultava em três grandes zonas de condicionamento urbanístico: zonas em que serão de considerar limitações urbanísticas totais ou altamente condicionadas, zonas em que serão de admitir limitações urbanísticas condicionadas; zonas que não justificam quaisquer limitações urbanísticas.

Conforme referido em 2.3.1, a travessia sobre o Tejo, o aumento do tráfego na cidade, a expansão urbana e suburbana de Lisboa estiveram por trás da necessidade de rever o PDUL e o novo presidente da CML, França Borges logo em 1959 convidou Meyer-Heine para coordenar a sua revisão do PDUL que foi elaborado entre 1963 e 1967 embora só fosse aprovado em 1977. Na equipa técnica do plano, não consta o nome de qualquer arquiteto paisagista embora se leia que colaboraram nele os diversos Serviços Municipais. Feita uma apreciação geral e sucinta dir-se-ia que há um retrocesso relativamente aos dois planos anteriores no que diz respeito à infraestrutura verde urbana. A Carta de Espaços Verdes apresenta três categorias: verde público, verde privado de domínio público e verde do domínio particular sendo a sua distribuição fragmentada assim como na componente regulamentar as disposições são pouco precisas. Não houve oportunidade de aprofundar a participação dos arquitetos paisagistas, ficando desde já a indicação para uma futura investigação nomeadamente os reflexos do “Plano Regional de Lisboa”.

2.3.3 As políticas de habitação e o seu impacto na rede de parques e jardins

A colaboração dos arquitetos paisagistas nos planos de urbanização dos bairros já foi descrita e avaliada em 2.3.2. No capítulo cinco trataremos em maior detalhe o papel dos arquitetos paisagistas nos bairros, sobretudo nos bairros da Encarnação, Restelo, Alvalade, Olivais, focalizando o projeto de espaço verde. Por isso passa-se a apresentar um breve enquadramento destes planos determinantes da expansão de Lisboa para, posteriormente, se destacarem as linhas mestras da intervenção, sobretudo nos espaços verdes públicos.

2.3.3.1 Os novos bairros habitacionais

Nos anos de 1930, Lisboa apresentava uma grave crise habitacional, fruto não só do aumento demográfico como também da degradação do parque habitacional de então.¹⁵⁴ Verificava-se um notório “desequilíbrio económico (...) entre a capacidade familiar de arrendamento da habitação e a rentabilidade procurada pelos capitais investidos nas habitações urbanas.”¹⁵⁵ A CML e o Governo uniram esforços para ultrapassar esta situação utilizando instrumentos legais na sequência da revisão da Constituição em 1933. Entre os vários diplomas enquadramentos dos instrumentos de intervenção, destaca-se o DL nº 23052, de 23 de setembro de 1933, que criou o regime das “Casas Económicas”, habitação para os mais desfavorecidos, marcando a intervenção direta do Estado na construção destas casas.¹⁵⁶ Este decreto levou o governo, as câmaras e as instituições corporativas a construir bairros económicos em regime de rendas solúveis, pagas ao longo de 25 anos, ao fim dos quais o inquilino se convertia em proprietário da casa. Ao abrigo deste DL, em Lisboa, foram construídos os bairros do Alto da Ajuda, do Alto da Serafina, da Calçada dos Mestres, de Caselas, do Alvito¹⁵⁷ e da Encarnação.¹⁵⁸

O facto de Duarte Pacheco em 1938 ter acumulado os cargos de Ministro das Obras Públicas e de Presidente da CML veio facilitar a concretização da intenção de fazer face

¹⁵⁴ CAMPOS, Nuno - Mercado de Alvalade Norte.

¹⁵⁵ LOBATO, Luís Guimarães - Urbanismo da capital, p. 11.

¹⁵⁶ LOBATO, Luís Guimarães - O Problema da habitação em Lisboa.

¹⁵⁷ TORRES, Helena, PORTAS, Catarina, e FREIRE, Adriana - Olivais.

¹⁵⁸ RODRIGUES, Fernando - Habitação Social.

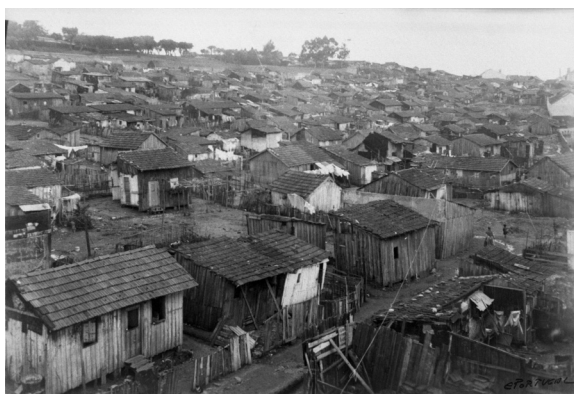


Fig. 2.3.14 - Bairro das Minhocas no Rego, 1938.



Fig. 2.3.15 - Bairro das Minhocas, junto ao apeadeiro do Rego, 1939.

à grave crise de habitação existente em Lisboa. Esta não tinha sido contrariada de forma eficaz até à data e teve como consequência o surgimento de vários bairros de barracas na capital - como o Bairro das Minhocas (Figs. 2.3.14 e 2.3.15) - a que o governo pretendeu fazer face. Em 1938, assistiu-se a uma renovação dos princípios orientadores da ação da CML ¹⁵⁹ pois, a partir desta data, esta instituição passou a ser o promotor exclusivo da iniciativa da urbanização, ao invés do que se tinha passado anteriormente em que esta exercia um controle limitado. ¹⁶⁰

A CML foi habilitada à construção de “Bairros provisórios de casas desmontáveis”, através da promulgação de decretos elaborados para o efeito em 1938 e 1943. Neste âmbito foram, nomeadamente, construídos os bairros da Quinta da Calçada, da Boavista e das Furnas. ¹⁶¹

Duarte Pacheco, a 17 de março de 1938, enquanto Presidente da CML, propôs em sessão camarária que: “(...) seja declarada a utilidade pública da obra de construção de uma estrada de acesso a Lisboa pela Encarnação, Portela de Sacavém, Aeroporto e Avenida Alferes Malheiro, e dos melhoramentos de interesse público a realizar em toda a zona que a estrada atravessa; e que, para a sua execução, se realizem as aquisições ou expropriações que forem necessárias” ¹⁶², o que foi imediatamente aprovado. Este projeto foi enquadrado nas ações do “Programa de Melhoramentos e Realizações” para a Comemoração dos Centenários, no qual, a 27 de março de 1938, Salazar comunicava em nota oficiosa, a comemoração da Fundação de Portugal e da Restauração da Independência. Entre as várias ações inscrevia-se a de promover um “(...) decisivo impulso nas obras de novos bairros económicos, de modo que se possam fazer desaparecer os bairros miseráveis que cercam Lisboa.” ¹⁶³

¹⁵⁹ LOBATO, Luís Guimarães - A Experiência de Alvalade.

¹⁶⁰ *Ibidem*.

¹⁶¹ RODRIGUES, Fernando - Habitação Social.

¹⁶² INÁCIO, Alberto e BARREIROS Fernando - O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais.

¹⁶³ *Idem*, p. 22.



Fig. 2.3.16 - Plano geral do projeto do Bairro da Encarnação, s.d.

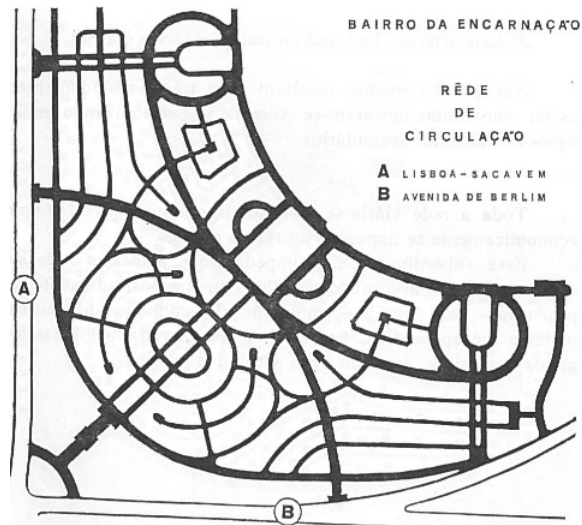


Fig. 2.3.17 - Traçado da rede de circulação do Bairro da Encarnação, 1958.

Tal como os bairros da Madre Deus, do Alto da Ajuda, do Alvito (anteriormente designado de Bairro Oliveira Salazar) e do Alto da Serafina, o da Encarnação foi concebido como um bairro de pequenas moradias unifamiliares com um pequeno logradouro, existindo normalmente arruamentos arborizados e um espaço verde de uso público, de encontro e estadia dos habitantes destes bairros "(...) adotando a imagem rural da aldeia cruzada com a influência da cidade Jardim".¹⁶⁴ O projeto foi entregue em 1938 pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, ao arquiteto Paulino Montez¹⁶⁵ (1897-1988) (Fig. 2.3.16) que tinha então já projetado os bairros económicos do Alto da Serafina e do Alvito. As plantas das casas-blocos foram realizadas pelo recentemente criado "Serviço de Casas Económicas", na DGEMN.¹⁶⁶ O bairro, inaugurado em 27 de maio de 1944, com a entrega de 648 casas,¹⁶⁷ começou a ser habitado em Abril de 1945.¹⁶⁸ Este bairro encontra-se implantado em terrenos no extremo nordeste da cidade, a nascente do Aeroporto da Portela. De planta em forma de borboleta, é limitado a Oeste pela Avenida Marechal Craveiro Lopes (antiga Estrada Lisboa - Sacavém) e a Sul pela Avenida de Berlim e pela Avenida Doutor Francisco Luís Gomes (Antiga Estrada de Moscavide) (Fig. 2.3.17). Embora no início tivessem sido construídas 1092 moradias, o bairro foi alvo de um projeto de ampliação nos anos 50 da autoria de próprio Paulino Montez passando a contar com mais 220 moradias.¹⁶⁹ Apenas

¹⁶⁴ TOSTÕES, Ana - Lisboa, Arquitetura e Urbanismo, p. 106.

¹⁶⁵ O arquiteto Paulino Montez foi professor na área do urbanismo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (ESBAL) e seu diretor. Iniciou em 1933 a publicação de "Estudos de Urbanismo em Portugal", vários cadernos da sua autoria.

¹⁶⁶ INÁCIO, Alberto e BARREIROS Fernando - O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais.

¹⁶⁷ *Ibidem*.

¹⁶⁸ TERCEIRO, Carla - De social a privilegiado.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

ficou concluído em 1958 com mais 20 moradias, contando com 1112 moradias.¹⁷⁰

Em 1945, através do DL nº 2007, de 7 de maio, foi instituído o regime das “Casas de Renda Económica”, em que as habitações eram construídas por instituições de previdência, sociedades cooperativas ou anónimas, entidades patronais ou outras formas idóneas de direito privado. As rendas destas casas eram fixadas por lei, estavam isentas de sisa na primeira transmissão e de contribuição predial num período de quinze anos.¹⁷¹

Ao abrigo do DL nº 34486, de 6 de abril de 1945, a CML iniciou neste mesmo ano a construção de bairros de “Casas para famílias pobres”, estabelecendo-se pela primeira vez o princípio de um subsídio de construção, não reembolsável para casas permanentes. Com base nestes dois últimos decretos-lei, a CML, com o apoio financeiro da Federação de Caixas de Previdência-Habitações Económicas, iniciou nesse mesmo ano a construção das células I e II do Bairro de Alvalade.¹⁷² A publicação do DL nº 36212, de 7 abril de 1947, criou as “Casas de renda limitada” construídas por particulares, com limite superior de renda fixado antes do início da construção, beneficiando de facilidades fiscais concedidas pelo Estado e de projetos municipais largamente fundamentados na experiência da construção das casas de renda económica, como em Alvalade.¹⁷³

A criação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, através da publicação do DL nº. 35957 de 19 de novembro de 1946, na dependência do Ministério das Obras Públicas, foi determinante para dar resposta às novas exigências técnicas e métodos da engenharia e da construção, face aos vários programas de construção económica em curso.¹⁷⁴ Num trabalho contínuo de investigação foram realizados ensaios de materiais e processos de construção com vista a promover uma baixa de custo da habitação.¹⁷⁵

Tendo como suporte o “Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (1938-1948)” e estes sucessivos diplomas, Duarte Pacheco teve um papel determinante no avanço dos bairros do Restelo e de Alvalade. O propósito de Duarte Pacheco no Restelo, de acordo com as intenções do Governo, foi num futuro próximo dar uma imagem mais cosmopolita à encosta que serviu de pano de fundo à Exposição do Mundo Português, em 1940.¹⁷⁶

Duarte Pacheco, conforme já referido, incumbiu o urbanista arquiteto Faria da Costa da elaboração do “Plano Geral de Urbanização da Encosta da Ajuda (1938-1940)” que, mais tarde, em 1944, foi também convidado a realizar o “Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro”, ao abrigo do DL nº. 33 921, de 5 de setembro de

¹⁷⁰ INÁCIO, Alberto e BARREIROS Fernando - O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais.

¹⁷¹ LOBATO, Luís Guimarães - Urbanismo da capital.

¹⁷² LOBATO, Luís Guimarães - O Problema da habitação em Lisboa.

¹⁷³ LOBATO, Luís Guimarães - Urbanismo da capital.

¹⁷⁴ JANARRA, Pedro Costa - A Política Urbanística e de Habitação Social..

¹⁷⁵ LOBATO, Luís Guimarães. O Problema da habitação em Lisboa.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

1944 e que vem a ser o Plano de Alvalade sendo que a Avenida Alferes Malheiro é hoje a Avenida Brasil.^{177 178}

O “Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda” previu uma densidade populacional baixa, assentando em lotes de terreno distribuídos em redor de núcleos comerciais, ao longo de eixos viários estruturantes do espaço (Fig. 2.3.18). Em dezembro de 1949, já tendo sido realizados os arruamentos e esgotos, foram iniciadas as obras de construção das moradias.¹⁷⁹ Estas, em número de 524 (452 económicas, 36 geminadas e 36 unifamiliares),¹⁸⁰ destinavam-se a moradores com menores recursos financeiros e eram idênticas às do Bairro Económico do Vale Escuro, também este projetado por Faria da Costa em 1947. O Bairro das Casas Económicas da Encosta da Ajuda foi inaugurado a 28 de maio de 1952.

Nesse ano, numa tentativa de corresponder às solicitações de um elevado número de sociedades cooperativas com vista à aquisição de terrenos para a construção de moradias, o Presidente da CML, Salvação Barreto, encomendou a Faria da Costa uma extensão do seu trabalho pelo que este realizou um novo plano designado como “Bairro Residencial da Encosta da Ajuda-Segunda fase”. Este plano, como já foi referido, não foi implementado pois em 1954, na própria CML, foi criado o GEU, dirigido por Guimarães Lobato,¹⁸¹ que neste âmbito elaborou um plano designado como “Urbanização da Encosta do Restelo - Segunda fase”¹⁸².

A área definida nesta segunda fase do plano de urbanização tinha como limites: a nascente a Calçada do Galvão, a norte do Bairro do Caramão da Ajuda, a sul a urbanização da primeira fase ainda em fase de conclusão e a poente o Parque Florestal de Monsanto.¹⁸³

A área abrangida por esta fase foi dividida em cinco células estruturantes, com o intuito de cada uma delas ter “ (...) dimensões e possibilidades para nela se estruturar vida própria. Isto é, capacidade populacional para comportar os seus grupos escolares e o seu pequeno núcleo comercial (...) ”¹⁸⁴ Estas células foram projetadas de forma a que no interior de qualquer uma delas, as instalações de interesse coletivo, como o grupo escolar e o centro comercial, estivessem a distâncias convenientes de serem percorridas a pé, de percursos nunca superiores a 300 m, a partir de qualquer ponto dessa célula. Os arruamentos foram hierarquizados, prevendo-se alguns destinados apenas a peões.

¹⁷⁷ TOSTÕES, Ana - O Bairro de Alvalade no quadro do desenvolvimento urbano de Lisboa.

¹⁷⁸ COSTA, João Pedro - Bairro de Alvalade.

¹⁷⁹ LISBOA. Câmara Municipal. Serviços de Urbanização e Obras – Ofício do Diretor.

¹⁸⁰ LISBOA. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Direção dos Serviços de Construção - Informação do Diretor.

¹⁸¹ D'ALMEIDA, Patrícia Bento - Bairro(s) do Restelo. Volume I.

¹⁸² CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - Urbanização da Encosta do Restelo – II fase.

¹⁸³ *Ibidem*.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 14.

No acesso aos grupos escolares era assegurada a ausência da necessidade de qualquer atravessamento das vias de maior intensidade de tráfego automóvel. As construções de interesse geral, como o mercado ou a igreja foram situadas de forma a ser facilitado o seu acesso a partir de qualquer uma das células vizinhas.¹⁸⁵ As habitações do tipo unifamiliares eram destinadas a classes mais favorecidas e os respetivos lotes foram distribuídos de forma a tirar o máximo partido não só das vistas como também das áreas de jardins públicos propostas (Fig. 2.3.19).¹⁸⁶

Entre 1964 e 1965, a zona norte acima da Rua Gregório Lopes, foi objeto do “Estudo Prévio-1ª Parte da Urbanização das Zonas do Restelo e Caramão da Ajuda”, pelos arquiteto Francisco Zinho Antunes e engenheiro Eurico Ferreira Gonçalves.¹⁸⁷ No âmbito deste projeto, aprovado em 1965, foram construídos edifícios torre que chegaram aos vinte pisos. Esta mesma equipa elaborou também a “2ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda”, aprovado em 1966, que previa a extensão para sul dos edifícios torre.¹⁸⁸ No entanto, esta fase não chegou a ser implementada. Com a entrada em funções de um novo Presidente da CML, o engenheiro Fernando Augusto Santos e Castro (1922-1983) que, mantendo a densidade populacional elevada prevista, pretendia baixar a cêrcea dos edifícios a construir, suspendeu assim o desenvolvimento dos trabalhos.¹⁸⁹ Santos e Castro contratou, então, os arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas que, juntamente com o arquiteto João Paciência e Gonçalo Ribeiro Telles, executaram entre 1970 e 1972 o “Plano de Pormenor da Zona do Restelo”. Este plano procurou atenuar a diferença de volumes entre as torres a norte e as moradias a sul, projetando quarteirões alongados de edifícios de habitação coletiva (4 a 6 pisos), alternados com moradias em banda (2 a 4 pisos), separados por ruas arborizadas orientadas para o Rio Tejo.¹⁹⁰

O “Estudo Prévio-1ª Parte da Urbanização das Zonas do Restelo e Caramão da Ajuda” foi aprovado e o “Plano de Pormenor” transferido, em 1972, para a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), recém-criada, que passou a assumir a direção dos trabalhos, juntando-se à equipa projetista o arquiteto Pedro Viana Botelho e o arquiteto paisagista Caldeira Cabral. Os contratos assumidos com estes arquitetos foram rescindidos após o 25 de Abril de 1974. A malha urbana da encosta poente acabou por ser revista pelo arquiteto Vítor Manuel Afonso Alberto. Em 1991, a EPUL lançou um concurso de ideias para a encosta a nascente, cuja proposta vencedora, da autoria do arquiteto Nuno Leónidas, não se cingiu ao Plano de Pormenor aprovado.¹⁹¹

¹⁸⁵ *Ibidem*.

¹⁸⁶ D'ALMEIDA, Patrícia Bento - Bairro(s) do Restelo. Volume I.

¹⁸⁷ D'ALMEIDA, Patrícia Bento - Bairro(s) do Restelo. Volume II.

¹⁸⁸ D'ALMEIDA, Patrícia Bento - Bairro(s) do Restelo. Volume I.

¹⁸⁹ D'ALMEIDA, Patrícia Bento - Bairro(s) do Restelo. Volume II.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

¹⁹¹ *Ibidem*.



Fig. 2.3.18 - Aspecto do Plano Geral de Urbanização de Lisboa – Encosta da Ajuda. Faria da Costa, 1938-1940.

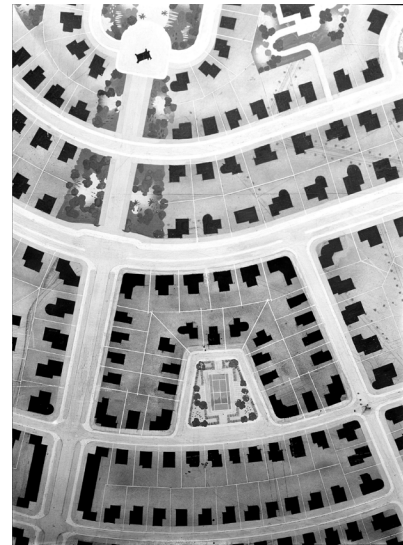


Fig. 2.3.19 - Aspecto do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda. Faria da Costa, 1938-1940.

A encosta do Restelo, orientada a sul e oferecendo vistas privilegiadas aos seus moradores, apresenta várias tipologias de ocupação do espaço edificado. Numa primeira fase, nos finais dos anos de 1940, Faria da Costa, nos seus planos de urbanização com uma baixa densidade populacional, primeiramente introduziu moradias de casas de renda económica e concebeu a encosta dividida por células. As habitações unifamiliares, estruturadas em redor de núcleos comerciais, foram distribuídas em torno de eixos viários bem hierarquizados e adaptados à topografia do terreno, tentando distribuí-los sempre que possível acompanhando as curvas de nível da encosta. Numa segunda fase e tentando responder a uma necessidade premente de habitação, a CML, através do GEU liderado por Guimarães Lobato assumiu a coordenação do processo. A habitação unifamiliar deu lugar à habitação multifamiliar fazendo uso de experiências municipais anteriores, como Alvalade e dando continuidade a uma atitude de aplicação de “princípios inovadores da administração municipal” tendo por fim dar resposta à necessidade urgente de habitação que então se fazia sentir na cidade de Lisboa.¹⁹² A seguinte citação, de forma breve, permite sintetizar a intenção: “ (...) blocos de habitação coletiva, convenientemente distribuídos por categorias de rendas e obedecendo ao critério de se estabelecer, quanto possível, uma transição gradual, de uns tipos para os outros, assegurando o seu conveniente isolamento sem acusar a segregação determinada de qualquer das categorias previstas de habitações.”¹⁹³

A construção dos bairros na encosta do Restelo foi um processo que durou décadas, decorrendo em paralelo com a construção do Bairro de Alvalade. Este teve como

¹⁹² CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - Urbanização da Encosta do Restelo – II fase.

¹⁹³ *Idem*, p 20.

documento orientador o “Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro” tendo como limite norte a Avenida Alferes Malheiro, hoje Avenida Brasil. Foi dimensionado para uma população de 45 000 habitantes, com uma densidade média de 200 habitantes/hectare,¹⁹⁴ ocupando uma área de cerca de 230 hectares,¹⁹⁵ dos quais 33 foram destinados a espaços livres públicos.¹⁹⁶ O bairro é limitado a Norte pela Avenida Brasil, a nascente pela Avenida Almirante Gago Coutinho, a Sul pela linha de caminho-de-ferro e a poente pela Avenida da República e pelo Jardim do Campo Grande. Os 45 000 habitantes previstos no Bairro de Alvalade eram distribuídos da seguinte forma: 31 000 em habitações coletivas de renda económica, 9 500 em habitações de renda não limitada, 2 000 em moradias unifamiliares de renda económica e 2 500 em moradias unifamiliares de renda não limitada, pretendendo-se a coexistência de habitações das diversas categorias sociais.¹⁹⁷ Numa primeira fase e ao abrigo de um novo “Regime de Casas de Renda Económica”, os edifícios passaram a contemplar um máximo de quatro pisos, limite de edificações plurifamiliares para cujo acesso se prescindia de elevador.¹⁹⁸ Esta cêrcia constituía uma situação inédita, no âmbito dos bairros de habitação económica.

O primeiro conjunto de edifícios multifamiliares de renda económica (Fig. 2.3.20) foi inaugurado oficialmente em Agosto de 1948, com a designação de sítio de Alvalade, deliberada pelo Presidente da CML, Álvaro Salvação Barreto.¹⁹⁹

Na construção do bairro, parcialmente assegurada pelo Estado, mesmo nas áreas reservadas à construção privada, o controle municipal realizou-se pela encomenda dos projetos de arquitetura a profissionais altamente qualificados.²⁰⁰ A obra contou com o arquiteto Jacobetty Rosa como arquiteto chefe e com a orientação e supervisão técnica de Guimarães Lobato.²⁰¹ Os arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Manuel Costa Martins (1922-1996) juntaram-se à equipa, um ano após o arranque da obra.^{202 203}

Este foi o primeiro bairro de habitação coletiva de média altura, na qual se utilizaram, pela primeira vez, elementos construtivos normalizados, tendo-se dado um grande salto qualitativo relativamente aos bairros de casas unifamiliares realizados até aí, como o Bairro da Encarnação.

¹⁹⁴ COSTA, João Pedro - Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português.

¹⁹⁵ *Ibidem*.

¹⁹⁶ LOBATO, Luís Guimarães - A Experiência de Alvalade.

¹⁹⁷ TOSTÕES, Ana - O Bairro de Alvalade no quadro do desenvolvimento urbano de Lisboa.

¹⁹⁸ LOBATO, Luís Guimarães - A Experiência de Alvalade.

¹⁹⁹ CAMPOS, Nuno - Mercado de Alvalade Norte.

²⁰⁰ TOSTÕES, Ana - O Bairro de Alvalade no quadro do desenvolvimento urbano de Lisboa.

²⁰¹ PORTAS, Nuno - A pesquisa no habitat.

²⁰² TAVARES, Maria. PORTAS, Nuno. FERNANDES, Manuel José - Nuno Teotónio Pereira. Arquitetura e Contexto: uma experiência.

²⁰³ TAVARES, Maria - Leituras de um percurso na habitação em Portugal.



Fig. 2.3.20 - Fotografia aérea do Bairro de Alvalade Célula 1, 1950.

Segundo a descrição do próprio Guimarães Lobato: “Para efeitos de urbanização, a zona de Alvalade foi considerada dividida, em oito células, por arruamentos principais, que dão a cada célula a independência de uma unidade de urbanização devidamente resguardada. Cada uma destas unidades, tem, por fulcro do seu arranjo, a existência, num ponto central, de uma escola primária de modo que a distância máxima, desta às habitações, não exceda 500 ml. (...) Previram-se, também as construções indispensáveis de interesse geral, situadas num centro cívico, além da localização adequada de mercados, escolas secundárias, campos de jogos, etc...”²⁰⁴

Sobre a primeira fase de construção, disse Guimarães Lobato: “No que se referia a habitações de renda económica o plano estabelecido incluía a execução imediata de 302 prédios, ocupando as duas células - 1 e 2 – confinantes com o Campo Grande, a Avenida do Brasil e a Avenida de Roma. Estudaram-se 3 séries de casas de características diferentes e, por sua vez, dentro de cada uma das séries, estabeleceram-se 3 tipos de casas, diferenciados somente no número de quartos de cama, para assim se atenderem, em pé de igualdade, às necessidades das grandes e das pequenas famílias.” (Fig. 2.3.21).²⁰⁵ A construção destas duas primeiras células, constituídas exclusivamente por casas de renda económica, foi financiada apenas com fundos da

²⁰⁴ LOBATO, Luís Guimarães - A Experiência de Alvalade, p. 3.

²⁰⁵ *Idem*, p. 5.

Federação das Caixas de Previdência (1947-1972) tendo-se iniciado a sua construção em 1946 e terminado em 1950, passando posteriormente a realizar-se a construção de casas de renda limitada.^{206 207 208}

A construção destas células e das restantes do bairro, dirigida por Guimarães Lobato, constituiu um campo de ensaio para a utilização de novos materiais e, sobretudo, de novas técnicas de construção com as quais ele tinha tido contacto nas viagens realizadas a Inglaterra, assistindo à reconstrução deste país, no período pós-guerra. Guimarães Lobato trouxe para Alvalade não só a utilização de um novo tipo de blocos em betão de fabrico em série, como e sobretudo, o uso de módulos normalizados pré-fabricados de elementos, como vãos de janelas e portas e lanços de escadas que tornavam o processo de construção mais célere e económico, passando-se do ‘projeto tipo’ para os ‘elementos funcionais tipo’, suscetíveis de serem usados em diversas situações, em combinações de acordo com necessidades específicas.²⁰⁹

A grande inovação do plano de Faria da Costa esteve no facto de os logradouros no interior dos quarteirões deixarem de ser propriedade privada, assumindo-se como espaços abertos destinados ao uso público com locais de recreio, equipamentos coletivos e espaços verdes.²¹⁰

Todos os projetos de especialidade de infraestruturas urbanas e de desenho do espaço público, incluindo portanto os relativos aos espaços verdes, estavam incluídos nos chamados “Estudos de Pormenor”. Foram desenvolvidos pelas respetivas divisões de serviços da CML, em paralelo com o técnico da unidade morfológica onde se incluía. Estes técnicos pertenciam à CML ou eram contratados ao exterior, sendo todo o projeto coordenado pelo autor do plano de urbanização, Guimarães Lobato, ou técnicos camarários delegados por este. Os “Estudos de Pormenor” relativos aos espaços verdes, designados como estudos de especialidade no desenho urbano, tais como as peças desenhadas que constam num projeto de arquitetura paisagista, eram elaborados na DSTE. As plantas referentes à distribuição dos lotes, à localização dos tipos de prédios, à adaptação de perfis transversais tipo ou longitudinais dos arruamentos e aos pavimentos eram da responsabilidade da DSUO.²¹¹

No “Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro”, Faria da Costa propôs que todos espaços de logradouro fossem totalmente divididos em parcelas correspondentes a cada prédio. Quando, em 1947, as “Casas de renda económica” foram

206 TAVARES, Maria. PORTAS, Nuno. FERNANDES, Manuel José - Nuno Teotónio Pereira. Arquitetura e Contexto: uma experiência.

207 LOBATO, Luís Guimarães - A Experiência de Alvalade.

208 *Ibidem*.

209 TAVARES, Maria. PORTAS, Nuno. FERNANDES, Manuel José - Nuno Teotónio Pereira. Arquitetura e Contexto: uma experiência.

210 DUARTE, Carlos Santos - Entre arquitetos e urbanistas, de Alvalade a Chelas, construir (Habitação) com a arte do povo.

211 COSTA, João Pedro - Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português.



Fig. 2.3.21 - Plano de Urbanização da zona sul da Avenida Alferes Malheiro, anterior a 1945.

construídas, esse critério foi modificado por se entender que seria vantajoso que o seu uso fosse comum aos vários moradores dos prédios delimitantes desses logradouros. Este critério foi adotado, apenas nas duas primeiras células construídas - as Células 1 e 2. Tomada esta opção "(...) a zona central dos espaços de logradouro começou por pertencer ao domínio público municipal, sendo reservada apenas uma faixa com a largura de cinco metros adjacente às fachadas posteriores para uso dos prédios. Esta faixa era ainda subdividida em pequeníssimas parcelas, as quais eram afetas ao uso de cada inclino. Neste contexto foram realizados nos serviços municipais os diversos estudos de ocupação dos logradouros do Bairro de Alvalade, prevendo a construção de recintos de recreio infantil, campos de jogos, mobiliário urbano diverso, etc (...) enquadrados por arranjos paisagísticos e arborização." ²¹²

Assim, neste Plano, foi prevista a desprivatização dos logradouros, sendo o fator mais inovador deste Plano, o tipo de tratamento destes espaços. ²¹³ Foi planeado que "(...) as edificações, de cada célula fossem dotadas de amplos logradouros, servindo para fins recreativos e circulação interior, evitando arruamentos de maior trânsito." ²¹⁴ Estes caminhos pedonais, atravessando os logradouros, encurtavam o caminho entre

²¹² *Idem*, p. 171.

²¹³ DUARTE, Carlos Santos - Entre arquitetos e urbanistas, de Alvalade a Chelas, construir (Habitação) com a arte do povo.

²¹⁴ LOBATO, Luís Guimarães - A Experiência de Alvalade.

a casa e a escola, possibilitando que este percurso fosse inferior a 500 m, objetivo primordial do plano, como já foi referido. Estes logradouros compreendiam uma parte privativa pertencente a cada inquilino, todos eles alinhados em faixas de cinco metros de largura adjacente às fachadas dos prédios e uma outra central, pertencente ao domínio público municipal, beneficiando os habitantes de cada quarteirão.²¹⁵ Segundo o previsto, seriam “(...) arborizados formando recintos de recreio, sem preocupação de regularidade de relevo ou formalismo de arranjo, com o que, além do mais, se assegurou uma economia da futura conservação na realidade indispensável aos objetivos do plano.”²¹⁶

Na realidade o que veio a suceder nos logradouros comuns das duas primeiras células é que os edifícios foram sendo ocupados sem que se efetuassem os projetos destes logradouros (Fig. 2.3.22). A população muito rapidamente se apropriou indevidamente destes espaços, supostamente comuns, e, num ápice, tornaram-se um mosaico de hortas, muitas vezes sem sequer prever caminhos de acesso a todas elas nem de ligação aos caminhos pedonais de atravessamento destes logradouros (Fig. 2.3.23). “A certa altura, vários moradores começaram timidamente a cultivar pequenas parcelas desses terrenos comuns, na área contígua aos respetivos logradouros privativos. O seu exemplo foi imediatamente seguido por toda a população do bairro, por forma que, num espaço de poucos dias, os terrenos foram totalmente ocupados e divididos, numa operação verdadeiramente fulminante.”²¹⁷

Os logradouros tornaram-se, assim, num problema a resolver. Em 1951, Guimarães Lobato afirmava: “O ensaio de logradouros comuns, para recreio dos moradores das habitações económicas, trouxe à luz das realidades o que já havia sido previsto. É indispensável que exista uma entidade que se ocupe, por incumbência de todos, do arranjo, conservação e manutenção dos referidos logradouros. Sem isso, a sua utilização torna-se precária e, até, contrária aos objetivos visados. E, então, em lugar de uma solução inteiramente satisfatória, aparecem os quintais traseiros murados, desprovidos de uso e, quase sempre, de aspeto e sanidade indesejáveis.”²¹⁸ Por fim aponta como uma das deficiências de pormenor em Alvalade “(...) a inconveniência de logradouros individualizados e murados, pouco aproveitando, principalmente, as populações infantil e adolescente de recintos apropriados para o seu recreio.”²¹⁹ Recorde-se agora o relatório de viagem de Azevedo Coutinho á Suécia e os seus comentários sobre as possíveis soluções para ultrapassar os problemas dos logradouros de Alvalade (ver 2.2.1).

²¹⁵ COSTA, João Pedro - Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português.

²¹⁶ LOBATO, Luís Guimarães - A Experiência de Alvalade, p 11.

²¹⁷ PEREIRA, Nuno Teotónio - Estudo de Algumas transformações no Bairro de Alvalade, p. 171.

²¹⁸ LOBATO, Luís Guimarães - A Experiência de Alvalade, p 10.

²¹⁹ *Idem*, p 12.



Fig. 2.3.22 - Bairro de Alvalade. Célula 1. Logradouros ocupados por hortas, 2014.



Fig. 2.3.23 - Bairro de Alvalade. Célula 1. Compartimentação do logradouro e ocupação por hortas, 2014.

A publicação do DL nº 42454, de 18 agosto de 1959, que criou o GTH, acelerou a necessidade da concretização destas operações urbanísticas de grande escala por parte da CML.²²⁰ Referimo-nos às operações urbanísticas de grande escala de Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas que foram desencadeadas nos finais da década de 1950 e, tal como os bairros anteriormente referidos, por iniciativa pública. Cobrem uma área total de 737 ha (Olivais Norte – 40ha; Olivais Sul – 187 ha e Chelas – 510 ha).

A freguesia dos Olivais, criada em 1397, era constituída por uma série de quintas outrora pertencentes ao clero ou à nobreza. No final do século XIX, o industrial Francisco Alves Gouveia adquiriu muitos destes terrenos que, nas décadas 30 e 40 do século XX, foram expropriados pela CML com vista à sua urbanização para a expansão da cidade.²²¹ No Plano de De Gröer, a zona dos Olivais já tinha sido vocacionada para habitação.²²²

Em 1955, estando já iniciada a revisão do Plano de De Gröer, o GEU levou a cabo a realização de um “Estudo–Base da Urbanização dos Olivais”, coordenado por Guimarães Lobato que contou com a colaboração, entre outros, dos arquitetos Pedro Falcão e Cunha e José França Ribeiro e do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles.²²³ Logo no início deste estudo, Guimarães Lobato constatou, tal como o previsto no plano da cidade, a existência de uma zona industrial, que levava à alteração do cariz rural do lugar. Reconheceu então a necessidade de criar uma zona urbanizada de caráter residencial de forma a: “Garantir a vida perto do local de trabalho, à população que na Zona Industrial exerce a sua atividade.”²²⁴ Propôs a criação de 6 células (A a F) a urbanizar sendo que no Plano de De Gröer estava prevista para esta área o alojamento de 28 000

²²⁰ BAPTISTA, Luís - A cidade e a habitação social.

²²¹ INÁCIO, Alberto e BARREIROS Fernando - O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais.

²²² TOUSSAINT, Michel - Olivais.

²²³ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização) - Urbanização dos Olivais. Estudo-base.

²²⁴ *Idem*, p. 2.

habitantes, número que Guimarães Lobato, após os resultados dum inquérito a nível local da sua responsabilidade, constatou ser insuficiente, elevando este para 40 000. Como condicionantes do local são indicados além dos arruamentos e de outros elementos construídos já existentes, a topografia do terreno – duas vertentes bastante declivosas unidas por um vale sobre o qual estava já delineada a “Avenida entre Aeroportos”, hoje Avenida de Berlim. Este último condicionante foi num entanto ultrapassado: “As condições orográficas do terreno influenciaram, como é evidente, o traçado dos arruamentos e a sua relação com o esquema mais favorável da rede de esgotos. Apesar da irregularidade do acidentado conseguiu-se obter uma satisfatória adaptação ao terreno, sem prejuízo dos bons princípios do traçado de arruamentos.” ²²⁵

No “Estudo–Base da Urbanização dos Olivais”, optou-se por habitação mista numa percentagem de 14% de moradias unifamiliares e os restantes 86% em habitação coletiva. Quanto às instalações de interesse coletivo, estas foram situadas em função da facilidade de acesso a qualquer ponto das células a que se destinavam: “Os centros comerciais e os grupos escolares foram localizados de modo a nunca se situarem a distâncias superiores a 250 metros das habitações e a não ser necessário, para os segundos, o atravessamento de qualquer arruamento de maior circulação.” ²²⁶ Relativamente ao princípio adotado para as habitações coletivas, registou o seguinte: “De acordo com a experiência adquirida e tendo presente os ensinamentos da técnica de urbanização actual, adoptou-se francamente o princípio da independência dos blocos, com todas as vantagens conhecidas de possibilidade de orientação, isolamento das habitações, etc. Por esta razão o espaço livre envolvente dos blocos constituirá um logradouro coletivo convenientemente arborizado.” ²²⁷

A Célula A do “Estudo de Urbanização dos Olivais” tinha sido alvo de estudos preparatórios no âmbito do “Plano de Pormenor” realizado pelo GEU entre 1955 e 1958, e os terrenos por ela abrangidos tinham sido na sua totalidade já adquiridos pela Câmara nas expropriações da década de 1940. Além disto, os arruamentos principais e os projetos das habitações estavam já concluídos (Fig.2.3.24). ²²⁸ Perante a urgência de mostrar resultados, esta área, a que se veio a chamar Olivais Norte, era aquela cujo estudo estava mais avançado, logo a que embora adaptando os projetos das habitações às tipologias estipuladas no referido DL, marcou o início do processo de ordenamento da imensa zona oriental de Lisboa.²²⁹ Após uma sequência

²²⁵ *Idem*, p. 5.

²²⁶ *Idem*, p. 10.

²²⁷ *Idem*, p. 9.

²²⁸ HEITOR, Teresa Valsassina - A expansão da cidade para o Oriente.

²²⁹ BAPTISTA, Luís - A cidade e a habitação social.



Fig. 2.3.24 - Rede de caminhos principais em Olivais Norte, 1958.

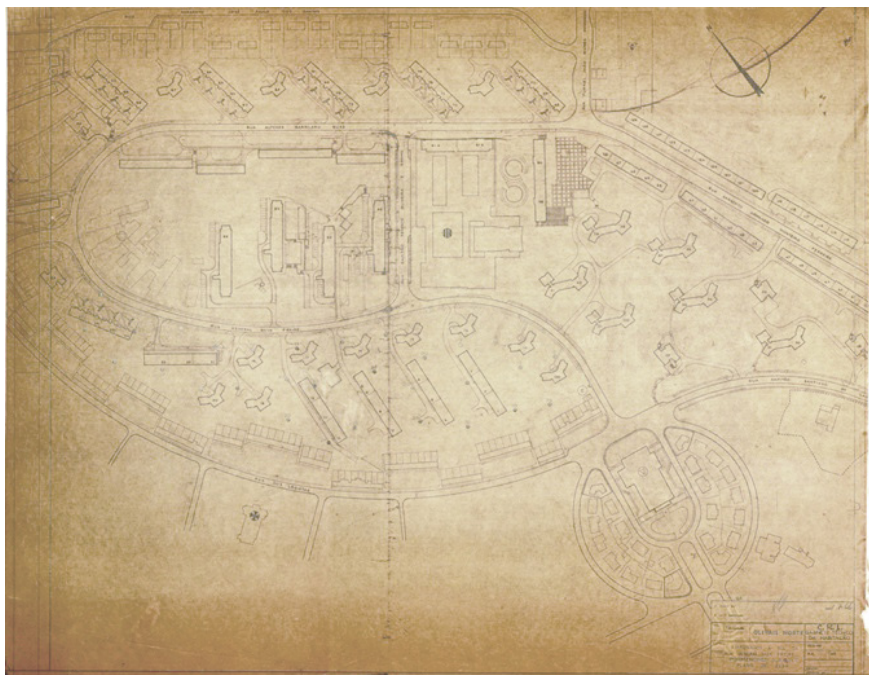


Fig. 2.3.25 - Olivais Norte. Ajardinados a Sul da Rua General Silva Freire. Pormenores. Sousa da Câmara, 1967.

de três planos (1955, 1957 e 1958), ²³⁰ o Plano de Olivais Norte foi apresentado em Novembro de 1959. ²³¹ Embora a construção dos arruamentos datasse de 1957, a construção dos fogos iniciou-se em 1960. ²³²

Em lugar da rua tradicional foi estabelecida uma rede de circulação, sendo claramente separados os caminhos pedonais dos caminhos automóveis. ²³³ As habitações foram agrupadas em blocos isolados e implantados em função do maior aproveitamento da luz solar. A superfície livre do solo, representando 62,30% dos referidos 40 ha, ou seja um total de 24,920 ha, foi projetado ser ocupada por jardins, equipamentos de ar livre, percursos de peões, áreas de jogos e recreios (Fig. 2.3.25). ²³⁴

Como principais limitações a apontar ao “Plano de Olivais Norte” o arquiteto Leopoldo de Almeida afirmou: “Os princípios urbanísticos aplicados são claramente derivados da Carta de Atenas e constituem indiscutivelmente o ponto de partida de qualquer realização urbanística contemporânea. Poder-se-ia apontar ainda aos Olivais-Norte um excesso de fidelidade a princípios esquemáticos, excesso que, por ter conduzido a uma neutralidade dos espaços urbanos, a um esquema circulatório demasiado desvinculado dos edifícios (...) poderá talvez não ajudar à constituição duma vida comunitária intensa.” ²³⁵

No início dos anos 1960, foi elaborado o “Plano de Olivais Sul” que destinava aos Olivais Sul uma área de 186 ha, uma operação na sua grande maioria financiada pela Federação das Caixas de Previdência. ²³⁶ Tal como tinha sucedido em Olivais Norte, destinava-se à habitação social, constituindo esta a sua especial vocação estando previsto albergar 40 000 habitantes. ²³⁷ Este plano da autoria dos arquitetos José Rafael Botelho e Carlos Duarte contou ainda com os arquitetos Mário Bruxelas, Celestino de Castro e António Pinto Freitas. ²³⁸ Foram também envolvidos arquitetos e artistas externos à CML, como Abel Manta, Nuno Teotónio Pereira, Braula Reis, João Vasconcelos Esteves, Pires Martins, Palma e Melo, Victor Palla, o que terá levantado várias críticas relativas ao ecletismo da arquitetura e à inexistência de unidade formal do conjunto do bairro. ^{239 240 241}

²³⁰ Olivais Norte. Extratos da memória descritiva.

²³¹ NOGUEIRA, Maria da Graça - Santa Maria dos Olivais. Ensaio de Modernismo em Portugal.

²³² Olivais Norte. Extratos da memória descritiva.

²³³ TOSTÕES, Ana - Lisboa, Arquitetura e Urbanismo.

²³⁴ Extratos da memória descritiva”, Arquitetura, março de 1964, no 81, p. 8.

²³⁵ ALMEIDA, Leopoldo - Olivais -Norte - nota crítica, p 13.

²³⁶ TAVARES, Maria. PORTAS, Nuno. FERNANDES, Manuel José - Nuno Teotónio Pereira. Arquitetura e Contexto: uma experiência.

²³⁷ CUNHA, Ana -Os planos de Urbanização dos Bairros da Encarnação e dos Olivais.

²³⁸ SECO, Rui - Conceitos e experimentação de desenho urbano em Portugal.

²³⁹ *Ibidem*.

²⁴⁰ TORRES, Helena. PORTAS, Catarina, FREIRE, Adriana - Olivais retrato de um bairro.

²⁴¹ SECO, Rui - Conceitos e experimentação de desenho urbano em Portugal.

Conceptualmente, este plano partia ainda dos princípios da Carta de Atenas no que respeita à relação entre a área construída e o espaço livre, assumindo princípios de zonamento funcional relativo aos vários setores de organização, separando vias de circulação devidamente hierarquizadas dos edifícios.²⁴²

Em entrevista sobre a elaboração do Plano, o arquiteto José Rafael Botelho relatou: “Quando peguei no projeto de Olivais Sul (...) tinha vindo de Inglaterra e interessava-me muito o que lá se estava a fazer depois da guerra (...) as suas leis sobre expropriações e o desenvolvimento das cidades satélite eram muito interessantes. E tinha andado na Holanda (...). Trazia nos olhos esses modelos que tinha observado quando cheguei aos Olivais. Pesava mais a experiência do que a Carta de Atenas, entrosada no meu saber mas do qual não era a base.”²⁴³ A aplicação do DL nº 42454, de 18 de agosto de 1959, em Olivais Sul tornou ultrapassado o “Estudo-Base”. No entanto, este estudo já tinha sido concretizado numa parte dos arruamentos, condicionando deste modo a elaboração do “Plano de Olivais Sul”, levando a que, por razões económicas, se tenha optado por somente retificar as penetrações na malha e os respetivos nós.²⁴⁴ Este plano contou com condicionantes como: a orografia do terreno, a ocupação anterior do terreno por quintas, procurando-se manter alguns dos elementos arquitetónicos mais significativos, a vegetação pré-existente e as condicionantes gerais de urbanização.²⁴⁵ Num esforço de adaptação a novas utilizações, remodelou-se uma parte do sistema viário e aglutinou-se o zonamento anterior da malha introduzindo-se áreas centrais experimentando-se uma agregação do edificado, assumindo este formas inovadoras.²⁴⁶

A estrutura da malha nos Olivais Sul baseou-se na criação de seis células, quatro delas destinadas à habitação (células B, C, D e E), uma destinada ao realojamento e, na sua maior parte, ao cemitério (Célula F) e uma última, situada no centro deste conjunto, destinada ao centro cívico-comercial principal (Célula G).²⁴⁷ No interior das células, a estrutura viária automóvel foi hierarquizada segundo a função desempenhada em: vias principais, vias secundárias e impasses. Foi também implementada uma rede pedonal, que ligava os principais centros da malha.²⁴⁸ As células principais (B, C, D e E) são autónomas relativamente ao comércio, sendo na Célula G, com uma área de 5.6 ha, que estão concentrados os serviços de interesse coletivo. Estas células principais contêm escolas infantis e primárias e zonas de recreio ao ar livre tanto para adultos como

²⁴² SECO, Rui - Conceitos e experimentação de desenho urbano em Portugal.

²⁴³ TORRES, Helena, PORTAS, Catarina e FREIRE, Adriana - Olivais retrato de um bairro, p. 69.

²⁴⁴ FERREIRA, Maria João - Evolução das zonas verdes do bairro de Olivais sul.

²⁴⁵ Gabinete Técnico da Habitação - Olivais Sul.

²⁴⁶ HEITOR, Teresa Valsassina - A expansão da cidade para o Oriente.

²⁴⁷ *Ibidem*.

²⁴⁸ Bairros construídos ao abrigo do Decreto-lei 42 454 no período de 1961 a 1969.

para crianças (Fig. 2.3.26). ²⁴⁹ Além de zonas para desporto como campos de futebol, basquetebol, voleibol, ténis e pistas de atletismo, foi necessária a criação de espaços verdes de proteção contra os fumos e odores da zona industrial que separava esta zona do Rio Tejo. Este Plano sofreu reajustes que levaram a duas novas versões, uma em 1963 e uma outra em 1968 (Fig. 2.3.27). ²⁵⁰ Tal como já tinha sucedido em Olivais Norte, compromissos assumidos anteriormente levaram à necessidade de conciliação com projetos anteriores.

²⁴⁹ *Ibidem.*

²⁵⁰ *Ibidem.*

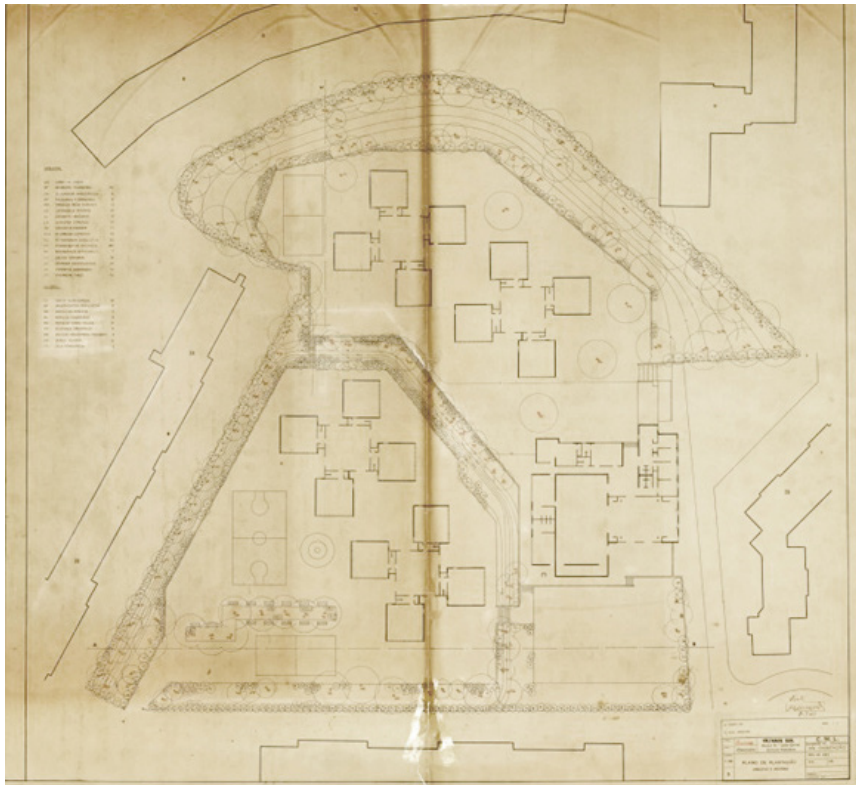


Fig. 2.3.26 - Olivais Sul. Célula B. Z. Centro. Escolas Primárias. Plano de plantação. Arbustos e árvores. Sousa da Câmara, 1969.



Fig. 2.3.27 - Olivais Sul, 1968.

2.3.3.2 Breve síntese dos impactos na conceção e projeto dos logradouros dos bairros de Lisboa

A experiência do planeamento e da construção dos bairros de Lisboa da década de 1930 à década de 1970 pode ser considerado um verdadeiro laboratório de experiências urbanísticas onde se sente a importação de modelos internacionais ora mais próximos das ideologias da cidade jardim do princípio do século ora decorrentes dos princípios da Carta de Atenas e os ideais “corbusianos” inspirados pela referência maior da “*Cité Radieuse*” (1947-1953) em Marselha assim como da experiência das “*new towns*” inglesas na sequência do “*New Towns Act*” de 1946 logo depois da guerra.

Os primeiros bairros de Lisboa eram, de início, constituídos por agrupamentos de casas unifamiliares, com pequeno logradouro nas traseiras, alinhadas ao longo de ruas muitas vezes arborizadas. Em termos de espaço verde público existiam pequenos jardins de proximidade. O Bairro da Encarnação, que inclui além de dois pequenos jardins, um outro mais vasto que engloba a igreja de Santo Eugénio, possui ainda uma faixa periférica ocupada por uma mata, que envolve o bairro a sul e a poente. Neste bairro, os espaços verdes têm uma presença bem mais significativa comparativamente, por exemplo, com o Bairro da Quinta do Jacinto onde, por falta de espaço, os logradouros comuns restringiram-se apenas aos espaços compreendidos entre os alçados principais dos prédios, contando apenas com a presença de árvores de arruamento.

A experiência de Alvalade trouxe uma significativa inovação. As casas de habitação distribuíram-se por edifícios, inicialmente apenas com quatro pisos, e com os logradouros no interior do quarteirão, parte deles privados e outra parte de uso público, além de pequenos jardins. O insucesso do uso e conservação destes logradouros de uso público, por apropriação indevida por parte de alguns habitantes do bairro, nas células I e II, levou a que, na célula IV, Avenida Dom Rodrigo da Cunha, se tenha optado unicamente pela existência do espaço verde de uso público - um enorme logradouro comum - no interior do qual se implantaram os prédios, também só estes ainda com quatro andares. Mas para permitir esta nova organização do espaço verde público, os edifícios foram orientados perpendicularmente à referida avenida. O chamado Bairro das Estacas também em Alvalade, com os edifícios assentes sobre pilotis, mantendo-se perpendiculares à rua permitiu introduzir a continuidade dos logradouros. Os prédios davam intencionalmente a ideia de “flutuar”, sendo as suas entradas em vidro, para diminuir o seu impacto visual, reforçando assim esta ideia. Este novo conceito de logradouro ao valorizar a continuidade do espaço verde – quer sob o ponto de vista funcional quer visual - permitiu introduzir

uma rede de caminhos pedonais, que os percorriam e se continuavam no logradouro vizinho, separados dos circuitos automóveis e a criar zonas de estadia com mais recato, devido a uma maior disponibilidade de espaço, constituindo-se como salas de verdura, prolongamento das salas de estar das habitações deste edifícios. O Bairro da Ajuda/ Restelo pode ser visto sob o ponto de vista urbanístico como um laboratório de transição entre Alvalade e os Olivais.

A legislação ao permitir o aumento do número de pisos dos edifícios refletiu-se na possibilidade de aumentar significativamente as áreas livres para logradouros, resultando numa ampliação da área das zonas de estadia e enquadramento. Esta maior disponibilidade de espaço permitiu uma orientação mais acentuada na vocação de utilização destes espaços, isto é, criação de espaços para as crianças, com parque infantil, de espaços desportivos para os jovens e de espaços mais sossegados para adultos, mantendo-se a valorização do peão e nesse sentido o seu isolamento relativamente aos caminhos automóveis.

A experiência dos Olivais, e sobretudo nos Olivais Norte, aproximou-se dos princípios da Carta de Atenas. As habitações foram inseridas em blocos de apartamentos cuja localização e orientação dependia, sobretudo, dum maior aproveitamento da luz solar, implantados num *continuum* verde, numa aproximação máxima dos habitantes do bairro com a natureza, representada pelas áreas ajardinadas, constituindo uma matriz que envolve edifícios e vias de circulação. A rede de circulação é claramente hierarquizada em que a rede viária constitui o elemento unificador dos vários elementos construídos, embora desvinculada dos mesmos. O espaço resultante peca por uma falta de referências identitárias. Nos Olivais Sul a aplicação destes princípios foi mais moderada, cada célula possui um pequeno núcleo comercial em função do qual se organiza e as várias células organizam-se entre si também em redor de uma célula em posição central que inclui o grande centro cívico-comercial do bairro, a célula G, onde se situam os edifícios mais elevados. Embora exista um grande número de espaços verdes aqui não constituem uma matriz que envolve os demais elementos, estando presentes especialmente no grande parque do bairro: o Parque do Vale do Silêncio.

Termina-se recordando excertos do Relatório de viagem de Azevedo Coutinho à Suécia em 1952 (ver 2.2.1): “ (...) verificámos não existirem tipos de urbanização com zonas verdes do tipo do nosso ‘ logradouro comum’, encravados na construção, como pátios interiores. Aboliu-se assim a zona de inconvenientes dos espaços fechados que, embora comuns a particulares, resultam em uma soma de encargos de difícil resolução. (...) De tudo o que vimos e conseguimos saber, apurámos que o logradouro comum e a zona verde são um encargo da habitação. À entidade que constrói a habitação, cabe o encargo de uma parte do logradouro ou zona verde. O Município nada despende e apenas lhe compete determinar as normas em que deve ser executado tal logradouro ou

tal zona verde. (...) Concordamos que o estabelecimento de processos administrativos como o que se apresenta não se pode fazer sem um aturado estudo. Todavia, julgamos que ele é necessário para as soluções a dar a alguns casos que já se fazem sentir no nosso Município e de que o Bairro de Alvalade é um caso típico. (...) na urbanização de Estocolmo no que se refere à zona periférica da cidade, a construção amolda-se à paisagem e os problemas tem aspectos de nítida Arquitectura Paisagista. Não existem logradouros interiores nem se alterou a topografia do terreno. (...) Os prédios de rendimentos dispostos em avenidas densamente enquadradas por vegetação, amoldaram-se às condições naturais do terreno. Desaparece o jardim público e apenas ficam zonas verdes na periferia, do tipo do futuro parque entre as Avenidas do Brasil e do Aeroporto, como grande logradouro comum.”²⁵¹ A própria terminologia vai denunciando a evolução de conceito: do logradouro privado e do logradouro comum ao espaço livre, ao jardim público, ao espaço verde.

²⁵¹ COUTINHO, Manuel Azevedo - Relatório sobre a participação no IFLA Kongress, p. 4 - 21.

2.3.4 Conclusão

O período em estudo coincide com um momento de transformações profundas da cidade de Lisboa e em que emerge uma cidade que podemos chamar quase cidade-nova. Em breves traços, pode-se referir momentos distintos da ação dos arquitetos paisagistas. O ponto de partida da atividade dos arquitetos paisagistas em Lisboa tem como referência a imagem desacreditada dos anos de 1930 dos jardins públicos e coincide com uma forte vontade política de mudar essa imagem. Assim vimos o período de Duarte Pacheco, que morre em 1943, em que na CML lideram personalidades como Gomes de Amorim e Keil do Amaral. E depois segue-se um novo período coincidente com a longa presença de A. Salvação Barreto à frente da CML até 1959, em que o urbanismo tem figuras de liderança forte como Sá e Melo na DGSU e Guimarães Lobato na DSUO da CML e em que os arquitetos paisagistas adquirem um estatuto significativo desenvolvendo atividade intensa e pioneira.

A renovação dos jardins foi, a partir de 1950, amplamente participada pelos arquitetos paisagistas que estavam ao par das tendências internacionais sobre o planeamento da cidade e da conceção e conservação dos espaços públicos. Nesta década, eles têm uma intensa participação ao nível do planeamento e do projeto, passando a integrar as equipas multidisciplinares de planeamento tendo um impacto elevado no GEU e no PDUL (1959) e mais tarde no GTH. O impacto dos arquitetos paisagistas nos anos de 1960 ganhou maior visibilidade ao nível da gestão e conservação dos espaços verdes prosseguindo a sua atividade de projeto de espaços verdes públicos, com destaque para os bairros dos Olivais e Chelas e que vai continuar na década de 1970.

2.4 Conclusão

Intitulado ‘As personagens, o tempo e o lugar’, este capítulo começou por dar nota dos tempos fundadores da Arquitetura Paisagista moderna em Portugal pela mão de Caldeira Cabral nos finais da década de 1930 e na década de 1940. Trata-se de uma matéria que tem vindo a ser estudada nos últimos quinze anos mas que foi considerada incontornável para a contextualização do âmago desta dissertação que diz respeito ao espaço público de Lisboa com destaque para as décadas de 1950 e 1960.

Por sua vez, fez-se uma caracterização dos discípulos de Caldeira Cabral, criador da escola fundadora da Arquitetura Paisagista em Portugal. E, fundamentalmente, focalizamo-nos na atividade de Azevedo Coutinho, Ribeiro Telles, Edgar Fontes, Sousa da Câmara, Álvaro Dentinho, vinculados à CML, e ainda António Campêlo e Viana Barreto. Procuramos perceber os seus conhecimentos e o seu entendimento sobre a cidade moderna tendo, para isso, sido evidenciados três relatórios de viagens na Europa.

Assumindo as décadas de 1950 e 1960 como criadoras de uma nova imagem da cidade - maior, mais povoada, mais infraestruturada – procurou-se apurar o estado da arte antes do início da atividade dos jovens profissionais e o enquadramento institucional, social e político em que se movimentavam na capital. Naturalmente que a investigação foi orientada para a compreensão da evolução dos espaços verdes públicos da cidade e, por isso, a necessidade de se tratar o planeamento urbano em curso focalizando as respostas encontradas para o problema premente da habitação.

Podemos concluir que os arquitetos paisagistas estavam bem preparados e foram reveladores de elevada competência técnica para aproveitarem um momento particularmente favorável à mobilização dos seus conhecimentos e capacidades. Considera-se que, num período de tempo relativamente curto, desenvolveram trabalho intenso quer ao nível do projeto do espaço verde público quer do ordenamento paisagístico quer, ainda, da conservação dos espaços verdes.

A sua produtividade está, na medida do possível, sistematizada nos anexos desta dissertação, longe de ser um levantamento exaustivo. Nos próximos capítulos, passa-se a aprofundar os traços da sua atividade selecionando-se para o efeito um conjunto de estudos de caso.

3 O contributo dos arquitetos paisagistas: “Parques e Jardins”

3 O contributo dos arquitetos paisagistas: “Parques e Jardins”

Este capítulo trata da tipologia de espaço público intitulada “Parques e Jardins” estando suportado pelo levantamento realizado nos arquivos (Anexo 2). Identificaram-se seis espaços – casos de estudo - que pela sua importância na cidade, pela função, qualidade concetual, estado de conservação e dimensão foram considerados mais representativos da obra dos arquitetos paisagistas. Naturalmente que nesta seleção também pesou a qualidade e quantidade de material em arquivo possível de identificar no âmbito do trabalho de pesquisa desta dissertação. São eles: a Mata de Alvalade, o Jardim da Torre de Belém, o Jardim da Capela de São Jerónimo, a Avenida da Liberdade, o Parque do Vale do Silêncio e o Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian. Correspondem a momentos diferentes, os projetos foram elaborados nas décadas de 50 e 60 e na maior parte das vezes também construídos, são representativos do trabalho dos arquitetos paisagistas sendo alguns deles realizados em coautoria. O caso mais emblemático é a remodelação da Avenida da Liberdade de Ribeiro Telles e Caldeira Cabral ²⁵², projeto que em ambos deixou mágoa acentuada sendo que estando já o troço poente da avenida executado de acordo com o projeto, perante a contestação gerada foi mandado desfazer e repor e esteve na base da saída de Ribeiro Telles da CML que acaba por coincidir mais ou menos com a demissão de Salvação Barreto. O Jardim da Fundação Gulbenkian – anteprojecto da autoria de Viana Barreto e Ribeiro Telles (1961) e projeto de execução da autoria de Ribeiro Telles e Viana Barreto - trata-se de um obra de um jardim privado mas de acesso público e que foi um marco da modernidade da arquitetura paisagista portuguesa - e sem dúvida uma obra que pode ser vista como um coroar de maturidade de uma profissão. ²⁵³ O Parque do Vale do Silêncio e a Mata de Alvalade correspondem a intervenções em bairros mas que se entendeu tratar neste capítulo e revelam o trabalho de Ribeiro Telles e Sousa da Câmara. O mesmo se pode dizer de dois outros espaços da década de 1950 – projetados e executados – em plena encosta da Ajuda/Restelo e Belém. Referimo-nos ao Jardim da Torre de Belém e ao Jardim da Capela de São Jerónimo, respetivamente da autoria de Viana Barreto a partir da DGSU e de Ribeiro Telles na CML.

O Anexo 2 revela-nos um conjunto de 154 lugares – tipologia “Parques e Jardins” - da cidade de Lisboa sendo cada lugar acompanhado da listagem do conjunto de projetos relativos a

²⁵² Ribeiro Telles trabalhava então na RAJ e colaborava no GEU sob orientação de Guimarães Lobato e Caldeira Cabral tinha sido convidado como consultor para colaborar no GEU. As peças desenhadas identificadas nesta pesquisa estão assinadas por Ribeiro Telles, sendo que se localizaram peças escritas da autoria de Ribeiro Telles e Caldeira Cabral. Assim, assumimos, para efeitos desta dissertação, a primazia da autoria do projeto da Avenida da Liberdade a Ribeiro Telles e Caldeira Cabral.

²⁵³ ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970.

esse mesmo lugar estando devidamente referenciados os projetistas e os arquivos onde se encontram peças escritas e peças desenhadas a eles pertencentes. O levantamento revelou uma intervenção muito expressiva em toda a cidade (Fig. 3.1). Já tivemos oportunidade de referir como as três tipologias não são propriamente estanques e assim no capítulo cinco, aquando se trata dos espaços verdes públicos nos bairros, vamos naturalmente encontrar diversos jardins. Entendemos assim dever ressaltar aqui nesta introdução alguns outros exemplos. De Azevedo Coutinho, o arquiteto paisagista pioneiro na CML e que executou os primeiros projetos de jardins, referimos o Jardim da Praça de Londres (Fig. 3.2) projetado em 1951 em cuja memória descritiva refere que inclui um plano de arruamentos, plano de rega, plano de plantação, bancos, lancis e iluminação.²⁵⁴ De Ribeiro Telles, seleccionamos o jardim da Igreja S. João de Deus e um jardim no Bairro de Santa Cruz e de Sousa da Câmara um jardim junto à Avenida Infante Santo, num talude (Figs. 3.3 a 3.5).

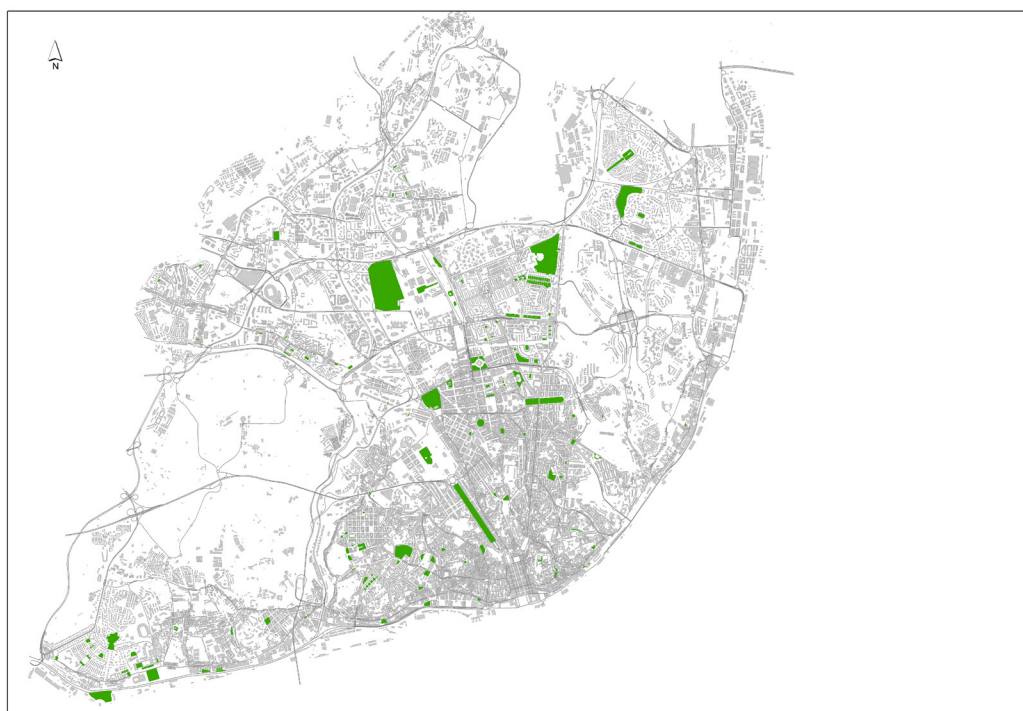


Fig. 3.1 - Distribuição da tipologia "Parques e Jardins" na cidade de Lisboa. Teresa Bettencourt da Camara, 2014.

Na pesquisa desenvolvida, deparamo-nos com um conjunto de três peças desenhadas (escala 1/100) para a remodelação da Estufa Fria no Parque Eduardo VII e datadas de 1954. Curiosamente as três peças são da autoria de Azevedo Coutinho, Ribeiro Telles e Edgar Fontes, os três arquitetos paisagistas que trabalhavam então na CML. Não se tendo localizado peças escritas que esclareçam a circunstância destas peças desenhadas, entende-se apresentá-las pois uma observação atenta clarifica as diferentes abordagens (Figs. 3.6 a 3.8).

²⁵⁴ COUTINHO, Azevedo - Memória descritiva e justificativa do projecto para a Praça de Londres, 1950.

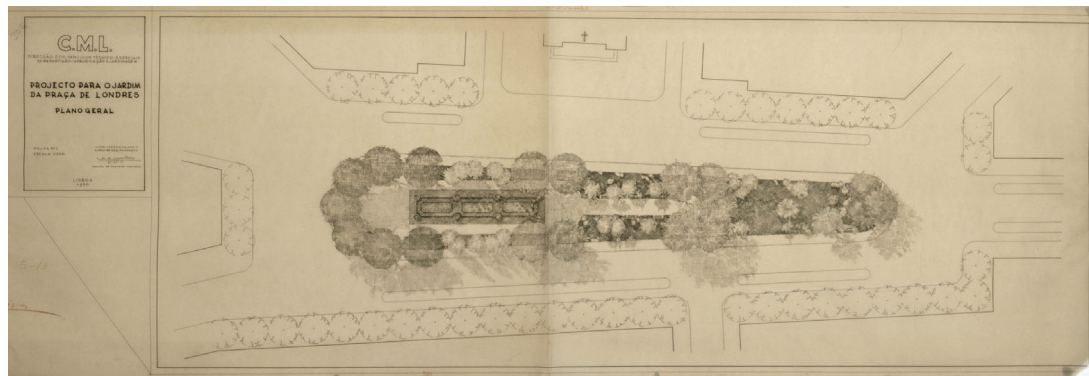


Fig. 3.2 - Jardim da Praça de Londres. Plano geral. Azevedo Coutinho, 1950.

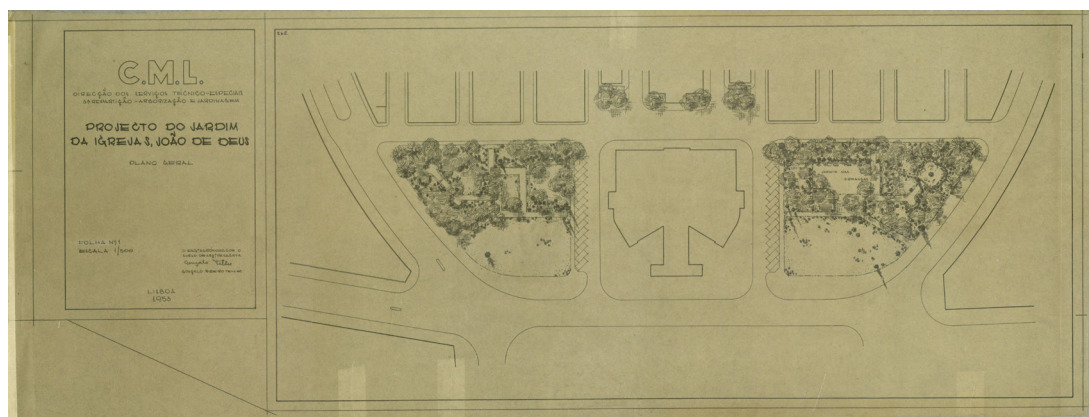


Fig. 3.3 - Projeto do jardim da Igreja S. João de Deus. Plano Geral. Ribeiro Telles, 1953.

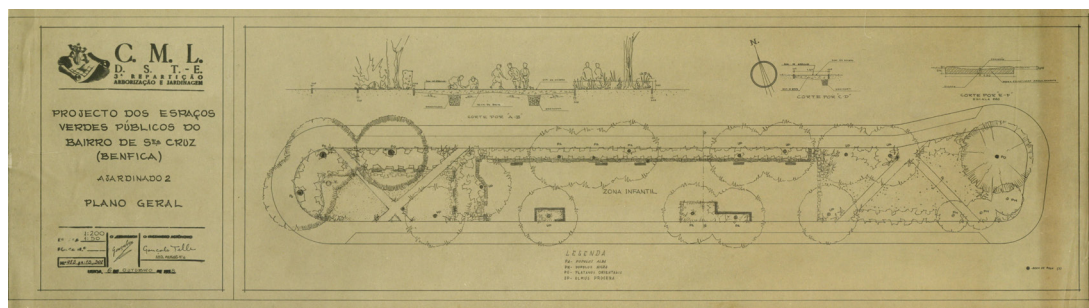


Fig. 3.4 - Projeto dos Espaços Verdes Públicos do Bairro de Santa Cruz (Benfica). Plano geral. Ribeiro Telles, 1958.

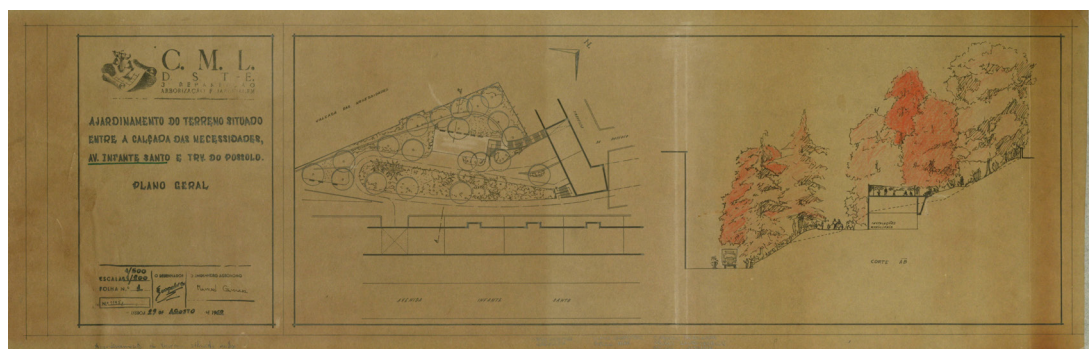


Fig. 3.5 - Ajardinamento do Terreno situado entre a Calçada das Necessidades, Av. Infante Santo e Travessa do Possolo. Plano Geral. Sousa da Câmara, 1962.

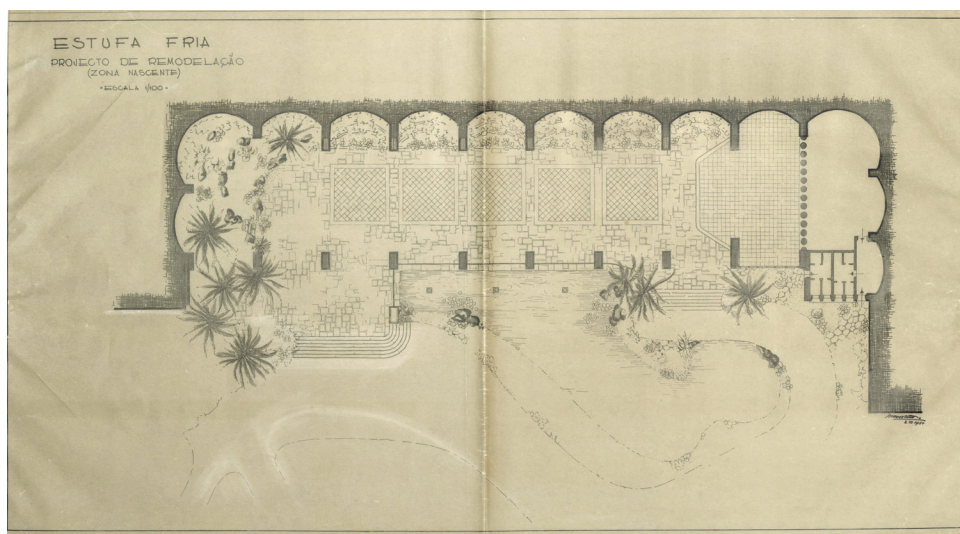


Fig. 3.6 - Estufa Fria. Ante-projeto de Remodelação (Zona Nascente). Azevedo Coutinho, 1954.

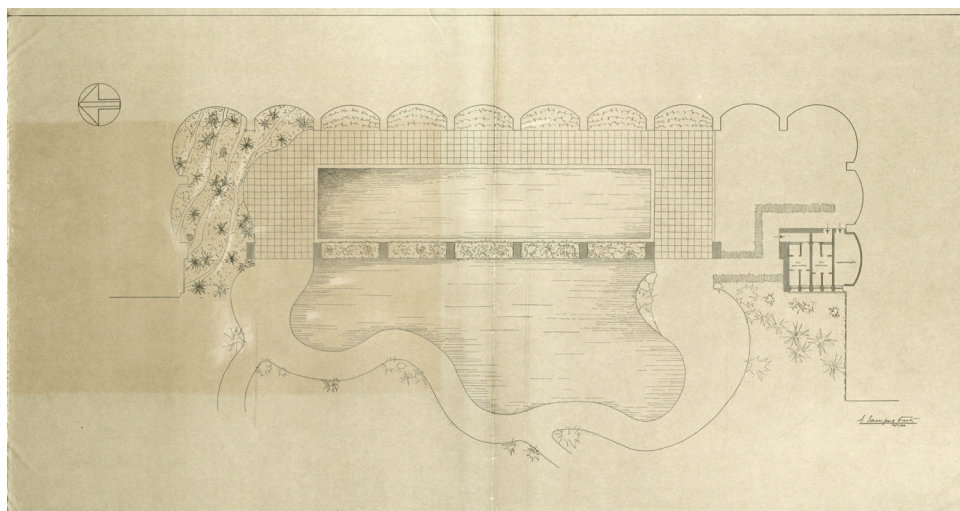


Fig. 3.7 - Estufa Fria. Ante-projeto de Remodelação (Zona Nascente). Edgar Fontes, 1954.

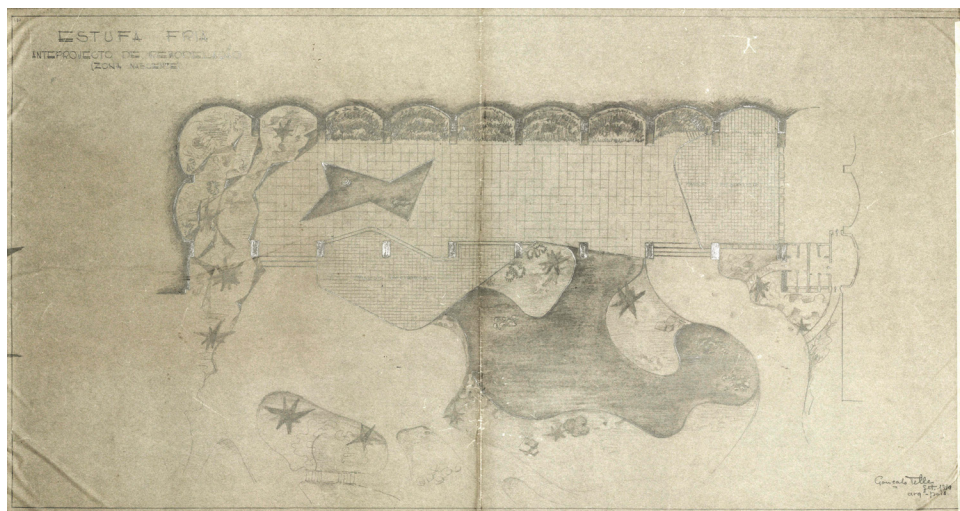


Fig. 3.8 - Estufa Fria. Ante-projeto de Remodelação (Zona Nascente). Ribeiro Telles, 1954.

3.1 A Mata de Alvalade

A Mata de Alvalade, situada nas antigas quintas da Charca e do Narigão,²⁵⁵ hoje denominada de Parque José Gomes Ferreira, constitui parte integrante da Célula 6 do Bairro de Alvalade, no âmbito do Plano de Urbanização da Zona a Sul da Av. Alferes Malheiro da autoria Faria da Costa.²⁵⁶ Coube a Ribeiro Telles a tarefa de projetar este espaço verde, o qual inicialmente era designado apenas pela situação geográfica que ocupava na cidade como: “Triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto.” O primeiro anteprojecto data de 1950, estando assim Ribeiro Telles recém-chegado à RAJ. O projecto foi finalizado em março de 1951 e autorizada a realização da sua primeira fase pelo Presidente da CML, Salvação Barreto, a 13 de agosto desse mesmo ano.²⁵⁷

Ribeiro Telles desenvolveu um plano de plantação para a Mata e para o enquadramento do centro desportivo (Fig. 3.1.1).²⁵⁸ Na memória descritiva, Ribeiro Telles assinala pormenorizadamente cada uma das opções projectuais. Em primeiro lugar começa por esclarecer que o projecto tem por base o plano de Faria da Costa, no qual está previsto um centro desportivo composto por campos de futebol, basquetebol, voleibol, ténis, um recinto de patinagem e uma piscina. Na memória descritiva descreve o tipo de vegetação aplicado e o porquê da sua localização: vegetação clímax no geral, à exceção do enquadramento dos diferentes recintos desportivos: “Pretendeu-se com a distribuição geral da vegetação projectada dar à área em estudo um ambiente natural e simples que se enriqueça com perspectivas próprias.”²⁵⁹ As vistas do lugar merecem prioridade nas opções projectuais e são desde logo identificados três pontos de vista: um miradouro, a parte sul do recinto reservado à piscina e o extremo nascente da praça de acesso, locais que trabalhou com especial detalhe: “(...) terão razão de ser não só nos horizontes relativamente vastos que daí se desfrutam mas também e principalmente, nas perspectivas que oferecerá o próprio arranjo paisagístico desta zona verde.”²⁶⁰ A vegetação foi organizada em quatro grupos principais: A - Pinhal manso, B - Dominância de folhosas perenifólias, C - Dominância de folhosas caducifólias e D - Dominância de folhosas perenifólias de porte sub-arbóreo,

²⁵⁵ AAVV - Guia dos Parques, Jardins e Geomonumentos de Lisboa.

²⁵⁶ COSTA, João Pedro - Bairro de Alvalade.

²⁵⁷ LISBOA. Câmara Municipal. Direção dos Serviços Técnicos Especiais. Informação do Chefe de Repartição, 1951-08-06.

²⁵⁸ TELLES, Ribeiro - Memória descritiva. Arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto.

²⁵⁹ *Ibidem*.

²⁶⁰ *Ibidem*.

acrescentando: "No plano geral, pelos motivos estéticos já apontados sugerem-se ainda algumas clareiras onde a vegetação só compreende espécies de porte arbustivo e onde apenas de quando em quando despontam alguns elementos isolados ou em pequenos grupos (2 a 3 indivíduos) de *Cupressus sempervirens* var. *fastigiata*, de *Pinus pinea*, de *Quercus suber* e nas zonas mais baixas de *Fraxinus angustifolia*. O sub-bosque de cada um destes grupos é específico e com características próprias determinadas por necessidades de ordem não só estética mas principalmente ecológica... Da conjugação destes dois aspetos nasce o ponto de vista sobre o qual pretendemos construir este arranjo paisagístico.

O pinhal manso (grupo A) estende-se por terrenos de características planálticas, elevados, planos e secos (...) O porte, aspeto e unidade do pinhal manso não exigem quaisquer elementos destacados arbóreos que valorizem o grupo. O grupo B estende-se pelas encostas mais inclinadas e mais sujeitas à erosão. É constituído por espécies que se amoldam harmónica e equilibradamente ao declive das encostas. Um maciço de zambujeiros, sobreiros, azinheiras e oliveiras deverá ser pontado por elementos destacados de pinheiros e ciprestes que realcem a cor glauca com o tom escuro próprio e contrabalançam a estratificação única do maciço com o perfil mais individual e um porte mais elevado. O grupo C formado por folhosas caducifólias e distribui-se pelas terras mais baixas, mais frescas e fundas onde encontra razão de ser ecológica e estética. Os ulmeiros predominam nas zonas mais elevadas deste grupo enquanto que os choupos e os freixos se estendem nas mais baixas. No grupo D, o andar mais elevado é de porte sub-arbóreo, dada a necessidade que existe em não cortar as perspetivas que se disfrutam dos três pontos de vista já referidos. O seu andar mais elevado é portanto apenas formado por espécies sub-arbóreas de clímax local. Pelos motivos já apontados para o grupo B torna-se necessária a existência disseminada neste maciço de alguns elementos destacados (*P. pinea*, *C. sempervirens* var. *fastigiata* e *Q. suber*)."²⁶¹

Refere então a rede de caminhos e a criação de um lago: "O local onde no plano geral se indica um lago é hoje areeiro e só depois de ter desempenhado essa missão poderá ser objeto de um projeto independente e, dada a importância da obra, ser estudado com mais pormenor."²⁶²

Em seguida descreve o centro desportivo: "O centro Desportivo distribui-se em dois grupos distintos. O primeiro compreende dois campos de futebol e uma patinagem, o segundo dois campos de basket-ball, dois de ténis, dois de voley-ball e um recinto reservado para a construção duma piscina."²⁶³ (Figs. 3.1.2 e 3.1.3) Referindo-se ao

²⁶¹ *Ibidem*.

²⁶² *Ibidem*.

²⁶³ *Ibidem*.

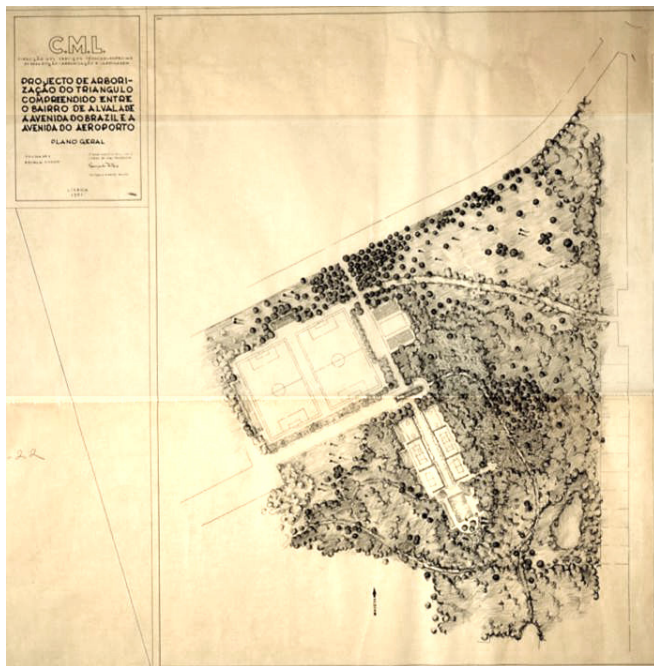


Fig. 3.1.1 - Arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto. Plano geral. Ribeiro Telles, 1951.

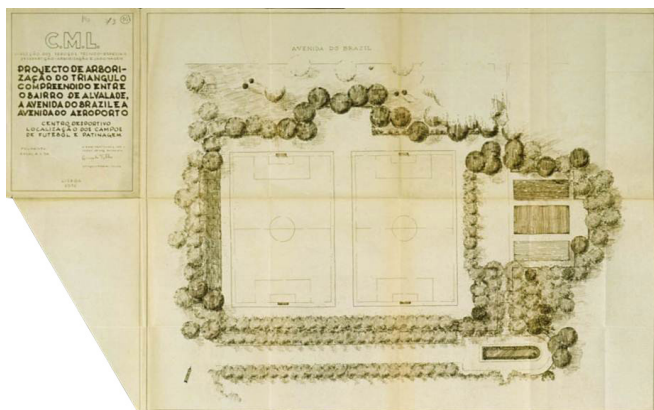


Fig. 3.1.2 - Arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto. Centro desportivo. Localização dos campos de futebol e patinagem. Ribeiro Telles, 1951.

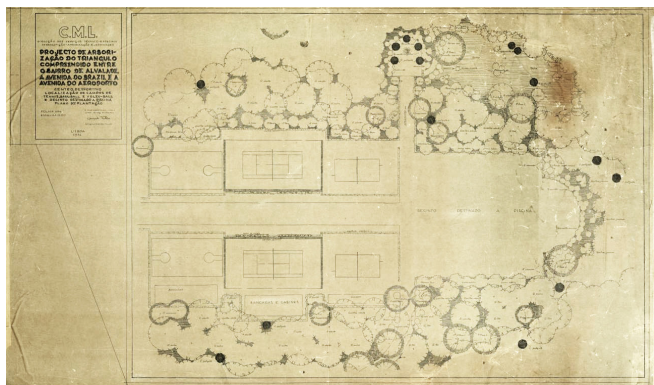


Fig. 3.1.3 - Arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto. Centro desportivo. Localização dos campos de tenns, basket-ball e voley-ball, e recinto destinado a piscina. Plano de plantação. Ribeiro Telles, 1951.

caminho que separa estas duas zonas acrescenta: “(...) o arruamento central é valorizado pelos bancos e faixa de cor (flores de estação) que o bordeja na altura dos campos de ténis” e pormenoriza: “A parte Sul da área reservada para a piscina é um dos locais que julgamos indicados como pontos de vista, por isso o maciço que aí confronta pertence ao grupo D. Fica compreendido nesta área um miradouro por onde se fará o acesso para o relvado que fica do seu lado direito num soccalco natural aproveitando assim para local de maior isolamento.” ²⁶⁴

Relativamente à avenida e praca de acesso ao centro desportivo acrescenta (Figs. 3.1.4 e 3.1.5.): “A arborização da Avenida que liga o Bairro de Alvalade à praca central e de acesso ao centro desportivo é projetada em duas filas de Choupo bolleana. As árvores da fila Norte ficam plantadas numa extensa faixa relvada, realçada em todo o seu comprimento com flores de estação que se encostam à sebe que isola os campos de futebol. Os choupos da fila Sul são plantados ao longo da clareira que a distribuição do arvoredado aí provoca, pretendendo-se assim obter uma perspetiva lateral que valorize esta Avenida. O centro da praca é ocupado por uma placa de desenho formal, valorizada no seu topo nascente com um motivo escultórico. O enquadramento da praca faz-se de um lado e outro com ulmeiros, Grevileas, *Pinus canariensis* e *Metrosideros* continuados com loureiros e uma sebe de *Ligustrum*. Em todo o topo nascente desenharam-se apenas três pinheiros mansos e alguns arbustos de flor cujo porte não oculta a vista que daí se desfruta. A sebe de *Ligustrum* desaparece para dar lugar a um murete de 0,45m de altura que servirá de resguardo e banco.” ²⁶⁵

Em 1955 ainda Ribeiro Telles refere-se a este espaço como Mata de Alvalade e elaborou perfis com vista à mobilização da parte do terreno ainda não plantado que termina no lago (Fig . 3.1.6).

Em 1958, a Mata de Alvalade encontrava-se apenas parcialmente florestada, existindo apenas alguns caminhos traçados, não se encontrando presente qualquer estrutura desportiva (Fig . 3.1.7). Sousa da Câmara, em 1965, elaborou um “Plano parcial de plantação” em que projetou a localização duas instalações desportivas; uma piscina e o Hockey Clube. Sousa da Câmara colocou-o no limite da mata, junto à Avenida do Brasil, e a piscina um pouco mais a sul (Fig. 3.1.8.). Sousa da Câmara, escrevendo diretamente sobre o desenho, argumenta: “Para o rendimento máximo do espaço em causa, é indispensável que a área ocupada pela mata não seja devassada por construções mesmo que estas tenham grande interesse social. A mata é um valor que não deve ser substituído por outro. O objetivo que se pretende atingir é o de somar um valor existente - mata um novo valor - instalações desportivas. (...) A área de mata existente não permite

²⁶⁴ *Ibidem.*

²⁶⁵ *Ibidem.*

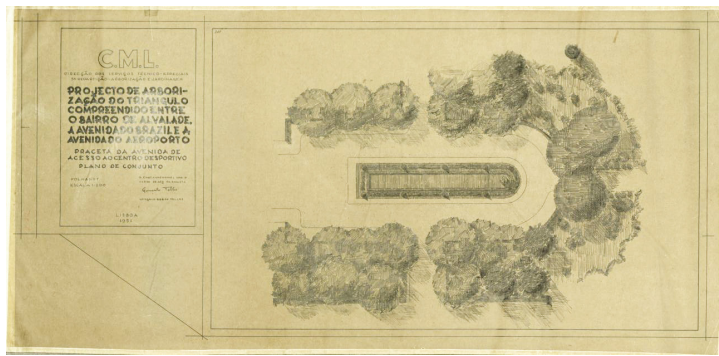


Fig. 3.1.4 - Projeto de arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto. Praceta da Av. de acesso ao centro desportivo. Plano de conjunto. Ribeiro Telles, 1951.



Fig. 3.1.5 - Arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto. Praceta da Av. de Acesso ao centro desportivo. Perspetiva de conjunto. Ribeiro Telles, 1951.

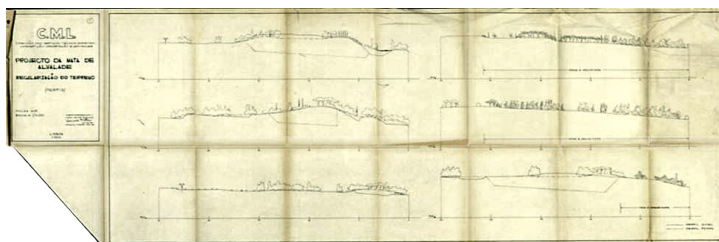


Fig. 3.1.6 - Projeto da mata de Alvalade. Regularização do terreno. Perfis. Ribeiro Telles, 1955.



Fig. 3.1.7 - A futura Mata de Alvalade em fase inicial de instalação. Fotografia aérea, 1958.

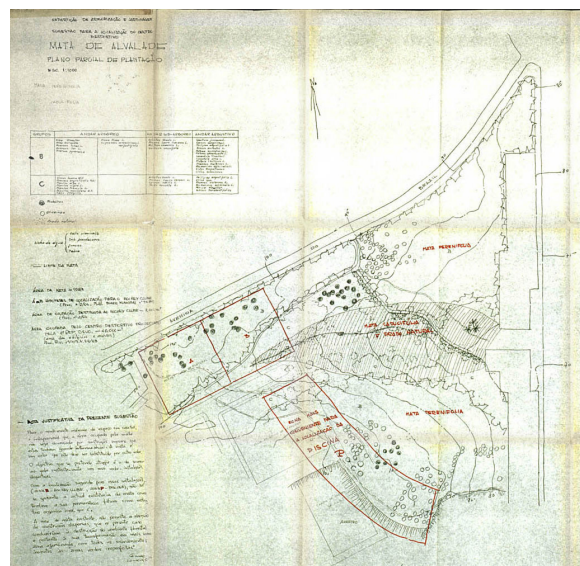


Fig. 3.1.8 - Mata de Alvalade. Plano parcial de plantação. Sousa da Câmara, 1965.

a absorção de construções dispersas, que no presente caso conduziriam à destruição do ambiente florestal e portanto à sua transformação em mais uma zona ajardinada, com todos os inconvenientes inerentes às zonas verdes imperfeitas.”²⁶⁶

O “Plano parcial de plantação” revela que são utilizados dois grupos de vegetação de Ribeiro Telles – B (perenifólias) e C (caducifólias) - onde os três estratos (arbóreo, sub-arbóreo e arbustivo) ganham visibilidade e é introduzida a instalação de um prado.

Em 1966, Sousa da Câmara realizou um projeto para a Mata de Alvalade, documentado por várias peças desenhadas, que desta vez abarcou o confinante areeiro do Narigão (Fig. 3.1.9). Em 1968, a mata estava plantada mas o espaço estava também invadido por barracas na encosta e zona do areeiro do Narigão conforme mostra a (Fig. 3.1.10). Face à topografia do terreno e às características do próprio solo, Sousa da Câmara sugere o aproveitamento deste espaço para a construção de um lago, lembrando as mais valias em termos paisagísticos que este traria para a mata, além do aspeto recreativo, ao invés das instalações desportivas que o arquiteto Mateus Júnior tinha sugerido para o local: “ (...) julgamos que a melhor forma de aproveitar aquele espaço é transformá-lo num lago, uma vez que a actual topografia e o próprio solo são factores extraordinariamente favoráveis para esse empreendimento, enquanto que pelo contrário são sérios obstáculos ao seu aproveitamento para nele levantar edificações. (...) na convicção de que a Cidade não terá certamente, dadas as actuais circunstâncias, oportunidade idêntica em poder vir a possuir um lago de razoável tamanho, e de grande interesse paisagístico que iria valorizar a mata e as instalações recreativas e desportivas que provavelmente se instalarão na sua periferia (...)”²⁶⁷

O chefe da RAJ, José Pulido Garcia, enviou, em setembro de 1970, um ofício onde refere que estava em execução o “Projeto do Centro Desportivo de Alvalade Arranjo Paisagístico do Areeiro do Narigão” e que, embora ainda não tivesse sido completado, era urgente proceder à drenagem do areeiro do Narigão, parte integrante daquele projeto, solicitando a remoção imediata das barracas que assentavam, sobre o traçado da rede de esgoto, ação à qual o Presidente da CML deu a sua concordância.²⁶⁸

Este projeto é especialmente importante pelas noções de ordenamento da paisagem transmitidas quer em primeiro lugar por Ribeiro Telles quer passados dez anos por Sousa da Câmara, noções essas que se prendem com a definição de habitat das várias espécies e da fitossociologia que daí advém. Constitui também um bom exemplo de uma análise das aptidões topográfica, edáfica e geológica do local com vista maximizar o partido que se pode tirar do lugar em si.

²⁶⁶ CÂMARA, Sousa da - Plano parcial de plantação. Mata de Alvalade.

²⁶⁷ CÂMARA, Sousa da - Memória justificativa. Sugestão para o arranjo paisagístico do Areeiro do Narigão.

²⁶⁸ LISBOA. Câmara Municipal. - 3ª repartição. Ofício do Engenheiro-Chefe, 1970-09-15.

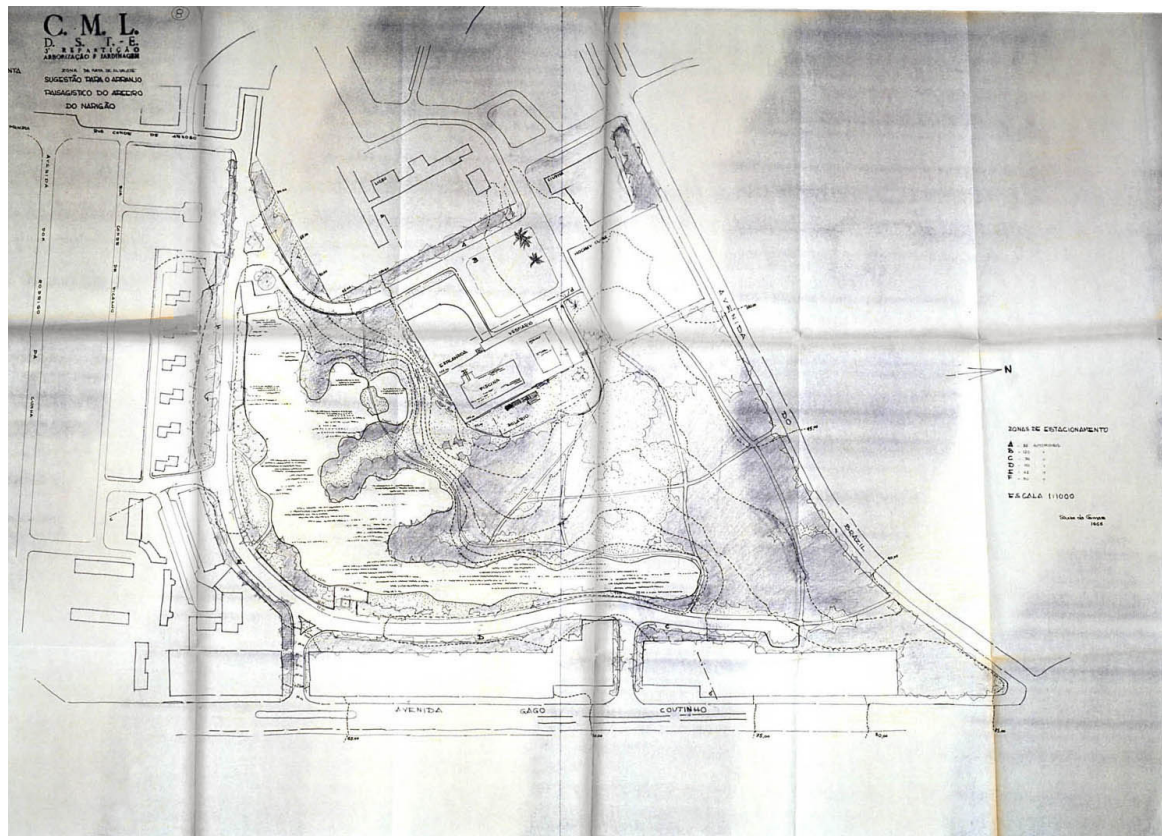


Fig. 3.1.9 - Sugestão para o arranjo paisagístico do Areeiro do Narigão. Sousa da Câmara, 1966.



Fig. 3.1.10 - A Mata de Alvalade, com o Areeiro do Narigão a Sul envolto por barracas. Fotografia aérea, 1968.

3.2 O Jardim da Torre de Belém

Este jardim, da autoria do arquiteto paisagista Viana Barreto, para além de um emblemático espaço verde da frente ribeirinha de Lisboa é um espaço de enquadramento da Torre de Belém, um Monumento Nacional, inscrito na lista do Património Mundial da UNESCO desde 1983.²⁶⁹ Este projeto em torno de um monumento marcante da identidade nacional fez dele um assunto de intensa discussão na imprensa, conforme adiante apresentamos alguns elementos relevantes para a compreensão do significado da intervenção do arquiteto paisagista. A Torre de Belém, classificada como Monumento Nacional desde 1910,²⁷⁰ teve desde finais do Séc. XIX nas suas imediações, a Fábrica de Gás de Belém. Esta construção fabril, que começou a ser desmantelada em 1949, só viu este processo concluído em meados de 1950. Este processo abriu caminho para o tratamento da envolvente da Torre (Figs. 3.2.1 a 3.2.6). Este monumento e sua zona de proteção encontravam-se sob a jurisdição de três instituições: a DGEMN, a CML e a Administração do Porto de Lisboa (Fig. 3.2.7).²⁷¹

Em 1943, três anos após a realização da Exposição do Mundo Português,²⁷² o arquiteto Cottinelli Telmo (1897-1948)²⁷³ na qualidade de arquiteto-chefe da mesma, foi o autor do “Projeto de Urbanização da Torre de Belém” que contemplava a instalação de doze estátuas representando navegadores da época dos descobrimentos.²⁷⁴ Manuel Sá e Melo (1982-1975),²⁷⁵ em 1945, na qualidade de Presidente da “Comissão de Obras da Praça do Império,”²⁷⁶ dirigiu o convite três escultores: Leopoldo de Almeida, Álvaro de

²⁶⁹ UNESCO - Monastery of the Hieronymites and Tower of Belém in Lisbon.

²⁷⁰ Diário do Governo. Decreto de 23 de Junho de 1910.

²⁷¹ Vão ser urbanizados os terrenos que envolvem a Torre de Belém de forma a desafrontar o formoso monumento: A Torre de Belém reintegrada no quadro da paisagem ribeirinha. Diário de Lisboa, p.1.

²⁷² Em 1940 decorreu uma das maiores iniciativas de índole político-social do Estado Novo - a Exposição do Mundo Português. Esta exposição encontrou-se instalada no então chamado Terreiro de Belém, que veio a converter-se na Praça do Império. Celebrou em simultâneo oito séculos após a data da Independência Nacional (1140) e três séculos passados sobre a Restauração. Os responsáveis pela exposição foram Augusto de Castro (Comissário-Geral), Manuel Sá e Melo (Comissário-Geral-Adjunto), José Leitão de Barros (Secretário-Geral) e Cottinelli Telmo (Arquiteto-Chefe). A exposição foi composta por vários pavilhões distribuídos por temáticas como história de Portugal e a sua cultura, economia, regiões e territórios ultramarinos. A comissão oficial foi presidida por Alberto de Oliveira, secretariada por António Ferro e reuniu um grupo considerável personalidades destacadas no âmbito da arte, escrita, e política. [<http://restosdecoleccion.blogspot.pt/>], (consultado a 5 de março de 2013). LEITE, José – Exposição do Mundo Português.

²⁷³ Cottinelli Telmo, arquiteto-chefe da Exposição do Mundo Português, projetou entre outras obras, além do pavilhão temático “Os Portugueses no Mundo”, o edifício primitivo do Padrão dos Descobrimentos, originalmente construído em ferro e cimento, para o qual Leitão de Barros e Leopoldo de Almeida contribuíram na sua vertente plástica. Juntamente com Vasco Lacerda Marques, projectou a Praça do Império, sendo a fonte central da autoria de António Lino. Direção-Geral do Património Cultural – Padrão dos descobrimentos.

²⁷⁴ Universidade de Lisboa. Repositório - Inventário da obra de Leopoldo de Almeida. Pero Escobar.

²⁷⁵ Manuel Sá e Melo, engenheiro civil e de minas, foi a partir de 1916 engenheiro do quadro técnico de obras públicas. Distinguiu-se como Comissário-Geral adjunto da Exposição do Mundo Português, tendo sido nomeado em 1945 Diretor-Geral dos Serviços de Urbanização, cargo que exerceu durante largos anos. in Parlamento – Manuel Duarte Moreira de Sá e Melo.

²⁷⁶ Embora esta comissão tenha sido extinta em 31 de dezembro desse mesmo ano, Sá e Melo continuou responsável pelo processo na qualidade de Presidente da Comissão de Obras da Cidade Universitária de Coimbra. Universidade de



Fig. 3.2.1 - Vista aérea da Fábrica de Gás de Belém, 1938.

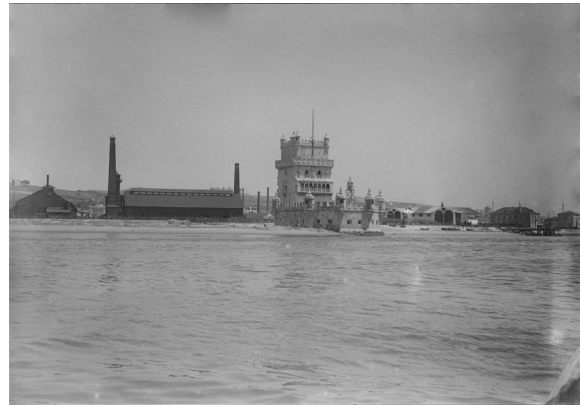


Fig. 3.2.2 - Perspetiva da Torre de Belém a partir do Rio Tejo, 1927.



Fig. 3.2.3 - Demolição da Fábrica de Gaz, 1950. s.a.



Fig. 3.2.4 - Demolição da Fábrica de Gaz, 1950. s.a.



Fig. 3.2.5 - Demolição da Fábrica de Gaz, 1950. s.a.



Fig. 3.2.6 - Terreno após a demolição da Fábrica de Gaz, 1950.

Brée e Canto da Maya, para a modelação de quatro estátuas a cada um deles, somando assim um total de doze elementos escultóricos.²⁷⁷

Em 1952, o Arquiteto Luís Benavente²⁷⁸ foi encarregado, como técnico da DGEMN, de retomar o “Projeto de Urbanização da Zona de Proteção da Torre de Belém” de Cottinelli Telmo. No parecer de Luís Benavente lê-se: “No parecer da Câmara Municipal de Lisboa são analisadas as peças do projeto nas suas linhas gerais e o autor do parecer mostra-se em desacordo com a concepção geral do estudo apresentado.”²⁷⁹

Luís Benavente prossegue descrevendo em termos gerais o projeto: “O presente projeto para a valorização da Torre de Belém consta de um conjunto arquitetónico composto na sua essência de uma sobrelevação plana de 2.00 m de alto por 100 m de extensão a qual é tornada passagem obrigatória para quem se dirige à Torre. Cortada por longas e estreitas faixas de água em que a maior dimensão destas é no sentido do monumento, esta zona é ladeada por sebes altas tornadas regulares pelo corte periódico. Terminado este planalto, desce-se para uma praça quadrada de 80 m de lado, circundada por sebe em idêntica condição à anteriormente descrita e rodeada por esculturas representando figuras eminentes da nossa História da navegação e descobrimentos.”²⁸⁰ Procede então a uma análise do projeto manifestando o seu desacordo em relação às suas linhas gerais, sugerindo orientações alternativas com vista à valorização do monumento tais como: “ (...) a vegetação deve constituir o elemento primordial; quando a preferirmos, não queremos significar ajardinamento, mas sim distribuição de volumes feita com critério, ângulos de visibilidade cuidadosamente estudados e escolha ponderada de essências, na qual vejamos definitivamente arredados do manuelino as espécies nórdicas que o arrefecem e pretendem desnacionalizar.”²⁸¹

A localização da Torre de Belém, no passado, era francamente avançada em relação à margem do Rio Tejo (Fig. 3.2.8). Na altura, o seu embasamento estava completamente assoreado, o que contrariava a ideia da sua conceção como edifício militar em pleno rio

Lisboa. Repositório - Inventário da obra de Leopoldo de Almeida. Pero Escobar.

²⁷⁷ Em 1948, as estátuas não estavam ainda finalizadas, mas foi pedido a cada um dos três escultores que duas delas se encontrassem concluídas em maio deste ano, a fim de estarem presentes na Exposição de Obras Públicas, a inaugurar nesse mês. In Universidade de Lisboa. Repositório - Inventário da obra de Leopoldo de Almeida. Pero Escobar.

²⁷⁸ Luís Benavente, licenciou-se em arquitetura em 1930. Como estagiário trabalhou no atelier de Pardal Monteiro onde participou em projetos como o Instituto Superior Técnico. Convidado por Duarte Pacheco, trabalhou como delegado, para o Ministério das Obras Públicas, integrando comissões de obras em Coimbra (1934-1938). Em 1938 planeou o Bairro do Caramão da Ajuda. Projetou entre 1939 e 1942 o Bairro Madre Deus e o Mercado de Arroios. Em 1943, em conjunto com o arquiteto Paulino Montês participou nos primeiros estudos para a urbanização da área dos Olivais Sul. Executor de diversos trabalhos no âmbito de Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais veio a ser, a convite do Ministro das Obras Públicas, nomeado Diretor de Serviços dos Monumentos Nacionais em Novembro de 1952. Em finais da década de 50 e até os inícios de 70 foi destacado do Ministério das Obras Públicas para o Ministério do Ultramar. In FERNANDES, José Manuel - Luís Benavente. Arquiteto.

²⁷⁹ LISBOA. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Parecer do Diretor de Serviços dos Monumentos Nacionais, 1952-11-18.

²⁸⁰ *Ibidem*.

²⁸¹ *Ibidem*.

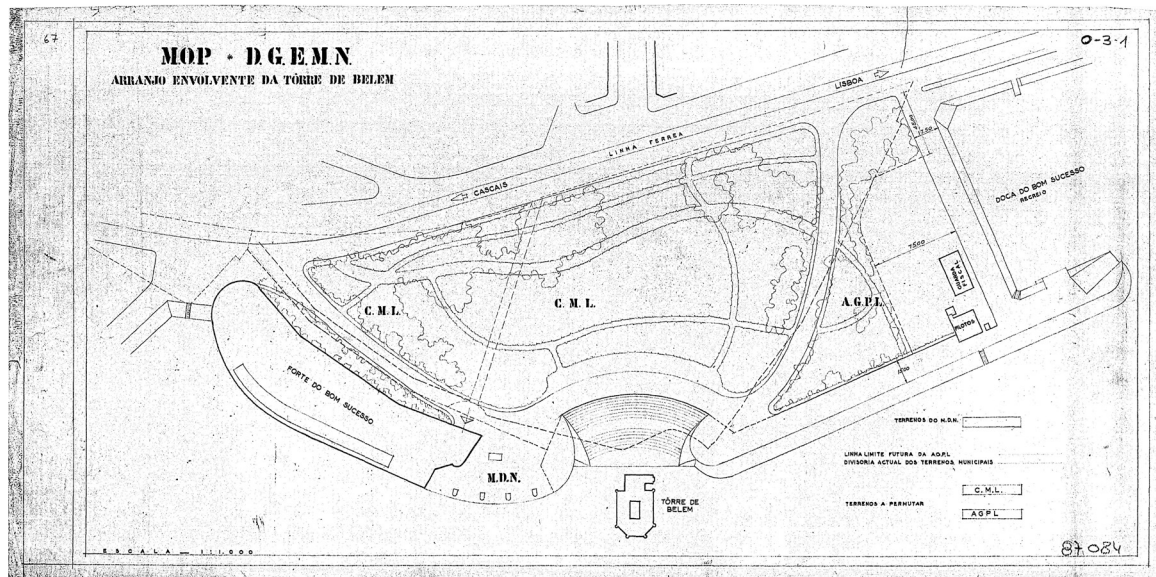


Fig. 3.2.7 - Divisão das zonas ocupadas por cada uma três instituições que tutelavam a área envolvente da Torre de Belém, s.d. s.a.



Fig. 3.2.8 - Gravura representando a Torre de Belém e a entrada na barra, s.d.



Fig. 3.2.9 - Perspetiva da Torre de Belém a partir do areal envolvente, s.d.

destinado à defesa da barra (Fig. 3.2.9).

Este parecer data de 18 de novembro de 1952 e, precisamente neste mês, Luís Benavente foi nomeado Diretor dos Serviços dos Monumentos Nacionais, na DGEMN,²⁸² a convite do então Ministro das Obras Públicas, José Frederico Ulrich (1905-1982).²⁸³

O Conselho Consultivo da DGEMN reuniu a 4 de fevereiro de 1953 e estiveram presentes o Diretor-Geral desta instituição, Henrique Gomes da Silva,²⁸⁴ e três arquitetos

²⁸² FERNANDES, José Manuel - Luís Benavente. Arquiteto.

²⁸³ José Frederico Ulrich, licenciado em engenharia civil, foi entre outras atividades: Chefe de Gabinete de Duarte Pacheco, então Ministro das Obras Públicas (1943-1944), Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas (1944-1947) e Ministro das Obras Públicas e Comunicações (1947-1954), sendo um continuador dos projetos e obras de Duarte Pacheco. in Instituto de Tecnologia Nuclear - Biografia. José Frederico Casal-Ribeiro Ulrich (1905-1982).

²⁸⁴ Henrique Gomes da Silva, engenheiro de formação, foi Diretor-Geral da DGEMN desde a fundação desta instituição até 1960.

entre os quais se encontrava Luís Benavente.²⁸⁵ Desta reunião resultou uma apreciação do referido parecer, elaborado por Luís Benavente em dezembro de 1952. Neste parecer acrescenta-se ainda algo de novo: “ (...) seria ainda interessante que pudesse vir a verificar-se íntima ligação arquitetónica e espiritual que existe entre a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos e a Capela de São Jerónimo e que no “Arranjo da zona junto da Torre de Belém” se tivesse em conta estes dois monumentos, procurando estabelecer com eles um traço de união.”²⁸⁶

Este parecer é enviado para o Ministro das Obras Públicas que responde “Homologado. Desenvolva a Direção-Geral o projecto definitivo, solicitando a colaboração do silvicultor Facco Viana Barreto, da Direção-Geral dos Serviços de Urbanização, para o estudo das espécies vegetais a plantar.”²⁸⁷

Viana Barreto terá assim sido chamado a participar no projeto com esta função específica: o estudo das espécies vegetais a plantar, sob a direção do engenheiro Manuel Sá e Melo que lhe solicitou a realização de um projeto para o espaço envolvente da Torre de Belém. É então que Viana Barreto realiza o seu primeiro trabalho para a DGSU.²⁸⁸

Desde logo se adivinha uma colaboração e partilha de ideias entre Viana Barreto e Luís Benavente indicando este o seu nome num parecer que escreveu em 25 de julho de 1953 onde afirmou: “ (...) assim continuava a ter rua para peões entre a passagem de nível fronteira e a torre, criando deste modo a obrigatoriedade dos veículos terem como vias únicas de acesso as que lhe dão de flanco, forçando a vê-las nos seus ângulos laterais, os de maior interesse. Já anteriormente havíamos afirmado não ser o traçado dos arruamentos mas sim a distribuição dos maciços de verdura a contribuição para preparar e produzir “ângulos” e “primeiros planos” para o enquadramento da torre (...) ” referiu então aceitação de uma ideia de Cottinelli Telmo acerca da necessidade de iluminação da Torre e salienta o contributo de Viana Barreto prosseguindo: “ (...) a aceitação deste trabalho conduzirá à imediata apresentação dos pormenores necessários, entre os quais o “Plano de Plantação” indicando as espécies vegetais a aplicar após a evolução do estudo.”²⁸⁹ A 30 de setembro de 1953, Viana Barreto terminou a elaboração de um estudo detalhado que designou como “Contribuição para o estudo do enquadramento da Torre de Belém.”²⁹⁰ Na introdução deste estudo, Viana Barreto assume a sua cooperação com Luís Benavente e uma partilha de ideias refletida nos critérios adotados na sua proposta.²⁹¹

²⁸⁵ ULRICH, José - Apreciação do parecer do estudo do “Arranjo da zona junto da Torre de Belém.

²⁸⁶ *Ibidem*.

²⁸⁷ *Ibidem*.

²⁸⁸ BARRETO, Francisco Salvação - Contributo para a História da Arquitetura Paisagista em Portugal.

²⁸⁹ LISBOA, Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Parecer do Diretor de Serviço dos Monumentos Nacionais. 1953-07-25.

²⁹⁰ ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970, p. 81.

²⁹¹ BARRETO, Viana - Contribuição para o estudo do enquadramento da Torre de Belém.

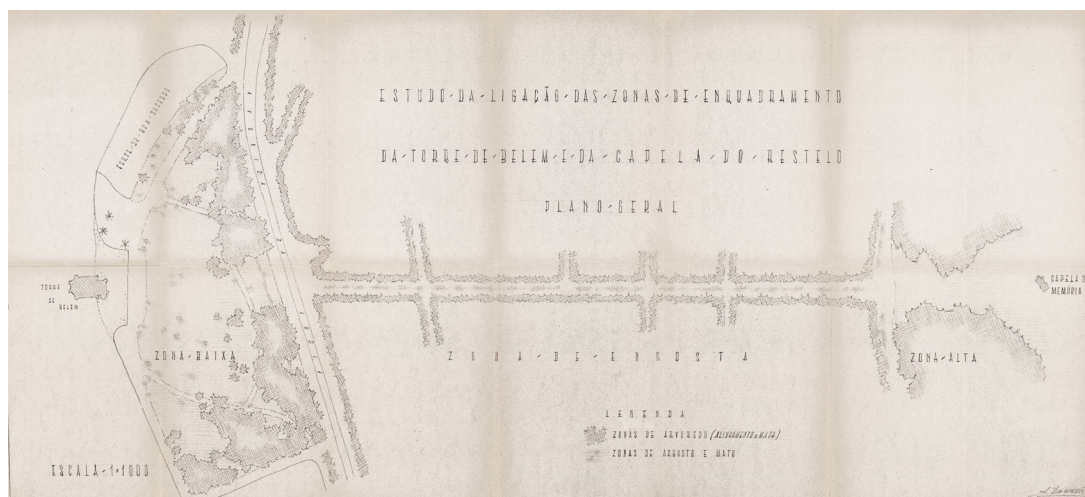


Fig. 3.2.10 – Estudo de ligação das zonas de enquadramento da Torre de Belém e da Capela do Restelo. Viana Barreto, s.d.

A primeira parte deste estudo foi iniciada pela definição do tipo de intervenção que se pretendeu para este local em particular, que teve como mote a simplicidade: “Apenas a Natureza; e sobre ela, no seu centro como é devido, a obra magnífica do Homem. Crê-se portanto que o ambiente deverá apresentar um ar perfeitamente natural, sem requintes que desmascarem por completo a intervenção constante da mão humana. Não se trata pois da construção de um parque, muito menos de um jardim público. Quanto muito de uma mata de pequena densidade, melhorada e mais cuidada.”²⁹²

Sendo este o conceito base da proposta, não foram admitidos nas imediações da Torre, nem retas nem “ângulos rígidos” que anulassem a sua naturalidade. A envolvente da Torre foi dividida em duas zonas que se interpenetram, uma zona de sol, mais extensa e aberta, com uma reduzida extensão de caminhos, e outra zona mais densa arborizada, com clareiras para que se possa sempre visualizar a torre, constituindo uma cintura mais afastada, que termina nos limites este e norte da área tratada, exceto entre a torre e a Avenida da Índia. Nesta zona foi inscrita uma rede de caminhos sob o copado das árvores.²⁹³

Previu em seguida, para um perfeito enquadramento da torre, a necessidade de se estabelecer um contínuo verde de ligação com as áreas verdes circundantes, ainda existentes ou a criar, envolvendo os monumentos vizinhos – a Capela de São Jerónimo e o Mosteiro dos Jerónimos – apelando à urgente defesa destes espaços e interligando-se com eles recorrendo à arborização da Avenida da Torre de Belém, e da Avenida da Índia, respetivamente. Definiu uma base fitossociológica da provável composição dos povoamentos no que diz respeito ao estrato arbóreo, subarbóreo e arbustivo, para cada uma de três zonas (Fig. 3.2.10) a “Zona Baixa” (Enquadramento da Torre de Belém e Avenida da Índia), com predominância

²⁹² BARRETO, Viana - Contribuição para o estudo do enquadramento da Torre de Belém, p. 2.

²⁹³ *Ibidem*.

para os *Ulmus spp.*, a “Zona de Encosta” (Avenida da Torre de Belém), onde prevalecia a comunidade *Quercetum*, e a “Zona Alta” (Enquadramento da Igreja do Restelo e Cerca dos Jerónimos), onde predominava a comunidade *Pinetum*.²⁹⁴ Finalmente, após uma reflexão sobre a evolução da paisagem da envolvente da torre finalizou esta parte com uma análise das condições edafoclimáticas daquela zona.

Numa segunda etapa a que chamou “Antevisão do conjunto”, referiu-se em primeiro lugar aos movimentos de terra a efetuar, decorrentes da modelação de terreno proposta, aconselhando a demolição e o aterro de muros com vista à libertação de pontos de vista. Propôs ainda que fosse posto a descoberto o jorramento da base da torre virada para terra, na época completamente assoreada. Foram acrescentados dois esporões neste anfiteatro, rematando-o de ambos os lados, pelo que este deixou de ser tão aberto, como o projetado inicialmente (Fig. 3.2.11).

Viana Barreto dá importância à função do projeto enquanto pano de fundo do monumento acrescentando “ (...) deve sobretudo obedecer à sua necessidade de utilização e também ao mais perfeito e natural enquadramento do Monumento, muito principalmente para quem o vê do lado do rio.”²⁹⁵ Valoriza o traçado dos caminhos e, em oposição a Cottinelli Telmo, expressou uma total rejeição da composição axial e simétrica, evitando traçá-los no sentido norte-sul com vista a evitar a criação de eixos artificiais, que seccionariam o terreno e impediriam a continuidade dos maciços arbóreos criando assim “golpes na paisagem”.²⁹⁶ O desenho desenvolve-se em função das características físicas ao lugar, tendo como fatores essenciais da sua composição a orientação solar e a topografia do terreno, de forma a satisfazer também as necessidades de trânsito. Os caminhos propostos, acompanhando a direção das curvas de nível ou em posição oblíqua em relação à torre, criam ângulos de visão variados, valorizando a torre e contrariando a monotonia e consequente perda de interesse na mesma, dando a prioridade ao peão (Figs. 3.2.12 a 3.2.18).

Por fim, neste mesmo documento foi analisada a vegetação a instalar. Viana Barreto evidencia preocupações de índole ecológica com base no estudo da vegetação local e das zonas vizinhas. Procurou optar por uma arborização à base de espécies clímax considerando assim prolongar a zona de enquadramento com base numa ligação com as restantes manchas verdes, facilitando a manutenção das espécies atendendo às condições existentes. Optou por um “esquema básico de arborização com uma distribuição de essências de acordo com as preferências ecológicas – portanto de harmonia com o desenvolvimento normal da paisagem característica de locais em idênticas condições.”²⁹⁷

²⁹⁴ *Ibidem*.

²⁹⁵ *Idem*, p. 6.

²⁹⁶ *Ibidem*.

²⁹⁷ *Idem*, p. 7.

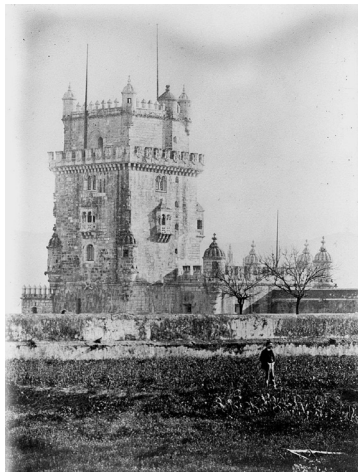


Fig. 3.2.11 – Aspeto da envolvente da torre onde se pode ver o muro que ocultava parte da sua fachada, s.d. s.a.



Fig. 3.2.12 – Preparação do terreno após a conclusão da construção dos arruamentos. À direita, elemento arbóreo mantido, s.d.



Fig. 3.2.13 – Zona situada entre o caminho mais periférico e o limite da área ajardinada que viria a ser ocupada por parte da cintura arbórea envolvente das clareiras, s.d.



Fig. 3.2.14 – Zona de clareira observada a partir do arruamento que constituía o antigo acesso à Torre, s.d.



Fig. 3.2.15 – Novo arruamento poente de acesso à torre, s.d.



Fig. 3.2.16 – A clareira e a orla em fase de instalação.

Na periferia arborizada utilizou espécies de porte mais elevado como: o carvalho-cerquinho, (*Quercus faginea*), o carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), o ulmeiro (*Ulmus spp*), o freixo (*Fraxinus spp*), a oliveira (*Olea spp*), o choupo (*Populus spp*) e o salgueiro (*Salix spp*) e as espécies arbustivas e sub-arbustivas que com elas constituem as diversas associações vegetais. Nas zonas menos densas utilizou espécies arbustivas, subarbustivas e herbáceas na intenção de constituírem a flora espontânea baixa de revestimento. Nas clareiras optou por arbustos dispersos.

Este estudo é complementado com a apresentação em anexo de dados climatéricos anuais daquela zona e a já referida “Base fitossociológica da provável composição dos povoamentos”, relativamente aos estratos arbóreo, subarbóreo e arbustivo das três zonas aqui consideradas. Em dezembro de 1955, Viana Barreto formalizou os planos de plantação da zona envolvente da Torre de acordo com os conceitos apresentados na proposta anterior (Fig.3.2.19).

Existiam agora duas propostas para um mesmo espaço, uma de Cottinelli Telmo, arquiteto largamente conceituado do regime de Salazar, e uma outra do estagiário - engenheiro silvicultor com o Curso Livre de Arquitetura Paisagista - Viana Barreto. Sobre esta duplicação de propostas, Viana Barreto afirmou em entrevista: “Sim também tinha chegado ao Ministério das Obras Públicas, um projecto do então Diretor-Geral dos Monumentos Nacionais. Ele (referindo-se a Cotinelli Telmo) tinha criado uma alameda desde a Torre de Belém até à Avenida da Índia, com estátuas dos descobridores de ambos os lados. Que era o que se fazia na altura. Não digo nem mal, nem bem mas não era a minha visão. A minha solução foi totalmente oposta. Foi não fazer aparentemente nada e deixar brilhar a Torre de Belém. Era procurar acessos e pontos de vista sucessivos que valorizassem os diversos pontos de observação, visto que estamos perante as “traseiras” da Torre e não do alçado principal, porque esse está virado para o rio. Basicamente pretendia-se enquadrar a Torre com uma mancha de vegetação. A única coisa que se deixava separado era um conjunto de três exóticas a indicar o caminho de Goa.”²⁹⁸

Mais tarde, já sendo Ministro das Obras Públicas, Eduardo Arantes e Oliveira (1907-1982),²⁹⁹ após analisar as duas propostas apresentadas marcou uma reunião no Conselho

²⁹⁸ BARRETO. Francisco Salvação - Contributo para a História da Arquitetura Paisagista em Portugal,. p. 64.

²⁹⁹ Eduardo Arantes e Oliveira formou-se em Engenharia Militar na antiga Escola do Exército, em Lisboa, na qual foi mais tarde docente. Como engenheiro desenvolveu obra nas áreas do projeto de estruturas em betão armado, hidráulica sanitária tendo sido um dos pioneiros neste campo em Portugal, tendo publicado a obra “Os Esgotos de Lisboa”, encomendada da Câmara Municipal de Lisboa. Desenvolveu valências ainda na área do planeamento urbano, sendo um dos principais responsáveis pela concepção do Bairro de Alvalade, em Lisboa. Foi Diretor do Serviço de Urbanização e Obras da Câmara de Lisboa até 1947, ano em que tomou posse como primeiro Diretor do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Nomeado por Salazar Ministro da Obras Públicas a 2 de Abril de 1954, desempenharia este cargo até 12 de Abril de 1967, passando nesse ano a Presidente do Conselho Superior de Fomento Ultramarino. Em 1970 é nomeado Governador-Geral de Moçambique, ano em que é iniciado o projecto da Barragem de Cabora Bassa, cargo que ocupou até 1972. [http://www.lacm.org.pt/conheca-o-cm/outros-antigos-alunos-de-relevo/arantes-e-oliveira], (consultado a 4 de março de 2013). Sobre este homem Viana Barreto afirmaria em entrevista: “Conheci nessa altura um grande homem, o Arantes e Oliveira, a quem o País ainda deve imenso. Era uma pessoa fora do comum. Tinha sido aluno do meu Pai no Colégio Militar, a quem



Fig. 3.2.17 – Vista da Torre a partir da cintura arbórea envolvente, recentemente plantada, s.d.



Fig. 3.2.18 – Eixo visual a partir da estrada limítrofe a norte do jardim, s.d.

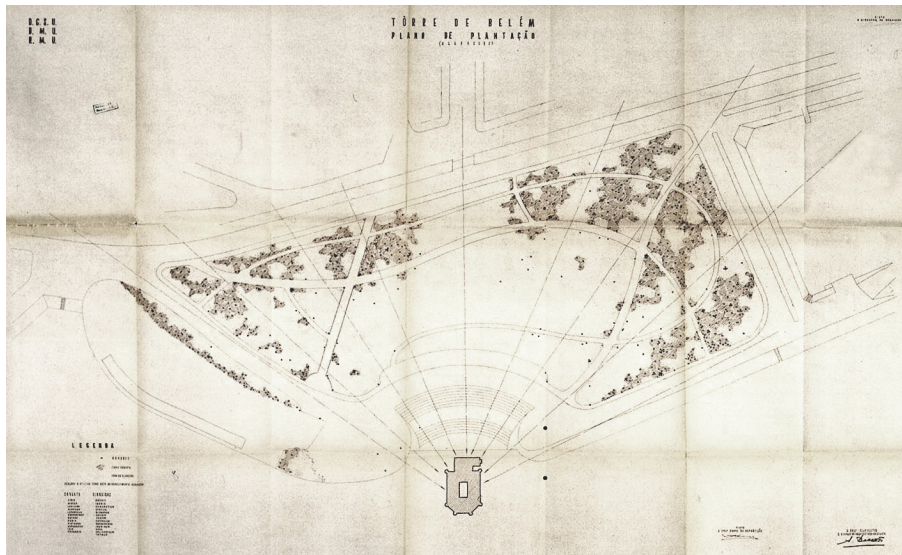


Fig. 3.2.19 – Torre de Belém. Plano de plantação de herbáceas, s.d.

Superior das Obras Públicas reunindo os seus autores. Viana Barreto descreveu ainda na referida entrevista como de início se sentiu intimidado, na sua condição de estagiário, argumentando um projeto, antagónico na sua conceção à outra proposta, da autoria de Cottinelli Telmo, prestigiado arquiteto do Estado Novo, apresentada na DGEMN. Incentivado pelo Ministro das Obras Públicas a defender a sua proposta, Viana Barreto argumentou: "Eu lá disse que o importante era valorizar a Torre e tudo o que fosse pôr em destaque essa obra do Homem, era o que se pretendia no projeto. E não ser o projeto a

deu o único 20. Quando chegou à Câmara de Lisboa encontrou-o num dos serviços. Creio que dos serviços de sanidade. Aliás, ele fez o estudo de reorganização dos esgotos de Lisboa, cujo mote era "Tudo à guia". É um "slogan" engraçado. Porquê? Porque na altura se chegou à conclusão que todas as soluções de esgotos de Lisboa iam para o farol da Guia, em Cascais. Como toda a bibliografia sobre o assunto era em alemão, ele acordava todos os dias mais cedo e das 6h às 7h30 estudava alemão. Em seis meses falava alemão. Mais tarde chegou a Ministro das Obras Públicas. In BARRETO. Francisco Salvação - Contributo para a História da Arquitetura Paisagista em Portugal.

sobrepôr-se à Torre. O projeto não se podia sobrepôr ao objetivo. Lá consegui passar a minha ideia.”³⁰⁰

Em janeiro de 1956, o projeto foi largamente noticiado no jornal “Diário de Lisboa”.³⁰¹ Este começou por referir as declarações do então Presidente da CML, Álvaro Salvação Barreto³⁰² frisando que a Torre de Belém iria ficar “desafrentada”. Afirmou também que Arantes e Oliveira já tinha aprovado o projeto e que o Governo teria autorizado o MOP a conceder à CML um empréstimo para a concretização da obra, tendo o município por seu lado já destinado uma verba de mil e quinhentos contos para o mesmo efeito, estando à época os serviços da CML envolvidos na obra, a elaborar os programas dos respetivos concursos, ficando a cargo da Administração-Geral do Porto de Lisboa a execução dos trabalhos na parte marginal. Confirmou o nome de Viana Barreto como o autor do estudo e refere ainda uma colaboração estreita entre este e o arquiteto Luís Benavente desde o início do processo.³⁰³

Neste jornal, após uma descrição pormenorizada dos conceitos aplicados no estudo, referem-se as plantações, tecendo comentários, tais como: “(...) pelo que respeita a arvoredos a conservar, entendeu-se que apenas serão talvez aproveitáveis um renque de negras oliveiras, junto ao forte, e uns exemplares de *Eucalyptus robusta* (...)” e, relativamente ao Plano de plantação de árvores: “ (...) Todo o arranjo se executará com espécies típicas da paisagem local: a espécie dominante será o ulmeiro e do maciço de folhosas farão parte, também como dominantes do conjunto, os carvalhos, os freixos, os choupos e os almedros. Os maciços perenifólios serão constituídos por pinheiros mansos, zambujeiros, alfarrobeiras e sobreiros.”³⁰⁴ Por fim, são tecidos comentários acerca da hierarquia dos arruamentos, respetiva largura e pavimentos aplicados.

Este estudo constituiu a base para o projeto executado, tendo sido traduzido na íntegra para a língua inglesa, num folheto publicado para acompanhar uma exposição itinerante da IFLA inaugurada em 1957, resultante de uma seleção de projetos reunidos no ano anterior, aquando do V Congresso desta organização, em Zurique. Nesta exposição figurou também uma maquete do projeto da Torre de Belém, além de uma série de projetos, realizados por outros arquitetos paisagistas portugueses. Ainda no ano da sua inauguração, esta exposição

³⁰⁰ BARRETO. Francisco Salvação - Contributo para a História da Arquitetura Paisagista em Portugal, p. 64-65.

³⁰¹ ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970, p. 81.

³⁰² Álvaro Salvação Barreto, pai de António Viana Barreto, oficial do exército, formou-se no Curso de Artilharia da Escola de Guerra em Lisboa, realizou uma longa carreira na Câmara Municipal de Lisboa sendo em 1932 vogal, mais tarde vereador, vice-presidente e finalmente Presidente desta instituição, entre 1944 e até 1959 (ano da inauguração do metropolitano de Lisboa). Entre 1920 e 1964, a par desta atividade exerceu uma atarefada carreira política. In [http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/b/barreto_alvaro_salvacao.pdf.],(consultado a 5 de março de 2013).

³⁰³ Vão ser urbanizados os terrenos que envolvem a Torre de Belém de forma a desafrentar o formoso monumento: A Torre de Belém reintegrada no quadro da paisagem ribeirinha. Diário de Lisboa, p. 3.

³⁰⁴ *Idem*, p. 1 e p. 3.



Fig. 3.2.20 – Maqueta da Torre de Belém presente na exposição itinerante da IFLA inaugurada em 1957.

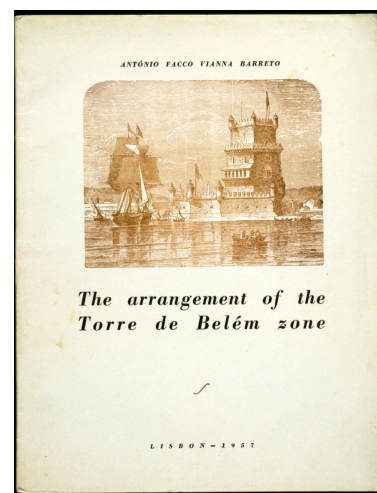


Fig. 3.2.21 – Tradução para a língua inglesa do estudo “Contribuição para o estudo do enquadramento da Torre de Belém”. Viana Barreto, 1957.

visitou Lisboa, após ter estado presente em Birmingham e Londres (Fig. 3.2.20).³⁰⁵

Segundo um folheto alusivo a este evento (Fig. 3.2.21), pode ler-se, relativamente ao trabalho dos arquitetos paisagistas portugueses e à Torre de Belém em particular: *“Great activity has characterized landscape design in Portugal during the last ten years. Portuguese landscape architects have been well employed by city planning authorities in a kind of team work in which various experts have played their part. This has produced remarkably beautiful housing estates. Particularly notable is the beautiful design carried out around the famous 16th century Tower of Belém from where Vasco da Gama sailed to the New World.”*³⁰⁶

Mas este projeto, não foi compreendido por alguns. Já em finais de 1958, na altura da sua construção, o jornalista Leitão de Barros (1896-1967),³⁰⁷ através do jornal “Diário de Notícias”, criticou-o duramente, o que levou Viana Barreto a elaborar uma carta dirigida ao diretor deste jornal a esclarecer os pontos não entendidos desta proposta e solicitando a publicação deste mesmo esclarecimento.

Leitão de Barros entendeu que se deviam privilegiar as vistas sobre a torre a partir da terra, local onde se encontra o maior número de observadores, e que “a sua melhor e mais importante visão é a da Avenida da Índia”, enquanto que Viana Barreto contrapôs afirmando: “Ousamos não compartilhar nós desta opinião, a qual atribui ao maior número

³⁰⁵ BARRETO, António Viana - The arrangement of the Torre de Belém zone.

³⁰⁶ IFLA - Touring Expo Catalogue, p. 12.

³⁰⁷ José Júlio Leitão de Barros, reconhecida personalidade no campo das artes. Frequentou a Escola de Belas Artes, as Faculdades de Ciências e Letras de Lisboa e a Escola Normal Superior da Universidade de Lisboa. Foi professor no Liceu Passos Manuel, pintor, realizador de cinema e jornalista.

dos espetadores do Monumento, a faculdade de só por si determinar o seu ângulo de projeção principal (...) a função militar da Torre, a sua mais cuidada arquitetura e decoração exterior, senão a sua própria projeção histórica, a lançam irresistível e abertamente com a frente para o mar. A Torre é, em essência uma nau que parte à descoberta, não uma que regressa (...) Não sacrificaremos de facto o significado histórico da Torre de Belém ao seu interesse turístico.” ³⁰⁸

Leitão de Barros, de acordo com a ideia apresentada anteriormente, condenou a disposição da plantação: “ (...) Uma cortina de choupos interposta como biombo entre a avenida da Índia e a Torre.” ³⁰⁹

Face a estas declarações, Viana Barreto respondeu: “ (...) para a visibilidade do lado da terra houve naturalmente o cuidado de manter abertas as necessárias clareiras à vista de quem se desloca ao longo da Avenida da Índia embora deixando noutras áreas entrever apenas a peça principal do conjunto a fim de despertar deste modo o interesse por uma aproximação sob todos os aspectos a desejar.” ³¹⁰ E, ainda referindo-se à Torre acrescenta “ (...) não deve ser enquadrada de tal modo que se subordine todo o arranjo à observação plena, quase “profana” de quem passa pela estrada com outro destino, a caminho do Estoril ou de Lisboa. O que ela representa para nós portugueses, exige que se contemple em ambiente de recolhimento, calmo e silencioso propício à verdadeira concentração espiritual. ³¹¹

Leitão de Barros avançou ainda no seu artigo para críticas mais duras: “Bem sei que estamos sempre a tempo de deitar abaixo árvores colocadas sem lógica nem bom senso estético. Mas não será tempo e dinheiro perdidos? Não esqueçamos que as árvores “semeadas” na assimetria agora em moda, os “mixed-gardens”, os tufos e maciços de conjunto equilibrado sem exagerada geometria são mais agradáveis de que os renques cortados à tesoura e plantados em fila indiana. Mas onde a originalidade e “personalidade” desse arranjo urbanístico? Onde a inspiração fora da banalidade que impõe a Lisboa e a Portugal a solução precária dessa urbanização, aliás sem especial mérito?” ³¹²

Viana Barreto contrapôs: “Quanto ao arvoredado colocado “Sem lógica nem bom senso estético” permitimo-nos esclarecer que todas as árvores plantadas – e não “semeadas” – foram cuidadosamente escolhidas em seguimento a estudos levados a cabo e colocadas de acordo com os condicionantes ecológicos do lugar e destinadas a obter-se delas, quando em pleno desenvolvimento, um efeito estético de primeiros planos perfeitamente

³⁰⁸ BARRETO, Viana – [Carta ao Diretor do Jornal Diário de Notícias], p. 1 e 2.

³⁰⁹ BARROS, Leitão de - O Tesouro da Restelo. Diário de Notícias

³¹⁰ BARRETO, Viana – [Carta ao Diretor do Jornal Diário de Notícias], p. 3.

³¹¹ *Ibidem*.

³¹² BARROS, Leitão de - O Tesouro da Restelo. Diário de Notícias

determinado, embora este resulte infalivelmente das condições técnicas que, neste caso, só a ecologia pode orientar (...) Quanto à falta de “originalidade” e de “personalidade” da solução encontrada que o autor do artigo deplora (...) houve que criar inteiramente de novo uma ampla zona verde. Se lhe falta a originalidade, onde está então a cópia? (...) ³¹³

Por isso lutámos contra todos os eixos de perspectiva forçada, fosse por arruamentos retos dirigidos à Torre, fosse por sebes talhadas naquela direção, fosse por espelhos d’água ou por qualquer marcado artificialismo. Pretendemos muito simplesmente tentar conduzir a Natureza sem a desejar dominar. Batemo-nos depois pela plantação das espécies clímax da Estremadura ou típicas da nossa paisagem ribeirinha, contra o exotismo desmedido ou a falta de critério na escolha das essências a empregar. Exóticas, apenas se colocarão três palmeiras (*Phoenix dactylifera*) junto à torre a caminho da barra, numa alegoria evocativa das longínquas terras da Índia donde são originárias.” ³¹⁴

Na parte final deste artigo, Leitão de Barros relatou o facto de se ter deslocado a Inglaterra, e que neste “ (...) país de tradições e ela própria mestra na arte de respeitar o Passado, como seguro penhor do Futuro, existe um recanto onde, sobranceiro ao mar, se reuniram pedras da epopeia marítima inglesa. È em Plymouth-Oak.” ³¹⁵ Apelou então à CML, à Administração do Porto de Lisboa e à Associação de Arqueólogos que lhe seguissem o exemplo, instalando na “ (...) antecâmara ajardinada que vai ser o Parque do Restelo, entre a Avenida da Índia e a Torre de Belém (...) Padrões e suas réplicas, lápides e pedras, brasões de vice-reis, tudo que com a epopeia marítima se ligasse constituiria nessa zona um museu histórico de escultura ao ar livre.” Em seguida sugeriu uma iluminação diária de torre e não só ao domingo, como então acontecia. ³¹⁶

Da análise desta última parte do artigo depreende-se que Leitão de Barros conhecia o projeto de Cottinelli Telmo onde se previa como o referido de início, uma alameda que ligava a Avenida da Índia à Torre de Belém, ornamentada com doze elementos escultóricos de descobridores portugueses. Recorde-se ainda que Leitão de Barros e Leopoldo de Almeida já tinham colaborado de perto com este arquiteto ao dar forma plástica ao primitivo Padrão dos Descobrimentos, de cujo edifício primitivo era autor. ³¹⁷

A 18 de fevereiro de 1982, Sampaio Fontes, então na CML, escreveu a Viana Barreto, pedindo-lhe que reunissem com urgência a fim de falarem sobre alterações a fazer no Jardim da Torre de Belém que incluíam um parque infantil e uma piscina, entre outras

³¹³ BARRETO, Viana – [Carta ao Diretor do Jornal Diário de Notícias], p. 4 e 5.

³¹⁴ *Ibidem*.

³¹⁵ BARROS, Leitão de - O Tesouro da Restelo. Diário de Notícias

³¹⁶ *Ibidem*.

³¹⁷ O padrão dos descobrimentos viria a ser reconstruído em 1960 no âmbito das Comemorações do 5º Centenário da Morte do Infante D. Henrique, desta vez em betão revestido de pedra rosal de Leiria, tendo sido inaugurado a 9 de agosto de 1960. (<http://www.torrebelem.pt/pt/index.php?s=white&pid=240>), [consultado em 5 de março de 2013].

que não define.³¹⁸ Pensa-se que estas alterações seriam resultado da preparação deste espaço para acolher, no ano seguinte a XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura, inaugurada a 7 de maio de 1983, sendo a Torre um dos monumentos que albergava um dos cinco núcleos temáticos que a compunham.

Para o efeito foram feitas obras de adaptação nos interiores e criou-se um lago artificial em volta da torre para que esta permanecesse dentro de água (Fig. 3.2.22). Atualmente o projeto mantém a sua estrutura intacta, sendo de assinalar no entanto uma diminuição no número de arbustos (Fig.3.2.23). O relvado apresenta problemas de drenagem que não permitem que esteja nas suas melhores condições.

Após o falecimento de Viana Barreto a 12 de maio de 2012, a CML deliberou em Assembleia Municipal, na sessão de 24 de julho de 2012, um voto de pesar pelo seu falecimento.³¹⁹ Ficou lavrado em ata a proposta de sugestão da atribuição do seu nome a um parque ou jardim. Foi então para o efeito consultada a Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas que sugeriu o Jardim da Torre de Belém, espaço tão emblemático em Lisboa por si projetado e até à data anónimo, para se passar a denominar Jardim António Viana Barreto.

O projeto da envolvente paisagística da Torre de Belém aplicou uma série de conceitos francamente inovadores para o período em que foi elaborado, conceitos esses que não foram facilmente aceites por personalidades do mundo das artes, como Leitão de Barros e Cottinelli Telmo entre outros, então ainda não familiarizados com uma nova forma de olhar, entender e projetar a paisagem urbana, até então muitas vezes planeada por eles.

Verificou-se uma aplicação de princípios antagónicos nas propostas do arquiteto paisagista Viana Barreto e do arquiteto Cottinelli Telmo (Fig.3.2.24), com respeito ao tratamento do espaço, afirmando o arquiteto paisagista uma rejeição absoluta por uma composição axial e simétrica proposta pelo segundo. A proposta de Viana Barreto assentou na criação de eixos visuais, não inscritos no terreno, determinantes no desenho do projeto, que ligavam a torre aos motivos arquitetónicos mais significativos do espaço circundante e que possibilitavam que esta fosse observada de diversos ângulos, enquanto que para Cottinelli Telmo a torre era vislumbrada apenas segundo um caminho de acesso, segundo uma direção, Norte-Sul, e revelada num só olhar.

A ideia fulcral do projeto era a simplicidade e a naturalidade de modo a que a torre constituísse o único elemento construído pelo homem. Assim, a paisagem em seu redor devia manter-se sem qualquer artificialismo.

O projeto foi desenvolvido em função do lugar em si, valorizando fatores tais como a

³¹⁸ FONTES, Sampaio – [manuscrito]. 1982.

³¹⁹ Voto de pesar por António Viana Barreto: Boletim Municipal. Lisboa: Câmara Municipal, 2012, nº 962, p. 90. [Em Linha]. [consulta em 2013-04-08]. Disponível em: URL: http://bm-pesquisa.cm-lisboa.pt/apex/app_bm.download_my_file?p_file=1645.

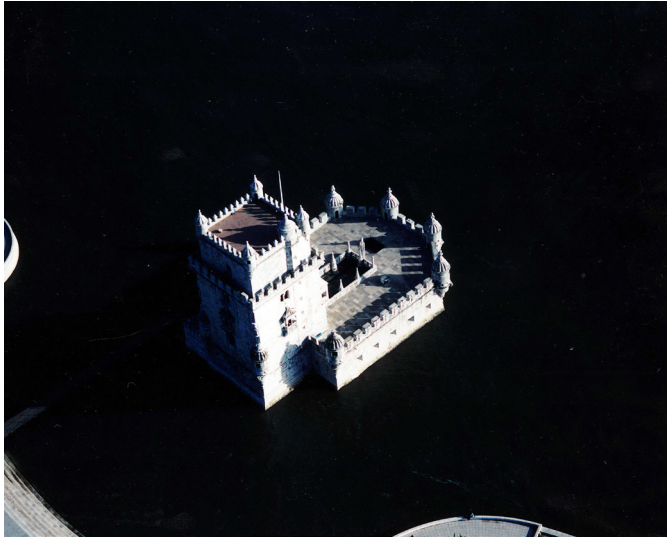


Fig. 3.2.22 – A Torre de Belém encontra-se no presente, inteiramente rodeada por água. s.d, s.a.



Fig. 3.2.23 – Vista do enquadramento da Torre de Belém, a partir da torre, 2009.

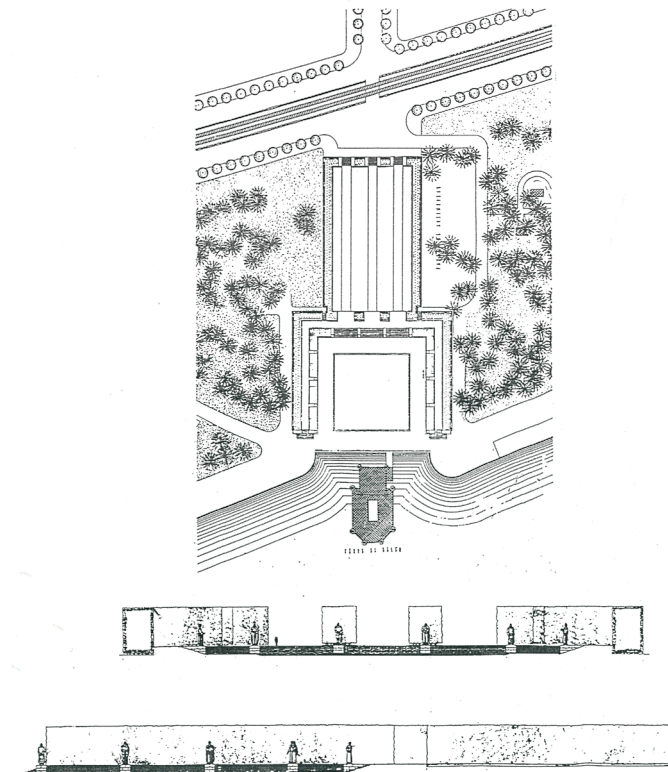


Fig. 3.2.24 – Projeto para o espaço envolvente da Torre de Belém. Cottinelli Telmo, 1943.

orientação e topografia. Valorizou a torre destacando-a de terra, libertando-a das areias acumulados pelo assoreamento de séculos e pondo a nu o seu jorramento, promovendo a sua individualização face à envolvente, à semelhança do sucedia num passado longínquo. Para o efeito acentuou um amplo anfiteatro, aberto sobre o estuário do Rio Tejo. Esta modelação discreta do terreno, possibilitou a criação de um declive, que junto à torre assumiu o formato de concha, possibilitando uma interface do público com o rio. Como ponto focal desta composição encontrava-se seu elemento primordial do projeto - a própria torre.

Os caminhos foram implantados, na sua maior extensão, segundo as curvas de nível, de forma que, ao serem percorridos permitam ao público um percurso mais longo e confortável, do qual se usufrui de vários pontos de vista que oferecem múltiplas perspetivas variadas, valorizando desta forma o peão. As espécies vegetais foram selecionadas de acordo com a fitogeografia do local, constituindo grandes maciços de vegetação. As plantas interessaram sobretudo pelas qualidades próprias de cada uma delas, quer relativamente à sua forma, quer como entidades botânicas e esculturais. Foram adotadas espécies clímax, com as vantagens que daí advêm em termos de valor estético e económico, reflexo de uma melhor adaptabilidade ao local e maior integração nas linhas orientadoras do projeto. Segundo a memória descritiva do plano de plantação de herbáceas foram referidos dois tipos de vegetação, de acordo com a quantidade de luz solar incidente, isto é, uma zona de sol e uma outra zona de sombra. Quanto às árvores são na sua grande maioria espécies caducifólias, tendo sido considerada a sua sazonalidade, dada pela floração e pela queda das folhas, considerando todo o ano.

Na composição do espaço foi criada uma dinâmica de volumes através do contraste entre um grande espaço clareira, com sol e vários espaços de orla envolventes, com pequenas clareiras, que acompanhando os caminhos, originam planos variados, de interesse desta forma acrescido.

Este projeto teve um grande impacto tanto a nível nacional como nos meios intelectualmente mais prestigiados da arquitetura paisagista, a nível internacional. O jardim envolvente da Torre de Belém simboliza um importante marco na afirmação dos valores de uma profissão, que dava ainda os seus primeiros passos, face a um grupo de arquitetos do regime de Salazar, detentores de uma credibilidade inabalável, sendo de salientar a coragem, determinação e sólida capacidade técnica apresentadas por Viana Barreto no desempenho deste seu primeiro projeto de arquitetura paisagista, ao serviço da DGSU. O reconhecimento destas qualidades viria a refletir-se em convites posteriores, na colaboração com obras da DGEMN, em monumentos nacionais tais como em 1957 a envolvente do Castelo e Paço Ducal em Guimarães e, em 1965, no enquadramento paisagístico do Mosteiro da Batalha.

3.3 O Jardim da Capela de São Jerónimo

Os princípios conceptuais do jardim envolvente da Capela de S. Jerónimo estiveram de acordo com as diretivas determinadas na II Fase do “Plano de Urbanização da Encosta do Restelo”, na qual se integrou o projeto da sua construção. Este plano levado a cabo sob coordenação de Guimarães Lobato, conforme já referido no capítulo 2, contou com a colaboração de uma vasta equipa multidisciplinar, na qual foram integrados os arquitetos paisagistas Azevedo Coutinho e Ribeiro Telles.³²⁰ Neste plano Guimarães Lobato adotou novos conceitos para a época tendo afirmado: “ (...) tenta-se agora introduzir o conceito de espaço livre comum, de propriedade municipal e utilizável por toda a população em condições salutaras para a sua vida diária (...) solicita-se por isso, estreita colaboração dos arquitetos paisagistas.”³²¹

O facto de existirem três monumentos nacionais nesta área, entre os quais a capela, foi feita a revisão da zona de proteção do edifício (Fig. 3.3.1). Na memória descritiva deste plano lê-se: “De acordo com os arquitetos paisagistas previu-se uma arborização adequada para melhorar todas as perspetivas do rio, isolando-a convenientemente da presença das construções vizinhas.”³²²

Este local foi alvo de um estudo pormenorizado por ter sido considerado de carácter excecional, dada a importância do monumento e a sua situação topográfica. Foi assim excluída de imediato a possibilidade da construção de qualquer estrutura edificada em redor da capela.³²³

Embora em 1954, no âmbito da II Fase do “Plano de Urbanização da Encosta do Restelo”, a Capela de São Jerónimo tenha sido alvo de especial atenção, no “Projeto de Ordenamento Paisagístico (1ª Fase) da Encosta do Restelo (II Fase de Urbanização)” de abril de 1956, foi estudada com maior detalhe (Fig. 3.3.2). O projeto foi desenvolvido em função do lugar, sendo determinado pela topografia e pela sua orientação - virado a sul - com uma vista espreitada sobre o Rio Tejo. O autor justifica estas opções da seguinte forma: “Em redor da Capela de São Jerónimo o estudo é mais pormenorizado, dadas as características do local e a possibilidade de desde já sem inconvenientes futuros, de

³²⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - Memória descritiva e justificativa. Urbanização da Encosta do Restelo. Plano coordenado pelo Engenheiro Chefe do Gabinete de Estudos de Urbanização Luís Guimarães Lobato e realizado pelos Engenheiros Cívicos Vasco Marques Leite, José Miguel Pinto de Faria e pelo Arquitecto Pedro Falcão e Cunha. Colaboração dos Arquitectos Paisagistas Manuel Azevedo Coutinho e Gonçalo Ribeiro Telles e os Engenheiros Cívicos António Manuel de Vasconcelos e Mário Fernandes de Azevedo.

³²¹ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - Memória descritiva e justificativa. Urbanização da Encosta do Restelo, p. 26.

³²² *Idem*, p. 15.

³²³ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - Memória descritiva e justificativa. Urbanização da Encosta do Restelo.

ordem construtiva, se poder completar um enquadramento condigno. O condicionalismo topográfico do sítio e a existência do monumento conduzem a desenvolver o enquadramento verde a partir duma plataforma miradouro que se comporta como adro da capela e donde se desfruta vastíssimo panorama. A capela surgirá desafogadamente voltada para o rio e enquadrada a norte por maciços de vegetação perenifólia. A vegetação escolhida para este trecho é tradicional da região de Lisboa.”³²⁴

Este projeto, no entanto, conheceu um novo desenvolvimento em 1959, abrangendo toda a envolvente da capela bem como uma parte da encosta adjacente a Sul, até uma distância máxima de 246 metros, na direção da Avenida da Torre de Belém, onde se situa uma pequena mata, componente do projeto (Figs. 3.3.3 a 3.3.6).

A capela localiza-se numa cumeada, no interior de uma área de planta quadrangular pavimentada, com cerca de 30 metros de lado, arborizada em seu redor em todos os quadrantes exceto no compreendido entre Sul-Sudoeste-Oeste, que constitui um miradouro. Separado deste por um muro de suporte foi criado um enorme logradouro relvado, de planta semicircular, limitado por um caminho e um murete de suporte. Ao longo da encosta nascente, vários lances de escadas, cujo desenho foi posteriormente alterado, em 1961 pelo próprio Ribeiro Telles, estabelecem a ligação pedonal entre a mata e o miradouro num percurso longo e confortável, abundantemente ensombrado por arvoredos, num favorecimento claro do caminho pedonal, e empenho pronunciado no estudo pormenorizado do local em si.³²⁵

Como se pode ver na Fig. 3.3.2, relativamente às espécies selecionadas, a capela foi protegida dos ventos dominantes, a Norte e a Oeste por um maciço arbóreo de predominância perenifólia com espécies como a oliveira (*Olea europaea*) e mais junto ao monumento o pinheiro-mansinho (*Pinus pinea*). A Sudeste da capela e junto ao miradouro foi implantado um canteiro que enquadra o acesso à mesma. Para este espaço foram plantadas árvores como o loureiro (*Laurus nobilis*), o loureiro-cerejeiro (*Prunus laurocerasus*), o azereiro (*Prunus lusitanica*), e arbustos como a romanzeira (*Punica granatum*) o viburno (*Viburno tinus*), o sanguinho-das-sebes (*Rhamnus alaternus*), o abrunheiro-bravo (*Prunus spinosa*), o carrasco (*Quercus coccifera*), a giesteira (*Cytisus spp.*), as pascoínhas (*Coronilla Valentina glauca*), o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), a esteva (*Cistus ladanifer*), a madressilva-brava (*Lonicera etrusca*), as rosas (*Rosa spp.*), o rosmaninho (*Lavandula stoechas*), a lavandula (*Lavandula spica*) e o tojo (*Ulex europaeus*).

Em redor do logradouro foram plantadas árvores ao longo da encosta poente utilizando espécies como o sobreiro (*Quercus suber*) na zona mais elevada e carvalho negral

324 TELLES, Ribeiro - Nota justificativa. Projeto de ordenamento paisagístico (1ª fase) da encosta do Restelo (II fase de urbanização), p. 2.

325 SALEMA, Rosário - A ermida de São Jerónimo.

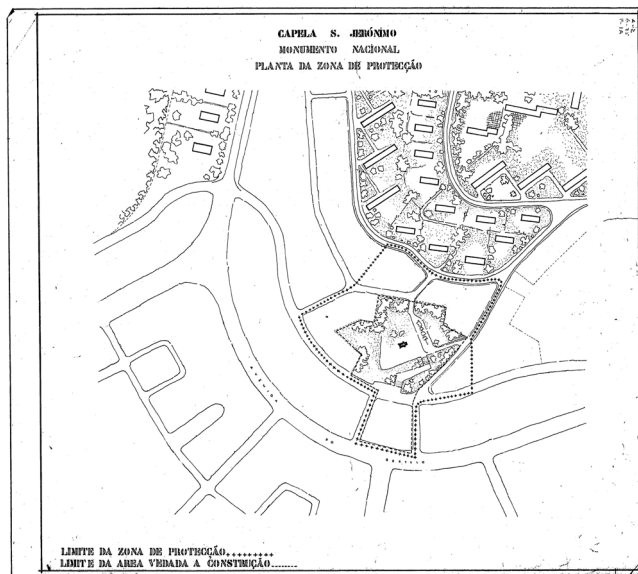


Fig. 3.3.1 – Capela de São Jerónimo. Planta da Zona de Proteção. s.a, s.d.

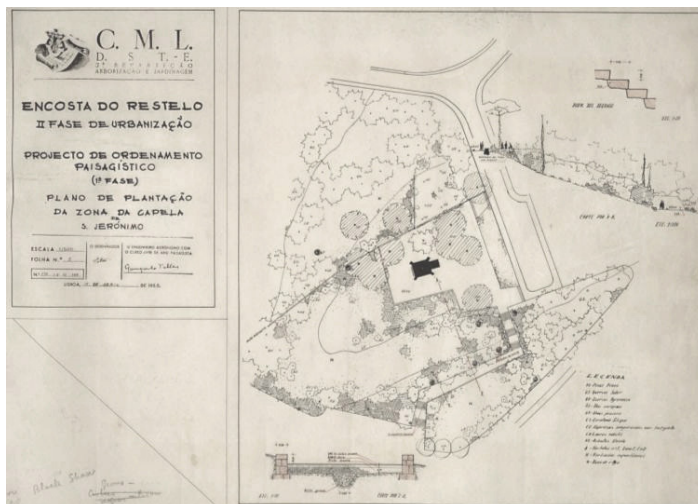


Fig. 3.3.2 - Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase). Plano de Plantação da Zona da Capela de São Jerónimo. Ribeiro Telles, 1956.

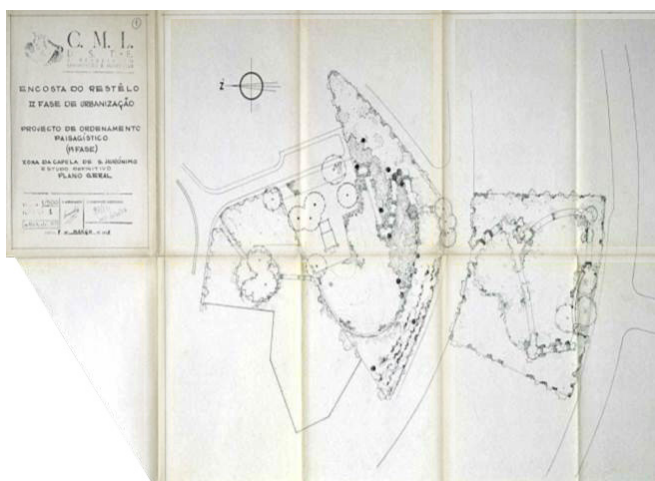


Fig. 3.3.3 - Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase). Zona da Capela de São Jerónimo. Estudo definitivo. Plano geral. Ribeiro Telles, 1959.

(*Quercus pyrenaica*) na zona de cota intermédia deste grande canteiro, na zona mais baixas foram plantados loureiros (*Laurus nobilis*) e ulmeiros (*Ulmus procera*). Nesta encosta, a acompanhar as escadas, encontramos pontualmente ciprestes (*Cupressus sempervirens*), e alfarrobeiras (*Ceratonia siliqua*). Encontramos ainda espalhados vários viburnos (*Viburnum tinus*) (Fig. 3.3.2). A Sudoeste, devido ao elevado declive foi apenas possível o seu revestimento vegetal socorrendo-se da criação de três socalcos rochosos (Fig. 3.3.4). Nestes socalcos foram plantadas árvores como: o cipreste (*Cupressus sempervirens*), o sobreiro (*Quercus suber*), a oliveira (*Olea europaea*), a pereira (*Pirus communis*), a alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*) e o medronheiro (*Arbutus unedo*), e arbustos como, sanguinho-das-sebes (*Rhamnus alaternus*), a rosa-de-cão (*Rosa canina*), o carrasco (*Quercus coccifera*), o viburno (*Viburnum tinus*), o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), o a giesteira (*Cytisus.spp*), a madressilva-brava (*Lonicera etrusca*), o abrunheiro – bravo (*Prunus spinosa*), e a romanzeira (*Punica granatum*) a piteira (*Agave americana*). Para revestir o solo foram selecionadas espécies como o erigium (*Erygium spp.*), a margacinha (*Erigeron mucronatus*) juntamente com o acanto (*Acanthus mollis*), o mato-branco (*Teucrium fruticans*) e a hera (*Hedera helix*) (Fig. 3.3.5).

Relativamente à mata, Ribeiro Telles projetou uma entrada formal de acesso à mesma, no topo da Avenida Torre de Belém (Fig. 3.3.6). Para esta entrada foram selecionadas espécies como o loureiro (*Laurus nobilis*), o teixo (*Taxus baccata*), o salgueiro (*Salix viminalis*), o azereiro (*Prunus lusitanica*) e o louro-cerejo (*Prunus laurocerasus*). Esta mata, atravessada por dois caminhos pedonais, apresenta uma clareira central bordejada a nascente e a poente por maciços arbóreos (Fig. 3.3.6.).

Numa entrevista realizada junto à capela pela arquiteta paisagista Rosário Salema e publicada no catálogo da exposição “A Utopia e os Pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Telles”³²⁶ foi possível obter depoimentos na primeira pessoa que valorizaram sobremaneira o entendimento deste projeto. Ribeiro Telles afirmou acerca dos princípios conceptuais aplicados neste projeto: “Este desenho, esta estrutura é a anulação permanente da simetria. Evitei sempre as simetrias na modelação do terreno e na construção dos caminhos e muros. Nunca quis que a vegetação fosse obrigada a seguir simetrias e relações monumentais. Também junto à ermida forcei um desequilíbrio entre os dois lados da encosta. Não queria de modo algum uma simetria absoluta!”³²⁷

Baseando-se no princípio que as pessoas, particularmente as crianças, necessitam de recreio ao ar livre, Ribeiro Telles concebeu, junto ao adro da capela, um enorme relvado, elemento fulcral do projeto. Este logradouro constituiu como que ponto de encontro e de estadia dos moradores do bairro. Sobre este Ribeiro Telles afirmou: “Aqui podia perfeitamente

³²⁶ CARAPINHA, Aurora; TEIXEIRA, José – A utopia e os pés na terra.

³²⁷ SALEMA, Rosário - A ermida de São Jerónimo, p. 189.



Fig. 3.3.4 - Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase). Zona da Capela de São Jerónimo. Estudo definitivo. Corte A-B. Ribeiro Telles, 1959.



Fig. 3.3.5 - Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase). Plano de Plantação da Zona da Capela de São Jerónimo. Estudo definitivo. Plano de plantação, Socalcos rochosos. Ribeiro Telles, 1959.

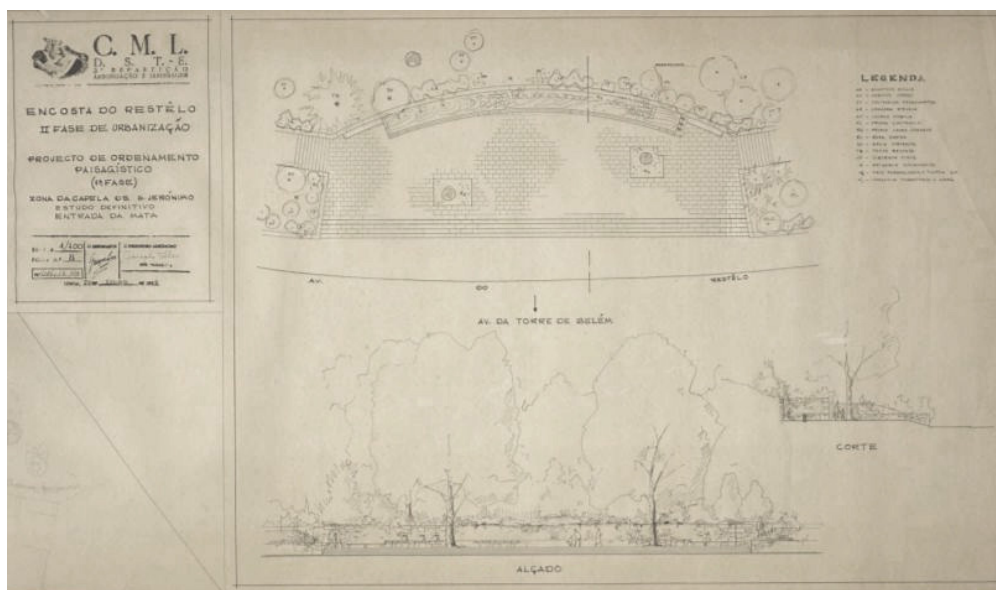


Fig. 3.3.6 - Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase). Zona da Capela de São Jerónimo. Estudo definitivo. Entrada da Mata. Ribeiro Telles, 1959.

aparecer o jogo da malha, ou qualquer coisa do género. Este espaço circular, no meio da mata, servia também para a merenda. Tinha tudo a ver com a proximidade das habitações. O que é engraçado é que vinham aqui muitas crianças (...)" ³²⁸

Como referido anteriormente, Viana Barreto tinha acompanhado o seu projeto para o tratamento da envolvente da Torre de Belém por ligações deste monumento aos outros dois mais próximos, o Mosteiro dos Jerónimos e a Capela de São Jerónimo. Previu estas ligações inscritas no terreno, através de avenidas arborizadas (Avenida da Índia e a Avenida da Torre, respetivamente), que constituíam corredores verdes, adotando um conceito de rede, e reforçando a ligação histórica estes três monumentos. Também ele tinha previsto diferentes associações de vegetação climace para a zona de menor cota, junto à torre, para a zona da encosta, ao longo da Avenida da Torre de Belém, eixo viário que também ele tinha pressuposto culminar na Avenida do Restelo e para a colina da Capela de São Jerónimo. A ligação visual entre os dois monumentos era clara já que não incluía qualquer plantação que obstruísse este eixo (Fig. 3.3.7).

Acerca deste eixo visual, Ribeiro Telles caracterizou-o de uma forma muito própria: "Esta abertura? Estamos a meio da encosta. A ideia era surpreender-nos. Um rasgo! Uma frecha aberta sobre a Torre de Belém. Um eixo a meia encosta. Mas não necessariamente sobre a avenida." ³²⁹ E referindo-se à sua "luta", enquanto elemento requisitado pelo GEU para a realização da segunda fase do "Plano de Urbanização da Encosta do Restelo", contra o eixo viário Torre de Belém – Capela de São Jerónimo acrescentou: "Era para manter a tal linha do Plano. No gabinete tinha ficado suspensa essa questão da linha seguir o desenho. Eu disse que aquilo tinha de ser mata e fiz a minha interpretação! O resultado foi o meu projeto prever a abertura, não direta, de uma linha visual entre a Ermida e a Torre. Uma fresta de luz cortada todos os anos. Sim! Cortada como se corta Versailles.... Nunca foi minha intenção estabelecer uma relação formal entre a Ermida e a Torre. Eu queria relações que destruíssem esse formalismo, que fizessem surgir a Torre na enseada do Tejo e a Ermida na colina. Cada coisa no seu sítio! A descoberta da Torre não pode ser feita através da plataforma da Ermida. Não formalmente! A sua descoberta tem de ser casual e episódica. Pelos percursos através da colina, é assim que deve ser!" ³³⁰

Foi absolutamente evidente a declarada rejeição da composição axial e simétrica. A paisagem foi encarada como multifacetada e omnidirecional. Verificámos que para Ribeiro Telles a realidade é constituída a partir de perspetivas simultâneas, tal como a pensamos, preferindo linhas curvas e formas orgânicas: "No princípio era tudo aberto. Hoje temos o contrário. Pode fechar tudo. Não queria tudo aberto nem tudo fechado.

³²⁸ SALEMA, Rosário - A ermida de São Jerónimo, p. 190.

³²⁹ SALEMA, Rosário - A ermida de São Jerónimo, p. 191.

³³⁰ *Ibidem*.



Fig. 3.3.7 - Eixos visuais projetados a partir da Capela de S. Jerónimo. s.a, s.d.

Agora queria que se trabalhasse este movimento, que é um movimento semelhante aos desenhos do Picasso. É um movimento que resulta da nossa deslocação contínua no espaço. Quero que uma pessoa percorra este espaço descobrindo sempre. E a luz também é fundamental neste movimento. A luz circula de acordo com os obstáculos que lhe pusermos (... A concepção nunca acaba! O que acaba é o lançamento de uma estrutura e de um desenho. Isto tem princípio, mas não tem fim.”³³¹

O projeto da envolvente da Capela de São Jerónimo foi especialmente emblemático pelo facto de Ribeiro Telles, ao ter conseguido a ampliação da zona de proteção do monumento, inviabilizar o traçado dum eixo viário que continha a capela, até à data previsto para o local por Duarte Pacheco.

³³¹ SALEMA, Rosário - A ermida de São Jerónimo, p. 189.

Este projeto apresentou vários aspetos de modernidade no seu tempo. Em primeiro lugar, a profunda negação do uso de eixos formais inscritos na paisagem e a valorização dos eixos visuais. Também, em detrimento do logradouro tradicional, introduziu a concretização do conceito de espaço comum, de livre acesso por parte da população, funcionando como ponto de encontro dos moradores do bairro, principalmente das crianças, possibilitando-lhes um espaço de recreio o ar livre. Podemos ainda citar outros aspetos como o desenvolvimento do projeto em função das características físicas do lugar, como a topografia e a orientação solar, salientando-se a valorização do peão, na promoção de percursos pedonais longos e confortáveis, ensombrados por vegetação clímax, constituída por espécies vegetais perenifólias ou caducifólias, sabiamente distribuídas de acordo com as suas características próprias e funções a desempenhar no projeto, pela cumeada ou pela encosta.

3.4 A Avenida da Liberdade

O vale da Avenida da Liberdade sofreu várias alterações ao longo dos últimos duzentos e cinquenta anos. Deixou de ser um local de hortas para, durante cento e dezoito anos, desempenhar a função de Passeio Público da cidade de Lisboa, entre os Restauradores e a Rua das Pretas. Assumiu mais tarde a tipologia de “*boulevard*”, expandindo-se este eixo, até à atual Praça Marquês de Pombal, com uma expressão semelhante à que hoje apresenta, conforme já referido no capítulo 2.

Esta avenida foi no entanto, há cerca de sessenta anos, alvo de uma profunda modificação, embora efémera, em parte do seu trajeto, já que a obra prevaleceu apenas por um período aproximado de três anos, neste local em resultado de um projeto da autoria de Ribeiro Telles e Caldeira Cabral que passamos a descrever e circunstanciar.

Em 1955, colaborava então Ribeiro Telles na RAJ, foi elaborado um projeto intitulado “Avenida da Liberdade. Projeto de Remodelação de Arborização e Ajardinamento.” Na memória descritiva, assinada por Ribeiro Telles, ele começa por reconhecer na árvore “o seu principal e mais valioso elemento, como valor estético.”³³²

Neste grande eixo viário de Lisboa cada quarteirão tinha plantada uma única espécie botânica de árvores em placas situadas frente a frente. Este facto não fazia qualquer sentido para Ribeiro Telles que argumenta: “Não existe qualquer razão de ordem estética ou biológica para que se encontrem as placas duas a duas povoadas com espécies de porte, volume e cor totalmente diferentes.”³³³ Com base neste facto que considera absurdo, juntamente com a constatação de que uma considerável quantidade de árvores se encontrava decrépita ou doente, realizou um projeto alternativo.

Em 1956, os arquitetos paisagistas Ribeiro Telles e Caldeira Cabral colaboraram numa proposta de reformulação da Avenida da Liberdade, revisão do projeto apresentado no ano anterior.³³⁴ Esta proposta foi parte integrante do “Projeto de Remodelação da Avenida”, coordenado pelo engenheiro Guimarães Lobato,³³⁵ mais abrangente já que incluía o contributo de outras especialidades implicadas, da responsabilidade do GEU.³³⁶ Os técnicos que mais diretamente intervieram na elaboração do projeto definitivo

³³² TELLES, Ribeiro - Memória descritiva. Avenida da Liberdade. Projeto de remodelação de arborização e ajardinamento, p 1.

³³³ *Ibidem*.

³³⁴ LISBOA. Câmara Municipal. 3ª Repartição - ofício do Engenheiro Chefe, 1956-07-16.

Ofício enviado pelo Engenheiro Chefe da 3ª Repartição - Arborização e Jardinagem, José Pulido Garcia, ao Engenheiro Diretor dos Serviços Técnico – Especiais.

³³⁵ LISBOA. Câmara Municipal. Gabinete de Estudos de Urbanização - Ofício do Engenheiro Chefe, 1956-07-10.

Ofício enviado por Guimarães Lobato ao Presidente acompanhando este projeto.

³³⁶ LISBOA. Câmara Municipal. 3ª Repartição - ofício do Engenheiro Chefe, 1955-08-05.

Ofício assinado pelo Engenheiro Chefe da 3ª Repartição - Arborização e Jardinagem, José Pulido Garcia, dirigido ao

da avenida foram Caldeira Cabral e o engenheiro Magalhães de Figueiredo,³³⁷ ambos consultores da CML.³³⁸

Este projeto teve em vista a adaptação da avenida às novas exigências do seu tempo. Estas modificações tinham por base necessidades tais como: a regeneração do arvoredado que apresentava francos sinais de decrepitude, um alargamento das vias central e laterais para fazer face a um aumento significativo do volume de trânsito que circulava e, finalmente, a instalação de uma linha do metropolitano, ao longo desta avenida. O referido aumento do volume de trânsito justificou, na proposta dos arquitetos paisagistas, a manutenção dos quatro cruzamentos principais, numa tentativa de encontrar uma solução “... maleável a todas as solicitações de sentidos de trânsito, facilitando a sua distribuição ao longo da artéria, ou seja o ingresso, a saída e o atravessamento”³³⁹ já que foi identificada como a característica mais importante do trânsito da avenida.

Da análise da Memória descritiva da proposta, assinada por Ribeiro Telles e Caldeira Cabral, destaca-se a necessidade de articulação desta proposta com a restante equipa multidisciplinar na execução de projetos parcelares a executar tais como: o perfil longitudinal e perfis transversais (Fig. 3.4.1.); passagens em túnel para os peões; redes de esgotos e distribuição de gás, eletricidade e telefones; iluminação pública, etc (...) acrescentando: “Para que o trabalho se possa desenvolver com a necessária coordenação de esforços (...), bem conjugados.”³⁴⁰ Advertiu ainda, embora os trabalhos de ajardinamento fossem executados em último lugar, ser absolutamente necessário considerá-los desde o início do processo. Também esta colaboração estreita numa equipa mais alargada, com outras valências para além da arquitetura paisagista, constituiu uma mais valia importante, deste projeto sobre o anterior.

As linhas diretrizes do projeto assentaram nas características físicas do lugar, na medida em que os autores reconheceram que a avenida se inscrevia no “ (...) maior e mais importante vale de toda a cidade que se abre no Terreiro do Paço sobre o imponente estuário do Tejo (...)”³⁴¹, referindo ainda que este vale era ladeado por colinas. Após esta análise da topografia e orientação do local, enfatizaram também a sua importância estratégica na cidade, o valor histórico das colinas envolventes e a beleza do quadro, numa tentativa de identificação do espírito de lugar. Foi salientada a importância do restabelecimento da ligação antiga ao Jardim Botânico, livre de quaisquer edificações (Fig. 3.4.2).

Engenheiro Diretor dos Serviços Técnico – Especiais.

³³⁷ LISBOA. Câmara Municipal. Ofício enviado pelo Engenheiro Chefe do GEU, 1956-11-16.

Ofício assinado pelo Engenheiro Chefe do Gabinete de Estudos de Urbanização, Luís de Guimarães Lobato, dirigido ao Presidente.

³³⁸ FIGUEIREDO, Magalhães – [Carta ao Presidente da CML].

³³⁹ TELLES, Ribeiro; CABRAL, Caldeira - Memória descritiva. Remodelação da Avenida da Liberdade, p. 8.

³⁴⁰ *Idem*, p. 17.

³⁴¹ *Idem*, p. 4.

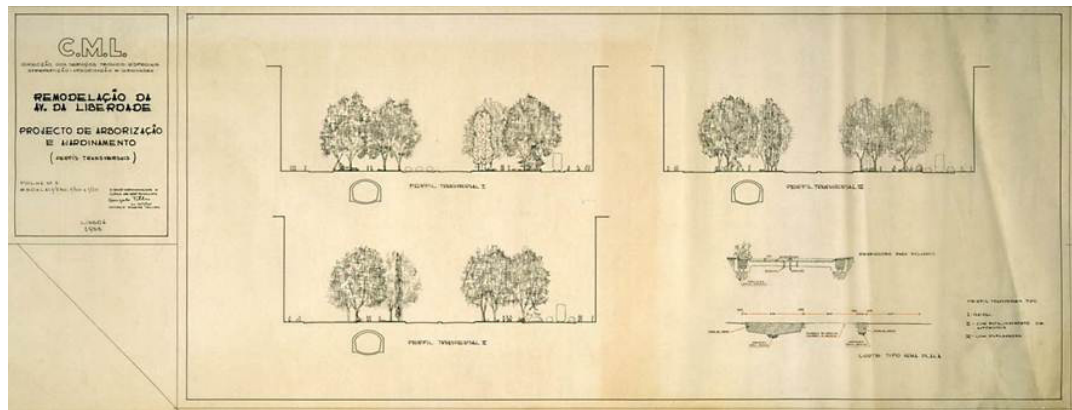


Fig. 3.4.1 – Remodelação da Avenida da Liberdade, Lisboa: projeto de arborização e ajardinamento. Perfis transversais. Ribeiro Teles, 1955.

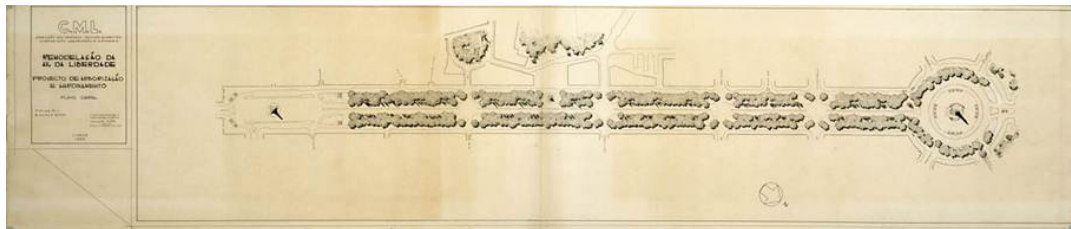


Fig. 3.4.2 - Remodelação da Avenida da Liberdade, Lisboa. Projeto de arborização e ajardinamento. Plano Geral. Ribeiro Telles, 1955.

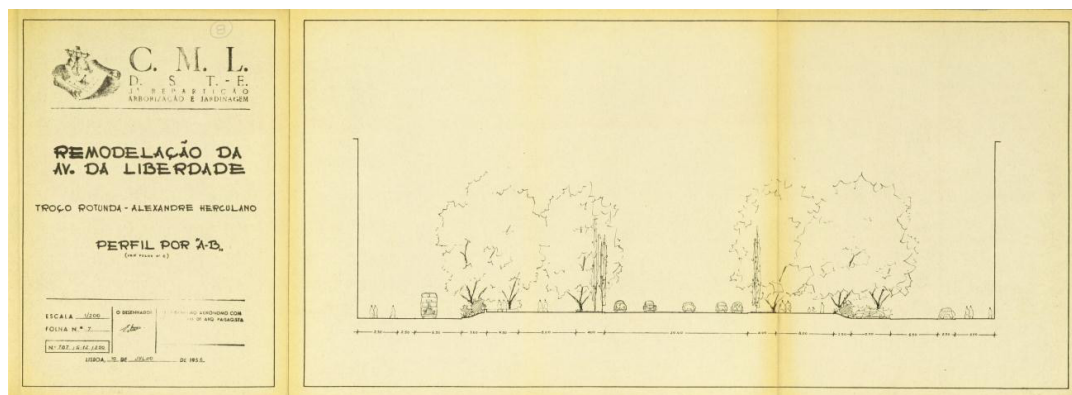


Fig. 3.4.3 - Remodelação da Avenida da Liberdade. Troço Rotunda – Alexandre Herculano. Perfil por AB. Ribeiro Telles, 1956.

Em relação ao vale da avenida, com apenas cerca de noventa metros de perfil transversal, manifestaram a necessidade urgente da limitação da cércea dos edifícios que a delimitam, para que a esta não perdesse a sua característica de “vale aberto” (Fig. 3.4.3). Refere também como motivo desta medida o perigo de perda de escala das árvores bem como o seu excessivo ensombramento.

Procedeu-se então a uma reflexão acerca do perfil dos principais utilizadores do espaço concluindo-se que enquanto no primeiro quartel do século vinte o edificado da avenida era ocupado sobretudo por residentes, no segundo se tinha assistido a uma modificação deste caráter, tendo o comércio, escritórios e profissões liberais tomado o seu lugar. A

avenida tinha perdido o seu cariz elegante para adquirir um outro de comércio e serviços.

Outro contributo inovador deste projeto, em relação ao anterior, foi a realização de uma análise das divergências funcionais serviços/recreio/trânsito automóvel, existentes na avenida, e em que medida este poderia responder às necessidades da separação física destas diferentes tipologias de uso. Para o efeito propuseram para cada um dos lados da avenida a criação de duas faixas ajardinadas unidas por um espaçoso passeio central, separadas dos edifícios por uma rua de trânsito local, justificando a respeito da vegetação destas faixas “ (...) separará esta zona dos prédios e dará mais calma e intimidade, criando assim uma certa divisão entre aqueles que gozam sossegadamente o fresco nas esplanadas ou passeiam à sombra, e os que andam ocupados na sua vida e utilizam os passeios junto às casas.” ³⁴²

Os passeios eram situados numa zona central, enquadrado por duas faixas verdes (Fig. 3.4.4) com vista à resolução do condicionalismo que representava a proximidade às artérias laterais e o seu reboição, resultante de uma intensa atividade comercial e de serviços, num intuito da valorização do peão. Verifica-se uma simplicidade no desenho embora com empenho no pormenor.

Como o movimento dos passeios laterais não tinha qualquer relação com as placas centrais, as faixas verdes destas placas isolavam-nas destes passeios, funcionando como que um “biombo” vivo. Estas faixas eram sim voltadas para o centro da avenida, a perspetiva onde ocorriam as grandes paradas militares e restantes manifestações cívicas. Redefiniu-se então a largura dos passeios, placas e faixas centrais de trânsito automóvel (Fig. 3.4.5).

O ajardinamento da avenida foi condicionado por fatores resultantes do projeto geral para esta artéria, tais como as cotas de fecho das abóbadas do Metropolitano, das placas das suas estações, dos túneis de acesso, dos túneis de acesso às estações e atravessamentos subterrâneos e ainda uma gare de autocarros para a Praça dos Restauradores, que justificaram também a localização dos passeios numa zona mais central das faixas verdes, com vista à minimização das dificuldades daí resultantes. ³⁴³ Era também necessária a criação de estacionamento “ (...) em espinha que se estende ao longo das placas centrais em troços descontínuos a fim de permitir o estabelecimento mais conveniente da arborização e o atravessamento dos peões.” ³⁴⁴

Relativamente à vegetação, esta foi selecionada em função da sua forma e permanência ou não das suas folhas, e não do seu valor estritamente ornamental numa tentativa de “... enquadrar a perspetiva central com árvores de copa mais estreita, e reservar as árvores

³⁴² *Idem*, p. 6.

³⁴³ *Idem*, p. 14.

³⁴⁴ *Idem*, p. 9.

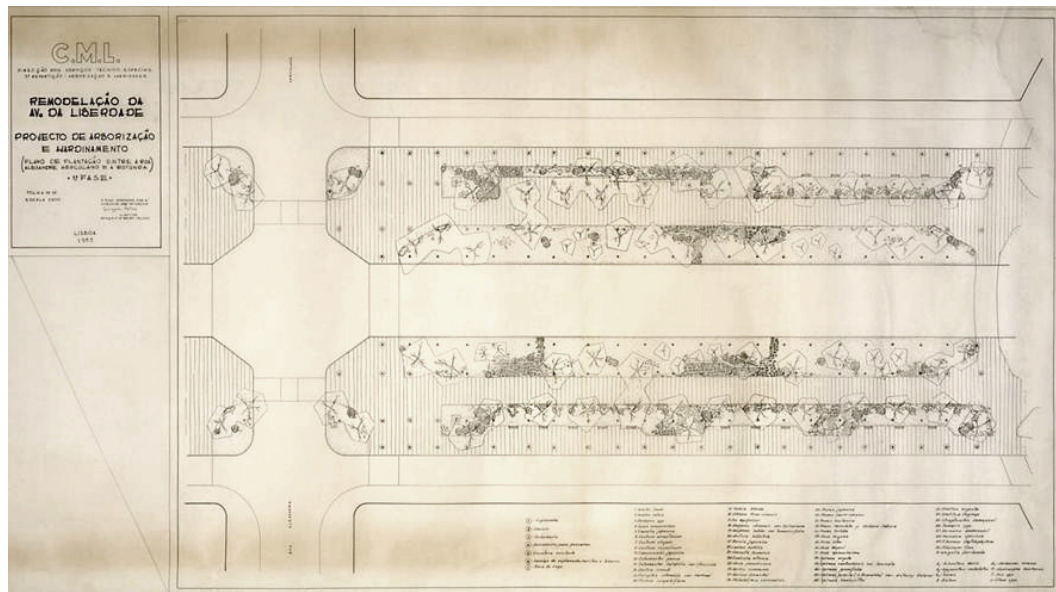


Fig. 3.4.4 - Remodelação da Avenida da Liberdade. Projeto de arborização e ajardinamento. Plano de plantação, Rua Alexandre Herculano e Rotunda, 1a Fase. Ribeiro Telles, 1955.

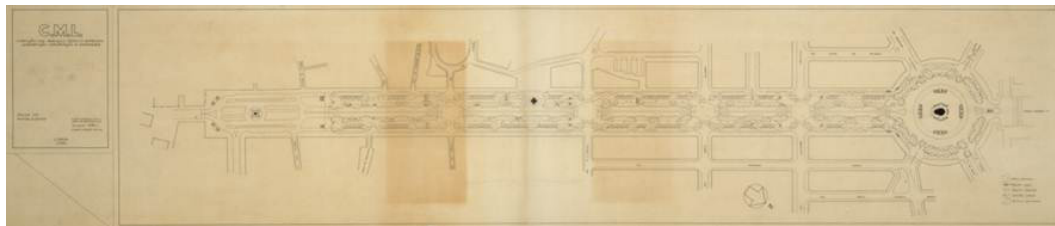


Fig. 3.4.5 - Remodelação da Avenida da Liberdade. Projeto de arborização e ajardinamento. Praça Marquês de Pombal. Ribeiro Telles, 1955.



Fig. 3.4.6 - Remodelação da Avenida da Liberdade, Lisboa: projeto de arborização e ajardinamento. Perspectiva parcial Ribeiro Telles, 1955.

de copa larga para dominar nas faixas laterais. Assim numa visão próxima alarga-se o âmbito da faixa central, ao mesmo tempo que numa visão afastada se marca melhor e com mais amplitude a perspetiva ao longo da Avenida.” ³⁴⁵ (Fig. 3.4.6).

Foram selecionadas espécies arbóreas de folha caduca, não só por se tratar de um vale mas também por serem mais resistentes à poluição e permitirem o gozo do sol durante o período do inverno. Com respeito aos arbustos, foram escolhidos preferencialmente de folha perene, de maneira em que em conjunto com as plantas herbáceas assegurassem uma floração quase permanente durante o ano. Quanto às plantas herbáceas escolheu espécies vivazes justificando que as mesmas, “assegurando um mínimo de trabalho de manutenção e um revestimento permanente do terreno, darão as manchas de cor e a beleza das suas flores indispensáveis num ajardinamento urbano. Os relvados ocuparão o resto do terreno dando-nos o fundo ideal para as flores e arbustos, a frescura de verão e a defesa mais eficaz das poeiras.” ³⁴⁶

Foi constatado o mau estado das árvores referindo uma condução deficiente, o seu reduzido vigor e a presença de um número elevado de feridas nos seus troncos justificando: “A própria suscetibilidade às doenças provém do enfraquecimento vegetativo das árvores. Outros cortes foram motivados por necessidades de trânsito como por exemplo os elétricos e os autocarros de dois andares.” ³⁴⁷

Para uma regeneração do arvoredado, adotou-se como estratégia: “Todas as árvores existentes, com possibilidades de sobrevivência serão conservadas e integradas na nova plantação e é de esperar, que algumas pelo menos, consigam vencer a crise atual. De qualquer forma dentro de dez anos terão sido suplantadas em desenvolvimento pelas novas árvores e portanto, mesmo que nessa altura viessem a morrer, nunca nos apareceria o aspeto desolador da Avenida toda despida do seu antigo arvoredado, e só plantada com árvores jovens embora promissoras plantas.” ³⁴⁸

Relativamente às zonas de estadia estas apresentavam muretes em lioz de cor rosa ³⁴⁹ que acumulavam simultaneamente a função de bancos, ou bancos com costas inseridos nas próprias faixas ajardinadas. Junto a estas zonas situavam-se além de bebedouros, “uma série de grupos escultóricos de pedra, bronze, faiança ou barro, com motivos adequados.” ³⁵⁰ colocados numa composição subordinada “ao arranjo local e não ao

³⁴⁵ *Idem*, p. 6.

³⁴⁶ *Idem*, p. 8.

³⁴⁷ *Idem*, p. 12.

³⁴⁸ TELLES, Ribeiro; CABRAL, Caldeira - Memória descritiva. Remodelação da Avenida da Liberdade, p. 14.

³⁴⁹ CABRAL, Caldeira - Parecer, 1959-03-14, p. 1.

Trata-se de um parecer elaborado por Caldeira Cabral relativo à execução de mosaicos de vidro para os passeios da Avenida da Liberdade.

³⁵⁰ TELLES, Ribeiro; CABRAL, Caldeira - Memória descritiva. Remodelação da Avenida da Liberdade, p. 16.

conjunto da Avenida.”³⁵¹ Relativamente a estes elementos escultóricos, foi sugerida a sua encomenda aos escultores: Numídico Bessone (1913-1985), Joaquim Martins Correia (1910-1999) e Salvador Barata Foyo (1899-1990).³⁵²

A execução do projeto prolongou-se no tempo e, em março de 1959 o Presidente da CML, solicitou, a Caldeira Cabral³⁵³ e Ribeiro Telles³⁵⁴ que elaborassem cada um deles, um parecer a justificar a necessidade da existência de um pavimento em mosaico de vidro na Avenida da Liberdade. No seu parecer, Caldeira Cabral expressou uma valorização deste artesanato criativo e empenho no pormenor ao afirmar: “Ao estudar o projeto do novo arranjo da Avenida da Liberdade pensaram os autores desde o início que o pavimento de mosaico de vidro se deveria manter. Assim se afirmou concretamente na memória do projeto a intenção de os manter, embora logo se dissesse da necessidade de estudar com o maior cuidado os novos vidros. De facto a nova geração do arranjo da Avenida, de acordo com as novas características de utilização e com a expressão atual, exigiam também para os mosaicos uma expressão diferente, embora dentro dos moldes e motivos tradicionais.”³⁵⁵ Referiu de seguida que partiu do Presidente da Câmara a sugestão de “(...) elevar o nível artístico do mosaico lisboeta passando de simples manifestação artesanal a um nível de verdadeira obra de arte conduziu à solução que se preconiza e que foi possível pela circunstância invulgar de se encontrar um verdadeiro artista, que é também um artífice e que assim se pôde realizar. A solução não só se distingue pelo desenho como também pelo emprego de materiais de expressão variada. Vamos atrás assim, dentro da melhor tradição portuguesa e lisboeta, ao encontro de uma tendência manifestada em toda a parte - lembro apenas - Estocolmo, Colónia, Estados Unidos e Brasil.”³⁵⁶

Posteriormente ainda se abriu um concurso para o fornecimento de 21 600 plantas herbáceas para plantar na Avenida da Liberdade e Praça Marquês de Pombal, não tendo sido recebida qualquer proposta para este concurso³⁵⁷, pensa-se que pelo elevado número de espécies e indivíduos dentro de cada uma das espécies, embora na sua maioria autóctones.³⁵⁸ Existia uma enorme predominância de espécies perenes sobre as plantas anuais. É de salientar uma grande quantidade de variedades da espécie *Iris germanica*.

³⁵¹ *Idem*, p. 6.

³⁵² LISBOA. Câmara Municipal. 3ª Repartição – Ofício do Diretor, 1955-08-05.

Ofício redigido pelo Chefe da 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem, José Pulido Garcia, dirigido ao Diretor dos Serviços Técnico - Especiais.

³⁵³ CABRAL, Caldeira - Parecer, 1959-03-14.

³⁵⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Parecer de Ribeiro Telles, 1959-03-14.

³⁵⁵ CABRAL, Caldeira - Parecer, 1959-03-14.

³⁵⁶ *Ibidem*.

³⁵⁷ LISBOA. Câmara Municipal. 2ª Repartição da Direção dos Serviços de Finanças - Ofício do Chefe, 1958-03-24.

Informação enviada pelo Chefe da 2ª Repartição da Direção dos Serviços de Finanças, Luciano da Fonseca Salvador.

³⁵⁸ Caderno de encargos do concurso de fornecimento de 21600 plantas herbáceas para a Avenida da Liberdade e Praça Marquês de Pombal, 1958-03-03.

Em outubro de 1958, ainda não tinham terminado os trabalhos de preparação e enchimento de terras nas placas da Avenida do troço Alexandre Herculano - Marquês de Pombal, nem se tinham iniciado as plantações nesta Praça.³⁵⁹ Passado um ano, Ribeiro Telles constatou em relatório destinado a um estudo comparativo com a situação existente em outubro de 1955, o mau estado fitossanitário das árvores situadas em zonas ainda não remodeladas da avenida, como as placas do lado nascente, referindo a morte de algumas destas, ao invés do que sucedia nas faixas ajardinadas do lado poente, que exibia um bom desenvolvimento vegetativo.³⁶⁰ Conclui-se da análise deste documento que na avenida, apenas o lado poente tinha sido remodelado, apresentando estas árvores uma elevada taxa de crescimento, troncos sãos e abundância foliar ao invés do que se passava do lado nascente, ainda não intervencionado.³⁶¹

Este projeto aplicou como linhas gerais, conceitos inovadores na sua época que não foram entendidos por parte do público. Desde outubro de 1955, que se verificaram reações negativas ao projeto. Já nessa data, a pedido do Presidente da CML, José Pulido Garcia submeteu à apreciação do diretor da DSTE os argumentos que a RAJ pretendia utilizar em resposta a afirmações realizadas na exposição apresentada pela Junta Diretiva do Grupo “Amigos de Lisboa” tais como: “a conservação da Avenida da Liberdade tal como é e a fizeram as gerações anteriores.”³⁶²

A opinião pública começou a ouvir-se através dos jornais. Se bem que em alguns destes se tivesse defendido os fundamentos do projeto, outros atacavam-nos ferozmente. Um destes casos foi o Diário Popular do dia 23 de março de 1957. Num artigo deste jornal é feita uma crítica severa ao novo aspeto da avenida afirmando-se: “A beleza da Avenida estava em grande parte nas suas proporções, na largueza e desenho dos empedrados, na disposição geométrica das árvores. Nada disso se mantém. A Avenida fica às avessas, virou uma avenida ao contrário. Dos lados das placas há zonas verdes desiguais e rua ao meio ensaibrada (...)”³⁶³ Em seguida compara o lado ocidental da avenida, onde o novo projeto já tinha sido construído, com o lado oriental, que se mantinha ainda inalterado afirmando: “Do lado nascente, apesar da vegetação descuidada e não valorizada em condições, de uma ou outra estreita rua que poderia suprimir-se em proveito dos canteiros, o aspeto é bem diverso: - há incontestavelmente uma avenida, de traça regular, desafogada, cheia de claridade, visibilidade e grandeza, cuja conceção não tem paralelo com aquela outra, por muito superior.”³⁶⁴ Em relação ao lado ocidental aborda ainda a falta dos desenhos em mosaico do pavimento e a inaptidão para a realização de desfiles

³⁵⁹ LISBOA. Câmara Municipal. 3ª Repartição - ofício do Engenheiro Chefe, 1958-10-14.

³⁶⁰ TELLES, Ribeiro - Avenida da Liberdade. Relatório sobre o aspeto geral e estado sanitário das árvores de alinhamento (Plantadas em caldeiras). Mês de Setembro, 1959-10-09.

³⁶¹ *Ibidem*.

³⁶² LISBOA. Câmara Municipal, 3ª Repartição - ofício do Engenheiro Chefe, 1955-10-03.

³⁶³ C, L. - E a Avenida? Confronto. Diário Popular.

³⁶⁴ *Ibidem*.

públicos pela proximidade do canteiro interno à faixa de rodagem.

Também dentro da própria CML surgiram vozes discordantes como a do vereador Francisco Ribeiro Ferreira, a 12 de março de 1958, que contestou o projeto relativamente ao trânsito, no que diz respeito à largura das faixas de rodagem centrais da avenida, com base no volume de veículos que entrava na mesma, no diâmetro da placa central da Praça Marquês de Pombal e das suas placas de triagem, ao perfil transversal da avenida, ao estacionamento e ainda em questões de caráter estético, tentando adjectivá-la como possuidora de um “aspeto demasiadamente informal”, já que ambicionava ver aqui “ajardinamentos formais geométricos e definidos (...)” ³⁶⁵ considerando a sua tipologia indicada para parque ou jardins dos bairros modernos de então.

Alguns arquitetos engrossavam o coro de protestos escrevendo em revistas da especialidade como é o caso da revista *Arquitetura* onde, em outubro de 1957, Carlos Duarte comenta o projeto. Este assume porém uma posição diferente de muitas outras ao afirmar: “ (...) desejamos esclarecer que – ao contrário de muitos críticos do projeto – cremos que hoje não seria aceitável, mesmo se possível, refazer integralmente o que existia antes das obras. Uma cidade não é um museu.” ³⁶⁶

Outro jornal, em fevereiro de 1960, num artigo intitulado “O Problema da Avenida”, assinado por apenas G. de A.M., comentando as obras da avenida testemunhava o movimento de opinião que se produziu no sentido de reaver o estado inicial desta artéria, demonstrando o poder da imprensa na manipulação da opinião pública. Nesse mesmo artigo o seu autor anuncia que França Borges, o novo Presidente da CML em funções desde o ano anterior, tinha ordenado a destruição do projeto de Ribeiro Telles e Caldeira Cabral e a reposição da situação anterior. ³⁶⁷

Também o arquiteto Jorge Segurado se expressou em carta dirigida ao próprio França Borges pela sua atitude afirmando: “ (...) pouco tempo após ocupar o cargo da direção e administração desta cidade de Lisboa, teve a coragem e firme decisão de repor e muito bem, a sua primeira artéria na traça e fisionomia primitivas, que num desvario infeliz tinham sido alteradas.” ³⁶⁸

França Borges pretendeu que fosse Ribeiro Telles, coautor do projeto e técnico da CML, a repor a situação inicial da avenida. Este recusou esta tarefa, o que levou a um desentendimento com o Presidente, e consequentemente à sua demissão desta instituição. ³⁶⁹

³⁶⁵ LISBOA Câmara Municipal. Parecer do vereador. 1958-03-12.

³⁶⁶ Revista *Arquitetura*. Lisboa. 1957, nº 60.

³⁶⁷ G. De A.M. – O Problema da Avenida.

³⁶⁸ SEGURADO. Jorge. [Carta ao Presidente da CML].

Carta de Jorge Segurado a França Borges, onde este pede ao Presidente que mande proceder ao ajardinamento dos espaços exteriores adjacentes aos blocos do Montepio Geral, construídos na Avenida do Brasil.

³⁶⁹ PESSOA, Fernando - Gonçalo Ribeiro Telles. A fotobiografia, p. 81.

Após a saída de funções de França Borges, Caldeira Cabral escreveu uma carta ao novo Presidente da Câmara e seu amigo, o engenheiro agrónomo Fernando Santos e Castro,³⁷⁰ num desabafo em que assumiu ter sido um dos períodos mais penosos da sua vida profissional, ver destruir a sua obra que “(...) ia crescendo e se ia afirmando, inteiramente de acordo com o que nós os autores tínhamos sonhado, e também com aquilo que o público, não prevenido pela campanha jornalística, afinal desejava. O último resto de todo esse sonho era a Rotunda. Aí as árvores que tinham deixado atingiam agora já o seu pleno desenvolvimento.”³⁷¹

O projeto de Ribeiro Telles e Caldeira Cabral para a Avenida da Liberdade interferia de forma bastante radical na imagem ‘instalada’ da avenida. Ressano Garcia, ao projetar a avenida, preocupou-se principalmente na obtenção de uma via de expansão da cidade, assegurando simultaneamente o recreio que os seus utentes tinham perdido com a demolição do Passeio Público, construindo uma série de estruturas construídas para o efeito como um coreto, esplanadas, quiosques, lagos e riachos sob pontes, etc. “ (...) para que tudo concorra para o aspeto grandioso que uma obra tão majestosa.”³⁷² não sendo, na época, o trânsito um fator limitante para o mesmo.

O projeto de Ribeiro Telles e Caldeira Cabral (Figs. 3.4.7a e 3.4.7b) destinou-se a resolver duas situações distintas, por um lado a avenida, tinha-se tornado num local de concentração de atividades comerciais, profissões liberais e recreio. Por outro lado, a presença de um número tão elevado de pessoas levava à necessidade da criação de espaços pedonais suficientemente amplos e de espaço de circulação de transportes. O projeto envolveu uma mudança radical da avenida, quer no campo estritamente formal quer na filosofia da conceção de espaços exteriores. Fisicamente em termos de perfil transversal da avenida ocorreram várias mudanças tais como: uma ampliação dos passeios laterais que passaram de 4 para 5,75 metros; uma ampliação das faixas de rodagem laterais que passaram de 6,5 para 9 metros, uma redução das placas arborizadas que passaram de 26 metros para apenas 20, sendo os dois passeios periféricos dessas placas substituídos por uma alameda central e finalmente uma ampliação da faixa de rodagem central de 16 para 19,5 metros sendo no seu centro criada uma faixa em cantaria. Os topos das placas passaram a ser recortados tangencialmente com vista a facilitar a mudança de direção dos veículos. Passaram também a existir lugares de estacionamento em espinha dos lados exteriores destas placas (Fig. 3.4.8).³⁷³

Um aumento da distância entre os dois renques de árvores centrais tinha como consequência uma ampliação da perspetiva central, valorizando-a. Esta valorização

³⁷⁰ Fernando Santos e Castro foi Presidente da CML entre 1970 e 1972.

³⁷¹ CABRAL, Caldeira [Carta ao Presidente da CML].

³⁷² GARCIA, Ressano - Memória descritiva do projeto da Avenida da Liberdade.

³⁷³ Arquitetura. Lisboa, 1957, nº 60, p. 14.

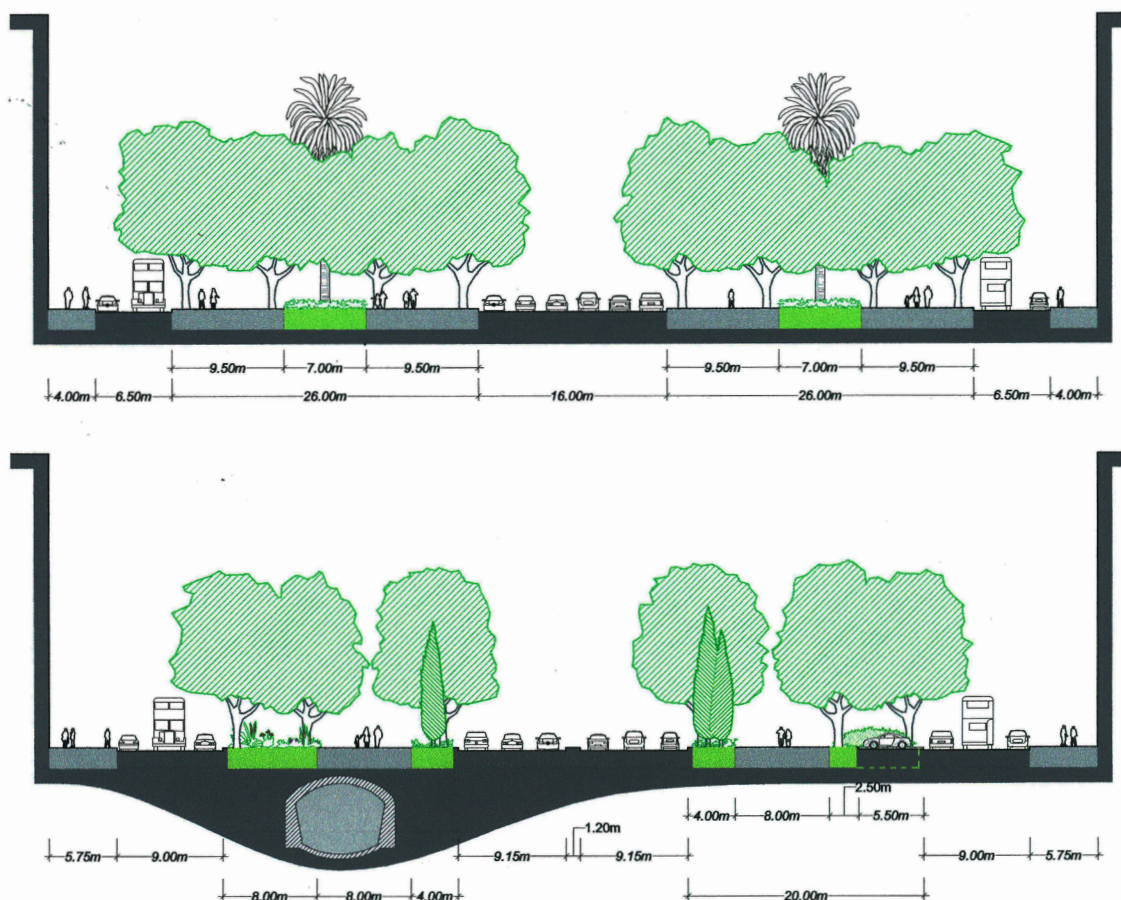


Fig. 3.4.7a – Estudo comparativo da Avenida da Liberdade. Solução Ressano Garcia. Teresa Bettencourt da Camara, 2014.



Fig. 3.4.7b – Estudo comparativo da Avenida da Liberdade. Solução Ribeiro Telles, Caldeira Cabral. Teresa Bettencourt da Camara, 2014.

Av. da Liberdade - Perfil transversal. Projecto de Frederico Ressano Garcia (1884). Esc. 1/500



Av. da Liberdade - Perfil transversal. Projecto de Francisco Caldeira Cabral e Gonçalo Ribeiro Teles (1956). Esc. 1/500

Fig. 3.4.8 – Comparação entre dois perfis transversais tipo da Avenida de duas diferentes propostas, o projeto de Ressano Garcia (1884) e o projeto de Caldeira Cabral e Ribeiro Telles (1956). Francisco Cabral de Moncada, 2014.

foi ainda acentuada pelo facto de se plantarem árvores de copa mais larga nas faixas laterais e reservar para as faixas centrais árvores de copa mais estreita (Fig. 3.4.11), sendo a forma da vegetação mais importante que a cor, que não foi mais importante que os outros fatores, ao contrário do que sucedia no “boulevard” que veio substituir.

Na faixa exterior, foi dada preferência a vegetação mais densa e elevada, incluindo um estrato arbustivo (Fig. 3.4.12) valorizando as árvores quer enquanto entidades botânicas quer esculturais. Ao contrário do que a crítica afirmava, a vegetação foi colocada muito criteriosamente. Foram tmbm plantados canteiros de herbáceas nas faixas exteriores com grande predominância de plantas perenes (Fig. 3.4.13). Estes “*mixed-borders*”, que acusavam uma informalidade floral, enquadravam os bancos de jardim (Fig. 3.4.14) contrariamente ao que sucedia no projeto anterior, onde os bancos estavam localizados sobre o pavimento.

Esta mudança do passeio pedonal para o espaço interior, entre as duas faixas ajardinadas, possibilitava uma ambicionada separação trânsito/comércio/recreio,



Fig. 3.4.9 – Ribeiro Telles na Avenida da Liberdade nos finais da década de 50.



Fig. 3.4.10 – Caldeira Cabral na Avenida da Liberdade nos finais da década de 50.

favorecendo largamente o peão que deste modo podia passear abstraindo-se do movimento junto aos edifícios, ocupados maioritariamente por comércio e serviços. Foram no entanto asseguradas passagens que possibilitavam ao público aceder ou deixar este passeio central em direção aos edifícios ou ao estacionamento, junto ao limite da faixa exterior (Fig. 3.4.15).

As faixas ajardinadas centrais mantiveram-se quase isentas de vegetação arbustiva (Fig. 3.4.16), com vista à manutenção do contacto visual, durante os desfiles ou paradas dos quais a faixa de rodagem central da avenida era e é ainda palco. Os topos das placas ficaram isentos de qualquer vegetação com vista a facilitar a visibilidade dos automobilistas que atravessavam a avenida ou nesta mudavam de direção (Fig. 3.4.17).

A remodelação do perfil transversal levou a acentuação de desníveis, resolvidos através de muretes que acumulavam a função de bancos (Fig. 3.4.18). Estes muretes revelaram-se estruturantes da composição. Nos caminhos, estes desníveis eram resolvidos por degraus. Em recantos e por vezes enquadrados por estes degraus foram implantados elementos escultóricos (Fig.3.4.19) que, em lugar de estarem orientados para sul em função da composição da avenida e sobrelevados por maciços de pedra que constituíam cascatas como sucedia no projeto de Ressano Garcia, estavam sim enquadrados em relação ao local que os integrava, numa rejeição assumida pela composição axial e simétrica, e negação de um estilo histórico. (Figs. 3.4.21 e 3.4.22)

O facto de este projeto não ter subsistido no tempo, impede-nos de construir uma argumentação fundamentada face às razões apresentadas para a sua destruição, sabemos sim que já existiam movimentações de interesses relativos ao prolongamento da avenida. Não podemos afirmar que este facto não tenha trazido conflitos de interesses em relação a uma avenida intensamente vivida pelos peões, estando assim envolvidos no processo fatores adicionais, cuja análise foge ao âmbito desta tese. No entanto, entendemos o projeto da Avenida da Liberdade como um momento de desgaste e mesmo rutura de relações profissionais. O acesso à documentação não é expedito pois



Fig. 3.4.11 - As faixas centrais apresentavam sobretudo árvores de copa mais estreita possibilitando uma perspetiva mais alargada. sd.



Fig. 3.4.12 - Cortina de arbustos em separando o passeio central de rua lateral da Avenida, s.d.



Fig. 3.4.13 - Mixed-border numa placa exterior da Avenida, s.d.



Fig. 3.4.14 - Bancos de jardim integrados na placa ajardinada exterior, s.d.



Fig. 3.4.15 - Passagem entre o passeio central e as ruas laterais, s.d.



Fig. 3.4.16 - Troncos limpos das árvores situadas junto à, ou na faixa ajardinada central. São também visíveis as árvores remanescentes do projeto de Ressano Garcia, s.d.



Fig. 3.4.17 – Topo de uma placa, s.d.



Fig. 3.4.18 – Os muretes de sustentação de terra como estruturas da composição assumindo a função de bancos, s.d.



Fig. 3.4.19 – Definição de planos horizontais e enquadramento de elemento escultórico. s.d.



Fig. 3.4.20 – Coexistência dos dois projetos de jardins da Avenida. Do lado nascente o projeto de Ressano Garcia, a poente o projeto de Ribeiro Telles e Caldeira Cabral

está dispersa ou eventualmente desaparecida e assim não se conseguiu reconstituir os factos completamente. A proposta de Caldeira Cabral e Ribeiro Telles, de conceção modernista, era muito ousada para o seu tempo. A intervenção em zonas históricas presta-se – ontem como hoje - à mobilização dos cidadãos e a diversas e intensas manifestações emocionais. Os arquitetos paisagistas, sensivelmente dez anos depois de afirmação profissional na CML e no espaço público de Lisboa, eram ainda em número muito reduzido e portanto para nenhum dos discípulos de Caldeira Cabral, nem para ele próprio, nada terá voltado a ser como dantes depois do projeto da Avenida da Liberdade. Mas nessa altura, já Caldeira Cabral granjeara vasta reputação internacional e outros horizontes se abriram.



Fig. 3.4.21 - Fotografia aérea da Avenida da Liberdade, 1938-1948.

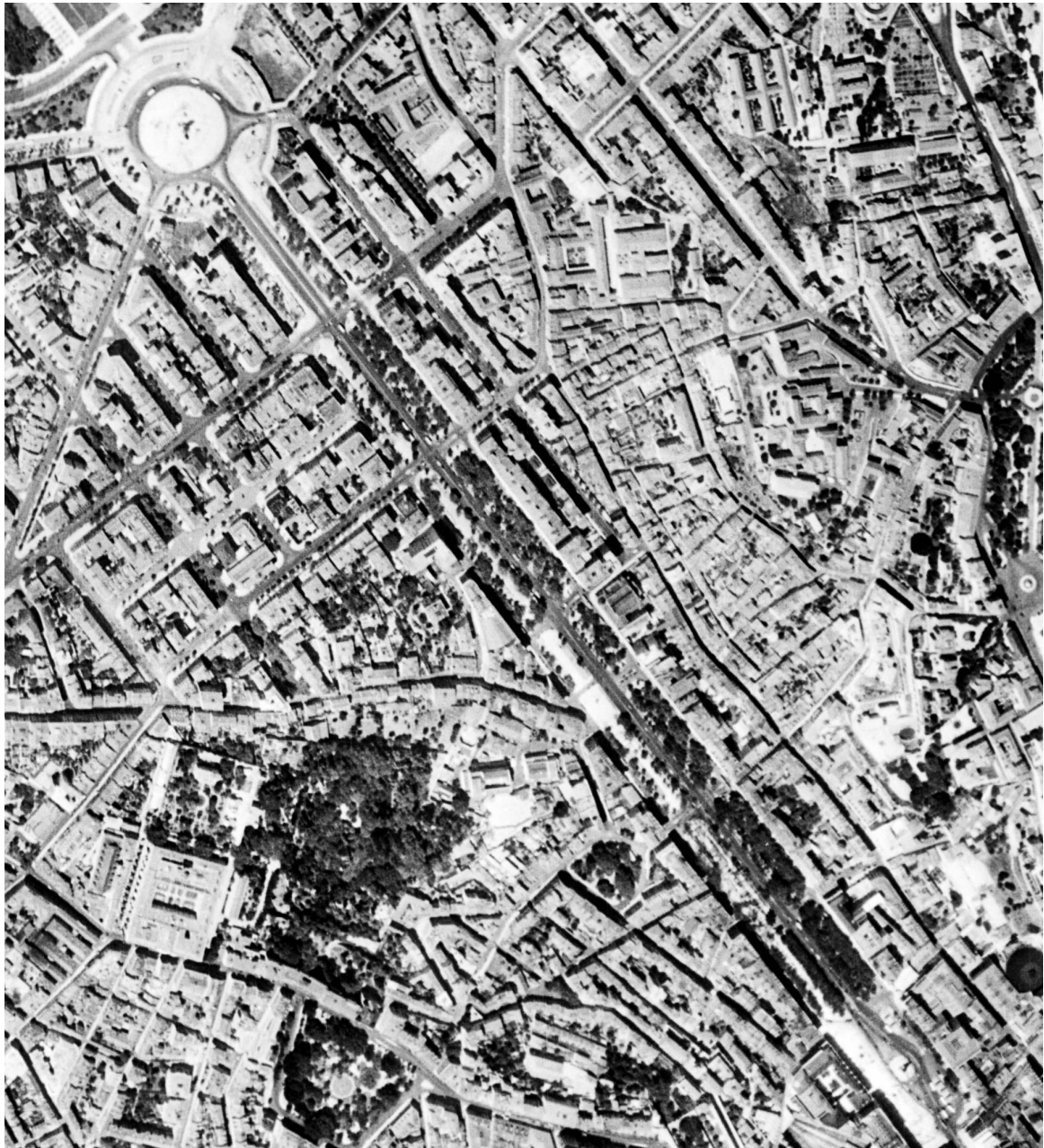


Fig. 3.4.22 - Fotografia aérea da Avenida da Liberdade, 1958. É visível a concretização do projeto de Ribeiro Telles e Caldeira Cabral no lado poente da Avenida e, do lado nascente, apenas entre a Rotunda do Marquês e a Avenida Alexandre Herculano.

3.5 O Parque do Vale do Silêncio

Desde muito cedo que o Parque do Vale do Silêncio está previsto no planeamento da zona oriental de Lisboa mas nem sempre com a mesma área. A primeira vez que vimos alguma referência ao Parque do Vale do Silêncio foi em 1955, no primeiro “Plano de Urbanização dos Olivais. Estudo-Base” coordenado por Guimarães Lobato, no qual, colaborou Ribeiro Telles. A zona adjacente à Avenida de Berlim, atualmente ocupada pelo parque, era destinada a uma área verde, arborizada ao longo dos seus limites, envolvendo uma enorme clareira, esta área era no entanto bastante inferior à realmente destinada mais tarde ao parque. Neste Estudo pode ler-se: “Na célula F reservou-se uma área ruralizada de cerca de 5,2 hectares que serve para melhor isolamento da zona industrial devidamente arborizada e utilizável em pequena cultura agrícola. Igual utilização terá uma pequena área da célula C junto ao Arruamento Entre Aeroportos”, sendo que a zona industrial ocupava a célula N (Figs. 3.5.1 e 3.5.2).³⁷⁴

Como se pode verificar uma das maiores preocupações era o isolamento relativamente aos fumos e odores e ruído resultantes da atividade industrial.³⁷⁵ Outra das preocupações era a de contribuir para o restabelecimento do contacto dos moradores com uma natureza rural. Ribeiro Telles, responsável pelo capítulo sobre “Espaços Verdes” assumiu simultaneamente uma atitude pedagógica ao afirmar relativamente a este assunto: “Como é evidente, estas áreas ruralizadas podem separar zonas urbanas de zonas fabris e com a sua compartimentação, proteger dos ventos os blocos habitacionais.”³⁷⁶ maciços arbóreos, destinados a ocultar durante todo o ano a zona industrial bem como o cemitério, deveriam ser constituídos por espécies perenifólias.³⁷⁷ A propósito da ligação que pretendeu neste estudo estabelecer entre os moradores citadinos e as realidades mais rurais acrescentou: “(...) o que, como já se salientou, sob o aspeto cultural, educativo e humano é de grande valor.”³⁷⁸

Neste “Estudo-base”, como já se referiu no capítulo anterior, prevaleceu também a ideia de o espaço verde se comportar como um logradouro coletivo da população.³⁷⁹ Para este parque, como para os outros espaços verdes com clareiras, previa-se, um revestimento com prado natural, com vista a uma economia de recursos humanos

³⁷⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - Urbanização dos Olivais, p. 12.

³⁷⁵ *Idem*, p. 26.

³⁷⁶ Câmara Municipal de Lisboa. Gabinete de Estudos de Urbanização - Urbanização dos Olivais, p. 26

³⁷⁷ *Idem*, p. 27.

³⁷⁸ *Idem*, p. 26.

³⁷⁹ *Ibidem*.



Fig. 3.5.1 - Olivais Sul. Parque Poente. Estudo de arranjo. Planta de localização. s.a, 1966.

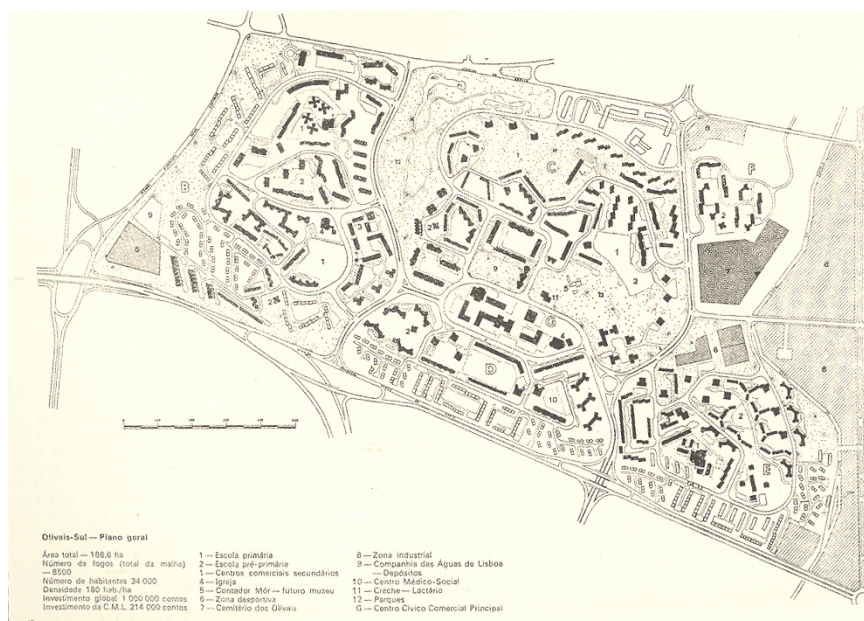


Fig. 3.5.2 - GTH. Plano dos Olivais Sul. José Rafael Botelho e Carlos Duarte, 1972.



Fig. 3.5.3 - Olivais Sul. Parque Poente. Estudo de arranjo. Terraplanagens, localização de perfis. s.a, 1966.

aplicados na sua manutenção.³⁸⁰ A plantação de sebes e cortinas arbóreas é preconizada de forma perpendicular à direção do vento Norte dominante no local durante todo o ano, amenizando o clima. Insiste na conservação das oliveiras centenárias pré-existentes no local ou, caso isso não seja de todo possível, o seu transplante.³⁸¹

Este estudo, relativamente aos Olivais Sul, sofreu um reajustamento em julho de 1959. Foi então elaborado o novo “Plano dos Olivais Sul”, da autoria dos arquitetos José Rafael Botelho e Carlos Duarte³⁸², embora utilizando parte da rede viária do projeto anterior entretanto já executada. Pela primeira vez pôde ver-se definido o Parque do Vale do Silêncio, situado ao longo do limite poente e parte do limite norte da célula C, facilmente acessível por todos os habitantes da metade poente do bairro, apresentando a implantação atual, com uma planta em forma de L invertido. Na época era possível usufruir em vários pontos, de uma vista privilegiada sobre o rio Tejo e a margem Sul. Com cerca de 9,78 ha, este parque desenvolve-se ao longo de um vale secundário e suas encostas.³⁸³ Na Fig. 3.5.3 poder ver-se uma linha de água delineada que termina num grande lago.

A ideia da utilização do parque como zona tampão relativamente aos incómodos que a proximidade de uma zona industrial causava foi invocada assim como a sua função de apoio às escolas primárias situadas na sua orla, possibilitando estas aulas ao ar livre e o recreio das crianças.³⁸⁴

Relativamente à equipa que realizava os projetos podemos ler no boletim do GTH: “A extensão das tarefas que o Gabinete Técnico da Habitação tem a cargo exigem a colaboração de um apreciável número de técnicos. Atualmente, distribuídos pelos diversos sectores de atividade, em funcionamento, trabalham 19 arquitetos e 33 engenheiros, incluindo os 5 arquitetos e 16 engenheiros que fazem parte do quadro permanente do pessoal. O número de desenhadores e funcionários subalternos acha-se em proporção com estes quantitativos. O constante incremento quer das obras em execução, quer dos estudos de apoio ou de projeto têm demonstrado ficar o atual contingente ainda aquém das futuras necessidades.”³⁸⁵

Em Março de 1965, começou-se a entender a necessidade da formação de uma equipa dedicada apenas ao problema do arranjo dos espaços verdes,³⁸⁶ de facto existem muitos estudos e projetos não assinados, não sendo possível afirmar se foram de facto realizados por arquitetos paisagistas. O Estudo que se apresenta de seguida é um destes casos.

³⁸⁰ *Idem*, p. 29.

³⁸¹ *Ibidem*.

³⁸² HEITOR, Teresa Valsassina - A expansão da cidade para o Oriente.

³⁸³ ANDRESEN, Teresa - Lugares da Arquitetura Paisagista em Portuguesa.

³⁸⁴ LISBOA. Câmara Municipal. Gabinete Técnico da Habitação - Urbanização de Olivais Sul. Serviço de Planeamento.

³⁸⁵ *Idem*, p. 52.

³⁸⁶ FERREIRA Maria João - Evolução das zonas verdes do bairro de Olivais Sul.



Fig. 3.5.4 - Célula C. Zona do Parque, levantamento. s.a, 1967.

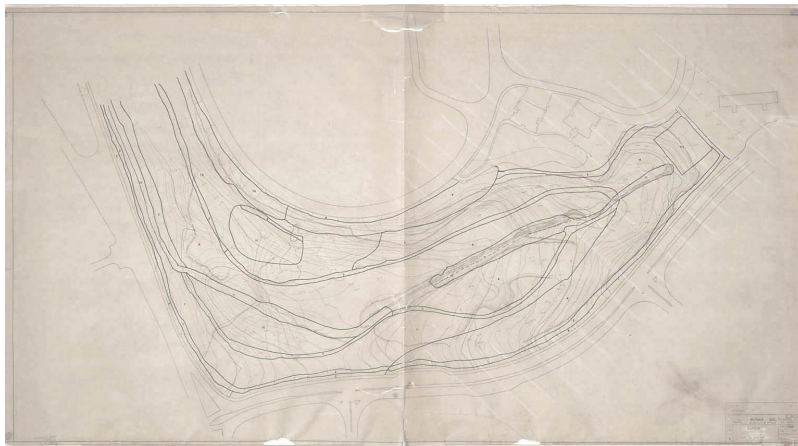


Fig. 3.5.5 - Célula C. Zona do Parque. Plano de zonamento da plantação. s.a, 1967.

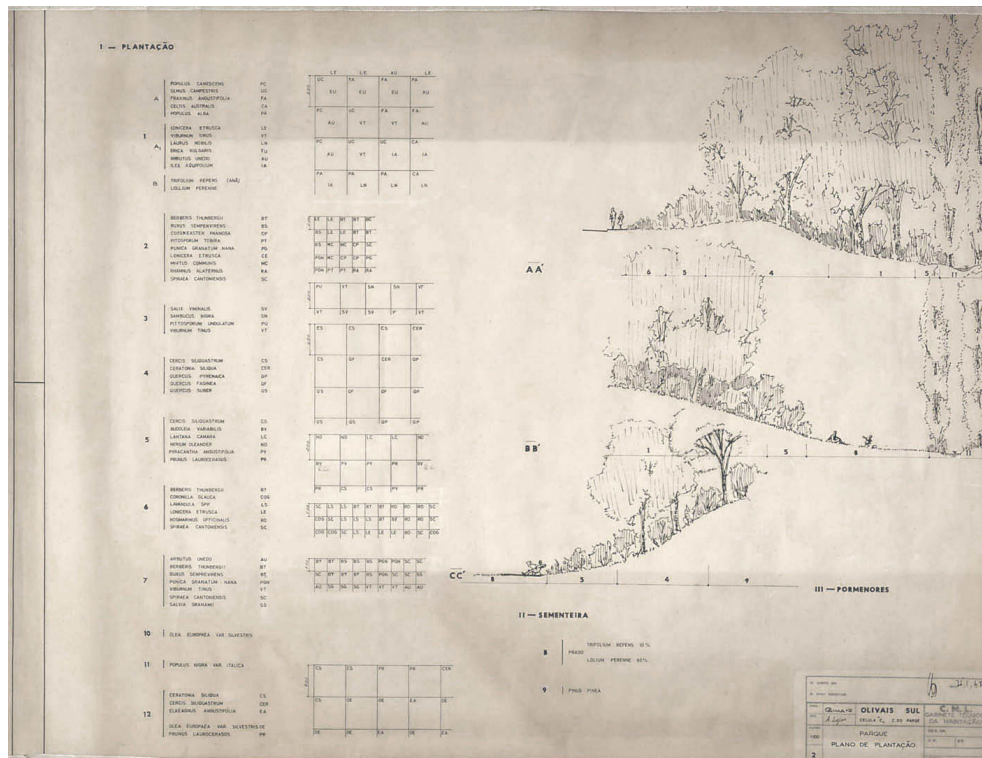


Fig. 3.5.6 - Célula C. Zona do Parque. Plano de plantação. Sousa da Câmara, 1968.

Em janeiro de 1968, Sousa da Câmara elaborou um plano de plantação conhecendo-se o zonamento da plantação e os respetivos cortes (Figs. 3.5.5 e 3.5.6). Este plano apresenta a linha de água herdada do programa do Plano de 1961, mas não contempla o lago. Selecionou no seu projeto espécies vegetais autóctones, posicionadas segundo na sua aptidão ecológica, tendo em conta a topografia do terreno e a exposição solar das encostas. Plantou perenifólias de sistemas secos, como o pinheiro manso (*Pinus pinea*), ao longo da linha de cumeada, e caducifólias, de sistemas húmidos como o choupo negro (*Populus nigra var. italica*) na margem, acompanhando a linha de água. A meia encosta plantou um conjunto de espécies misto, constituído por espécies arbóreas caducifólias como o choupo branco (*Populus alba*), o choupo cinzento (*Populus canescens*), o Ulmeiro-das-folhas-lisas (*Ulmus campestris*), o lodão-bastardo (*Celtis australis*) e o freixo (*Fraxinus angustifolia*). Selecionou para meia encosta mata constituída por Carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), carvalho cerquinho (*Quercus faginea*), alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*) e a olaia (*Cercis siliquastrum*). Também os arbustos escolhidos eram de espécies autóctones.

No âmbito da construção, em 1967, foram preparados no Parque 70 000m² de terreno, incluindo estrumações e as movimentações necessárias à modelação do terreno.³⁸⁷ Os moradores em 1968 insurgiram-se enviando uma cara ao Presidente da CML pois havia passado já 5 anos sobre a data do bairro começar a ser habitado, e o parque ainda não estava concluído.³⁸⁸ De facto, praticamente ainda não se tinham realizado plantações no Parque Poente (Fig. 3.5.7). Em 1969, no âmbito da construção do Parque, houve lugar a plantação de árvores e arbustos e a abertura de caminhos.³⁸⁹ A partir de 1971 o ritmo de construção de zonas verdes nos Olivais abrandou muito consideravelmente.³⁹⁰ Relativamente ao Parque realizaram-se as plantações de árvores, arbustos e herbáceas vivazes, colocação de bancos de jardim e apetrechamento das zonas de estadia do Parque e em 1972 foram concluídos os campos de jogos.³⁹¹

O nome “Vale do Silêncio” é justificado num testemunho da arquiteta paisagista Cristina Castel-Branco: “Lembro-me que Sousa da Câmara explicava como se protegera o silêncio do vale através de taludes recobertos de vegetação densa que funcionavam como barreiras ao ruído do tráfego da cidade” e acrescenta “ (...) este projeto fora no seu princípio de carreira, aquele em havia investido todos os ensinamentos do seu mestre Caldeira Cabral. Até as preocupações sociais se inscreviam claras nas soluções

³⁸⁷ LISBOA. Câmara Municipal. Gabinete Técnico da Habitação - Relatório de atividade do Serviço de Arborização e Ajardinamento (Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas).

³⁸⁸ CUNHA, Ana - Os planos de Urbanização dos Bairros da Encarnação e dos Olivais.

³⁸⁹ LISBOA. Câmara Municipal. Gabinete Técnico da Habitação - Relatório de Atividades do Serviço em Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas durante o ano de 1969.

³⁹⁰ FERREIRA, Maria João - Evolução das zonas verdes do bairro de Olivais sul.

³⁹¹ *Ibidem*.



Fig. 3.5.7- Fotografia aérea do Parque do Vale do Silêncio, 1968.



Fig. 3.5.8a - O Parque do Vale do Silêncio, 2014



Fig. 3.5.8b - O Parque do Vale do Silêncio, 2014



Fig. 3.5.8c - O Parque do Vale do Silêncio, 2014



Fig. 3.5.8d - O Parque do Vale do Silêncio, 2014

do parque, e iam servindo para ilustrar as aulas de projeto; ao caminhos construídos com materiais e dimensões capazes de responder às exigências de um espaço para ser usado intensamente, para nele se passearem e se cruzarem os residentes do bairro que seguia as orientações das New Towns de Inglaterra.”³⁹²

A localização e topografia do local determinam as soluções projetuais do Parque do Vale do Silêncio (Figs. 3.5.8a a 3.5.8d). Situado num vale aberto, de declive suave, é orientado maioritariamente a norte, infletindo depois para nascente. Embora não tenha sido concretizado o ribeiro previsto, no projeto inicial de Sousa da Câmara, a leitura do espaço é perfeitamente intuitiva e portanto clara transmitindo uma sensação de serenidade.

A nascente, ao longo de uma faixa de cota mais alta encontramos plantados pinheiros mansos (*Pinus pinea*), formando uma mata perenifólia, que a meia encosta é continuada por uma mata caducifólia constituída por várias espécies, a linha de água está materializada no terreno através de um alinhamento de choupos negros (*Populus nigra*) que em parte do seu troço acompanha um caminho, a que se segue na várzea um vasto prado de sequeiro. Esta encosta permite-nos realizar uma leitura dos ciclos da vida vegetal ao longo do ano. A zona de cota mais elevada do parque, no extremo sul, é ocupada por uma mancha de mata perenifólia com predominância de carvalhos. Descendo desta até à meia encosta, envolve também o parque na sua vertente poente em quase toda a sua extensão. Cria uma série de ambientes desde os mais contemplativos em locais mais recônditos, aos espaços de enquadramento de um campo desportivo, alberga um parque de merendas, e ainda a poente isola o parque de uma avenida limítrofe muito movimentada. O extenso prado constitui em si um enorme campo de jogos.

A rede de caminhos é muito clara e eficaz. Sugere um caminho longo e confortável pela sua pendente suave e largura, estabelecendo no entanto várias ligações com o exterior. O enorme prado permite uma ampla perspetiva do local sendo evidente que o desenho do espaço suplanta em absoluto o desenho da forma. O parque é bastante frequentado constituindo de facto aquilo para o qual foi projetado - um enorme logradouro comum destinado à vivência dos habitantes dos Olivais, que nele podem sentir os benefícios físicos e psicológicos de um contacto íntimo com a natureza, numa comemoração da sua beleza intrínseca, tudo isto de acordo com as necessidades e hábitos da vida moderna.

³⁹² CASTEL-BRANCO, Cristina - O vale do Silêncio de Sousa da Câmara, p. 14.

3.6 O Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian

A Fundação Calouste Gulbenkian resultou da concretização da vontade de Calouste Sarkis Gulbenkian (1869-1955) que a 18 de junho de 1953 previu no seu testamento que “ (...) criava uma fundação portuguesa, com sede em Lisboa, com fins caritativos, artísticos, educacionais e científicos e instituí-a herdeira de remanescente da sua fortuna, em que figuravam todas as suas coleções de arte fosse qual fosse o lugar em que, à morte do testador, se encontrassem.” ³⁹³ Calouste Gulbenkian faleceu a 20 de julho de 1955 e um ano mais tarde foram aprovados os estatutos da Fundação, pelo que se iniciou a procura de um local para a concretização deste projeto. José Azeredo Perdigão (1896-1993), advogado de Calouste Gulbenkian, primeiro funcionário da mesma e Presidente da administração vitalício desde 1955, ³⁹⁴ tendo contactado com Guimarães Lobato, diretor dos Serviços de Urbanização da CML, a fim de se informar acerca do previsto para a cidade no Plano Diretor de Urbanização de Lisboa, cativado pela sua capacidade de liderança e conhecimento profundo desta cidade, contratou-o como seu colaborador na função de executar a vontade de Calouste Gulbenkian, executando o projeto da construção da sede e museu da Fundação Calouste Gulbenkian. ³⁹⁵ Guimarães Lobato foi contratado na qualidade de engenheiro consultor e em 1960 como Diretor do Serviço de Projetos e Obras. ³⁹⁶

Guimarães Lobato começou o seu trabalho pela seleção de um espaço adequado à instalação da Fundação. De entre cinco possíveis localizações foi escolhida o Parque de Santa Gertrudes com um total de cerca de 70 000 m² que passou a ser conhecido como Parque de Palhavã (Fig. 3.6.1). ³⁹⁷ Entre 1943 e 1956, o Parque, durante os meses de verão, funcionou como Feira Popular, sendo vendido uma parte, 69 283 m² em 30 de abril de 1957, pelo seu proprietário, Vasco Maria Eugénio de Almeida, Conde de Vilalva (1913 – 1975) à Fundação Calouste Gulbenkian. Em 2006 a Fundação adquiriu o restante da propriedade. ³⁹⁸ Segundo a escritura de venda assinada em 1957 este terreno destinava-se: “(...) b) à construção dos edifícios necessários, agora e no futuro, quer à instalação dos serviços da dita Fundação, quer à realização dos seus fins estatutários, e a parte sobrance o parque (...) c) (...) não só para seu uso próprio, mas também para uso público,

³⁹³ CARAPINHA, Aurora – Fundação Calouste Gulbenkian, p. 48.

³⁹⁴ FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN - José Henrique de Azeredo Perdigão.

³⁹⁵ CARAPINHA, Aurora – Fundação Calouste Gulbenkian.

³⁹⁶ LOBATO, GUIMARÃES - Relatório de actividades de Novembro de 1956 a Junho de 1958, 1958-06-02.

³⁹⁷ CARAPINHA, Aurora – Fundação Calouste Gulbenkian.

³⁹⁸ *Ibidem*.

nas condições quanto a este, que vierem a ser estabelecidas pela Câmara Municipal de Lisboa, segundo os regulamentos gerais dos parques e jardins municipais vedados d) Que, para o efeito do disposto nas alíneas anteriores, e sem prejuízo do que nelas estipula, logo após a construção do palácio, museu e biblioteca que, em primeiro lugar, a «Fundação» se propõe construir no local, a «Fundação» constituirá, na parte sobrança, de sua conta, o mencionado parque e e) que a conservação do parque e a sua polícia, depois de o mesmo ser aberto ao público, caberão à Câmara Municipal de Lisboa.”³⁹⁹

Guimarães Lobato realizou relatórios de atividades, que assinou como “engenheiro consultor” aos quais no âmbito da pesquisa desta dissertação se teve acesso e que possibilitaram uma análise temporal da evolução do desenvolvimento dos trabalhos efetuados. O primeiro relatório de atividades consultado diz respeito às ações desenvolvidas entre novembro de 1956 e junho de 1958. Neste pode ler-se que, de novembro de 1956 a setembro de 1957, “ (...) tratou-se exclusivamente da localização das instalações da Fundação e da programação geral dos edifícios a construir.”⁴⁰⁰ Refere que em abril de 1957 se procedeu à aquisição para o efeito do Parque de Santa Gertrudes e ainda “ (...) Em Abril deste ano houve oportunidade de em Paris visitar o novo edifício da UNESCO e de examinar os novos projectos dos museus do Havre e de Paris (Artes e Tradições Populares). Também no ICOM, serviço que na UNESCO se ocupa de museus, foi possível obter informações pormenorizadas sobre o sentido da evolução actual da museologia, em face da experiencia colhida na construção dos novos museus da América e da Europa, principalmente em Itália. Todos estes elementos informativos foram de grande utilidade para o prosseguimento dos trabalhos de programação do museu que estão agora a prosseguir activamente de colaboração com os Serviços de Belas Artes.”⁴⁰¹

Neste mesmo relatório refere os trabalhos ocorridos no Parque de Palhavã com vista à instalação de alguns serviços, à desocupação do terreno pela Feira Popular e posteriormente recuperação paisagística do parque: “ (...) Estes serviços ocuparam-se das instalações provisórias no Parque de Palhavã, a partir de Agosto de 1957. Em 1ª fase construiu-se um pavilhão e adaptou-se o da antiga administração da Feira Popular (...) Durante o período que decorreu de Agosto de 1957 até ao presente foi necessário acompanhar a desocupação do Parque de Palhavã das Instalações da Feira Popular (...) No Parque de Palhavã iniciaram-se os trabalhos de limpeza geral e de conservação do arvoredo, dando-lhe um arranjo condigno com a presença das instalações administrativas da Fundação (...).”⁴⁰² Relativamente ao pessoal contratado para a recuperação do jardim

399 CARAPINHA, Aurora – Fundação Calouste Gulbenkian, p. 47.

400 LOBATO, GUIMARÃES - Relatório de actividades de Novembro de 1956 a Junho de 1958, 1958-06-02.

401 *Ibidem*.

402 *Ibidem*.

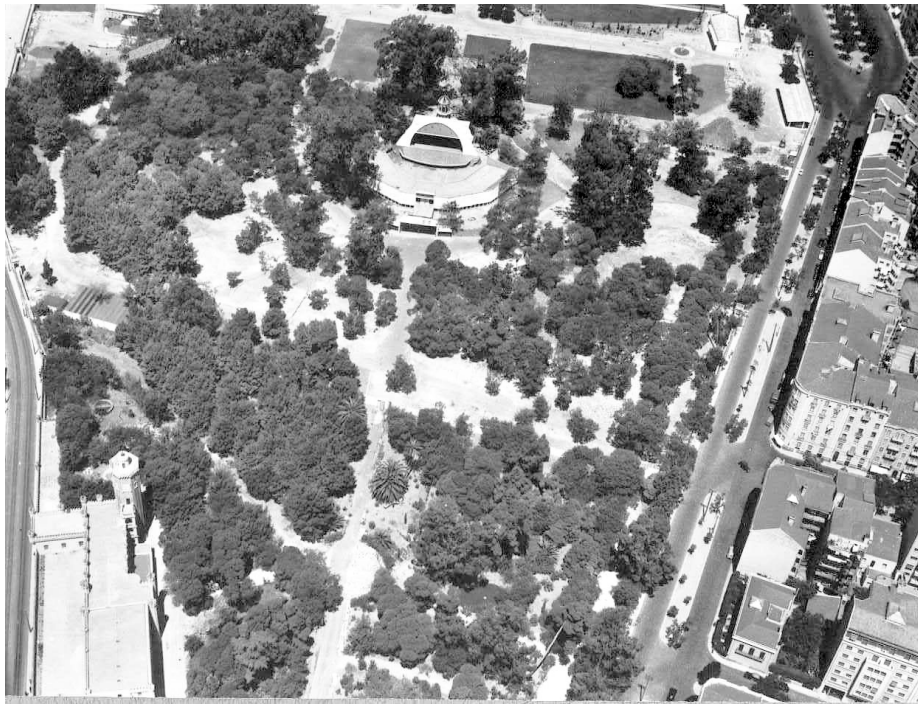


Fig. 3.6.1- Foto aérea do Parque de Santa Gertrudes, s.d.

refere “um encarregado de jardinagem, dois cantoneiros de jardim e 20 a 30 jardineiros assalariados eventualmente.”⁴⁰³

Em fevereiro de 1958, Azeredo Perdigão levantou a hipótese da transferência dos Serviços das Bolsas de Estudo, de Beneficência, de Belas Artes, de Projetos e Obras, das Bibliotecas Itinerantes e de Contabilidade, da Rua de São Nicolau para as instalações provisórias construídas no Parque, junto à Avenida de Berna, local não destinado à construção dos edifícios da Fundação. Nesse mesmo mês Ribeiro Telles, cujo desempenho Guimarães Lobato conhecia, na CML, projetou um jardim a sul das instalações provisórias que alterou e expandiu em maio mediante a transferência dos Serviços da Administração para o local.⁴⁰⁴

Guimarães Lobato solicitou os préstimos dos arquitetos paisagistas que com ele tinham colaborado na CML. Neste âmbito Azevedo Coutinho apresentou a 12 de março o “Esquema de Execução dos Trabalhos Iniciais de Jardinagem no Parque de Palhavã.”⁴⁰⁵ Neste relatório Azevedo Coutinho começa por fazer uma primeira avaliação do estado do estrato arbóreo sugerindo que este seja mantido e considerado como ponto de partida essencial num futuro tratamento dado ao espaço e considerou que “ (...) 80 por cento do coberto arbóreo, constituído predominantemente por árvores folhosas de folha caduca,

⁴⁰³ *Ibidem*.

⁴⁰⁴ CARAPINHA, Aurora – Fundação Calouste Gulbenkian.

⁴⁰⁵ *Idem*, p. 62.

era aproveitável (...) ”⁴⁰⁶ destacando um agrupamento de *Platanus orientalis* de grande porte. No grupo das folhosas perenifólias salientou a presença de vários exemplares notáveis de *Eucalyptus globulus* destacando um deles, situado nas margens do lago, junto ao mirante como digno de ser considerado de interesse público.⁴⁰⁷ Como afirma Aurora Carapinha: ”Em certa medida esta avaliação, ainda que de forma indireta, orientava já a localização dos futuros edifícios, uma vez que considerava o coberto arbóreo como base do sistema vegetal do futuro jardim, e algumas manchas de vegetação e alguns exemplares arbóreos como intocáveis. Este documento é, portanto, muito mais que um Esquema de Execução dos trabalhos iniciais de jardinagem no Parque de Palhavã. É um texto definidor de linhas programáticas tanto para o jardim como para o complexo edificado (...)”⁴⁰⁸ Azevedo Coutinho elaborou uma lista de medidas de emergência a executar entre 1 de abril e 31 de dezembro desse ano, considerando essencial dar início a um processo contínuo de beneficiação e conservação do arvoredo. Nessa lista, de entre as várias medidas consideradas necessárias encontrava-se o estabelecimento de um sistema de rega provisório e um levantamento topográfico de pormenor com a referenciação das espécies arbóreas de maior importância e com a delimitação das zonas para a organização e orientação de trabalhos.⁴⁰⁹ Por tudo isto este documento foi considerado por Aurora Carapinha como fundador do Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian.⁴¹⁰

O Presidente deu a esta proposta, o seu parecer favorável a 17 de março.⁴¹¹ Foram então instalados viveiros a norte do Parque que acompanharam a instalação, manutenção e desenvolvimento dos jardins. Iniciados os trabalhos de reabilitação Azevedo Coutinho realizou em julho desse ano uma vasta lista de plantas, parte destinada às zonas junto às instalações provisórias e parte aos referidos viveiros de reserva. Constaram dessa lista cerca de 77 espécies de plantas, entre árvores, arbustos e herbáceas, quer vivazes quer anuais. Propôs a aquisição destas plantas aos viveiros camarários por estas serem de boa qualidade e a um preço económico. Em Outubro solicitou a compra de mais 44 espécies de árvores e arbustos.⁴¹²

A maioria das medidas propostas por Azevedo Coutinho foram concluídas no tempo previsto e o espaço evidenciou então todas as suas potencialidades, enquanto era delineado nas instalações provisórias o programa do concurso das futuras instalações da Fundação. No relatório deste ano Guimarães Lobato, diz que a limpeza, arranjo e

⁴⁰⁶ *Idem*, p. 63.

⁴⁰⁷ *Ibidem*.

⁴⁰⁸ *Ibidem*.

⁴⁰⁹ *Ibidem*.

⁴¹⁰ *Idem*, p. 62.

⁴¹¹ *Ibidem*.

⁴¹² *Ibidem*.

recuperação do Parque de Santa Gertrudes terminou praticamente no fim do ano.⁴¹³ Teresa Andresen, referindo-se ao Jardim Gulbenkian, afirma: “Viana Barreto e Ribeiro Telles apenas trabalharam conjuntamente uma vez num projeto de sinergias várias e marcante de uma forma de conceber a paisagem urbana.”⁴¹⁴ Se acrescentarmos o contributo decisivo de Azevedo Coutinho para o projeto deste parque, fica sem dúvida reforçada a vertente sinérgica deste projeto, sendo que Teresa Andresen também refere que Caldeira Cabral terá procedido a um inventário da vegetação.⁴¹⁵

Relativamente ao relatório anual elaborado por Guimarães Lobato, referente ao ano de 1959 pode ler-se: “ (...) Concluiu-se no princípio do ano a elaboração do programa das instalações da Sede e Museu da Fundação (...). Seguiu-se o estabelecimento da orientação que deveria presidir à escolha dos arquitetos (...). Foram simultaneamente convidados os arquitectos portugueses Carlos Ramos e Francisco Keil do Amaral para actuarem como consultores, tendo logo prestado a sua colaboração na indicação final de nomes de arquitectos que poderiam constituir as equipas. Para completar o quadro da informação foram convidados os arquitectos professores Sir Leslie Martin e Franco Albini para actuarem como consultores especializados.”⁴¹⁶

Em princípios de 1959 ficou assim definido o programa das Instalações da Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian, o concurso que levaria à seleção dos seus protagonistas bem como o nome dos arquitetos contratados como consultores para acompanhar este processo. Coube aos arquitetos Keil do Amaral e a Carlos Ramos a tarefa de seleccionar os colegas que iriam constituir cada uma das três equipas concorrentes, segundo uma orientação pré-determinada, para dar resposta ao programa delineado. As equipas escolhidas foram A: Ruy Athouguia, Alberto Pessoa e Pedro Cid, B: Arménio Losa, Luís Pádua Ramos e Formosinho Sanchez e C: Arnaldo Araújo, Frederico Jorge e Manuel Laginha (Figs. 3.6.2 a 3.6.4).

Viana Barreto foi convidado pelo arquiteto Ruy Athouguia, seu cunhado, com quem já tinha colaborado em vários outros projetos, a integrar a equipa estando envolvido no processo de conceção do projeto da Fundação desde a sua génese. Para além do trabalho de Azevedo Coutinho, foi novamente definida a vegetação preexistente a manter, sendo projetada uma solução para o revestimento vegetal da cobertura de um extenso parque de estacionamento subterrâneo - num total de 7000m² -⁴¹⁷ bem como os vastos jardins em terraço e floreiras de alguns dos edifícios. Para a aplicação dos conhecimentos técnicos necessários valeu-lhe a experiência técnica obtida no projeto

⁴¹³ LOBATO, GUIMARÃES - Relatório de actividades do ano de 1958, [1959].

⁴¹⁴ ANDRESEN, Teresa – Três décadas de arquitetura paisagista em Portugal: 1940-1970, p. 89.

⁴¹⁵ *Ibidem*.

⁴¹⁶ LOBATO, GUIMARÃES - Relatório de actividades do ano de 1959, 1960-02.

⁴¹⁷ BARRETO, Viana – Os Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian, p. 213-214.

dos terraços ajardinados do Hotel Ritz em que tinha colaborado com o arquiteto Pardal Monteiro, trabalho que desenvolveu em coautoria com Álvaro Dentinho em junho de 1959.⁴¹⁸ A dimensão e a pendente do terreno sobre o parque de estacionamento traziam dificuldades na fixação das raízes às quais se somavam problemas de drenagem.⁴¹⁹ Esta experiência foi determinante nas soluções levadas a concurso pela equipa A, neste estudo prévio.

Num relatório de atividades de Guimarães Lobato este afirma: “Retiraram-se do parque cerca de 8000 m cúbicos de entulhos (...) procedeu-se à replantação do parque e ao seu arranjo paisagístico com grandes espaços relvados. Na sequência dos trabalhos foram encomendados estudos de anteprojecto, a cada um dos três seguintes grupos de arquitetos (...). Em determinadas fases de trabalho colaboraram o director do ICOM (*The International Council of Museums*) Snr. George Henri Riviére e o Arquitecto William Allen,⁴²⁰ da *Building Research Station de Londres*.”⁴²¹

Num outro relatório relativo também a atividades desenvolvidas em finais de 1959 e inícios de 1960 Guimarães Lobato relata: “Em fim de 1959 foram apresentados os estudos de anteprojetos encomendados aos três grupos de arquitectos convidados para o efeito. No meado de 1960 e em seguimento da apresentação dos trabalhos o Conselho de Administração resolveu adoptar o estudo de ante-projecto elaborado pelos arquitectos Alberto Pessoa, Ruy Athouguia e Pedro Cid.”⁴²²

A proposta da equipa A saiu vencedora e sendo evidente nas soluções conceptuais apresentadas neste anteprojecto, a comunhão de ideias entre os arquitetos e o arquiteto paisagista Viana Barreto como se pode depreender da seguinte transcrição da memória descritiva deste projeto que passamos a transcrever: “ (...) A construção implanta-se em posição central dentro do Parque, com uma ocupação de área de cerca de 15%, sendo as orlas arborizadas envolventes suficientemente amplas para garantirem um bom isolamento em relação às vias de transito periférico. As condições topográficas do local, onde as árvores de maior porte se encontram numa zona de cota mais elevada do que toda a orla Norte do terreno, permitiram localizar na depressão existente, um vasto piso subterrâneo, cuja cobertura dá origem a uma ligeira sobrelevação artificial, que valoriza perspectivamente os edifícios. A distribuição dos volumes de construção obedeceu fundamentalmente a uma procura de horizontalidade, que deixasse ler para lá deles, e em todas as direcções, a continuidade do Parque. O Parque condicionou também

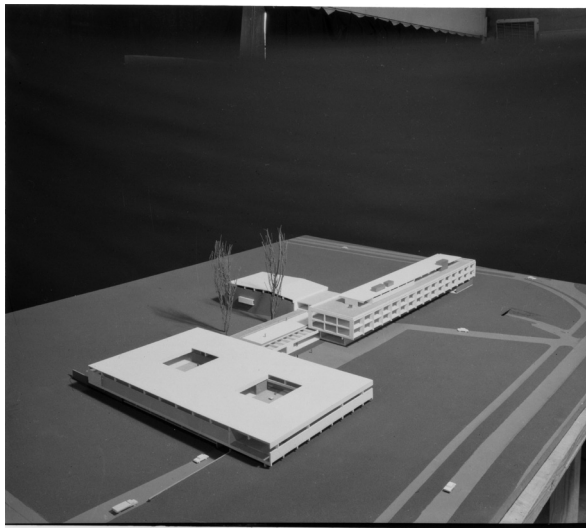
⁴¹⁸ ANDRESEN, Teresa; CAMARA, Teresa; CARVALHO, Luís – Lugares da arquitetura paisagista portuguesa: 1940-1970, p. 288.

⁴¹⁹ CARAPINHA, Aurora – Fundação Calouste Gulbenkian.

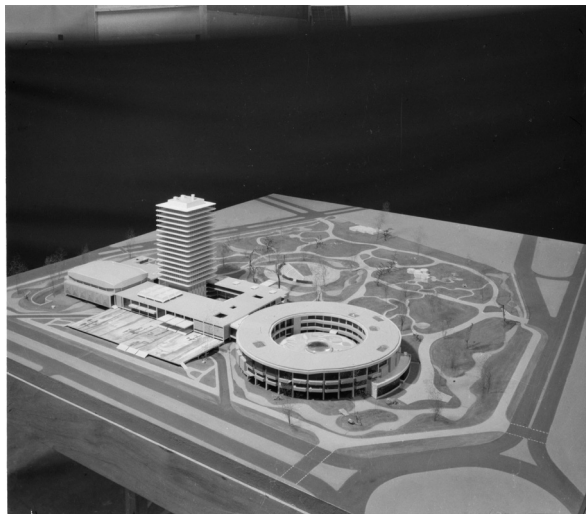
⁴²⁰ William Alexander Allen (1929-1998).

⁴²¹ LOBATO, GUIMARÃES - Relatório de actividades em 1960, 1960-05-06.

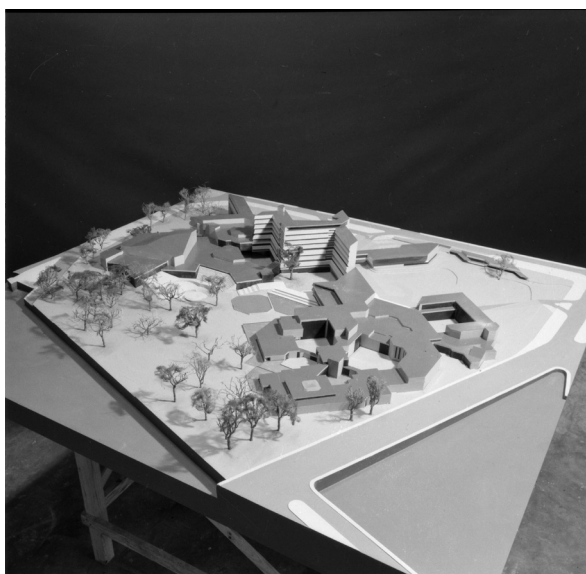
⁴²² *Ibidem*.



3.6.2 – Maqueta do concurso para as “Instalações da Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian”. Equipa A, s.d.



3.6.3 - Maqueta do concurso para as “Instalações da Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian”. Equipa B, s.d.



3.6.4 – Maqueta do concurso para as “Instalações da Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian”. Equipa C, s.d.

a organização dos espaços interiores, que se procuram valorizar em função da zona verde que os envolve. (...) As coberturas dos corpos mais baixos foram tratados ou como extensão do próprio Parque (salas de reunião e conferências) ou como terraço ajardinado na cobertura da nave de exposições temporárias, o qual constitui prolongamento ao ar livre das instalações de Recepção e da Presidência. (...) Este anfiteatro (concebido sem qualquer rigidez de traçado) sendo as filas de lugares dispostos por entre o arvoredado, constitui um elemento paisagístico (...). O arranjo paisagístico do Parque prevê-se realizável em grandes extensões de relvado com maciços de arvoredado e um mínimo de arruamentos de serviço. Prevê-se não só a conservação das melhores espécies existentes, entre as quais avultam os três eucaliptos, cuja conservação condicionou a implantação dos edifícios, mas também a plantação de outras, nomeadamente no guarnecimento de orlas previstas.”⁴²³

A apreciação deste estudo por parte do júri do concurso refere: “ (...) o edifício proposto integra-se no parque dum modo correto e agradável. Ocupa a zona mais desguarnecida de arvoredado; deixa livre 86,6% do terreno; permite por todos os lados, um amplo envolvimento de vegetação; tomou na devida conta a existência das árvores mais valiosas; desenvolve-se em volumes baixos, que o arvoredado domina em altura; e sobretudo não está apenas poisado ou encaixado no terreno. A suave elevação do solo a partir da Avenida de Berne e os relevos e interpenetração criados são facetas muito apreciáveis da integração conseguida. Por outro lado, a presença e o gozo do parque sentem-se em variados setores da composição interna (ex: foyers, salas de reunião e de conferências, exposições temporárias, restaurantes, etc). Quanto às relações com o exterior envolvente do parque o edifício não criará problemas, dado que viverá com relativa autonomia no seu próprio enquadramento natural (...).”⁴²⁴

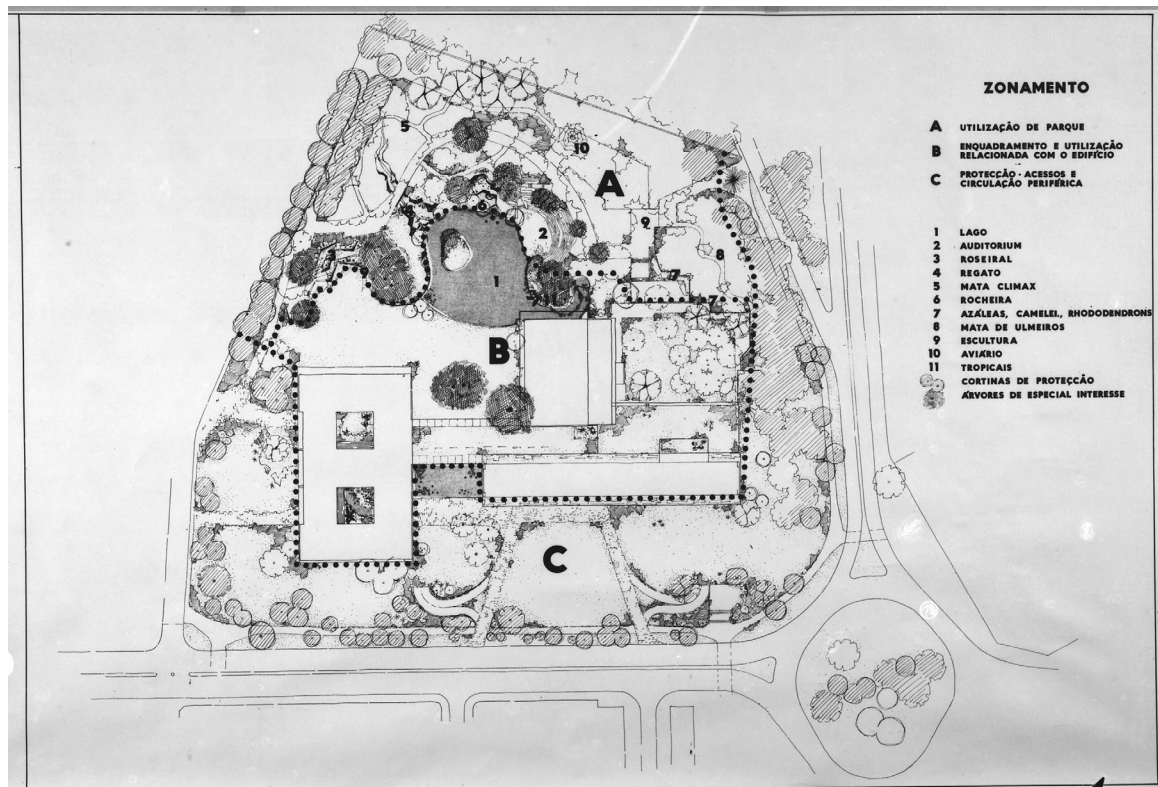
A equipe A viu assim o valor da sua proposta plenamente reconhecido e a necessidade de apresentar um projeto de execução conjunto num curto espaço de tempo. Viana Barreto sugere então a Guimarães Lobato o nome de Ribeiro Telles como membro a adicionar à equipa.

Num relatório de atividades relativo aos primeiros meses de 1961 Guimarães Lobato afirma: “O projecto para ser apresentado à apreciação da Câmara Municipal de Lisboa, ficou concluído em Julho de 1961 (...). Os Engenheiros Agrónomos Gonçalo Ribeiro Telles e António Facco Viana Barreto foram encarregados, por contrato, de todos os estudos e projectos de arranjo paisagístico. (...) O que mais preocupa numa obra de esta importância é conseguir-se realizar a unidade de concepção no grupo de trabalho (...).”⁴²⁵

⁴²³ ATHOUGUIA, Ruy; PESSOA, Alberto; CID, Pedro - Memória descritiva. Cit por CARAPINHA, Aurora – Fundação Calouste Gulbenkian, p. 77.

⁴²⁴ FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN - Relatório de Apreciação dos Três Estudos de Ante-Projecto da Construção da Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian. 1960-03-20.

⁴²⁵ LOBATO, GUIMARÃES - Relatório das actividades em 1961, 1961 [1962]-03.



3.6.5 – Planta do zonamento do anteprojeto do jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, 1961.

Em 16 de Maio de 1961, Viana Barreto e Ribeiro Telles escrevem a Azeredo Perdigão a agradecer o convite que lhes foi feito para o desenvolvimento do projeto salientando ser “da maior importância para um bom resultado final, pela complexidade e natureza da obra, uma íntima e ativa colaboração de ordem técnica e estética, tanto com os arquitetos autores do projeto como com os engenheiros encarregados das estruturas e infra-estruturas relacionadas com o parque.”⁴²⁶

Os arquitetos paisagistas iniciaram o estudo-prévio dos jardins da fundação a 22 de maio de 1961, concluindo-o em 15 de Junho avançando depois para o anteprojeto que entregaram em dezembro desse ano.⁴²⁷ A memória descritiva deste anteprojeto e o conjunto de peças desenhadas que a acompanham (Fig. 3.6.5), constituem um documento notável pela lição de Arquitetura Paisagista que traduz. Iniciam este documento com uma breve apreciação da situação encontrada a nível do estado da vegetação do antigo parque referindo a sua importância mais à frente: “ (...) É necessário salientar que na modelação de todo o Parque se atendeu à valorização dos mais notáveis grupos arbóreos existentes o que de certo modo permitiu um relevo em parte justificado pela existência daqueles grupos de árvores.”⁴²⁸ Viana Barreto e Ribeiro Telles justificam: “A solução arquitetónica adotada

⁴²⁶ CARAPINHA, Aurora – Fundação Calouste Gulbenkian, p. 84

⁴²⁷ *Idem*, p. 88.

⁴²⁸ BARRETO, Viana; TELLES, Gonçalo – Memória descritiva. Parque de Santa Gertrudes – Ante-projecto. 1961-12, p. 4.

e a própria localização e funcionamento dos edifícios encontram-se de tal forma ligados à mancha verde envolvente que é da mais perfeita continuidade entre espaços interiores e exteriores, do seu equilíbrio e harmonia, que surgirá, em última análise, a solução geral do conjunto. Não se trata pois de integrar apenas uma edificação num parque, nem de construir um, jardim para servir um edifício. Há que encontrar de facto uma relação total, de tal forma íntima entre ambos os elementos que compõem o todo, que a composição abranja a área inteira, que a própria vida do edifício se prolongue naturalmente para as “salas de ar livre” e destas para as interiores. Como elementos constituintes desse mesmo conjunto, manterá cada um deles as suas características bem definidas sem se misturarem, mas hão-de completar-se mutuamente, valorizando-se tanto no que diz respeito a aspetos estéticos como no que toca à função própria de cada lugar e aos respetivos ambientes. Este o princípio fundamental que se pretendeu atingir na solução proposta. Dentro desta orientação, os maciços e clareiras do parque, bem como a sua topografia criarão perspetivas em íntima relação com os volumes e espaços dos edifícios, uma vez que estes foram também concebidos em função dos elementos verdes mais notáveis. O Plano de arranjo do parque, de sentido perfeitamente atual quanto às técnicas e materiais de construção a utilizar e quanto às funções específicas da cada zona, será de base naturalista. O partido arquitectónico adoptado o exige, a vegetação existente o facilita e o interesse do Fundador pela natureza amplamente o justifica. Para além da existência do parque como parcela do conjunto compete-lhe ainda uma série de funções que lhe são próprias e adiante se apontam ao longo da memória.”⁴²⁹ Conferiram ao jardim um sentido educativo na medida em que esperavam que este tivesse um “ (...) papel de relevo no desenvolvimento cultural da população. Nesse sentido se procurou uma diversidade da flora compatível com a unidade requerida. De resto o sentido universalista da cultura portuguesa, aliando nas conceções paisagísticas o gosto botânico do exótico com o respeito pela natureza, numa perfeita integração na paisagem, garante uma atitude de compreensão para a conceção do parque dentro da linha acima exposta.”⁴³⁰ Estava assim fundamentada a utilização de plantas exóticas no projeto do jardim.

Esta memória descritiva refere também as funções de proteção desempenhadas pela orla de vegetação arbórea em cortina de forma a conservar o carácter de intimidade a ser defendido referindo-se à diminuição da velocidade do vento e do nível de ruído produzido pelo tráfego motorizado envolvente.⁴³¹ Refere a criação de três zonas caracterizando pormenorizadamente cada uma delas e as suas relações entre si (Fig. 3.6.5). A primeira zona (C) “ (...) comporta-se como a superfície de enquadramento da fachada Norte dos

⁴²⁹ *Idem*, p. 2.

⁴³⁰ *Ibidem*.

⁴³¹ *Idem*, p. 4.

edifícios (...) a segunda [B] atrás referida, estende-se em declive brando para Sul das construções e compõem-na amplas superfícies relvadas junto ao Museu ligando-se com a zona da sala de exposições temporárias e com o lago que lhe serve de fundo (...), ⁴³² a terceira zona (A) referia-se a todo o espaço a Sul da zona B e incluía uma série de pontos de interesse: um lago, um anfiteatro ao ar livre “ (...) cujas bancadas em pedra se dispõem irregularmente (...)”, ⁴³³ um roseiral, um regato, uma zona de mata clímax, uma rocheira, uma zona de plantação de espécies ácidas (azáleas rododendros e cameleiras), uma zona de plantação de espécies tropicais, uma zona de mata de ulmeiros, uma zona com um ou mais elementos escultóricos e um viveiro de pássaros (aviário). ⁴³⁴ Relativamente à circulação, a denominada como “pública”, já não prevista em terreno da Fundação e efetuava-se por um caminho periférico “ (...) convenientemente afastado do tráfego auto que envolve o recinto a Nascente, Norte e Poente (...). A circulação privada tem lugar para sul das construções, por meio de uma extensa rede de caminhos convenientemente hierarquizados que conduzem aos diversos pontos de interesse do conjunto (...)”. ⁴³⁵ Foi prevista para este jardim uma rede de rega por aspersão fixa e automatizada, enterrada nas zonas de relvado e semi-móvel nas zonas com arbustos ou com mata. Remataram este documento afirmando “ (...) este sistema garante uma mais fácil conservação e reveste-se de certos aspetos de que se pode tirar partido estético.” ⁴³⁶ Referiam-se à possibilidade de usar um muito maior leque de espécies vegetais.

A adesão a esta proposta por parte do Conselho de Administração e pelo resto da equipa foi imediata o mesmo não acontecendo com os edifícios cuja proposta final estava atrasada. Em janeiro de 1962 procedeu-se à encomenda de árvores destinadas às zonas não implicadas nas obras e à cortina arbórea envolvente, protetora do parque a nível sonoro e das vistas. ⁴³⁷

O Projeto de Execução, denominado como “Projecto definitivo do Arranjo do Parque” ⁴³⁸ foi entregue a 31 de Março de 1963, após o que se iniciou um primeiro ciclo de obras que decorreu até 1965, modelando-se o terreno entre o edifício do museu e a Galeria das Exposições temporárias e o lago e ainda o roseiral, nivelou-se a zona do atual palco do anfiteatro ao ar livre, desmontou-se o lago antigo e construiu-se um outro de maiores dimensões, dando-se início à plantação das suas margens bem como à sementeira dos relvados na áreas adjacentes, com vista a que a zona do parque a sul do edifício estivesse pronta a 20 de Julho de 1965, data do décimo ano da morte

⁴³² *Idem*, p. 5.

⁴³³ *Ibidem*.

⁴³⁴ BARRETO, Viana; TELLES, Gonçalo – Memória descritiva. Parque de Santa Gertrudes – Ante-projecto. 1961-12, p. 5.

⁴³⁵ *Idem*, p. 6.

⁴³⁶ *Ibidem*.

⁴³⁷ *Idem*.

⁴³⁸ *Idem*, p. 114.

de Calouste Gulbenkian, que ali foi comemorada com a implantação de um elemento escultórico representando o mesmo, em sua homenagem e batizando-se o espaço como Parque Calouste Gulbenkian.

Em 1966 era apresentado um projeto de revisão com base na ampliação do piso inferior do auditório e na criação de um centro de Ballet no extremo sul da propriedade, que implicava a compra de uma faixa de terreno de 26 m de largura a Conde Vilalva, o que obrigou à reformulação de uma área do parque já considerada como concluída (Fig. 3.6.6). Esta revisão teve como alterações ao projeto de 1961 a integração do eixo visual, continuador do eixo que Weiss criou e se mantinha no Parque de Santa Gertrudes através da proposta da separação das duas propriedades por uma grade, a ampliação do lago e a conversão do anfiteatro ao ar livre de linhas irregulares num anfiteatro formal, de construção mais económica (Fig. 3.6.7).⁴³⁹

A proposta da equipa A previu a ausência de qualquer barreira física entre os seus limites e o arruamento exterior envolvente, que era como que incorporado no próprio parque, porem as grandes cheias que assolaram Lisboa em novembro de 1967, que tiveram um grande impacto na cidade em geral e claro também no jardim, que não era murado. Este acontecimento levou a que os arquitetos paisagistas tenham partido em busca de soluções para este problema sendo que nestas se encontram sempre um muro de suporte associado a um talude, funcionando o seu conjunto como que um dique, sendo que a orla definida no anteprojeto saía valorizada. No intuito da resolução deste problema Ribeiro Telles, em maio de 1968 realizou um conjunto de estudos com vista à definição da tipologia da solução a aplicar nas várias frentes do terreno. Dois meses mais tarde submeteu à apreciação da CML um documento do qual se transcreve parte da sua memória descritiva: “A concepção do conjunto edificado da Sede e Museu Gulbenkian, determinou um partido naturalista no parque envolvente do referido conjunto que, com ele, forma um todo arquitectónico e paisagístico. O facto acima apontado implica que o muro de suporte da periferia seja um simples socolco com cerca de 0,80 m de altura que se harmoniza com o relevo do terreno do parque que o limita. (...)”⁴⁴⁰ sugerindo na sua construção, o aproveitamento das partes dos muros, então ainda não demolidos, a Nascente e a Poente e a utilização da pedra resultante destas demolições para a construção dos muros a Norte e a Sul da propriedade.

⁴⁴¹ A proposta final da “Proteção, Acessos e Circulação Periférica”⁴⁴² do parque e a obra do seu muro limítrofe só foi concretizada em Abril de 1969.⁴⁴³

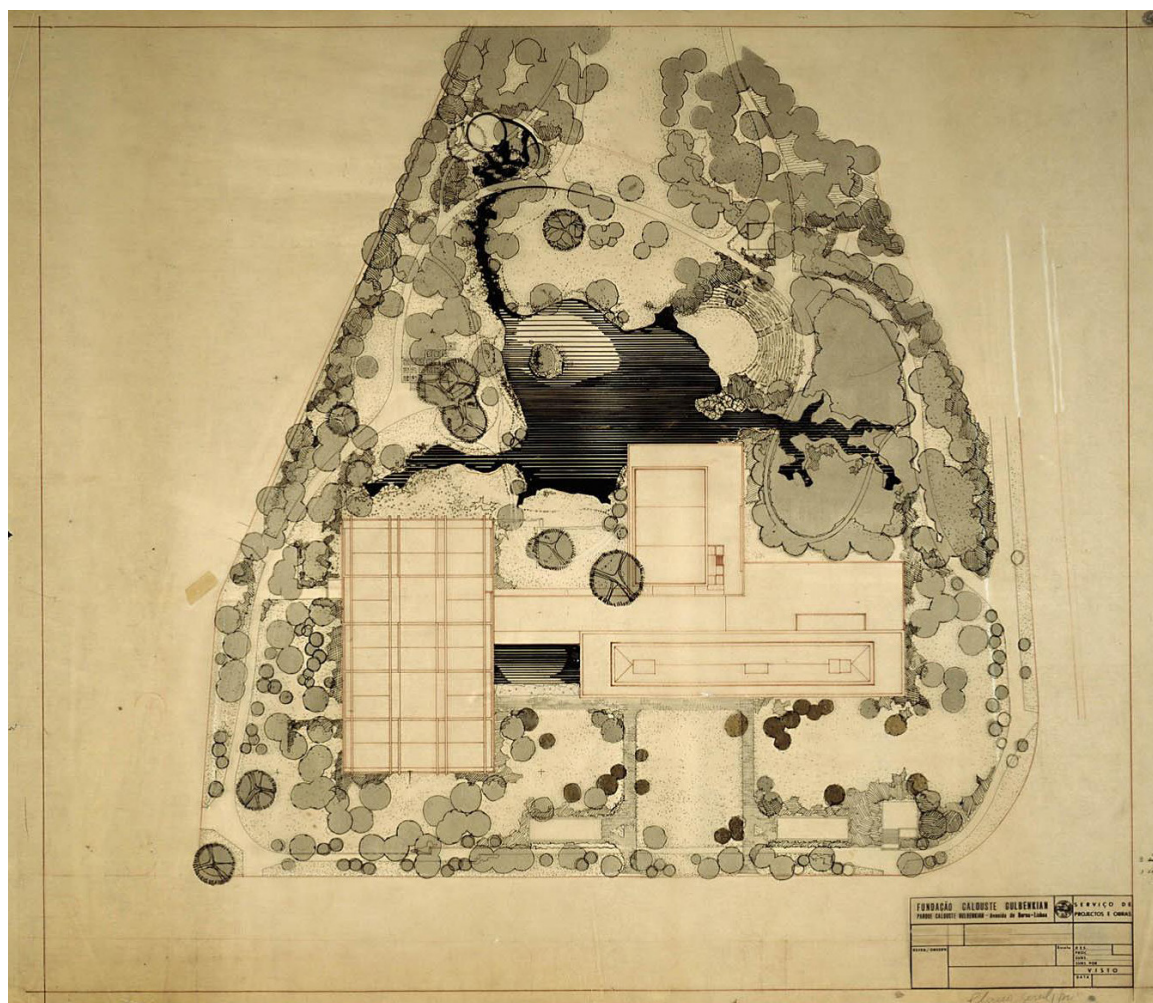
⁴³⁹ CARAPINHA, Aurora – Fundação Calouste Gulbenkian.

⁴⁴⁰ TELLES, RIBEIRO – Memória descritiva e justificativa- 1968 Cit por ANDRESEN, Teresa; CAMARA, Teresa; CARVALHO, Luís – Lugares da arquitetura paisagista portuguesa: 1940-1970, p. 246.

⁴⁴¹ *Ibidem*.

⁴⁴² CARAPINHA, Aurora – Fundação Calouste Gulbenkian, p. 132.

⁴⁴³ *Ibidem*.



3.6.6 – Plano Geral do Projeto de Revisão do jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.

Em 1968 fazia-se ainda o estudo dos percursos a estabelecer no jardim que se veio a materializar através de largas lajes de betão quadrangulares de dois metros quadrados, justapostas em parte de um modo irregular.⁴⁴⁴ Acerca destes caminhos Viana Barreto afirma: “O sistema de circulação pedonal interno em largas lajes de betão penteado, colocadas a diferentes níveis de terreno, foi assim concebido em anéis sucessivos e interligados em caminhos sinuosos com numerosas áreas de repouso e estadia algumas “em beco” envolvidos por densos maciços de vegetação arbustiva, como que restringindo os seus pontos de vista.”⁴⁴⁵

Embora o parque estivesse praticamente concluído em meados de 1968, com a exceção do anfiteatro que se encontrava ainda em fase de construção, só em 1969 se executaram as coberturas ajardinadas da Galeria das Exposições Temporárias, da Galeria dos Congressos e do Parque de Estacionamento, os pátios do Museu e dos

⁴⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁴⁵ BARRETO, Viana – Os Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian, p. 215.

Congressos e as floreiras.⁴⁴⁶ Sobre estas Viana Barreto comenta: “ (...) a necessidade de se construir no local uma vasta área de estacionamento automóvel subterrâneo e coberto de vegetação, desafio que desde o início, como disse, se nos colocou. Foi essa também uma das fases fundamentais do traçado do jardim. (...) Aspecto de interesse deste projeto cuja concepção tanto nos desafiou, foi também a existência de numerosos jardins terraço, em cobertura verde, com funções diversas e localizados a diferentes níveis e sobre distintos pontos de observação. Tanto a cobertura da vasta área de estacionamento de veículos como estes numerosos terraços, exigiram estudos aturados e ensaios pacientes e laboriosos (...)”⁴⁴⁷

A 10 de setembro de 1969 estava concluída a obra do projeto de execução de Viana Barreto e Ribeiro Telles.⁴⁴⁸ Trata-se de uma obra emblemática do espaço verde público da cidade de Lisboa que influenciou profundamente os arquitetos paisagistas e não só. Com a sua abertura ao público em finais deste ano imediatamente a população aderiu e se apropriou deste espaço lúdico.

A autoria do projeto do Jardim Gulbenkian é de um modo geral atribuída a Ribeiro Telles mas conforme uma vez mais se demonstra, ela é desde o ante-projeto ao projeto de execução uma autoria em parceria entre Viana Barreto e Ribeiro Telles e em muitos momentos o registo das autorias é bem evidente. Confirmamos também a relevância do trabalho de Azevedo Coutinho para o sucesso desta obra (Figs. 3.6.8 e 3.6.9). Por outro lado, a equipa A entendeu convidar Viana Barreto para o concurso predispondo-se assim a um trabalho em colaboração. Entendemos reconhecer a capacidade de liderança e a competência de Guimarães Lobato que tinha logo no GEU reclamado a presença dos arquitetos paisagistas nas equipas de urbanismo.

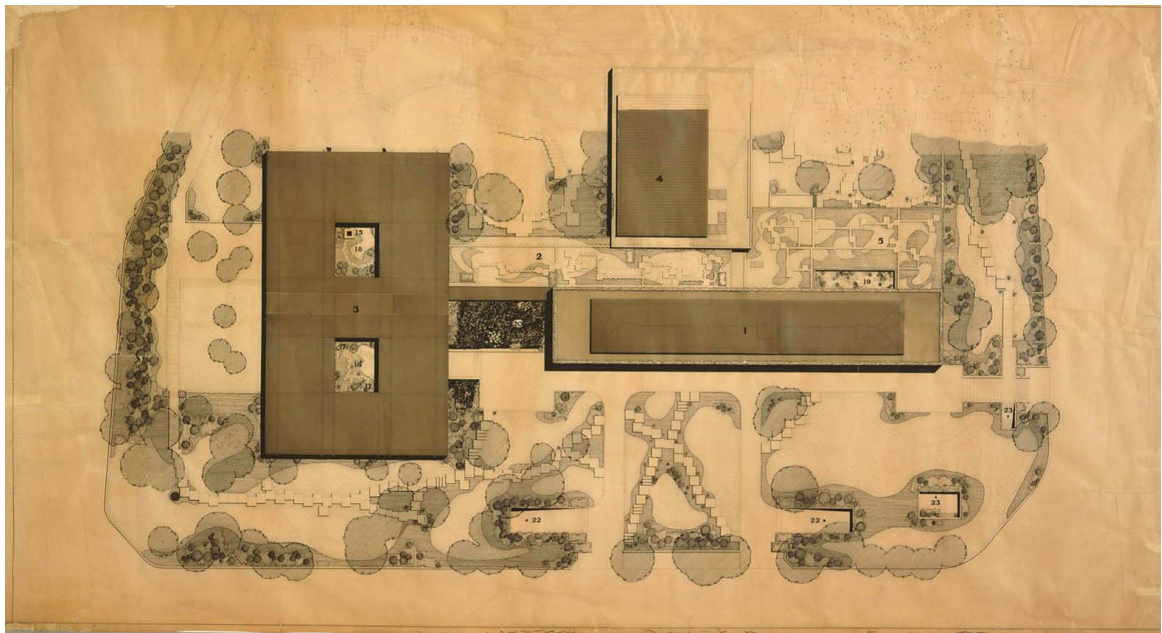
A 5 de setembro de 1969 Viana Barreto recebeu uma carta-convite do Presidente do Conselho de Administração, Azeredo Perdigão, a convidá-lo nos dias 2 e 3 de Outubro seguintes, para a inauguração do Museu, Biblioteca e demais instalações culturais, pelo Chefe de Estado.⁴⁴⁹ Entre janeiro de 1965 e até dezembro de 1969, Viana Barreto e Ribeiro Telles tinham uma avença com a Fundação para a elaboração do projeto de arranjo do Parque de Santa Gertrudes - Sede e Museu. Em 1976 Viana Barreto foi convidado a colaborar novamente com a Fundação, desta vez para assumir a tarefa de revitalização do parque que começava a evidenciar sinais de degradação. Realizou uma proposta de intervenção pedindo o acesso às peças desenhadas já existentes a fim de: “ (...) 3 – Tentar-se o complemento das espécies fundamentais do projecto primitivo de forma a recompor o dossier respeitante aos estudos do parque a fim de não correr o risco de

⁴⁴⁶ CARAPINHA, Aurora – Fundação Calouste Gulbenkian., p. 132.

⁴⁴⁷ BARRETO, Viana – Os Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian, p. 215.

⁴⁴⁸ CARAPINHA, Aurora – Fundação Calouste Gulbenkian

⁴⁴⁹ PERDIGÃO, Azeredo – [Carta ao arquiteto paisagista Viana Barreto], 1969- 09-05.



3.6.7 - Parque Calouste Gulbenkian. Plano Geral. Projeto de Revisão do jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, s.d.

com novas intervenções, se adulterar a concepção inicial do projeto e simultaneamente facilitar o estudo das alterações a propor. 4 – Escolher substitutos adequados sempre que se torne viável e útil, das espécies vegetais mais sensíveis e delicadas (...).”⁴⁵⁰ Viana Barreto propôs-se realizar este trabalho num período de 3 meses.⁴⁵¹ Em julho de 1979, Viana Barreto realizou para a Fundação trabalhos referentes ao acompanhamento das tarefas de conservação e estudo de pormenor de caminhos, zonas de estar e floreiras (1ª fase),⁴⁵² e em outubro desse ano alertava a Fundação para a necessidade de tomar medidas relativamente à grafiose que assolava os ulmeiros da Fundação.

Relativamente aos princípios conceptuais adotado no anteprojecto e mais tarde no projeto de execução, Viana Barreto e Ribeiro Telles referiam em 1969: “ (...) sentido perfeitamente actual, de base naturalista e responde a uma série de funções programadas que são próprias do nosso tempo. Os elementos construídos do Parque, tais como as lajes de betão que servem de caminho de peões, apoiam-se sobre o solo tentando valorizar aquela concepção naturalista e concorrem sob este aspecto para a integração do Parque na estrutura dos edifícios. (...) Um traçado largo baseado na modelação acidentada que se deu ao relevo do terreno e vincado nos contrastes sombra-luz (arvoredo-clareiras) informou a criação de perspectivas, a distribuição, estrutura e composição de volumes (maciços arbóreos e arbustivos). (...) Na relação entre os edifícios e o Parque é importante a superfície do lago. Sobre ele abriram-se perspectivas conseguidas pela modelação do terreno e valorizadas pela distribuição dos maciços vegetais e dos afloramentos rochosos construídos. Conseguiu-se assim desobstruir e valorizar ângulos de vista, criar aberturas e contrastes de luz quer para quem circule no parque, quer para que permaneça no interior dos edifícios.”⁴⁵³

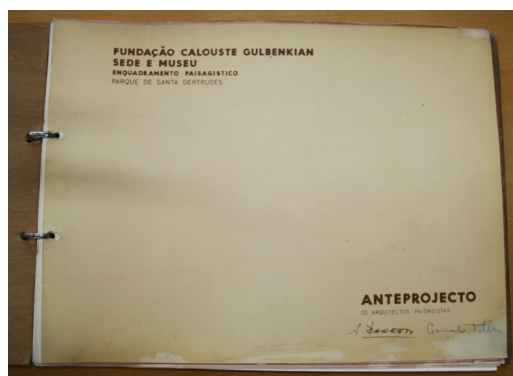
Ribeiro Telles deu no ano seguinte este testemunho: “ (...) Os edifícios da Sede e do Museu da Fundação Calouste Gulbenkian foram construídos num Parque. Uma das premissas fundamentais do programa e da arquitectura daqueles edifícios foi portanto este facto: havia que os prever integrados num espaço verde. Do antigo Parque particular restavam alguns maciços arbóreos e árvores de interesse não só como elementos da estrutura da própria cidade, mas também como exemplares de bastante valor botânico. Este aspecto possibilitou que a concepção dos projetos dos edifícios e do Parque constitua uma unidade resultando daí total harmonia dos respectivos desenvolvimentos. A relação entre os espaços interiores e exteriores é completa: as perspectivas sobre o espaço envolvente prolongam-se desde o interior dos edifícios até ao limite do Parque, definidos

⁴⁵⁰ BARRETO, Viana – Carta à Fundação Calouste Gulbenkian, 1976-05-02.

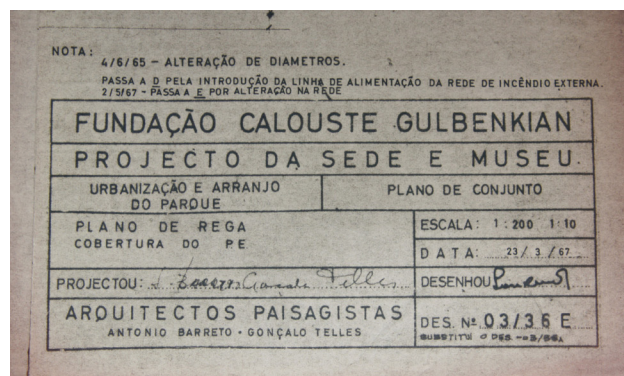
⁴⁵¹ *Ibidem*.

⁴⁵² BARRETO, Viana. Factura. 1979.07.11.

⁴⁵³ BARRETO, Viana; TELLES, Gonçalo. In BARRETO, Francisco Salvação - Contributo para a História da Arquitetura Paisagista em Portugal.



3.6.8 – Contracapa do anteprojecto do jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.



3.6.9 – Rótulo do Plano de Conjunto da "Urbanização e arranjo do Parque". Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

por maciços de arbustos e cortinas de arvoredos. Também no aspecto do funcionamento se processa uma relação constante entre espaços interiores e exteriores. A localização, o funcionamento e a arquitetura dos edifícios encontram-se portanto, intimamente relacionadas com o Parque, que está presente em todos os espaços exteriores e envolventes mesmo que sejam coberturas de outras zonas edificadas (...) Claustros do Museu e da zona de congressos. Procurou-se através da modelação das camadas de terra e do calhau rolado dar a sensação de profundidade e ao mesmo tempo encobrir determinados acidentes que emergiam da cobertura. Os claustros não são visitáveis pelo público e por isso toda a sua concepção procura criar perspectivas diferentes para quem percorrer a sua periferia. Nos claustros do Museu o revestimento do solo é feito com *Fragaria vesca*, *Ajuga reptans*, *Poligonum capitatum*, *Erigeron mucronatus*. Procuraram-se variedades cuja tonalidade de floração e folhagem, dentro das mesmas cores base, apresentasse tonalidades diferentes. O revestimento do claustro da zona de congressos é conseguido com musgo.”⁴⁵⁴

Os princípios seguidos na concepção do projeto foram postos em causa quando, no início de 1980 surgia o projeto de Centro de Arte Moderna no topo sul do parque. Assunto polémico e muito noticiado através dos jornais, constituiu uma rutura entre os autores do Parque, convidados pelo Conselho de Administração da Fundação para a sua adaptação a esta nova situação. Ribeiro Telles elaborou um documento de resposta ao convite que lhe foi dirigido argumentando a sua recusa em vários pontos: “ (...) 6º - A concepção do Parque permite uma sensação de amplitude conseguida através do relevo do terreno, constituindo sucessivos planos, e ainda através da leitura dos vales que descem para o lago. A “profundidade”, conseguida pela abertura gradeada, do muro que limita a Sul, o parque, é destruída pela implantação do novo edifício. 7º. A forma actual do Parque

⁴⁵⁴ TELLES, Ribeiro, 1970. Cit por ANDRESEN, Teresa; CAMARA, Teresa; CARVALHO, Luís – Lugares da arquitetura paisagista portuguesa: 1940-1970, p. 249.

é destruída, pois o edifício exige uma plataforma de implantação, que limita os ângulos de vista sobre o lago e o volume dos maciços de arvoredo é em grande parte destruído. (...)”.⁴⁵⁵ Acerca deste assunto Viana Barreto afirmou: “O eixo visual principal seria o que seguia na direção do lago até ao elemento escultórico do fundador, ao tempo implantado na colina superior e cujo eixo se perdia na clareira que se antevia através do gradeamento que separava o jardim da Gulbenkian do jardim privado dos Condes de Vilalva. Este eixo principal do conjunto foi aliás posteriormente destruído. Foi essa a ocasião em que, Gonçalo e eu, desconsolados, deixámos o acompanhamento do jardim.”⁴⁵⁶

Este jardim viu reconhecido a seu valor ao lhe ter sido atribuído em 1975 pela CML o Prémio Valmor e ao ser classificado juntamente com os edifícios como Monumento Nacional.

Marc Treib afirmou mais tarde acerca do jardim: “ (...) As fotografias de maquetas que faziam parte da proposta do concurso incluem apenas uma indicação esquemática de algumas árvores, o que é irónico, dado que hoje em dia o jardim tem um valor para o público muito mais forte que os próprios edifícios. O efeito global das estruturas da Fundação Calouste Gulbenkian é de edifícios dentro de um jardim e não de um jardim que envolve um grupo de edifícios. Tudo graças aos arquitetos paisagistas que transformaram os espaços abertos e formais do parque de Santa Gertrudes numa rede espacial densamente entrelaçada. (...) Este projecto, no que concerne ao seu conceito essencial e à sua execução, certamente não tem igual em Portugal, e poucos projectos o igualam a nível mundial. As referências à construção da paisagem portuguesa constituem os conceitos que estiveram na vanguarda do desenho deste jardim, porquanto a percepção daquelas referências e a aplicação de processos ecológicos eram muito avançados em relação a outros países. (...) Esta é uma obra importante, um marco de referência. O jardim da Fundação Calouste Gulbenkian representa o amadurecimento da arquitetura paisagista moderna em Portugal, a ser valorizada tanto em Portugal como no estrangeiro.”⁴⁵⁷

Neste projeto foram aplicadas novas técnicas, sendo que, os arquitetos paisagistas, já com provas dadas, em projetos do espaço exterior, desempenharam um papel fundamental ao longo do processo criativo demonstrando elevadas capacidades técnicas, quer na resolução da vasta cobertura do parque de estacionamento quer nos vários terraços ajardinados tanto ao nível da drenagem como ao nível da fixação de raízes, quer ao nível da reconversão e modelação do novo lago, cujas novas margens, ora em pedra ora naturalizadas demonstraram bem o elevado conhecimento técnico dos arquitetos paisagistas envolvidos no processo. Esta capacidade levou a que desde a conceção do projeto, partilhado entre os edifícios e dos espaços exteriores, os arquitetos paisagistas

⁴⁵⁵ TELLES, Ribeiro – Implantação do edifício para o novo Centro de Arte Contemporânea da Fundação Calouste Gulbenkian, 1980-02-26.

⁴⁵⁶ BARRETO, Viana – Os Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian, p. 215.

⁴⁵⁷ TREIB, Marc – Arcadia urbana, p. 177.

se tenham relacionado com os restantes colegas de igual para igual numa atitude de partilha de ideias e soluções.

O programa sugeria uma ligação íntima entre o interior e os jardins, convidando à calma e à introspeção, pelo que os arquitetos paisagistas desde muito cedo procederam à plantação de uma densa cortina arbórea, amortecedora do vento e do ruído da envolvente. Os arbustos desempenham um papel extremamente importante no estabelecimento esta cortina envolvente do parque.

O parque acolheu uma coleção botânica com 60 espécies de árvores e 90 espécies de arbustos, apresentando espécies autóctones uma expressão significativa neste jardim. Encontram-se aqui exemplares de: carvalhos negrais, carvalhos robles, lódãos, ulmeiros, pilriteiros, videiros, teixos, azereiros, azevinhos, choupos, loureiros, folhados, entre outras espécies, associados a uma variada avifauna silvestre.⁴⁵⁸

A respeito do riacho Cristina Castelo-Branco afirmou” A modelação de terreno é desenhada com mestria e a localização de ribeiro e lago, com a drenagem de todo o jardim a fazer-se para uma linha de água transformada em Várias cascatas e caindo no grande espelho de água de formas naturalizadas, é fluida e sem geometria”.⁴⁵⁹

Reuniram-se uma série de fatores que nos fazem considerar este jardim emblemático, de caráter naturalista, que seguindo os princípios de composição do espaço e fitossociológicos do mestre Francisco Caldeira Cabral os aliou a uma nova filosofia, patente na interpenetração dos espaços interior com o exterior, constituindo cada um destes espaços, projetados em conjunto, o prolongamento do outro. O jardim foi também vanguardista, na adoção de uma linguagem inovadora relativamente à adoção de novas técnicas, materiais de construção e definição de funções específicas para diferentes zonas, adaptada a um novo estilo de vida. Este jardim foi assumidamente moderno no seu tempo, constituiu a grande primeira prova do amadurecimento artístico e técnico de uma profissão, que nele se confirma inelutavelmente.

⁴⁵⁸ AAVV – O jardim da Gulbenkian.

⁴⁵⁹ Castel-Branco – Jardins de Portugal, p. 175.

3.7 Conclusão

A vasta atividade dos arquitetos paisagistas na cidade de Lisboa levou a um grande número de projetos da tipologia “Parques e jardins” levou a que não fosse fácil a seleção dos casos de estudo apresentados. Estes foram elencados por uma ordem cronológica, relativamente seu início. Alguns lugares, como a Mata de Alvalade e o Parque do Vale do Silêncio foram objeto de mais de um projeto durante o âmbito temporal da tese, alongando-se o seu processo de conceção no tempo.

Na Torre de Belém, Viana Barreto, contrariando as tendências da arquitetura do Estado Novo, propôs a construção de um anfiteatro de pendente suave orientado para o rio. Espaço aberto, circunscrito por uma orla que o isolou do exterior manteve os eixos visuais com maior valor, privilegiando o eixo definido entre esta Torre e a Capela de São Jerónimo.

Na Capela de São Jerónimo Ribeiro Telles definiu uma grande clareira, numa plataforma natural do terreno. Também ele tirou o melhor partido da topografia do lugar que envolveu numa orla arbórea privilegiando determinados pontos de vista que se vão revelando á medida que se desce a encosta. Promoveu também o eixo visual Torre de Belém- Capela de São Jerónimo.

Sousa da Câmara, no Parque do Vale do Silêncio, propõem a ocupação de vale aberto por um vasto prado, que envolve de vegetação. Como Cristina Castel-Branco relata relativamente a Sousa da Câmara, este “(...) Explicava como se protegera o silencio da Vale através de taludes recobertos de vegetação densa que funcionava como barreiras ao ruído do tráfego da cidade” ⁴⁶⁰ .

Também na Avenida da Liberdade, projeto incompreendido por estar à frente no seu tempo, se promoveu um jardim isolado do trânsito recorrendo à uma cortina de vegetação.

Podemos constatar a existência de aspetos em comum a todos eles, são espaços abertos de recreio, expressivos de novos conceitos racionais e económicos e de uma elevada qualidade de desenho, conciliando espaços de estar com espaços de passeio e de enquadramento. Sempre tirando partido das potencialidades naturais de cada lugar em si, estes espaços verdes traduziram a introdução de princípios adequados a uma vida moderna, de acordo com novas formas de estar no espaço público, reforçando a sua função social. Em todos os espaços em que a dimensão o permitiu foi definida uma clareira central, arrelvada e de maiores dimensões, envolvida por árvores que a isolam do ruído e da envolvente muitas vezes edificada. O espaço que melhor traduz estes

460 CASTEL-BRANCO – Jardins de Portugal, p. 161.

conceitos são os jardins da Fundação Calouste Gulbenkian que como Teresa Andresen afirmou“(…) é evidentemente o espaço da maturidade e afirmação artística, técnica e social de uma profissão emergente no séc XX que, em Portugal, também encontra o seu espaço de afirmação.”⁴⁶¹

⁴⁶¹ ANDRESEN, Teresa – três décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970, 2003, p. 95.



4 O contributo dos arquitetos paisagistas: “Arruamentos”

4 O contributo dos arquitetos paisagistas: “Arruamentos”

Este capítulo trata da tipologia de espaço público intitulada “Arruamentos” estando suportado pelo levantamento realizado nos arquivos (Anexo 3). Identificaram-se cinco casos de estudo que pela sua importância na cidade, pela função, qualidade concetual, estado de conservação e dimensão foram considerados mais representativos da obra dos arquitetos paisagistas. Naturalmente que, mais uma vez, nesta seleção também pesou a qualidade e quantidade de material em arquivo possível de identificar no âmbito do trabalho de pesquisa desta dissertação.

Os arruamentos cujos projetos foram considerados mais representativos de acordo com os critérios mencionado são: a Avenida da Igreja, a Avenida D. Rodrigo da Cunha, a Avenida dos Estados Unidos da América, a Avenida Infante Santo e a Avenida Calouste Gulbenkian. A Avenida da Liberdade foi inserida na categoria “Parques e Jardins” (Ver Cap. 3.5) na medida em o projeto dos arquitetos paisagistas, embora com um fatídico destino que levou à reposição do projeto original, pretendia que ela se assumisse precisamente como um jardim ou mesmo um parque.

O Anexo 3 revela-nos um conjunto de trinta lugares - “Arruamentos” - da cidade de Lisboa sendo cada lugar acompanhado da listagem do conjunto de projetos relativos a esse mesmo lugar estando devidamente referenciados os projetistas e os arquivos onde se encontram peças escritas e peças desenhadas a eles pertencentes. O levantamento revelou novamente uma intervenção expressiva em toda a cidade (Fig. 4.1).

Na presente introdução, começa por se fazer uma apreciação, por ordem cronológica, dos projetos identificados em resultado da investigação que se desenvolveu e depois são apresentados os estudos de caso. A expansão e a remodelação da cidade de Lisboa ocorreram a um ritmo célere entre o início dos anos cinquenta e o final dos anos sessenta. Este facto implicou uma atividade projetual intensa por parte dos arquitetos paisagistas em funções na CML: Azevedo Coutinho, Ribeiro Telles, Sampaio Fontes e Sousa da Câmara.

Os projetos para os arruamentos da cidade circunscreveram-se sobretudo à realização de planos de plantação e desde cedo constituíram objeto de trabalho dos arquitetos paisagistas. A plantação dos arruamentos obedecia aos parâmetros específicos da circulação, quer de peões quer de veículos. Se relativamente a alguns projetos dos arquitetos paisagistas foi possível encontrar documentação textual, as peças desenhadas encontradas relativas a esta tipologia, na maioria dos casos, foi escassa, podendo mesmo reduzir-se a um desenho. Por vezes, esta escassez é compensada pela associação a



Fig. 4.1 - Distribuição da tipologia "Arruamentos" na cidade de Lisboa. Teresa Bettencourt da Camara, 2014.

elementos fotográficos sendo ainda de registar que nos confrontamos com a dispersão das fontes por diferentes arquivos. Esta dificuldade constituiu um fator limitante do alcance desta investigação.

O primeiro arruamento, encontrado na investigação desta tese, a ser alvo de um projeto de arquitetura paisagista na cidade de Lisboa foi a Avenida da Igreja. O projeto data de 1950 e é da autoria de Azevedo Coutinho. Apresenta duas tipologias diferentes de plantação da via pública, dependendo da função predominante do piso térreo do edificado, comércio versus habitação. As duas tipologias de alguma forma estão diferenciadas pela introdução de uma rotunda, então ajardinada, e hoje pavimentada tendo a estátua de Santo António no centro. (Figs. 4.2 a 4.4).

Ainda em finais deste mesmo ano, Azevedo Coutinho realizou o "Projeto de Alteração do Plano de Plantação da Avenida Guerra Junqueiro", aquando da alteração do perfil transversal desta avenida (Fig. 4.5).

Esta intervenção diferiu da anterior já que, numa rua onde o piso térreo dos edifícios era já ocupado predominantemente por comércio e serviços, tinham já sido instaladas faixas ajardinadas. Neste projeto Azevedo Coutinho respondeu a uma necessidade de recuo das árvores existentes nesta avenida, como resposta a uma adaptação a um novo perfil transversal da mesma, pelo que as localizou junto do limite interno das placas,



Fig. 4.2 – Avenida da Igreja. Troço Largo Frei Heitor Pinto – Praça de Alvalade, 1958.



Fig. 4.3 - Avenida da Igreja. Praça de Alvalade, 1960.



Fig. 4.4 - Avenida da Igreja. Troço Praça de Alvalade – Jardim do Campo Grande, década de 50.

instalando também arbustos e escalracho (*Stenotaphrum americanum*) na zona a plantar (Fig. 4.6). Devido a esta alteração foi necessário o transplante de quarenta e sete freixos e a plantação ou retanção de mais vinte e um freixos.⁴⁶² Relativamente à vegetação arbustiva esta foi projetada em pequenos grupos com plantas de portes variados. Junto ao passeio foi instalada uma faixa de cerca de oitenta centímetros, com plantas anuais ou vivazes para que estas conferissem um pouco de cor ao conjunto, estabelecendo o

⁴⁶² COUTINHO, Azevedo - Memória descritiva. Projeto de alteração do plano de plantação da Avenida Guerra Junqueiro.

arquiteto paisagista um paralelismo com o plano de plantação das faixas ajardinadas do trecho poente da Avenida da Igreja.⁴⁶³ Ainda neste ano foi projetada a plantação da Avenida de Madrid, por Ribeiro Telles.

Nos inícios de 1951, Azevedo Coutinho foi chamado a realizar o “Projeto de Arborização da Avenida João XXI”. Pelo que nos é dado concluir da análise da memória descritiva e justificativa do projeto, a utilização das caldeiras pré-existentes nesta avenida foi recusada e justificada do seguinte modo: “Não é possível aproveitar as caldeiras existentes naquela artéria por se encontrarem demasiadamente perto da faixa de rodagem, o que é prejudicial ao trânsito, às próprias árvores e ainda á iluminação.”⁴⁶⁴ Previu neste projeto a plantação de plátanos com um compasso de oito metros exceto nos locais onde existiam candeeiros já que aí a sua distância passou para o dobro, para que as copas não prejudicassem a iluminação pública.⁴⁶⁵

Azevedo Coutinho projetou ainda, em finais de 1951, a “Construção de Ajardinados nas Placas Centrais da Avenida do Aeroporto”. A placa central desta avenida não foi contemplada com um sistema de rega, como o pretendido por Azevedo Coutinho, daí a exclusão à partida de plantas mais exigentes neste recurso. Ele afirmou na nota justificativa deste projeto: “Pretende-se a plantação de grupos de arbustos de folhagem e flor que quebrem a monotonia das placas e sugere-se o revestimento do solo com manchas diferenciadas de plantas herbáceas vivazes de cobertura suficientemente rustica para resistirem à falta de água durante o verão. Estas manchas darão uma nota de arranjo e cor aos ajardinados. A implantação de relvado só deverá ser feita quando houver possibilidades de efetuar uma rega e condições tecnicamente razoáveis, de resto julgamos que o arranjo com arbustos de folhagem e flor e plantas herbáceas vivazes dará um aspeto colorido e variado a estes ajardinados mais em harmonia com as nossas condições de luz e cor.”⁴⁶⁶

Como podemos concluir deste texto as plantas foram escolhidas de acordo com as suas características individuais, quer enquanto entidades botânicas quer pelas suas qualidades estéticas, tais como a sua estrutura, forma ou cor da folhagem ou da flor.

Ainda no mesmo ano, Ribeiro Telles projetou a plantação da Avenida Rio de Janeiro (Fig. 4.7) e, no ano seguinte, a Avenida de Madrid. Em 1953, projetou as plantações da Avenida Columbano Bordalo Pinheiro (Figs. 4.8 e 4.9), da Segunda Circular, no troço compreendido entre a Rotunda do Aeroporto e a Av. Infante D. Henrique (Fig. 4.10), e também desta rotunda, remodelada num intuito da valorização das perspetivas dos

⁴⁶³ *Ibidem*.

⁴⁶⁴ COUTINHO, Azevedo - Memória descritiva e justificativa. Projeto de arborização da Avenida João XXI.

⁴⁶⁵ *Ibidem*.

⁴⁶⁶ COUTINHO, Azevedo - Nota justificativa. Construção de ajardinados nas placas centrais da Avenida do Aeroporto.

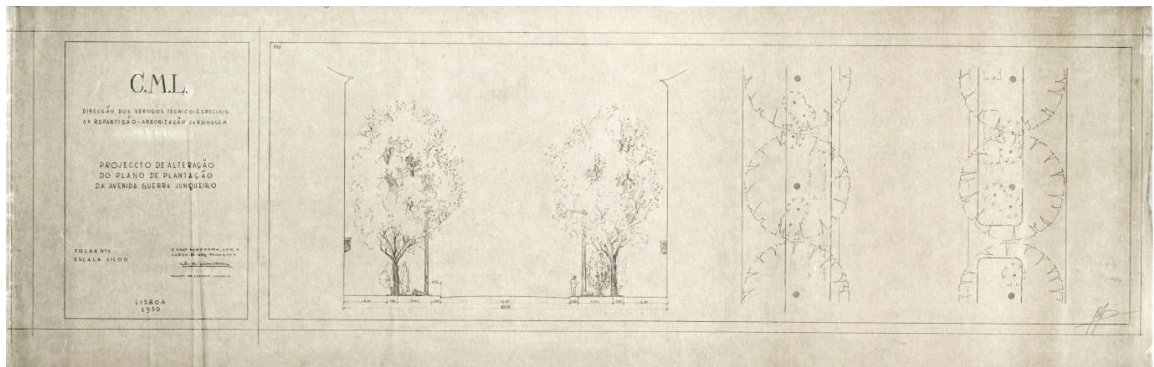


Fig. 4.5 - Projeto de alteração do plano de plantação da Avenida Guerra Junqueiro. Azevedo Coutinho, 1950.



Fig. 4.6 – Faixa ajardinada da Avenida Guerra Junqueiro, 1960.

arruamentos que nela desembocavam (Figs. 4.11 e 4.12).⁴⁶⁷ Numa segunda fase deste projeto, elaborada três anos mais tarde, esta rotunda viria a ser enquadrada pela plantação dos topos destes mesmos arruamentos (Fig. 4.13).

De acordo com o que vinha acontecendo nos projetos anteriormente mencionados, também nestes três projetos as entidades botânicas selecionadas são espécies climace da região de Lisboa. Foram encontradas árvores como os vários tipos de choupos (*Populus alba*, *Populus nigra* e *Populus canescens*), o freixo (*Fraxinus angustifolia*), o pinheiro manso (*Pinus pinea*), o cipreste (*Cupressus sempervirens*), a grevília (*Grevillea robusta*), o lódão bastardo (*Celtis australis*), várias espécies de ulmeiros (*Ulmus glabra* e *Ulmus carpinifolia*), o zambujeiro (*Olea oleaster* var. *sylvestris*), o vimeiro (*Salix fragilis*) e o plátano oriental (*Platanus orientalis*), o loureiro (*Laurus nobilis*) e arbustos como: o viburno (*Viburnum tinus*), a lantana (*Lantana camara*), o rosmaninho (*Lavandula stoechas*), a alfazema

⁴⁶⁷ TELLES, Gonçalo Ribeiro - Nota Justificativa. Projeto de remodelação da Placa da Rotunda do Aeroporto.

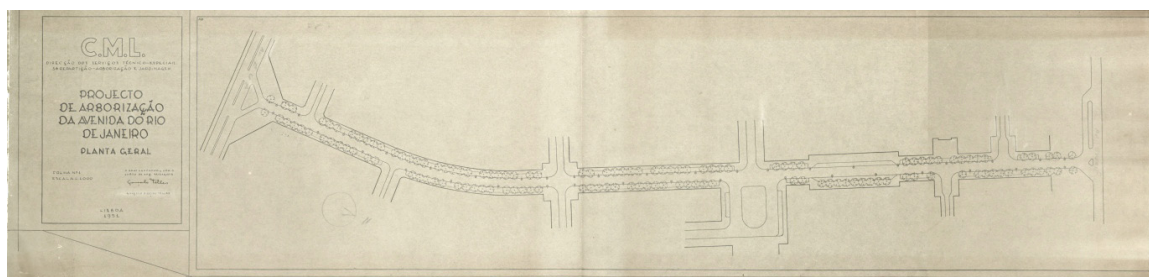


Fig. 4.7 - Projeto de Arborização da Avenida do Rio de Janeiro. Plano Geral. Ribeiro Telles, 1951.

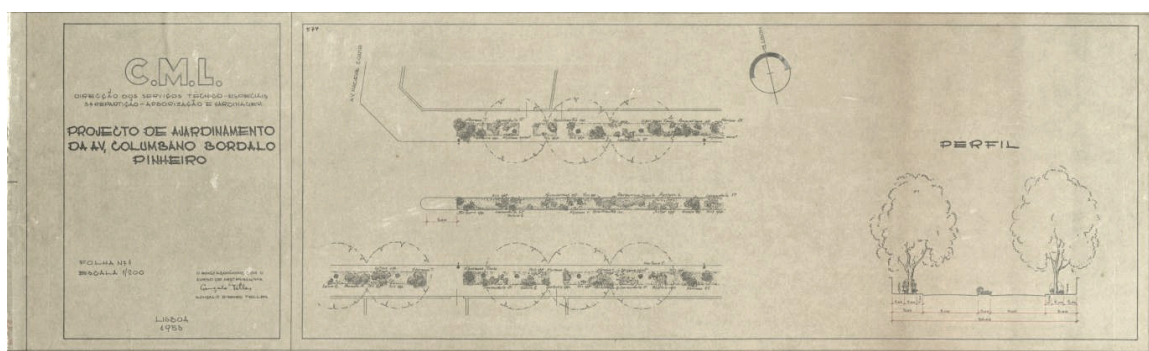


Fig. 4.8 - Projeto de ajardinamento da Av. Columbano Bordalo Pinheiro. Ribeiro Telles, 1953.

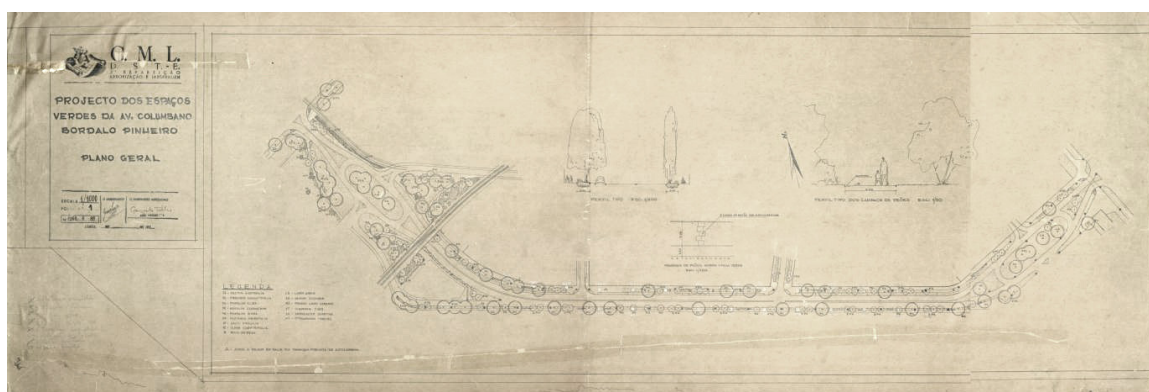


Fig. 4.9 - Projeto dos espaços verdes da Av. Columbano Bordalo Pinheiro. Planta Geral. Ribeiro Telles, sd.

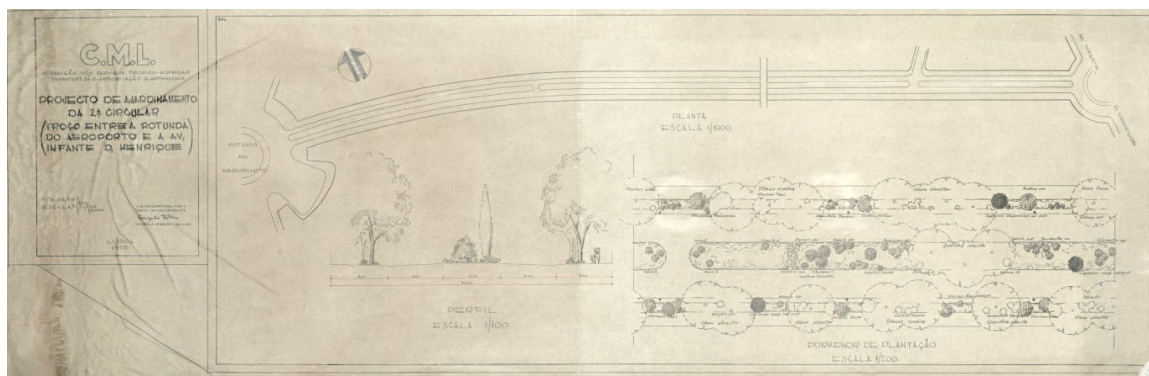


Fig. 4.10 - Projeto de ajardinamento da 2ª Circular (Troço entre a rotunda do aeroporto e a Av. Infante D. Henrique). Plano Geral. Ribeiro Telles, 1953.

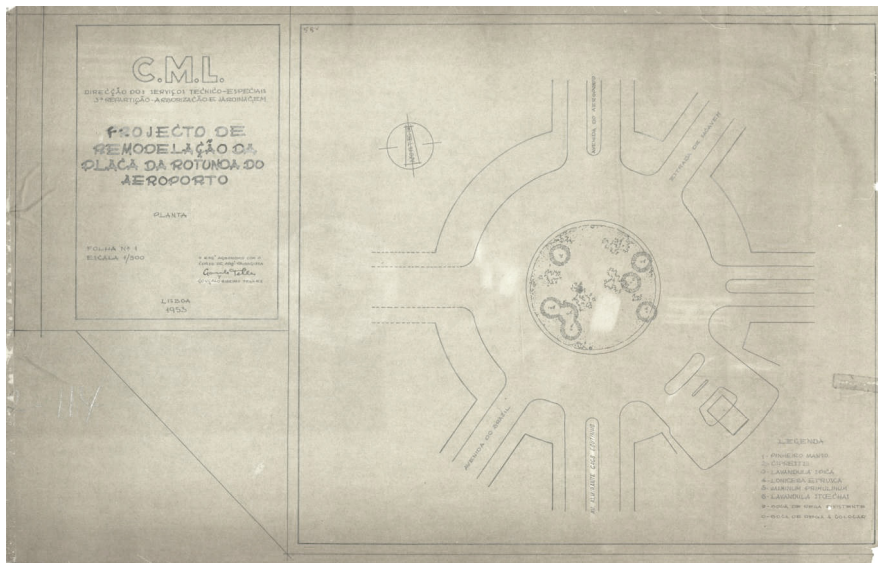


Fig. 4.11 – Projeto de Remodelação da Praça da Rotunda do Aeroporto. Planta. Ribeiro Telles, 1953.

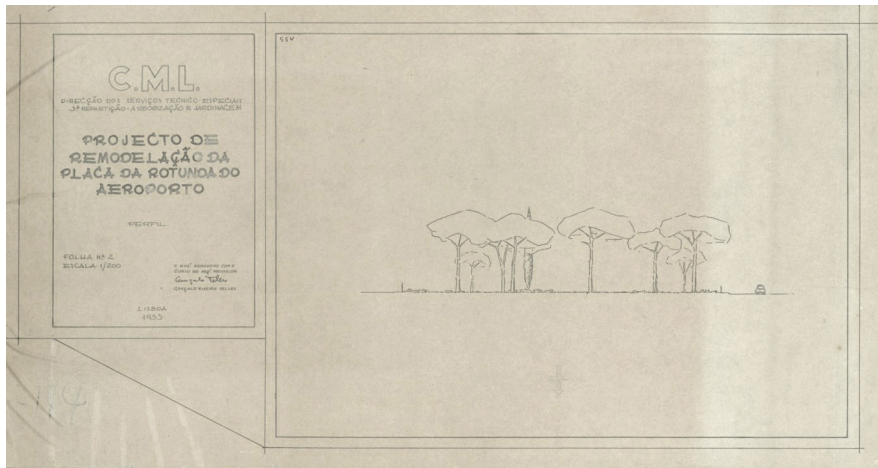


Fig. 4.12 – Projeto de Remodelação da Praça da Rotunda do Aeroporto. Perfil. Ribeiro Telles, 1953.

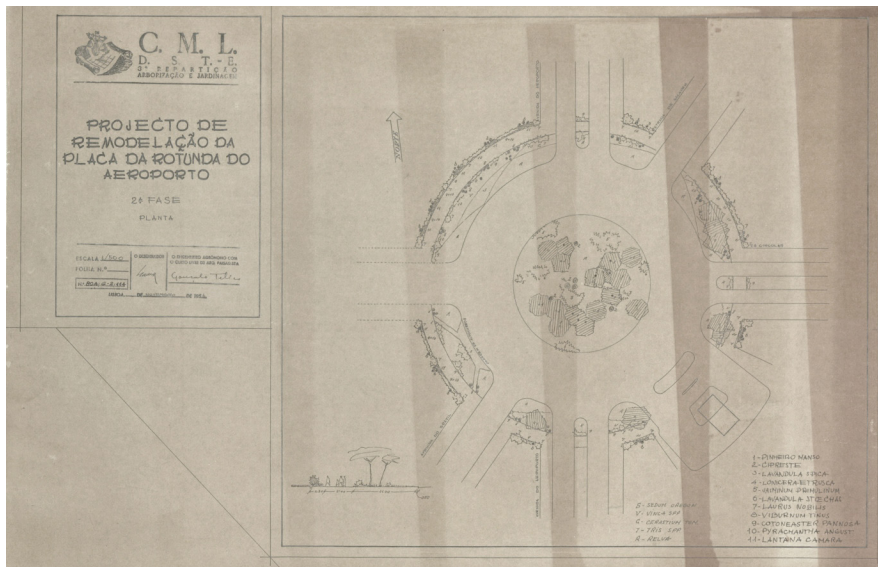


Fig. 4.13 – Projeto de Remodelação da Praça da Rotunda do Aeroporto. 2ª Fase. Planta. Ribeiro Telles, 1956.

(*Lavandura spica*), o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), o cotoneaster (*Cotoneaster serotina*) o pitósporo-da-china (*Pittosporum tobira*), a piracanta (*Pyracantha coccinea*), o loendro (*Nerium oleander*) e a budleia (*Buddleja spp.*). Relativamente às plantas herbáceas, a escolha favoreceu as espécies vivazes em detrimento das anuais, fomos encontrar entre outras: os lírios (*Iris sp.*), as sálvias (*Salvia sp.*), os aster (*Aster sp.*), os berberis (*Berberis sp.*), a hebe (*Hebe speciosa*), a vinca (*Vinca sp.*), o cerástio (*Cerastium tomentosum*) e os pelargonios (*Pelargonium spp.*). Neste mesmo ano foram também projetados os ajardinados da Avenida D. Rodrigo da Cunha.

A observação da distribuição geográfica destes projetos levou a acreditar que, enquanto em 1950 e 1951 os arquitetos paisagistas da RAJ, relativamente à plantação dos arruamentos da capital, orientaram uma parte importante da sua atuação na zona do Bairro de Alvalade e nas proximidades do mesmo, esta ação alargou-se, em 1953 às zonas mais periféricas da cidade de Lisboa tendo sido inclusivamente projetada nesta data a plantação da Avenida Dom Vasco da Gama e de um troço da Avenida da Índia, junto ao Pavilhão de Exposições de Lisboa.

Sampaio Fontes, em 1954, projetou a plantação de árvores na Avenida Infante Santo, pensa-se que no troço compreendido entre a Praça da Estrela e a Rua Santana à Lapa, e na sua perpendicular, a Rua Tenente Valadim. Ribeiro Telles projetou nesse ano a plantação de árvores da Avenida Santa Joana Princesa.

O aumento progressivo de tráfego da cidade de Lisboa obrigou a CML a elaborar um “Plano de Coordenação de Transportes de Lisboa”, cuja concretização incluía uma remodelação da rede dos transportes públicos então existente.⁴⁶⁸ Este plano contou com intervenções como a instalação de uma rede de metropolitano e o levantamento de linhas de carros elétricos, a par de uma revisão da rede de esgotos e de outros serviços públicos, há muito esperada.⁴⁶⁹ Esta remodelação da cidade implicou a alteração do perfil transversal de algumas avenidas. De acordo com um plano de obras já previamente aprovado, Guimarães Lobato apresentou ao Presidente da CML, em 1955, o estudo “Remodelação das Avenidas da Liberdade, Fontes Pereira de Melo e António Augusto de Aguiar. Estudos-base.” em que contou com a colaboração de Ribeiro Telles.

Na informação que acompanha este estudo, Guimarães Lobato valoriza o espaço de circulação dos peões ao afirmar que estes “ (...) deverão circular desembaraçados do trânsito, resguardados da circulação dos automóveis e isolados, quanto possível, do restante bulício das ruas (...) A remodelação dos perfis transversais exigirá, em especial, o sacrifício de árvores, abatidas ou transplantadas (...) Nos novos perfis transversais estudados, dá-se grande desenvolvimento vegetal nas artérias, podendo afirmar que na

⁴⁶⁸ LISBOA. Câmara Municipal. Gabinete de Estudos de Urbanização – Informação do Diretor, 1955-03-10.

⁴⁶⁹ *Ibidem*.

Avenida da Liberdade ela será utilizada em mais larga escala e em melhores condições pelos transeuntes, do que nas condições atuais.” ⁴⁷⁰

Relativamente à remodelação dos perfis transversais da Avenida Fontes Pereira de Melo e Avenida António Augusto de Aguiar, que podiam contar apenas com 30m de largura, Guimarães Lobato valorizou a sua localização estratégica, como prolongamento da Avenida da Liberdade, funcionando como radiais, a Avenida Fontes Pereira de Melo como prolongamento desta para as avenidas novas e a Avenida António Augusto de Aguiar para os vales de Benfica e da Luz. ⁴⁷¹ Referiu que, no entanto as ligações destas duas avenidas às praças Duque de Saldanha e de Espanha, respetivamente, não estavam ainda resolvidas, já que aguardavam ainda um estudo definitivo. ⁴⁷² Quanto à circulação pedonal em ambos os arruamentos afirmou: “A circulação de peões está assegurada por passeios de 5,40 m de largura, marginando as faixas laterais de estacionamento. Nestes passeios a circulação será feita numa faixa de 3.0 m de largura, ficando reservada uma faixa de 2,40 m de largo para o estabelecimento de uma mancha verde contínua, apenas interrompida por pequenos atravessamentos para peões. É nesta mancha que se estabelecerá, com espécies convenientes, a necessária arborização destas avenidas”.

⁴⁷³ Com respeito à plantação de árvores podemos ler: “A arborização indicada nos estudos apresentados foi estabelecida de acordo com as disponibilidades de espaço obtidas no ajustamento dos perfis transversais das avenidas. Apesar da descontinuidade indicada, a plantação de espécies adequadas e o arranjo das manchas verdes dos passeios assegurarão a estas artérias o seu indispensável complemento vegetal. Trata-se porém, de problema a resolver pelos técnicos competentes desta Câmara.” ⁴⁷⁴ Tal documento demonstra que embora os arquitetos paisagistas já tivessem conseguido passar a nível do projeto, a mensagem da necessidade de proporcionar às árvores, como seres vivos, condições melhoradas para o seu desenvolvimento em meio urbano adequado, promovendo a substituição do sistema de caldeira por faixas ajardinadas, não tinham no entanto poder de decisão ao nível da escala do planeamento urbano, sendo esperado com o seu desempenho na Câmara, a apresentação de soluções unicamente no que dizia respeito ao «ajardinamento» de projetos previamente delineados por outros profissionais.

Em 1955, foram projetadas as plantações da Avenida de Roma por Ribeiro Telles. Este, na memória descritiva deste projeto destacou a limitação causada a uma correta

⁴⁷⁰ *Ibidem.*

⁴⁷¹ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - Estudos-base. Remodelação das Avenidas da Liberdade, Fontes Pereira de Melo e António Augusto de Aguiar.

⁴⁷² *Ibidem.*

⁴⁷³ *Ibidem.*

⁴⁷⁴ *Ibidem.*

arborização em resultado do perfil da avenida e do espaçamento entre prédios: “O perfil longitudinal e a largura entre os prédios da Av. de Roma, condicionam a arborização desta artéria a uma solução que se apresenta longe, tanto sobre o ponto de vista estético como sobre o ponto de vista técnico, dum aspecto perfeito e equilibrado quanto á distribuição das massas vegetais e ao seu desenvolvimento. O desenvolvimento topográfico desta avenida e a largura entre os edifícios não permitem uma arborização do tipo alameda (...) Procurou tirar partido da existência de maiores áreas livres nos cruzamentos da Avenida de Roma com as Avenidas da Igreja e dos Estados Unidos da América, onde o desenvolvimento da arborização prevista permite formar ajardinados com estadias para esplanadas. Todo o arvoredo previsto será plantado em faixa verde, o que permitirá, além das conhecidas vantagens de ordem vegetativa para a árvore, orientar o trânsito de peões no sentido das diversas travessias isolando-o o mais possível do trânsito automóvel (...) As espécies a plantar são da formação climace de Lisboa ou já tradicionais da região. Todo o arvoredo, excepto nos ajardinamentos dos cruzamentos, é de folhagem caduca a fim de permitir um ensombramento no verão dos passeios sem prejudicar no Inverno a exposição das fachadas dos edifícios. A faixa verde será relvada e revestida com grupos dispersos de arbustos que se distribuem do lado da rodagem (...)”⁴⁷⁵ Este projeto, com os outros já referidos, privilegiou a plantação das árvores em faixas ajardinadas em detrimento das caldeiras então vulgarmente utilizadas até então e selecionou espécies de folhagem caduca na plantação dos arruamentos, com a intenção de maximizar o aproveitamento do sol, tão apreciado no inverno. Neste mesmo ano, Ribeiro Telles projetou também a plantação da Avenida do Brasil e da Avenida da Liberdade.

Em 1956, foram projetadas as plantações da Rua da Quinta de Santa Maria, na Encarnação, esta constituída por uma alameda central, contendo zonas de estadia e terminando num “(...) logradouro de maiores dimensões em que foi considerada a proteção dos ventos do quadrante norte e diferente exposição dos diversos locais onde serão instalados bancos.”⁴⁷⁶ Esta memória reflete as características físicas daquele local, às quais o projeto se submeteu. Neste mesmo ano foi projetada a plantação da Avenida do Restelo, cujo projeto se arrastaria até ao ano seguinte, no qual seriam também projetadas a Avenida da Índia e a Praça de Espanha.

Relativamente à Avenida da Índia, o engenheiro-chefe da RAJ, José Pulido Garcia, solicitou a realização de um perfil tipo, que enviou juntamente com uma informação à DSUO no qual justificou: “No entanto em face das características do trânsito da Av. da Índia, quer de automóveis quer de peões, e para sua maior segurança, bem como para obtenção de regulares condições de vegetação das árvores a plantar, esta repartição

⁴⁷⁵ TELLES, Gonçalo Ribeiro - Memória descritiva. Projeto de arborização da Avenida de Roma.

⁴⁷⁶ TELLES, Gonçalo Ribeiro - Nota descritiva. Arborização da Rua da Quinta de Santa Maria – Encarnação.

propõe, desde já, o perfil tipo que se junta para este troço da Av. da Índia.”⁴⁷⁷

Com respeito à Praça de Espanha, no GEU coordenado por Guimarães Lobato, com a colaboração de Ribeiro Telles, em Fevereiro de 1957, realizou-se o “Estudo-base da Urbanização da Praça de Espanha, da Artéria em Prolongamento da Avenida António Augusto de Aguiar, da Palhavã e de Sete Rios.”⁴⁷⁸ Ribeiro Telles, neste Estudo teve a oportunidade de invocar atempadamente a necessidade de hierarquizar a arborização dos arruamentos no sentido de criar uma estrutura verde estruturante da cidade: “Além, portanto, da valorização dos maciços existentes deve-se prever fundamentalmente a arborização das grandes artérias (prolongamento da avenida António Augusto de Aguiar e avenida de Berne, avenida Columbano Bordalo Pinheiro e 3ª circular), enquadramento criterioso da Praça de Espanha e praça da Estação Central e a criação de ajardinados de logradouro junto aos blocos habitacionais. Pretende-se ainda que toda a vegetação na zona em estudo apresente uma certa unidade paisagística pelo que se prevê uma distribuição das espécies de harmonia com a estratificação ecológica natural. Os vales serão portanto ocupados por cortinas de caducifólias próprias desses ambientes e nas zonas mais elevadas deverão surgir, criteriosamente misturadas, folhosas e coníferas de folha persistente. Arbustos da respectiva formação climace acompanham o andar arbóreo (...) A arborização das artérias da zona em estudo, dentro dos moldes adiante apontados, poderá ser um elemento valioso na proteção dos ventos estivais do quadrante norte e portanto provocando uma melhoria climática desta zona da cidade (...)”⁴⁷⁹ Neste Estudo podemos verificar um desenvolvimento da proposta em função do estudo das características físicas do lugar, sendo que a topografia e a orientação determinaram o seu desenho. Estão presentes grandes maciços compactos de vegetação, onde a experiência da sazonalidade é importante em função sobretudo das espécies caducifólias. Os espaços verdes da Avenida Fontes Pereira de Melo foram projetados numa primeira fase, em 1958 por Ribeiro Telles restringindo-se a plantação de árvores a uma placa central arborizada, atravessada por passagens de peões, interrompida apenas nos cruzamentos com a Avenida Sidónio Pais, Avenida António Augusto de Aguiar Rua Tomás Ribeiro, Rua Latino Coelho e Avenida 5 de Outubro (Fig. 4.14). Em 1963, Edgar Fontes interveio nesta avenida face a um alargamento da zona de circulação automóvel, com o sacrifício para o efeito, da placa central. Esta intervenção restringiu-se ao troço compreendido entre a Praça Marquês de Pombal e o cruzamento com a Avenida António Augusto de Aguiar. Também o cruzamento com as ruas Tomás Ribeiro, Latino Coelho e Avenida 5 de Outubro foi modificado e arborizado.

⁴⁷⁷ LISBOA, Câmara Municipal. 3ª Repartição- Arborização e Jardinagem, Informação do engenheiro-chefe, 1957-09-21.

⁴⁷⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - Estudo-base. Urbanização da Praça de Espanha, da artéria em prolongamento da Avenida António Augusto de Aguiar, da Palhavã e de Sete Rios.

⁴⁷⁹ *Ibidem*.

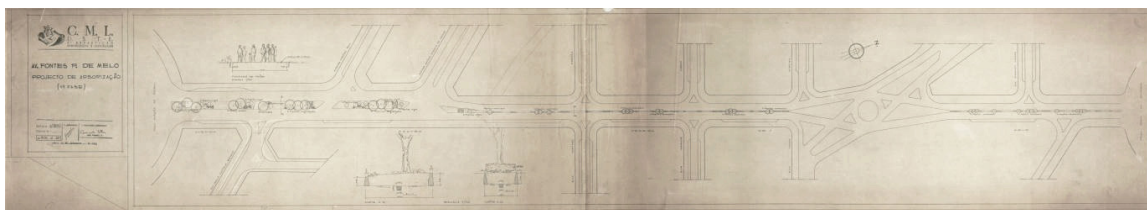


Fig. 4.14 – Avenida Fontes Pereira de Melo. Projeto de Arborização. 1ª Fase. Ribeiro Telles, 1953.

Ainda em 1958, era também projetada a plantação da faixa central da Avenida dos Estados Unidos da América por Ribeiro Telles e da Rua D. Francisco Manuel de Melo por Sampaio Fontes.

Em 1963, Sousa da Câmara interveio na Praça de Sete Rios e registou como nota sobre o desenho do plano geral a seguinte nota: "As plantações de arbustos e árvores indicadas neste trabalho foram condicionadas de acordo com as exigências funcionais de uma artéria de trânsito rápido e não controlado. Salienta-se que mesmo os arbustos indicados principalmente junto das passagens para peões, são de porte rasteiro e não interferem com a boa visibilidade nos cruzamentos." (Figs. 4.15 e 4.16).⁴⁸⁰ No ano seguinte, projetou a plantação de faixas ajardinadas, acompanhando o limite externo dos passeios e da placa central da Avenida Gago Coutinho, entre a Praça do Areeiro e a Avenida Estados Unidos da América (Fig. 4.17). Em 1967, projetou as faixas ajardinadas situadas ao longo da Avenida Calouste Gulbenkian, um dos arruamentos selecionados para caso de estudo nesta tese.

Nesse mesmo ano, Sousa da Câmara projetou as plantações na Avenida de Ceuta e nos acessos à Ponte Sobre o Tejo, que lhe valeram uma menção honrosa por parte da CML.⁴⁸¹ Neste mesmo ano, Sampaio Fontes projetou as plantações da Avenida da República então em remodelação e, no ano seguinte, as plantações da Praça Duque de Saldanha.

⁴⁸⁰ Ajardinamento da Praça de Sete Rios. Plano geral. Sousa da Câmara. 1963.

⁴⁸¹ Diário Municipal nº 10 405, p. 3.

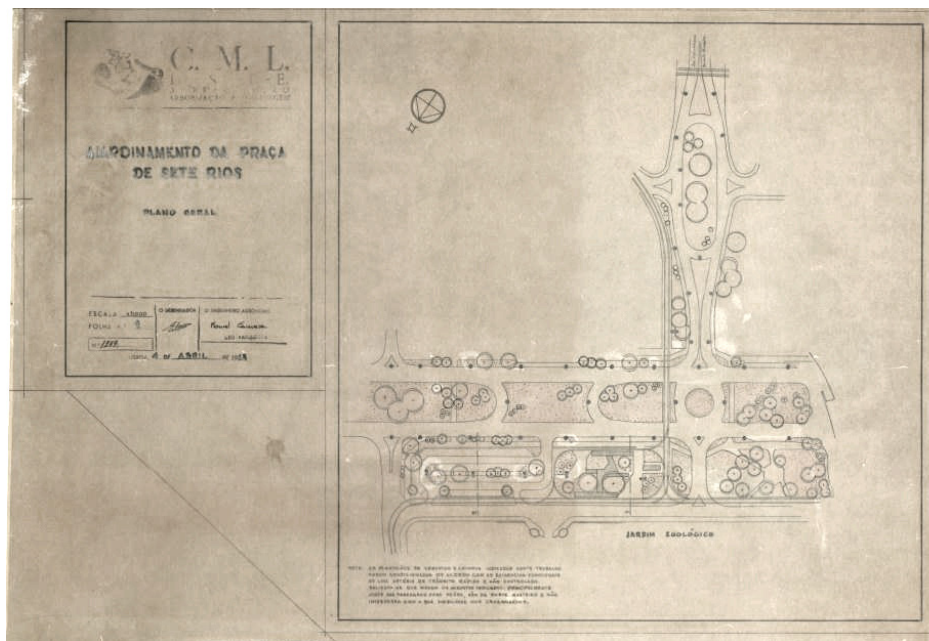


Fig. 4.15 - Ajardinamento da Praça de Sete Rios. Plano geral. Sousa da Câmara, 1963.

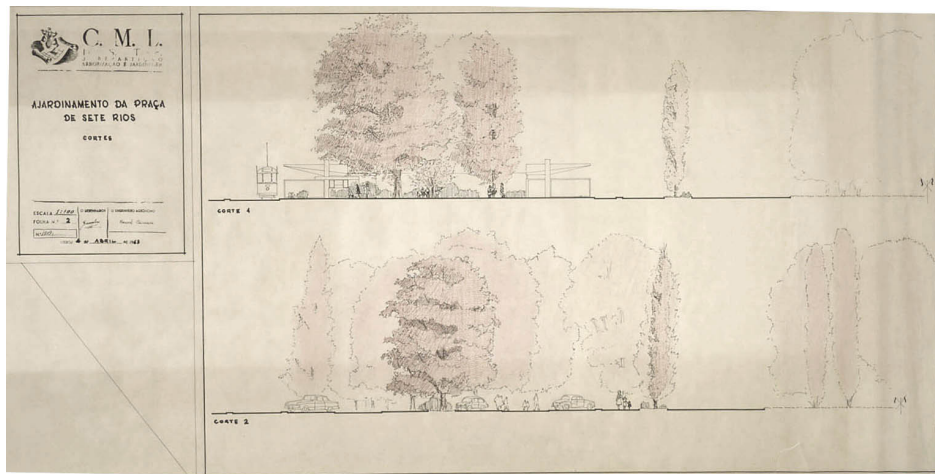


Fig. 4.16 - Ajardinamento da Praça de Sete Rios. Cortes. Sousa da Câmara, 1963.

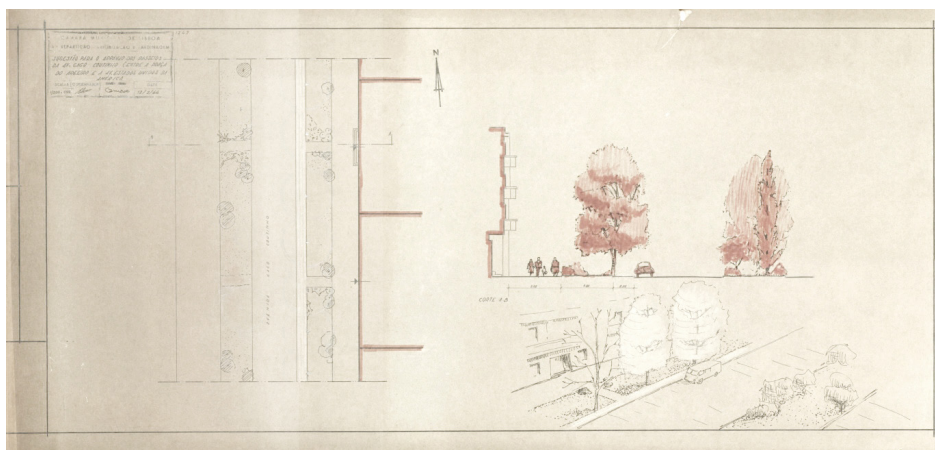


Fig. 4.17 - Sugestão para o arranjo dos passeios da Av. Gago Coutinho (entre a Praça do Areeiro e a Av. Estados Unidos da América). Sousa da Câmara, 1964.

4.1 A Avenida da Igreja

De implantação aproximadamente nascente-poente a Avenida da Igreja apresenta dois troços de características diferentes, unidos por uma rotunda. O troço nascente apresenta uma forte predominância de comércio e serviços, ao nível do piso térreo dos prédios que a delimitam, enquanto o troço poente é praticamente, na sua totalidade, ocupado por prédios de habitação.

Datado de 1950, de desenho extremamente cuidado da autoria de Azevedo Coutinho, o plano de plantação desta avenida, já acima referido, teve como distinção o facto de apresentar uma distribuição da vegetação diversa, em função do tipo de utilização apresentada (Figs. 4.1.1 e 4.1.2).

No troço nascente, compreendido entre o Largo Frei Heitor Pinto e a Avenida de Roma, de vocação marcadamente comercial, foram plantados em caldeiras plátanos (*Platanus orientalis*) de modo a que as árvores não interferissem nem com o movimento acentuado do público, nem com o sistema de iluminação (Fig. 4.1.3). Contrariamente, no troço poente compreendido entre a Avenida de Roma e o Campo Grande, as árvores foram plantadas em alinhamentos inscritos em vastas faixas ajardinadas, interrompidas pelas serventias das entradas dos prédios de habitação. Foi projetado nesta zona um alinhamento de choupo-branco (*Populus alba*) e arbustos enquadrados por um tapete de herbáceas possibilitando às pessoas a circulação por ambos os lados destas faixas, resultando numa valorização do peão (Fig. 4.1.4).

Foi apresentado neste plano de plantação um elenco florístico, constando de três espécies de plantas herbáceas e cinco espécies de arbustos (Fig. 4.1.5). Em termos de herbáceas a escolha recaiu em plantas vivazes, como a *Canna indica*, o *Pelargonium zonal* e a *Verónica speciosa*. No referente ao estrato arbustivo encontrou-se além, de plantas ornamentais como o *Hibiscus syriacus*, a *Lantana camara*, o *Pittosporum tenuifolium* e a *Punica granatum*, a opção por uma espécie autóctone, a *Tamarix aestivalis*, também com um interessante desempenho enquanto planta ornamental.

Com aspetos a salientar numa análise deste projeto, podemos referir como contributo inovador em termos de arborização de vias de circulação, não só uma diferente tipologia de ocupação do espaço com base numa separação funcional: trânsito / comércio e serviços / habitação. Destacamos a forma de distribuir as plantas herbáceas, favorecendo as perenes, com o objetivo de uma redução no trabalho da sua manutenção, em relação às plantas anuais. Nota-se na seleção das plantas a intenção de obter uma floração escalonada no tempo, reforçando a ideia que todo o ano deverão existir folhas e flores. A escolha de árvores caducifólias tem como intenção a obtenção não só de sombra no verão, mas também o gozo do sol no inverno.

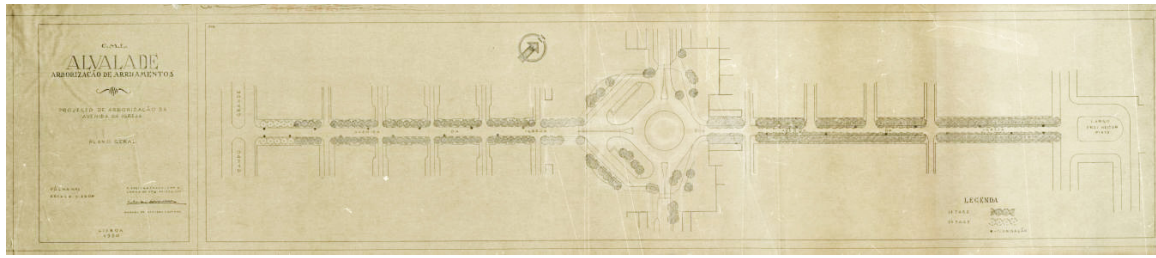


Fig. 4.1.1 – Projeto de Arborização da Avenida da Igreja. Plano Geral. Azevedo Coutinho, 1950.

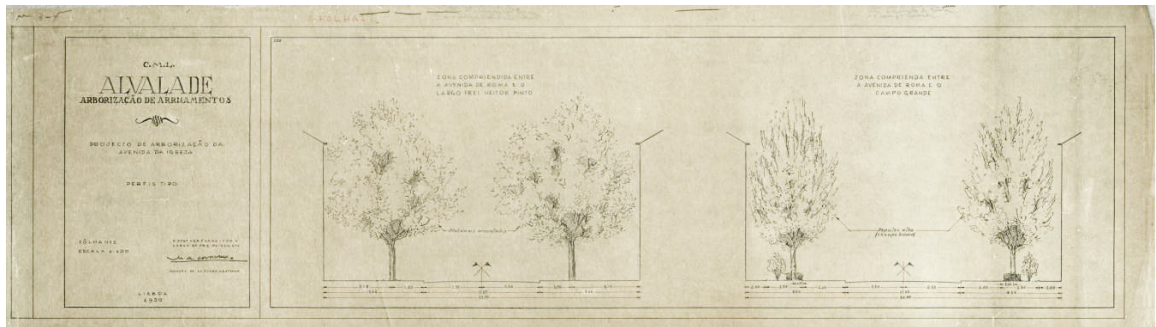


Fig. 4.1.2 – Projeto de Arborização da Avenida da Igreja. Perfis tipo. Azevedo Coutinho, 1950.



Fig. 4.1.3 – Avenida da Igreja, entre a Avenida de Roma e o Largo Frei Heitor Pinto, 1959.



Fig. 4.1.4 - Avenida da Igreja, entre a Avenida de Roma e o Campo Grande., década de 50.



Fig. 4.1.5 – Projeto de Arborização da Avenida da Igreja. Pormenor do plano de plantação de arbustos e plantas herbáceas vivazes. Azevedo Coutinho, 1950.

4.2 A Avenida D. Rodrigo Cunha

A Avenida D. Rodrigo da Cunha situa-se ao longo de uma encosta de inclinação suave ligando a Avenida Almirante Gago Coutinho, à fachada posterior da Igreja de São João de Brito, situada numa cumeada. De implantação nascente-poente, a avenida em si, é ladeada por dois trechos de tipologias de construção diversas.

Esta avenida atravessa uma série de espaços ajardinados perfeitamente simétricos, localizados entre prédios de habitação de quatro pisos, instalados em bateria, em ambos os lados deste eixo. Esta avenida – que não é intersetada por outras ruas perpendiculares de trânsito automóvel, permite a criação de uma continuidade ‘verde’. Entre o limite dos prédios e o passeio da avenida existe sempre uma área ajardinada que os separa mesmo que reduzida a uma faixa estreita de relvado. Todos estes espaços apresentam bancos de jardim, nos caminhos pedonais, na proximidade deste passeio. Ao longo de toda esta avenida, encontram-se plantadas tílias, em caldeiras (Figs. 4.2.1 e 4.2.2).

Os espaços ajardinados que limitam o trecho da avenida mencionado em primeiro lugar foram projetados por Ribeiro Telles, em 1953. O desenho destes espaços foi concebido de forma simétrica em relação à avenida no que respeita à implantação dos caminhos pedonais e mesmo na distribuição dos maciços vegetais, mais densos nos topos de cada um destes espaços (Fig. 4.2.3).

Relativamente às espécies vegetais selecionadas, segundo o plano de plantação verificámos que junto à avenida, em cada um destes espaços ajardinados, se encontrou plantado um choupo, que marcava um ritmo a quem percorria esta avenida formalizando um o limite de cada um dos espaços verdes face à avenida (Figs. 4.2.4 e 4.2.5). As restantes espécies arbóreas e arbustivas selecionadas refletem uma opção clara por espécies bem adaptadas à região de Lisboa. Nove anos mais tarde, em 1962, Sampaio Fontes suprimiu os lugares de estacionamento que existiam recortados nos passeios desta avenida, ampliou estes passeios e arborizou-os, escolhendo a tília (*Tilia cordata*).

A plantação desta avenida permitiu desenvolver uma ideia - criar um cenário urbano novo - em função das características físicas do lugar e do projeto de arquitetura. Pelo que podemos observar, foi valorizada a continuidade visual do espaço verde, numa articulação de volumes da vegetação o que, apesar da presença dos edifícios, fez prevalecer o caráter de continuum naturale. Os caminhos pedonais pontuados com bancos de jardim, convidando a uma paragem nestes locais, conferem simultaneamente um estatuto de zona de estadia assumindo mesmo o caráter de jardim urbano, bem para além de um mero arruamento.



Fig. 4.2.1— A arborização da Avenida Dom Rodrigo da Cunha, 2013.



Fig. 4.2.2 – Caminho pedonal, 2013.

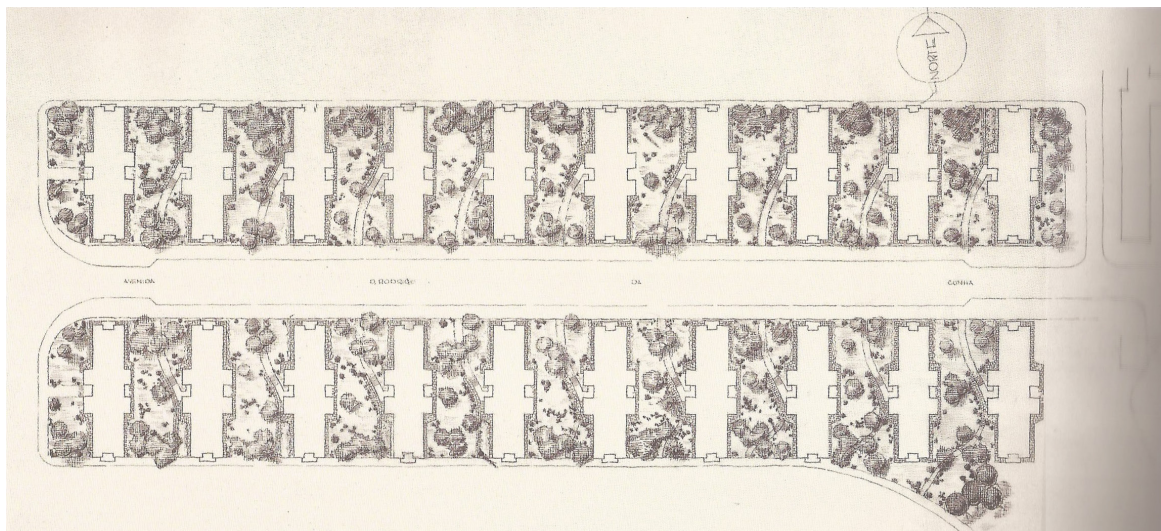


Fig. 4.2.3 – Ajardinado da Avenida D. Rodrigo da Cunha. Plano de plantação. Ribeiro Telles, 1953.



Fig. 4.2.4 – A Avenida D. Rodrigo da Cunha., década de 50.



Fig. 4.2.5 – A Avenida D. Rodrigo da Cunha, década de 50.

4.3 A Avenida dos Estados Unidos da América

De implantação nascente - poente esta avenida atravessa o Bairro de Alvalade, ligando a Avenida Gago Coutinho à Avenida da República. Apresenta um ponto de cota máxima no seu cruzamento com a Avenida de Roma, a aproximadamente dois terços do seu trajeto. Atualmente conta apenas com cerca de uma dúzia de árvores dispersas nos seus passeios, plantadas em caldeiras. Possui uma faixa central sobrelevada, densamente arborizada e na maioria da sua extensão também ajardinada (Figs. 4.3.1 e 4.3.2). Com a criação de um túnel que, ao longo da avenida passa sob o cruzamento com a Avenida de Roma, perdeu-se uma parte substancial desta faixa ajardinada.

Ribeiro Telles realizou, em 1958, o plano de plantação desta faixa (Fig. 4.3.3). Relativamente a este projeto que abrange única e exclusivamente a faixa central, o seu autor teve como principal preocupação a harmonia em relação aos volumes dos edifícios que enquadram esta avenida e a topografia do terreno (Fig. 4.3.4).⁴⁸²

Em relação às espécies vegetais selecionadas Ribeiro Telles insistiu em primeiro lugar na necessidade de escolher espécies arbóreas que se integrem com as espécies escolhidas para os logradouros situados entre os blocos de prédios desta avenida, formando com estes um conjunto. Finaliza a memória descritiva do projeto afirmando: “Os Grupos de árvores distribuem-se em certa harmonia com a estratificação ecológica e são constituídos apenas por espécies tradicionais de Lisboa e bastante rústicas.”⁴⁸³ (Figs. 4.3.5 e 4.3.6).

Nesta avenida é notória uma preocupação de um desenvolvimento do projeto em função das características topográficas e de exposição do lugar. É manifestada uma preocupação de índole ecológica, na predominância de espécies clímax da região de Lisboa. Verifica-se uma procura de uma abordagem integradora de uma arquitetura moderna e de acordo com um novo estilo de vida.

⁴⁸² TELLES, Gonçalo Ribeiro - Nota justificativa. A Avenida dos Estados Unidos da América. Arranjo Verde da Faixa Central e Cruzamentos.

⁴⁸³ *Ibidem*.



Fig. 4.3.1 – Troço nascente da faixa central da Avenida dos Estados Unidos da América, parcialmente pavimentada, 2013.



Fig. 4.3.2 – Troço nascente da faixa central da Avenida dos Estados Unidos da América ajardinada e arborizada com choupos, 2013.

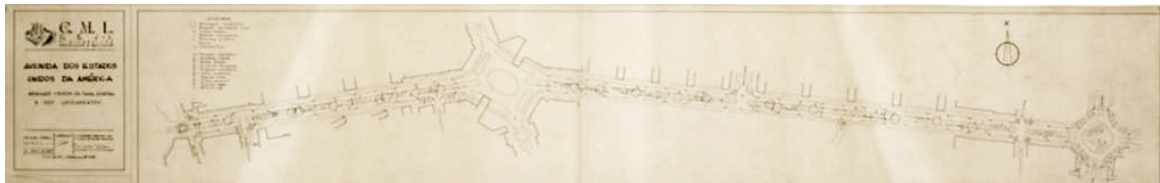


Fig. 4.3.3 – Avenida dos Estados Unidos da América. Arranjo verde da faixa central e cruzamentos. Ribeiro Telles, 1958.



Fig. 4.3.4 - Cruzamento da Avenida de Roma e Avenida dos Estados Unidos da América. 1963.



Fig. 4.3.5 - Avenida dos Estados Unidos da América.
Troço nascente, década de 60.



Fig. 4.3.6 - Avenida dos Estados Unidos da América.
Troço poente, década de 60.

4.4 A Avenida Infante Santo

A Avenida Infante Santo, no sentido descendente, faz a ligação da Basílica da Estrela ao Rio Tejo. Assumindo no início uma orientação NE-SO, inflete a cerca de dois terços da sua extensão para assumir uma orientação N-S. É este primeiro troço que se encontra mais densamente arborizado, primeiro com tílias (*Tilia cordata*) plantadas em caldeiras para depois apresentar do lado poente uma pequena praça contígua a uma faixa ajardinada situada frente aos prédios, interrompida apenas pelos acessos pedonais aos mesmos (Figs. 4.4.1 e 4.4.2).

Ribeiro Telles pretendeu ao projetar os espaços verdes desta avenida, “(...) a criação de espaços verde que valorizem sobre todos os aspetos este local (...)”⁴⁸⁴ Relativamente à faixa verde situada a poente da avenida, defronte dos blocos, justificou na memória descritiva, ser a sua função o enquadramento paisagístico dos prédios em frente aos quais foi implantada e o “amenizamento do trajeto dos peões”⁴⁸⁵ (Fig. 4.4.3). Selecionou espécies arbóreas de folha caduca, rústicas, plantadas de modo disperso, tais como ulmeiros (*Ulmus campestris*), choupos (*Populus canescens*, *Populus alba*, *Populus nigra* e *Populus monilifera*), freixos (*Fraxinus angustifolia*), salgueiro-chorão (*Salix babylonica*), pimenteira-bastarda (*Schinus molle*), plátanos (*Platanus orientalis*) e zambujeiros (*Olea europaea*) e arbustos que procurando valorizar o relvado, contribuíssem também com a sua cor (Fig. 4.4.4).⁴⁸⁶

Na praça contígua a esta faixa ajardinada, Ribeiro Telles projetou para o seu interior um espaço pavimentado em calçada em branco preto e rosa com desenho abstrato geométrico, rodeado por canteiros com um “*mixed border*” de herbáceas vivazes e algumas árvores dispersas (Figs. 4.4.5 e 4.4.6).

Neste projeto há que evidenciar a valorização significativa que a faixa ajardinada trouxe à Avenida Infante Santo. É de referir igualmente o elenco florístico aplicado neste projeto, numa seleção de plantas adaptadas à região. É de salientar também o contributo artístico de Ribeiro Telles para esta avenida, ao conceber o pavimento em vidro artístico. Como se pode verificar na imagem existe um notável trabalho de contrastes cromáticos, linhas simples e formas geométricas, de onde resulta uma efetiva valorização da praça (Fig. 4.4.7).

⁴⁸⁴ TELLES, Gonçalo Ribeiro - Nota justificativa. Avenida Infante Santo – Projeto dos espaços verdes.

⁴⁸⁵ *Ibidem*.

⁴⁸⁶ *Ibidem*.



Fig. 4.4.1 – Avenida Infante Santo, na proximidade da Basílica da Estrela, 2013.



Fig. 4.4.2 – Lado poente da Avenida Infante Santo. Transição da praça a poente da avenida para as faixas ajardinadas. 2013.



Fig. 4.4.3 – Avenida Infante Santo, 1970.

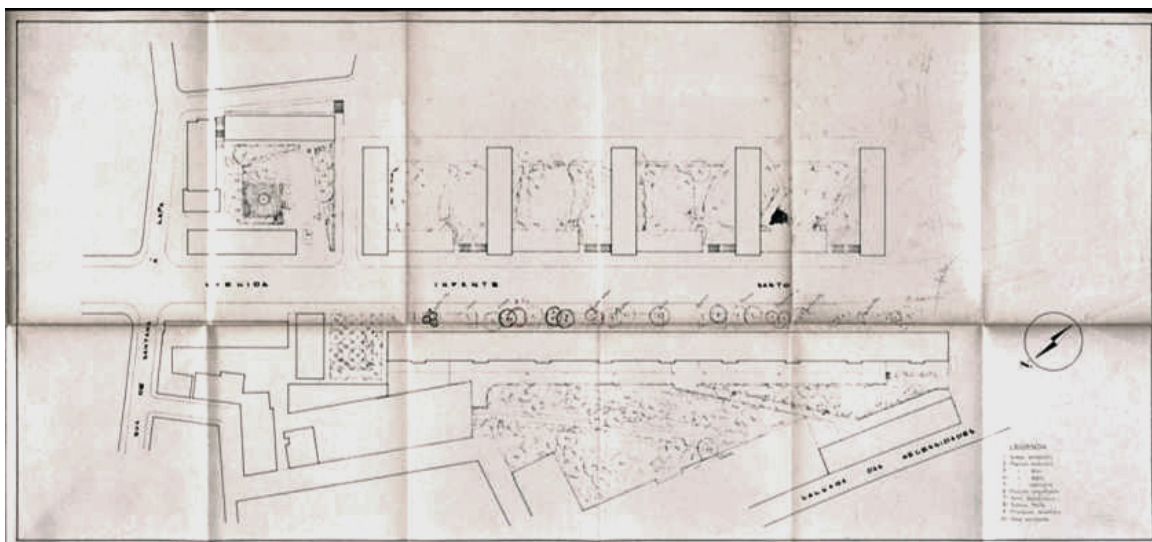


Fig. 4.4.4 – Avenida Infante Santo. Projecto dos espaços verdes. Plano de plantação de árvores. Ribeiro Telles, 1957.

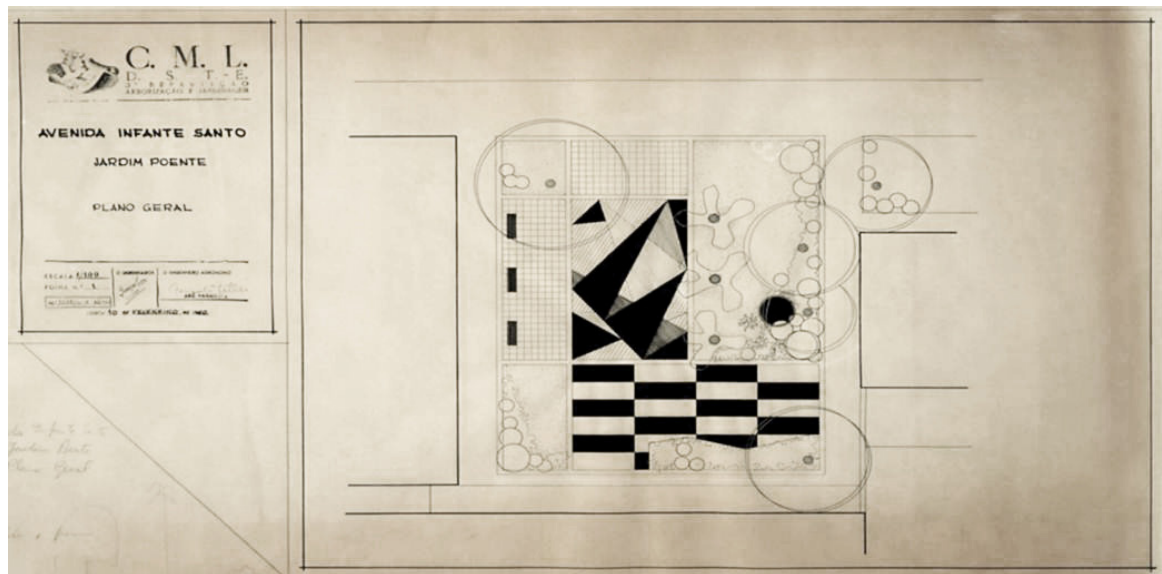


Fig. 4.4.5 – Avenida Infante Santo. Jardim poente. Plano Geral. Ribeiro Telles, 1960.



Fig. 4.4.6 – Aspeto da praça do jardim poente, década de 60.



Fig. 4.4.7 – Praça ajardinada a ponte da avenida, 2013.

4.5 A Avenida Calouste Gulbenkian

A Avenida Calouste Gulbenkian prolongando-se pela Avenida de Ceuta, liga a Praça de Espanha à Auto-estrada A5 e à Ponte 25 de Abril. Contornando uma encosta, constitui um importante eixo viário de acesso a Lisboa (Fig. 4.5.1 e 4.5.2). O ajardinamento desta avenida foi projetada por Sousa da Câmara, em 1967, sendo as peças desenhadas encontradas nesta pesquisa relativas ao troço Praça de Espanha - Rua de Campolide.

No plano geral deste troço, foram delimitadas três zonas: a cumeada revestida por mata, a encosta por orla arbustiva, herbáceas vivazes e relvado e finalmente, separada por passeio, uma faixa marginal ajardinada. Do lado oposto da avenida, foram projetadas duas faixas marginais que enquadravam um caminho pedonal intermédio, paralelo á avenida (Fig. 4.5.3 e 4.5.4). Nesta mesma peça desenhada encontramos também um “perfil tipo”, no qual Sousa da Câmara pormenorizou a localização destas zonas, bem como o estrato e tipo de vegetação a utilizar. Este desenho representa um talude de escavação a nascente da avenida, bem como a própria avenida. No topo do talude foi colocada a mata, com predominância de pinheiro manso (*Pinus pinea*) e carvalho cerquinho (*Quercus faginea*), a que se seguiu no talude uma zona de orla arbustiva adjacente prolongada por outra zona com herbáceas vivazes. O talude é rematado por uma faixa de relvado paralela ao passeio pedonal que a separa de uma faixa marginal ajardinada, com árvores como a olaia (*Cercis siliquastrum*), a ameixeira-de-flor (*Prunus cerasifera*), o freixo (*Fraxinus angustifolia*) o ulmeiro (*Ulmus glabra*) e árvores do género *Aesculus sp.*. Como arbustos isolados selecionou espécies rústicas, algumas até espontâneas, bem adaptadas ao clima de Lisboa e pouco exigentes em rega e amanhos do solo, tais como as alfazemas (*Lavandula spp.*), o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), a piracanta (*Pyracanta angustifolia*), o mato-branco (*Teucrium fruticans*) entre outros, mas também algumas plantas ornamentais como o hibiscos (*Hibiscus rosa sinensis*), a deutzia (*Deutzia gracilis*) e a veigela (*Weigelia floribunda*). Relativamente às plantas de revestimento, incluindo arbustos e herbáceas, existe uma grande maioria de plantas adaptadas às condições climáticas de Lisboa (Fig. 4.5.5). Quanto às espécies herbáceas verificou-se um favorecimento das perenes em relação às anuais. As plantas, encontram-se dispostas no talude e faixas marginais de uma forma informal.

Para a manutenção deste elenco florístico, onde predominavam não só plantas de elevada rusticidade como também algumas plantas exóticas, mais exigentes em recursos hídricos, faz parte deste plano geral a indicação de uma rede de rega. Verificamos neste projeto uma escolha criteriosa na vegetação sendo valorizadas a rusticidade das plantas e o seu valor ornamental. São projetados grandes maciços compactos de vegetação, sendo privilegiado o conforto do peão, num percurso longo e confortável (Figs. 4.4.6 e 4.5.7). Há a salientar a inovação para a época, que o sistema de rega representou.



Fig. 4.5.1 - Terraplanagens para a construção da Avenida Calouste Gulbenkian, 1967.



Fig. 4.5.2 - Avenida Calouste Gulbenkian. 2013.

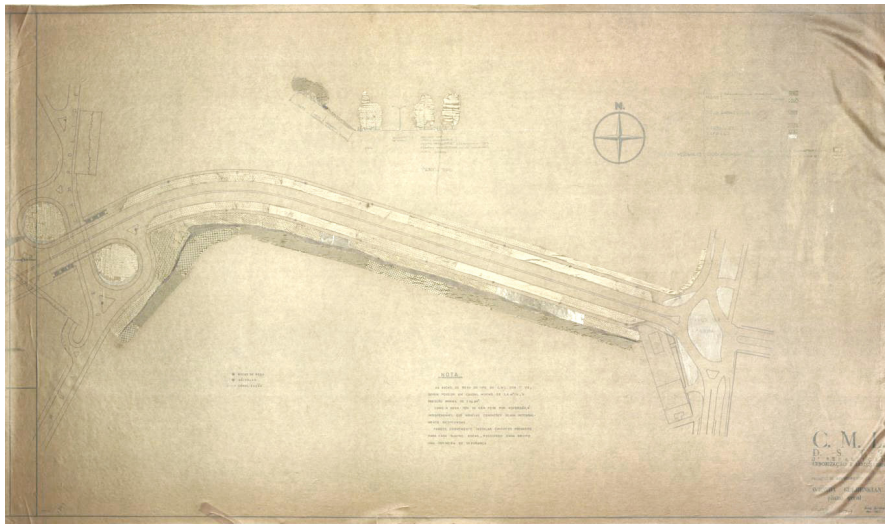


Fig. 4.5.3 - Projeto de ajardinamento da Avenida Gulbenkian. Plano Geral. Sousa da Câmara, 1967.

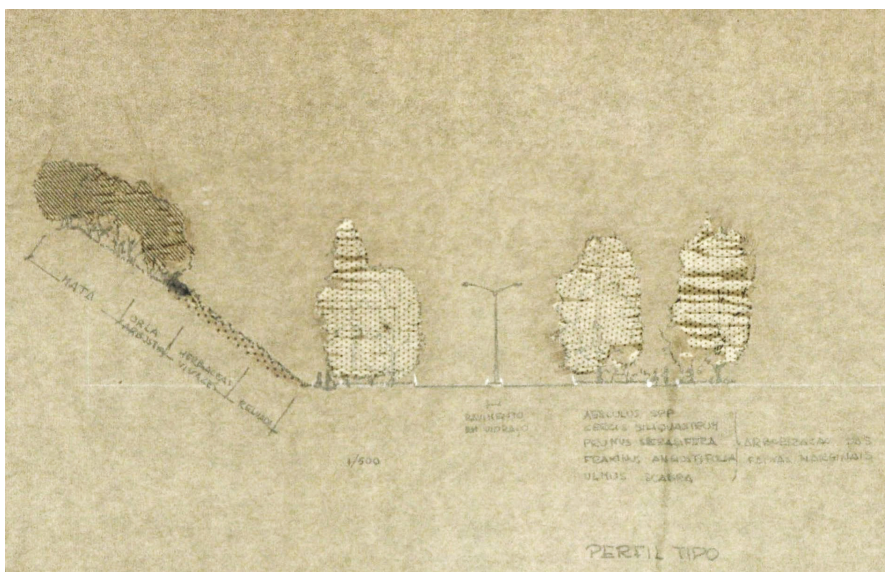


Fig. 4.5.4 - Ampliação de pormenor do Projeto de ajardinamento da Avenida Gulbenkian. Plano Geral, Sousa da Câmara, 1967.

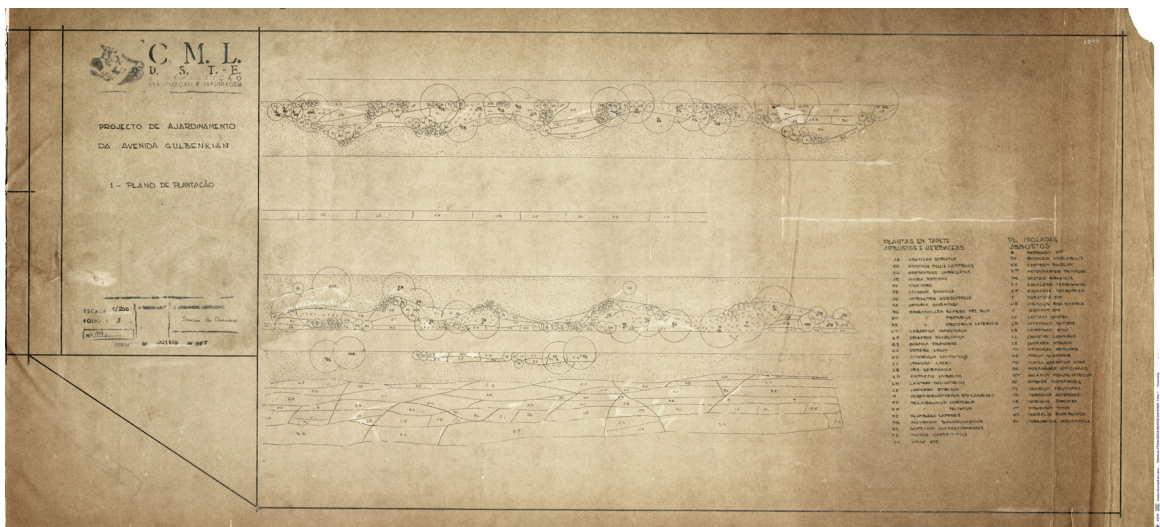


Fig. 4.5.5 - Projeto de ajardinamento da Avenida Gulbenkian. Plano de plantação, Sousa da Câmara, 1967.



Fig. 4.5.6 - Perfil da encosta, 2013.



Fig. 4.5.7 – Caminho pedonal, separado do trânsito automóvel por sebe, 2013.

4.6 Conclusão

Os novos tempos, nos anos 50, trouxeram à cidade de Lisboa um aumento significativo de população o que implicou uma expansão da cidade para zonas novas e, conseqüentemente, o traçado de uma nova rede viária que tinha de responder ao crescente incremento do trânsito automóvel. O perfil transversal das artérias principais necessitou de ser revisto, para satisfazer as crescentes necessidades de acesso, circulação e estacionamento. Esta transformação da cidade foi suportada pelo “Plano de Obras e Melhoramentos”, então em curso.⁴⁸⁷ Muitas vezes este processo foi dificultado por falta de espaço, já que era necessário satisfazer necessidades tão díspares como o serviço local, a circulação dos peões, a circulação automóvel, os estacionamentos e as paragens dos transportes públicos. Caldeira Cabral, a respeito da Avenida da Liberdade introduziu a questão da função purificadora do ar, desempenhada pela vegetação, e salientou a importância ecológica para a cidade da arborização dos arruamentos, muito para além da componente meramente estética.

Segundo inovadoras práticas de urbanismo, cada arruamento devia conciliar todas estas funções, mas mantendo se possível uma independência entre as mesmas. Neste âmbito, Guimarães Lobato afirmou: “ (...) Os peões deverão circular desembaraçados do trânsito, resguardados da circulação dos automóveis e isolados, quanto possível, do restante bulício das ruas. Aspetos importantes a considerar, quanto maior o volume do respetivo tráfego.”

⁴⁸⁸ Os arquitetos paisagistas na CML vieram dar forma a estas orientações de forma não só qualificada como inovadora, apresentando soluções diversificadas e ajustadas às características de cada arruamento ao encontro dos princípios do urbanismo de então.

Constou-se a partir de documentos fotográficos, que a grande maioria dos arruamentos e placas de circulação de trânsito existentes anteriormente a 1949, data da entrada de Azevedo Coutinho para a DSTE-RAJ, possuíam essencialmente alinhamentos de árvores plantadas em caldeiras, salvo raras exceções como as Avenidas 24 de Julho e da Liberdade onde estas coexistiam a par com placas ajardinadas.

Nas memórias descritivas dos projetos de arborização dos arruamentos verificámos sempre um grande empenho em que as árvores fossem plantadas em faixas ajardinadas, em detrimento do tradicional sistema das caldeiras, permanecendo estas apenas quando não existia espaço para a constituição das referidas faixas, como sucedeu na Avenida João XXI.

⁴⁸⁷ LISBOA. Câmara Municipal. Gabinete de Estudos de Urbanização – Informação do Diretor, 1955-03-10.

⁴⁸⁸ *Ibidem*.

Assim, estes projetos apresentavam uma nova abordagem tendo dado especial atenção ao uso de tecnologias, modernas na época como a rega por aspersão, que com economia de recursos hídricos, possibilitou o uso de espécies exóticas.

5 O contributo dos arquitetos paisagistas: “Bairros”

5 O contributo dos arquitetos paisagistas: “Bairros”

A tipologia designada por “Bairros” é porventura a mais complexa. Refere-se concretamente ao espaço verde público nos bairros e inclui desde espaços de enquadramento, jardins e grupos escolares. No Anexo 4 encontramos listados trinta e quatro lugares sendo que a cada lugar estão associados vários projetos de Arquitetura Paisagista. A Figura 5.1 apresenta a respetiva distribuição dos lugares na malha urbana. A pesquisa de peças de projeto está longe de estar concluída pois que, nomeadamente, implica um trabalho nos arquivos do ex-GTH o que só muito sumariamente se concretizou, conforme inicialmente referido. As peças desenhadas, de um modo geral, podem ser identificadas como elementos de trabalho e não propriamente projetos acabados enquanto as peças escritas são praticamente inexistentes. No entanto, os elementos que se puderam recolher são prova mais do que suficiente da intensidade do trabalho realizado e são também reveladores da evolução das condicionantes e da necessária inovação ao nível concetual que começa a manifestar uma atenta preocupação à manutenção de espaços verdes ‘generosos’ em área implicando a necessidade de mecanização de

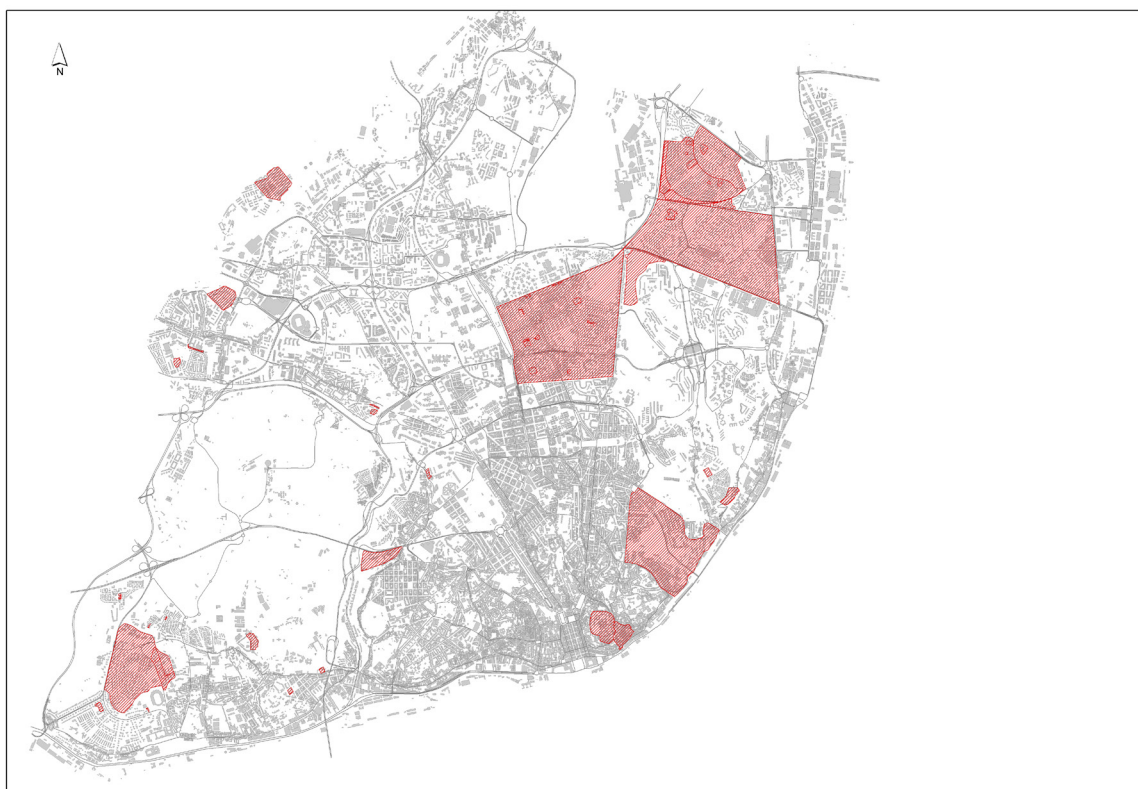


Fig. 5.1 - Distribuição da tipologia “Bairros” na cidade de Lisboa. Teresa Bettencourt da Camara, 2014.

muitas tarefas e mobilizadores de uma enorme quantidade de material vegetal o que obrigou a toda uma renovação dos viveiros de suporte à construção dos espaços verdes.

A obra dos arquitetos paisagistas nos bairros é analisada cronologicamente sendo referidas as intervenções mais significativas e cuja análise do conjunto permite compreender e interpretar o valor do respetivo contributo. Apenas referimos de seguida alguns exemplos.

Em primeiro lugar destacamos, os jardins do Grupo Escolar do Bairro de Campolide projetados em 1955 por Ribeiro Telles onde salientamos alguns dos elementos deste espaço como o grande pátio, a horta e o caminho curvilíneo ensombrado por arvoredos abundantes e enquadrado por canteiros que conduz a uma zona de estadia ensombrada para aulas ao ar livre. Mais tarde, em 1957, Edgar Fontes projetou os espaços verdes dos pequenos logradouros privados do bairro da Quinta do Jacinto com uma área de 80m² assim como o enquadramento paisagístico do Bairro do Grilo. Neste projeto considerou importante a posse de uma horta por parte dos moradores, não só como auxiliar da sua subsistência mas como ocupação dos tempos livres, reservando para o efeito zonas adequadas a esse fim: “Esta utilização das zonas verdes torna-as produtivas, sem no entanto deixarem de desempenhar as suas funções principais. A vegetação escolhida é da flora climática ou já bem adaptada às condições locais, e destina-se a enquadrar convenientemente as construções e a compartimentar as hortas.” ⁴⁸⁹

Neste mesmo ano, Ribeiro Telles e Caldeira Cabral, na época consultor do GEU, colaboraram na equipe de Guimarães Lobato na realização dos espaços verdes do Estudo-base de Urbanização das Laranjeiras, no qual preveem “ (...) além da conservação e valorização dos espaços verdes existentes (Jardim Zoológico e campo desportivo do Sport Lisboa e Benfica) a criação de zonas verdes envolvendo a igreja e miradouro do Alto dos Moinhos, enquadrando as grandes vias de trânsito e pretendendo das unidade e integrando todo o conjunto.” ⁴⁹⁰ Colaboraram ainda com a mesma equipa no “Estudo-base da urbanização do Vale Escuro” para o qual definiram a seguinte estratégia: “O Vale Escuro é tratado como um grande espaço livre. Destinado a servir como elemento regenerador enquadrado com nitidez pelas células vizinhas, densamente habitadas. Deverão proporcionar-se as melhores condições no Vale Escuro para os que lá procurem repouso, exercício físico ou simplesmente contacto com os ambientes naturais, pelo que se previram dois centros desportivos... Além deste espaço livre de construções, deverão existir nos novos núcleos populacionais zonas arborizadas que protegendo das asprezas do clima, constituam verdadeiros prolongamentos das habitações e possam assim favorecer as manifestações de vida no exterior.” ⁴⁹¹

⁴⁸⁹ FONTES, Sampaio - Nota justificativa. Enquadramento paisagístico do Bairro do Grilo.

⁴⁹⁰ CABRAL, Caldeira; TELLES, Ribeiro - Estudo-base de Urbanização das Laranjeiras

⁴⁹¹ CABRAL, Caldeira; TELLES, Ribeiro - Estudo-base da urbanização do Vale Escuro.

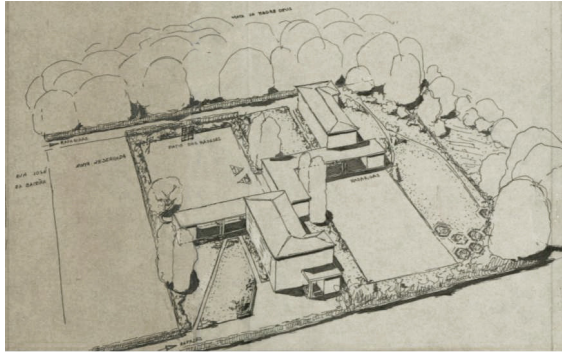


Fig. 5.2 - Axonometria do Grupo Escolar do Bairro da Madre Deus. Anteprojetado para o seu ajardinamento. Sousa da Câmara, 1961.

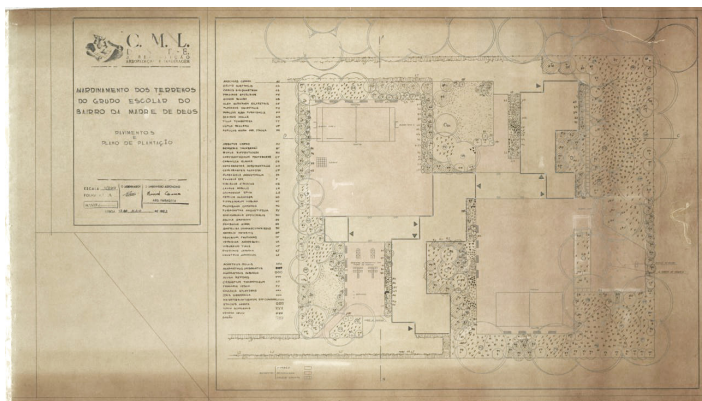


Fig. 5.3 - Ajardinamento dos terrenos do Grupo Escolar do Bairro da Madre Deus. Pavimentos e plano de plantação. Sousa da Câmara, 1963.

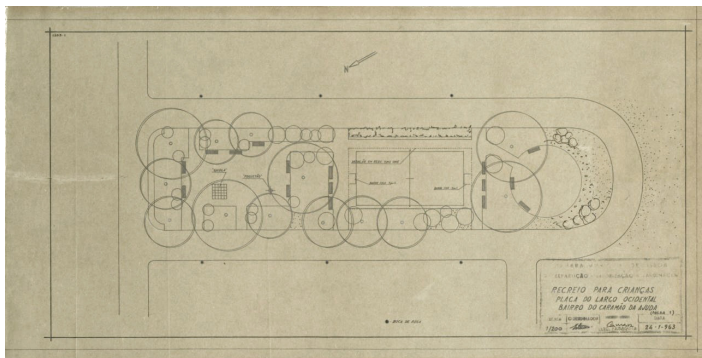


Fig. 5.4 - Recreio para crianças. Placa do Largo Ocidental Bairro da Caramão da Ajuda. Sousa da Câmara, 1963.

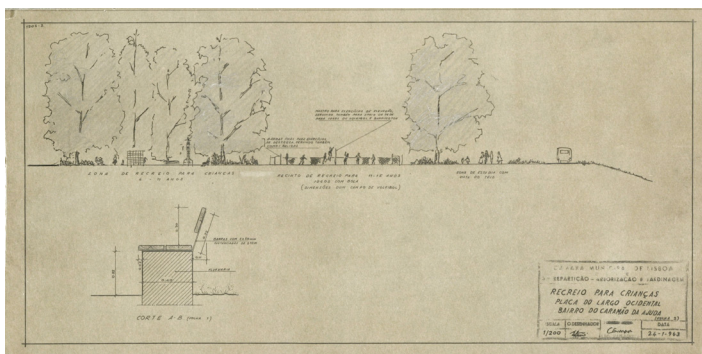


Fig. 5.5 - Recreio para crianças. Placa do Largo Ocidental Bairro da Caramão da Ajuda. Sousa da Câmara, 1963.

Os espaços verdes públicos do Bairro de Santa Cruz, em Benfica, foram projetados em 1958 por Ribeiro Telles e, em 1962, Sousa da Câmara projetou os jardins do grupo escolar. Em 1959, Edgar Fontes projetou os jardins do Grupo Escolar do Bairro de Santos. Sousa da Câmara, em 1961, realizou o anteprojecto dos jardins do Grupo Escolar do Bairro da Madre Deus e, em 1963, o respetivo projecto (Figs. 5.2 e 5.3). Dois anos mais tarde, projetou ainda o recreio para crianças, na placa do largo ocidental do Bairro do Caramão da Ajuda (Figs. 5.4 e 5.5). Em 1970, Marques Moreira projetou o enquadramento paisagístico do Bairro do Casalinho da Ajuda (Fig. 5.6).

Uma constante nestes projectos, tal como nas duas tipologia anteriormente apresentadas, é a utilização da flora clímax da região de Lisboa como o freixo (*Fraxinus angustifolia*), o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), o sobreiro (*Quercus suber*), o pinheiro-manso (*Pinus pinea*), os choupos (*Populus nigra* e *Populus canescens*), o cipreste (*Cupressus sempervirens*), o teixo (*Taxus baccata*), o ulmeiro (*Ulmus procera*), a alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*), o loureiro (*Laurus nobilis*), o folhado (*Viburnum tinus*) e o medronheiro (*Arbutus unedo*).

Destacamos ainda que, em 1959, Ribeiro Telles desenvolveu um projecto para a zona histórica de Lisboa: o “Enquadramento verde dos bairros Alfama e Castelo” (Fig. 5.7). Neste projecto constata: “Nos edifícios anteriores a 1914 há um excesso de habitantes, em condições higiénicas lamentáveis, que corroi o tipicismo do bairro além de criar graves problemas morais e de saúde. Alguns dos espaços verdes ainda existentes, geralmente coroando muros de suporte e restos de muralhas, e torres possuem elementos a proteger e a defender imediatamente.”⁴⁹² Propõe a demolição das barracas que ocupavam os espaços antigamente utilizados como hortas e jardim e a reintegração desses espaços verdes, estudados caso a caso.

Após estes breves apontamentos reveladores da diversidade geográfica e tipológica das intervenções dos arquitetos paisagistas nos bairros de Lisboa e tomando em consideração o enquadramento referido no capítulo 2 sobre os relatórios de viagem ao estrangeiro (ver Cap. 2.2.1) e sobre o processo de construção dos bairros de Lisboa, identificaram-se como estudos de caso o Bairro da Encarnação, o Bairro de Alvalade, a Encosta do Restelo e os Olivais. Quando os arquitetos paisagistas ingressaram pela primeira vez na CML, já o projecto do Bairro da Encarnação se encontrava em fase adiantada. Quase desde a primeira hora que começaram a colaborar no GEU, sob coordenação de Guimarães Lobato, e desenvolveram intensa atividade no Bairro de Alvalade e no Restelo. O bairro dos Olivais corresponde já a uma nova etapa política e urbanística da cidade. Este foi desenvolvido no GTH - criado em 1959 - e onde novamente os arquitetos paisagistas voltaram a integrar as equipas municipais, já

⁴⁹² TELLES, Gonçalo - Alfama e castelo. Enquadramento verde.

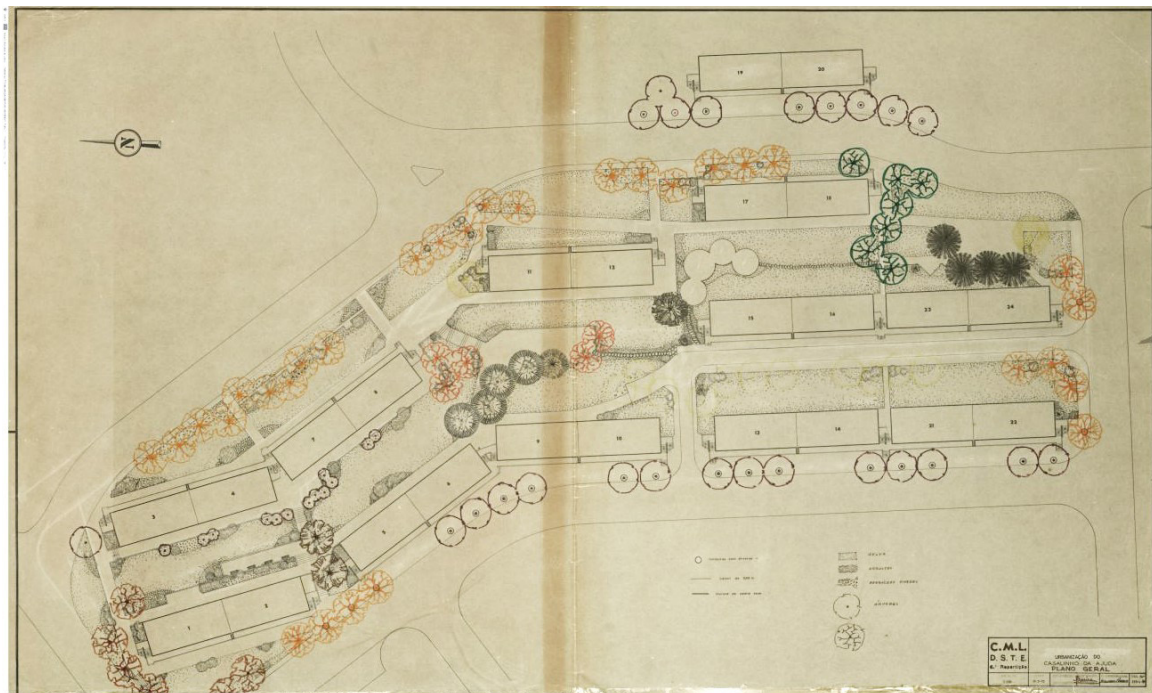


Fig. 5.6 - Urbanização do Casalinho da Ajuda. Marques Moreira, 1970.



Fig. 5.7 - Plano geral. Ribeiro Telles, 1959.

depois da saída de Ribeiro Telles da CML, coincidindo com a entrada de uma nova geração de arquitetos paisagistas sobretudo a partir dos finais da década de 1960, o momento final da presente investigação.

5.1 Os espaços verdes do Bairro da Encarnação

Através do estudo da documentação encontrada concluiu-se que, genericamente, os espaços verdes do Bairro da Encarnação começaram a ser projetados do centro para as zonas periféricas. O primeiro arquiteto paisagista a intervir no Bairro da Encarnação foi Ribeiro Telles, entre os anos de 1951 e 1956. Iniciou as suas intervenções no espaço envolvente da igreja de Santo Eugénio com o “Projeto de arborização e ajardinamento da Praça de Santo Eugénio”, situando-se a igreja centrada e junto ao topo norte desta praça, na proximidade da extremidade do grande eixo central do bairro (Fig. 5.1.1).

Na memória descritiva do projeto, Ribeiro Telles assume como principais objetivos, não só o enquadramento paisagístico deste templo como também a criação dum local de descanso e passeio para os habitantes deste bairro.⁴⁹³ No seu texto justifica a não inclusão de qualquer parque infantil não só por considerar o local desadequado para o efeito, como também por falta de espaço. Relativamente ao primeiro aspeto, Ribeiro Telles individualizou, através de uma sebe aparada, uma zona pavimentada, de acesso direto à igreja, formalizando uma grande alameda arborizada que termina num espaço de planta retangular com a igreja ao centro. Exteriormente, entre esta zona e o passeio limítrofe do quarteirão, projetou uma zona densamente arborizada, onde joga com uma paleta variada de tons de verde das folhas das árvores e seu brilho, em função do efeito perspetico que intencionalmente conferiu ao projeto: “O terreiro em redor do templo é limitado por uma sebe de 0.90 metros de altura, por detrás da qual despontam pequenas árvores e arbustos de flor e folhagem. Neste terreiro projeta-se a plantação de um zambujeiro e de um cipreste.”⁴⁹⁴

A referida alameda possui dois alinhamentos de *Grevillea robusta* que enquadram um caminho central e delimitam dois caminhos periféricos pedonais com bancos implantados ao longo do seu comprimento (Fig. 5.1.2). Tal como os arquitetos paisagistas já haviam feito em ruas de Lisboa, tais como a Avenida Guerra Junqueiro e o troço poente da Avenida da Igreja, as árvores foram plantadas não nas usuais caldeiras mas ao longo de faixas ajardinadas, proporcionando-lhes um desenvolvimento radicular apropriado.

Ainda com respeito ao aspeto cénico do projeto Ribeiro Telles salienta: “A entrada para a Alameda central é definida por dois grupos de três ciprestes, um de cada lado, que marcam o primeiro plano da perspetiva principal do jardim que tem como elemento central a igreja.”⁴⁹⁵ Existe assim uma preocupação na definição de uma sequência de

⁴⁹³ TELLES, Gonçalo - Memória descritiva. Projeto de arborização e ajardinamento da Praça de Santo Eugénio.

⁴⁹⁴ *Ibidem*.

⁴⁹⁵ *Ibidem*.

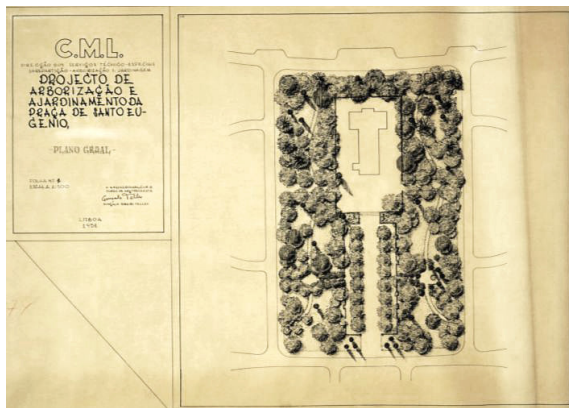


Fig. 5.1.1 – Projeto de arborização e ajardinamento da Praça de Santo Eugénio. Plano geral. Ribeiro Telles, 1951.



Fig. 5.1.2 - Placa ajardinada da Alameda de grevileas junto à Igreja de Santo Eugénio. Bairro da Encarnação, 2014.

planos sucessivos, recusando no entanto uma geometria no desenho ao afirmar: “Um caminho ladeado de bancos percorre a todo o comprimento em qualquer dos dois lados (Norte e Sul) do jardim. Várias clareiras servirão para criar perspetivas de interesse mais natural e menos formal. Todo o jardim é envolvido por uma segunda cortina de árvores que o isola do exterior.”⁴⁹⁶ Relativamente ao uso deste espaço como zona de estadia dos habitantes do bairro, Ribeiro Telles acrescenta: “Transversalmente à alameda central um caminho retilíneo dá acesso da lado sul a um pequeno recinto com um tanque circular e uma coroa de ciprestes e do lado sul a uma pequena rotunda circular com bancos caiados e laranjeiras em redor.”⁴⁹⁷

Numa confirmação de que tudo foi pensado ao pormenor, Ribeiro Telles manifestou além de abordagens de índole estética e ecológica, uma grande preocupação com o aspeto funcional do conjunto projetando um caminho retilíneo que atravessa a envolvente da igreja de norte a sul, intersetando o terreiro envolvente, com vista a facilitar o acesso de veículos e procissões, entre os caminhos envolventes desta área e a entrada principal da igreja.

Também em 1952, Ribeiro Telles projeta o jardim de uma pequena praça a norte da igreja de Santo Eugénio, na rua 27, bem no interior da malha urbana. Ribeiro Telles justifica a função deste logradouro comum “ (...) que embelezando o sítio sirva para o descanso dos habitantes desta zona do bairro.”⁴⁹⁸ Justificou o projeto, que desde o início diz ser de construção económica, com o facto de este ter aproveitado o melhor possível a topografia deste lugar, evitando recorrer a dispendiosos movimentos de terras, tirando partido da mesma para criar uma zona de estadia. Mantendo todas as oliveiras existentes no local, propõe a plantação de espécies rústicas e de fácil manutenção e árvores como

⁴⁹⁶ *Ibidem*.

⁴⁹⁷ *Ibidem*.

⁴⁹⁸ TELLES, Ribeiro - Nota justificativa, Projeto de construção de um ajardinado para o Bairro da Encarnação.

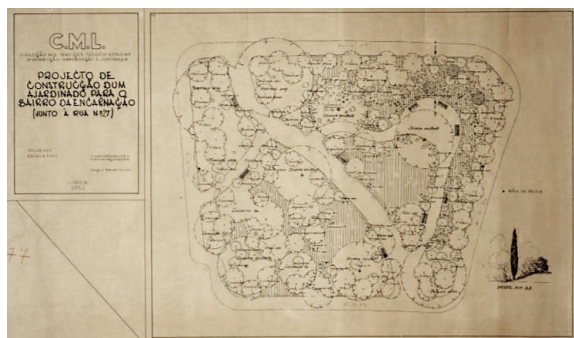


Fig. 5.1.3 - Projeto de construção de um ajardinado para o Bairro da Encarnação, junto à rua nº 27. Ribeiro Telles, 1952.



Fig. 5.1.4 - Jardim da Rua 27, no Bairro da Encarnação, 2014.

o freixo (*Fraxinus angustifolia*), a grevéia (*Grevillea robusta*) e a casuarina (*Casuarina equisetifolia*), arbustos como o viburno (*Viburnum tinus*), o pitósporo (*Pittosporum tobira*), o cotoneaster (*Cotoneaster pannosus*) e o ligustro (*Ligustrum japonicum*), e uma mistura de plantas herbáceas vivazes (Fig. 5.1.3).⁴⁹⁹ Preocupando-se com o aspeto funcional do lugar, propõe um caminho que, atravessando o caminho na diagonal, promove a ligação entre os caminhos com maior utilização por parte dos peões (Fig. 5.1.4).⁵⁰⁰

No ano seguinte, Ribeiro Telles projetou três pequenos jardins num dos acessos principais ao interior do Bairro o jardim das escadas de acesso, as placas centrais da Rua da Quinta da Fonte e o jardim da Praça das Casas Novas. Na nota justificativa deste projeto, Ribeiro Telles refere a intenção de “ (...) obter um arranjo muito rústico, de conservação fácil e económica e de harmonia com o ambiente do local.”⁵⁰¹ Sobre a Praça das Casas Novas em concreto, Ribeiro Telles acrescenta: “ (...) preveem-se dois amplos terreiros centrais com cotas diferentes que se amoldam o mais possível à atual topografia do local. Esses dois terreiros comunicam entre si por uma ampla escadaria com três lances de degraus. Toda a periferia dos terreiros é ocupada por uma cintura de vegetação com maior ou menor largura onde se situam vários bancos. Caminhos de acesso aos dois terreiros com os necessários degraus, permitem o atravessamento da praça pelos peões sem provocarem grandes rodeios.”⁵⁰² Reforça ainda a opção pela vegetação clímax, sendo a cor conferida pelo uso de grupos de arbustos de flor e de herbáceas vivazes. Esta praça desapareceu mais tarde dando lugar ao mercado municipal Sul.

⁴⁹⁹ *Ibidem*.

⁵⁰⁰ *Ibidem*.

⁵⁰¹ TELLES, Ribeiro - Nota justificativa. Projeto de ajardinamento da Praça das Casas Novas e da Rua da Quinta da Fonte no Bairro da Encarnação.

⁵⁰² *Ibidem*.

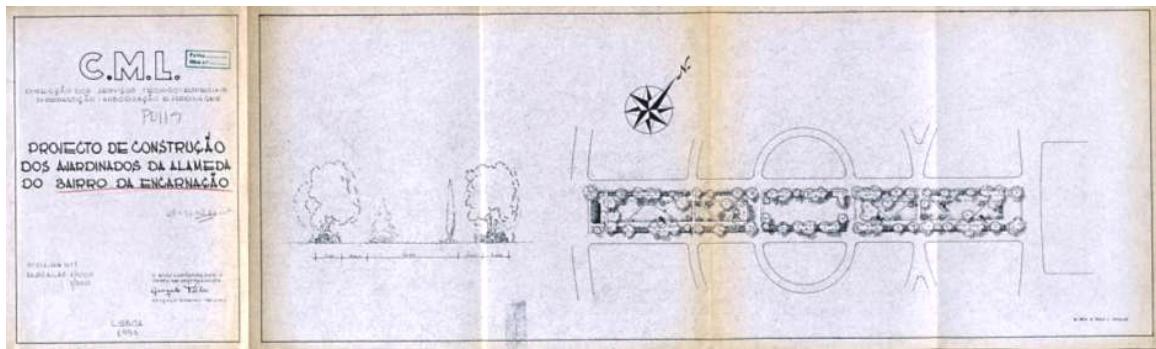


Fig. 5.1.5 - Projeto de construção dos ajardinados da Alameda do Bairro da Encarnação. Ribeiro Telles, 1953.



Fig. 5.1.6 - Alameda da Encarnação e Igreja de Santo Eugénio, 1951.



Fig. 5.1.7 - Trecho terminal NE. da Alameda da Encarnação. Ao fundo a fachada principal da Igreja da Encarnação, 2004.



Fig. 5.1.8 - Alameda da Encarnação, 1964.

Em 1955, projetou os jardins de uma grande alameda de posição central, ao longo do eixo de simetria do bairro, que culmina na fachada principal da Igreja de Santo Eugénio (Figs. 5.1.5 a 5.1.7). Esta avenida apresenta sensivelmente a meio do seu comprimento uma área plana de cota superior correspondente ao seu trecho central, a partir deste, desce quer para Sudoeste quer para noroeste, em direção à fachada principal da Igreja de Santo Eugénio. O jardim ocupa toda uma placa central cujo comprimento é interrompido por quatro ruas transversais a esta placa, subdividindo-a em cinco segmentos.

Embora de início o espaço de jardim desta alameda fosse separada da rede viária envolvente por uma sebe aparada (Fig. 5.1.8), hoje ela já não existe. Do projeto original foi mantido um caminho pedonal longitudinal, de cada lado da alameda. Estes caminhos encontram-se separados das ruas envolventes por um canteiro arborizado e do interior da alameda por algumas árvores plantadas ao longo dos seus alinhamentos, sendo estas árvores, na sua maioria plátanos, que já atingiram um porte elevado. O topo SO da alameda é marcado por uma zona pavimentada, onde se encontra um elemento escultórico de grandes dimensões.

Ribeiro Telles realizou ainda, em 1956, o “Projeto de arborização da Quinta de Santa Maria”, com o objetivo de criar uma zona de logradouro para os moradores das imediações. Para o topo desta avenida, na Praça Norte, projetou um logradouro de grandes dimensões, protegido do vento norte por vegetação (Fig. 5.1.9).⁵⁰³

Edgar Fontes iniciou entretanto a sua colaboração no Bairro da Encarnação. Em 1955, projetou os jardins do Grupo Escolar do Bairro da Encarnação, hoje Escola Básica Paulino Montez, onde, tal como Ribeiro Telles, optou pela plantação de vegetação clímace, bem adaptada às condições locais e por consequência de fácil manutenção, implicando assim uma redução nos custos da mesma. Seguiu este mesmo princípio em todos os projetos que realizou neste bairro. Como tal utilizou arbustos como o folhado (*Viburnum tinus*), a lantana (*Lantana camara*), o loureiro (*Laurus nobilis*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), o incenso (*Pittosporum undulatum*) a piracanta (*Pyracantha angustifolia* e *Pyracantha coccinea*) e a verónica (*Veronica spp*), entre outras.

Este bairro é envolvido por duas cinturas, uma situada a Sul e outra a Poente, funcionando com espaços tampão entre o bairro e rede viária, de trânsito intenso que o delimita. Os projetos destas duas cinturas diferem formal e funcionalmente.

A Cintura Sul foi projetada em 1955, também por Edgar Fontes. O seu projeto foi autorizado pela presidência da CML, e a sua construção por administração direta autorizada a 23 de maio de 1955.⁵⁰⁴ Numa atitude de valorização das pré-existências construídas no local, este arquiteto solicitava a 2 de junho desse mesmo ano, o restauro

⁵⁰³ TELLES, Ribeiro - Nota justificativa. Arborização da Rua da Quinta de Santa Maria - Encarnação.

⁵⁰⁴ FONTES, Edgar - Enquadramento Paisagístico da Cintura Exterior do Bairro da Encarnação (1ª fase)-Zona Sul.

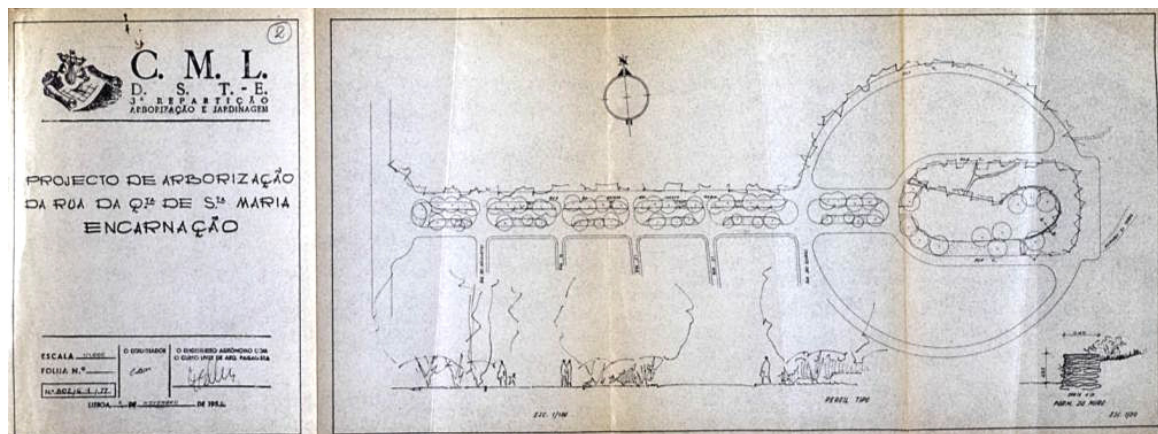


Fig. 5.1.9 - Projeto de Arborização da Rua da Quinta de Santa Maria. Encarnação. Ribeiro Telles, 1956.

dos muros de suporte e da nora aí existentes. Na memória descritiva deste projeto justifica: “Com o presente projeto procura-se conservar dentro da área urbana, um espaço verde com características hortícolas valorizando (sic) paisagisticamente pela plantação dos taludes que o circundam enquadrando-o convenientemente. Dentro deste critério, toda a área central não sofrerá modificações a não ser aquelas que a estética aconselha. Assim, propõe-se o restauro dos tradicionais muros que ladeiam o regato, bem como as reparações necessárias na nora existente para que ela possa desempenhar cabalmente o seu fim. Isto quanto à área maior. As outras, mais pequenas, seriam totalmente ocupadas pela plantação.”⁵⁰⁵ Termina esta memória descritiva recomendando mais uma vez o uso de espécies pertencentes à flora clímace (Fig. 5.1.10).

A Cintura Poente foi projetada em 1958. Edgar Fontes na memória descritiva enuncia como intenções, não só o enquadramento do bairro e o isolamento do trânsito exterior ao mesmo, como a criação de logradouros comuns destinados aos moradores: “Uma rede de caminhos permitirão percorrer a mata, sendo criados de quando em quando locais e estadia (...) Uma enorme clareira dará origem a criação de um local infantil onde deverão ser colocados elementos de recreio tipo fixo e de reduzida conservação.”⁵⁰⁶ (Fig. 5.1.11). Esta atitude ao nível do planeamento e do projeto manifesta a aplicação da noção da necessidade de contacto com o ar livre e a natureza por parte da população, particularmente pelas crianças.

Esta clareira veio mais tarde, em 1962, a ser alvo de um projeto por parte de Edgar Fontes e Sousa da Câmara, onde estas noções são aplicadas muito concretamente. O projeto prevê uma separação do espaço e uma ocupação diferencial em função da idade, numa sucessão de pequenos locais de estadia para os mais velhos e uma grande clareira

⁵⁰⁵ FONTES, Edgar - Nota justificativa. Projeto de Enquadramento Paisagístico da Cintura Exterior do Bairro da Encarnação.

⁵⁰⁶ *Ibidem*.

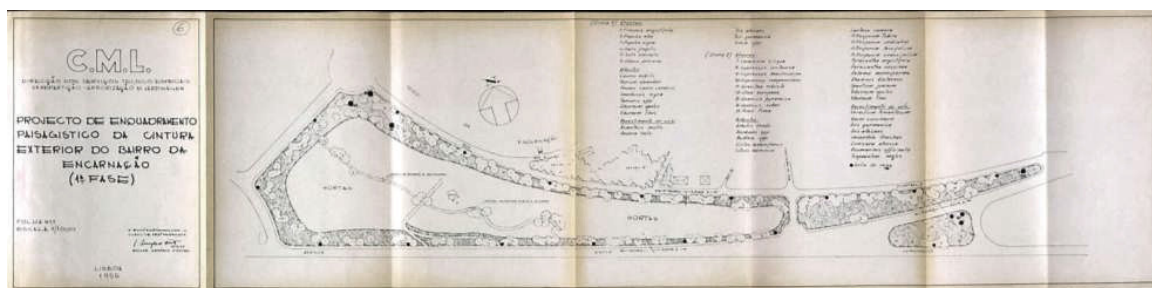


Fig. 5.1.10 - Enquadramento paisagístico da cintura exterior do bairro da encarnação. (1ª fase). Edgar Fontes, 1955.

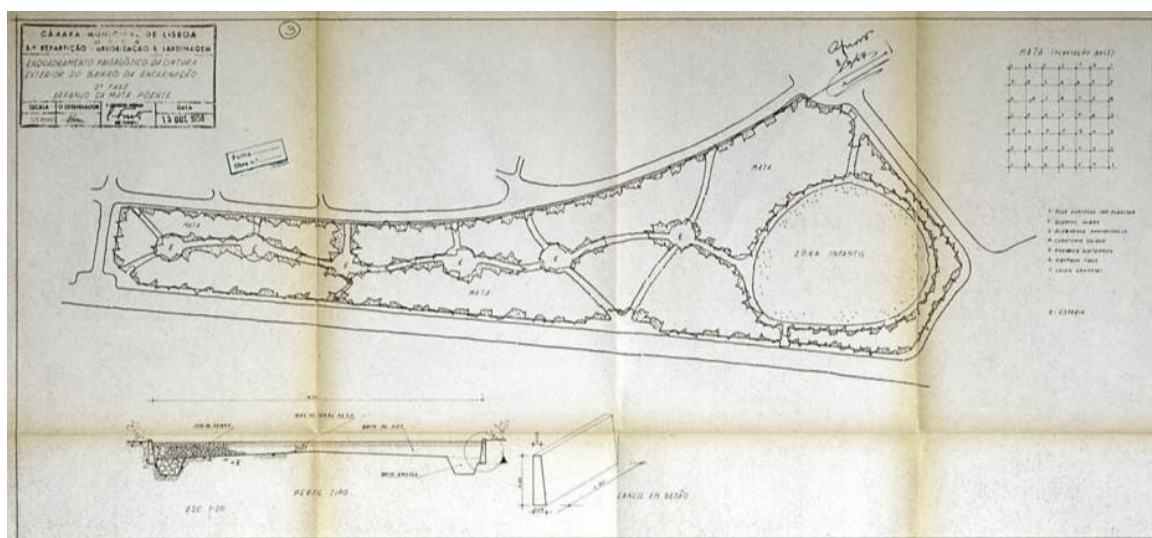


Fig. 5.1.11 - Enquadramento Paisagístico da Cintura Exterior do Bairro da Encarnação. 2ª fase. Arranjo da Mata Poente. Edgar Fontes, 1958.

para o recreio infantil. Nesta clareira efetuou-se um zonamento para crianças consoante o seu desenvolvimento: idade pré-escolar até aos 7 anos, e idade escolar, com jogos de proeza entre os 7 e os 10 anos, e jogos organizados, entre os 7 e os 15 anos de idade. Uma vez definidas estas zonas, deu-se prioridade à seleção da vegetação a plantar utilizando como base fitossociológica a composição dos povoamentos de folha perene o “*Quercetum fagetae*”, e nos povoamentos de folha caduca o “*Populatie alba*” (Fig. 5.1.12). Relativamente ao recreio infantil, a memória descritiva deixa-nos compreender a sua perspetiva: “Os terreiros de jogos destinados às crianças devem ser soalheiros, mas devem também proporcionar manchas de sombra onde as crianças e as pessoas que as acompanham se possam abrigar se o desejarem. Estas zonas de sombra foram utilizadas como elementos de separação entre os vários espaços de recreio. Esta solução permite a existência de uma zona tratada com certo cuidado – um relvado – destinada aos mais pequenos, onde nos dias quentes de verão, estes poderão brincar e chapinhar na área abrangida pelos aspersores aí instalados. Esta solução tem duas vantagens: proporcionar às crianças a oportunidade de beneficiar do prazer do banho, sem os inconvenientes que

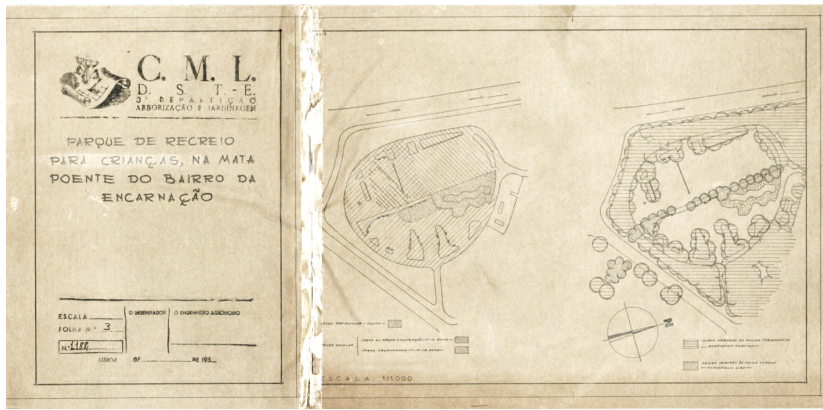


Fig. 5.1.12 - Parque de recreio para crianças na mata poente do Bairro da Encarnação. S.a, s.d.

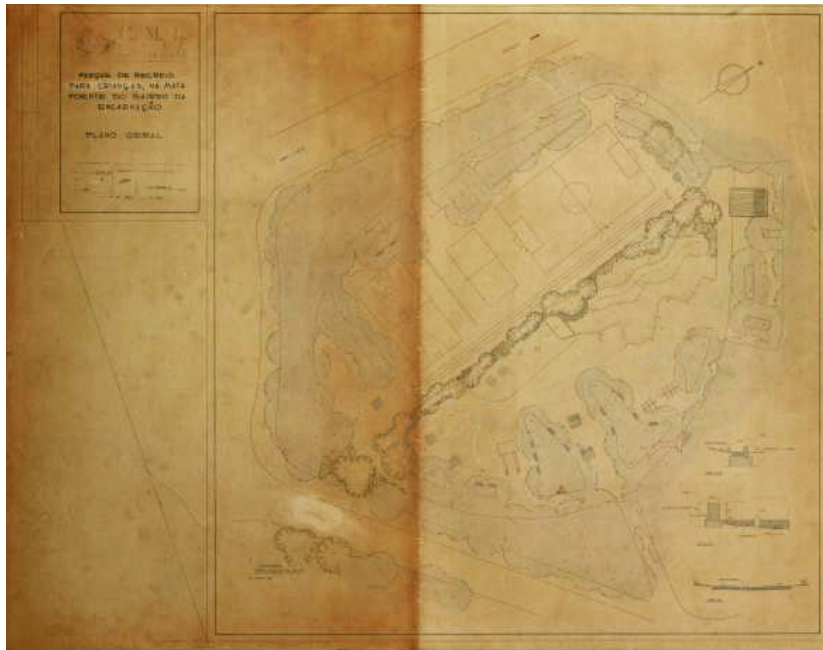


Fig. 5.1.13 - Parque de recreio para crianças na mata poente do Bairro da Encarnação. Plano Geral. s.a, 1962.

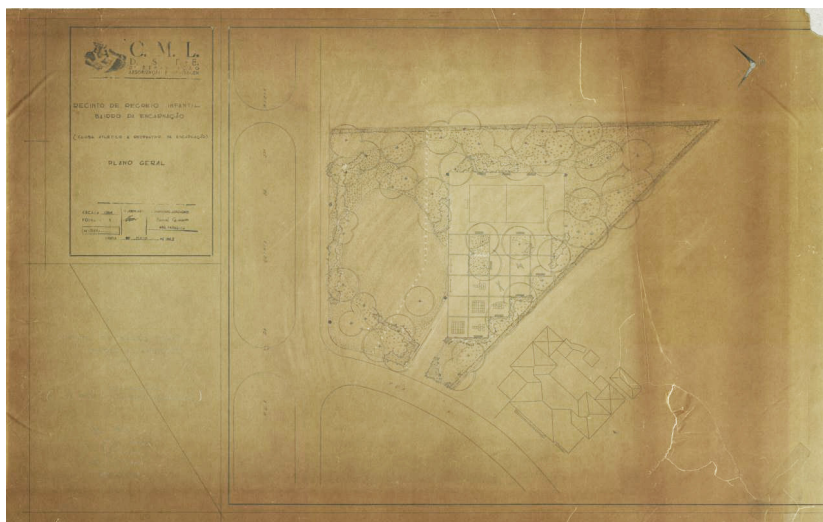


Fig. 5.1.14 - Recinto de recreio infantil. Bairro da Encarnação. (Clube atlético e recreativo da Encarnação). Plano geral. Sousa da Câmara, 1963.

uma piscina possui quanto à vigilância e ao equipamento indispensável de desinfeção e tratamento da água, e em segundo lugar, esta zona funciona como uma nascente do regato que existia anteriormente e que os trabalhos de aterro fizeram desaparecer.”⁵⁰⁷

Finalmente sugere a construção de uma esplanada dominando o espaço de recreio, sanitários, um pequeno vestiário com dois chuveiros (para as crianças mais velhas) e uma dependência para o pessoal encarregado da vigilância (Fig. 5.1.13).⁵⁰⁸ No ano seguinte, Sousa da Câmara projetou outro espaço para o recreio infantil, desta vez junto ao Clube Atlético e Recreativo da Encarnação (Fig. 5.1.14).

⁵⁰⁷ S. a. - Memória descritiva.

⁵⁰⁸ S. a. - Memória descritiva.

5.2 Os espaços verdes do Bairro de Alvalade

Conforme já foi referido no capítulo 2, o primeiro conjunto de edifícios multifamiliares de renda económica foi inaugurado em Agosto de 1948. Cerca de dois anos após esta inauguração, os arquitetos paisagistas recém-chegados à CML, Azevedo Coutinho e Ribeiro Telles, eram chamados a colaborar nos projetos de jardins e arborização das ruas do Bairro de Alvalade. Todos os projetos de especialidade de infraestruturas urbanas e de desenho do espaço público, conforme também já referido, incluindo os relativos aos espaços verdes, estavam incluídos nos chamados “*Estudos de Pormenor*”, desenvolvidos pelas respetivas divisões de serviços da CML. Os “*Estudos de Pormenor*” relativos aos espaços verdes, designados como estudos de especialidade no desenho urbano, eram elaborados na DSTE.

Azevedo Coutinho foi chamado a intervir no Bairro de Alvalade em 1950. Realizou o enquadramento paisagístico da Avenida da Igreja. Selecionou as espécies arbóreas tendo em conta o diâmetro de copa e de acordo com a função a desempenhar, sendo de folha caduca, com vista à obtenção de sombra no verão e sol no inverno. No troço compreendido entre a Igreja de São João de Brito e a Avenida de Roma, zona de carácter marcadamente comercial, as árvores foram plantadas em caldeira com vista à libertação do espaço para a circulação dos transeuntes, ficando estas distanciadas 6,5 metros das fachadas dos edifícios. Para o efeito foram escolhidos plátanos (*Platanus orientalis*). No troço a poente da Avenida de Roma, a Avenida da Igreja atravessa uma zona quase exclusivamente residencial. Aqui as árvores foram plantadas ao longo faixas ajardinadas sendo estas distanciadas 2 metros das fachadas com a função não só ensombrar as casas durante os meses mais quentes, como de conferir alguma privacidade aos andares térreos das mesmas (Fig. 5.2.1). A árvore escolhida foi choupo branco (*Populus alba*), pois a sua copa possui um diâmetro inferior à do plátano.

Os remates destes eixos estruturantes, bem como os cruzamentos entre si, foram alvo de um tratamento paisagístico especial, refira-se o jardim do Largo Frei Heitor Pinto, no topo nascente da Avenida da Igreja, projetado por Azevedo Coutinho em 1951 (Fig. 5.2.2), a remodelação da placa da Rotunda do Aeroporto em 1953 onde Ribeiro Telles procurou “ (...) valorizar com as massas arbóreas as perspectivas finais das avenidas e estradas que desembocam na Rotunda”⁵⁰⁹ e os pequenos jardins também por ele projetados, um em 1953 no cruzamento da Avenida do Brasil com a Avenida de Roma (Fig. 5.2.3) e outro, em 1956, no cruzamento das Avenidas Rio de Janeiro e Avenida do Brasil.

⁵⁰⁹ TELLES, Ribeiro - Projeto de Remodelação da Placa da Rotunda do Aeroporto.



Fig. 5.2.1 - Avenida da Igreja, entre a Avenida de Roma e o Campo Grande, década de 50.



Fig. 5.2.2 - Largo Frei Heitor Pinto e Avenida da Igreja, 1974.

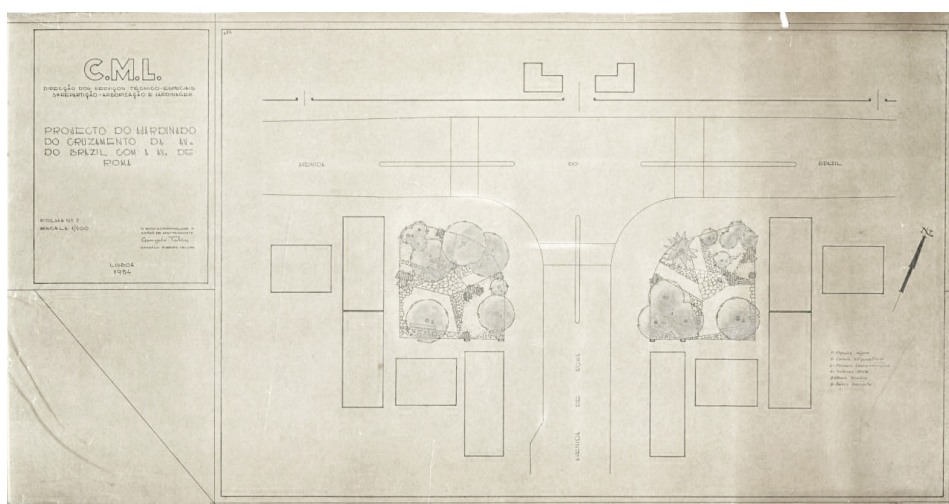


Fig. 5.2.3 - Projeto do ajardinado do cruzamento da Av. do Brasil com a Av de Roma. Ribeiro Telles, 1954.

Como já foi referido, a escola primária constituiu o ponto fulcral em torno do qual se desenvolveu o desenho de cada célula do plano de urbanização do Bairro de Alvalade, sendo este facto comum a cada uma das 8 células constituintes do mesmo.⁵¹⁰ Para cada equipamento escolar convergem uma série de caminhos pedonais que, atravessando logradouros tornavam mais curtos os percursos de acesso às mesmas. Uma área muito significativa de cada recinto escolar é ocupada por jardim, e neste âmbito, os arquitetos paisagistas foram chamados a projetar estes espaços.

Azevedo Coutinho realizou os projetos dos jardins dos Centros Escolares das Células 1 e 2, em 1950 (Figs. 5.2.4 e 5.2.5). Em 1954, Edgar Fontes realizou o projeto dos jardins

⁵¹⁰ LOBATO, Luís Guimarães - A Experiência de Alvalade. Técnica [separata].



Fig. 5.2.4 - Jardins da Escola Básica de Santo António, 2014.



Fig. 5.2.5 - Jardim envolvente da Escola Básica Fernando Pessoa, 2014.



Fig. 5.2.6 - Projeto do Ajardinamento do Centro Escolar da célula 7. Plano geral. Edgar Fontes, 1954.



Fig. 5.2.7 - Escola primária nº 24, Bairro de São Miguel. Visita do Prefeito da Baía, 1957.



Fig. 5.2.8 - Escola primária nº 24, Bairro de São Miguel, 1961.

do Centro Escolar da Célula 7 (Fig. 5.2.6), denominada Escola Básica do Bairro de São Miguel da autoria do arquiteto Ruy Jervis d'Athouguia (Figs. 5.2.7 e 5.2.8). Em 1956, Edgar Fontes projetou os jardins do Centro Escolar da Célula 4, denominada Escola Almirante Gago Coutinho (Fig. 5.2.9) e, em 1956-1958, os jardins do Centro Escolar da Célula 6 (Fig. 5.2.10), denominada Escola Básica de São João de Brito (1954-1956), cujo edifício é da autoria do arquiteto Palma de Melo (Fig. 5.2.11).⁵¹¹

Na nota justificativa relativa ao projeto da Escola Básica de São João de Brito, Edgar Fontes esclarece: “De acordo com o já anteriormente estabelecido, quanto à arborização e ajardinamento dos Centros Escolares, procurou-se no caso presente, isolar tanto quanto possível as zonas de recreio das traseiras dos prédios vizinhos e da rua. Criaram-se dois grandes terreiros e duas zonas mais recolhidas onde será possível, caso se julgue conveniente o funcionamento de aulas ao ar livre. Aí serão instalados dois bancos e dois bebedouros como está indicado no projeto.”⁵¹² Seguidamente adverte para uma escolha de plantas pertencentes à flora clímax de Lisboa, com vista a uma conservação menos exigente, logo mais económica e manifestando preocupações ambientais.

Além de uma distribuição funcional do espaço, Edgar Fontes fez questão de poder proporcionar uma vivência mais salutar do espaço e um maior contacto com a natureza por parte das crianças, ao prever a possibilidade de poderem ocorrer aulas ao ar livre. Os maciços de vegetação, compreendendo quer espécies caducifólias quer perenifólias de acordo com o local, forma colocados estrategicamente, funcionando como uma cortina verde, isolam a escola da vizinhança, conferindo privacidade ao recinto da escola e abafando o ruído proveniente da mesma, especialmente das zonas de recreio.

Frequentemente às zonas verdes que as escolas constituem em si, crescem pequenos jardins adjacentes às escolas, que prolongam as manchas de vegetação e assim reforçam a presença da natureza no interior das várias unidades habitacionais que constituem o bairro. Neste âmbito, Azevedo Coutinho projetou dois jardins, um deles adjacente ao Centro Escolar da Célula 1 (Figs. 5.2.12 e 5.2.13) e outro ao Centro Escola da Célula 2 (Fig. 5.2.14). Na memória descritiva deste último jardim relata: “O presente projeto destina-se ao futuro jardim em frente ao edifício do centro escolar da célula 2 bem como aos terrenos que lhe ficam anexos para um e outro lado e compreende fundamentalmente a plantação de escalracho nas peças arrelvadas e a colocação de árvores e arbustos com o fim de proporcionar um melhor enquadramento do citado edifício e ao mesmo tempo criar zonas de ensombramento propícias à colocação de bancos para servirem a população daquela zona do Bairro de Alvalade (...) A arborização de fundo, à base de choupos destina-se a formar uma pequena carteira para reforço da que já foi plantada nos pátios da escola,

⁵¹¹ TOSTÕES, Ana - O Bairro de Alvalade no quadro do desenvolvimento urbano de Lisboa.

⁵¹² FONTES, Sampaio - Projeto de arborização e ajardinamento do Centro escolar da Célula 6.



Fig. 5.2.9 - Escola Preparatória Almirante Gago Coutinho, 1972.

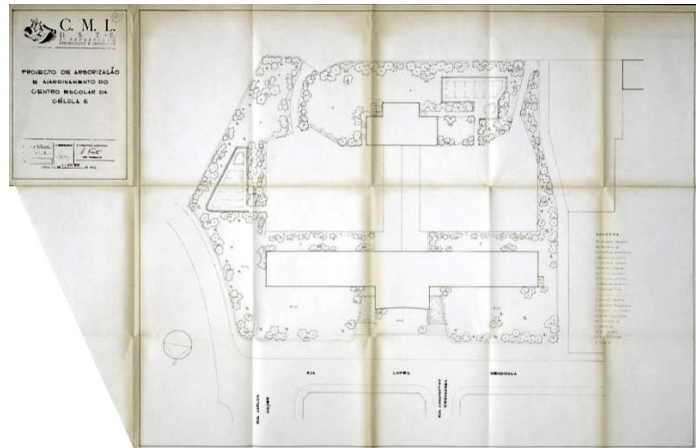


Fig. 5.2.10 - Projeto de arborização e ajardinamento do Centro Escolar da Célula 6. Edgar Fontes, 1958.



Fig. 5.2.11- Igreja de São João de Brito, fachada lateral (Célula 6), 1968.

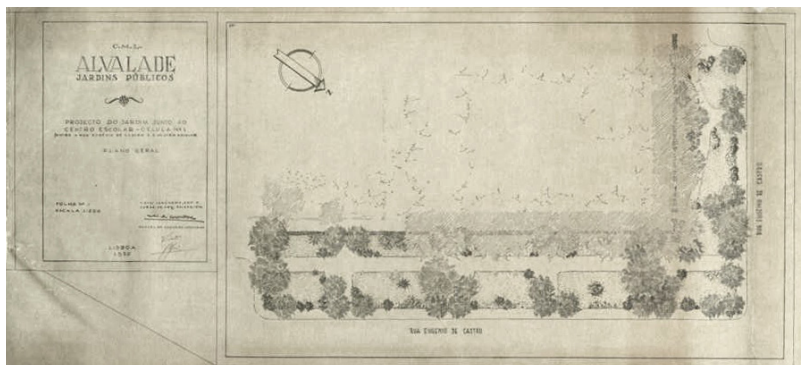


Fig. 5.2.12- Alvalade. Jardins públicos. Projecto do Jardim junto ao Centro Escolar – Célula nº 1 (entre as Ruas Eugénio de Castro e o Centro escolar). Plano geral. Azevedo Coutinho, 1950.



Fig. 5.2.13 - Jardim envolvente da Escola Básica de Santo António. (Célula1), 2014.

isolando aqueles recintos como convém, dada a sua finalidade. Toda a mancha de cor do futuro jardim será formada por arbustos e plantas herbáceas vivazes, de floração abundante, tendo como finalidade a maior economia e ao mesmo tempo pretendendo dar aqueles jardins do Bairro de Alvalade uma feição nova que permita enquadrarem-se perfeitamente no âmbito geral daquele centro populacional. Neste sentido, a plantação indicada será o “mixed border”, rodeando as faixas arrelvadas e protegendo assim os seus cantos como convém em pequenos jardins onde o excesso de frequência é propício à inutilização de grandes manchas de relvados e onde se prevê que uma plantação deste tipo, dada a sua constituição e o seu aspeto particularmente belo, possa ser resguardo suficiente para o relvado e ao mesmo tempo mais respeitado pelos frequentadores do jardim”.⁵¹³ Este documento testemunha as preocupações de índole funcional que norteiam o projeto de Arquitetura Paisagista, chamando-nos também a atenção para a especificidade que um jardim deste tipo deverá apresentar, atendendo à sua capacidade de carga. Estes jardins são como que um prolongamento do jardim da escola, até mesmo relativamente à continuidade das espécies selecionadas, enquadrando-a e promovendo a vivência do local e o contacto com a natureza, tendo a escola primária como ponto de especial importância conforme atribuída pelo plano de urbanização.

Dois anos mais tarde, na Célula 7 os jardins, embora na grande proximidade da escola, não estão situados do espaço contíguo à mesma, mas inseridos em praças, na malha urbana envolvente. Nesta célula encontram-se três jardins e todos eles satisfazem estas condições: o jardim da Praça Francisco de Moraes, com lago circular e chafariz ao centro, (Figs. 5.2.15 e 5.2.16), o jardim da Praça Gonçalo Trancoso (Fig. 5.2.17) e o jardim da Praça Andrade Caminha (Fig. 5.2.18), este último atualmente equipado com uma zona de parque infantil.

No Bairro de Alvalade há ainda a referir o jardim do Largo Frei Heitor Pinto. Da autoria de Azevedo Coutinho este jardim, embora sendo uma zona de estadia, tinha como principal função anunciar a Igreja de São João de Brito, para quem percorria a Avenida da Igreja. O seu desenho, perfeitamente simétrico, desenvolve-se em redor de um lago central (Figs. 5.2.19 e 5.2.20). Azevedo Coutinho rebaixou a cota do lago com o intuito de não prejudicar esta perspetiva “ (...) de modo a ter mais ambiente para os elementos decorativos a colocar. ”⁵¹⁴ Criou deste modo um espelho de água que, ao refletir a fachada principal da igreja, lhe proporciona uma outra dimensão. Na memória descritiva deste projeto, esclarece: “(...) Fundamentalmente o projeto baseia-se num arranjo formal, desenhado com sebes de ligustrum deixando assim canteiros onde, além de uma plantação arbórea e arbustiva pouco densa, se pretende naturalizar, em meio próprio, algumas espécies

⁵¹³ COUTINHO, Azevedo - Memória descritiva e justificativa do projeto do jardim da célula nº 2, em Alvalade.

⁵¹⁴ COUTINHO, Azevedo - Memória descritiva e justificativa. Ajardinamento do Largo Frei Heitor Pinto.



Fig. 5.2.14 - Jardim envolvente da Escola Básica Fernando Pessoa. (Célula2), 2014.

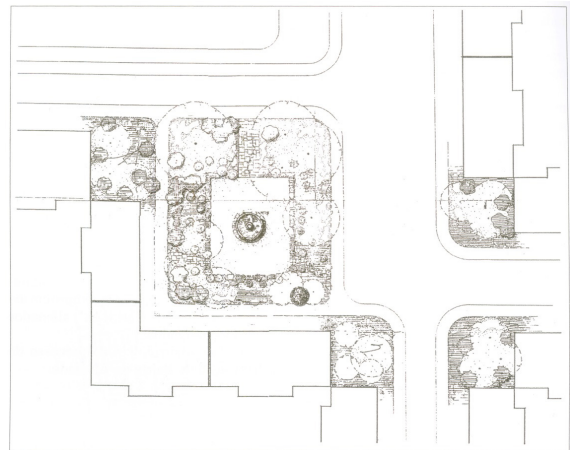


Fig. 5.2.15 - Projeto do ajardinado para a praça da rua 50 da célula 7 do Sítio de Alvalade. Plano geral. Ribeiro Telles, 1951.



Fig. 5.2.16 - Jardim das Praça Francisco de Moraes, no Bairro de São Miguel, 1966.

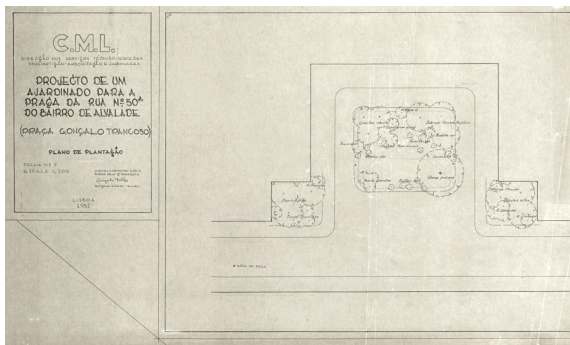


Fig. 5.2.17 - Projeto de um ajardinado para a Praça da Rua nº 50 do Bairro de Alvalade (Praça Gonçalo Trancoso). Plano de plantação. Ribeiro Telles, 1952.



Fig. 5.2.18 - Praça Andrade Caminha. Bairro de São Miguel, [194-].



Fig. 5.2.19 - Jardim do Largo Frei Heitor Pinto, [c. 1959].

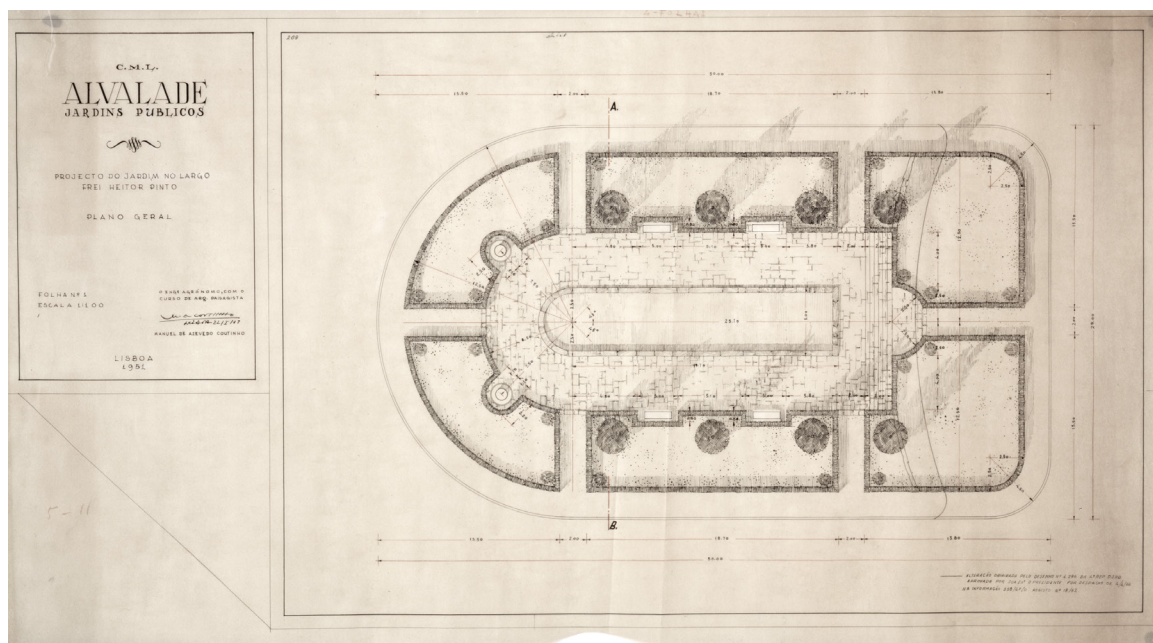


Fig. 5.2.20 – Largo Frei Heitor Pinto. Plano Geral. 1951.

bolbosas como: beladonas, frésias, narcisos, etc. Das espécies arbóreas apenas seis *Cupressus sempervirens* se colocarão para dar mais magestade ao pequeno jardim que, com a finalidade de servir de tapete à futura Igreja tem de ter um aspeto mais austero na plantação arbórea podendo ser esse mesmo aspeto aliviado na plantação de bolbosas, como se prevê. Em devida oportunidade se apresentará o projeto dos bancos para o local, de tipo diferente dos existentes nos restantes jardins (...).”⁵¹⁵

De índole completamente diferente, face a uma situação completamente oposta, em 1955 foi projetado um discreto jardim informal, junto a um miradouro inserido numa zona moradas, na célula 4, em cuja memória descritiva Ribeiro Teles afirma: “O local onde se pretende construir este jardim é valorizado pela vista que daí se desfruta, razão de ser de todo o arranjo que se propõe. Um pequeno terreiro voltado a sul servirá de local de estadia com diversos bancos. Este terreiro é limitado do lado sul por um murete que servirá de banco e resguardo. A partir deste murete uma encosta arrelvada, ladeada por grupos de arbustos de flor, termina na rua inferior. A distribuição do arvoredo faz-se atendendo ao enquadramento do panorama e procurando criar locais ensombrados que contrastem com outros francamente iluminados.” (Fig. 5.2.21).⁵¹⁶

Estes pequenos jardins, embora formalmente muito diversos, têm como princípio orientador da sua estrutura a função a ser desempenhada, tendo sempre presente a orientação e a topografia, desenvolvendo-se assim em função do lugar. No primeiro

⁵¹⁵ *Ibidem*.

⁵¹⁶ TELLES, Ribeiro - Nota justificativa. Jardim miradouro da Rua Eduardo Noronha.

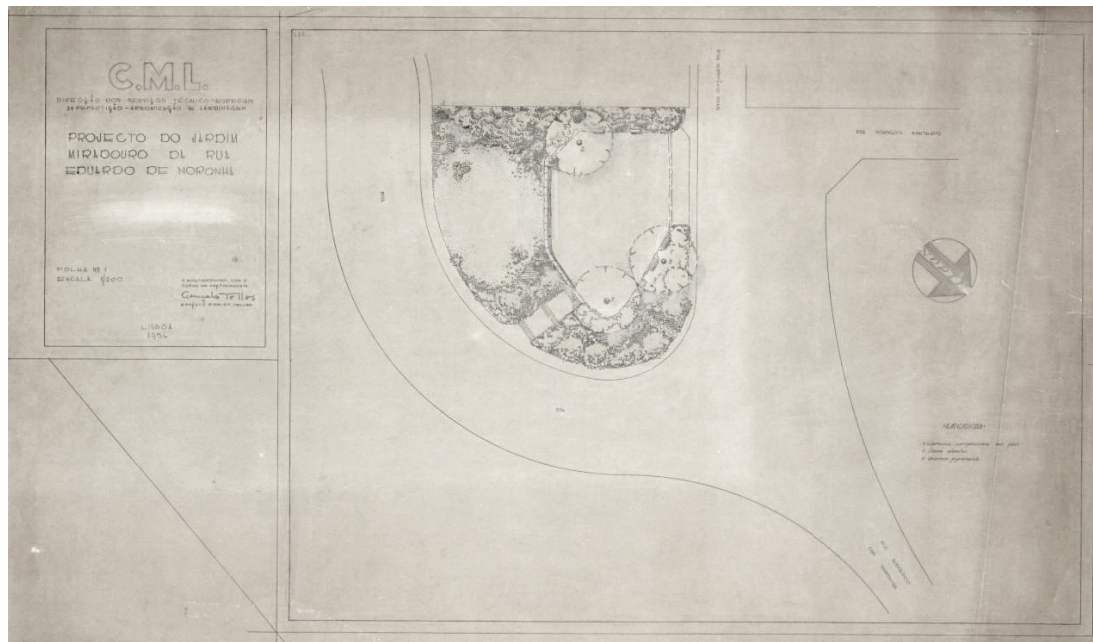


Fig. 5.2.21 - Projeto do jardim miradouro da Rua Eduardo de Noronha. Ribeiro Telles, 1954.

caso, Azevedo Coutinho para poder conceber um espelho de água sem que este pela sua altura, inviabilizasse a função que pretendia dar a este espaço - “servir de tapete à futura igreja” - representando esta o ponto de fuga para um observador que percorresse a Avenida da Igreja, criou uma depressão para o situar e escolheu elementos arbóreos que, pela silhueta da sua copa e pela sua disposição no espaço, acentuavam o efeito perspético ambicionado. Relativamente ao jardim miradouro este foi desenhado em função das vistas que se desfrutavam para sul. Ribeiro Telles, num projeto francamente informal, desenhou um murete que delimita uma zona do terreiro que além da natural função de resguardo acumula a função de banco virado à paisagem, livre da copa das árvores. Criou através da vegetação uma situação de contraste claro-escuro, aumentando o conforto e do ponto de vista pictórico, o interesse do local.

Ribeiro Telles projetou os jardins que enquadram a Igreja de São João de Brito (Fig. 5.2.22). O projeto teve por premissas: “1º. Enquadramento da igreja e valorização do topo poente da Avenida D. Rodrigo da Cunha; 2º. Circulação de peões fácil entre o Largo frei Heitor Pinto e a Avenida D. Rodrigo da Cunha, 3º Criação dum espaço verde para uso da população do sítio; 4º obtenção de maciços arbóreos de normal vigor vegetativo de forma a que possam ser um elemento na correção clínica do local.”⁵¹⁷ Relativamente à vegetação, Ribeiro Telles distribuiu as espécies segundo uma “ (...) certa estruturação ecológica e de acordo com todas as premissas atrás indicadas”.⁵¹⁸ Escolheu espécies

⁵¹⁷ TELLES, Ribeiro - Memória descritiva. Enquadramento da Igreja de São João de Brito (projeto do jardim).

⁵¹⁸ *Ibidem*.

dominantes da formação clímax de Lisboa ou afins, destacando apenas alguns elementos de espécies exóticas, atendendo sempre à rusticidade das diferentes espécies. Prevendo uma obtenção de diferentes aspetos consoante as estações do ano, e com o objetivo de dar cor ao jardim escolheu grupos de arbustos e vivazes plantadas em “*mixed-borders*” (Figs. 5.2.23 e 5.2.24).

Os jardins públicos, de carácter vivencial, ligados às atividades de lazer, em Alvalade muitas vezes associados aos Centros Escolares e às respetivas Células ou na sua proximidade e por vezes a parques infantis, funcionavam como importante ponto de reunião e de lazer da comunidade local. Para Ribeiro Telles esses jardins revelavam-se no entanto insuficientes, afirmando: “A zona da Cidade já edificada não possui espaços verdes de dimensões suficientes para a sua população. As pequenas pracetas e recantos ajardinados, se bem que úteis, não resolvem os problemas de ordem recreativa e social que competem ao jardim urbano. Para um pouco mais de intimidade e vida ao ar livre a população de Alvalade e do Areeiro tem que se deslocar ou para o Campo Grande ou para a Mata de Alvalade.” E, lança o repto: “Torna-se portanto necessário que os poucos espaços livres, com certas dimensões, e ainda existentes, sejam sempre que possível destinados a jardins e que estes, no seu traçado, e conceção não se divorciem das necessidades da vida atual.”⁵¹⁹ A agitada vida moderna trazia consigo um acréscimo de uma necessidade frequente de contacto com a natureza, em jardins de fácil acesso, como elemento retemperante essencial para uma vida saudável.

Os grandes jardins, nomeadamente a Mata de Alvalade no extremo nascente (ver Cap. 3.1), e fora do plano mas adjacente ao mesmo, o Campo Grande, no extremo oposto, funcionavam como áreas destinadas à prática do desporto ou outro tipo de recreio ativo, ou ainda também qualquer outra atividade de ar livre exigente em espaço.

Recorde -se que no “Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro”, Faria da Costa propôs que todos espaços de logradouro fossem totalmente divididos em parcelas correspondentes a cada prédio. Quando em 1947 as casas de renda económica foram construídas esse critério foi modificado por se entender que seria vantajoso o seu uso poder ser comum aos vários moradores dos prédios delimitantes desses logradouros, proporcionando as infraestruturas necessárias para o efeito.

Um novo critério dos edifícios dispostos perpendicularmente ao eixo da via foi seguido no conjunto habitacional junto à Avenida do Aeroporto, na Célula 8, delimitando três logradouros de uso público (Largos Cristóvão Aires, Fernandes Costa e Rodrigues Cordeiro). Desta vez o projeto de arquitetura paisagista foi iniciado em 1952. Acerca deste projeto Ribeiro Telles afirma: “ (...) Atendeu-se, na elaboração deste projeto, às três condições: 1ª Ao carácter quase semi-privado das ruas, fechadas num dos

⁵¹⁹ *Ibidem*.

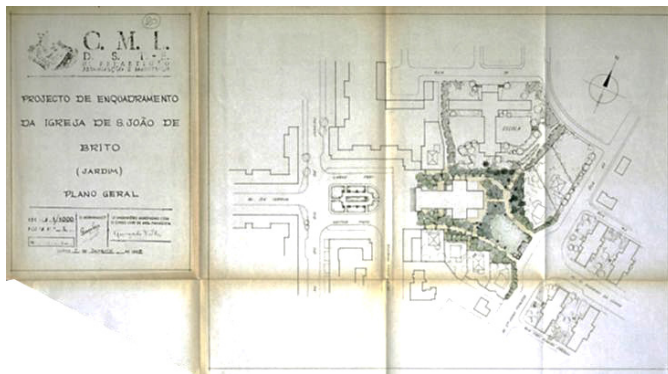


Fig. 5.2.22 - Projeto de Enquadramento da Igreja de São João de Brito. Plano geral. Ribeiro Telles, 1958.



Fig. 5.2.23- Jardim junto à Igreja de São João de Brito, 1959.



Fig. 5.2.24 - Jardim junto à igreja de São João de Brito, 1960.

topos e sem trânsito de veículos; 2ª À orientação sensivelmente nascente-poente das mesmas ruas; 3ª À proximidade entre ajardinados e habitações. Pretende-se portanto que estes ajardinados sirvam como pequenos logradouros dos habitantes da rua, não ensombrando demasiadamente os prédios e enriquecendo o aspeto das mesmas, Em cada uma das placas prevê-se sensivelmente a meio um pequeno arruamento de passagem com um recanto para dois bancos. As espécies arbóreas de maior porte são na sua quase totalidade de folhagem caduca não ensombrando assim os prédios durante os meses de inverno. Árvores de mais pequeno porte enquadram e ocultam o topo fechado das ruas. A nota de cor é dada por arbustos de flor e folhagem e o enquadramento dos bancos realiza-se com uma sebe livre de ligustrum. Os bancos de cada ajardinado são perpendiculares ao eixo deste, desfrutando duma pequena perspectiva de arbustos e árvores.”⁵²⁰ (Fig. 5.2.25). Através da leitura deste documento

⁵²⁰ TELLES, Ribeiro - Projeto de ajardinados para as ruas nºs 56, 57 e 58 do Bairro de Alvalade.

podemos constatar o pormenor com que o projeto foi desenvolvido dando especial importância ao conforto dos utentes, pretendendo-se que o prolongamento da casa fosse uma sala de estar ao ar livre.

Em 1948, Faria da Costa voltou a inovar na urbanização da Avenida D. Rodrigo da Cunha, não só colocando os edifícios projetados pelo arquiteto Joaquim Ferreira (1911-1966), perpendicularmente ao eixo desta Avenida como unindo os espaços de logradouro num único espaço de uso público. Foi criada como que uma sequência de jardins projetados em 1953 por Ribeiro Telles, frente a frente, em cada um dos lados desta via, interrompidos entre si pelos edifícios e pela avenida em si, num sábio aproveitamento do declive do terreno (Figs. 5.2.26). Projetado entre 1949 e 1953, iniciou-se a construção de um conjunto habitacional vulgarmente designado como “Bairro das Estacas”, que se arrastaria até 1955,⁵²¹ da autoria dos arquitetos Sebastião Formozinho Sanchez (1922-2004) e Ruy Jervis d’Authouguia (1917-2006), realizado por iniciativa da CML. Este projeto, em alternativa aos quarteirões previstos, consistiu na implantação de quatro blocos perpendiculares aos principais eixos viários, assentes sobre modernos pilotis (Fig. 5.2.27). Um bloco recuado e separado por rua, dispõe-se perpendicularmente aos outros, com comércio no piso térreo. Construído segundo os princípios da Carta de Atenas, foi o primeiro a desenvolver assumidamente os princípios da cidade moderna, em Lisboa, revelando também a influência da arquitetura brasileira da época expressa nas grilhagens das fachadas,⁵²² tendo sido premiado em 1953 com uma Menção Honrosa na II Bienal de S. Paulo e Prémio Municipal de Arquitetura em 1954. Segundo o próprio Formozinho Sanchez, a sua ideia era “fazer um jardim e colocar os prédios em cima do jardim”.⁵²³

O projeto dos logradouros deste conjunto habitacional foi realizado por Ribeiro Telles (Fig. 5.2.28). Na memória descritiva do projeto, identifica como objetivos a atingir: “1º. Proteção eficaz dos ventos; 2º. Enquadramento vegetal de harmonia com o tipo e exposição dos blocos habitacionais; 3º. Criação de pequenos recintos para recreio das crianças e descanso dos habitantes dos blocos; 4º. Traçado dos ajardinamentos e distribuição das espécies de forma a obter aspetos que ajudam à indispensável ligação dos habitantes da cidade com a natureza” e em seguida esclarece cada um destes pontos:

Como se pode observar o projeto foi desenhado em função do lugar, considerando antes de outros fatores, a orientação solar e a topografia do mesmo, tendo sido as árvores cuja função é a proteção dos ventos dominantes escolhidas em função do seu tipo de folhagem, devendo ser caducifólias, colocadas em sítios estratégicos para não privarem

⁵²¹ MOURA, Eduardo Souto - Bairro da Estacas, Ruy d’Authouguia e Sebastião Formozinho Sanchez.

⁵²² DUARTE, Carlos Santos - Entre arquitetos e urbanistas, de Alvalade a Chelas, construir (Habitação) com a arte do povo.”

⁵²³ ALMEIDA, Patrícia Bento - Bairro das Estacas, p. 262.



Fig. 5.2.25 - Bairro de Alvalade. Célula 8, 2014.

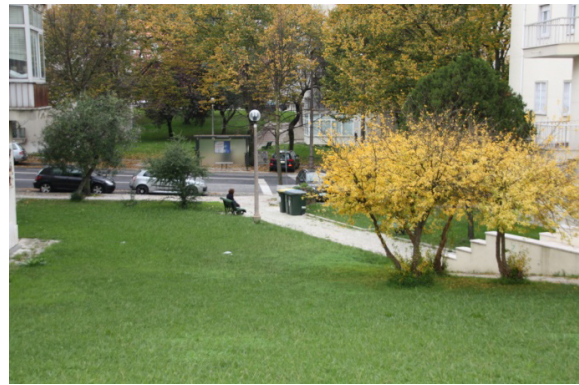


Fig. 5.2.26 - Logradouros da Avenida Dom Rodrigo da Cunha, 2014.



Fig. 5.2.27 - Bairro de São João de Deus, também conhecido por "Bairro das Estacas". Prémio Municipal de Arquitetura de 1954, 1958.

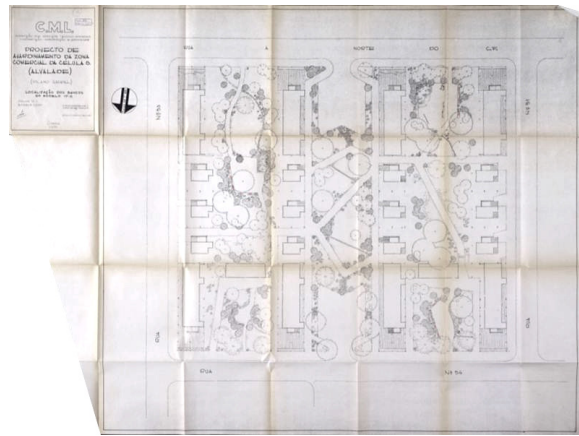


Fig. 5.2.28 - Projeto de ajardinamento da zona comercial da célula 8 (Alvalade). Plano Geral. Localização dos bancos de modelo 17C. Ribeiro Telles, 1953.

do sol os blocos habitacionais. Nesse mesmo sentido foram selecionadas espécies cuja copa permite a passagem da luz, não estando os elementos arbóreos agrupados. Ribeiro Telles pretendeu simultaneamente compensar a horizontalidade dos blocos com elementos verticais, utilizando por exemplo os ciprestes, tendo sido estes elementos valorizados pelas suas qualidades individuais, quer enquanto entidades botânicas quer esculturais. Isolados das vias de trânsito principais, previram-se zonas de estadia e caminhos longos e confortáveis acompanhados de bancos, num desenho informal (Fig. 5.2.29). Foram criados locais exclusivamente destinados ao recreio das crianças (Fig. 5.2.30) e locais para o descanso dos demais residentes no bairro, tendo-se verificado uma separação dos usos consoante a classe etária.

Por fim foi valorizado o contacto dos moradores com a natureza, escolhendo espécies vegetais que pela sua sazonalidade dada quer pela floração quer pela queda das folhas, refletissem elas próprias a sucessão das estações do ano. Manifestou ainda uma preocupação de índole ecológica ao escolher espécies tradicionais da região de Lisboa acompanhadas por outras da respetiva associação. O facto dos edifícios deste

serem elevados possibilitou a criação propositada de uma extensa zona aparentemente contínua de jardins (Fig. 5.2.31).⁵²⁴

Ainda em meados dos anos 50, a CML encomendou a alguns ateliers, projetos habitacionais, para Alvalade também estes implantados perpendicularmente às vias principais e assentes sobre pilotis, cujo aumento das volumetrias gerou logradouros públicos mais vastos. Um destes casos são os edifícios da Avenida dos Estados Unidos da América.⁵²⁵

Ribeiro Telles, em 1957, procedeu à realização do ante-projecto dos logradouros destes edifícios (Fig. 5.2.32). Na memória descritiva apresenta como finalidade “(...) marcar uma conceção e de certo modo, também prever a orientação a seguir nos movimentos de terra necessários.”⁵²⁶ Este documento é de extrema importância já que estabelece as premissas seguidas no projeto desta longa sequência de logradouros, que Ribeiro Telles idealizou “ (...) com características diferentes, quer no seu aspeto que na sua função. Refere a especial atenção dada à necessidade de jardins “Robinson” e infantis, e também de zonas de estadia e esplanadas “com motivos de interesse próprios”. A distribuição das árvores teve em conta a proteção dos ventos dominantes do quadrante Norte e o enquadramento quer dos edifícios quer ainda dos ambientes, criando variedade. Acrescenta ainda: “Cada logradouro deverá surgir perfeitamente diferenciado dos restantes sem contudo deixar de estar integrado no conjunto. Procurou-se que os diferentes arranjos se moldassem o mais possível à topografia do terreno e julga dever-se tirar o maior partido desta. Os maciços vegetais arbustivos e de herbáceas vivazes deverão limitar as clareiras relvadas de jogos ou enquadrar as estadias e esplanadas. As árvores em pequenos grupos procurarão, dando escala a todo o arranjo, criar diferentes ambientes de sombra e luz. A nota de cor será principalmente dada pelos “mixed-borders” arbustivos e vivazes. Alguns tanques deverão ser motivo de interesse, bem como repuxos surgindo do próprio pavimento ligeiramente côncavo nesse local. Por vezes a vegetação criará, áreas mais luxuriantes que terão como único motivo a contemplação das plantas.”⁵²⁷ Além de escolher principalmente espécies da vegetação clímax da região de Lisboa, Ribeiro Telles acrescentou, no campo da ecologia, um incentivo ao contacto com a natureza em meio urbano pois, principalmente para as crianças e os idosos, estes logradouros deverão poder funcionar como o prolongamento das suas próprias casas, quase como salas de estar ao ar livre.

⁵²⁴ TOSTÕES, Ana - O Bairro de Alvalade no quadro do desenvolvimento urbano de Lisboa.

⁵²⁵ DUARTE, Carlos Santos - Entre arquitetos e urbanistas, de Alvalade a Chelas, construir (Habitação) com a arte do povo.

⁵²⁶ TELLES, Ribeiro - Ajardinados da Av. dos Estados Unidos da América.

⁵²⁷ *Ibidem*.



Fig. 5.2.29 - Logradouro no Bairro de São João de Deus, também conhecido por “Bairro das Estacas”. Prémio Municipal de Arquitetura de 1954, 1958.



Fig. 5.2.30 - Logradouro no Bairro de São João de Deus. Parque Infantil, 2014.



Fig. 5.2.31 - Continuidade visual entre os jardins dos logradouros vizinhos, 2014.

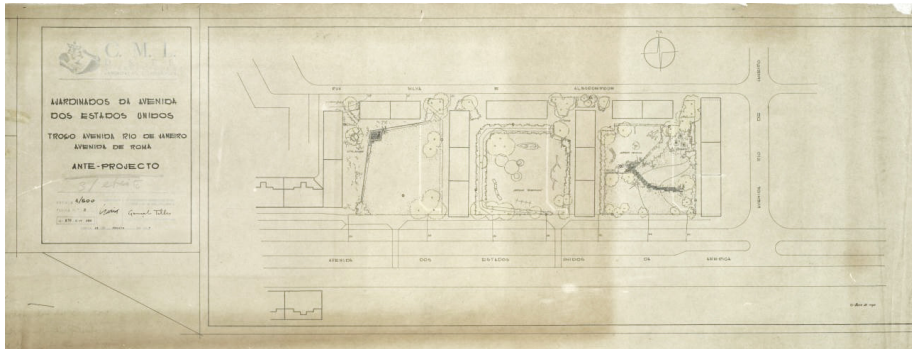


Fig. 5.2.32 - Ajardinados da Avenida dos Estados Unidos da América. Troço Avenida Rio de Janeiro Avenida de Roma. Anteprojecto (sem efeito). Ribeiro Telles, 1957.

Embora não saibamos a razão, o ante-projecto de Ribeiro Telles referente aos logradouros situados no troço compreendido entre a Avenida de Roma e a Avenida Primeiro de Janeiro ficou sem efeito tendo sido estes os únicos, dos lados Norte e Sul, a não ser contemplados no seu projeto.

A memória descritiva do projeto, datada de 1958, é um pouco mais detalhada que a do ante-projecto. Começando por afirmar que pretendia sobretudo que estes logradouros constituíssem “locais vividos pelos habitantes dos blocos”, salienta que a especialidade

de algumas zonas não prejudica a unidade do conjunto “ (...) mantida e até valorizada pela constituição e distribuição dos diferentes volumes arbóreos dos ajardinados e das faixas verdes da Avenida.” Demonstra também, tal como já tinha acontecido no Bairro da Estacas, o cuidado de manter uma mancha de jardins homogênea interrompida apenas pelos pilotis de entradas dos edifícios (Fig. 5.2.33), acrescentando: “ (...) a modelação do terreno e o ritmo dos grupos de arbustos e herbáceas vivazes, garantem uma continuidade de ambiente que comporta uma certa diversidade de tratamento para os diferentes recintos infantis, estadias e esplanadas.” Destaca no entanto uma esplanada em especial: “Prevê-se uma pequena esplanada com um certo interesse pelo ambiente que a rodeia, um recinto infantil com brinquedos apropriados para crianças até 8 anos, um jardim juvenil para crianças entre os 8 e os 11 anos e várias estadias para descanso e repouso dos adultos.” ⁵²⁸ Este parque para crianças mais velhas, referido como “Jardim Robinson”, encontrou-se presente em numerosos jardins deste arquiteto paisagista. Também nestes jardins constituintes desta sequência de logradouros, todos os pormenores foram estudados ao seu mais ínfimo detalhe (Fig. 5.2.34).

A 20 de fevereiro de 1960, o Engenheiro Chefe da RAJ, José Pulido Garcia, enviou ao Engenheiro Diretor dos Serviços Técnicos Especiais um ofício acompanhado do projeto dos jardins dos logradouros da Avenida dos Estados Unidos da América, efetuado por Ribeiro Telles. ⁵²⁹ Neste projeto faltou apenas o troço Avenida de Roma-Avenida Rio de Janeiro (no lado norte), que já na fase de ante-projeto, como se referiu havia ficado sem efeito. Neste ofício informa ainda que este troço se encontrava então a ser projetado por Sousa da Câmara. Nove dias depois, este projeto foi aprovado pelo Vice- Presidente da CML. ⁵³⁰

O projeto do troço Avenida de Roma-Avenida Rio de Janeiro (no lado norte), elaborado por Sousa da Câmara (Figs. 5.2.35 e 5.2.36) ainda em 1959, foi enviado à presidência três meses mais tarde. Na memória descritiva deste projeto, Sousa da Câmara após indicar os limites dos logradouros, lamenta que, como os edifícios possuíam o espaço entre pilotis fechado por paredes, não foi possível estabelecer uma continuidade entre os jardins dos logradouros. ⁵³¹ Começou por definir como objetivo prioritário servir os habitantes dos edifícios anexos, especialmente as crianças e os idosos e em segundo lugar enquadrar os edifícios em si. Após uma análise dos condicionantes do local e do programa, além de justificar a escolha e disposição das plantas em relação às funções a desempenhar no projeto, bem como outros aspetos como o traçado dos caminhos e os materiais escolhidos para o seu revestimento, dá uma importância reforçada às crianças, dedicando-lhes uma

⁵²⁸ TELLES, Ribeiro - Avenida do Estados Unidos da América. Projeto dos Ajardinados (Troço Avenida do Aeroporto-Avenida do Rio de Janeiro.

⁵²⁹ LISBOA. Câmara Municipal - 3ª Repartição - Arborização e Jardinagem. Ofício do Engenheiro-Chefe, 1960-02-20.

⁵³⁰ *Ibidem*.

⁵³¹ CÂMARA, Sousa - Memória descritiva. Avenida Estados Unidos da América.

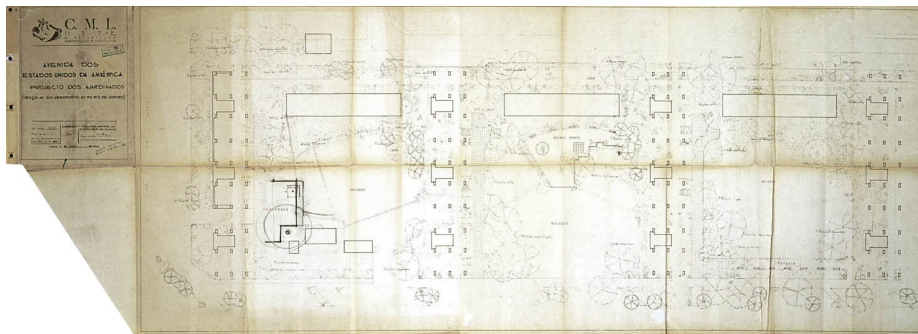


Fig. 5.2.33 - Avenida dos Estados Unidos da América: Troço entre a Av. do Aeroporto a Av. Rio de Janeiro. Ribeiro Telles, 1958.

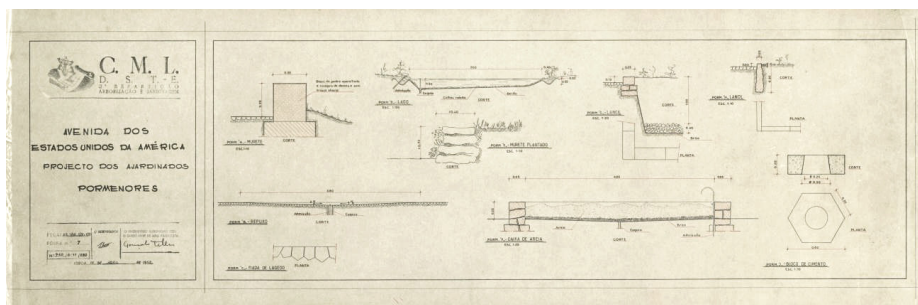


Fig. 5.2.34 - Avenida dos Estados Unidos da América. Projeto dos ajardinados. Pormenores. Ribeiro Telles, 1958.

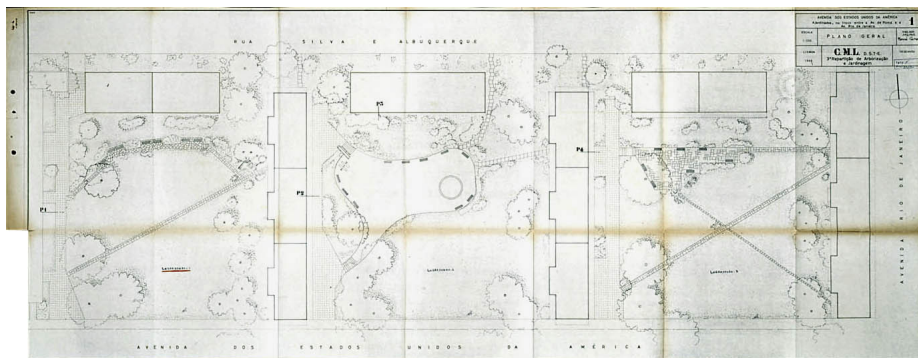


Fig. 5.2.35 - Avenida dos Estados Unidos da América. Plano geral. Sousa da Câmara, 1959.

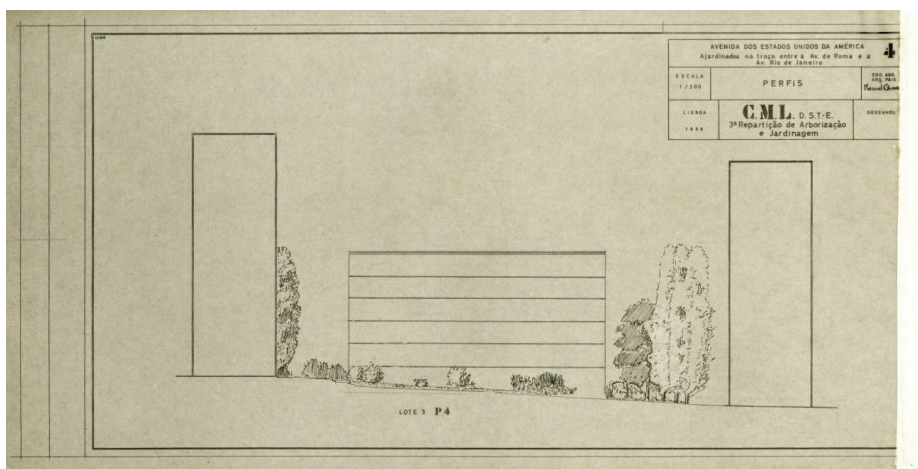


Fig. 5.2.36 - Avenida dos Estados Unidos da América.. Ajardinados no troço entre a Av. de Roma e a Av. Rio de Janeiro. Perfis. Sousa da Câmara. AMLAH. Esc. 1/200, 1959.

boa parte deste texto, o que torna de certa forma este documento indicativo de uma nova forma de encarar o valor desta fase da vida - a infância. Sai reforçada a importância da vivência de uma infância feliz na nova forma de vida dos tempos modernos.⁵³² Sousa da Câmara localizou o parque infantil no logradouro central por estar a igual distância das casas extremas, apontando-o como possivelmente o mais frequentado dos três e descreve-o: “Assim projetou-se uma plataforma espaçosa obtida com um pequeno movimento de terras. Arranjo que dá origem à construção de um pequeno muro de suporte, numa parte do perímetro da plataforma. Este muro serve ainda neste projeto outros objetivos: torna a zona vegetal menos vulnerável aos castigos que há sempre a esperar por parte das crianças; serve para exercícios de equilíbrio, que estes pequenos seres tanto apreciam; e ainda de banco para os que neste jardim pretendem proteger as crianças de que estão encarregadas.”⁵³³

Para este espaço projetou entre outros equipamentos um escorrega colocado de forma a tirar o melhor partido do declive do terreno: “Nesta mesma parcela aproveitou-se o desnível existente, para a colocação de um escorregadouro, junto da escada que põe em comunicação a passagem sob o bloco habitacional com a parte útil do jardim infantil – a plataforma. Obtem-se desta forma não só uma maior segurança na utilização deste brinquedo, mas também a possibilidade de proporcionar às crianças o prazer de descer a escada por um “corrimão” inofensivo, sem as sujeitar aos perigos sempre presentes na execução desta habilidade, nas condições normais das escadas das nossas casas. E evidentemente elimina a grande altura de escada, geralmente necessária e este aparelho. Na arrumação dos baloiços e na posição em que se colocou a caixa de areia teve-se a ideia de criar zonas distintas dentro da plataforma, destinadas a servir crianças de idade ou de espírito diferente, dentro do grupo pré escolar a que este jardim se destina.”⁵³⁴

Em 1962, Sousa da Câmara, propôs algumas pequenas alterações ao projeto de Ribeiro Telles, no primeiro logradouro do troço Av. Rio de Janeiro-Avenida do Aeroporto (Fig. 5.2.37).

Em 1963, foi chamado a projetar uma série de sete logradouros definidos por uma série de oito edifícios instalados perpendicularmente à Avenida do Brasil, encomendados pelo Montepio Geral ao arquiteto Jorge Segurado. No ante-projeto destes logradouros Sousa da Câmara produziu um esboço esclarecedor da sua proposta para o funcionamento dos espaços e anotou as condicionantes do projeto que identificou como (Fig. 5.2.38): o vento, tendo em conta como consequência da orientação dos blocos, o “Efeito de Venturi”, o ensombramento provocado pelos mesmos sobre os logradouros (Fig. 5.2.39);

⁵³² *Ibidem.*

⁵³³ S.a. - Memória descritiva, p. 3.

⁵³⁴ *Ibidem.*

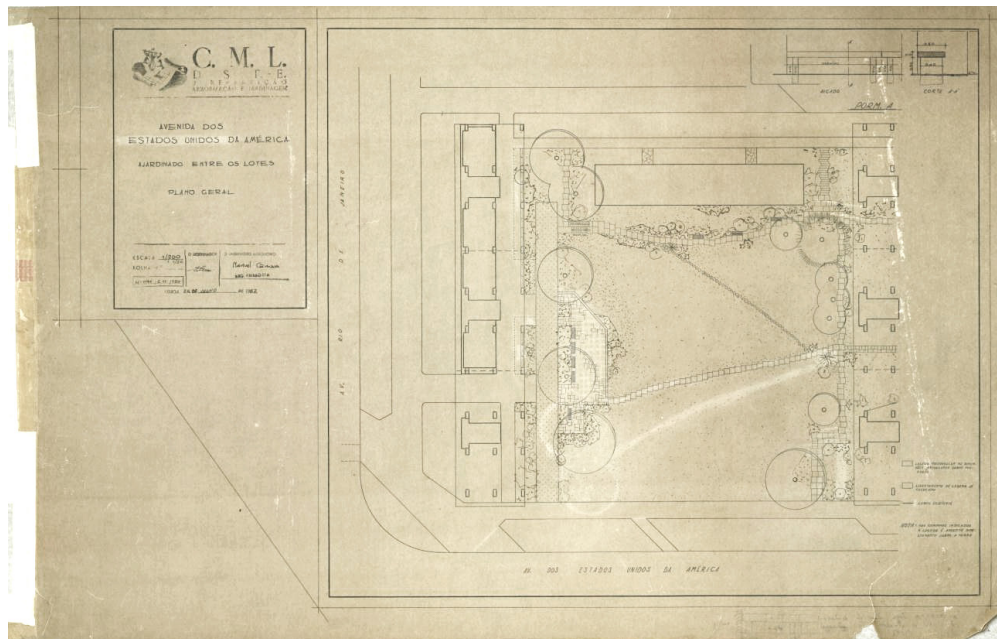


Fig. 5.2.37 - . Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinado entre os lotes. Sousa da Câmara, 1962.

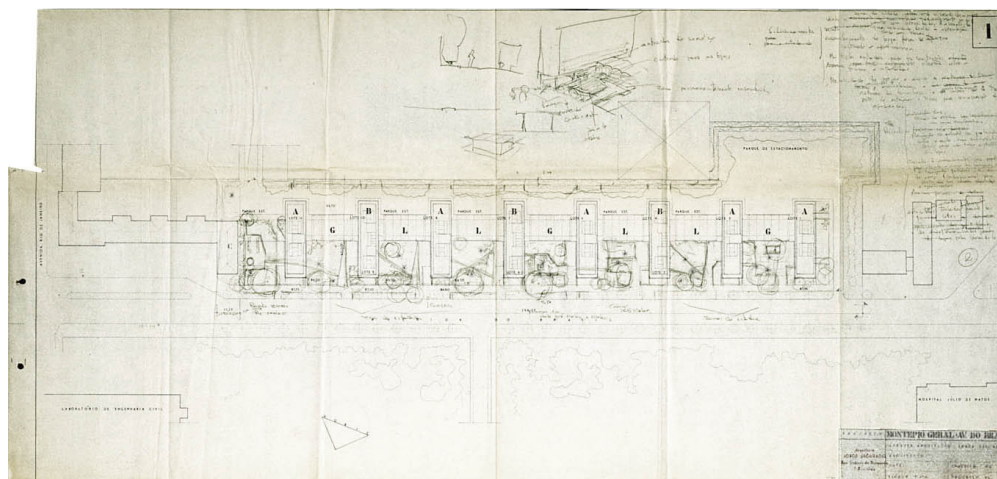


Fig. 5.2.38 - Logradouros da Avenida do Brasil. Sousa da Câmara, s.d.

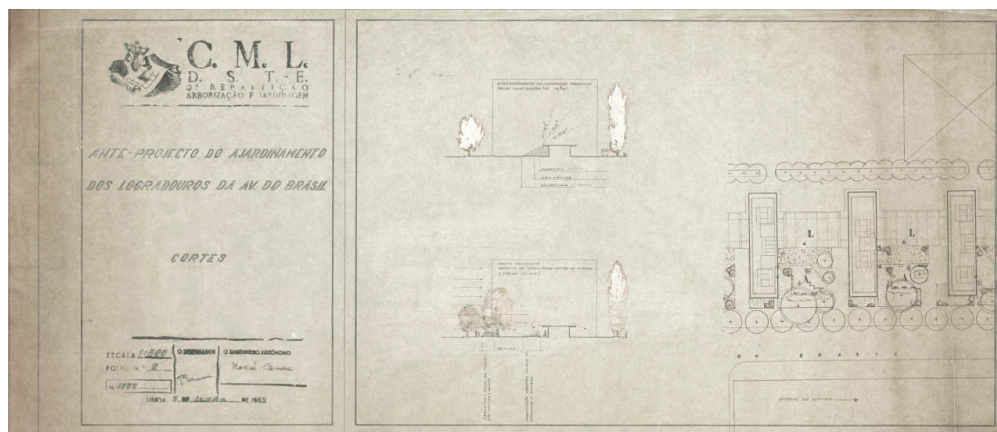


Fig. 5.2.39 - Ante-projeto do ajardinamento dos logradouros da Av. do Brasil. Cortes Sousa da Câmara, 1963.

as múltiplas entradas sobre as parcelas e ainda o acesso eventual a veículos como ambulâncias e viaturas dos bombeiros. Face a estas condicionantes assinalou como soluções a nível do projeto: a localização das zonas de estadia na parte mais soalheira do terreno, a plantação de arbustos para a proteção daquelas zonas relativamente ao vento suficientemente baixos para não tirar as vistas para as lojas; o traçado de arruamentos que facilitassem o acesso às paragens dos transportes públicos e finalmente dividiu as zonas de recreio e estadia em A – crianças em idade pré-escolar e B – crianças em idade escolar que considerou ser entre os 7 e os 13 anos. No projeto concluído no ano seguinte, tudo foi desenhado com objetivos muito claros relativos às condições específicas daquele local em concreto, tendo em conta quer a orientação quer a topografia, quer a pertinência dos percursos que constituem atalhos entre destinos preferenciais. É notório neste projeto uma muito clara predominância da importância da função sobre a forma, submetendo-se a segunda à primeira.

Os arquitetos paisagistas, que a partir de 1950 apenas tinham procedido à arborização das Avenidas do Bairro de Alvalade e à construção de jardins em pequenos largos e praças ou adjacentes a centros escolares, vêem ampliado o âmbito da sua atuação para áreas significativamente mais expressivas, já que, como há algum tempo já se fazia no estrangeiro, os vários logradouros de cada conjunto habitacional apresentam uma continuidade entre si. Esta continuidade entre os jardins dos logradouros seria cada vez mais evidente, possibilitado por um caminhar paralelo entre a arquitetura e a arquitetura paisagista num caminho para a modernidade, sucessivamente no Bairro das Estacas, logradouros da Avenida dos Estados Unidos da América e finalmente nos logradouros do conjunto habitacional do Montepio Geral, na Avenida do Brasil.

Podemos deste modo concluir que o processo construtivo do Bairro de Alvalade constituiu um ensaio, no qual os logradouros representaram espaços determinantes e impulsionadores na evolução da apropriação do espaço tornado público, para recreio e contacto com a natureza dos habitantes deste bairro de acordo com um novo modo de vida. A necessidade de uma alteração no tipo de uso dos logradouros levou à mudança na orientação dos edifícios no plano de urbanização, que passaram a ser construídos perpendicularmente às vias de circulação automóvel, acompanhando as novas exigências da vida moderna.

5.3 A Encosta do Restelo

Os espaços verdes de uso público deste bairro foram alvo de especial atenção. As praças ajardinadas lançaram as linhas mestras para a distribuição das moradias nas suas imediações, constituindo exemplo disto as praças situadas ao longo da Rua Dom Francisco de Almeida. Foram construídas nesta rua, de poente para nascente: a Praça de Goa, a Praça de Damão, a Praça de Dio e a Praça de Malaca, bem como a faixa central ajardinada da Rua Fernão Lopes da Castanheda, situada entre as duas primeiras. Apenas esta faixa e as praças que a enquadram fizeram parte do “Projeto do Aglomerado das Casas Económicas da Encosta da Ajuda.”

A primeira e única destas praças a ser construída, em 1947, anteriormente ao projeto das casas económicas e não integrando este bairro, foi a Praça de Dio onde a distribuição do arvoredo não privilegiou a usufruição das vistas para sul, isolando antes uma zona de estadia de posição central (Figs. 5.3.1 a 5.3.3).

Os jardins da Praça de Dio e da faixa central da Rua Fernão Lopes da Castanheda foram objeto de um estudo prévio da autoria de Mateus Júnior (1913-1924).⁵³⁵

Ribeiro Telles projetou em 1951, no bairro das casas económicas, a plantação de duas praças ajardinadas situadas junto à Rua Dom Francisco de Almeida: a Praça de Goa (Figs. 5.3.4 a 5.3.10) e a Praça de Damão (Figs. 5.3.11 a 5.3.18), bem como o espaço ajardinado, de planta longitudinal situado entre estas, também já referido, envolvido pela Rua Fernão Lopes da Castanheda, de percurso em U. Ribeiro Telles ao projetar estes jardins teve em consideração as características topográficas do terreno, bem como o sistema de vistas de cada um dos locais em concreto, tirando o máximo partido das mesmas, denunciando um desenvolvimento do seu desenho em função das características intrínsecas ao lugar em si e à sua inserção na paisagem.

Os principais factores que distinguem praças de Goa e de Damão são a orientação solar e o declive, pois enquanto na Praça de Goa está orientada a Sudeste, a Praça de Damão está orientada a Sul, sendo o declive bem mais acentuado nesta última. Porém, são mais as características comuns a estas duas praças que as dispare, senão vejamos o que se verifica em ambos os projetos:

- encontram-se estruturados em patamares delineados segundo as curvas de nível, rejeitando no entanto uma composição axial e simétrica, sendo esta assimetria reforçada por uma disposição informal na plantação da vegetação da qual constam sobretudo plantas autóctones, em detrimento das plantas exóticas;

⁵³⁵ CINEMATECA PORTUGUESA-Museu do cinema – Legado Arquitecto Mateus Junior.



Fig. 5.3.1 - Encosta do Restelo. Avenida Torre de Belém e Praça de Dio a nascente, 1947.



Fig. 5.3.2 - Jardim da Praça de Dio, 1966.

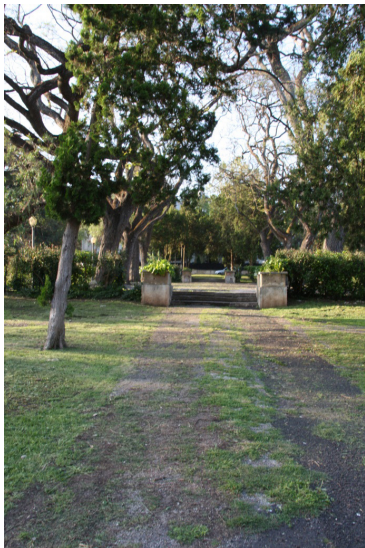


Fig. 5.3.3 - Jardim da Praça de Dio, 2013.

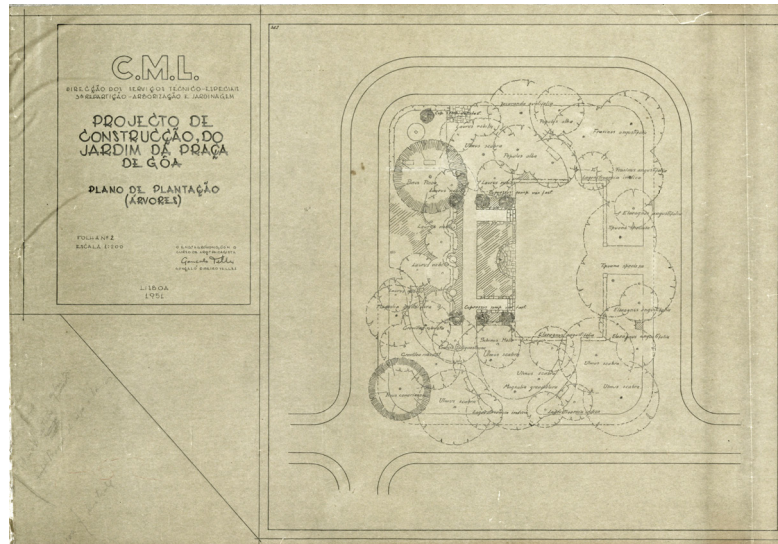


Fig. 5.3.4 - Projeto de construção do jardim da Praça de Goa. Plano de plantação (árvores). Ribeiro Telles, 1951.

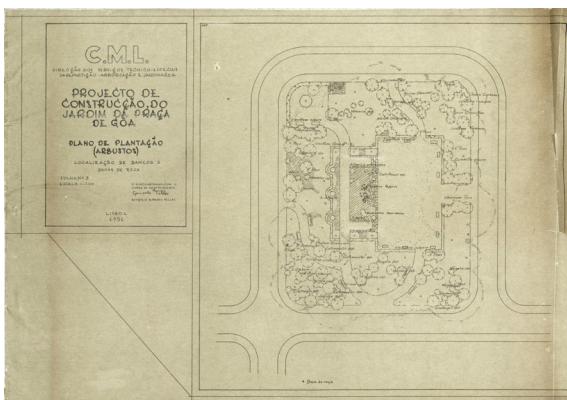


Fig. 5.3.5 - Projeto de construção do jardim da Praça de Goa. Plano de plantação (arbustos). Ribeiro Telles, 1951.

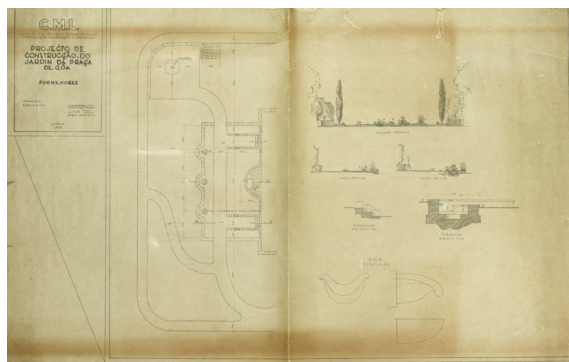


Fig. 5.3.6 - Projeto de construção do jardim da Praça de Goa. Plano de plantação. Pormenores. Ribeiro Telles, 1951.



Fig. 5.3.7 - Jardim da Praça de Goa, 1959.



Fig. 5.3.8 - Jardim da Praça de Goa, 1966.



Fig. 5.3.9 - Jardim da Praça de Goa, 2013.



Fig. 5.3.10 - Jardim da Praça de Goa, 2013.

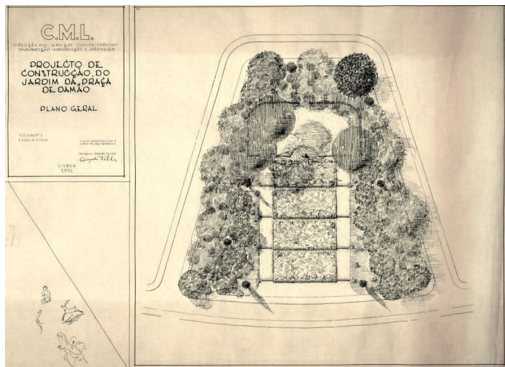


Fig. 5.3.11 - Projeto de construção do jardim da Praça de Damão. Plano geral. Ribeiro Telles, 1951.



Fig. 5.3.12 - Projeto de construção do jardim da Praça de Damão. Perfis. Ribeiro Telles, 1951.

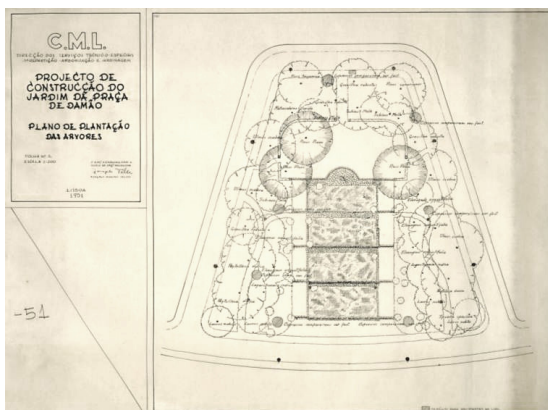


Fig. 5.3.13 - Projeto de construção do jardim da Praça de Damão. Plano de plantação das árvores. Ribeiro Telles, 1951.

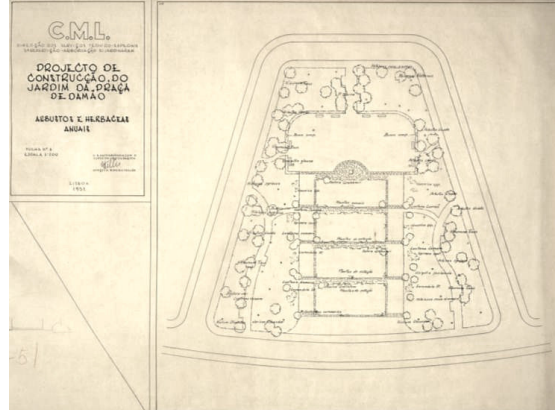


Fig. 5.3.14 - Projeto de construção do jardim da Praça de Damão. Arbustos e herbáceas anuais. Ribeiro Telles, 1951.



Fig. 5.3.15 - Jardim da Praça de Damão, 1966.



Fig. 5.3.16 - Jardim da Praça de Damão, 1966.



Fig. 5.3.17 - Jardim da Praça de Damão, 2013.



Fig. 5.3.18 - Jardim da Praça de Damão, 2013.

- contêm um terreiro vasto, plano, de planta aproximadamente retangular, situado junto a uma zona de recreio, separado do resto do jardim, nos seus restantes três lados por uma sebe talhada; centrada em relação ao eixo do jardim de maior declive. Este elemento estrutural, pavimentado em pedra valoriza a composição do jardim;

- o terreiro, em ambos os jardins, é enquadrado por árvores implantadas em estreitos relvados, sendo uma segunda fiada constituída por árvores de pequeno porte, de copa quase até ao solo que delimitam acessos laterais ao terreiro central, caminhos informais, recolhidos, curvilíneos, com bancos colocados segundo um ritmo irregular;⁵³⁶

- no terço superior das praças, dominando a parte central, possuem elementos escultóricos (três na Praça de Goa e um na Praça de Damão), enquadrados de modo informal por elementos arbóreos dos quais se destacam os pinheiros mansos.

A praça situada no extremo Este da Rua Dom Francisco de Almeida, não incluída na área afeta ao “Projeto do Aglomerado das Casas Económicas da Encosta da Ajuda”, denominada como Praceta V e mais tarde Praça de Malaca (Figs. 5.3.19 e 5.3.20), veio a ser realizada em 1959, oito anos mais tarde que as praças de Goa e de Damão.

⁵³⁶ TELLES, Ribeiro - Memória descritiva e justificativa do projeto de construção do jardim da Praça de Damão.

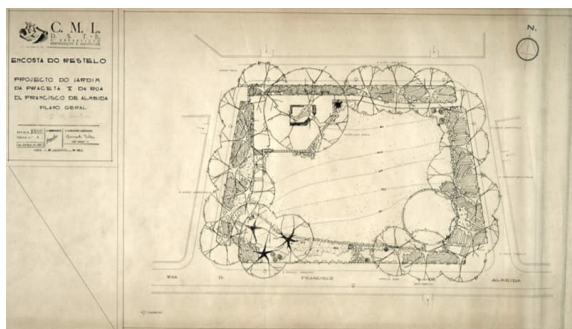


Fig. 5.3.19 - Praça de Malaca. Plano geral. Ribeiro Telles, 1959.



Fig. 5.3.20 - Jardim da Praça de Damão, 2013.

Esta praça revela características muito distintas das duas praças anteriores, sugerindo uma maior liberdade em termos conceituais. Apresentando um desenvolvimento em função do lugar, orientada a SE e com um declive suave, possui uma zona de estar descentrada, no local de maior cota, no canto superior esquerdo. Esta zona plana, de planta trapezoidal, apresenta ao centro - numa caldeira que repete as linhas dos limites deste pequeno terraço - uma árvore de grande porte. Dois caminhos pedonais ligam este pequeno terraço aos cantos NE e SO desta praça. Um percurso informal, constituído por uma fiada de pequenas placas de calcário de formato irregular, liga este último caminho ao extremo SE da praça, onde se encontra um murete semi-circular de pedra seca, resquícios de um antigo tanque pré-existente, convertido em banco como estrutura da composição, delimitando uma outra zona de estadia. Entre estas estruturas (caminhos, percurso informal e murete semi-circular) e o arruamento que delimita esta praça situam-se canteiros arborizados. Densamente arborizada na periferia, utilizando sobretudo espécies autóctones, apresenta um espaço interior reservado a um extenso relvado de uso livre. Nesta praça é notório, paralelamente á simplicidade do seu desenho, um empenho nos seus pormenores. Em 1953, ano seguinte ao da inauguração do bairro, Ribeiro Telles projetou ainda as faixas ajardinadas da Avenida Dom Vasco da Gama.

Por indicação dos arquitetos paisagistas adotou-se o princípio do logradouro geral "(...) tornando públicos e arborizados todos os espaços livres entre as habitações" facultando a todos os moradores a possibilidade da fruição das vistas que se podem apreciar a partir desta encosta.⁵³⁷ Através da distribuição da vegetação pretendeu-se satisfazer quatro requisitos: "1º - O enquadramento de uma maneira natural dos edifícios previstos de forma a que todo o conjunto surja perfeitamente adaptado ao condicionalismo panorâmico e paisagístico local." Este ponto previu uma conjugação entre as vertentes estética e

⁵³⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - Urbanização da Encosta do Restelo – II fase.

ecológica relacionando a vegetação da formação climace com as várias associações e estas entre si, consoante as características edafoclimáticas do local. Ressalvou porém os locais de maior destaque, quer por possuírem uma posição privilegiada quer por enquadrarem edifícios de uso público, juntos aos quais poderiam ser plantados pelo seu valor ornamental, elementos estranhos às referidas formações. “2º - O aproveitamento dos espaços livres como logradouros de recreio e descanso ameno da população local.” Previu a criação de diferentes aspetos e condições, através das principais manchas em que a vegetação se distribuiu, permitindo resolver de um modo “prático, simples e natural”, os problemas que logradouros pudessem trazer. “3º - Uma proteção eficaz dos ventos do quadrante Norte, determinantes paisagísticos da região de Lisboa.” Esta proteção foi efetuada através do uso da vegetação como sebes vivas, de implantação sempre que possível perpendicular à direção destes ventos estivais. “4º - A criação de um ambiente que concorra para a necessária compreensão do habitante da Cidade da natureza, de que o moderno condicionalismo cada vez mais o afasta.” Foi fomentado assim uma aproximação aos ciclos de vida da natureza, recorrendo à utilização de espécies de folha caduca e arbustos de flor e baga que conferem a um mesmo lugar aspetos diferentes consoante as sucessivas estações do ano. ⁵³⁸

Neste plano procedeu-se ainda à revisão da zona de proteção à Capela de São Jerónimo prevendo-se, de acordo com os arquitetos paisagistas, um plano de plantação adequado à valorização das perspetivas de rio, isolando-a da presença de quaisquer construções. ⁵³⁹ Nas proximidades e a uma certa distância ficaram localizadas moradias quadrifamiliares. ⁵⁴⁰

Ribeiro Telles, em 1956, elaborou o “Projeto de Enquadramento Paisagístico (1ª fase) da Encosta do Restelo (II Fase de Urbanização)” no qual assume ter tido em consideração os quatro requisitos já referidos, apresentados na “Memória descritiva e justificativa (5.1 e 5.2) do Estudo-base da Urbanização da Encosta do Restelo (II fase)”, relativos à distribuição da vegetação. Na memória descritiva do projeto começou por afirmar que este se referia a uma fase inicial a que, após a construção dos edifícios se seguiria um projeto definitivo: “Pretende-se na 1ª fase de plantações agora prevista estabelecer, em boas condições de desenvolvimento, os maciços fundamentais que mais tarde e após a construção dos edifícios servirão de base para a elaboração em pormenor do projeto de ordenamento paisagístico definitivo, incluindo então ajardinados, estadias, recreios, parques infantis, enriquecimento com espécies vegetais menos rústicas, a implantação de “mixed-borders” de herbáceas vivazes etc (...)” ⁵⁴¹ Afirmou que os maciços vegetais projetados se posicionavam de forma dar origem a panorâmicas de interesse paisagístico,

⁵³⁸ *Ibidem.*

⁵³⁹ *Ibidem.*

⁵⁴⁰ *Ibidem.*

⁵⁴¹ *Idem*, p. 1.

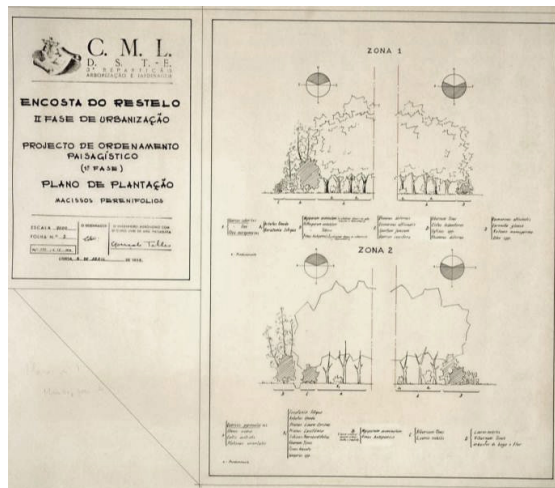


Fig. 5.3.21 - Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico, 1º Fase. Plano de plantação. Maciços perenifólios. Ribeiro Telles, 1956.

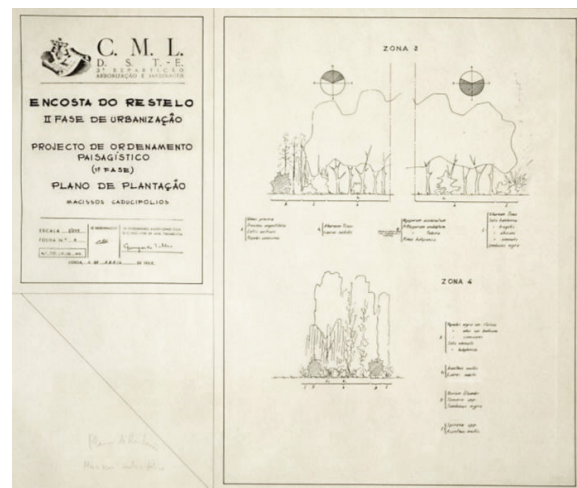


Fig. 5.3.22 - Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projeto de Ordenamento Paisagístico, 1º Fase. Plano de plantação. Maciços caducifólios. Ribeiro Telles, 1956.

a enquadrarem edifícios e a constituírem sebes vivas contra o vento norte, encontrando-se o elenco florístico de acordo com a “estruturação ecológica da formação climace.”⁵⁴²

Neste projeto foram definidos quatro maciços diferentes de vegetação, dois de predominância perenifólia e os restantes de predominância caducifólia. Estes diferentes grupos foram distribuídos pelo território abrangido pela II Fase de Urbanização da Encosta do Restelo que assim foi dividido por zonas de quatro diferentes índoles.

Os dois maciços de predominância perenifólia apresentavam como principal função a defesa contra o vento norte (Fig. 5.3.21). O primeiro maciço, referente à zona 1, distribuía-se em áreas de cota elevada, e tinham como base da sua constituição um “*quercetum*” e grupos de *Olea oleaster* /Zambujeiro. O segundo, referente à zona 2 habitava as encostas de declive mais elevado, era constituído por carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) e vários grupos de ulmeiros (*Ulmus procera*), lodão-bastardo (*Celtis australis*) e alguns plátanos (*Platanus orientalis*). Nestes maciços ou nos espaços abertos delimitados por eles, foram previstos elementos isolados de pinheiros mansos (*Pinus pinea*), ciprestes (*Cupressus sempervirens*) e outros *Cupressus sp.*⁵⁴³

Os dois restantes maciços, de predominância caducifólia, ocupavam zonas de baixa altitude (Fig. 5.3.22). O primeiro deles, referente à zona 3, ocupou a base das encostas, em grupos medianamente compactos, sendo constituído maioritariamente por ulmeiros e freixos. O segundo grupo de predominância caducifólia, relativo à zona 4, distribuiu-se em faixas estreitas, nos talvegues, ao longo das bordaduras que substituíram as antigas linhas de água, sendo constituída na sua maior parte por choupos. O andar arbóreo de cada

⁵⁴² TELLES, Ribeiro - Projeto de Enquadramento Paisagístico (1ª fase) da Encosta do Restelo (II Fase de Urbanização), p. 1.

⁵⁴³ *Ibidem*.

tipo de maciços foi completado com maciços arbustivos da correspondente associação com vista à obtenção de “ (...) um conjunto estético e biologicamente equilibrado.” ⁵⁴⁴

Este projeto contemplou a zona envolvente da Capela de São Jerónimo, sendo aqui pormenorizada, uma vez que dadas as suas características, encontrava-se já afastada deste lugar a possibilidade da construção de edifícios em seu redor, o que possibilitou proporcionar-lhe um enquadramento adequado. O monumento em si e a topografia existente levaram ao estabelecimento de um espaço verde de enquadramento a partir de um terraço miradouro que funcionou simultaneamente de adro da capela, a partir do qual se desfrutava de uma vista panorâmica que se estende até à barra do Rio Tejo. ⁵⁴⁵

Em 1957, foi realizado o “Projeto de Reavaliação da Zona de Proteção à Ermida de São Jerónimo” da autoria de Ribeiro Telles, ⁵⁴⁶ que contava já com uma mata anexa, a Sul, como zona integrante da zona de proteção. Recorde-se que Ribeiro Telles trabalhava na RAJ e colaborava também no GEU, requisitado por Guimarães Lobato. Esta situação permitiu-lhe acompanhar o que se passava em ambos os serviços. Segundo ele, a visão simultânea de ambas as realidades permitiu-lhe, sugerir a criação de uma zona especial de proteção em redor da Capela de São Jerónimo, na qual criou o referido logradouro com uma vista privilegiada. Por ter conseguido fundamentar e fazer vingar esta ideia, evitou o prolongamento de um grande eixo definido pelo prolongamento da Avenida da Torre de Belém, tal como este estava previsto nos planos de urbanização de Faria da Costa ⁵⁴⁷ conforme já referido no capítulo 2.

Nesse mesmo ano, Ribeiro Telles projetou o jardim envolvente da Capela de Santo Cristo ⁵⁴⁸ e os espaços de enquadramento do Centro Comercial do Restelo, conjunto de quatro edifícios projetado pelo arquiteto Raul Chorão Ramalho e construído entre 1951 e 1956 (Figs. 5.3.23 e 5.3.24). ⁵⁴⁹ As árvores plantadas nestes espaços são típicas da região de Lisboa, tais como freixos (*Fraxinus angustifolia*), bétulas (*Betula alba*), ulmeiros (*Ulmus procera*), choupos (*Populus sp.*), pinheiro-das-canárias (*Pinus canariensis*) e magnólias (*Magnolia grandiflora*).

Em 1963, Sousa da Câmara interveio na base da encosta, junto à Rua D. Lourenço de Almeida, projetando os jardins de três logradouros ampliando no ano seguinte a área de trabalho, acabando por projetar mais três em frente aos primeiros, obtendo-se um total de seis logradouros. Qualquer um destes logradouros constituiu uma zona de estadia, destinada ao lazer dos moradores destes prédios vizinhos e três destes também ao recreio

⁵⁴⁴ *Idem*, p. 2.

⁵⁴⁵ *Ibidem*.

⁵⁴⁶ SALEMA, Rosário - A ermida de São Jerónimo. Ver e ocultar.

⁵⁴⁷ *Ibidem*.

⁵⁴⁸ Já Mateus Junior tinha projetado a envolvente da Capela em 1957. Pensa-se que talvez também em 1959, o arquiteto paisagista Manuel Sousa da Câmara tenha projetado este espaço.

⁵⁴⁹ DINIS, Sofia; Figueiredo, Rute – Centro Comercial do Restelo.

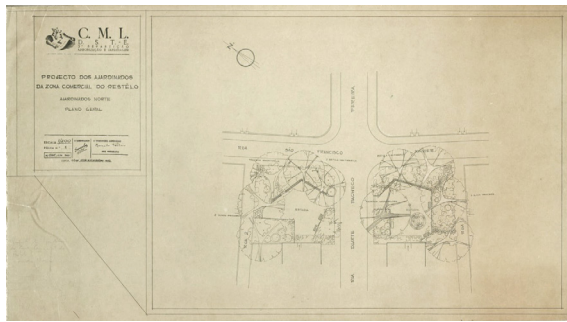


Fig. 5.3.23 - Projeto dos ajardinados da zona comercial do Restelo. Ajardinados Norte. Ribeiro Telles, 1959.

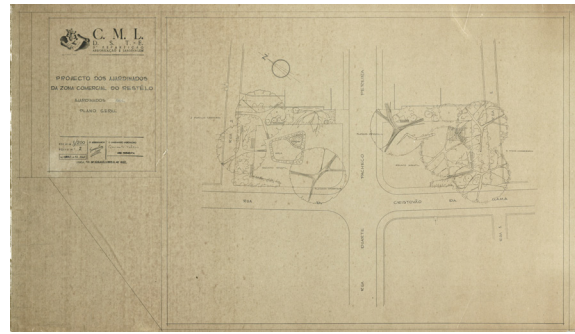


Fig. 5.3.24 - Projeto dos ajardinados da zona comercial do Restelo. Ajardinados Sul. Ribeiro Telles, 1959.

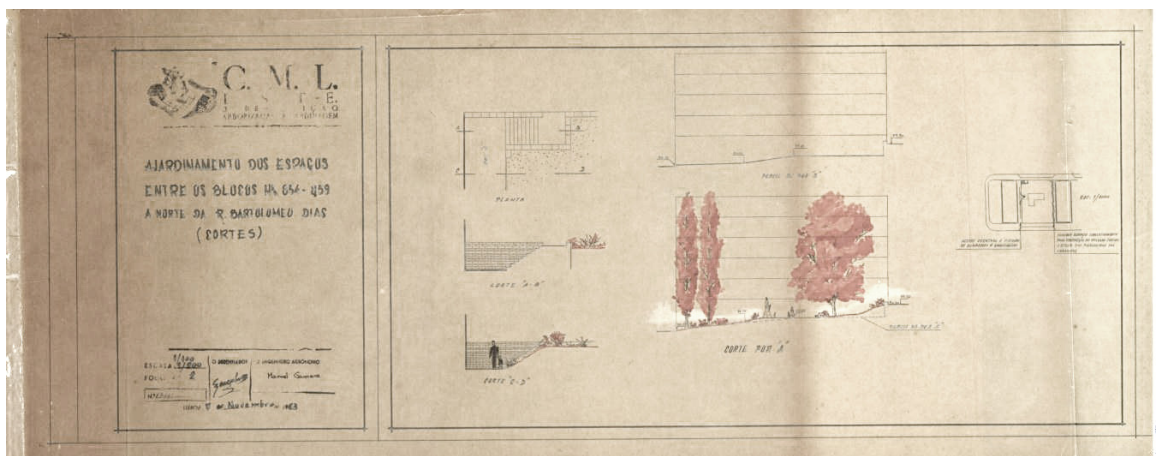


Fig. 5.3.25 - Ajardinamento dos espaços entre os Blocos nº 854-859 a norte da Rua Bartolomeu Dias. Cortes. Sousa da Câmara, 1963.

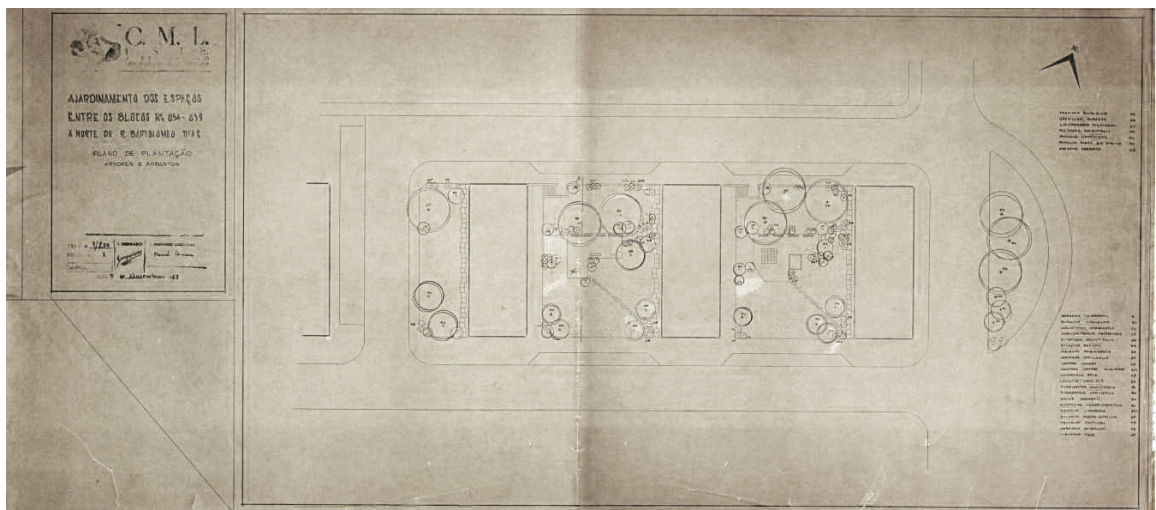


Fig. 5.3.26 - Ajardinamento dos espaços entre os Blocos nº 854-859 a norte da Rua Bartolomeu Dias. Plano de plantação. Sousa da Câmara, 1963.

das crianças, apetrechadas com equipamento para o efeito. Estas zonas, pavimentadas, com planta poligonal, apresentavam paralelamente aos seus limites, bancos de jardim ensombrados por árvores.

Numa primeira abordagem, em 1963, como se pode ver nas Figuras 5.3.25 e 5.3.26, são especialmente focados os condicionamentos a nível de conceção do espaço sendo previsto, em dois dos logradouros possuidores de uma zona destinada às crianças, um caminho de acesso para carros de bombeiros e ambulâncias e um local de interface entre este caminho pavimentado e a zona de recreio, destinado a facilitar não só a alcance a esta área como a possibilitar as manobras destas viaturas. Nas zonas relvadas junto os prédios foram ainda traçados três caminhos pedonais paralelos aos mesmos, constituídos por uma sequência de lajes dispostas de forma irregular, que serviam também para proteger os relvados dos efeitos destrutivos das pingadeiras das varandas desses prédios. No elenco florístico foram previstas na sua maior parte árvores da região de Lisboa, tanto perenifólias, como o feixo (*Fraxinus angustifolia*) e a grevélea (*Grevillea robusta*), como caducifólias como os choupos (*Populus sp.*) e os plátanos (*Platanus sp.*), que evidenciam a sazonalidade a que a natureza está sujeita. Foram escolhidos também um exemplar de duas espécies exóticas: o tulipeiro (*Liriodendron tulipifera*) e a zelkova (*Zelcova serrata*), oriundas da América e do Japão respetivamente, com elevado valor ornamental. Relativamente aos arbustos estes eram na esmagadora maioria espécies autóctones e de floração escalonada no tempo o que possibilitou a obtenção de uma floração quase contínua aliadas a baixos custos de mão-de-obra. Estes arbustos encontravam-se colocados estrategicamente, formando maciços compactos, enquadrando caminhos e as zonas de estadia.

Evoluindo para a fase de projeto, em 1964, o perfil do terreno foi levemente alterado (Fig. 5.3.27) estando previsto um murete de suporte em pedra num tom branco amarelado desenhando com rigor o tamanho de cada pedra e a sua disposição no muro. Pormenoriza igualmente os módulos em betão destinados à referida área de transição caminho automóvel - zona de recreio infantil, hexagonais, com uma zona circular livre ao centro destinada à plantação de herbáceas de revestimento, que davam assim uma continuidade visual relativamente ao relvado.

Em 1967, Edgar Fontes foi chamado a colaborar no “Anteprojecto das zonas verdes” do “Estudo de Revisão da Zona Limitada pelas ruas Gonçalves Zarco, Tristão Vaz, Mem Rodrigues e Av. Ilha da Madeira”. No quarteirão delimitado por estas vias, a par com elevado número de blocos habitacionais isolados, foi prevista a plantação de áreas verdes ocupando os espaços entre os edifícios. Como se pode ver na Fig. 5.3.28, os espaços verdes foram classificados funcionalmente em: Zona infantil, Zona juvenil e finalmente, Estadia. Estes espaços, distribuídos pelo quarteirão, foram projetados de forma individual atendendo às funcionalidades das diversas áreas assinaladas, à sua

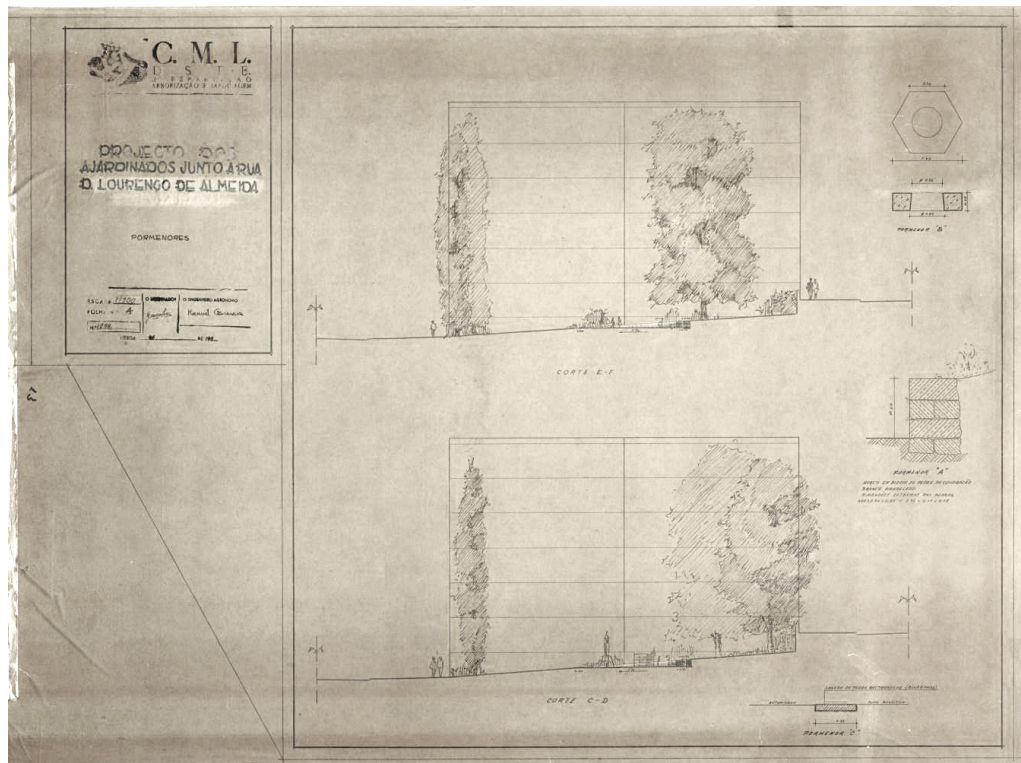


Fig. 5.3.27 - Ajardinados junto à Rua D. Lourenço de Almeida. Pormenores. Sousa da Câmara, s.d.



Fig. 5.3.28 - Estudo de revisão da zona limitada pelas ruas Gonçalves Zarco, Tristão Vaz, Mem Rodrigues e Avenida da Ilha da Madeira. Anteprojecto das zonas verdes. Edgar Fontes, 1967.

plantação com árvores arbustos e instalação de relvados, bem como caminhos pedonais, ligando espaços contíguos. O espaço verde foi tratado como um contínuo natural no qual se inserem os edifícios e infraestruturas, quer desportivas quer recreativas, ou apenas contemplativas. Edgar Fontes partilhou a elaboração deste projeto entre 1970 e 1971, com o arquiteto paisagista Leonel Fadigas.

A “2ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda” não chegou no entanto a ser edificado com a entrada em funções de um novo Presidente da CML, o engenheiro Fernando Augusto Santos e Castro que mantendo a densidade populacional elevada como o previsto, pretendia baixar a cêrcea dos edifícios a construir, suspendendo assim o desenvolvimento dos trabalhos realizados pelo arquiteto Francisco Zinho Antunes e o engenheiro Eurico Ferreira Gonçalves.⁵⁵⁰

A encosta do Restelo, orientada a sul e oferecendo vistas privilegiadas aos seus moradores, apresenta várias tipologias de ocupação do espaço edificado. Numa primeira fase, nos finais dos anos 40, Faria da Costa, nos seus planos de urbanização com uma baixa densidade populacional, primeiramente introduz moradias de casas de renda económica e concebe a encosta dividida por células. As habitações unifamiliares, estruturadas em redor de núcleos comerciais, são distribuídas em torno de eixos viários bem hierarquizados e adaptados à topografia do terreno, tentando distribuí-los sempre que possível acompanhando as curvas de nível da encosta.

Numa segunda fase e tentando responder a uma necessidade premente de habitação, a CML, através do GEU assume a coordenação do processo. Substitui a habitação unifamiliar por habitação multifamiliar fazendo uso da experiência retirada de experiências municipais anteriores, como Alvalade, dando continuidade a uma atitude de aplicação de “princípios inovadores da administração municipal”, com vista à contribuição da resolução do problema de uma necessidade urgente de habitação, que então se fazia sentir na cidade de Lisboa.⁵⁵¹ Numa atitude de responsabilidade social, tomou como objetivo principal o bem-estar da população residente no seu todo, adotando “ (...) blocos de habitação coletiva, convenientemente distribuídos por categorias de rendas e obedecendo ao critério de se estabelecer, quanto possível, uma transição gradual, de uns tipos para os outros, assegurando o seu conveniente isolamento sem acusar a segregação determinada de qualquer das categorias previstas de habitações.”⁵⁵²

Os blocos de habitação sendo independentes e implantados obliquamente em relação às vias de circulação. Esta opção permitia uma melhor insolação durante o inverno e amenizar as condições de habitabilidade no verão já que “(...) a insolação sucessiva das

⁵⁵⁰ D'ALMEIDA, Patrícia Bento - Bairro(s) do Restelo. Panorama Urbanístico e Arquitetónico.

⁵⁵¹ *Ibidem*.

⁵⁵² *Idem*, p. 20.

fachadas assegura, em boas condições, a desejável ventilação transversal”.⁵⁵³ Assim, ao melhor aproveitamento do sistema de vistas juntaram-se as condicionantes de ordem orográfica e de ordem climatológica da Encosta do Restelo que permitiam a ocupação do espaço sobrando deixado entre os edifícios por espaços verdes contínuos, ocupando até eventualmente também o espaço livre situado sob os edifícios.

Ultrapassadas as experiências em Alvalade relativamente aos logradouros, primeiramente privados e murados e, mais tarde, junto à Avenida de Roma, comuns a vários proprietários, foi estabelecido no Restelo pela primeira vez o conceito de espaço verde comum, de fácil acesso a toda a população residente, pela sua proximidade.

Os arquitetos paisagistas estabeleceram as bases metodológicas desta nova tipologia adotada, salientando além do enquadramento de estruturas construídas, numa valorização da fitossociologia, os vários outros fatores assumidos: recreativo, funcional na proteção dos ventos dominantes e o educativo, relativamente à sucessão de aspetos, verificada na alternância a que a vegetação está sujeita decorrente do seu ciclo biológico.

Esta nova tipologia de espaço verde está de acordo com necessidades decorrentes da adoção de um novo estilo de vida e de um aumento acentuado na demografia. O desenho urbanístico desenvolve-se em função das características físicas do lugar. Verifica-se uma separação das zonas do trânsito, da habitação e do recreio, valorizando-se o peão para o qual se passam a desenhar percursos longos e confortáveis.

A explosão demográfica referida refletiu-se num aumento da população jovem e consequentemente na criação à semelhança do que fazia no resto da Europa, de espaços infantis que apelavam à imaginação - os “Jardins Robinson”. Acerca deste facto, Ribeiro Telles afirma: “Não queríamos simples logradouros com parques infantis. Queríamos que estes logradouros fossem áreas de imaginação e liberdade. Tínhamos de criar locais para que as pessoas brincassem e estivessem à vontade, especialmente a miudagem! Hoje parece estranho porque a população envelheceu. Mas naquela época os conceitos de liberdade e juventude alteram o desenho dos espaços. Os jardins já não podem ter a mesma forma.”⁵⁵⁴

O Plano do Restelo e a introdução do conceito inovador de espaço livre comum podem ser considerados uma evolução relativamente ao logradouro contido enquadrado por edifícios como aconteceu em Alvalade. Este novo modelo veio a ser mais tarde desenvolvido nos Olivais, numa progressiva integração da estrutura verde no espaço urbano. O contributo dos arquitetos paisagistas para esta evolução é inequívoco e determinante, bem ao encontro dos modelos que eles conheceram nas suas viagens pela Europa.

⁵⁵³ *Idem*, p. 21.

⁵⁵⁴ SALEMA, Rosário - A ermida de São Jerónimo. Ver e ocultar, p. 186.

5.4 O Bairro dos Olivais

Em 2.3.3, referimos que, em 1955, no GEU deu-se início à realização do “Estudo–Base da Urbanização dos Olivais”, coordenado por Guimarães Lobato que contou com a colaboração, entre outros, dos arquitetos Pedro Falcão e Cunha e José França Ribeiro e do arquiteto paisagista Ribeiro Telles. Álvaro Dentinho integrou a equipa do GEU, em 1957.⁵⁵⁵ No entanto, foi no âmbito do GTH que este projeto ganhou maior visibilidade. Embora se considere a intervenção dos arquitetos paisagistas neste Bairro intensa e eficaz, é necessário reconhecer a deficiência da base de dados. Em primeiro lugar as peças escritas que acompanham os projetos dos espaços verdes são de um modo geral omissas ou pelo menos no âmbito desta investigação não foi possível ter acesso. Por outro lado, as peças desenhadas localizadas não constituem processos completos nem próximo.

Na planificação dos Olivais atribuiu-se aos espaços verdes “ (...) uma função múltipla de ordem panorâmica, salutar, recreativa e psicológica (...) Quase todo o espaço verde previsto comporta-se como logradouro coletivo da população, que desta forma sentirá dia a dia e com intimidade o pulsar da natureza e o equilíbrio da presença de uma paisagem ordenada e humanizada.”⁵⁵⁶ Neste plano, para Ribeiro Telles o espaço verde tinha a função muito importante de “(...) reatar o convívio entre o homem atual da cidade e a natureza (...)”⁵⁵⁷ aplicando este conceito, em áreas destinadas à produção agrícola, por ele localizadas na periferia das células ou ao longo de arruamentos locais principais, apresentado “ (...) vantagens de ordem educativa, cultural e psicológica”⁵⁵⁸, além de se encontrarem junto de centros consumidores. Estas zonas produtivas tinham também a função de separar zonas urbanas de zonas fabris e juntamente com sebes, proteger dos ventos os prédios de habitação “ (...) ao mesmo tempo que estabelecem o contacto do habitante da cidade com a vida do campo”⁵⁵⁹, ideias que Ribeiro Telles defende veementemente até hoje.

Propôs a criação de pequenos jardins, noutros locais, que se distinguiam por possibilitar vistas privilegiadas, constituírem zonas de encontro dos habitantes ou por se encontrarem junto a edifícios de interesse coletivo. Sugeriu também que para os logradouros privados se “ (...) estudassem alguns tipos de jardim em que predominasse

⁵⁵⁵ TELLES, Gonçalo - Alfama e castelo. Enquadramento verde.

⁵⁵⁶ Câmara Municipal de Lisboa. Gabinete de Estudos de Urbanização - Urbanização dos Olivais, p 26.

⁵⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁵⁹ *Ibidem*.

a cultura hortícola a fim de orientar num sentido útil aqueles logradouros.”⁵⁶⁰ Propôs ainda, recorrendo à mata, a instalação de maciços arbóreos, formando galerias ou cortinas para separar as habitações das vias de circulação e de sebes de proteção implantadas perpendicularmente ao vento Norte, predominante na zona dos Olivais. Com a função de ocultar a zona industrial e o cemitério optou-se por maciços de árvores, constituídos maioritariamente por espécies de folha perene.

Aborda o tratamento paisagístico do cemitério mas também e sobretudo dos grupos escolares salientando uma nova forma de estar zonas de estadia para aulas no exterior, para além de “recreios naturalizados e hortos escolares”, reforçando a importância dada às crianças e respetiva educação, como aposta numa preparação do futuro. Para os campos desportivos foi previsto um enquadramento que desse a sensação de clareiras na mata, tal como Ribeiro Telles tinha já projetado na Mata de Alvalade.

Relativamente às espécies selecionadas, os referidos maciços vegetais eram da formação clímax, na qual grupos de árvores, arbustos e sub-arbustos pertenciam à associação respetiva, nas suas variadas aplicações. Como resultado obteve-se numa matriz onde “ (...) o enquadramento dos blocos habitacionais que surgem naturalmente como que brotando da própria paisagem.”⁵⁶¹ Excecionalmente, com vista a valorizar a paisagem junto aos pontos de destaque, especialmente nos jardins referidos, foram admitidos alguns exemplares pertencentes a espécies exóticas, sendo a cor conferida por arbustos ou herbáceas em flor. As herbáceas que revestiam as referidas clareiras deveriam pertencer ao pasto natural do local, sendo cercadas por arbustos de pequeno porte, possibilitando uma manutenção mais económica dos espaços verdes. As oliveiras centenárias preexistentes no local seriam para manter ou no caso de total impossibilidade, serem transplantadas para outro local.⁵⁶²

Ideia fulcral, na criação desta paisagem é: “ (...) apresentar com o correr das estações, um aspeto dinâmico e sempre renovado, o que se consegue pela distribuição conscienciosa de maciços de diferentes caducifólias e de grupos de arbustos e de herbáceas de florações em épocas diferentes.”⁵⁶³ A sazonalidade na paisagem, de extrema importância, é dada pela floração e queda das folhas, daí a predominância das espécies caducifólias no projeto estando sempre presente a noção de que todos os períodos do ano têm que ser importantes, e não apenas esta ou aquela estação.

Cerca de um ano após a conclusão deste Estudo-base de 1955 em agosto, pelo menos uma parte deste plano, relativa aos Olivais Sul (Fig. 5.4.1) foi exibida na Suíça, em Zurique, na exposição internacional itinerante de projetos de arquitetura paisagista,

⁵⁶⁰ *Idem*, p. 27.

⁵⁶¹ *Idem*, p. 28.

⁵⁶² *Ibidem*.

⁵⁶³ *Idem*, p. 29.



Fig. 5.4.1 - Olivais Sul. Plano geral. s.a, s.d.

que ocorreu em simultâneo com o V Congresso da IFLA nesse ano subordinado ao tema “A Paisagem e a vida moderna.”⁵⁶⁴

O GTH iniciou a sua atividade em 1959, constituído por uma equipe pluridisciplinar que, desde o início, integrou os arquitetos paisagistas Edgar Fontes, Álvaro Dentinho e Sousa da Câmara, e já nos finais dos anos sessenta José Marques Moreira e a tirocinante Ana Maria Paes de Azevedo na 7ª Repartição - Construção de Jardins. Esta repartição passou, a partir de 1965 a ser responsável também pelo projeto e construção das zonas pavimentadas e suas drenagens tais como: caminhos, zonas de estadia e recreio, atividade que até aí era desempenhada pela 5ª Repartição - Construção de Arruamentos. Ao planeamento e construção de jardins somou-se a manutenção, a expansão dos viveiros municipais, apoiantes essenciais no fornecimento das plantas utilizadas, nesta então intensíssima atividade.⁵⁶⁵

Em 1964, embora estivessem já ocupadas uma parte das habitações, os espaços livres não se encontravam ainda construídos, ajardinados ou ocupados por qualquer equipamento. Álvaro Dentinho desenhou os espaços exteriores em sintonia com as experiências urbanísticas que se iam realizando, apresentando propostas face a novas situações, constituindo também os Olivais um campo de ensaio no âmbito da arquitetura paisagista, técnica e formalmente (Figs. 5.4.2 a 5.4.5).

Nesse âmbito ele recordou a aplicação na prática de conhecimentos face às novas situações, afirmando numa entrevista que o melhor da sua experiência no GTH foi

⁵⁶⁴ BARRETO, António Viana - Relatório do V Congresso Internacional dos Arquitetos Paisagistas.

⁵⁶⁵ *Ibidem*.

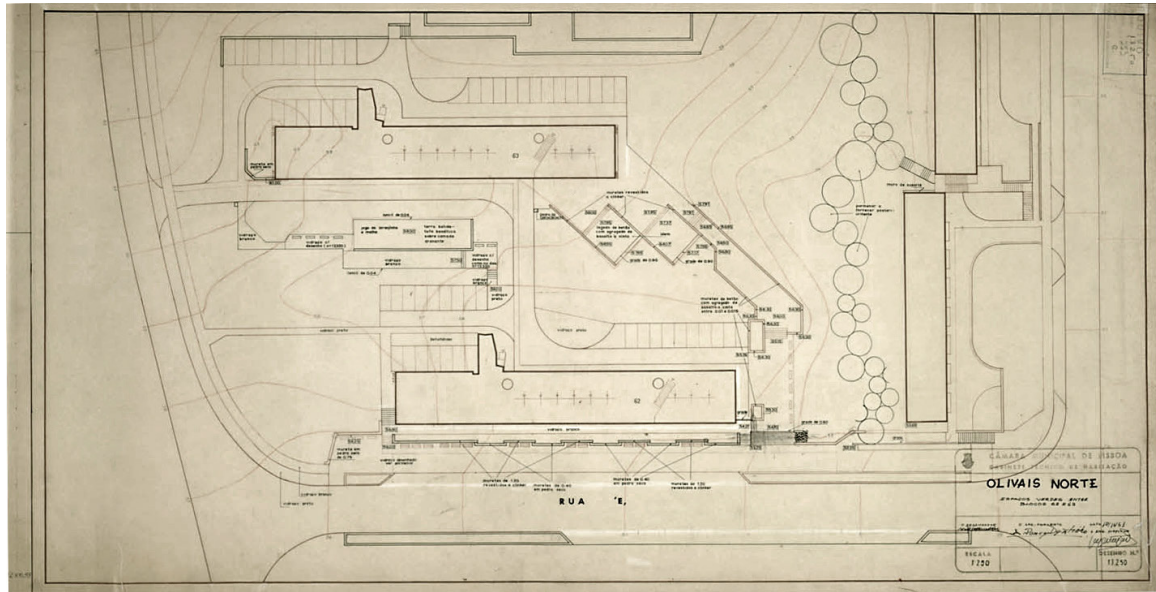


Fig. 5.4.2 - Espaços verdes entre os blocos 62 e 63, 1963.



Fig. 5.4.3 - Olivais Norte. Jardim entre os blocos, 2014. 2013. Fotografia Teresa Bettencourt da Camara. Arquivo pessoal de Teresa Bettencourt da Camara.

poder estudar: “ (...) se entre as torres tiver 80 metros de árvores, é possível fazer um gradiente térmico, uma respiração em altura. Ou seja, as árvores provocam uma corrente ascendente e se durante o dia está calor, faz fresco, enquanto durante a noite acontece precisamente o contrário. Foi assim que foi planeado mas nunca respeitaram isso na prática.”⁵⁶⁶ Recordou ainda o zonamento dos espaços verdes consoante a classe etária acrescentando: “Na altura, achava que devia estar tudo separado.”⁵⁶⁷ Do seu trabalho foi parte importante o traçado dos acessos e serventias de Olivais Norte, para os quais estabeleceu três critérios: I – Assegurar a segurança fora dos arruamentos principais: II – Segregar os tipos de trânsito e de serviços através da segregação dos materiais

⁵⁶⁶ TORRES, Helena. PORTAS, Catarina, FREIRE, Adriana - Olivais retrato de um bairro, p. 67.

⁵⁶⁷ *Ibidem*.

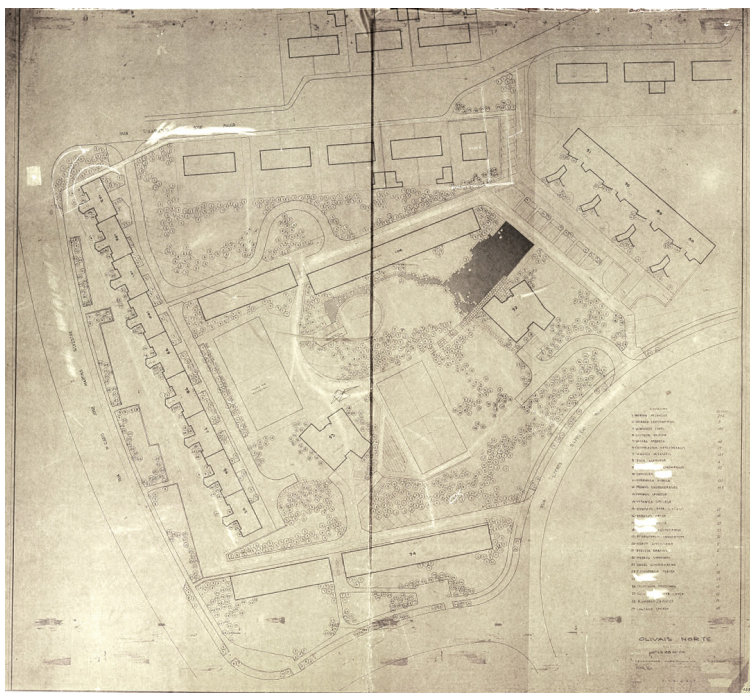


Fig. 5.4.4 - Olivais Norte. Lotes 88 a 104. Álvaro Dentinho, s.d.



Fig. 5.4.5 - Olivais Norte. Jardim entre os blocos, 2014.

aplicados. Estabeleceu as normas a que deveriam obedecer estes critérios e materiais utilizados no cumprimento destas normas. Projetou parques de estacionamento de planta circular por ter considerado permitir “ (...) uma circulação que convém á proximidade de um grande bloco e centro cívico (...) ” e ainda “ (...) ter valor estético do ponto de vista dos andares superiores do bloco.” Relativamente aos pavimentos por ele desenhado considerou-os “ (...) de fácil realização pois permite a utilização de moldes simples que rodam em torno de centros.” ⁵⁶⁸ (Figs. 5.4.6 a 5.4.10).

Sousa da Câmara nos Olivais Norte projetou vários dos logradouros entre blocos. Por exemplo, no plano de plantação do “Pormenor O” definiu zonas de: mata perenifólia, mata caducifólia, de relvado e ainda zonas de estadia e recreio. Para este local projetou

⁵⁶⁸ DENTINHO, Ponce - Arranjo dos espaços exteriores, p. 15.

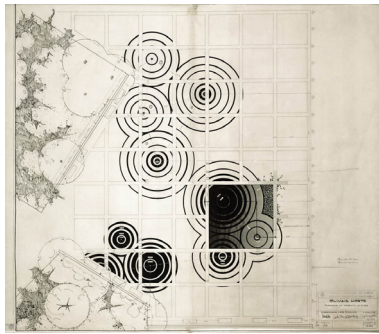


Fig. 5.4.6 - Pormenor do desenho 13365, 1964.

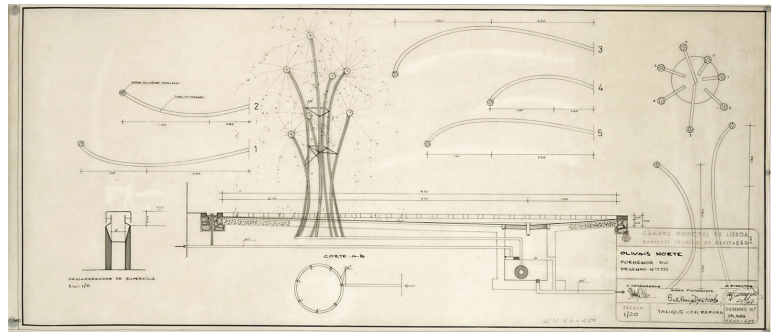


Fig. 5.4.7 - Pormenor do desenho 13390, 1964.



Fig. 5.4.8 - Praça junto à Rua General Silva Freire. Tanque, 2014.



Fig. 5.4.9 - Praça junto à Rua General Silva Freire. Pormenor do pavimento, 2014.



Fig. 5.4.10 - Olivais Sul. Pavimentos, 2014.

também uma rede de rega (Figs. 5.4.11 a 5.4.13). Edgar Fontes nos Olivais Norte, em 1963, projetou os jardins do “Grupo Escolar dos Olivais” (Figs. 5.4.14 a 5.4.16) cujo edifício é da autoria dos arquitetos Victor Palla e Bento d’Almeida ⁵⁶⁹ e três anos mais tarde o parque envolvente da Piscina dos Olivais.

No “Plano dos Olivais Sul”, os espaços verdes eram considerados como determinantes para o sucesso do ponto de vista urbanístico. Num boletim do GTH exclusivamente dedicado

⁵⁶⁹ “Bairros construídos ao abrigo do Decreto-lei 42 454 no período de 1961 a 1969”, Boletim GTH. 1º semestre 1971, nº 20, p 209

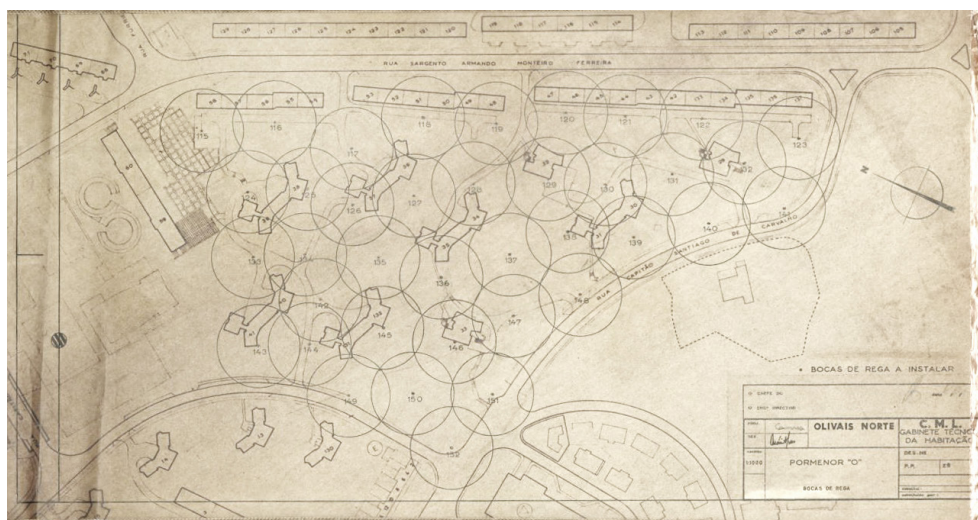


Fig. 5.4.11 - Olivais Norte. Pormenor "O". Rede de rega. Sousa da Câmara, s.d.



Fig. 5.4.12 - Olivais Norte. Aspeto do Pormenor "O", 2014.

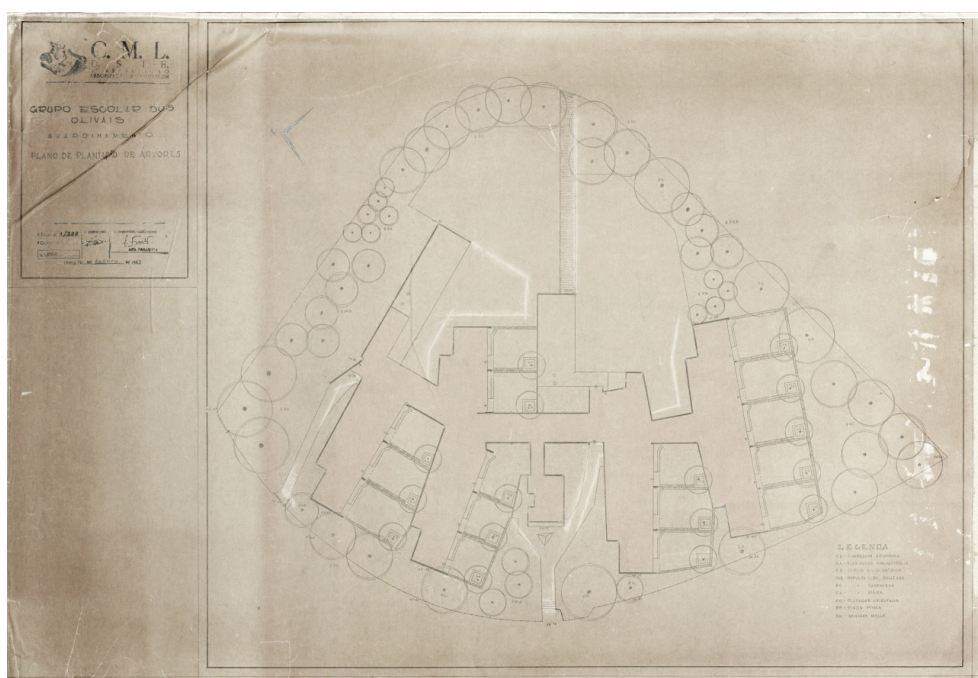


Fig. 5.4.13 - Grupo escolar dos Olivais. Ajardinamento. Plano de plantação de árvores. Sampaio Fontes, 1963.



Fig. 5.4.14 - Olivais Norte. Aspeto da envolvente Sul da escola, 2014.



Fig. 5.4.15 - Olivais Norte. Aspeto da envolvente poente da escola, 2014.

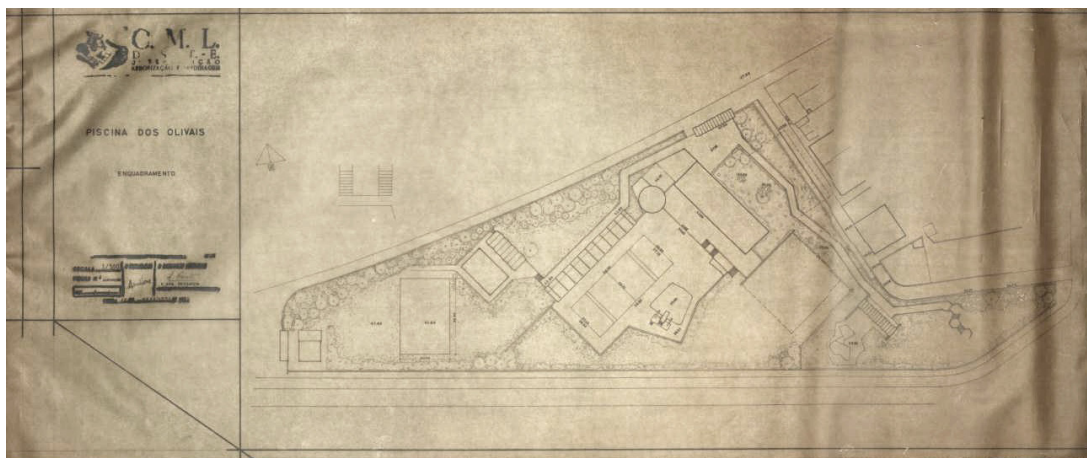


Fig. 5.4.16 - Piscina dos Olivais. Enquadramento. Edgar Fontes, 1966.

a este Plano podemos ler: “As zonas verdes desempenharão um importante papel na ordenação paisagística dos locais, além de constituírem um elemento imprescindível para a população, dos pontos de vista higiénico, sanitário, recreativo e psicológico. A localização dos parques e jardins principais e a previsão de árvores e faixas nas zonas habitacionais obedece à intenção de permitir, sem prejuízo da expressão urbana e concentrada que deliberadamente se procurou criar, o contacto fácil com a natureza, através de uma paisagem repousante e vitalizadora. Houve a intenção de estabelecer uma cortina verde de fronteira entre a zona industrial e as áreas habitacionais, o que só parcialmente foi possível em virtude da alta ocupação do solo. Esta intenção foi determinante na escolha da zona destinada ao parque principal da malha. Igualmente se procurou proteger as zonas habitacionais do rigor dos ventos dominantes e da ação excessiva do calor dos meses de verão, através da disseminação de faixas verdes capazes de melhorar os microclimas locais (...) Particular atenção foi prestada à definição dos perfis dos arruamentos principais. Em muitos deles criar-se-ão faixas marginais de vegetação destinadas a diminuir a poluição atmosférica e o nível de ruídos causados pelo tráfego (...) Dada a localização na orla dos parques de algumas das escolas primárias procurar-se-á dar a estas zonas um tratamento



Fig. 5.4.17 - Olivais Sul. Projeto em fase de obra do parque desportivo no extremo Sul do bairro, 1968.

que possibilite a realização de aulas de ar livre o ofereça recreios naturais às crianças. A conveniente mistura das espécies de formação climace do sítio com outras exóticas, ajudará a criar uma paisagem variada e rica, sempre renovada através da floração em épocas diferentes das diferentes espécies (...) ” ⁵⁷⁰

Foi neste espírito que Álvaro Dentinho projetou uma zona de estar, no extremo SO do bairro, de planta triangular em que um dos vértices fica adjacente à Rotunda do Relógio, junto ao Aeroporto de Lisboa (Fig. 5.4.17). Esta área, ocupando 12 ha, foi destinada a zona de recreio local e extra local. ⁵⁷¹ Deste projeto, construído em toda a sua extensão, que obrigou a alguns movimentos de terra, fizeram parte: um campo de basquetebol, um campo de futebol, um grande auditório ao ar livre de planta oval riscado com bandas de lajedo regular e um miradouro como zona de estar “ (...) de inegável interesse panorâmico com um muro protetor de vento e com bancos dispostos à volta deste recinto que permitem desfrutar através das molduras de enquadramento a vasta panorâmica.” ⁵⁷² As zonas de recreio eram separadas consoante a classe etária em zona para adolescentes (campo de basquetebol); zona para a idade pré-escolar (zona mais soalheira constituída por caixa de areia, área pavimentada com desenhos em mosaico e alguns bancos) e zona para idade escolar (composta por um aldeamento de índios, um campo de jogos e uma assembleia circular) (Figs. 5.4.18 a 5.4.20). ⁵⁷³

Nos Olivais Sul foi possível com alguns ajustes manter a modelação natural do terreno, graças a um isolamento dos edifícios, realizando-se apenas alguns socalcos, o que levou à criação de espaços mais intimistas, ⁵⁷⁴ como praças associadas às habitações envolventes, nas quais intervieram arquitetos paisagistas como Sousa da Câmara (Figs. 5.4.21 e 5.4.22) e Álvaro Dentinho. Este colaborou também com o pintor António Alfredo no projeto do

⁵⁷⁰ “Olivais Sul”. Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, sd, p 22

⁵⁷¹ DENTINHO, Álvaro - Memória descritiva e justificativa do projeto de arranjo dos terrenos.

⁵⁷² *Ibidem*.

⁵⁷³ *Ibidem*.

⁵⁷⁴ TOUSSAINT, Michel - Olivais Sul.



Fig. 5.4.18 - Perfis dos caminhos. Implantação. Pormenores do auditório. 4, s.d.

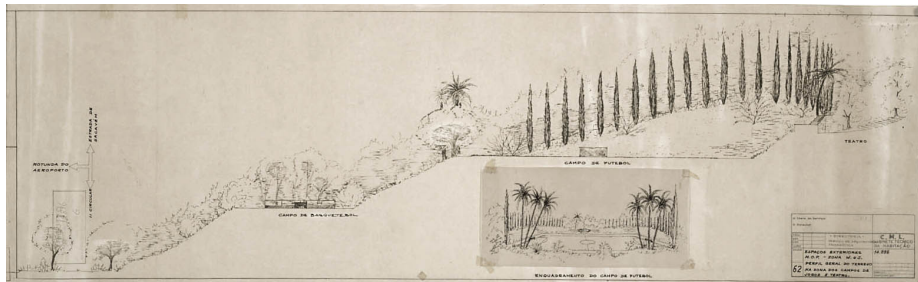


Fig. 5.4.19 - Perfil geral do terreno na zona dos campos de jogos e teatro. 62, s.d.

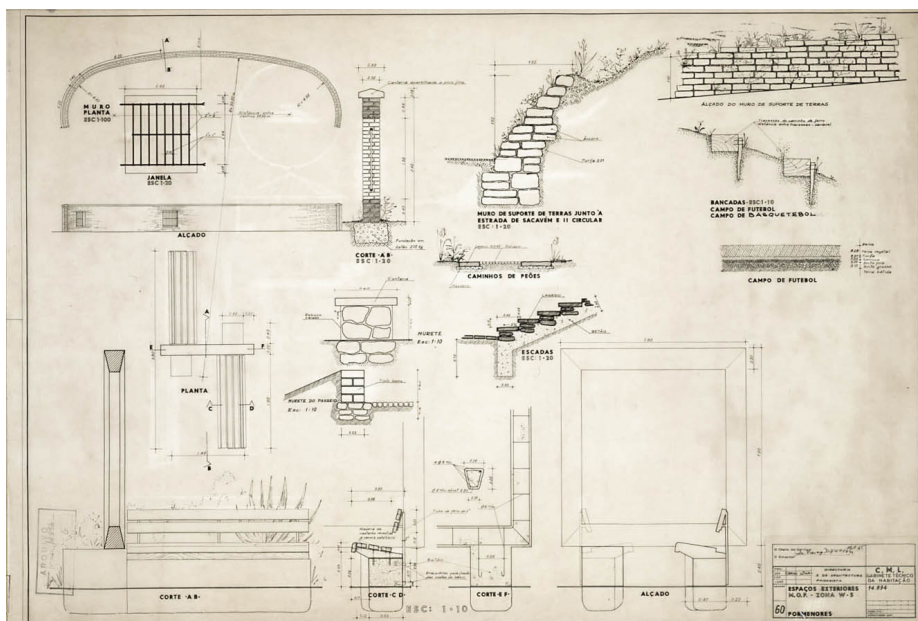


Fig. 5.4.20 - Pormenores. 60, 1965.

centro de convívio, hoje designado como Praça de São Salvador (Fig. 5.4.23).

Os trabalhos relativos aos espaços verdes dos Olivais iam estendendo-se no tempo. Em 1969, o Engenheiro Chefe de Serviço Joaquim Rodrigo escrevia uma informação interna da CML ao seu diretor pedindo um alargamento do prazo para a execução de espaços ajardinados nas células D e E de Olivais Sul queixando-se da extensão do programa a cumprir para um prazo demasiadamente curto ao qual acresciam dificuldades várias “ (...) dada a topografia e o mau dimensionamento dos espaços destinados ao ajardinamento (parcelamento excessivo, forma dos canteiros, modelação, etc (...).” ⁵⁷⁵ Ainda em abril de 1972, Edgar Fontes submeteu à apreciação superior o projeto por si executado, relativo à faixa ajardinada junto às Avenidas Marechal Gomes da Costa, Estrada de Sacavém e Avenida de Berlim. ⁵⁷⁶

De uma análise atenta e comparada dos “Relatórios de Atividade do Serviço de Arborização e Ajardinamento (Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas) de 1967 e de 1969 podemos concluir:

Como podemos avaliar em relação aos espaços verdes, este bairro constitui um exemplo privilegiado de estudo e experimentação de novos conhecimentos numa procura de uma nova abordagem através de um desenho e estética que integrasse materiais e tecnologias modernas e refletisse o estilo de vida moderno.

A sua génese conceptual partiu de princípios que assentam na negação dos estilos históricos e rejeição da composição axial e simétrica.

⁵⁷⁵ LISBOA. Câmara Municipal. Informação do Engº Joaquim Rodrigo, 1969-03-26.

⁵⁷⁶ LISBOA. Câmara Municipal - Ofício de Edgar Sampaio Fontes, 1972-04-22.

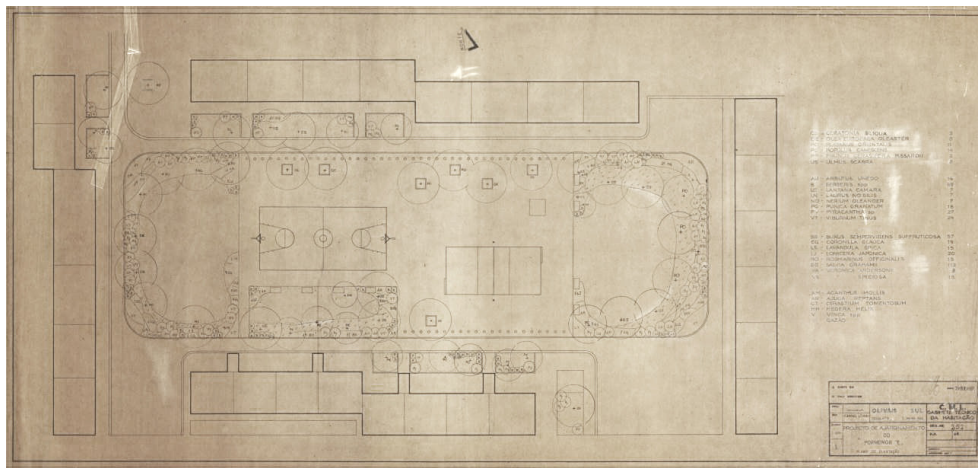


Fig. 5.4.21 - Olivais Sul. Célula D. Z. Mar. Sul. Projeto de ajardinamento do pormenor E. Plano de plantação. Sousa da Câmara, s.d.

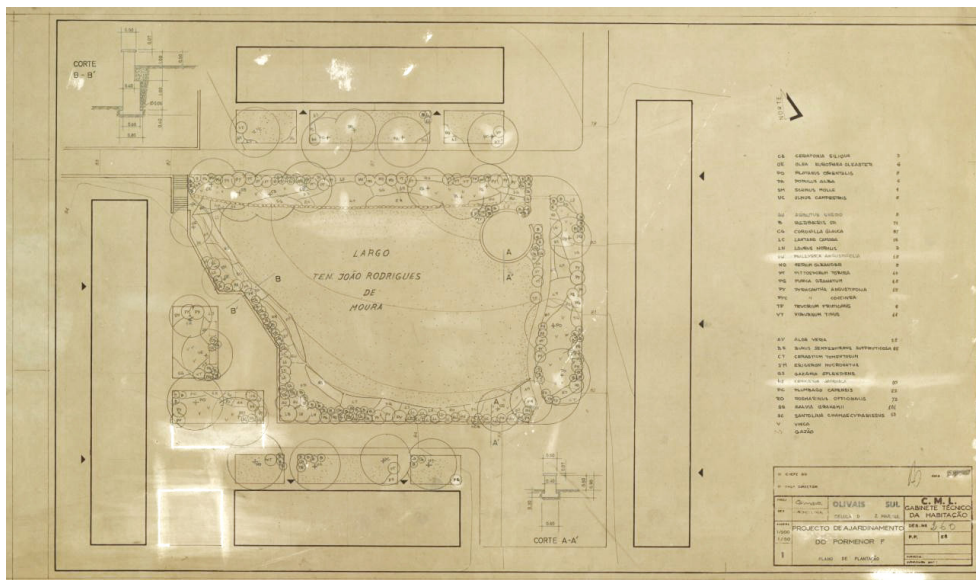


Fig. 5.4.22 - Olivais Sul. Célula D. Z. Mar. Sul. Projeto de ajardinamento do pormenor F. Plano de plantação. Sousa da Câmara, s.d.

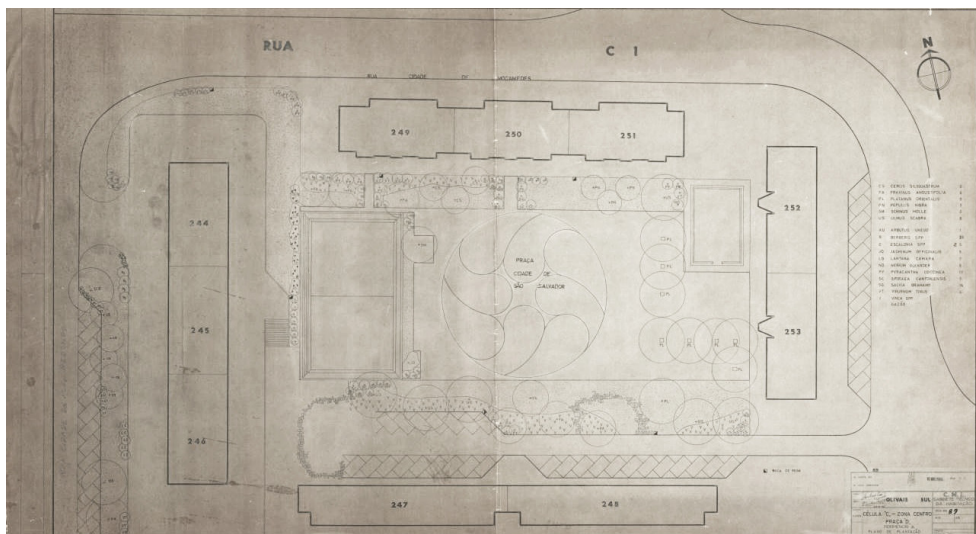


Fig. 5.4.23 - Olivais Sul. Célula C. Z. Centro. Praça D. Pormenor A. Plano de plantação. Sousa da Câmara, 1966.

5.5 Conclusão

Os novos bairros eram de início constituídos por agrupamentos de casas unifamiliares, com pequeno logradouro nas traseiras, alinhadas ao longo de ruas muitas vezes arborizadas. Normalmente existia um pequeno jardim público, ponto de convergência para convívio dos habitantes do bairro. Os arquitetos paisagistas deram o seu contributo ao projetar os espaços verdes de uso público desses bairros, incluindo os jardins dos grupos escolares. Excepcionalmente, no “Bairro da Quinta do Jacinto” (1957) construído ao abrigo do programa das “Casas para famílias pobres”, Sampaio Fontes projetou os espaços verdes dos pequenos logradouros privados.

Nalguns destes bairros, como é o caso do Bairro da Encarnação, que inclui além dos jardins uma mata, os espaços verdes têm uma presença bem mais significativa que noutros, como o referido “Bairro da Quinta do Jacinto”, onde por falta de espaço os logradouros comuns restringiam-se apenas aos espaços compreendidos entre os alçados principais dos prédios. Este praticamente só conta com a presença de árvores de arruamento.

No Bairro de Alvalade a legislação permitiu a construção de casas de habitação em edifícios, no início da construção do bairro só com quatro pisos, com espaços verdes em logradouros, parte deles privados e outra parte de uso público, além de pequenos jardins. O uso indevido destes logradouros de uso público, por apropriação indevida por parte de alguns habitantes do bairro, nas células I e II, levou a que, na construção da Avenida Dom Rodrigo da Cunha, na célula IV, se tenha optado unicamente pela existência do espaço verde de uso público como um enorme logradouro comum, no interior do qual se implantaram os prédios, também só estes ainda com quatro andares mas desta vez, para permitir esta nova organização do espaço verde público, orientados perpendicularmente à referida avenida. Só o facto de os edifícios passarem a assentar sobre pilotis, mantendo uma posição perpendicular em relação às vias principais, como sucedeu no Bairro das Estacas em Alvalade, permitiu ter a noção de logradouro contínuo, sobre o qual os prédios davam intencionalmente a ideia de “flutuar”, sendo as suas entradas em vidro, para diminuir o seu impacto visual, reforçando assim esta ideia. Na conceção desta sequência de logradouros contíguos foi permitida uma separação dos caminhos pedonais, que os percorriam e se continuavam no logradouro vizinho, dos caminhos automóveis e a criação de zonas de estadia com mais recato, devido a uma maior disponibilidade de espaço, constituindo como salas de verdura, prolongamento das salas de estar das habitações deste edifícios.

A legislação mudou no sentido de permitir um aumento do número de pisos dos edifícios,

o que permitiu aumentar significativamente as áreas exteriores livres para logradouros, resultando numa ampliação da área das zonas de estadia. Esta maior disponibilidade de espaço permitiu uma orientação mais acentuada na vocação de utilização destes espaços, isto é, criação de espaços para as crianças, com parque infantil, de espaços desportivos para os jovens e de espaços mais sossegados para adultos, mantendo-se a valorização do peão e nesse sentido o seu isolamento relativamente aos caminhos automóveis.

Nos Olivais, laboratório de novas experiências urbanísticas, e sobretudo nos Olivais Norte passou-se a uma aplicação mais fiel dos princípios da Carta de Atenas. As habitações foram inseridas em blocos de apartamentos cuja localização e orientação dependia sobretudo dum maior aproveitamento da luz solar, implantados num continuum verde, numa aproximação máxima dos habitantes do bairro com a natureza, representada pelas áreas ajardinadas, uma matriz que envolve dos edifícios e as vias de circulação. A rede de circulação é claramente hierarquizada. A rede viária constitui o elemento unificador dos vários elementos construídos, embora desvinculada dos mesmos. O espaço resultante peca por uma falta de referências facilmente identificáveis.

Nos Olivais Sul a aplicação destes princípios foi mais moderada, cada célula possui um pequeno núcleo comercial em função do qual se organiza e as várias células organizam-se entre si também em redor de uma célula em posição central que inclui o grande centro cívico-comercial do bairro, a célula G, onde se situam os edifícios mais elevados. Embora existam um grande número de espaços verdes aqui não constituem uma matriz que envolve os demais elementos, estando presentes especialmente no grande parque do bairro - o Parque do Vale do Silêncio - considerado, pela sua importância, conferida quer pela sua situação geográfica, quer pela sua área quer ainda pela sua tipologia, um caso de estudo desta tese.

6 Conclusão

6 Conclusão

Nesta dissertação pretendeu-se desenvolver a pesquisa do espaço público da cidade de Lisboa na vertente da Arquitetura Paisagista, entre as décadas de 1940 e 1970. Nesta ótica, foram objeto de estudo os projetos realizados pela primeira geração de arquitetos paisagistas portugueses, neste período. Esta investigação já tinha sido iniciada no âmbito do projeto coordenado por Teresa Andresen, levado a cabo pela Fundação Calouste Gulbenkian com o título “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas (1940-1970)”, cujo âmbito geográfico se estendeu a Portugal Continental e Ilhas.

Este intervalo de tempo situou-se entre o início do ensino da Arquitetura Paisagista em Portugal, ministrado por Caldeira Cabral e estendeu-se até ao início da atividade profissional de jovens arquitetos paisagistas que aprenderam já com a referida primeira geração e não unicamente com o fundador do curso.

Nesta investigação, tentou-se através da consulta de um elevado número de projetos, tendo sido analisados mais de 1000 novas peças desenhadas, acrescentando informação ao conhecimento já adquirido no projeto referido.

Confirmou-se o que já tinha sido concluído no projeto levado a cabo na Fundação Gulbenkian, os protagonistas desta dissertação são Azevedo Coutinho, Ribeiro Telles, Edgar Fontes, Sousa da Câmara, Álvaro Dentinho e Viana Barreto.

O somatório desta conjugação de pesquisas foi sistematizado nos quadros que constam dos anexos desta dissertação e georreferenciado. A pesquisa nos arquivos da CML foi complementada através de fontes primárias identificadas em arquivos pessoais dos arquitetos paisagistas envolvidos e ainda no arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian.

No arquivo pessoal de Viana Barreto encontraram-se dois relatórios de viagem ao estrangeiro que se revelaram de extrema importância da realização desta dissertação. Estas viagens incluíam a participação num Congresso da IFLA, cujas atividades se encontram descritas nos referidos relatórios. O facto destes se encontrarem muito bem documentados fotograficamente possibilitou-nos aceder a imagens representativas do que foi observado pelos arquitetos paisagistas nestas viagens. Acompanhavam também estes relatórios folhetos informativos das atividades dos congressos e das pessoas neles inscritas quer como oradores quer como observadores.

Ao longo desta dissertação tentaram encontrar-se respostas para questões formuladas tais como: Qual a extensão da obra destes arquitetos paisagistas, ao serviço da CML? Qual foi o significado destas mesmas obras em si e em que medida acrescentaram algo ao “estado da arte” em Portugal? E também por fim: Qual foi o seu contributo para a história da Arquitetura Paisagista em Portugal?

Ao longo da evolução do trabalho de pesquisa nos arquivos fomos confirmando a relevância das questões levantadas para o entendimento da evolução da prática da Arquitetura Paisagista.

A metodologia adotada ao longo da dissertação na sistematização da informação que apoiou a seleção de estudos de caso e uma posterior investigação, possibilitou uma crítica fundamentada dos mesmos. Nesta seleção estiveram implicadas visitas aos vários lugares, acompanhadas de levantamentos fotográficos.

Como suporte para a compreensão da dimensão do trabalho realizado pelos arquitetos paisagistas no espaço verde público de Lisboa, realizou-se uma base de dados cuja estrutura se revelou adequada. A organização da informação por tipologias: “Parques e jardins”, “Arruamentos”, “Bairros” e “Outros projetos”, foi a solução encontrada para a sistematização de uma informação tão vasta. Considerou-se como relevante para cada lugar inventariado os projetos realizados, as datas associadas a cada um deles, sendo que se registou a data de início de cada um dos projetos, as autorias dos mesmos e o arquivo onde cada um dos projetos se encontra depositado. Assinalaram-se com um asterisco os projetos fotografados pela Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do projeto “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas (1940-1970).”

Da realização desta dissertação podemos concluir que a obra realizada pelos arquitetos paisagistas na CML teve o seu início na década de 50 acompanhando sobretudo a construção de novos bairros, fruto da política de expansão da cidade de Lisboa. As suas intervenções tiveram expressão de início sobretudo a nível de arborizações de arruamentos e pequenas praças. É transversal aos projetos observados na tipologia “Arruamentos” uma tentativa, sempre que a disponibilidade de espaço o permitia, da substituição das vulgares plantações das árvores em caldeira pela adoção de placas ajardinadas contendo além das árvores outras plantas, normalmente “mixed-borders” de plantas herbáceas mas também, se possível, de arbustos. Verificamos rapidamente, depois de uma primeira experiência menos bem sucedida no Bairro de Alvalade, uma evolução dos pequenos jardins dos largos e praças para, um pouco antes de meados da década de 1950, se estenderem aos logradouros comuns como sucedeu no Bairro da Encosta do Restelo. Os parques, à exceção da Mata de Alvalade para a qual existiu um primeiro projeto não concretizado, conhecem um desenvolvimento nas suas propostas a partir dos meados desta década.

Face à expressiva distribuição geográfica do elevado número de projetos das diversas tipologias, verificámos que a obra dos arquitetos paisagistas foi de extrema importância em novos bairros, como matriz integrante da malha urbana, expressão da expansão da cidade de Lisboa.

Da análise pormenorizada de um número muito significativo de obras, quer das

intensões projetuais detalhadas nas memórias descritivas quer das várias peças desenhadas dos projetos, dos arquitetos paisagistas envolvidos nesta dissertação e de uma leitura atenta dos relatórios de viagens por eles efetuados, podemos constatar a importância das suas viagens como impulsionadoras de uma reforma do espaço público urbano. Esta importância foi atribuída ao facto de desenvolverem no espaço público modelos conceptuais, adaptados a novos tempos e logo a novas necessidades, adotados em meados de 1950 em muitos países da Europa, moldando-os às condições quer edafoclimáticas quer culturais do nosso país. Verificámos que, em termos de espaço verde público, o espaço aberto de recreio substitui os pequenos jardins.

Como exemplo constatámos a evolução ocorrida nos espaços verdes públicos do Bairro de Alvalade, planeados por Faria da Costa contrapostos com os espaços verdes públicos do Bairro da Encosta do Restelo, em cuja equipa do Estudo Base-urbanização da Encosta do Restelo II Fase integrava já os arquitetos paisagistas Azevedo Coutinho e Ribeiro Telles. Azevedo Coutinho descreveu no relatório da sua viagem e o congresso da IFLA em Estocolmo a visita a logradouros comuns e o seu modelo de gestão, tendo indicado termos de comparação entre estes e os logradouros do Bairro de Alvalade e adiantado sugestões para a resolução de problemas neste Bairro.

Os arquitetos paisagistas propuseram uma revolução ao nível do desenho do espaço aberto. A abertura de vãos mais amplos nas janelas proporcionou maiores aberturas entre o interior das construções e o espaço envolvente. Numa ótica de valorização de um contacto mais íntimo com a Natureza, os logradouros vão, intencionalmente, constituir como que salas ao ar livre dos moradores do Bairros que passam a constituir como prolongamentos das suas próprias casas. Como exemplo podemos citar esta intensão expressa nas memórias descritivas de Ribeiro Telles nos logradouros do Bairro das Estacas e de Sousa da Câmara nos logradouros da Avenida dos Estados Unidos da América.

Transpareceu desta dissertação, o convívio fomentado pelos arquitetos paisagistas, na vivência dos espaços verdes públicos, conferindo à Arquitetura Paisagista uma dimensão social e respondendo às exigências de um novo modo de vida.

Da avaliação transversal às várias tipologias de projetos, colocaram-se questões de índole ecológica e regional, num esforço da utilização de vegetação clímax. No início da sua atividade, os arquitetos paisagistas pioneiros foram confrontados na CML, com os 'estilos' e 'gostos' de então. Caldeira Cabral, com os seus discípulos trouxeram uma lufada de ar fresco aos jardins de Lisboa - que ainda hoje se perpetua. Devido à instalação de inovadores sistemas de rega por aspersão e maquinaria como os corta relva, foi possível o aumento das superfícies relvadas e a substituição das plantas anuais, por plantas vivazes.

Nos vários lugares foram estudadas as suas características intrínsecas, valorizando-se o seu potencial e criando-se sequências de planos, considerando a identidade histórica

e cultural destes lugares. A aplicação destes princípios comum a todos os projetos é particularmente evidente em jardins de maior dimensão como: o Jardim da Torre de Belém, o Jardim da Capela de São Jerónimo, o Jardim da Fundação Gulbenkian e no Parque do Vale do Silêncio, mas encontra-se também presente em várias praças como a Praça de Londres, a Praceta Afrânio Peixoto, as praças de Malaca, Damão e Goa, entre tantas outras.

Da análise efetuada de todos estes espaços verdes públicos penso ter saído reforçada a ideia que as paisagens são para as pessoas, já que em todas as situações se tenta privilegiar o conforto dos seus utilizadores, criando condições para tal, seja recorrendo à modelação do terreno, seja utilizando vegetação criando cortinas que isolam do vento e do ruído, seja tirando partido dos locais com melhores vistas, seja fomentando o recreio, o convívio e desporto, seja ainda criando locais propícios há contemplação e á leitura.

Penso ter-se dado um contributo para a história da Arquitetura Paisagista em Portugal. Foram feitas várias análises de estudos de caso considerados relevantes para o entendimento do âmbito da dissertação. Penso também que a síntese dos 405 projetos, presentes nos seus anexos, inventariados em dois momentos diferentes: o projeto “Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas (1940-1970)” e a investigação nos arquivos realizada durante a dissertação, dá-nos uma amostragem de uma dimensão que poderá interessar a possíveis outros investigadores deste tema e auxiliá-los em estudos futuros. Penso assim poder afirmar que esta dissertação contribuiu para o entendimento do contributo destes arquitetos paisagistas, homens, cultos inovadores e técnica e artisticamente extremamente habilitados que percorreram um caminho nunca antes desbravado na sua profissão e por isso também corajosos, unidos por um ideal de excelência a um Mestre sempre presente - Francisco Caldeira Cabral.

Bibliografia

Bibliografia

AAVV - **Guia dos Parques, Jardins e Geomonumentos de Lisboa**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009.

AAVV - **O Estádio Nacional. Um paradigma da arquitetura do desporto e do lazer**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2007.

AAVV – **Atlas Urbanístico de Lisboa**. 1º edição. Lisboa: Argumentum, 2006.

AAVV – **A Utopia e os pés na terra: Gonçalo Ribeiro Telles**. Coord. Aurora Carapinha e José de Monterroso Teixeira. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003.

AAVV - **Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas (1940-1970)**. Coord. Teresa Andresen. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

AAVV – **Lisboa de Frederico Ressano Garcia. 1874-1909**. Coord. Raquel Henriques da Silva. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1989.

AAVV - **Francisco Caldeira Cabral: Memórias do mestre no centenário do seu nascimento**. Lisboa: Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas, [s.d.].

ACCIAIUOLI, Margarida - **Exposições do Estado Novo. 1934-1940**. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

AGNASTOUPoulos, George, DORN, Hans, DOWNING, Michael e RODEL, Heiner - **IFLA. Past, Present and Future**. IFLA, 2000.

ALMEIDA, Leopoldo - **Olivais-Norte: nota crítica. Arquitetura**. Lisboa: nº 81, 1964, p. 12-14.

ALMEIDA, Patrícia Bento - **Bairro das Estacas**. In **Guia de Arquitetura de Lisboa. 1948-2013: Do movimento moderno à atualidade**. Lisboa: A+A Books, 2013, p. 262-263.

AMARAL, Keil – **Lisboa. Uma cidade em transformação**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1969.

AMORIM, Jorge Gomes- Jardins Municipais. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1941.

ANAIS DO MUNICÍPIO DE LISBOA: ano de 1938. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

ANDERSSON, T - Erik Glemme and the Stockholm Park System. In **Modern Landscape Architecture: A critical Review, Marc Treib (eds.)**. Cambridge and London: The MIT Press, 1993.

ANDERSSON, Thorbjorn - To erase the garden: modernity in the Sweden garden and landscape. In TREIB, Marc - **The Architecture of Landscape. 1940-1960**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002, p. 2-27.

ANDRESEN, Teresa - O Estádio Nacional - a sua génese e a sua construção. In AAVV - **O Estádio Nacional. Um paradigma da arquitetura do desporto e do lazer**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2007, p. 10-25.

ANDRESEN, Teresa; CAMARA, Teresa; CARVALHO, Luís - Lugares da arquitetura Paisagista em Portugal.1940-1970. In AAVV - **Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas (1940-1970)**. Coord. Teresa Andresen. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p 144-313.

ANDRESEN, Teresa - Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940 1970. In AAVV - **Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas (1940-1970)**. Coord. Teresa Andresen. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 18-97.

ANDRESEN, Teresa - **Francisco Caldeira Cabral**. United Kingdom: LDT Monographs Editorial Board.2001.

ANDRESEN, Teresa; MARQUES, Teresa Portela - **Jardins históricos do Porto**. Lisboa: Edições Inapa, S.A, 2001.

ANDRESEN, Teresa [Texto policopiado] - **Para a Crítica da Paisagem**. Aveiro: [s.n.], 1992. Tese de doutoramento.

ANDRESEN, Teresa - **O Parque de Serralves. Casa de Serralves - Retrato de uma Época**. Porto: Casa de Serralves, Secretaria de Estado da Cultura, p. 52-57.

ARAÚJO, Ilídio - **Ilídio Alves de Araújo. Economia, Arquitetura e Gestão das Paisagens: um longo olhar (1949-2009)**. Porto: CCDRN, 2009.

ARAÚJO, Ilídio Alves - **Problemas da Paisagem Urbana**. Lisboa: Ministério das Obras Públicas- Direção Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo, 1961.

ARAÚJO, Ilídio - Ao Professor Francisco Caldeira Cabral. In **Francisco Caldeira Cabral: Memórias do Mestre no centenário do seu nascimento**. Lisboa: APAP, [s.d.], p. 17-23.

ARAÚJO; Norberto - **Peregrinações em Lisboa**. Lisboa: Fundação Cidade de Lisboa, 1993. Livro XIV.

ATHOUGUIA, Ruy; PESSOA, Alberto; CID, Pedro - Memória descritiva. Cit por CARAPINHA, Aurora – Fundação Calouste Gulbenkian, p. 77.

BAPTISTA, Luís V - **A cidade e habitação social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa**. Lisboa: Celta Editora, 1999.

BARRETO, António, LAGINHA, Manuel e PIRES, J. A. Reis - **Defesa da Paisagem**, 1962. Espólio pessoal de Viana Barreto.

BARRETO, António Viana - **The arrangement of the Torre de Belém zone**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1957. Acessível no IHRU/SIPA (Forte de Sacavém), Lisboa, Portugal.

BARRETO, António Vianna - **Relatório da Visita de Estudo efectuada a França, Itália e Suíça: Paisagem rural**. Lisboa: Ministério da Obras Públicas. – D.G.S.U., 1956.

BARRETO, António Vianna - **Relatório da Visita de Estudo efectuada a França, Itália e Suíça: Paisagem urbana**. Lisboa: Ministério da Obras Públicas. – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, 1956.

BARRETO, António Viana - Relatório do V Congresso Internacional dos Arquitetos Paisagistas. Zurich. 1956: **Relatório da visita de estudo efetuada a França, Itália e Suíça. Paisagem Rural**. Lisboa: Ministério das Obras Públicas- Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, [s.d.].

BARRETO, António Viana – **[Carta ao Diretor do Jornal Diário de Notícias]**, [s.d.].

BARRETO, Francisco - **Contributo para a História da Arquitetura Paisagista em Portugal [texto policopiado]: Arquiteto Paisagista António Facco Vianna Barreto**. Lisboa: [s.n.], 2011. Dissertação de mestrado.

BARROS, Leitão de - O Tesouro da Restelo. **Diário de Notícias**. (21 outubro 1958).

BRITO, Vasco e CAMARINHAS, Catarina - Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade. In AAVV - **Cadernos do Arquivo Municipal**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2007. Série I, vol. 9, p 164-190.

BROWN, Jane - **The Modern Garden**. London: Thames & Hudson, 2000.

CABRAL, Francisco Caldeira – As flores e o jardim. In **Fundamentos da Arquitetura Paisagista**. Lisboa. Instituto da Conservação da Natureza, 1993, p. 87-114.

CABRAL, Francisco Caldeira – Jardins. In **Fundamentos da Arquitetura Paisagista**. Lisboa. Instituto da Conservação da Natureza, 1993, p. 75-86.

CABRAL, Francisco Caldeira - A Missão do Arquitecto Paisagista. In **AGROS**. Lisboa: Ano XL Nº 2, (março-abril de 1957), p.59-67.

CABRAL, Caldeira; TELLES, Ribeiro - **Estudo-base de Urbanização das Laranjeiras**, 1957. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

CABRAL, Caldeira; TELLES, Ribeiro - **Estudo-base da urbanização do Vale Escuro**. 1957. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

CABRAL, Francisco Caldeira **[Carta ao Presidente da CML]**, [s.d.]. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - **Plano Director da Urbanização de Lisboa**, 1959. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - **Memória descritiva e justificativa. Urbanização das Laranjeiras. Estudo-Base**. 1957-09.

Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - **Memória Descritiva. Urbanização da Encosta do Restelo – II fase. Variante da Célula B**, 1957-11-08. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - Memória descritiva e justificativa. **Urbanização do Vale Escuro. O Estudo Base**. 1957-11. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - **Urbanização da Praça de Espanha, da artéria em prolongamento da Avenida António Augusto de Aguiar, da Palhavã e de Sete Rios. Estudo-base**, 1957. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - **Remodelação da Avenida da Liberdade. Projecto**. 1956-07. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - **Urbanização dos Olivais. Estudo-base**. 1955-03. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - **Urbanização dos Olivais**, 1955-05. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - **Remodelação das Avenidas da Liberdade, Fontes Pereira de Melo e António Augusto de Aguiar. Estudos-base**, 1955. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete de Estudos de Urbanização - **Memória Descritiva e Justificativa. Urbanização da Encosta do Restelo – II fase** 1954-09-10. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Gabinete Técnico da Habitação. **Olivais Sul**. [sd.]. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

CAMARA, Sousa - **Memória justificativa. Sugestão para o arranjo paisagístico do Areeiro do Narigão**, 1966. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

CÂMARA, Sousa - **Memória descritiva. Avenida Estados Unidos da América**, [s.d.]. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

CAMPOS, Nuno - **Mercado de Alvalade Norte**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2004.

CASTEL-BRANCO, Cristina - **Jardins de Portugal**. Lisboa: Edições Clube de Colecionadores dos Correios, 2014.

CASTEL-BRANCO, Cristina [Texto policopiado] - **O Lugar e o Significado. Os Jardins dos Vice-Reis**. Lisboa: [s.n.], 2009. Tese de Doutoramento.

CASTEL-BRANCO, Cristina - The Origin of the Landscape Architecture Profession in Portugal during the Modern Movement. In BIRNBAUM, Charles; GILLETTE, Jane; SLADE, Nancy - **Preserving Modern Landscape Architecture II. Making Postwar Landscape Visible**, Washington DC: Spacemaker Press, LLC, 2004, p. 110-117.

CASTEL-BRANCO, Cristina - O vale do Silêncio de Sousa da Câmara: Prioridade à ecologia. **Jardins**. Lisboa. Fevereiro, nº 5. (2003), p. 14-18.

CHURCH, Thomas; Hall, Grace; Laurie Michael - **Garden are for people**. 3.^a ed. California: Library of Congress Cataloging-in-Publication Data, 1995.

C, L. - E a Avenida? Confronto. **Diário Popular**. (23 de março 1957).

COSTA, João Pedro - **Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português**. 4.^a edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

COUTINHO, Azevedo - **Relatório sobre a participação do Engº Agrónomo (Com o curso de ARQ. Paisagista) Manuel Sobral de Campos de Albuquerque de Azevedo Coutinho no IFLA Kongress**. Suécia: 1952.HAVB.

COUTINHO, Azevedo - **Memória descritiva e justificativa. Ajardinamento do Largo Frei Heitor Pinto**, 1951. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

COUTINHO, Azevedo - **Memória descritiva e justificativa. Projeto de arborização**

da Avenida João XXI, 1951. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

COUTINHO, Azevedo - **Memória descritiva e justificativa do projeto do jardim da célula nº 2, em Alvalade**, 1951. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

COUTINHO, Azevedo - **Nota justificativa. Construção de ajardinados nas placas centrais da Avenida do Aeroporto**, 1951. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

COUTINHO, Azevedo - **Memória descritiva. Projeto de alteração do plano de plantação da Avenida Guerra Junqueiro**, 1950. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

COUTINHO, Azevedo - **Memória descritiva e justificativa do projecto para a Praça de Londres**, 1950. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

CROWE, Sylvia - **Garden Design**. 3.^a ed. England: Garden art Press, 2003.

CRUZ, Luís - **O Estádio Nacional e os novos paradigmas do culto** [texto policopiado]: **Miguel Jacobetty Rosa e a sua época**. Lisboa: [s.n.], 2005. Dissertação de mestrado.

CUNHA, Andreia - **Análise e Interpretação de Obras de Arquitetura Paisagista de Manuel Sousa da Câmara (1929-1992)**. [texto policopiado]: Lisboa: [s.n.], 2015. Dissertação de mestrado.

CUNHA, Ana - **Os planos de Urbanização dos Bairros da Encarnação e dos Olivais**. [texto policopiado]: Lisboa: [s.n.], 2014. Dissertação de mestrado.

D'ALMEIDA, Patrícia Bento - **Bairro(s) do Restelo** [texto policopiado]: **Panorama Urbanístico e Arquitetónico**. Lisboa: [s.n.], 2013. Dissertação de doutoramento. 2 vol.

DENTINHO, Álvaro - Bairros construídos ao abrigo do Decreto-lei 42 454 no período de 1961 a 1969. **Boletim GTH**. 1º semestre 1971, nº 20.

DENTINHO, Álvaro - Arranjo dos espaços exteriores. **Arquitetura**. Lisboa: março de 1964, nº 81, p. 15-17.

DENTINHO, Álvaro - **Memória descritiva e justificativa do projeto de arranjo dos terrenos**, [s.d.]. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Diário Municipal nº 10 405. (25 Outubro 1969) 3.

DIVISÃO DE PLANEAMENTO – Plano de Urbanização de Chelas: zona J. **Boletim GTH**. Lisboa: vol. 3, nº 19 (1970), p. 65-84.

DUARTE, Carlos Santos - Entre arquitetos e urbanistas, de Alvalade a Chelas, construir [Habitação] com a arte do povo. In AAVV - **Habitação para o maior número: Portugal, os anos de 1950-1980**. Coord. Nuno Portas. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa, 2013, p. 194-203.

DUARTE, Carlos Santos - **Entre arquitetos e urbanistas, de Alvalade a Chelas, construir (Habitação) com a arte do povo**. In **Habitação para o maior número. Portugal, os anos de 1950-1980**. Coord. Nuno Portas. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa, 2013, p. 194-208.

ECKBO, Garrett - **Landscape for Living**. Amherst: University of Massachusetts Press, 2009.

FERNANDES, José Manuel – Alguns apontamentos sobre o urbanismo alfacinha. In *Arquitectura*. Lisboa. Ano II (4ª série), nº 138 (Out 1980), p. 40-48.

FERNANDES, José Manuel. 1997. **Luís Benavente. Arquiteto**. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais. Torre do Tombo.

FERREIRA, Maria João - Espaços verdes de Recreio. **Boletim GTH**. Lisboa. Vol. 7, n.º50-51 (1986).

FERREIRA, Maria João - **Evolução das zonas verdes do bairro de Olivais sul** [texto policopiado]: Lisboa: [s.n.], 1984. Trabalho de fim de curso. Acessível no Instituto Superior de Agronomia.

FIGUEIREDO, Magalhães – **[Carta ao Presidente da CML]**. 1957-08-20. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

FONTES, Edgar – [manuscrito]. 1982. Acessível no IHRU/SIPA (Forte de Sacavém), Lisboa, Portugal.

FONTES, Edgar - **Nota justificativa. Projeto de Enquadramento Paisagístico da Cintura Exterior do Bairro da Encarnação – 2ª fase**, Arranjo da mata poente. 1958. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

FONTES, Edgar – **Enquadramento Paisagístico do Bairro do Grilo**, 1957. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

FONTES, Edgar - **Projeto de arborização e ajardinamento do Centro escolar da Célula 6**, 1956. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

FONTES, Edgar - **Enquadramento Paisagístico da Cintura Exterior do Bairro da Encarnação (1ª fase) - Zona Sul**, 1955. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

FONTES, Edgar - **Nota justificativa. Projeto de Enquadramento Paisagístico da Cintura Exterior do Bairro da Encarnação**, 1955. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

FRANÇA, José-Augusto - **Lisboa: Urbanismo e Arquitectura**. 4.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

FRANÇA, José-Augusto – de Pombal ao Fontismo. O urbanismo e a sociedade. In AAVV – **O livro de Lisboa**. Coord. Erisalva Moita. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, p. 363-388.

GABINETE DE ESTUDOS OLISSIPONENSES - **Evocar Duarte Pacheco no cinquentenário da sua morte**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

GARCIA, Ressano - **Memória descritiva do projeto da Avenida da Liberdade**, 1884-04-23. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

G. De A.M. – O Problema da Avenida. (24 Fevereiro de 1960)

GUIA, Diogo; SILVA, Carlos Guardado (coord) - **Jamor. O palco maior do desporto nacional**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2014.

HEITOR, Teresa Valsassina - A expansão da cidade para o Oriente: Os planos de urbanização de Olivais e Chelas. In AAVV - **Lisboa Conhecer Pensar Fazer Cidade**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001, p. 72-85.

IFLA: 12º Congresso de Arquitetura Paisagista. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

IFLA TOURING EXPO. CATALOGUE. LONDON. IFLA, 1957.

INÁCIO, Alberto e BARREIROS Fernando - **O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2012.

JANARRA, Pedro Costa - A Política Urbanística e de Habitação Social [texto policopiado]: **o Caso do Bairro de Alvalade – Entre o Projeto e o Concretizado**. Lisboa: [s.n.], 1994. Dissertação de mestrado.

KASSLER, Elizabeth - **Modern gardens and the landscape**. 2.^a ed. New York: The Museum of Modern Art, 1986.

LISBOA. Câmara Municipal - 3ª Repartição. **Informação do Engenheiro Chefe**, 1975-09-21. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal - **Ofício de Edgar Fontes**, 1972-04-22. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal. 3ª Repartição - **Ofício do Engenheiro Chefe**, 1970-09-15. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal. Gabinete Técnico da Habitação - **Relatório de atividade do Serviço de Arborização e ajardinamento em Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas**, 1969. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal. **Informação do engenheiro Joaquim Rodrigo**, 1969-03-26. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal. Gabinete Técnico da Habitação - **Relatório de atividade do Serviço de Arborização e ajardinamento (Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas)**, 1967. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal. Gabinete Técnico da Habitação - **Urbanização de Olivais Sul. Serviço de planeamento**, 1964. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal - 3ª Repartição - Arborização e Jardinagem. **Ofício do Engenheiro Chefe**, 1960-02-20. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal - **Parecer de Caldeira Cabral**, 1959-03-14. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA, Câmara Municipal - **Parecer de Ribeiro Telles**, 1959-03-14. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal. 3ª Repartição - **Ofício do Engenheiro Chefe**, 1958-10-14. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal. 2ª Repartição da Direção dos Serviços de Finanças - **Ofício do Chefe**, 1958-03-24. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA Câmara Municipal - **Parecer do vereador**, 1958-03-12. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal - **Caderno de encargos**, 1958-03-03. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal – Direção de Serviços de Urbanização e Expropriações- **Informação do Chefe**, 1957-11-22. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal. Gabinete de Estudos de Urbanização - **Ofício do Engenheiro Chefe**, 1956-11-16. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal. 3ª Repartição - **Ofício do Engenheiro Chefe**, 1956-07-16. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal. Gabinete de Estudos de Urbanização - **Ofício do Engenheiro Chefe**, 1956-07-10. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal. 3ª Repartição - **Ofício do Engenheiro Chefe**, 1955-10-03. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal. 3ª Repartição - **Ofício do Diretor**, 1955-08-05. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal. 3ª Repartição - **Ofício do Engenheiro Chefe**, 1955-08-05. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal. Gabinete de Estudos de Urbanização - **Informação do Diretor**, 1955-03-29. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal. Gabinete de Estudos de Urbanização - **Informação do Diretor**, 1955-03-10. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Câmara Municipal. Direção dos Serviços Técnicos Especiais - **Informação do Chefe de Repartição**, 1951-08-06. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA, Câmara Municipal. Serviços de Urbanização e Obras - **Ofício do Diretor**, 1949-12-28. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LISBOA, Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - **Parecer do Diretor de Serviço dos Monumentos Nacionais**, 1953-07-25. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - **Parecer do Diretor de Serviços dos Monumentos Nacionais**, 1952-11-18. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

LISBOA. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Direção dos Serviços da Construção - **Informação do Diretor**, 1949-05-28. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

LOBATO, Luís Guimarães - Lisboa. **Urbanismo e Habitação: subsídios para o seu estudo**. Relatório do XXI Congresso da Federação Internacional da Habitação e Urbanismo. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1952.

LOBATO, Luís Guimarães - A Experiência de Alvalade. **Técnica** [separata]. Revista Técnica, Revista de Engenharia dos Alunos do IST. Lisboa, 1951.

LOBATO, Luís Guimarães - O Problema da habitação em Lisboa: subsídios para o seu estudo. **Técnica** [separata]. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 1950, p. 1-10.

LÔBO, Margarida Sousa - **Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco**. Lisboa: FAUP Publicações, 1995.

LOPES, Gabriela Brás - **Francisco Caldeira Cabral** [texto policopiado]: **1º Arquiteto Paisagista Português**. Évora: [s.n.], 1998. Trabalho de fim de curso.

LUND, Annemarie - **Guide to Danish Landscape Architecture**. Copenhagen: The Danish Architecture Press, 1997.

MAGALHÃES, Manuela Raposo - **A Arquitectura Paisagista. Morfologia e Complexidade**. Lisboa: Editorial estampa, 2001.

MANGORRINHA, Jorge; RIBEIRO, Isabel - Do Passeio à Avenida. Os originais da Câmara Municipal de Lisboa. Coord. Inês Morais Viegas e Miguel Gomes Martins. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1998.

MARQUES, Paulo F. – New Parks for the Porto region. **Topos**. n.º 55 (2006), p. 78-81.

MARQUES, Paulo F. – Seven Contemporary Public Green Spaces in Greater Porto: a contribution to a critical view of Portuguese landscape practice. In Peer Reviewed Proceedings of the Annual European Council of Landscape Architecture Schools (ECLAS) **Conference, A Critical light on Landscape Architecture**, Aas: Agricultural University of Norway, 2004.

MARQUES, Teresa P. - HORTICULTURA E JARDINAGEM-PAISAGISTA E A CONSTRUÇÃO DO PORTO DO ROMANTISMO. In Vasconcelos e Sousa, G. (coord.) **Atas do Congresso O Porto Romântico**. Porto: Universidade Católica Editora e Citar. 2012, Vol. I, p. 445-462.

MARQUES, Teresa P. [Texto policopiado - **Dos jardineiros paisagistas e horticultores do Porto de Oitocentos ao modernismo na arquitectura paisagista em Portugal**. Lisboa: [s.n.], 2009. Tese de Doutoramento.

MARQUES, Teresa P. – Parque de Serralves – Conservação e Recuperação de um Jardim Histórico In **A Construção e o Ordenamento da Paisagem**. Actas do 1.º Congresso Nacional de Arquitectura Paisagista. Lisboa: Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, 1998, p. 80-83.

MARQUES, Teresa P. - **Parque de Serralves – Passado e actualidade**. Horto do Campo Grande Magazine, n.º 2, 1996, p. 16-27.

MARTINS, João Paulo - **Cottinelli Telmo /1897-1948 [texto policopiado]: A obra do arquiteto**. Lisboa: [s.n.],1995. Dissertação de mestrado.

MESQUITA, Jorge Carvalho - **Plan Directeur de Lisbonne: XXe Congr  de la Federation International de L’habitation et de L’urbannisme**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1952. Acessível n Gabinete de Estudos Olisiponenses.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PUBLICAS. **Plano Diretor da Região de Lisboa. Antepiano**. Memória descritiva e justificativa, 1964.

MOURA, Eduardo de Souto - Bairro da Estacas: Ruy d’Athouguia e Sebast o Formozinho Sanchez. **Jornal dos Arquitectos**. Lisboa, Outubro, Novembro, Dezembro, 2004, p. 78-79.

NOGUEIRA, Maria da Graça - **Santa Maria dos Olivais [texto policopiado]: Ensaio de Modernismo em Portugal**. Lisboa: [s.n.], 2003. Trabalho de fim de curso.

PAIXÃO, Rui Gamboa - Vida e obra do engenheiro Pedro José Pezerat e sua actividade na liderança da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa (1852-1872). In AAVV - **Cadernos do Arquivo Municipal**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2007. Série I, vol. 9, p 100-113.

PESSOA, Fernando - **Gonçalo Ribeiro Telles: A fotobiografia**. 1  ed  o. Lisboa: Argumentum Edições, 2011.

PESSOA, Fernando (2003) - Elegia a Francisco Caldeira Cabral: ou elogio da Arquitectura Paisagista. In **Fundamentos da Arquitectura Paisagista: Francisco Caldeira Cabral**. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza, 1993, p. 13-16.

PINTO. Mariana Abranches - **O legado escrito de Francisco Caldeira Cabral [texto policopiado]: Construção de pensamento t orico em arquitetura paisagista**. Porto:

[s.n.], 2014. Dissertação de mestrado.

PORTAS, Nuno - "A pesquisa aplicada ao habitat: o papel do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e não só. IN AAVV - **Habitação para o maior número: Portugal os anos de 1950-1980**. Coord. Nuno Portas. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa, 2013, p 101-110.

Relacion De Los Senores Congressistas, Madrid, Septiembre 1950.

Revista **Arquitetura**. Lisboa. 1957, nº 60, p. 14.

RIBEIRO, Luís - **Quintas do Concelho de Lisboa. Densidades de ocorrência e Estrutura do Traçado**. Agros. Lisboa: nº 2 (1992), p. 50-55.

RIBEIRO, Luís F. **Quintas do Concelho de Lisboa. Inventário, Caracterização e Salvaguarda**. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, 1992.

RODRIGUES, Fernando - Habitação Social: um percurso. **Boletim GTH**. Lisboa, vol. 7, nº 50 – 51 (1986), p. 221-227.

ROSA, Walter – Episódios da evolução urbana de Lisboa entre a Restauração e as Invasões francesas. Lisboa: Rassegna, 1994. Vol. 56

[s. a.] - **Prof. Francisco Caldeira Cabral. 1908-1922**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2008.

[s. a.] - **Memorial do Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista**, 1968. Espólio pessoal Edgar Fontes.

[s.a.] - Bairros construídos ao abrigo do Decreto-lei 42 454 no período de 1961 a 1969. **Boletim GTH**. Lisboa: vol. 3, nº 20 (1971), p. 197-240.

[s. a.] - Olivais norte: Plano do Gabinete de Estudos de Urbanização da C.M.L. Arranjo dos espaços exteriores e direcção de obra do Gabinete técnico da Habitação da C.M.L. **Arquitetura**. Lisboa: n.º 81, 1964, p. 5-11.

[s. a.] - **Memória descritiva**. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

SALEMA, Rosário - A ermida de São Jerónimo. Ver e ocultar. In AAVV - **A Utopia e os Pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Telles, catálogo da exposição**. Coord. Aurora Carapinha e José de Monterroso Teixeira Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003, p 183-192.

SANTOS, Aurora - A Câmara Municipal de Lisboa na transição da República para o Estado Novo: as reorganizações dos serviços municipais (1925-1938). In **Cadernos do Arquivo Municipal**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2007. Série I, vol. 9, p. 147-162.

SECO, Rui - **Conceitos e experimentação de desenho urbano em Portugal** [texto policopiado]: **do modernismo à revisão dos modelos**. Coimbra: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado.

SEGURADO, Jorge. [Carta ao Presidente da CML], 1963-11-25. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

SEQUEIRA, Gustavo Matos - **Lisboa. Oito séculos de história**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1947.

SILVA, J. Antunes da - Keil do Amaral. O Urbanista. In **Catálogo da Exposição Keil do Amaral. O Arquiteto e o Urbanista**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1999, p 71-78.

SILVA, Raquel Henriques da - Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1847-1909. In **Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1847-1909**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p. 17-36.

TAVARES, Maria. PORTAS, Nuno. FERNANDES, Manuel José - Nuno Teotónio Pereira. Arquitetura e Contexto: uma experiência. In AAVV - **Habitação Para o maior número: Portugal os anos de 1950-1980**. Coord. Nuno Portas. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa, 2013, p 158-180.

TAVARES, Maria - Leituras de um percurso na habitação em Portugal. As Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência. In AAVV - **Habitação Para o maior número: Portugal os anos de 1950-1980**. Coord. Nuno Portas. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa, 2013, p 21-46.

TELLES, Ribeiro - **Avenida da Liberdade. Relatório sobre o aspeto geral e estado sanitário das árvores de alinhamento (Plantadas em caldeiras). Mês de Setembro, 1959-10-09**. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Alfama e Castelo. Enquadramento verde**, 1959. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Avenida do Estados Unidos da América. Projeto dos Ajardinados (Troço Avenida do Aeroporto- Avenida do Rio de Janeiro)**, 1958. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Nota justificativa. A Avenida dos Estados Unidos da América. Arranjo Verde da Faixa Central e Cruzamentos**, 1958. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Ajardinados da Av. dos Estados Unidos da América**, 1957. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro; CABRAL, Caldeira - **Memória descritiva. Remodelação da Avenida da Liberdade**, 1956. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Nota justificativa. Arborização da Rua da Quinta de Santa Maria - Encarnação**, 1956. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Nota justificativa. Projeto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase da encosta do Restelo (II fase de urbanização))**, 1956. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Memória descritiva. Avenida da Liberdade. Projeto de remodelação de arborização e ajardinamento**, 1955. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Memória descritiva. Projeto de arborização da Avenida de Roma**, 1955. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Nota justificativa. Jardim miradouro da Rua Eduardo Noronha**, 1955. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Nota Justificativa. Projeto de remodelação da Placa da Rotunda do Aeroporto**, 1953. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Projeto de Remodelação da Placa da Rotunda do Aeroporto**, 1953. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Memória descritiva. Projeto de arborização e ajardinamento da Praça de Santo Eugénio**, 1952. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Nota justificativa, Projeto de construção de um ajardinado para o Bairro da Encarnação**, 1952. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Projeto de ajardinados para as ruas nºs 56, 57 e 58 do Bairro de Alvalade**, 1952. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Memória descritiva. Arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto**, 03-1951. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Memória descritiva e justificativa do projeto de construção do jardim da Praça de Damão**, 1951. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Nota justificativa. Projeto de ajardinamento da Praça das Casas Novas e da Rua da Quinta da Fonte no Bairro da Encarnação**, 1951. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Memória descritiva. Enquadramento da Igreja de São João de Brito (projeto do jardim)**, s.d. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal.

TELLES, Ribeiro - **Nota justificativa. Avenida Infante Santo – Projeto dos espaços verdes**, [s.d]. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Arco do Cego, Lisboa, Portugal.

TERCEIRO, Carla - **De social a privilegiado: narrativas de bairros sociais de Lisboa [texto policopiado]: O Bairro da Encarnação e a sua vivência**. Lisboa: [s.n.], 2013. Dissertação de mestrado.

TIEZ, Jurgen - **História da Arquitectura do século XX**. Colónia: Druckhaus Locher GmbH, 2000.

TORRES, Helena, PORTAS, Catarina, e FREIRE, Adriana - **Olivais - Retrato de um bairro**. Lisboa: Liscenter, 1995.

TOSTÕES, Ana; GUERRA, Fernando - **Arquitectura Portuguesa Contemporânea**. Lisboa: Edição do Clube do Colecionador dos Correios, 2008.

TOSTÕES, Ana - Lisboa, Arquitetura e Urbanismo: do Passeio Público ao Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian. In AAVV - **Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a Primeira Geração de Arquitetos Paisagistas (1940-1970)**. Coord. Teresa Andresen. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 98-113.

TOSTÕES, Ana - O Bairro de Alvalade no quadro do desenvolvimento urbano de Lisboa. In AAVV - **Lisboa Conhecer Pensar Fazer Cidade**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001, p. 64-71.

TOSTÕES, Ana – Keil. Arquiteto dos Jardins e Parques de Lisboa. A História de um Trabalhador Humanista. In AAVV - **Catálogo da Exposição Keil do Amaral. O Arquiteto e o Urbanista**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1999, p. 79-90.

TOSTÕES, Ana - **Os verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50**. 2.^a ed. Lisboa: FAUP Publicações, 1997.

TOSTÕES, Ana - **Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande – Keil do Amaral, Arquiteto dos Espaços Verdes de Lisboa**. Lisboa. Edições Salamandra, 1992.

TOUSSAINT, Michel – Olivais. In TOUSSAINT, Michel; D'ALMEIDA, Patrícia Bento; ALCÂNTARA, Maria Daniela - **Guia de Arquitetura de Lisboa 1948-2013: Do movimento moderno à atualidade**. 1º edição. Lisboa: A+A Books, 2013, p. 308-311.

TOUSSAINT, Michel - Olivais Norte. In TOUSSAINT, Michel; D'ALMEIDA, Patrícia Bento; ALCÂNTARA, Maria Daniela - **Guia de Arquitetura de Lisboa 1948-2013: Do movimento moderno à atualidade**. 1º edição. Lisboa: A+A Books, 2013, p. 312-313.

TOUSSAINT, Michel - Olivais Sul. In TOUSSAINT, Michel; D'ALMEIDA, Patrícia Bento; ALCÂNTARA, Maria Daniela - **Guia de Arquitetura de Lisboa 1948-2013: Do movimento moderno à atualidade**. 1º edição. Lisboa: A+A Books, 2013.

TREIB, Marc - **The Architecture of Landscape 1940-1960**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002.

TREIB, Marc - Axioms for a Modern Landscape Architecture. In TREIB, Marc - **Modern Landscape Architecture: A Critical Review**. Cambridge, Mass: the MIT Press, 1993, p. 36-67.

TREIB, Marc (ed.) - **Modern Landscape Architecture: A Critical Review**. Cambridge, Mass: the MIT Press, 1993.

ULRICH, José - **Apreciação do Parecer do estudo do “Arranjo da zona junto da Torre de Belém”**. 1953-02-19. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

WESTON, Richard - **A casa no Século Vinte**. Editorial Blau, Lda, 2002.

WREDE, Stuart; HOWARD, Adams - **Denatured Visions. Landscape and Culture in the Twentieth Century**. New York: The Museum of Modern Art, 1988.

ZEVI, Bruno - **História da Arquitectura Moderna**. Lisboa: Editora Arcádia. Vol.I e II, 1970.

Documentos eletrónicos

Vão ser urbanizados os terrenos que envolvem a Torre de Belém de forma a desafrontar o formoso monumento: A Torre de Belém reintegrada no quadro da paisagem ribeirinha. Diário de Lisboa. (13 Janeiro 1956) 1 e 3. [Em linha]. [consulta em 2013-03-05]. Disponível em: URL: http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=06526.064.14739&bd=IMPrensa.

Diário do Governo. Decreto de 23 de Junho de 1910. [Em linha]. [consulta em 2013-03-05]. Disponível em: URL: http://www.igespar.pt/media/uploads/decsmaria/Decreto23_06_1910.pdf.

Instituto de Tecnologia Nuclear - Biografia. José Frederico Casal-Ribeiro Ulrich (1905-1982). [Em linha]. [consulta em 2013-03-11]. Disponível em: URL: http://www.itn.pt/memoria/bios/pt_bio_jfulrich.htm.

Padrão dos descobrimentos [Em linha] [consulta em 2013-03-05]. Disponível em: URL: [\[http://www.torrebelem.pt/pt/index.php?s=white&pid=240\]](http://www.torrebelem.pt/pt/index.php?s=white&pid=240).

Parlamento - Manuel Duarte Moreira de Sá e Melo. [Em linha]. [consulta em 2013-03-04]. Disponível em: URL: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/m/melo_manuel_duarte_moreira_de_sa_e.pdf.

Repositório - Inventário da Obra de Leopoldo de Almeida. Pero Escobar. [Em linha]. [consulta em 2013-03-05]. Disponível em: URL: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7456/253/ulsd062806_td_inventario_239.pdf.

UNESCO - Monastery of the Hieronymites and Tower of Belém in Lisbon. [Em linha]. [consulta em 2013-03-05]. Disponível em: URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-mundial/portugal/mosteiro-dos-jeronimos-e-torre-de-belem/>.

Voto de pesar por António Viana Barreto: Boletim Municipal. Lisboa: Câmara Municipal, 2012, nº 962, p. 90. [Em Linha]. [consulta em 2013-04-08]. Disponível em: URL: http://bm-pesquisa.cm-lisboa.pt/apex/app_bm.download_my_file?p_file=1645.

Sites

<http://biblarte.gulbenkian.pt/Biblarte/pt/Coleccoes/ColeccoesEspeciais/ColecoesFotograficas>.

<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>.

CALÇADA, Marta; JACOME, Mafalda - **O Jardim da Estrela** [Em linha]. [Consulta 4 outubro 2014]. Disponível em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9888.

CANDEIAS, Ana Filipa - **Joaquim Rodrigo. Biografia**. [Em linha]. [Consulta 12 Novembro 2014]. Disponível em URL: <http://www.cam.gulbenkian.pt/index.php?article=70665&visual=2&langId=1>

CINEMATECA PORTUGUESA - MUSEU DO CINEMA - **Legado Arquiteto Mateus Júnior** [Em linha] [consulta em 2014-04-26]. Disponível em: URL: <http://www.cinemateca.pt/CinematecaSite/media/Documentos/Microsoft-Word---Legado-Arq-Mateus-Junior.pdf>.

DINIS, Sofia; FIGUEIREDO, Rute - **Centro Comercial do Restelo**. [Em linha]. [consulta em 2014-06-15]. Disponível em: URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16560

LIMA, Pereira - **Jardim do Campo Grande** [Em linha]. [Consulta 4 outubro 2014]. Disponível em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23904.

TERENO, Paula - **João Guilherme Faria da Costa**. [Em linha]. [Consulta 12 Novembro 2014]. Disponível em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Entity.aspx?id=a34edeeb-1d22-4f8b-ae46-368811ee28df.

DVD's

MAGALHÃES, Manuela Raposo - Entrevista a Francisco Caldeira Cabral [Registo vídeo]. Lisboa. 2009. In AAVV - **Memórias do Mestre: no centenário do seu nascimento**. Lisboa: Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas, 2009. [s.d.].

Anexo 1:

Inventário geral: Lugares e Projetos

Tabela 1 - Inventário Geral: Lugares e Projetos

ANEXO 1 - Inventário geral: Lugares e Projetos										
AC - Arquivo do Arco do Cego, BL - Arquivo do Bairro da Liberdade, DPP - Departamento de planeamento e Projeto; IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana										
LUGAR	PROJETO									
DESIGNAÇÃO	Nº CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARQUES E JARDINS	ARRUAMENTOS	BAIRROS	OUTROS	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO	
Alameda D. Afonso Henriques	J001.1	Alameda D. Afonso Henriques	X				1953	GRT	BL	
	J001.2	Arranjo do desnível existente entre a Alameda D. Afonso Henriques e o impasse I à rua Baão de Sabrosa	X				1964	MSC	BL	
Alameda das Linhas de Torres	A002.1	Ajardinamento da Placa da Alameda das Linhas de Torres, junto ao Posto da Polícia de Trânsito		X			1950	GRT	AC e BL	
	J002.1	Ajardinamento de uma parcela na Alameda das Linhas de Torres	X				1959	ESF	BL	
Alto de Santo Amaro	B019.1	Arborização e ajardinamento do centro escolar do Alto de Santo Amaro			X		1958	ESF	AC	
Alto dos Moinhos	B020.1	Arborização e ajardinamento do centro escolar do Alto dos Moinhos			X		1957	ESF	AC e BL	
Alto dos Sete Moinhos	B001.1	Arranjo paisagístico do Alto dos Sete Moinhos			X		1958	GRT	BL	
Avenida Calouste Gulbenkian Avenida Columbano Bordalo Pinheiro	A003.1	Ajardinamento da Avenida Calouste Gulbenkian		X			1967	MSC	BL	
	A004.1	Espaços verdes da Avenida Columbano Bordalo Pinheiro		X			1953	GRT	AC e BL *	
	A005.1	Arborização da Avenida D. Rodrigo da Cunha		X			1953	GRT	AC e BL *	
	J003.1	Ajardinado da Avenida D. Rodrigo da Cunha	X				1953	GRT	AC e BL *	
	J003.2	Arborização e ajardinamento da Avenida D. Rodrigo da Cunha (Logradouro da Rua Eduardo de Noronha)	X				1954	GRT	BL	
Avenida D. Rodrigo da Cunha	J003.3	Avenida D. Rodrigo da Cunha (Topo Nascente), Arranjo e ajardinamento	X				1957	GRT	AC e BL *	
	A005.2	Avenida D. Rodrigo da Cunha		X			1962	ESF	BL	
	A007.4	Arborização e ajardinamento da Avenida da Índia (Ajardinado da Travessa Conde da Ponte)		X			1953	GRT	AC e BL	
	A007.1	Arborização e ajardinamento da Avenida da Índia. Troço junto ao areal da Junqueira.		X			1953	GRT	AC e BL	
	A007.3	Avenida da Índia. Arranjo do troço entre a praça D. Manuel I e a Travessa do Forte da Areia		X			1957	GRT	AC e BL *	
Avenida da Índia	A007.6	Projecto de ajardinado poente da cordoaria Nacional		X			1958	GRT	BL	
	A007.2	Plantação duma faixa verde arborizada, frente à Cordoaria Nacional		X			1959	GRT	AC e BL	
	A007.5	Ajardinamento da zona envolvente do maciço de amarração		X			1966	MSC	BL	
	J135.1	Estudo de remodelação da Avenida da Liberdade	X				1954	GRT	AC e BL *	
	J135.2	Remodelação da Avenida da Liberdade	X				1955	GRT	AC e BL *	
Avenida da República	A008.1	Ajardinado na Avenida da República, junto ao viaduto		X			1953	GRT	BL	
	A008.2	Remodelação da Avenida da República. Arborização		X			1967	ESF	AC e BL *	
Parque da Fundação Calouste Gulbenkian	P004.1	Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian-Anteprojecto	X				1961	AVB e GRT	IHRU	
	P001.2	Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian-Projecto	X				1962	AVB+GRT	FCG	

Avenida de Ceuta	A009.1	Avenida de Ceuta										
Avenida de Madrid	A010.1	Aborizção da Avenida de Madrid				X					1967	MSC
	A010.2	Ajardinado para a Avenida da Madrid				X					1952	GRT
	A010.2	Ajardinado para a Avenida da Madrid				X					1955	ESF
Avenida de Paris	A011.1	Aborizção da Avenida de Paris				X					1952	GRT
Avenida de Roma	A055.1	Aborizção e ajardinamento da Avenida de Roma				X					1953	GRT
	A055.2	Aborizção e ajardinamento da Avenida de Roma				X					1955	GRT
	A055.2	Aborizção e ajardinamento da Avenida de Roma				X					1955	ESF
Jardins na Avenida de Roma	J112.1	Enquadramento da Piscina da Avenida de Roma									1955	ESF
	J112.2	Aborizção e jadinamento de duas praças na Avenida de Roma				X					1955	ESF
	J112.2	Aborizção e jadinamento de duas praças na Avenida de Roma				X					1955	ESF
Avenida de S. João de Deus	A012.1	Aborizção e ajardinamento da Avenida de S. João de Deus				X					1956	GRT
Avenida do Brasil	A013.1	Aborizção e ajardinamento da Avenida do Brasil				X					1955	GRT
	A013.2	Caminhos de pedês da Av do Brasil (Troço entre a Praça do Aeroporto e a Praça da Portela)				X					1959	GRT
	A013.2	Caminhos de pedês da Av do Brasil (Troço entre a Praça do Aeroporto e a Praça da Portela)				X					1959	GRT
Avenida do Restelo	A014.1	Perfil tipo da Avenida do Restelo (Troço entre a Avenida da Torre de Belém e a Rua D. Lourenço de Almeida)				X					1956	GRT
Avenida do Rio de Janeiro	A015.1	Aborizção da Avenida do Rio de Janeiro				X					1951	GRT
	A015.2	Remodelação da Avenida do Rio de Janeiro (Plano de aborizção)				X					1957	GRT
	A015.2	Remodelação da Avenida do Rio de Janeiro (Plano de aborizção)				X					1957	GRT
Avenida Dom Carlos	A056.1	Arranjo de um gaveto na Avenida Dom Carlos				X					1968	ESF
Avenida dos Estados Unidos da América	J004.1	Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinados. Anteprojecto				X					1957	GRT
	J004.2	Avenida dos Estados Unidos da América (Troço Avenida Rio de Janeiro - Avenida de Roma). Anteprojecto				X					1957	GRT
	J004.3	Avenida dos Estados Unidos da América (Troço Avenida da Rio de Janeiro - Rua Francisco Lourenço da Fonseca)				X					1957	GRT
	J004.10	Avenida dos Estados Unidos da América. Troço Avenida da República. Avenida de Roma. Anteprojecto				X					1957	GRT
	J004.4	Ajardinados no troço entre a Avenida Roma e a Avenida Rio de Janeiro. Projecto dos ajardinados				X					1958	GRT
	J004.11	Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinados. Troço entre a Avenida do Aeroporto e a Avenida Rio de Janeiro. Projeto dos ajardinados				X					1958	GRT
	A016.1	Arranjo verde da faixa central e cruzamentos					X				1958	GRT
	J004.13	Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinados. Troço Praça Mouzinho de Albuquerque - Avenida de Roma				X					1958	GRT
	J004.5	Ajardinado do troço entre a Avenida de Roma e a Avenida Rio de Janeiro				X					1959	MSC
	J004.12	Avenida dos Estados Unidos da América. Troço Rua Frei Tomé de Jesus-Rua Diogo Bernardes, lado sul				X					1959	GRT
Avenida Duque d'Avila	J004.6	Ajardinados				X					1961	MSC
	J004.7	(Troço Avenida do Aeroporto - Avenida do Rio de Janeiro). Acesso junto ao Lote 373				X					1962	MSC
	J004.8	Avenida dos Estados Unidos da América Troço Rua Frei Tomé de Jesus - Rua Diogo Bernardes. Lado Sul				X					1962	MSC
	J004.9	Ajardinamento dos terrenos confinantes com a Rua Epifânio Dias				X					1962	MSC
	A017.1	Arranjo duma Placa da Avenida Duque d'Avila					X				1952	GRT
Avenida Eng Duarte Pacheco	J005.1	Arranjo da Pracesta junto à Avenida Eng Duarte Pacheco				X					1966	MSC
												MSC
												AC e BL

Avenida Fontes Pereira de Melo	A018.1	Avenida Fontes Pereira de Melo. Arborização 1ª fase		X			1958	GRT	AC e BL
	A018.2	Avenida Fontes Pereira de Melo. Arborização 2ª fase		X			1963	ESF	AC e BL *
Avenida Frei Miguel Contreiras	J006.2	Ajardinado Avenida Frei Miguel Contreiras	X				1958	ESF	AC
	J006.1	Avenida Frei Miguel Contreiras - Avenida São João de Deus. Ajardinados junto ao Caminho de Ferro	X				1963	ESF	AC e BL
Avenida Gago Coutinho	A019.1	Sugestão para o arranjo dos passeios da Avenida Gago Coutinho entre a Praça do Areeiro e a Avenida dos Estados Unidos da América		X			1964	MSC	AC e BL
Avenida Guerra Junqueiro	A020.1	Projecto de alteração do plano de plantação da Avenida Guerra Junqueiro		X			1950	MAC	BL
	A021.3	Avenida Infante D. Henrique. Troço entre o Largo do Museu de Artilharia e Marvila		X			1955	GRT	AC
Avenida Infante D. Henrique	A021.4	Arborização da Avenida Infante D. Henrique. Troço entre o Poço do Bispo e a 2ª circular		X			1963	ESF	AC
	A021.1	Arborização da Av Infante D. Henrique		X			1970	JMM	AC
	A021.2	Avenida Infante D. Henrique. 3º troço - Arborização		X			1970	JMM	AC
	J007.6	Ajardinado para a Avenida Infante Santo	X				1953	GRT	BL
	A022.1	Arborização da Avenida Infante Santo		X			1954	ESF	AC e BL
	J007.3	Avenida Infante Santo. Projecto dos espaços verdes	X				1957	GRT	AC e BL *
	J007.4	Avenida Infante Santo. Projecto dos ajardinados entre os blocos (Lado nascente)	X				1959	GRT	AC e BL *
	J007.5	Jardim Poente na Avenida Infante Santo.Plano Geral (alteração)	X				1960	GRT	AC
Avenida Infante Santo	J007.7	Avenida Infante Santo. Jardim poente	X				1960	GRT	AC *
	J007.1	Ajardinamento do terreno situado entre a calçada das necessidades, Avenida Infante Santo e Travessa do Possolo	X				1962	MSC	BL
	A022.2	Arborização da Avenida Infante Santo		X			1970	JMM	AC
	J007.2	Ajardinado entre a Avenida Infante Santo e a Calçada das Necessidades	X				1970	MSC	AC e BL
	A023.1	Arborização da Avenida João XXI		X			1951	MAC	AC e BL
Avenida João XXI	J008.1	Ajardinamento dos logradouros 3 e 4 entre a Avenida João XXI e a Avenida de Madrid	X				1954	GRT	AC e BL *
	J008.2	Arborização e Ajardinamento do Logradouro nº6 da Avenida João XXI	X				1955	GRT	AC e BL
Avenida Manuel da Maia	A024.1	Ajardinamento das placas de separação de trânsito na junção das Avenidas Manuel da Maia e Rovisco Paes		X			1955	ESF	AC
Avenida Santa Joana Princesa	A052.1	Arborização e ajardinamento da Avenida Santa Joana Princesa		X			1954	GRT	BL
Avenida Segunda Circular	A025.2	Ajardinamento da 2ª Circular (Troço entre a rotunda do aeroporto e a Avenida Infante D. Henrique)		X			1953	GRT	BL
	A025.1	2ª Circular. Ajardinado do troço junto ao Campo Grande		X			1964	MSC	BL
Avenida Tenente Valadim	A026.1	Arborização da Avenida Tenente Valadim		X			1954	ESF	AC
Avenida Vasco da Gama	A027.1	Ajardinamento das placas da Avenida Vasco da Gama		X			1953	GRT	AC
Avenida Vinte e oito de Maio	A028.1	Avenida vinte e oito de Maio. Separador		X			1967	ESF	AC e BL

Avenida Vinte e Quatro de Julho	A029.1	Ajardinamento do acesso ascendente da Avenida 24 de Julho à Calçada da Pampulha		X				1962	MSC	AC
	B017.1	Alvalade - Jardim junto ao centro escolar - célula nº 1 (Entre rua Eugénio de Castro e o Centro Escolar)			X			1950	MAC	AC e BL
	B017.2	ALVALADE – LOGRADOUROS COMUNS - Arranjo do logradouro entre a Avenida da Igreja e as Ruas Rosália de Castro e Fernando Caldeira: Célula 1			X			1950	MAC	AC
	B017.22	Logradouro entre as ruas A. Lopes Vieira e A. Pusich			X			1950	MAC	AC
	B017.3	Jardim junto ao centro escolar – célula nº 2			X			1950	MAC	AC *
	B017.20	Arboreização e ajardinamento do Grupo Escolar da Célula 8			X			1952	ESF	AC
	B017.21	Ajardinados para as ruas 56, 57, 58 do bairro de Alvalade			X			1952	GRT	AC
	B017.23	Arboreização da Célula 2			X			1952	GRT	AC
	B017.8	Ajardinamento da Zona Comercial da Célula 8 (Alvalade)			X			1953	GRT	AC *
	B017.10	Ajardinado do cruzamento da Avenida do Brasil com a Avenida de Roma			X			1954	GRT	BL
	B017.9	Ajardinamento do centro escolar da célula 7			X			1954	ESF	AC *
	B017.11	Arboreização e ajardinamento do centro escolar da célula 4 em Alvalade			X			1956	ESF	AC
	B017.14	Projecto de arboreização e ajardinamento do Centro Escolar da Célula 6			X			1958	ESF	AC *
	B017.24	B.S.B. Quartel de Alvalade			X			1959	ESF	AC
	B017.15	Ajardinamento dos logradouros da Avenida do Brasil. Anteprojecto			X			1963	MSC	AC e BL *
	B017.17	Remodelação do cruzamento da Avenida do Brasil com a Avenida Rio de Janeiro			X			1968	MSC	BL
	B017.25	Enquadramento do Palácio dos Corucheus			X			1968	ESF	AC
	B017.18	Largo Frei Heitor Pinto, Av Santa Joana Princesa, Rua Conde de Anoso Rua Lopes de Mendonça e Enquadramento da Igreja De São João de Brito. Arboreização			X			1970	JMM	AC
	B017.19	Palácio dos Corucheus. Enquadramento.			X			1970	ESF	AC e BL
	B017.16	Sugestão para o ajardinamento dos logradouros em gavetos do Bairro de Alvalade			X			s.d.	MSC	BL
	P006.1	Mata de Alvalade - Arboreização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto	X					1950	GRT	AC e BL *
	P006.2	Mata de Alvalade	X					1955	GRT	AC *
	P006.4	Sugestão para a Localização do centro Desportivo	X					1965	MSC	AC
	P006.3	Zona da Mata de Alvalade - Sugestão para o arranjo paisagístico do Areiro do Narigão	X					1966	MSC	AC *
	P006.5	Mata de Alvalade. Utilização zonal	X					1966	MSC	AC *
	J057.1	Ajardinado para a praça da rua nº 48 do Bairro de Alvalade - Praça Andrade de Caminha	X					1952	GRT	AC
	J065.1	Ajardinado para a Praça da rua nº 50 do Bairro de Alvalade - Praça Gonçalo Trancoso	X					1952	GRT	AC e BL
	A058.1	Revestimento dos canteiros das ruas da célula 7		X				1954	GRT	AC
	A059.1	Arboreização das Ruas da Células 3 e 5 (Zona a Sul da Avenida do Brasil)		X				1956	GRT	AC

Bairro de Alvalade

Mata de Alvalade

Jardim da Praça Andrade Caminha

Praça Gonçalo Trancoso

Ruas da célula 7 do Bairro de Alvalade

Ruas das Células 3 e 5 do Bairro de Alvalade

Avenida da Igreja	A006.1	Alvalade. Arborização e arruamentos. Projecto de arborização da Avenida da Igreja		X				1950	MAC	BL
Bairro da Ajuda	B002.1	Bairro da Ajuda			X			1961	ESF	BL
	B002.2	Arborização e ajardinamento do Grupo escolar da Cç da Tapada			X			1957	ESF	AC
Caramão da Ajuda	B021.1	Recreio para crianças. Praça do Largo Ocidental Bairro do Caramão da Ajuda			X			1963	MSC	AC e BL
	J145.1	Projecto de arborização e ajardinamento da Praça de Santo Eugénio	X					1951	GRT	AC e BL *
	B016.4	Projecto de construção de um ajardinado para o Bairro da Encarnação (junto à rua 7)			X			1952	GRT	BL *
	B016.5	Projecto de construção de um ajardinado para o Bairro da Encarnação (junto à rua 8)			X			1953	GRT	BL *
	B016.2	Enquadramento paisagístico da cintura exterior do bairro da Encarnação. 1ª fase			X			1955	ESF	AC e BL *
	B016.1	Arborização e ajardinamento do grupo escolar do Bairro da Encarnação			X			1955	ESF	AC e BL
Bairro da Encarnação	B016.13	Ajardinado do Mercado Sul. Bairro da Encarnação			X			1956	ESF	AC
	B016.3	Enquadramento paisagístico da cintura exterior do Bairro da Encarnação. 2ª fase. Arranjo da mata poente			X			1958	ESF	AC e BL *
	B016.8	Parque de recreio para crianças na mata poente do BE. Bairro da Encarnação			X			1962	sa	AC e BL *
	B016.11	Recinto de recreio infantil. (Clube atlético e recreativo da Encarnação)			X			1963	MSC	BL
	B016.14	Enquadramento do mercado da Praça Norte.			X			1963	ESF	AC e BL
	B016.9	Recinto de recreio infantil. Bairro da Encarnação			X			1963	MSC	AC
	B016.12	Ajardinado do Mercado Sul.			X			1968	ESF	BL
Rua da Quinta de Santa Maria	A045.1	Arborização da Rua da Quinta de Santa Maria		X				1956	GRT	AC *
Madre Deus	B022.1	Grupo escolar do Bairro da Madre Deus			X			1963	MSC	AC e BL *
Picheleira	B023.1	Arborização e ajardinamento do centro escolar da Picheleira			X			1957	ESF	BL
Bairro da Quinta do Jacinto	B004.1	Bairro da Quinta do Jacinto. Arranjo de um recanto			X			1951	ESF	AC
	B004.2	Arborização e Ajardinamento do Bairro da Quinta do Jacinto			X			1957	ESF	AC
Furnas	B024.1	Ajardinamento do Grupo Escolar das Furnas			X			1962	MSC	AC
	B024.2	Ajardinamento dos terrenos entre a Rua das Furnas e o Arruamento de acesso ao Grupo Escolar			X			1963	MSC	AC
Campolide	B033.1	Arborização e ajardinamento do grupo escolar de Campolide			X			1955	GRT	AC *
Caselas	B034.1	Ajardinamento do Terreno do Ginásio do Bairro de Caselas			X			1962	MSC	AC
	B005.2	Plano de Base de Chelas. No de giração. Arranjo Marginal			X			1962	APD	DPP e BL *
Chelas	B005.1	Chelas. Realojamento. Casas pré Fabricadas Enquadramento paisagístico. (Quinta do Chacão em frente à Qtª das teresinhas)			X			1966	MSC	BL
Bairro de Santa Cruz (Benfica)	B006.1	Espaços verdes públicos do Bairro de Santa Cruz (Benfica)			X			1958	GRT	AC e BL *
	B006.2	Ajardinamento dos terrenos do grupo escolar do bairro de Santa Cruz			X			1962	MSC	AC e BL

FCUP | 367

Jardim da Capela de São Jerónimo	J127.1	Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projecto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase). Plano de Plantação da Zona da Capela de S. Jerónimo.	X				1956	GRT	AC e BL *
	J127.2	Capela de São Jerónimo. Estudo definitivo.	X				1959	GRT	AC e BL *
	J127.3	Projecto de Ordenamento Paisagístico Zona da Capela de S. Jerónimo – Estudo definitivo (alteração)	X				1961	GRT	AC *
Jardim no Fosso do Castelo de S. Jorge	J113.1	Arranjo do fosso do Castelo de S. Jorge	X				1951	GRT	AC
Jardim da Central Pasteurizadora do Leite	J114.1	Arborização e Ajardinamento da Central Pasteurizadora do Leite	X				1955	GRT	AC
Alameda da Cidade Universitária	A001.1	Arborização da Alameda da Cidade Universitária		X			s.d.	ESF	AC
	A001.2	Cidade universitária. Alameda Central		X			s.d.	ESF	AC e BL
Jardins na Cidade Universitária de Lisboa	J013.4	C.A.N.E.U. (Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários); projecto de arborização da zona de enquadramento dos edifícios da Reitoria e das Faculdades de Letras e de Direito	X				1954	AVB	IHRU
	J013.5	CANEU - Cidade Universitária de Lisboa - Enquadramento dos edifícios da Reitoria e Faculdades de Direito e de Letras	X				1955	AVB	IHRU
	J014.1	Cidade Universitária de Lisboa - Zona desportiva. Ténis, Patinagem	X				1956	AVB e IAA	IHRU
	J013.1	CANEU - Cidade Universitária de Lisboa - Faculdade de Letras (Pátio B)	X				1957	AVB e APD	IHRU
	J013.2	CANEU - Cidade Universitária de Lisboa - Plano de arborização	X				s.d.	AVB	IHRU
	J115.1	Arborização e Ajardinamento dos Campos de Jogos do Clube Internacional de Futebol	X				1955	GRT	AC
Jardim junto à Escola Marquês de Alorna	J015.1	Ajardinado junto à Escola Marquês de Alorna	X				s.d.	GRT	BL
Jardim junto ao Instituto Navarro Paiva (Estrada de Benfca)	J016.1	Ajardinamento da Estrada de Benfca, junto ao Instituto Navarro de Paiva	X				1963	MSC	AC e BL
Estrada de Benfca	A032.1	Estrada de Benfca entre a Avenida Marechal Carmona e a rua A – quinta dos Leões		X			1970	MSC	AC
Estrada militar de acesso ao forte do Alto do Duque	A033.1	Enquadramento da estrada militar de acesso ao forte do Alto do Duque		X			1954	ESF	BL *
XI Exposição de Floricultura	O005.1	Exposição de Floricultura. Lago				X	1961	sa	BL
Jardim na Feira das Industrias Portuguesas	J110.2	Arborização e ajardinamento da Feira das Industrias Portuguesas	X				1955	GRT	AC e BL
	J110.1	Ajardinado fronteiro à entrada da Feira das Industrias Portuguesas	X				1959	GRT	BL
Parque infantil da Pena	J017.1	Parque infantil da Freguesia da Pena	X				1955	ESF	AC
Rua Frei Tomé de Jesus – Rua Diogo Bernardes	A034.1	Troço Rua Frei Tomé de Jesus – Rua Diogo Bernardes - Lado Sul		X			1959	GRT	AC
	A034.2	Troço Rua Frei Tomé de Jesus – Rua Diogo Bernardes - Lado Sul-2ª Fase		X			1959	MSC	AC
Areiro	B029.1	Arborização e ajardinamento do grupo escolar do Areiro			X		1955	GRT	AC e BL
Igreja da Memória	J116.1	Enquadramento da Igreja da Memória	X				1963	MSC	AC e BL *
Igreja da Memória	J116.2	Enquadramento da Igreja da Memória Arranjo do Passeio Fronteiro	X				1963	ESF	AC

Jardim junto à igreja de Nossa Senhora de Fátima	J018.1	Jardim junto à igreja de Nossa Senhora de Fátima	X					1960	GRT	AC e BL
	J117.1	Ajardinamento do Adro da Igreja de N. S.ª de Fátima	X					1955	ESF	BL
	J117.2	Anteprojecto de remodelação do Adro da Igreja de Nossa Sr.ª de Fátima	X					1956	ESF	AC e BL
Jardim frente à Igreja de Santa Isabel	J019.1	Ajardinado fronteiro à igreja de Santa Isabel	X					1954	ESF	AC
Jardim Igreja de São João de Brito	J137.1	Jardim de enquadramento da Igreja de São João de Brito	X					1956	GRT	AC*
Jardim da Igreja S. João de Deus	J020.1	Jardim da Igreja S. João de Deus. Lado N. e Lado S.	X					1953	GRT	BL
Jardim frente ao Instituto de Altos Estudos Militares	J021.1	Ajardinamento do terreno fronteiro ao Instituto de Altos Estudos Militares	X					1964	MSC	AC e BL
Jardim 9 de Abril	J022.1	Arranjo duma placa do Jardim 9 de Abril	X					1950	GRT	AC
Jardim Avelar Brotero	J023.1	Remodelação do Jardim Avelar Brotero	X					1962	MSC	AC
Jardim Bulhão Pato	J024.1	Remodelação do Jardim Bulhão Pato. (Alto do Pina)	X					1957	ESF	BL
Jardim Cesário Verde	J025.1	Remodelação do Jardim Cesário Verde	X					1955	GRT	AC
Jardim Cinco de Outubro	J026.2	Largo da Estrela (Ajardinamento dum recanto)	X					1957	ESF	BL
	J026.1	Estudo para o projecto do Jardim 5 de Outubro	X					1959	MAC	BL
Jardim da Praça do Santo Condestável	J027.1	Jardim da Praça do Santo Condestável	X					1951	GRT	AC*
Jardim da Rua da Imprensa	J028.1	Alteração do plano do jardim da Rua da Imprensa	X					1950	GRT	BL
Jardim da Torre de Belém	J029.1	Contribuição para o Estudo do enquadramento da Torre de Belém.	X					1953	AVB	IHRU
	J029.2	Arranjo da zona de enquadramento da Torre de Belém	X					1955	AVB	AC
	J029.3	Esquema de rega por aspersão para o enquadramento da Torre de Belém	X					1956	AVB	AC
	J029.4	Torre de Belém	X					1957	AVB	AC*
	J030.1	Remodelação do Jardim de Santo António dos Capuchos	X					1954	GRT	AC
Jardim de São Bento	J118.1	Jardim de São Bento	X					sd	GRT	AC
Jardim de São Pedro de Alcântara	J032.1	Remodelação do Jardim de São Pedro de Alcântara	X					1954	GRT	AC
	J033.1	Aproveitamento dos Terrenos da Caixa Sindical dos Tipógrafos para alojamento do Jardim Infantil de São Pedro de Alcântara	X					1966	MSC	AC
	J034.1	Remodelação do jardim do Alto do Pina	X					1956	ESF	AC
Jardim do Tribunal de Reclamações e Transgressões e da Reparação do Património	J035.1	Remodelação do jardim do Tribunal de Reclamações e Transgressões e da Reparação do Património	X					1956	ESF	AC e BL
Jardim Fialho de Almeida	J036.1	Reconstrução de relvados na Praça das Flores	X					1951	MAC	AC
	J036.2	Texto sobre brinquedos. Praça das Flores – Jardim Fialho de Almeida. Recinto de recreio para Crianças	X					1962	MSC	AC
Jardim Gomes de Amorim	J037.1	Jardim Gomes de Amorim. Jardim do Bloco fronteiro à casa da Moeda	X					1953	MAC	AC
Jardim no Largo Frei Heitor Pinto	J136.1	Jardim no Largo Frei Heitor Pinto	X					1951	MAC	AC e BL*
Jardim para a Parada dos Prazeres	J038.1	Jardim para a Parada dos Prazeres	X					1954	ESF	AC e BL*
Jardins entre os Blocos nº 854-859 a norte da R. Bartolomeu Dias.	J039.1	Ajardinamento dos espaços entre os Blocos nº 854-859 a norte da R. Bartolomeu Dias.	X					1963	MSC	AC e BL*
Laranjeiras	B012.1	Urbanização das Laranjeiras				X		1957	FCC e GRT	AC
Largo Conde de Ottolini	J040.1	Ajardinamento do Largo Conde de Ottolini	X					1955	ESF	AC e BL

Largo da Luz	A035.1	Ajardinamento da placa do Largo da Luz, adjacente ao Seminário Franciscano		X				1953	GRT	BL
Jardim Teixeira Rebelo	J041.1	Remodelação do jardim do Largo da Luz	X					1953	GRT	AC e BL *
Jardim do Largo da Rua de O Século	J042.1	Largo da Rua de O Século	X					1950	MAC	AC
Jardim do Largo de S. Paulo	J043.1	Arborização da Placa Central do Largo de S. Paulo	X					1959	GRT	AC *
Jardim do Largo do Calvário	J046.1	Ajardinamento do Largo do Calvário	X					1961	ESF	AC e BL
Jardim do Largo do Calvário	J046.2	Ajardinamento do Largo do Calvário	X					1955	ESF	AC
Jardim do Largo do Museu da Artilharia	J119.1	Ajardinado do Largo do Museu da Artilharia	X					1955	GRT	AC
Jardim do Largo do Olival	J047.1	Largo do Olival	X					1957	ESF	AC
Largo Dr. Bernardino António Gomes	J048.1	Ajardinados do Largo Dr. Bernardino António Gomes	X					1958	ESF	AC e BL
Largos Cristóvão Aires, Fernandes Costa e Rodrigues Corderio	J049.1	Ajardinado para os Largos Cristóvão Aires, Fernandes Costa e Rodrigues Corderio	X					1952	GRT	AC e BL
Liceu D. Filipa de Lencastre	J120.1	Jardim Junto ao Liceu D. Filipa de Lencastre	X					1951	GRT	AC
Logradouro da Rua Eiffel	J050.1	Logradouro da Rua Eiffel	X					1960	GRT	AC e BL
Matadouro Municipal	J121.1	Arborização e ajardinamento do Novo Matadouro Municipal	X					1952	GRT	BL
	J121.2	Arborização e ajardinamento do Novo Matadouro Municipal	X					1954	GRT	AC
	J121.3	Arborização e ajardinamento do Novo Matadouro Municipal	X					1960	GRT	AC
	J121.4	Arborização e ajardinamento do Novo Matadouro Municipal	X					1963	MSC	AC e BL
Maternidade Alfredo da Costa	J122.1	Ajardinado fronteiro à maternidade Dr. Alfredo da Costa (Cruzamento da Avenida 5 de Outubro com a R. latino Coelho	X					1959	GRT	BL
Miradouros de Santa Luzia, Portas do Sol	J051.1	Arborização e ajardinamento dos miradouros de Santa Luzia, Portas do Sol e Zonas Adjacentes	X					s.d.	GRT	AC
Jardim do Museu da Marinha	J123.1	Museu da Marinha - Jardim	X					1960	GRT	IHRU
Jardim do Museu Militar	J124.1	Arranjo do pátio de artilharia do Museu Militar	X					1951	GRT	AC
Nº Avenida Manuel da Maia/ Avenida do México/ P. Londres /Avenida Guerra Junqueiro	A036.1	Estudo do arranjo do nº Avenida Manuel da Maia/ Avenida do México/ P. Londres /Avenida Guerra Junqueiro		X				1961	ESF	BL
Nº de Alcântara	A037.1	Remodelação do Nº de Alcântara		X				1971	MSC	AC
Olivais Norte	B014.1	Olivais Norte. Ajardinados junto das Casas Económicas			X			1959	ESF	AC
	B014.4	Grupo escolar dos Olivais. Ajardinamento				X		1963	ESF	BL
	B014.2	Olivais Norte. Espaços Verdes entre os blocos 62 e 63-----13250			X			1963	APD	DPP e BL *
	O015.1	Olivais-Aptidão urbana					X	1963	APD	DPP *
	B014.5	Olivais Norte				X		1964	APD	DPP *
	B014.3	Piscina dos olivais. Enquadramento				X		1966	ESF	AC e BL
	B014.6	Olivais Norte				X		1967	APD	DPP *

Parque do Vale do Silêncio	P007.6	Olivais sul. Parque ponte. Estudo de arranjo	X					1966	sa	DPP *
	P007.1	Olivais Sul - Parque do Vale do Silêncio. Célula C - Zona do Parque	X					1968	MSC	BL
	P007.5	Olivais Sul- Célula C - Zona do Parque	X					1968	MSC	BL *
	P007.2	Arborização do Parque de Olivais Sul	X					s.d.	sa	BL *
	P007.3	Olivais Sul- Célula C - Parque	X					s.d.	sa	BL *
Olivais Sul	P007.4	Olivais Sul- Célula C - Zona do Parque	X					s.d.	1967	BL *
	B013.3	Espaços exteriores MOP - zona W e S			X			1965	APD	DPP e BL *
	B013.2	Olivais Sul. Célula B. Z. Centro. Escolas Primárias			X			1969	MSC	BL
	B013.6	Olivais Sul. Célula D. Zona Central e Zona Nascente			X			1969	MSC	BL
	O014.1	Olivais Sul - Esboço das pastagens sobre as linhas de água- Perfil				X		s.d.	ESF	BL *
Jardim da Praça de São Salvador	O014.2	Olivais Sul - Para a exposição de AP - Suíça						s.d.	sa	BL *
	J142.1	Olivais Sul. Célula C. Z. Centro. Praça D. Pormenor A. Plano de plantação (Praça de São Salvador)	X					1966	MSC	BL
	J144.1	Olivais Sul. Célula D. Z. Mar. Sul. Projecto de ajardinamento do pormenor F. Des 1 (Largo Tem. João Rodrigues de Moura)	X					s.d.	MSC	BL
	J143.1	Olivais Sul. Célula D. Z. Mar. Sul. Projecto de ajardinamento do pormenor E.	X					s.d.	MSC	BL
	O006.1	Parque de Campismo de Monsanto					X	1963	ESF	AC *
Parque Eduardo VII	P002.4	Remodelação da zona da Casa do Leão no Parque Eduardo VII	X					1954	ESF	BL
	P002.1	Parque Infantil do Parque Eduardo VII	X					1955	ESF	BL *
	P002.3	Recinto de recreio para crianças no Parque Eduardo VII	X					1964	MSC	AC e BL
	P002.2	Alto do Parque Eduardo VII	X					1966	ESF	BL *
	O007.1	Estufa Fria. Ante-projecto de Remodelação (Zona Nascente)					X	1954	GRT, ESF e MAC	BL
Estufa fria	O007.2	Arranjo interior de pavilhão (Alto do parque Eduardo VII)					X	1966	ESF	BL
	J128.1	Colocação do Busto de Silva Porto no Parque Silva Porto	X					1952	GRT	BL
	J054.1	Ajardinado para a Placa formada pela Cç de Arroios e Rua Alves Torgo	X					1954	ESF	AC
	A053.3	Arranjo Paisagístico dos acessos à Ponte sobre o Tejo - Zona Norte			X			1967	MSC	AC
	A053.2	Acessos à Ponte sobre o Tejo Estabilização dos taludes			X			s.d.	MSC	AC *
Jardim da Praça Paiva Couceiro (antiga Jacinto Nunes)	A053.1	Arranjo Paisagístico dos Acessos à Ponte Salazar			X			s.d.	MSC	AC
	J055.1	Jardim da Praça Jacinto Nunes	X					1953	GRT	BL
	J055.2	Jardim da Praça Jacinto Nunes	X					1956	GRT	AC
	J056.2	Jardim da Praça Afrânio Peixoto	X					1952	GRT	AC *
	J056.1	Arborização da Praça Afrânio Peixoto e 1ª fase da Avenida S. João de Deus	X					1953	GRT	BL
Jardim da Praça António Sardinha	J058.1	Jardim da Praça António Sardinha à Penha de França	X					1951	GRT	AC *
	J140.1	Construção do jardim da Praça de Damão	X					1951	GRT	AC e BL *

Jardim da Praceta da Rua 1 à estrada de Benfca	J073.1	Ajardinamento da Praceta da Rua 1 à estrada de Benfca(Calhaz de Benfca – a lps)	X					1967	MSC	BL
Jardim da Praceta da Rua Conde de Monsaraz	J074.1	Ajardinamento da Praceta da Rua Conde de Monsaraz	X					1962	MSC	BL
Jardim da Praceta da Rua Dona Luísa de Gusmão	J075.1	Ajardinamento da Quinta das Mouras. Praceta da Rua Dona Luísa de Gusmão	X					1968	JMM	BL
Jardim da Praceta da Rua Francisco Sanches	J076.1	Ajardinamento da Praceta da Rua Francisco Sanches.	X					1956	ESF	AC e BL
Jardim da Praceta da Rua Virgínia Vitorino	J077.1	Bairro das Mouras. Célula 4 de Telheiras. Praceta da Rua Virgínia Vitorino	X					1969	JMM	BL
Jardim da Praceta Dr. Teixeira de Aragão	J078.1	Arborização e ajardinamento da Praceta Dr. Teixeira de Aragão	X					1957	ESF	BL
Jardim da Praceta II da Estrada de Benfca	J079.1	Ajardinado da Praceta II da Estrada de Benfca (L. Conde de Bonfim – a lps)	X					1955	ESF	AC e BL
Jardim da Quinta das Pedralvas	J080.1	Quinta das Pedralvas. Ajardinamento dos espaços verdes	X					1962	MSC	BL
Jardim na Quinta do Brito	J081.1	Praceta da Estrada do Poço do Chão (Quinta do Brito)	X					1963	MSC	AC e BL
Quinta do Charquinho	B003.3	Quinta do Charquinho. Espaços verdes do novo bairro a construir				X		1962	MSC	AC e BL
	J082.1	Quinta do Charquinho. Ajardinado junto à zona comercial	X					1964	MSC	BL
Quinta do Morgado	O008.1	Quinta do Morgado. Ordenamento para instalação do viveiro					X	1967	MSC	AC e BL
Quinta do Vadre	J148.1	Ajardinado da Quinta do Vadre à Estrada de Benfca	X					1955	ESF	AC
Quinta dos Travassos (Jardim da Praça General Vicente de Freitas)	J083.1	Ajardinados da Quinta dos Travassos (à Estrada de Benfca)	X					1956	ESF	BL
Rotunda do Aeroporto	A041.1	Remodelação da Praça da Rotunda do Aeroporto			X			1953	GRT	AC e BL
Jardim na Rua 75-78 da célula 4 de Benfca	J084.1	Ajardinados junto à Rua 75-78 da célula 4 de Benfca	X					1964	MSC	AC e BL
Rua Actor Vale	B030.1	Ajardinamento do grupo escolar da Rua Actor Vale				X		1963	MSC	BL
Jardim na Rua Agostinho Lourenço	J085.1	Ajardinado da Rua Agostinho Lourenço (À Avenida do Aeroporto)	X					1959	GRT	AC e BL
Rua António Nobre	A042.1	Arborização da Rua António Nobre			X			1958	ESF	AC
Jardim na Rua Coelho da Rocha	J086.1	Ajardinado da Rua Coelho da Rocha	X					1956	ESF	BL
Rua Conde Ficalho	A043.1	Arborização da Rua Conde Ficalho			X			1970	JMM	AC
Rua D. Francisco Manuel de Melo	A044.1	Arborização da Rua D. Francisco Manuel de Melo (Remodelação)			X			1958	ESF	BL
Jardim na Rua D. João V	J087.1	Projecto do ajardinado da Rua D. João V	X					1954	ESF	AC
Jardim junto à Rua D. Lourenço de Almeida	J088.1	Ajardinados junto à rua D. Lourenço de Almeida	X					1964	MSC	AC e BL *
Jardim na Rua de S. Bento	J090.1	Jardim da Rua de S. Bento	X					1956	GRT	AC e BL
Rua de São José	B031.1	Ajardinamento da Escola Primária da Rua de São José				X		1954	GRT	AC
Jardim na Rua Diogo Cão	J091.1	Ajardinamento dos espaços livres entre a travessa do Giestal e a R. Diogo Cão	X					1968	JMM	BL *
	J091.2	Traseiras dos prédios nº 6 a 20	X					1970	JMM	BL
Jardim na Rua dos Jerónimos	J092.1	Ajardinado a Sul da Rua dos Jerónimos	X					1954	ESF	AC e BL
Jardim na Rua Duarte Galvão	J093	Ajardinados do arruamento Projectado à rua Duarte Galvão	X					1959	ESF	AC
Jardim na Rua Eduardo de Noronha	J094	Jardim miradouro da Rua Eduardo de Noronha	X					1954	GRT	AC e BL

Jardim na Rua Fernão Lopes da Castanheda	J095	Construção do ajardinado da Rua Fernão Lopes da Castanheda	X					1951	GRT	AC e BL
Rua Francisco Franco	A046.1	Arborização da Rua Francisco Franco		X				1970	JMM	AC
Jardim na Rua Freitas Gazul	J096.1	Ajardinados da Rua Freitas Gazul	X					1957	ESF	BL
	J096.2	Ajardinados da Rua Freitas Gazul	X					1963	MSC	BL
Rua General Sinel de Cordes	A047.1	Arborização da Rua General Sinel de Cordes (troço compreendido entre as Avenidas João Crisostomo e Duque de Ávila)		X				1954	ESF	AC e BL
Rua Gomes Freire	A048.1	Arborização da Rua Gomes Freire		X				1955	ESF	AC
Jardim na Rua José Malhoa	J097	Ajardinados da Rua José Malhoa entre lotes 982-986	X					1956	MSC	AC
Jardim na Rua Leite de Vasconcelos	J098	Arranjo de um recanto da Rua Leite de Vasconcelos	X					1961	ESF	AC
Jardim na Rua Marquês de Olhão	J099	Ajardinamento do Prolongamento da Rua Marquês de Olhão	X					1964	ESF	AC
Jardim na Rua Padre Francisco	J100	Ajardinado da rua Padre Francisco	X					1952	ESF	AC
Rua Padre Francisco Álvares	J149.1	Ajardinado da Rua Padre Francisco Álvares	X					1964	MSC	BL
Jardim na Rua Pereira e Sousa	J101	Ajardinamento da Praceta da Rua Pereira e Sousa	X					1969	MSC	AC
Jardim na Rua Possidónio da Silva	J102	Ajardinamento da Quinta do Casalinho, à Rua Possidónio da Silva	X					1962	MSC	AC
Jardim na Rua Silva Carvalho	J103	Ajardinamento da praça da Rua Silva Carvalho	X					1957	GRT	BL
Jardim nas Ruas Dr. Gama Barros e Moniz Barreto	J104	Ajardinado do cruzamento das ruas Dr. Gama Barros e Moniz Barreto	X					1964	MSC	BL
Ruas Rodrigues Sampaio, Gomes Freire e Praça José Fontana, Ricardo Espírito Santo e Andrade Corvo	A049.1	Arborização das Ruas Rodrigues Sampaio, Gomes Freire e Praça José Fontana, Ricardo Espírito Santo e Andrade Corvo		X				1970	JMM	AC
Tapada da Ajuda	O009.1	Ajardinamento de entrada da Tapada da Ajuda - Junto aos pilares				X		1970	MSC	BL
Santa Quitéria	B032.1	Arborização e ajardinamento do grupo escolar de Santa Quitéria			X			sd	ESF	AC
Jardim na Travessa do Giestal	J105	Ajardinamentos dos espaços livres entre a Tv. do Giestal e a Rua Diogo Cão	X					1968	JMM	BL
Travessa da Luz	A050.1	Arruamentos junto à Travessa da Luz		X				1965	ESF	AC e BL
Travessa do Porto Franco	A051.1	Arranjo da Travessa do Porto Franco		X				1958	ESF	AC
Vale Escuro	B015.1	Vale Escuro			X			1957	FCC e GRT	AC
	B015.2	Arborização e ajardinamento do Grupo Escolar do Vale Escuro - 1ª fase			X			1959	ESF	AC
Jardins na Vila Silva Carvalho	J108.1	Ajardinamento dos logradouros da Vila Silva Carvalho.	X					1964	MSC	AC e BL
	J109.2	Sebe e alegrete na Entrada do jardim da Estrela, junto à Avenida Pedro Álvares Cabral	X					1952	MAC	AC
Jardim Guerra Junqueiro	J109.3	Projectos de pormenor vários para o J. da Estrela datados de 1952	X					1952	MAC	AC
	J109.1	Jardim Guerra Junqueiro. Recanto para Cegos	X					1963	MSC	AC e BL*

Jardim na Avenida João XXI	J111.1	Arborização e Ajardinamento do Logradouro nº6 da Avenida João XXI	X						1955	GRT	AC e BL
Jardim da Alameda do Bairro da Encarnação	J146.1	Ajardinados da Alameda do Bairro da Encarnação	X						1953	GRT	AC *
Cemitério da Ajuda	O001.1	Estudo de remodelação do Cemitério da Ajuda						X	1957	FCC e GRT	AC *
Cemitério de Benfica	O002.1	Ampliação do Cemitério de Benfica						X	1958	GRT	AC e BL
	O002.2	Ampliação a nascente						X	1965	MSC	BL
Cemitério do Lumiar	O003.1	Remodelação do cemitério do Lumiar						X	1959	GRT	BL
	O003.2	Cemitério do Lumiar. Sebe a norte e poente						X	1968	JMM	BL
Cemitério dos Olivais	O004.1	Anteprojecto do cemitério dos Olivais						X	1959	GRT	AC e BL
	O004.2	Cemitério dos Olivais. Ampliação						X	1969	JMM	BL
Club desportivo dos Olivais	B013.4	Arborização e ajardinamento do Campo de Jogos do Clube Desportivo dos Olivais (Quinta dos Machados)					X		1954	GRT	BL
	O010.1	X Exposição de Floricultura Outubro de 1960						X	1960	ESF	BL
X Exposição de Floricultura	O011.1	Exposição de Floricultura de 1966							1966	ESF	BL
Exposição de Floricultura de 1966	J126.1	Jardim da Capela do Alto de Santo Amaro	X						1959	GRT	AC e BL
Jardim da Capela do Alto de Santo Amaro	O012.1	Viveiro da Quinta da Fonte						X	1953	WO	AC *
Jardim da rua Dr Gama Barros	J150.1	Ajardinado da Rua Dr Gama Barros	X						1964	MSC	AC
Jardim da Praceta Francisco de Moraes	J151.1	Ajardinado da Praceta Francisco de Moraes	X						1951	GRT	AC
Jardim do Largo Rodrigues de Freitas	J152.1	Ajardinado do Largo Rodrigues de Freitas	X						1964	MSC	AC
Placa compreendida entre a rua dos cegos e da Rua de S. Tomé	A060.1	Arranjo da placa compreendida entre a rua dos cegos e da Rua de S. Tomé				X			1953	GRT	AC
Jardim do Largo Afonso Lopes Vieira	J153.1	Arborização do Largo e enquadramento do monumento a Afonso Lopes Vieira	X						1954	GRT	AC
Jardins da Praça Olegário Mariano	J154.1	Placas ajardinadas Praça Olegário Mariano	X						1962	ESF	AC
Banco para jardim	O013.1	Projecto de banco para jardim						X	1951	MAC	BL *
Jardim na Rua da Quinta da Fonte	J089.1	Praca das Casa Novas e da Rua da Quinta da Fonte	X						1954	GRT	AC
Jardim do Castelo de S. Jorge	J012.1	Jardim formal do Castelo de S. Jorge							1952	GRT	CV GRT
Jardim do Largo de São Cristóvão	J045.1	Arranjo do Largo de São Cristóvão							1952	GRT	CV GRT
Jardim do Palácio dos Machadinhos	J052.1	Jardim do Palácio dos Machadinhos							1952	GRT	CV GRT
Jardim na Travessa da Pimenteira	J106	Ajardinado da Travessa da Pimenteira							1952	GRT	CV GRT
Jardim na Travessa dos Escaleres	J107.1	Ajardinado da Travessa dos Escaleres							1952	GRT	CV GRT
Jardim de São João	J031.1	Jardim de São João na Estrada da Luz							1953	GRT	CV GRT
Jardim da Parada do Alto de São João	J053.1	Jardim da Parada do Alto de São João							1954	GRT	CV GRT
Jardim do Largo de Santos	J044.1	Jardim do Largo de Santos							1959	GRT	CV GRT

Anexo 2:

Inventário: “Parques e Jardins”

Tabela 2 - Inventário: "Parques e Jardins"

ANEXO 2 - Inventário: Parques e Jardins						
AC - Arquivo do Arco do Cego, BL - Arquivo do Bairro da Liberdade, DPP - Departamento de Planeamento e Projeto; IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana						
LUGAR	PROJETO		DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
	Nº ORDEM	DESIGNAÇÃO				
J001	J001.1	Jardins da Alameda D. Afonso Henriques	Alameda D. Afonso Henriques	1953	GRT	BL
	J001.2		Arranjo do desnível existente entre a Alameda D. Afonso Henriques e o impasse à rua Barão de Sabrosa	1964	MSC	BL
J002	J002.1	Jardins da Alameda das Linhas de Torres	Ajardinamento de uma praça na Alameda das Linhas de Torres	1959	ESF	BL
J003	J003.1		Ajardinado da Avenida D. Rodrigo da Cunha.	1953	GRT	AC e BL *
	J003.2	Jardins da Avenida D. Rodrigo da Cunha	Arborização e ajardinamento da Avenida D. Rodrigo da Cunha(Logradouro da Rua Eduardo de Noronha)	1954	GRT	BL
	J003.3		Avenida D. Rodrigo da Cunha (Topo Nascente). Arranjo e ajardinamento	1957	GRT	AC e BL *
	J004.1		Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinados. Anteprojecto	1957	GRT	BL
	J004.2		Avenida dos Estados Unidos da América (Troço Avenida Rio de Janeiro - Avenida de Roma). Anteprojecto	1957	GRT	AC e BL *
	J004.3		Avenida dos Estados Unidos da América (Troço Avenida da Rio de Janeiro - Rua Francisco Lourenço da Fonseca)	1957	GRT	AC *
	J004.10		Avenida dos Estados Unidos da América. Troço Avenida da República, Avenida de Roma. Anteprojecto	1957	GRT	AC *
J004	J004.4		Ajardinados no troço entre a Avenida Roma e a Avenida Rio de Janeiro. Projecto dos ajardinados	1958	GRT	BL
	J004.11	Jardins da Avenida dos Estados Unidos da América	Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinados. Troço entre a Avenida do Aeroporto e a Avenida Rio de Janeiro. Projecto dos ajardinados	1958	GRT	AC *
	J004.13		Avenida dos Estados Unidos da América. Ajardinados. Troço Praça Mouzinho de Albuquerque - Avenida de Roma	1958	GRT	AC e BL *
	J004.5		Ajardinado do troço entre a Avenida de Roma e a Avenida Rio de Janeiro	1959	MSC	AC e BL *
	J004.12		Avenida dos Estados Unidos da América. Troço Rua Frei Tomé de Jesus-Rua Diogo Bernardes, lado sul	1959	GRT	AC *
	J004.6		Ajardinados	1961	MSC	BL
	J004.7		(Troço Avenida do Aeroporto - Avenida do Rio de Janeiro). Acesso junto ao Lote 373	1962	MSC	BL
	J004.8		Avenida Estados Unidos da América Troço Rua Frei Tomé de Jesus - Rua Diogo Bernardes. Lado Sul	1962	MSC	AC
	J004.9		Ajardinamento dos terrenos confinantes com a Rua Epifânio Dias	1962	MSC	BL

J005	Jardins da Avenida Eng Duarte Pacheco	J005.1	Arranjo da Praceta junto à Avenida Eng Duarte Pacheco	1966	MSC	AC e BL
J006	Jardins da Avenida Frei Miguel Contreiras	J006.2	Ajardinado Avenida Frei Miguel Contreiras	1958	ESF	AC
		J006.1	Avenida Frei Miguel Contreiras - Avenida São João de Deus. Ajardinados junto ao Caminho de Ferro	1963	ESF	AC e BL
J007	Jardins da Avenida Infante Santo	J007.6	Ajardinado na Avenida Infante Santo.	1953	GRT	BL
		J007.3	Avenida Infante Santo. Projecto dos espaços verdes	1957	GRT	AC e BL *
		J007.4	Avenida Infante Santo. Projecto dos ajardinados entre os blocos (Lado nascente)	1959	GRT	AC e BL *
		J007.5	Jardim Poente na Avenida Infante Santo.Plano Geral (alteração)	1960	GRT	AC
		J007.7	Avenida Infante Santo. Jardim poente	1960	GRT	AC *
		J007.1	Ajardinamento do terreno situado entre a calçada das necessidades, Avenida Infante Santo e Travessa do Possolo	1962	MSC	BL
		J007.2	Ajardinado entre a Avenida Infante santo e a Calçada das Necessidades	1970	MSC	AC e BL
J008	Jardins da Avenida João XXI	J008.1	Ajardinamento dos logradouros 3 e 4 entre a Avenida João XXI e a Avenida de Madrid	1954	GRT	AC e BL *
J009	Jardim junto ao Mercado de Campo de Ourique	J008.2	Arborização e Ajardinamento do Logradouro nº6 da Avenida João XXI	1955	GRT	AC e BL
J010	Jardim do Campo Grande	J009.1	Ajardinado junto ao Mercado de Campo de Ourique	1965	MSC	BL
		J010.5	Projecto para o Parque Anexo à Piscina Municipal	1949	MAC	AC e BL *
		J010.1	Planta esquemática parcial do jardim do Campo Grande e placas laterais	1951	MAC	BL
		J010.3	Arborização dos Campos de Jogos do Clube Internacional de Futebol	1953	MAC	BL
		J010.2	Parque Infantil, no Campo Grande	1954	MAC	AC e BL *
		J010.6	Parque Infantil do Campo Grande	1957	GRT	AC *
J011	Jardim do Campo Pequeno	J010.4	Parque infantil do Campo Grande. Escola de trânsito	1961	ESF	BL
J013	Jardins na Cidade Universitária de Lisboa	J011.1	Remodelação do Parque Infantil do Campo Pequeno	1964	MSC	AC e BL *
		J013.4	C.A.N.E.U. (Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários); projecto de arborização da zona de enquadramento dos edifícios da Reitoria e das Faculdades de Letras e de Direito	1954	AVB	IHRU
		J013.5	CANEU - Cidade Universitária de Lisboa - Enquadramento dos edifícios da Reitoria e Faculdades de Direito e de Letras	1955	AVB	IHRU
		J013.1	CANEU - Cidade Universitária de Lisboa - Faculdade de Letras (Pátio B)	1957	AVB e APD	IHRU
		J013.2	CANEU - Cidade Universitária de Lisboa - Plano de arborização	s.d.	AVB	IHRU
J014	Jardins do Estádio Universitário de Lisboa	J014.1	Cidade Universitária de Lisboa - Zona desportiva, Ténis, Patinagem	1956	AVB e IAA	IHRU
J015	Jardim junto à Escola Marquês de Alorna	J015.1	Ajardinado junto à Escola Marquês de Alorna	s.d.	GRT	BL

J016	Jardim junto ao Instituto Navarro Paiva (Estrada de Benfica)	J016.1	Ajardinamento da Estrada de Benfica, junto ao Instituto Navarro de Paiva	1963	MSC	AC e BL
J017	Parque infantil da Pena	J017.1	Parque Infantil da Freguesia da Pena	1955	ESF	AC
J018	Jardim junto à Igreja de Nossa Senhora de Fátima	J018.1	Jardim junto à Igreja de Nossa Senhora de Fátima	1960	GRT	AC e BL
J019	Jardim frente à Igreja de Santa Isabel	J019.1	Ajardinado fronteiro à Igreja de Santa Isabel	1954	ESF	AC
J020	Jardim da Igreja S. João de Deus	J020.1	Jardim da Igreja S. João de Deus. Lado N. e Lado S.	1953	GRT	BL
J021	Jardim frente ao Instituto de Altos Estudos Militares	J021.1	Ajardinamento do terreno fronteiro ao Instituto de Altos Estudos Militares	1964	MSC	AC e BL
J022	Jardim 9 de Abril	J022.1	Arranjo duma placa do Jardim 9 de Abril	1950	GRT	AC
J023	Jardim Avelar Brotero	J023.1	Remodelação do Jardim Avelar Brotero	1962	MSC	AC
J024	Jardim Bulhão Pato	J024.1	Remodelação do Jardim Bulhão Pato. (Alto do Pina)	1957	ESF	BL
J025	Jardim Cesário Verde	J025.1	Remodelação do jardim Cesário Verde	1955	GRT	AC
J026	Jardim Cinco de Outubro	J026.2	Largo da Estrela (Ajardinamento dum recanto)	1957	ESF	BL
J027	Jardim da Praça do Santo Condestável	J026.1	Estudo para o projecto do Jardim 5 de Outubro	1959	MAC	BL
J028	Jardim da Rua da Imprensa	J027.1	Jardim da Praça do Santo Condestável	1951	GRT	AC *
J029	Jardim da Torre de Belém	J028.1	Alteração do plano do jardim da Rua da Imprensa	1950	GRT	BL
		J029.1	Contribuição para o Estudo do enquadramento da Torre de Belém.	1953	AVB	IHRU
		J029.2	Arranjo da zona de enquadramento da Torre de Belém	1955	AVB	AC
		J029.3	Esquema de rega por aspersão para o enquadramento da Torre de Belém	1956	AVB	AC
		J029.4	Torre de Belém	1957	AVB	AC *
J030	Jardim de Santo António dos Capuchos	J030.1	Remodelação do Jardim de Santo António dos Capuchos	1954	GRT	AC
J032	Jardim de São Pedro de Alcântara	J032.1	Remodelação do Jardim de São Pedro de Alcântara	1954	GRT	AC
J033		J033.1	Aproveitamento dos Terrenos da Caixa Sindical dos Tipógrafos para alojamento do Jardim Infantil de São Pedro de Alcântara	1966	MSC	AC
J034	Jardim do Alto do Pina	J034.1	Remodelação do jardim do Alto do Pina	1956	ESF	AC
J035	Jardim do Tribunal de Reclamações e Transgressões e da Repartição do Património	J035.1	Remodelação do jardim do Tribunal de Reclamações e Transgressões e da Repartição do Património	1956	ESF	AC e BL
J036	Jardim Fialho de Almeida	J036.1	Reconstrução de relvados na Praça das Flores	1951	MAC	AC
		J036.2	Praça das Flores – Jardim Fialho de Almeida. Recinto de recreio para Crianças	1962	MSC	AC
J037	Jardim Gomes de Amorim	J037.1	Jardim Gomes de Amorim. Jardim do Bloco fronteiro à casa da Moeda	1953	MAC	AC
J038	Jardim para a Parada dos Prazeres	J038.1	Jardim para a Parada dos Prazeres	1954	ESF	AC e BL *
J039	Jardins entre os Blocos nº 854-859 a norte da Rua Bartolomeu Dias.	J039.1	Ajardinamento dos espaços entre os Blocos nº 854-859 a norte da Rua Bartolomeu Dias	1963	MSC	AC e BL *
J040	Jardim do Largo Conde de Ottolini	J040.1	Ajardinamento do Largo Conde de Ottolini	1955	ESF	AC e BL
J041	Jardim Teixeira Rebelo	J041.1	Remodelação do jardim do Largo da Luz	1953	GRT	AC e BL *
J042	Jardim do Largo da Rua de O Século	J042.1	Largo da Rua de O Século	1950	MAC	AC
J043	Jardim do Largo de S. Paulo	J043.1	Arborização da Placa Central do Largo de S. Paulo	1959	GRT	AC *

J046	Jardim do Largo do Calvário	J046.2	Ajardinamento do Largo do Calvário	1955	ESF	AC
J047	Jardim do Largo do Olival	J046.1	Ajardinamento do Largo do Calvário	1961	ESF	AC e BL
J048	Jardim do Largo Dr. Bernardino António Gomes	J047.1	Largo do Olival	1957	ESF	AC
J049	Jardins do LARGOS CRISTÓVÃO AIRES, FERNANDES COSTA e RODRIGUES CORDEIRO	J048.1	Ajardinados do Largo Dr. Bernardino António Gomes	1958	ESF	AC e BL
J050	Jardim do Logradouro da Rua Eiffel	J049.1	Ajardinado para os LARGOS CRISTÓVÃO AIRES, FERNANDES COSTA e RODRIGUES CORDEIRO	1952	GRT	AC e BL
J051	Jardins dos Miradouros de Santa Luzia, Portas do Sol	J050.1	Logradouro da Rua Eiffel	1960	GRT	AC e BL
J054	Jardim da Placa formada pela Cç de Arroios e Rua Alves Torgo	J051.1	Arborização e ajardinamento dos miradouros de Santa Luzia, Portas do Sol e Zonas Adjacentes	s.d.	GRT	AC
J055	Jardim da Praça Paiva Couceiro (antiga Jacinto Nunes)	J054.1	Ajardinado para a Placa formada pela Cç de Arroios e Rua Alves Torgo	1954	ESF	AC
J056	Jardim da Praça Afrânio Peixoto	J055.1	Jardim da Praça Jacinto Nunes	1953	GRT	BL
J057	Jardim da Praça Andrade Caminha	J055.2	Jardim da Praça Jacinto Nunes	1956	GRT	AC
J058	Jardim da Praça António Sardinha	J056.2	Jardim da Praça Afrânio Peixoto	1952	GRT	AC *
J059	Jardim da Praça de Londres	J056.1	Arborização da Praça Afrânio Peixoto e 1ª fase da Avenida S. João de Deus	1953	GRT	BL
J060	Jardim da Praça de Sete Rios	J057.1	Ajardinado para a praça da rua nº 48 do Bairro de Alvalade - Praça Andrade de Caminha	1952	GRT	AC
J061	Praça do Império	J058.1	Jardim da Praça António Sardinha à Penha de França	1951	GRT	AC *
J062	Jardim da Praça do Ultramar	J059.3	Jardim da Praça de Londres	1950	MSC	AC e BL *
J063	Praça dos Estados Unidos da América	J059.1	Arborização da Praça de Londres	1951	MAC	AC e BL
J064	Jardim da Praça Duque de Saldanha	J059.2	Praça de Londres	1952	GRT	AC e BL
J065	Jardim da Praça Gonçalo Trancoso	J060.1	Ajardinamento da Praça de Sete Rios	1963	MSC	BL *
J066	Jardim da Praça Pasteur	J061.1	Ajardinamento a nascente e poente da Praça do Império	1960	ESF	AC
J067	Jardim da Praça Rainha Santa	J061.2	Ensombramento de bancos na Praça do Império	s.d.	MAC e WO	AC
J068	Jardim da Praça Silvestre Pinheiro Ferreira	J062.1	Arborização e ajardinamento da encosta da Praça do Ultramar.	1950	GRT	BL
J069	Jardim da Praceta Afonso Lopes Vieira	J062.2	Jardim da placa central da Praça de Ultramar	1950	MAC	BL
		J063.2	Praça dos Estados Unidos da América. Arranjo de um recanto -sul	1962	ESF	AC
		J064.1	Arborização da Praça Duque de Saldanha	1968	ESF	AC *
		J064.2	Colocação de bancos (Tipo 6) na Praça Duque de Saldanha	1951	MAC	BL
		J065.1	Ajardinado para a Praça da rua nº 50 do Bairro de Alvalade - Praça Gonçalo Trancoso	1952	GRT	AC e BL
		J066.1	Jardim da Praça Pasteur	1952	MAC	AC e BL
		J066.2	Praça Pasteur. Localização do monumento a Luisa Tódi	1953	GRT	AC e BL
		J067.1	Ajardinamento da Quinta das Mouras. Praça Rainha Santa	1968	JMM	BL
		J068.1	Ajardinamento da praça da Estrada de Benfica (junto ao Instituto Navarro de Paiva)	1963	MSC	BL
		J069.1	Ajardinado da Praceta Afonso Lopes Vieira	1962	ESF	AC e BL

J070	Jardim da Praceta da Avenida Gomes Ferreira	J070.1	Arborização e ajardinamento da Praceta da Avenida Gomes Ferreira	1957	ESF	BL
J071	Jardim da Praceta da Calçada do Carrascal	J071.1	Ajardinado para a Praceta da Calçada do Carrascal	1954	GRT	AC e BL
J072	Jardim da Praceta da Estrada de Benfica, nº 447	J072.1	Ajardinamento da Praceta da Estrada de Benfica, nº 447 L. General Joaquim José Machado – a lápis)	1954	ESF	BL
J073	Jardim da Praceta da Rua 1 à estrada de Benfica	J073.1	Ajardinamento da Praceta da Rua 1 à estrada de Benfica (Calhariz de Benfica – a lápis)	1967	MSC	BL
J074	Jardim da Praceta da Rua Conde de Monsaraz	J074.1	Ajardinamento da Praceta da Rua Conde de Monsaraz	1962	MSC	BL
J075	Jardim da Praceta da Rua Dona Luísa de Gusmão	J075.1	Ajardinamento da Quinta das Mouras. Praceta da Rua Dona Luísa de Gusmão	1968	JMM	BL
J076	Jardim da Praceta da Rua Francisco Sanches	J076.1	Ajardinamento da Praceta da Rua Francisco Sanches.	1956	ESF	AC e BL
J077	Jardim da Praceta da Rua Virgínia Vitorino	J077.1	Bairro das Mouras. Célula 4 de Telheiras. Praceta da Rua Virgínia Vitorino	1969	JMM	BL
J078	Jardim da Praceta Dr. Teixeira de Aragão	J078.1	Arborização e ajardinamento da Praceta Dr. Teixeira de Aragão	1957	ESF	BL
J079	Jardim da Praceta II da Estrada de Benfica	J079.1	Ajardinado da Praceta II da Estrada de Benfica (L. Conde de Bonfim – a lápis)	1955	ESF	AC e BL
J080	Jardim da Quinta das Pedralvas	J080.1	Quinta das Pedralvas. Ajardinamento dos espaços verdes	1962	MSC	BL
J081	Jardim na Quinta do Brito	J081.1	Praceta da Estrada do Poço do Chão (Quinta do Brito)	1963	MSC	AC e BL
J082	Jardim na Quinta do Charquinho	J082.1	Jardim na Quinta do Charquinho. Ajardinado junto à zona Comercial	1964	MSC	BL
J083	Jardim da Quinta dos Travassos (Praça General Vicente de Freitas)	J083.1	Ajardinados da Quinta dos Travassos (à Estrada de Benfica)	1956	ESF	BL
J084	Jardim na Rua 75-78 da célula 4 de Benfica	J084.1	Ajardinados junto à Rua 75-78 da célula 4 de Benfica	1964	MSC	AC e BL
J085	Jardim na Rua Agostinho Lourenço	J085.1	Ajardinado da Rua Agostinho Lourenço (À Avenida do Aeroporto)	1959	GRT	AC e BL
J086	Jardim na Rua Coelho da Rocha	J086.1	Ajardinado da Rua Coelho da Rocha	1956	ESF	BL
J087	Jardim na Rua D. João V	J087.1	Projecto do ajardinado da R D. João V	1954	ESF	AC
J088	Jardim junto à Rua D. Lourenço de Almeida	J088.1	Ajardinados junto à rua D. Lourenço de Almeida	1964	MSC	AC e BL *
J089	Jardim na Rua da Quinta da Fonte	J089.1	Ajardinamento da Praça das Casa Novas e da Rua da Quinta da Fonte	1954	GRT	AC
J090	Jardim na Rua de S. Bento	J090.1	Jardim da Rua de S. Bento	1956	GRT	AC e BL
J091	Jardim na Rua Diogo Cão	J091.1	Ajardinamento dos espaços livres entre a travessa do Giestal e a R. Diogo Cão	1968	JMM	BL *
J092	Jardim na Rua dos Jerónimos	J091.2	Traseiras dos prédios nº 6 a 20	1970	JMM	BL
J093	Jardim na Rua Duarte Galvão	J092.1	Ajardinado a Sul da Rua dos Jerónimos	1954	ESF	AC e BL
J094	Jardim na Rua Eduardo de Noronha	J093	Ajardinados do arruamento projectado à rua Duarte Galvão	1959	ESF	AC
		J094	Jardim miradouro da Rua Eduardo de Noronha	1954	GRT	AC e BL

J095	Jardim na Rua Fernão Lopes da Castanheda	J095	Construção do ajardinado da Rua Fernão Lopes da Castanheda	1951	GRT	AC e BL
J096	Jardim na Rua Freitas Gazul	J096.1	Ajardinados da Rua Freitas Gazul	1957	ESF	BL
J097	Jardim na Rua José Malhoa	J096.2	Ajardinados da Rua Freitas Gazul	1963	MSC	BL
J098	Jardim na Rua Leite de Vasconcelos	J097	Ajardinados da Rua José Malhoa entre lotes 982-986	1956	MSC	AC
J099	Jardim na Rua Marquês de Olhão	J098	Arranjo de um recanto da Rua Leite de Vasconcelos	1961	ESF	AC
J100	Jardim na Rua Padre Francisco	J099	Ajardinamento do Prolongamento da Rua Marquês de Olhão	1964	ESF	AC
J101	Jardim na Rua Pereira e Sousa	J100	Ajardinado da rua Padre Francisco	1952	ESF	AC
J102	Jardim na Rua Possidónio da Silva	J101	Ajardinamento da Praceta da Rua Pereira e Sousa	1969	MSC	AC
J103	Jardim na Rua Silva Carvalho	J102	Ajardinamento da Quinta do Casalinho, à Rua Possidónio da Silva	1962	MSC	AC
J104	Jardim nas Ruas Dr. Gama Barros e Moniz Barreto	J103	Ajardinamento da praceta da Rua Silva Carvalho.	1957	GRT	BL
J105	Jardim na Travessa do Giestal	J104	Ajardinado do cruzamento das ruas Dr. Gama Barros e Moniz Barreto	1964	MSC	BL
J108	Jardins na Vila Silva Carvalho	J105	Ajardinamentos dos espaços livres entre a Tv. do Giestal e a Rua Diogo Cão	1968	JMM	BL
J109	Jardim Guerra Junqueiro	J108.1	Ajardinamento dos logradouros da Vila Silva Carvalho.	1964	MSC	AC e BL
J110	Jardim na Feira das Industrias Portuguesas	J109.2	Sebe e alegrete na Entrada do jardim da Estrela, junto à Avenida Pedro Álvares Cabral	1952	MAC	AC
J111	Jardim na Avenida João XXI	J109.3	Projectos de pormenor vários para o J. da Estrela datados de 1952	1952	MAC	AC
J112	Jardins na Avenida de Roma	J109.1	Jardim Guerra Junqueiro. Recanto para Cegos	1963	MSC	AC e BL *
J113	Jardim no Fosso do Castelo de S. Jorge	J110.2	Arborização e ajardinamento da Feira das Industrias Portuguesas	1955	GRT	AC e BL
J114	Jardim da Central Pasteurizadora do Leite	J110.1	Ajardinado fronteiro à entrada da Feira das Industrias Portuguesas	1959	GRT	BL
J115	Jardins do Clube Internacional de Futebol	J111.1	Arborização e ajardinamento do Logradouro nº6 da Avenida João XXI	1955	GRT	AC e BL
J116	Jardins da Igreja da Memória	J112.1	Enquadramento da Piscina da Avenida de Roma	1955	ESF	AC e BL
J117	Jardim do Adro da Igreja de Nossa Senhora de Fátima	J112.2	Arborização e jardimamento de duas pracetas na Avenida de Roma	1955	ESF	AC
J118	Jardim de São Bento	J113.1	Arranjo do fosso do Castelo de S. Jorge	1951	GRT	AC
		J114.1	Arborização e Ajardinamento da Central Pasteurizadora do Leite	1955	GRT	AC
		J115.1	Arborização e Ajardinamento dos Campos de Jogos do Clube Internacional de Futebol	1955	GRT	AC
		J116.1	Enquadramento da Igreja da Memória	1963	MSC	AC e BL *
		J116.2	Enquadramento da Igreja da Memória	1963	ESF	AC
		J117.1	Arranjo do Passeio Fronteiriço	1955	ESF	BL
		J117.2	Ajardinamento do Adro da Igreja de N. Sª de Fátima	1956	ESF	AC e BL
		J118.1	Anteprojecto de remodelação	s.d.	GRT	AC

J119	Jardim do Largo do Museu da Artilharia	J119.1	Ajardinado do Largo do Museu da Artilharia	1955	GRT	AC
J120	Jardim do Liceu D. Filipa de Lencastre	J120.1	Jardim Junto ao Liceu D. Filipa de Lencastre	1951	GRT	
J121	Jardim do Matadouro Municipal	J121.1	Arborização e ajardinamento do Novo Matadouro Municipal	1952	GRT	BL
		J121.2	Arborização e ajardinamento do Novo Matadouro Municipal	1954	GRT	AC
		J121.3	Arborização e ajardinamento do Novo Matadouro Municipal	1960	GRT	AC
		J121.4	Arborização e ajardinamento do Novo Matadouro Municipal	1963	MSC	AC e BL
J122	Jardim junto à Maternidade Alfredo da Costa	J122.1	Ajardinado fronteiro à maternidade Dr. Alfredo da Costa (Cruzamento da Avenida 5 de Outubro com a R. latino Coelho)	1959	GRT	BL
J123	Jardim do Museu da Marinha	J123.1	Museu da Marinha - Jardim	1960	GRT	IHRU
J124	Jardim do Museu Militar	J124.1	Arranjo do pátio de artilharia do Museu Militar	1951	GRT	AC
J125	Jardim frente ao Mosteiro dos Jerónimos	J125.1	-Sem legenda. Informação retirada da ficha em papel-Ângulo de abertura sobre os Jerónimos	s.d.	GRT e MAC	BL
J126	Jardim da Capela do Alto de Santo Amaro	J126.1	Jardim da Capela do Alto de Santo Amaro	1959	GRT	AC e BL
J127	Jardim da Capela de São Jerónimo	J127.1	Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização Projecto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase). Plano de Plantação da Zona da Capela de S. Jerónimo.	1956	GRT	AC e BL *
		J127.2	Capela de São Jerónimo. Estudo Definitivo.	1959	GRT	AC e BL *
		J127.3	Projecto de Ordenamento Paisagístico Zona da Capela de S. Jerónimo - Estudo definitivo (alteração)	1961	GRT	AC
J128	Parque Silva Porto	J128.1	Colocação do Busto de Silva Porto no Parque Silva Porto	1952	GRT	BL
P002	Parque Eduardo VII	P002.4	Remodelação da zona da Casa do Leão no Parque Eduardo VII	1954	ESF	BL
		P002.1	Parque Infantil do Parque Eduardo VII	1955	ESF	BL *
		P002.3	Recinto de recreio para crianças no Parque Eduardo VII	1964	MSC	AC e BL
		P002.2	Alto do Parque Eduardo VII	1966	ESF	BL *
J014	Jardins na Cidade Universitária de Lisboa	J014.1	Cidade Universitária de Lisboa - Zona desportiva, Ténis, Patinagem	1956	AVB-IAA	IHRU
J131	Parque da Fundação Calouste Gulbenkian	P004.1	Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian-Anteprojecto	1961	AVB+GR _T	IHRU
		P001.2	Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian-Projecto	1962	AVB+GR _T	FCG
J133	Mata de Alvalade	P006.1	Mata de Alvalade - Arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto	1950	GRT	AC e BL *
		P006.2	Mata de Alvalade	1955	GRT	AC
		P006.4	Sugestão para a Localização do Centro Desportivo (Mata de Alvalade)	1965	MSC	AC *
		P006.3	Sugestão para o arranjo paisagístico do Areeiro do Narigão	1966	MSC	AC *
		P006.5	Mata de Alvalade. Utilização zonal	1966	MSC	AC *

P007	Parque do Vale do Silêncio	P007.6	Olivais sul. Parque poente. Estudo de arranjo	1966	sa	DPP *
		P007.4	Olivais sul. Célula C – Zona do Parque	1967	sa	BL *
		P007.1	Olivais sul - Parque do Vale do Silêncio. Célula C – Zona do Parque.	1968	MSC	BL
		P007.5	Olivais sul- Célula C – Zona do Parque	1968	MSC	BL *
		P007.2	Arborização do Parque de Olivais Sul	s.d.	sa	BL *
		P007.3	Olivais sul- Célula C – Parque	s.d.	sa	BL *
J135	Jardins da Avenida da Liberdade	J135.1	Estudo de Remodelação da Avenida da Liberdade	1954	GRT	AC e BL *
J136	Jardim no Largo Frei Heitor Pinto	J135.2	Remodelação da Avenida da Liberdade	1955	GRT	AC e BL *
J137	Jardim Igreja de São João de Brito	J136.1	Jardim no Largo Frei Heitor Pinto	1951	MAC	AC e BL *
J138	Jardins Sul da zona comercial do Restelo	J137.1	Jardim de enquadramento da Igreja de São João de Brito	1956	GRT	AC
J139	Jardim da Praça de Goa	J138.1	Ajardinados da zona comercial do Restelo. Ajardinados Sul	1959	GRT	BL
J140	Jardim da Praça de Damão	J139.1	Construção do Jardim da Praça de Goa	1951	GRT	AC e BL *
J141	Jardim da Praça de Malaca	J140.1	Construção do jardim da Praça de Damão	1951	GRT	AC e BL *
J142	Jardim da Praça de São Salvador	J141.1	Encosta do Restelo Jardim da Praceta V da Rua D. Francisco de Almeida	1959	GRT	AC e BL *
J143	Jardim da Praça de Dili	J142.1	Olivais sul. Célula C. Z. Centro. Praça D. Pormenor A. Plano de plantação (Praça de São Salvador)	1966	MSC	BL
J144	Jardim do Largo Tenente João Rodrigues de Moura	J143.1	Olivais sul. Célula D. Z. Mar. Sul. Ajardinamento do pormenor E. (Praça de Dili). Pormenor H	s.d.	MSC	BL
J145	Jardim da Praça de Santo Eugénio	J144.1	Olivais sul. Célula D. Z. Mar. Sul. Projecto de ajardinamento do pormenor F. Des 1 (Largo Tem. João Rodrigues de Moura)	s.d.	MSC	BL
J146	Jardim da Alameda do Bairro da Encarnação	J145.1	Arborização e ajardinamento da Praça de Santo Eugénio	1951	GRT	AC e BL *
J147	Jardins Norte da zona comercial do Restelo	J146.1	Ajardinados da Alameda do Bairro da Encarnação	1953	GRT	AC *
J148	Quinta do Vadre	J147.1	Ajardinados da zona comercial do Restelo. Ajardinados Norte	1959	GRT	AC e BL
J149	Rua Padre Francisco Álvares	J148.1	Ajardinado da Quinta do Vadre à Estrada de Benfica	1955	ESF	AC
J150	Jardim da rua Dr Gama Barros	J149.1	Ajardinado da Rua Padre Francisco Álvares	1964	MSC	BL
J151	Jardim da Praceta Francisco de Moraes	J150.1	Ajardinado da Rua Dr Gama Barros	1964	MSC	AC
J152	Jardim do Largo Rodrigues de Freitas	J151.1	Ajardinado da Praceta Francisco de Moraes	1951	GRT	AC
J153	Jardim do Largo Afonso Lopes Vieira	J152.1	Ajardinado do Largo Rodrigues de Freitas	1964	MSC	AC
J154	Jardins da Praça Olegário Mariano	J153.1	Arborização do Largo e enquadramento do monumento a Afonso Lopes Vieira	1954	GRT	AC
		J154.1	Placas ajardinadas Praça Olegário Mariano	1962	ESF	AC

Anexo 3:

Inventário: “Arruamentos”

Tabela 3 - Inventário: "Arruamentos"

ANEXO 3 - Inventário: Arruamentos						
AC - Arquivo do Arco do Cego, BL - Arquivo do Bairro da Liberdade, DPP - Departamento de planeamento e Projeto; IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana						
LUGAR	PROJETO		DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
A001	Nº ORDEM	DESIGNAÇÃO	Nº CÓDIGO			
		Alameda da Cidade Universitária	A001.1	Arborização da Alameda da Cidade Universitária	ESF	AC
A002		Alameda das Linhas de Torres	A001.2	Cidade universitária. Alameda Central	ESF	AC e BL
A003		Avenida Calouste Gulbenkian	A002.1	Ajardinamento da Placa da Alameda das Linhas de Torres, junto ao Posto da Polícia de Trânsito	GRT	AC e BL
A004		Avenida Columbano Bordalo Pinheiro	A003.1	Ajardinamento da Avenida Calouste Gulbenkian	MSC	AC e BL
A005		Avenida D. Rodrigo da Cunha	A004.1	Espaços verdes da Avenida Columbano Bordalo Pinheiro	GRT	AC e BL *
A006		Avenida da Igreja	A005.1	Arborização da Avenida D. Rodrigo da Cunha	GRT	AC e BL
			A005.2	Avenida D. Rodrigo da Cunha	ESF	BL
A007		Avenida da Índia	A006.1	Alvalade. Arborização e arruamentos. Projecto de arborização da Avenida da Igreja.	MAC	BL
			A007.1	Arborização e ajardinamento da Avenida da Índia. Troço junto ao areal da Junqueira.	GRT	AC e BL
A008		Avenida da República	A007.4	Arborização e ajardinamento da Avenida da Índia-(Ajardinado da Travessa Conde da Ponte)	GRT	AC e BL
			A007.3	Avenida da Índia. Arranjo do troço entre a praça D. Manuel I e a Travessa do Forte da Areia	GRT	AC e BL *
A009		Avenida de Ceuta	A007.6	Projecto de ajardinado poente da Cordoaria Nacional	GRT	BL
			A007.2	Plantação duma faixa verde arborizada, frente à Cordoaria Nacional	GRT	AC e BL
A010		Avenida de Madrid	A007.5	Ajardinamento da zona envolvente do maciço de amarração	MSC	BL
			A008.1	Ajardinado na Avenida da República, junto ao viaduto	GRT	BL
A011		Avenida de Paris	A008.2	Remodelação da Avenida da República. Arborização	ESF	AC e BL *
			A009.1	Avenida de Ceuta	MSC	AC
A012		Avenida de S. João de Deus	A010.1	Arborização da Avenida de Madrid	GRT	AC e BL
			A010.2	Ajardinado para a Avenida de Madrid	ESF	AC e BL
A013		Avenida do Brasil	A011.1	Arborização da Avenida de Paris	GRT	AC
			A012.1	Arborização e ajardinamento da Avenida de S. João de Deus	GRT	AC e BL
A013		Avenida do Brasil	A013.1	Arborização e ajardinamento da Avenida do Brasil	GRT	AC e BL
			A013.2	Caminhos de peões da Av do Brasil (Troço entre a Praça do Aeroporto e a Praça da Portela)	GRT	AC

A014	Avenida do Restelo	A014.1	Perfil tipo da Avenida do Restelo (Troço entre a Avenida da Torre de Belém e a Rua D. Lourenço de Almeida)	1956	GRT	BL
A015	Avenida do Rio de Janeiro	A015.1	Arborização da Avenida do Rio de Janeiro	1951	GRT	AC e BL
		A015.2	Remodelação da Avenida do Rio de Janeiro (Plano de arborização)	1957	GRT	AC e BL
A016	Avenida dos Estados Unidos da América	A016.1	Arranjo verde da faixa central e cruzamentos	1958	GRT	BL *
A017	Avenida Duque de Avila	A017.1	Arranjo numa Placa da Avenida Duque de Avila	1952	GRT	AC
A018	Avenida Fontes Pereira de Melo	A018.1	Avenida Fontes Pereira de Melo. Arborização 1ª fase	1958	GRT	AC e BL
		A018.2	Avenida Fontes Pereira de Melo. Arborização 2ª fase	1963	ESF	AC e BL *
A019	Avenida Gago Coutinho	A019.1	Sugestão para o arranjo dos passeios da Avenida Gago Coutinho entre a Praça do Areeiro e a Avenida dos Estados Unidos da América	1964	MSC	AC e BL
A020	Avenida Guerra Junqueiro	A020.1	Projecto de alteração do plano de plantação da Avenida Guerra Junqueiro	1950	MAC	BL
A021	Avenida Infante D. Henrique	A021.3	Avª Infante D. Henrique. Troço entre o Largo do Museu de Artilharia e Marvila	1955	GRT	AC
		A021.4	Arborização da Avenida Infante D. Henrique. Troço entre o Poço do Bispo e a 2ª circular	1963	ESF	AC
		A021.1	Arborização da Av Infante D. Henrique	1970	JMM	AC
		A021.2	Avª Infante D. Henrique. 3º troço - Arborização	1970	JMM	AC
		A022.1	Arborização da Avenida Infante Santo	1954	ESF	AC e BL
A022	Avenida Infante Santo	A022.2	Arborização da Avenida Infante Santo	1970	JMM	AC
A023	Avenida João XXI	A023.1	Arborização da Avenida João XXI	1951	MAC	AC e BL
A024	Avenida Manuel da Maia	A024.1	Ajardinamento das placas de separação de trânsito na junção das Avenidas Manuel da Maia e Rovisco Paes	1955	ESF	AC
A052	Avenida Santa Joana Princesa	A052.1	Arborização e ajardinamento da Avenida Santa Joana Princesa	1954	GRT	BL
A025	Avenida Segunda Circular	A025.2	Ajardinamento da 2ª Circular (Troço entre a rotunda do aeroporto e a Avenida Infante D. Henrique)	1953	GRT	BL
		A025.1	2ª Circular. Ajardinado do troço junto ao Campo Grande	1964	MSC	BL
A026	Avenida Tenente Valadim	A026.1	Arborização da Avenida Tenente Valadim	1954	ESF	AC
A027	Avenida Vasco da Gama	A027.1	Ajardinamento das placas da Avenida Vasco da Gama	1953	GRT	AC
A028	Avenida Vinte e oito de Maio	A028.1	Avenida vinte e oito de Maio. Separador	1967	ESF	AC e BL
A029	Avenida Vinte e Quatro de Julho	A029.1	Ajardinamento do acesso ascendente da Avenida 24 de Julho à Calçada da Pampulha	1962	MSC	AC
A030	Placas ajardinadas no Bairro de Santa Cruz	A030.1	Bairro de Santa Cruz. Placas ajardinadas da Rua 15	1962	ESF	BL
		A030.2	Bairro de Santa Cruz. Acesso à Rua nº 2	1963	MSC	BL

A031	Arruamentos, placas e parque de estacionamento do Campo Grande	A031.1	Arrelvamento das placas laterais do Campo Grande (lado poente e lado nascente)	1950	MAC	BL
		A031.2	Placa no Campo Grande, junto ao Restaurante Alvalade	1950	MAC	AC e BL
		A031.6	Placa lateral ao Norte do Campo Grande	1950	MAC	AC e BL *
		A031.3	Estudo de um parque de estacionamento de automóveis junto ao Restaurante Alvalade	1951	MAC	AC e BL
		A031.4	Arborização das placas ao norte do Campo Grande	1951	MAC	AC e BL
A032	Estrada de Benfica	A031.5	Ponte sobre o Tejo	1954	MAC	BL
		A032.1	Estrada de Benfica entre a Avenida Marechal Carmona e a rua A - quinta dos Leões	1970	MSC	AC
		A033.1	Enquadramento da estrada militar de acesso ao forte do Alto do Duque	1954	ESF	BL *
		A034.1	Troço Rua Frei Tomé de Jesus - Rua Diogo Bernardes - Lado Sul	1959	GRT	AC
		A034.2	Troço Rua Frei Tomé de Jesus - Rua Diogo Bernardes - Lado Sul-2ª Fase	1959	MSC	AC
A035	Placa no Largo da Luz	A035.1	Ajardinamento da placa do Largo da Luz, adjacente ao Seminário Franciscano	1953	GRT	BL
A036	Nó Avenida Manuel da Maia/ Avenida do México/ P. Londres /Avenida Guerra Junqueiro	A036.1	Estudo do arranjo do nó Avenida Manuel da Maia/ Avenida do México/ P. Londres /Avenida Guerra Junqueiro	1961	ESF	BL
A037	Nó de Alcântara	A037.1	Remodelação do Nó de Alcântara	1971	MSC	AC
A038	Praça de Espanha	A038.1	Urbanização da Praça de Espanha, da Artéria em Prolongamento da Avenida AAA, da Palhavã e de Sete-Rios - Estudo base	1957	GRT	AC
		A038.2	Espaços verdes da Praça de Espanha	1959	GRT	BL
A039	Parque de estacionamento da Praça do Império	A039.1	Trabalhos complementares de ajardinamento na orla do parque de estacionamento de automóveis da zona nascente da Praça do Império	1960	ESF	BL
A040	Praça Marquês de Pombal	A040.1	Praça Marquês de Pombal	1955	GRT	BL *
A041	Rotunda do Aeroporto	A041.1	Remodelação da Placa da Rotunda do Aeroporto	1953	GRT	AC e BL
A042	Rua António Nobre	A042.1	Arborização da Rua António Nobre	1958	ESF	AC
A043	Rua Conde Ficalho	A043.1	Arborização da Rua Conde Ficalho	1970	JMM	AC
A044	Rua D. Francisco Manuel de Melo	A044.1	Arborização da Rua D. Francisco Manuel de Melo (Remodelação)	1958	ESF	BL
A045	Rua da Quinta de Santa Maria	A045.1	Arborização da Rua da Quinta de Santa Maria	1956	GRT	AC *

A046	Rua Francisco Franco	A046.1	Arborização da Rua Francisco Franco	1970	JMM	AC
A047	Rua General Sinel de Cordes	A047.1	Arborização da Rua General Sinel de Cordes (troço compreendido entre as Avenidas João Crisostomo e Duque de Ávila)	1954	ESF	AC e BL
A048	Rua Gomes Freire	A048.1	Arborização da Rua Gomes Freire	1955	ESF	AC
A049	Ruas Rodrigues Sampaio, Gomes Freire e Praça José Fontana, Ricardo Espírito Santo e Andrade Corvo	A049.1	Arborização das Ruas Rodrigues Sampaio, Gomes Freire e Praça José Fontana, Ricardo Espírito Santo e Andrade Corvo	1970	JMM	AC
A050	Travessa da Luz	A050.1	Arruamentos junto à Travessa da Luz	1965	ESF	BL
A051	Travessa do Porto Franco	A051.1	Arranjo da Travessa do Porto Franco	1958	ESF	AC
A053	Acessos à Ponte sobre o Tejo	A053.3	Arranjo Paisagístico dos acessos à Ponte sobre o Tejo – Zona Norte	1967	MSC	AC
		A053.1	Arranjo Paisagístico dos Acessos à Ponte Salazar	s.d.	MSC	AC
		A053.2	Acessos à Ponte sobre o Tejo Estabilização dos taludes	s.d.	MSC	AC *
A055	Avenida de Roma	A055.1	Arborização e ajardinamento da Avenida de Roma	1953	GRT	AC
		A055.2	Arborização e ajardinamento da Avenida de Roma	1955	GRT	AC e BL *
A056	Avenida Dom Carlos	A056.1	Arranjo de um gaveto na Avenida Dom Carlos	1968	ESF	BL
A058	Ruas da célula 7 do Bairro de Alvalade	A058.1	Revestimento dos canteiros das ruas da célula 7	1954	GRT	AC
A059	Ruas da Células 3 e 5 do Bairro de Alvalade	A059.1	Arborização das Ruas da Células 3 e 5 (Zona a Sul da Avenida do Brasil)	1956	GRT	AC
A060	Placa compreendida entre a rua dos cegos e da Rua de S. Tomé	A060.1	Arranjo da placa compreendida entre a rua dos cegos e da Rua de S. Tomé	1953	GRT	AC

Anexo 4:

Inventário: “Bairros”

Tabela 4 - Inventário: "Bairros"

ANEXO 4 - Inventário: Bairros						
AC - Arquivo do Arco do Cego, BL - Arquivo do Bairro da Liberdade, DPP - Departamento de planeamento e Projeto; IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana						
LUGAR		PROJETO				
Nº ORDEM	DESIGNAÇÃO	Nº CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
B001	Bairro do Alto dos Sete Moinhos	B001.1	Arranjo paisagístico do Alto dos Sete Moinhos	1958	GRT	BL
B002	Bairro da Ajuda	B002.2	Arborização e ajardinamento do Grupo escolar da Cç da Tapada	1957	ESF	AC
		B002.1	Bairro da Ajuda	1961	ESF	BL
B003	Bairro da Quinta do Charquinho	B003.3	Quinta do Charquinho. Espaços verdes do novo bairro a construir	1962	MSC	AC e BL
B004	Bairro da Quinta do Jacinto	B004.1	Bairro da Quinta do Jacinto. Arranjo de um recanto	1951	ESF	AC
		B004.2	Arborização e Ajardinamento do Bairro da Quinta do Jacinto	1957	ESF	AC
B005	Chelas	B005.2	Plano de Base de Chelas. Nó de giração. Arranjo Marginal	1962	APD	DPP *
		B005.1	Chelas. Realojamento. Casas pré Fabricadas Enquadramento paisagístico. (Quinta do Chacão em frente à Qtª das Teresinhas)	1966	MSC	BL
B006	Bairro de Santa Cruz (Benfica)	B006.1	Espaços verdes públicos do Bairro de Santa Cruz (Benfica)	1958	GRT	AC e BL *
		B006.2	Ajardinamento dos terrenos do grupo escolar do bairro de Santa Cruz	1962	MSC	AC e BL
B007	Bairro do Casalinho da Ajuda	B007.1	Urbanização do Casalinho da Ajuda	1970	JMM	BL
		B007.2	Casas para classes pobres	1970	JMM	AC
B008	Bairro do Grilo	B008.1	Enquadramento Paisagístico do Bairro do Grilo	1958	ESF	AC e BL *
		B008.2	Recinto de recreio para crianças 1/200	1958	ESF	AC
B009	Bairro do Padre Cruz	B009.1	Arranjo dos espaços Livres do Bairro do Padre Cruz	1962	MSC	AC
		B009.2	Camide. Bairro do Padre Cruz. Enquadramento da Capela	1962	MSC	AC e BL
		B009.3	Camide. Bairro do Padre Cruz. Parque Infantil	1962	MSC	AC e BL
B010	Bairros Alfama e Castelo	B010.1	Alfama e Castelo - Enquadramento verde	1959	GRT	AC e BL *
B012	Urbanização das Laranjeiras	B012.1	Urbanização das Laranjeiras	1957	FCC e GRT	AC
B013	Bairro Olivais Sul	B013.4	Arborização e ajardinamento do Campo de Jogos do Clube Desportivo dos Olivais (Quinta dos Machados)	1954	GRT	BL
		B013.3	Espaços exteriores MOP - zona W e S	1965	APD	DPP e BL *
		B013.2	Olivais Sul. Célula B. Z. Centro. Escolas Primárias	1969	MSC	BL
		B013.6	Olivais Sul. Célula D. Zona Central e Zona Nascente	1969	MSC	BL

B014	Bairro Olivais Norte	B014.1	Olivais Norte. Ajardinados junto das casas económicas...	1959	ESF	AC
		B014.2	Olivais Norte. Espaços Verdes entre os blocos 62 e 63-----13250	1963	APD	DPP e BL *
		B014.4	Grupo escolar dos Olivais. Ajardinamento	1963	ESF	BL
		B014.5	Olivais Norte	1964	APD	DPP *
		B014.3	Piscina dos Olivais. Enquadramento	1966	ESF	AC e BL
B015	Bairro do Vale Escuro	B014.6	Olivais Norte	1967	APD	DPP *
		B015.1	Vale Escuro	1957	FCC e GRT	AC
		B015.2	Arborização e ajardinamento do Grupo Escolar do Vale Escuro - 1ª fase	1959	ESF	AC
		B016.4	Construção de um ajardinado para o Bairro da Encarnação (junto à rua 7)	1952	GRT	BL *
		B016.5	Construção de um ajardinado para o Bairro da Encarnação (junto à rua 8)	1953	GRT	BL *
B016	Bairro da Encarnação	B016.1	Arborização e ajardinamento do grupo escolar do Bairro da Encarnação	1955	ESF	AC e BL
		B016.2	Enquadramento paisagístico da cintura exterior do Bairro da Encarnação. 1ª fase	1955	ESF	AC e BL *
		B016.13	Ajardinado do Mercado Sul. Bairro da Encarnação	1956	ESF	AC
		B016.3	Enquadramento paisagístico da cintura exterior do Bairro da Encarnação. 2ª fase. Arranjo da mata poente	1958	ESF	AC e BL *
		B016.8	Parque de recreio para crianças na mata poente do BE. Bairro da Encarnação	1962	sa	AC e BL *
		B016.9	Recinto de recreio infantil. Bairro da Encarnação	1963	MSC	AC
		B016.11	Recinto de recreio infantil. (Clube atlético e recreativo da Encarnação)	1963	MSC	BL
		B016.14	Enquadramento do mercado da Praça Norte.	1963	ESF	AC e BL
		B016.12	Ajardinado do Mercado Sul	1968	ESF	BL
		B017.1	Alvalade - Jardim junto ao centro escolar – célula nº 1 (Entre rua Eugénio de Castro e o Centro Escolar)	1950	MAC	AC e BL
		B017.2	ALVALADE – LOGRADOUROS COMUNS - Arranjo do logradouro entre a Avenida da Igreja e as Ruas Rosália de Castro e Fernando Caldeira: Célula 1	1950	MAC	AC
		B017.22	Logradouro entre as ruas A. Lopes Vieira e A. Pusich	1950	MAC	AC
		B017.3	Jardim junto ao centro escolar – célula nº 2	1950	MAC	AC*
B017	Bairro de Alvalade	B017.20	Arborização e ajardinamento do Grupo Escolar da Célula 8	1952	ESF	AC
		B017.21	Ajardinados para as ruas 56, 57, 58 do bairro de Alvalade	1952	GRT	AC
		B017.23	Arborização da Célula 2	1952	GRT	AC

B017	Bairro de Alvalade	B017.8	Ajardinamento da Zona Comercial da Célula 8 (Alvalade)	1953	GRT	AC*
		B017.10	Ajardinado do cruzamento da Avenida do Brasil com a Avenida de Roma	1954	GRT	BL
		B017.9	Ajardinamento do centro escolar da célula 7	1954	ESF	AC *
		B017.11	Arborização e ajardinamento do centro escolar da célula 4 em Alvalade	1956	ESF	AC
		B017.14	Arborização e ajardinamento do Centro Escolar da Célula 6	1958	ESF	AC *
		B017.24	B.S.B. Quartel de Alvalade	1959	ESF	AC
		B017.15	Ajardinamento dos logradouros da Avenida do Brasil. Ante-projecto	1963	MSC	AC e BL *
		B017.17	Remodelação do cruzamento da Avenida do Brasil com a Avenida Rio de Janeiro	1968	MSC	BL
		B017.25	Enquadramento do Palácio dos Corucheus	1968	ESF	AC
		B017.18	Largo Frei Heitor Pinto, Av Santa Joana Princesa, Rua Conde de Arnoso Rua Lopes de Mendonça e Enquadramento da Igreja De São João de Brito. Arborização	1970	JMM	AC
		B017.19	Palácio dos Corucheus. Enquadramento.	1970	ESF	AC e BL
		B017.16	Sugestão para o ajardinamento dos logradouros em gavetos do Bairro de Alvalade	sd	MSC	BL
		B018.1	Encosta do Restelo. II Fase de Urbanização. Projecto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase)	1956	GRT	AC e BL *
		B018.2	Arborização e ajardinamento do Grupo Escolar da encosta do Restelo - Praça de Goa	1958	ESF	Ac e BL
		B018.8	Capela de Santo Cristo Rua de Alcolena	1959	GRT	AC
B018	Encosta do Restelo	B018.10	Estudo de revisão da zona limitada pelas ruas Gonçalves Zarco, Tristão Vaz, Mem Rodrigues e Av da Ilha da Madeira	1967	ESF	AC *
		B019.1	Arborização e ajardinamento do centro escolar do Alto de Santo Amaro	1958	ESF	AC
		B020.1	Arborização e ajardinamento do centro escolar do Alto dos Moinhos	1957	ESF	BL e AC
		B021.1	Recreio para crianças. Placa do Largo Ocidental Bairro do Caramão da Ajuda	1963	MSC	BL
		B022.1	Grupo escolar do Bairro da Madre Deus	1963	MSC	AC e BL *
		B023.1	Arborização e ajardinamento do centro escolar da Picheleira	1957	ESF	BL
		B024.1	Ajardinamento do Grupo Escolar das Furnas	1962	MSC	AC
		A057.1	Ajardinamento dos terrenos entre a Rua das Furnas e o Arruamento de acesso ao Grupo Escolar	1963	MSC	AC
		B025.1	Arborização e ajardinamento do grupo escolar do Poço do Bispo	1959	ESF	AC e BL
		B026.1	Arborização e jardinagem do Grupo Escolar do Bairro de Santos	1959	ESF	AC

B027	Calçada da Cruz da Pedra	B027.1	Arborização do centro escolar da calçada da Cruz da Pedra	1955	ESF	AC
B028	Caminho de Palma de Cima	B028.1	Grupo Escolar do caminho de Palma de Cima	1965	ESF	BL
B029	Areiro	B029.1	Arborização e ajardinamento do grupo escolar do Areiro	1955	GRT	AC e BL
B030	Rua Actor Vale	B030.1	Ajardinamento do grupo escolar da rua actor Vale. Pavimentos	1963	MSC	BL
B031	Rua de São José	B031.1	Ajardinamento da Escola Primária da Rua de São José	1954	GRT	AC
B032	Santa Quitéria	B032.1	Arborização e ajardinamento do grupo escolar de Santa Quitéria	llegível	ESF	AC
B033	Campolide	B033.1	Arborização e ajardinamento do grupo escolar de Campolide	1955	GRT	AC *
B034	Caselas	B034.1	Ajardinamento do Terreno do Ginásio do Bairro de Caselas	1962	MSC	AC
B035	Alto da Ajuda	B035.1	Centro recreativo do Alto da Ajuda	1962	MSC	AC

Anexo 5:

Inventário: “Outros projetos”

Tabela 5 - Inventário: "Outros projetos"

ANEXO 5 - Inventário: Outros projetos						
AC - Arquivo do Arco do Cego, BL - Arquivo do Bairro da Liberdade, DPP - Departamento de planeamento e Projeto; IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana						
LUGAR		PROJETO				
Nº ORDEM	DESIGNAÇÃO	Nº CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
O001	Cemitério da Ajuda	O001.1	Estudo de remodelação do Cemitério da Ajuda	1957	FCC e GRT	AC *
O002	Cemitério de Benfica	O002.1	Ampliação do Cemitério de Benfica	1958	GRT	AC e BL
		O002.2	Ampliação a nascente	1965	MSC	BL
O003	Cemitério do Lumiar	O003.1	Remodelação do cemitério do Lumiar	1959	GRT	BL
		O003.2	Cemitério do Lumiar. Sebe a norte e ponte	1968	JMM	BL
O004	Cemitério dos Olivais	O004.1	Anteprojecto do cemitério dos Olivais	1959	GRT	AC e BL
		O004.2	Cemitério dos Olivais. Ampliação	1969	JMM	BL
O005	XI Exposição de Floricultura	O005.1	Exposição de Floricultura	1961	sa	BL
O006	Parque de Campismo de Monsanto	O006.1	Parque de Campismo de Monsanto	1963	ESF	AC *
O007	Estufa fria	O007.1	Estufa Fria. Ante-projecto de Remodelação (Zona Nascente)	1954	GRT, ESF e MAC	BL
		O007.2	Arranjo interior de pavilhão (Alto do parque Eduardo VII)	1966	ESF	BL
O008	Quinta do Morgado	O008.1	Quinta do Morgado. Ordenamento para instalação do viveiro	1967	MSC	AC e BL
O009	Tapada da Ajuda	O009.1	Ajardinamento de entrada da Tapada da Ajuda - Junto aos pilares	1970	MSC	BL
O010	X Exposição de Floricultura.	O010.1	X Exposição de Floricultura. Outubro de 1960	1960	ESF	BL
O011	Exposição de Floricultura de 1966	O011.1	Exposição de Floricultura de 1966. Lago	1966	ESF	BL
O012	Viveiro da Quinta da Fonte	O012.1	Viveiro da Quinta da Fonte	1953	WO	AC *
O013	banco para jardim	O013.1	Projecto de banco para jardim	1951	MAC	BL *
O014	Olivais Sul	O014.1	Olivais Sul – Esboço das pastagens sobre as linhas de água-Perfil	s.d.	ESF	BL *
		O014.2	Olivais Sul - Para a exposição de AP - Sulça	s.d.	sa	BL *
O015	Olivais Norte	O015.1	Olivais-Aptidão urbana	1963	APD	DPP *



Anexo 6:

Projetos não documentados

Tabela 6 - Projetos não documentados

Anexo 6 - Projetos não documentados						
CV GRT - Curriculum vitae de Gonçalo Ribeiro Telles						
LUGAR		PROJETO				
Nº ORDEM	DESIGNAÇÃO	Nº CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATAS	ASSINATURAS	ARQUIVO
J012	Jardim do Castelo de S. Jorge	J012.1	Jardim formal do Castelo de S. Jorge	1952	GRT	CV GRT
J045	Jardim do Largo de São Cristovão	J045.1	Arranjo do Largo de São Cristovão	1952	GRT	CV GRT
J052	Jardim do Palácio dos Machadinhos	J052.1	Jardim do Palácio dos Machadinhos	1952	GRT	CV GRT
J106	Jardim na Travessa da Pimenteira	J106	Ajardinado da Travessa da Pimenteira	1952	GRT	CV GRT
J107	Jardim na Travessa dos Escaleres	J107.1	Ajardinado da Travessa dos Escaleres	1952	GRT	CV GRT
J031	Jardim de São João	J031.1	Jardim de São João na Estrada da Luz	1953	GRT	CV GRT
J053	Jardim da Parada do Alto de São João	J053.1	Jardim da Parada do Alto de São João	1954	GRT	CV GRT
J044	Jardim do Largo de Santos	J044.1	Jardim do Largo de Santos	1959	GRT	CV GRT

